

Organicom

ISSN 2238-2593

REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS • ANO 15 • NÚMERO 28 • 1º SEMESTRE 2018

ELOÍSA NOS ALDÁS

MAXIMILIANO MARTÍN VICENTE

JOHAN GALTUNG

HÅKAN WIBERG

JOSÉ MANUEL PUREZA

WOLFGANG DIETRICH

NEUZA L. R. VOLLET

JOSEFINA ECHAVARRÍA ALVAREZ

ERIKA JULIETA ROJAS OSPINA

IRENE COMINS MINGOL

XAVIER GIRÓ

ALBERTO GOMES

EDUARDO ANDRÉS SANDOVAL FORERO

SANDRA I. FUENTES MARTINEZ

SOFIA JOSÉ SANTOS

ALEXANDRE DE SOUSA CARVALHO

FELIPE TAVARES PAES LOPES

MARIANA PRIOLI CORDEIRO

CÉLIA MARIA RETZ GODOY DOS SANTOS

ANDRÉ APARECIDO MEDEIROS

RAQUEL CABRAL

GISELA GONÇALVES

JORGE SALHANI

ELISÂNGELA CARLOSSO MACHADO MORTARI

EDGARD PATRÍCIO

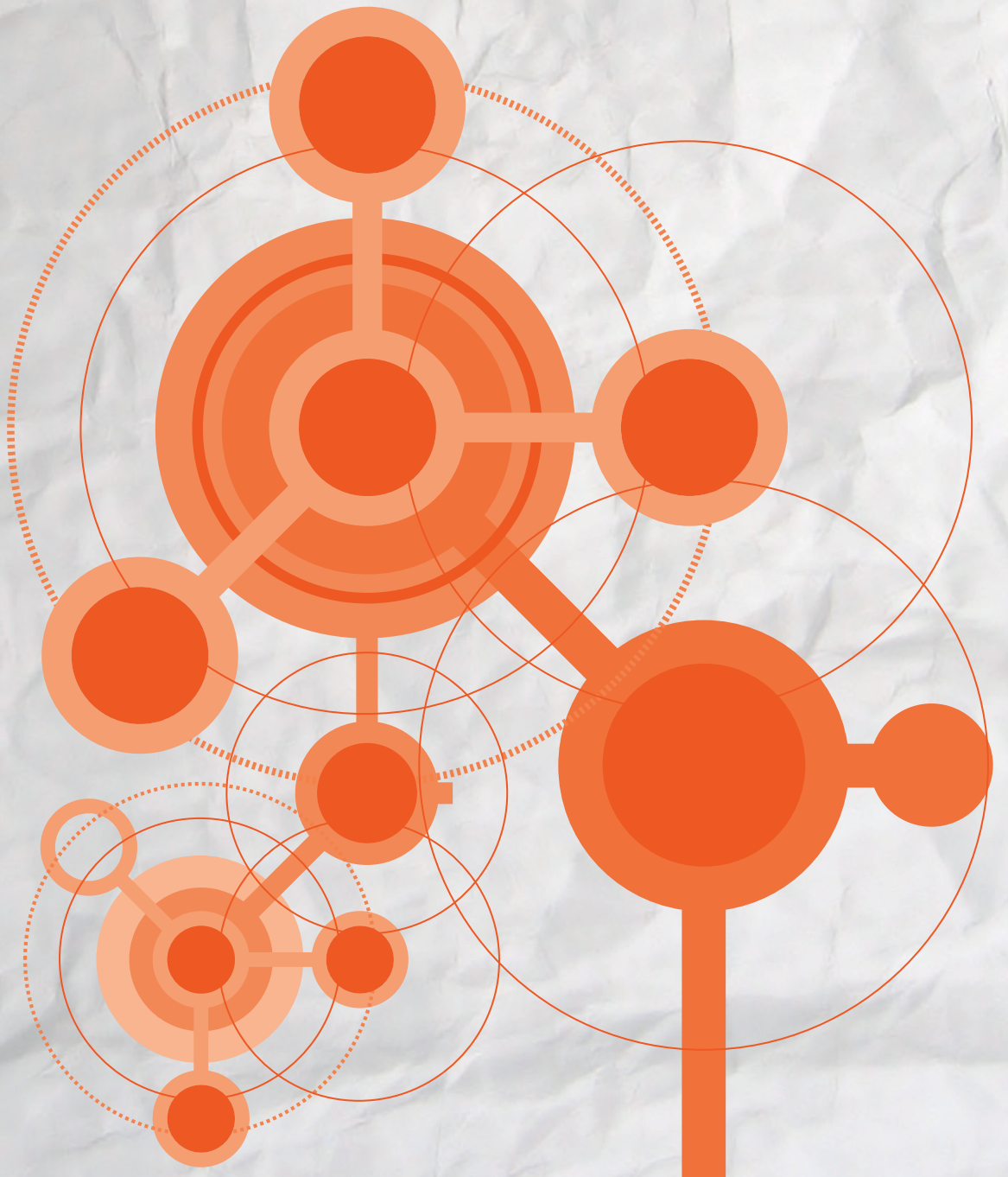
HELOÍSA SANTOS

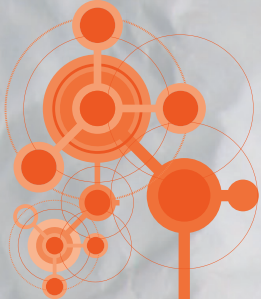
FÁBIA LIMA

HELOÍSA SANTOS

ERIKA DE MORAES

Comunicação, Estudos para a Paz e Violência Organizacional





organicom

SÃO PAULO • ANO 15 • NÚMERO 28

COMISSÃO EDITORIAL | *EDITORIAL COMMITTEE* | *COMITÉ EDITORIAL*

Editora | Editor | Editora

Margarida Maria Krohling Kunsch

Editor adjunto | Associate editor | Editor adjunto

Valéria de Siqueira Castro Lopes / Luiz Alberto de Farias / Márcio Simeone

Comitê executivo | Executive committee | Comité ejecutivo

Luiz Alberto de Farias / Márcio Simeone / Rosângela

Zomignan / Valéria de Siqueira Castro Lopes / Beatriz Barrocal Fernandez (estagiária)

Coordenação do dossiê desta edição | Coordination of the dossier of this edition | Coordinación del dossier de esta edición

Maria Aparecida Ferrari / Raquel Cabral

Diagramação e revisão | Layout and proofreading | Diagramación y revisión del texto

Karina Vizeu Winkaler / Julia Ahmed / Robson Santos / Maurício Marcelo / Tikinet

Projeto gráfico | Graphic project | Proyecto gráfico

Paulo Alves de Lima

• • •

Os artigos publicados são de responsabilidade de seus autores, cujas abordagens não necessariamente coincidem com o ponto de vista dos editores e do Conselho Editorial.

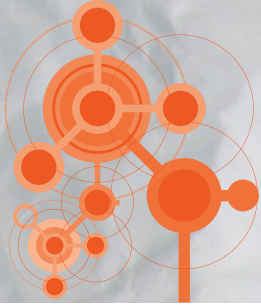
Não é permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo da revista sem prévia autorização por escrito da equipe editorial.

The articles published are responsibilities of their authors, whose approaches do not necessarily coincide with the point of view of the editors and of the Editorial Board.

Total or partial reproduction of the content of this magazine without prior written authorization of the editorial team is forbidden.

Los artículos publicados son de responsabilidad de sus autores, cuyos abordajes no necesariamente coinciden con el punto de vista de los editores y del Consejo Editorial.

No está permitida la reproducción total o parcial del contenido de la revista sin previa autorización por escrito del equipo editorial.



organicom

REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS

Organicom, lançada em 2004, é uma publicação semestral produzida pelo Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo (CRP), da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), por meio do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Gestcorp).

Organicom, launched in 2004, is a six-monthly publication produced by the Department of Public Relations, Publicity and Tourism (CRP) of the School of Communications and Arts of the University of São Paulo (ECA-USP), by means of the Lato Sensu Postgraduate Course in Strategic Management of Organizational Communication and Public Relations (Gestcorp).

Organicom, lanzada en 2004, es una publicación semestral producida por el Departamento de Relaciones Públicas, Propaganda y Turismo (CRP) de la Escuela de Comunicaciones y Artes de la Universidad de São Paulo (ECA-USP), por medio del Curso de Pos-Graduación Lato Sensu de Gestión Estratégica en Comunicación Organizacional y Relaciones Públicas (Gestcorp).

MISSÃO

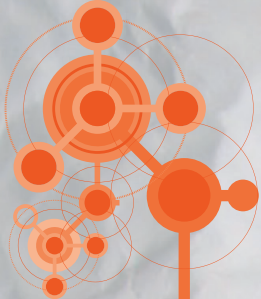
Organicom tem como missão reunir os grandes temas contemporâneos de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas estudados na universidade e, ao mesmo tempo, tornar-se um instrumento interativo com o mercado e a sociedade, democratizando os novos conhecimentos gerados e contribuindo para o debate técnico-científico de temas dessas áreas.

MISSION

Organicom has as its mission to bring together the major contemporaneous themes of Organizational Communication and of Public Relations studied in the university and, at the same time, become an instrument that is interactive with the market and the society, democratizing the new knowledge generated and contributing to the technical-scientific debate of themes in these areas.

MISIÓN

Organicom tiene como misión reunir los grandes temas contemporáneos de la Comunicación Organizacional y de Relaciones Públicas estudiados en la universidad y, al mismo tiempo, tornarse un instrumento interactivo con el mercado y la sociedad, democratizando los nuevos conocimientos concebidos y contribuyendo para el debate técnico-científico de temas de esas áreas.



SEER-IBICT

Organicom utiliza o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (Seer), traduzido e customizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Os textos são recebidos, em fluxo contínuo e/ou por convocação, dos pesquisadores brasileiros e de outros países para os dossiês de cada edição.

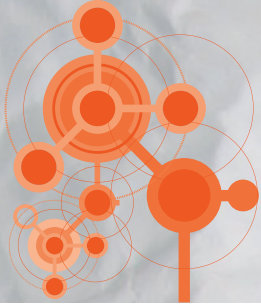
Organicom makes use of the System of Electronic Editing of Magazines (Seer), translated and customized by the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (Ibict). The texts are received, in a continual flow and/or upon request, from Brazilian researchers and any of other countries for the dossiers of each edition.

Organicom utiliza el Sistema Electrónico de Edición de Revistas (Seer), traducido y customizado por el Instituto Brasílero de Información en Ciencia y Tecnología (Ibict). Los textos son recibidos, en flujo continuo y/o por convocación, de los investigadores brasileros y de otros países para los dossiers de cada edición.

INDEXAÇÃO

Organicom é indexada em / *Organicom is indexed in* / *Organicom es indexada en*:

- Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal – <<http://www.latindex.unam.mx>>. Acesso em / Access in / Acceso en: <<http://www.latindex.unam.mx/buscador/resTit.html?opcion=3&letra=O>>.
- Reviscom – Rede Confibercom de Revistas de Comunicação, da Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Confibercom) – <<http://redrevistascomunicacion.wordpress.com/>>. Acesso em / Access in / Acceso en: <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/>>.
- Revcom – Coleção Eletrônica de Revistas de Ciências da Comunicação-Portcom/Intercom: <<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc>>.
- Qualis-Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em / Access in / Acceso en: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/ConsultaListaCompletaPeriodicos.faces>>. *Organicom* é classificada com o nível B1 em Ciências Sociais Aplicadas I.



CONSELHO CIENTÍFICO-EDITORIAL
SCIENTIFIC-EDITORIAL BOARD
CONSEJO CIENTÍFICO-EDITORIAL

PRESIDENTE | PRESIDENT | PRESIDENTE:

Margarida Maria Krohling Kunsch (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil)

MEMBROS EFETIVOS | EFFECTIVE MEMBERS | MIEMBROS EFECTIVOS:

Abraham Nosnik Ostowiak (Universidad Anáhuac – México)

Ana Lúcia Novelli (Senado Federal – Brasília, DF, Brasil)

Ana Luisa Castro Almeida (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG, Brasil)

Adriano Sampaio (Universidade Federal da Bahia – Salvador, BA, Brasil)

Angela Cristina Salgueiro Marques (Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG, Brasil)

Antonio Castillo Esparcia (Universidad de Málaga – Málaga, Espanha)

Antonio Fausto Neto (Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo, RS, Brasil)

Ary José Rocco Júnior (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado; Centro Universitário Nove de Julho – São Paulo, SP, Brasil)

Carlos Alberto Messeder Pereira (Escola Superior de Propaganda e Marketing – Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

Celsi Brønstrup Silvestrin (Universidade Federal do Paraná – Curitiba, PR, Brasil)

Cláudia Peixoto de Moura (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil)

Cláudio Cardoso (Universidade Federal da Bahia – Salvador, BA, Brasil)

Cicília Krohling Peruzzo (Universidade Metodista de São Paulo – São Bernardo do Campo, SP São Paulo, Brasil)

Cleusa Maria Andrade Scroferneker (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil)

Elizabeth Gonçalves (Universidade Metodista de São Paulo – São Bernardo do Campo, SP, Brasil)

Elizabeth Saad Corrêa (Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil)

Eugenia Barichello (Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria, RS, Brasil)

Federico Varona Madrid (San José State University – USA)

Francisco Gonçalves da Conceição (Universidade Federal do Maranhão – São Luis, SP, Brasil)

George Cheney (The University of Utah – USA)

Gilson Vieira Monteiro (Universidade Federal do Amazonas – Manaus, AM, Brasil)

Gino Giacomini Filho (Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil)

Gisela Gonçalves (Universidade de Beira Interior – Portugal)

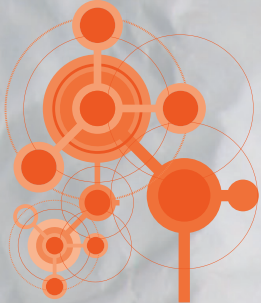
Heliodoro Teixeira Bastos (Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil)

Heloiza Helena Matos e Nobre (Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil)

Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes (Universidade Federal de Pernambuco – Recife, PE, Brasil)

Ivone de Lourdes Oliveira (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG, Brasil)

Izidoro Blikstein (Fundação Getúlio Vargas – São Paulo, SP, Brasil)



James E. Grunig (University of Maryland – USA)

Joan Costa Solà-Segalés (Ciac International – Espanha)

João José de Azevedo Curvello (Universidade de Brasília – Brasília, DF, Brasil)

Jorge Antonio Menna Duarte (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Brasília, DF, Brasil)

José Miguel Túñez Lopez (Universidad de Santiago de Compostela – Espanha)

José Zilmar Costa (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal, RN, Brasil)

Júlio Afonso Pinho (Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, PB, Brasil)

Karla Maria Müller (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil)

Luiz Carlos Assis Iasbeck (Universidade Católica de Brasília – Brasília, DF, Brasil)

Márcio Simeone Henriques (Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG, Brasil)

María Antonieta Rebeil Corella (Universidad Anáhuac – México)

Maria Aparecida Ferrari (Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil)

Maria Eugênia Porém (Universidade Estadual Paulista – Bauru, SP, Brasil)

Maria Ivete Trevisan Fossá (Univesidade Federal de Santa Maria – Santa Maria, RS, Brasil)

Maria Salett Tauk Santos (Universidade Federal Rural de Pernambuco – Recife, PE, Brasil)

Mariângela Furlan Haswani (Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil)

Marlene Regina Marchiori (Universidade Estadual de Londrina, PR, Brasil)

Mauro Wilton de Souza (Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil)

Mitsuru Higuchi Yanaze (Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil)

Nélia del Bianco (Universidade de Brasília – Brasília, DF, Brasil)

Nicole D' Almeida (Université Paris-Sorbonne – França)

Pablo Antonio Múnera Uribe (Colegiatura Colombiana – Colômbia)

Paulo Roberto Nassar de Oliveira (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial – São Paulo, SP, Brasil)

Regina Celia Escudeiro (Universidade Estadual de Londrina – Londrina, PR, Brasil)

Ricardo Ferreira de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

Rudimar Baldissera (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil)

Severino Lucena Filho (Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, PB, Brasil)

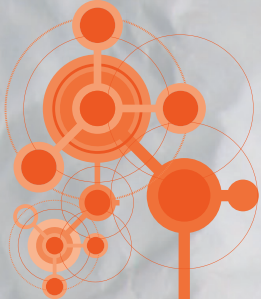
Simone Tuzzo (Universidade Federal de Goiás – Goiânia, GO, Brasil)

Teresa Ruão (Universidade do Minho – Portugal)

Tiago Mainieri de Oliveira (Universidade Federal de Goiás – Goiânia, GO, Brasil)

Wilson da Costa Bueno (Universidade Metodista de São Paulo – São Bernardo do Campo, SP, Brasil)

Yuji Gushiken (Universidade Federal do Mato Grosso – Cuiabá, MT, Brasil)



Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Organicom - Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas / Departamento de Relações públicas, Propaganda e Turismo, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. – v. 1, n. 1 (2004). – São Paulo : ECA-USP/Gestcorp, 2004.

Semestral
ISSNe 2238-2593

1. Comunicação organizacional 2. Relações públicas I. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo. Curso de Pós-Graduação de Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

CDD 21.ed. – 658.45

SECRETARIA | OFFICE | SECRETARÍA

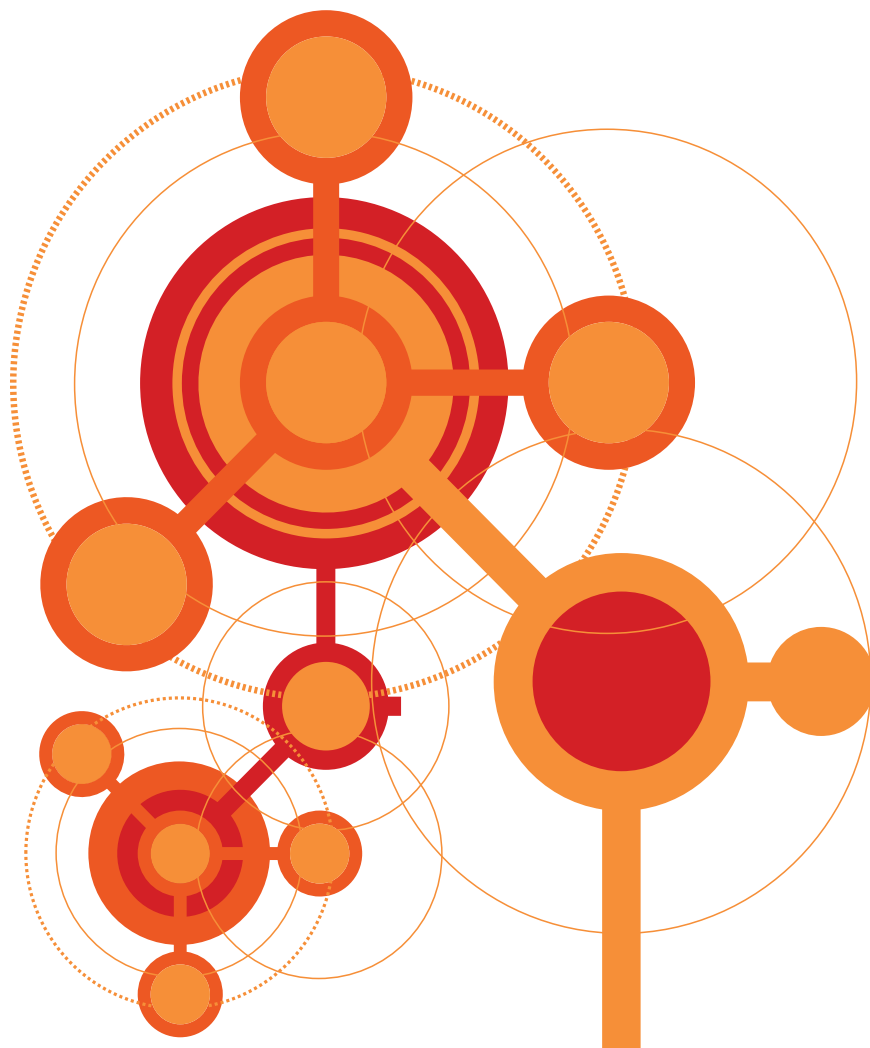
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 - Bloco 22 - Sala 30
Cidade Universitária - 05508-020 São Paulo - SP - Brasil
<https://www.revistas.usp.br/organicom/index>
organicom@revistaorganicom.org.br
(+55 11) 3091 2949

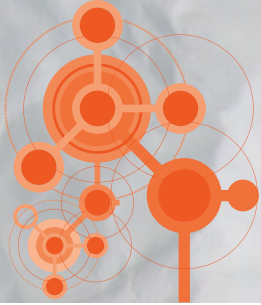
Organicom

ISSN 2238-2593

REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS • ANO 15 • NÚMERO 28 • 1º SEMESTRE 2018

Comunicação, Estudos para a Paz e Violência Organizacional





INSTITUCIONAL

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

REITOR
Marco Antonio Zago

VICE-REITOR
Vahan Agopyan

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES – ECA

DIRETOR
Eduardo Henrique Soares Monteiro

VICE-DIRETORA
Brasilina Passarelli

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - PPGCOM

COORDENADORA
Roseli Fígaro

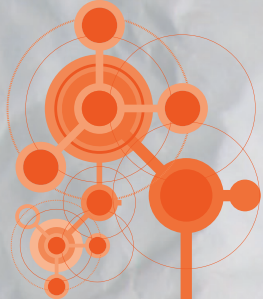
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO - CRP

CHEFE
Maria Clotilde Perez Rodrigues Bairon Sant'Anna

VICE-CHEFE
Paulo Roberto Nassar de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DE GESTÃO ESTRATÉGICA EM COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS – GESTCORP

COORDENADORA
Margarida Maria Krohling Kunsch



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | *PRESENTATION*

Comunicação, estudos para a paz e violência organizacional: uma perspectiva crítica 12
MARIA APARECIDA FERRARI E RAQUEL CABRAL

ENTREVISTA | *INTERVIEW*

Diálogos entre o Norte e o Sul Global sobre violência e comunicação para a paz 20
ELOÍSA NOS ALDÁS E MAXIMILIANO MARTIN VICENTE

DOSSIÊ | *DOSSIER*

Violence, peace and peace research 33
JOHAN GALTUNG

Investigação para a paz: passado, presente e futuro 57
HÅKAN WIBERG

O desafio crítico dos estudos para a paz 74
JOSÉ MANUEL PUREZA

Uma breve introdução à pesquisa sobre paz transracional e transformação elicitiva de conflito 90
WOLFGANG DIETRICH

Sexualidad y reconocimiento como apuestas a la transformación de la securitización en El Salvador: una reflexión transracional 105
JOSEFINA ECHAVARRÍA ALVAREZ E ERIKA JULIETA ROJAS OSPINA

Desafíos para la paz en un mundo globalizado. Por una ciudadanía cosmopolita y cuidadora 127
IRENE COMINS MINGOL

Equilibrios inestables para el periodismo para la paz en conflictos nacionalistas 140
XAVIER GIRÓ

Lessons from the Margin: indigenous peace ecology 149
ALBERTO GOMES

Reflexión sobre la migración transnacional y transcultural en el Estado de México desde la perspectiva de la paz y los conflictos 167
EDUARDO ANDRÉS SANDOVAL FORERO

Involucramiento de las organizaciones en la construcción de paz 189
SANDRA I. FUENTES MARTINEZ

Violência cultural, masculinidades e publicidade: a campanha "É de homem!" da L'Oréal em Portugal 206
SOFIA JOSÉ SANTOS E ALEXANDRE DE SOUSA CARVALHO

Comunicação, violência e problemas sociais: uma leitura construcionista 223
FELIPE TAVARES PAES LOPES E MARIANA PRIOLI CORDEIRO

A atuação do cinema intercultural nos imaginários de naturalização da violência contra imigrantes 236
CÉLIA MARIA RETZ GODOY DOS SANTOS E ANDRÉ APARECIDO MEDEIROS

Violência organizacional: reflexões a partir da perspectiva dos estudos para a paz 247
RAQUEL CABRAL, GISELA GONÇALVES E JORGE SALHANI

PESQUISA | *RESEARCH*

Os espaços e as vozes de informação em ambientes hospitalares 266
ELISÂNGELA CARLOSSO MACHADO MORTARI

ESPAÇO ABERTO | *OPEN SPACE*

Dilemas éticos e produção do jornalismo: a relação entre jornalista e empresa de comunicação 277
EDGARD PATRÍCIO

Teorias da comunicação, transferência do conhecimento e implicações na subserviência dos sujeitos nas organizações 287
FÁBIA PEREIRA LIMA

RESENHAS | *REVIEWS*

A paz e transformação de conflitos em diversas perspectivas e práticas 300
HELOÍSA SANTOS

Polêmica para a paz 304
ERIKA DE MORAES

NORMAS 308

APRESENTAÇÃO

Comunicação, estudos para a paz e violência organizacional: uma perspectiva crítica

Communication, peace studies and organizational violence: a critical perspective

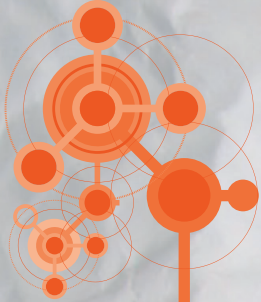
Comunicación, estudios para la paz y violencia organizacional: una perspectiva crítica

Comunicação mediadora. Diálogos de paz. Sociedade do conhecimento. Estudos para a paz. Cidadania Cuidadora. Violência organizacional. Estes são alguns dos temas que foram abordados por conceituados pesquisadores e especialistas internacionais e nacionais em *Peace Studies* (Estudos para a Paz), e que apresentamos na edição 28 da *Revista Organicom*.

O dossiê "Comunicação, Estudos para a Paz e Violência organizacional" está dividido em duas partes. A primeira conta com dez textos de autores renomados, cujos aportes são basilares para entender a perspectiva dos Estudos para a Paz; além disso, os autores são conhecidos internacionalmente pela singular e essencial bibliografia que produziram até os dias de hoje e que alimenta a área. A segunda parte do dossiê conta com autores brasileiros e portugueses, de uma nova safra de estudiosos, que estão aplicando as teorias dos renomados pesquisadores que consolidaram o campo.

Parafraseando José Manuel Pureza, um de nossos convidados deste número, vivemos num tempo de incerteza, e essa incerteza advém de uma complexidade crescente do ambiente que nos envolve. Na realidade, essa incerteza, conforme reforça o autor, significa abrir espaço para o pensamento diverso, para a discussão de enfoques e matizes teóricos que permitam a reflexão de novos saberes e olhares sobre o ser humano na sociedade contemporânea.





O presente número da *Revista Organicom* traz uma interessante relação entre os processos comunicativos e a transdisciplinaridade na perspectiva dos Estudos para a Paz e como esses saberes convergem para as práticas nas organizações, aqui entendidas como o Estado, as empresas privadas e o terceiro setor. É sabido que no Brasil os estudos que contemplam a relação entre os Estudos para a Paz, o processo de comunicação e as organizações como entidades produtoras de sentidos, serviços e produtos ainda são muito incipientes, principalmente quando buscamos resultados que combinem essas três áreas do conhecimento. Encontramos estudos desde a perspectiva das relações internacionais, de segurança nacional e também da antropologia e das ciências sociais, que olham o fenômeno desde a perspectiva dos conflitos nacionais e internacionais, de questões políticas ou de aspectos legais em torno de problemas globais relacionados principalmente à violência nas suas mais diversas manifestações, tais como impactos ambientais, fluxos migratórios, desenvolvimento humano, diversidade e interculturalidade, reconstrução de sociedades pós-conflito, entre outros. Contudo, entendemos que a perspectiva organizacional também se aproxima desse debate, uma vez que as organizações podem ser vistas como microambientes que refletem e intensificam outros vários tipos de violências.

Em nossa recopilação de informações observamos que no Brasil existem alguns grupos de estudiosos, como a Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS)¹, que reúnem diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros dedicados à perspectiva crítica da *Peace Research* (Pesquisa para a Paz). Muitos deles atuam na área das relações internacionais. A partir de 2016, a rede vem organizando o Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz (Ebeb)², de caráter interdisciplinar e que acolhe diversas temáticas, incluindo a Comunicação para a Paz. Ademais, a rede tem sistematizado informações valiosas e mapeado centros de pesquisa e eventos internacionais, além de publicações em periódicos sobre a temática da *Peace Research* que pode ser consultada em <<https://redepcecs.com/recursos>>.

Do mesmo modo, se observam importantes iniciativas brasileiras voltadas para a perspectiva crítica dos Estudos para a Paz. Na área da Comunicação para a Paz (*Communication for Peace*), por exemplo, encontramos a disciplina "Comunicação para cultura de paz e interculturalidade", oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Bauru (SP), além de uma disciplina condensada com a mesma temática no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (USP), entre outras.

Por outra parte, como fonte de pesquisa para profissionais da comunicação, das relações internacionais e do direito, encontra-se o blog *Peace Reflections*³, da pesquisadora brasileira Roberta Holanda Maschietto, que reúne materiais sobre a *Peace Research* e *peacebuilding*.

Quando buscamos outras iniciativas ao redor do mundo, identificamos importantes centros de pesquisa da *Peace Research*. Mencionamos o Instituto Interuniversitário de Desenvolvimento Social e Paz (Iudesp)⁴, vinculado à Cátedra Unesco de Filosofia para a Paz da Universitat Jaume I e Universitat de Alicante, localizada na Espanha e que mantém um Programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado internacional) em Estudos para a Paz⁵. Em seguida está o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Portugal, que conta com o Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (Nhumep) e reúne pesquisadores do mundo todo que atuam na perspectiva crítica dos Estudos para a Paz⁶.

1 Portal da Rede PCECS disponível em: <<https://redepcecs.com/>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

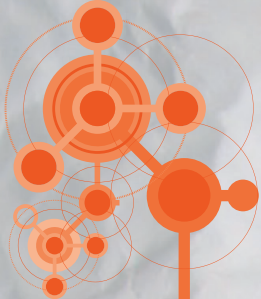
2 Portal do Ebeb disponível em: <<https://redepcecs.com/iii-ebep-3/>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

3 Blog *Peace Reflections* disponível em: <<https://peacereflections.wordpress.com/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

4 Portal do Iudesp disponível em: <<http://www.iudesp.es/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

5 Portal do Programa de Pós-Graduação em Estudos Internacionais de Paz, Conflitos e Desenvolvimento (Mestrado e Doutorado) da Universitat Jaume I, Espanha, disponível em: <<https://www.uji.es/estudis/oferta/base/masters/actual/centre/fchs/pau-2013/>>. Acesso em: 31 jul. 2018

6 Portal do Nhumep disponível em: <<https://ces.uc.pt/pt/ces/nucleos/nhumep>>. Acesso em: 31 jul. 2018.



Na Universidade de Bradford, Inglaterra, encontra-se o Bradford Centre for International Development (BCID), um dos departamentos universitários na área dos Estudos para a Paz mais antigos do mundo⁷. Outro importante espaço de estudos é o Programa de Mestrado em Paz, Desenvolvimento, Segurança e Transformação Internacional de Conflitos da Universidade de Innsbruck, na Áustria⁸. Ainda vale destacar a Escola de Cultura de Paz (ECP) da Universidade Autônoma de Barcelona⁹, e o Gernika Gogoratuz Centro de Pesquisa para a Paz, no País Vasco¹⁰.

Partindo desse panorama, este dossiê tem o objetivo de reunir estudos de comunicação organizacional e relações públicas que apresentam uma interface concreta com reflexões em torno da relação entre a própria comunicação, os Estudos para a Paz e as organizações.

Também é propósito do dossiê provocar pesquisadores brasileiros sobre o papel da comunicação e da cultura diante do questionamento em torno da construção histórica de determinados discursos sociais que claramente têm o objetivo de naturalizar estruturas de violência. Desse modo, os Estudos para a Paz proporcionam um referencial teórico e prático que oferece instrumentos que podem desconstruir essas estruturas de violência que representam uma barreira à interação organizacional e ao diálogo comunicacional.

Assim, apresentamos dez textos de respeitados pesquisadores de diferentes partes do mundo e cujas trajetórias estão alicerçadas por entidades e centros de pesquisas internacionais, como Unesco e Transcend International, e outros quatro artigos de jovens pesquisadores.

Iniciamos o dossiê com a entrevista "Diálogos entre o Norte e o Sul Global sobre violência e comunicação para a paz", com os especialistas Eloísa Nos Aldás, da Universitat Jaume I, da Espanha, e Maximiliano Martín Vicente, da Unesp. Aos nossos entrevistados pedimos algo não usual; isto é, que eles dialogassem sobre a temática mediante suas visões do Norte e Sul globais. O resultado foi um texto riquíssimo de opiniões e aportes dos pesquisadores, que pertencem ao campo da Comunicação para a Paz (*Communication for Peace*) e da Comunicação para a Cidadania. Suas respostas às muitas questões sobre a trajetória dos Estudos para a Paz, as aproximações com a comunicação e o desenvolvimento do campo ao redor do mundo podem ser consideradas como uma aula magna!

A lista de autores notáveis convidados se inicia com Johan Galtung, sociólogo norueguês e um dos principais fundadores dos *Peace Studies*; foi criador do International Peace Research Institute, em Oslo, Noruega, e da Transcend International – a Peace Development Environment Network. "*Violence, peace and peace research*" é um texto seminal no qual o autor enfatiza sua trajetória no campo científico da *Peace Research* e reconhece que definir "paz" é, de fato, uma parte importante de uma estratégia científica que busca sua consolidação como área de conhecimento. Assim, Galtung nos oferece uma reflexão teórico-conceitual sobre paz e violência no contexto da perspectiva crítica dos Estudos para a Paz que influencia e serve de fundamento para diversas pesquisas na área ao redor do mundo.

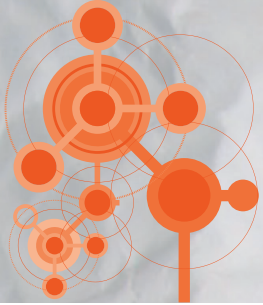
"Investigação para a paz: passado, presente e futuro" é de autoria de Håkan Wiberg, *in memoriam*. O pesquisador, importante sociólogo sueco, foi um dos principais autores dos Estudos para a Paz. Foi diretor da Lund University Peace Research Institute e diretor da Copenhagen Peace Research Institute. Seu texto apresenta a trajetória histórica de afirmação da *Peace Research*

7 Portal do BCID disponível em: <<https://www.bradford.ac.uk/social-sciences/peace-studies/index.php>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

8 Portal do *MA Program in Peace, Development, Security and International Conflict Transformation* disponível em: <<https://www.uibk.ac.at/peacestudies/ma-program/>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

9 Portal da Escola Cultura de Paz disponível em: <<http://escolapau.uab.cat/index.php>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

10 Portal do *Gernika Gogoratuz Centro de Investigación por la Paz* disponível em: <https://www.gernikagogoratuz.org/en/research_center_of_peace>. Acesso em: 31 jul. 2018.



como disciplina mediante densos debates epistemológicos, a fim de situá-la como campo científico orientado para valores e políticas concretas num território cognitivo disputado, que discute a densidade da não violência nos processos de transformação política.

José Manuel Pureza, doutor em Sociologia e pesquisador dos Estudos para a Paz, se dedicou muitos anos como docente de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Atualmente é deputado em Portugal. Com seu texto "O desafio crítico dos Estudos para a Paz", o autor apresenta uma leitura crítica das propostas teóricas da Escola dos Estudos para a Paz, na qual resgata seu caráter emancipador em diálogo com nosso tempo.

No texto "Uma breve introdução à pesquisa sobre paz transracional e transformação elicitiva de conflito", Wolfgang Dietrich aprofunda a filosofia de paz transracional com entendimento sistêmico mais amplo do conflito como fenômeno relacional. Oferece uma ferramenta para a análise desse fenômeno introduzindo ressonância, correspondência e homeostase como princípios de mapeamento elicitivo de conflito. O autor é cientista político e pesquisador austríaco dos Estudos para a Paz, e atua como diretor do Programa de Mestrado em Estudos para a Paz da Universidade de Innsbruck, Áustria.

As pesquisadoras colombianas em Estudos para a Paz, Josefina Echavarría Alvarez e Erika Julieta Rojas Ospina, apresentam o texto "*Sexualidad y reconocimiento como apuestas a la transformación de la securitización en El Salvador: una reflexión transracional*", que aborda o reconhecimento das diversidades sexuais e de gênero como indispensável para a construção de paz e transformação de conflitos. Apresentam um mapa sobre o caso de violência contra mulheres trans em San Luis Talpa, em San Salvador, e oferecem uma análise elicitiva que visibiliza as profundas relações geradas que dissimulam a reprodução da violência da moderna segurança.

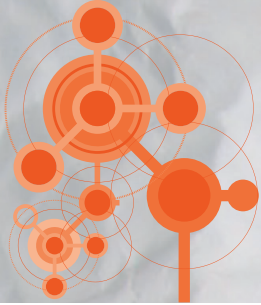
Irene Comins Mingol, filósofa, diretora do Iudesp na Universitat Jaume I, Espanha, e pesquisadora sobre gênero, ética do cuidado e paz, nos brinda com o artigo "*Desafíos para la paz en un mundo globalizado. Por una ciudadanía cosmopolita y cuidadora*". Seu texto reflete sobre a noção de *cuidado* na sociedade globalizada, destacando a relevância de uma filosofia do cuidado para ressignificar algumas suposições dominantes sobre a natureza humana e o potencial da ética do cuidado para tratar de temas morais em contextos globais.

Xavier Giró, jornalista e professor na Universitat Autònoma de Barcelona, é um dos principais pesquisadores sobre Jornalismo para a Paz (*Peace Journalism*). Em seu artigo "*Equilibrios inestables para el periodismo para la paz en conflictos nacionalistas*", apresenta discussão em torno do Jornalismo para a Paz como ferramenta comunicacional para contribuir com a cobertura informativa de conflitos nacionalistas a favor dos oprimidos, mas ao mesmo tempo evitando que esse compromisso colabore para uma intensificação do confronto em direção à violência.

Alberto Gomes é antropólogo australiano, professor da La Trobe University, em Melbourne, Austrália, onde pesquisa povos tradicionais indígenas aborígenes, como os Orang Asli da Malásia. É fundador da Dialogue, Empathic & Peacebuilding Network¹¹ e professor convidado de diversas universidades da Ásia e Europa. Seu artigo "*Lessons from the Margin: indigenous peace ecology*" se inspira nos modos de vida e práticas dos povos indígenas, partindo da ideia de que, ao levar em consideração a Paz Ecológica (*Peace Ecology*) indígena, serão fomentadas soluções efetivas para a tríplice crise pela qual a humanidade passa (ecológica, social e humanitária). Isso implica numa mudança paradigmática da percepção antropocêntrica da natureza para uma percepção ecocêntrica, contrária ao hiperindividualismo e voltada para a comunidade.

O professor Eduardo Andrés Sandoval Forero, da Universidad Autónoma del Estado de México, em seu artigo "*Reflexión sobre la migración transnacional y transcultural en el Estado de México desde la perspectiva de la paz y los conflictos*", apresenta

¹¹ Disponível em: <<https://globaldeepnetwork.org/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.



a relação teórica, conceitual e metodológica que existe entre os fluxos migratórios, a paz e o conflito refletido no âmbito transnacional e transcultural, que é apresentada através de uma experiência migratória da população do Estado do México. Uma das contribuições mais relevantes do artigo consiste na ampla relação entre a perspectiva crítica de conceber a migração como fenômeno que articula o conflito, a violência e a paz, e a emergência de estudos neste campo de pesquisa social.

“Involucramiento de las organizaciones en la construcción de paz” é uma reflexão apresentada por Sandra Inés Fuentes Martínez, professora da Pontificia Universidad Javeriana, de Bogotá, e consultora de comunicação. Sua contribuição aponta que a gestão estratégica da comunicação é fundamental para reconstruir o tecido social, fortalecendo a inter-relação da organização com a sociedade ao construir vínculos baseados na confiança e ao desarmar a palavra para construir uma nova narrativa de paz que consolide uma sociedade harmoniosa e pacífica.

Em seguida, contamos com quatro textos de jovens pesquisadores brasileiros e portugueses que, utilizando várias das teorias dos autores referentes que participam do dossiê, mostram que já existem pequenos, mas firmes avanços para a inter-relação dos Estudos para a Paz com a comunicação organizacional e relações públicas no nosso cenário.

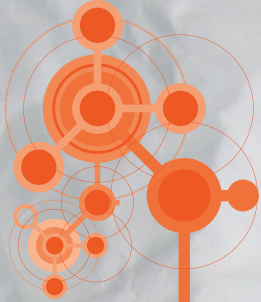
O texto “Violência cultural, masculinidades e publicidade: a campanha ‘É de homem!’ da L’Oréal em Portugal”, de Sofia José Figueira Santos e Alexandre de Sousa Carvalho, pesquisadores portugueses da Universidade de Coimbra, discute a violência na publicidade ao analisar uma campanha da marca L’Oreal, em Portugal, na qual se evidenciam estratégias de comunicação que legitimam a violência de gênero.

Em “Comunicação, violência e problemas sociais: uma leitura construcionista”, Felipe Tavares Paes Lopes, docente da Universidade de Sorocaba, e Mariana Prioli Cordeiro, docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), apresentam uma reflexão teórico-conceitual a fim de contribuir com os debates realizados no campo dos Estudos para a Paz, discutindo a pertinência da perspectiva construcionista como ferramenta teórica de análise de conflitos violentos.

Em “A atuação do cinema intercultural nos imaginários de naturalização da violência contra imigrantes”, Célia Maria Retz Godoy dos Santos e André Aparecido Medeiros, pesquisadores em comunicação da Unesp, oferecem um olhar teórico sobre o cinema como meio de comunicação, expressão artística e instrumento de intervenção política ao discutir, por meio da representação social, a temática dos fluxos migratórios e da diversidade cultural, uma das problemáticas humanas, sociais e políticas mais urgentes do nosso tempo.

Finalmente, os pesquisadores Raquel Cabral e Jorge Salhani, ambos da Unesp, e Gisela Gonçalves, da Universidade da Beira Interior, de Portugal, brindam-nos com o artigo “Violência organizacional: reflexões a partir da perspectiva dos estudos para a paz”. O texto discute o conceito de violência organizacional e suas diversas formas de manifestação, aproximando o debate entre os estudos organizacionais e os Estudos para a Paz. No contexto da comunicação organizacional e relações públicas, tal debate se destaca, uma vez que diante da observação de tal fenômeno no ambiente organizacional busca-se fortalecer a discussão em torno da ética e seus mecanismos de identificação, vigilância, denúncia e eliminação da violência.

Na seção “Pesquisa” que apresenta um espaço para temas mais amplos da área da comunicação, apresentamos o artigo “Os espaços e as vozes de informação em ambientes hospitalares”, da pesquisadora Elisângela Machado Mortari, docente da Universidade Federal de Santa Maria (RS), que busca compreender as etapas de circulação dos sentidos relacionados à agenda de notícias no campo da saúde pública, especialmente as produzidas nas assessorias de comunicação dos hospitais-escola localizados na região Sul do Brasil.



Na seção “Espaço aberto”, contamos com dois artigos. O primeiro, “Dilemas éticos e produção do jornalismo: a relação entre jornalista e empresa de comunicação”, do pesquisador Edgard Patrício, da Universidade Federal do Ceará, apresenta uma pesquisa realizada com 15 jornalistas para discutir como as transformações na produção do jornalismo repercutem na dimensão ética do exercício da profissão, e como a empresa de comunicação interfere na relação entre condições de produção e ética jornalística. Já o segundo, “Teorias da comunicação, transferência do conhecimento e implicações na subserviência dos sujeitos nas organizações”, de autoria de Fábria Lima, docente da Universidade Federal de Minas Gerais, defende que os estudos de comunicação organizacional podem contribuir para desconstruir premissas que integram a rede de violências simbólicas que pautam as relações sociais, objetos de pesquisa e práticas organizacionais.

A *Revista Organicom* encerra o número 28 com a seção “Resenhas”, apresentando sinopses de duas obras relevantes e críticas para os pesquisadores que queiram aprofundar-se nos Estudos para a Paz.

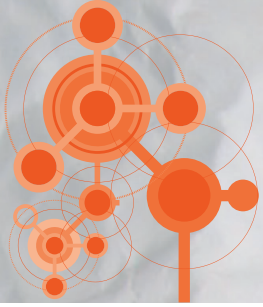
No primeiro texto, intitulado “A paz e transformação de conflitos em diversas perspectivas e práticas”, Heloísa Santos, da Unesp, apresenta a resenha do livro *Handbook of Peace and Conflict Studies*, editado por Johan Galtung e Charles Webel, e publicado em 2007 pela Editora Routledge, nos Estados Unidos. Os editores reúnem, em 25 capítulos, parte importante das ideias e conceitos trabalhados nos Estudos para a Paz. Considerada uma obra clássica e atemporal, oferece uma visão transdisciplinar de questões como paz negativa e positiva, cultura de paz, violência direta, estrutural e cultural, conflitos e conciliação, métodos de aproximação e conceitos-chave para a implantação da paz em níveis locais, regionais e globais.

Em “Polêmica para a paz”, Erika de Moraes, da Unesp, traz reflexões sobre o livro *Apologia da polêmica*, da autora Ruth Amossy, publicado em 2017 pela Editora Contexto. A autora do livro é professora emérita da Universidade de Tel Aviv, diretora de grupo de pesquisa em Análise do Discurso, Argumentação e Retórica, ligada à mesma universidade, e editora da revista digital *Argumentation et analyse du discours*. Amossy mostra que a *polêmica pública* enquanto *modalidade argumentativa*, apesar de ser depreciada, desempenha papel vital nas democracias pluralistas. O livro está organizado em três partes. Com relação à presença da polêmica no mundo contemporâneo, a autora enfatiza que os conflitos de opinião ocupam um lugar preponderante na cena política, e que os meios de comunicação não param de forjar e de difundir de forma persistente as mais variadas polêmicas, ditas de interesse público.

Aproveitamos para agradecer a todos(as) os(as) pareceristas que contribuíram com o processo de revisão às cegas dos artigos recepcionados para este dossiê, principalmente os especialistas em Estudos para a Paz da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança, que realizaram um excelente trabalho de avaliação. Agradecemos, em especial, ao Prof. Luís Bravo, mestre em Estudos para a Paz pela Universidade de Innsbruck, Áustria, discípulo de Wolfgang Dietrich no Brasil, que colaborou sobremaneira com uma revisão cuidadosa de seu artigo para o português. E gostaríamos, ainda, de homenagear o Prof. Dr. Vicent Martínez Guzmán, in memoriam, filósofo para a paz, ex-diretor da Cátedra UNESCO de Filosofia para a Paz na Universitat Jaume I, Castellón, Espanha, que no passado mês de agosto nos deixou. Seu legado para a filosofia em diálogo com os Peace Studies tem inspirado dezenas de pesquisadores ao redor do mundo.

Como pesquisadoras e acadêmicas, esperamos que o número 28 da Revista Organicom seja um divisor de águas, contribuindo principalmente para inspirar os comunicadores da área da comunicação organizacional e relações públicas a desbravarem o campo dos Estudos para a Paz e da violência organizacional.

Nosso esforço ao presentear os leitores com textos de referência mundial na área de Estudos para a Paz tem como objetivo a construção e consolidação de referenciais teóricos críticos e experiências práticas voltadas para a cultura de paz a partir da nossa realidade brasileira, latino-americana e dos povos do Sul global.



Tal como previsto no Pacto Global das Nações Unidas, publicado no ano de 2000, as organizações são convocadas a serem legítimas parceiras na implantação de políticas e ações efetivas que busquem identificar, denunciar e eliminar a violência de nossas sociedades. Para tanto, o olhar para o ambiente organizacional é fundamental, uma vez que as organizações podem refletir e intensificar, no microambiente organizacional, manifestações de violência da sociedade. Com isso, é urgente que as organizações públicas, privadas e do terceiro setor conheçam essa perspectiva e trabalhem para a gestão da mudança de cultura da violência organizacional.

Boa leitura!

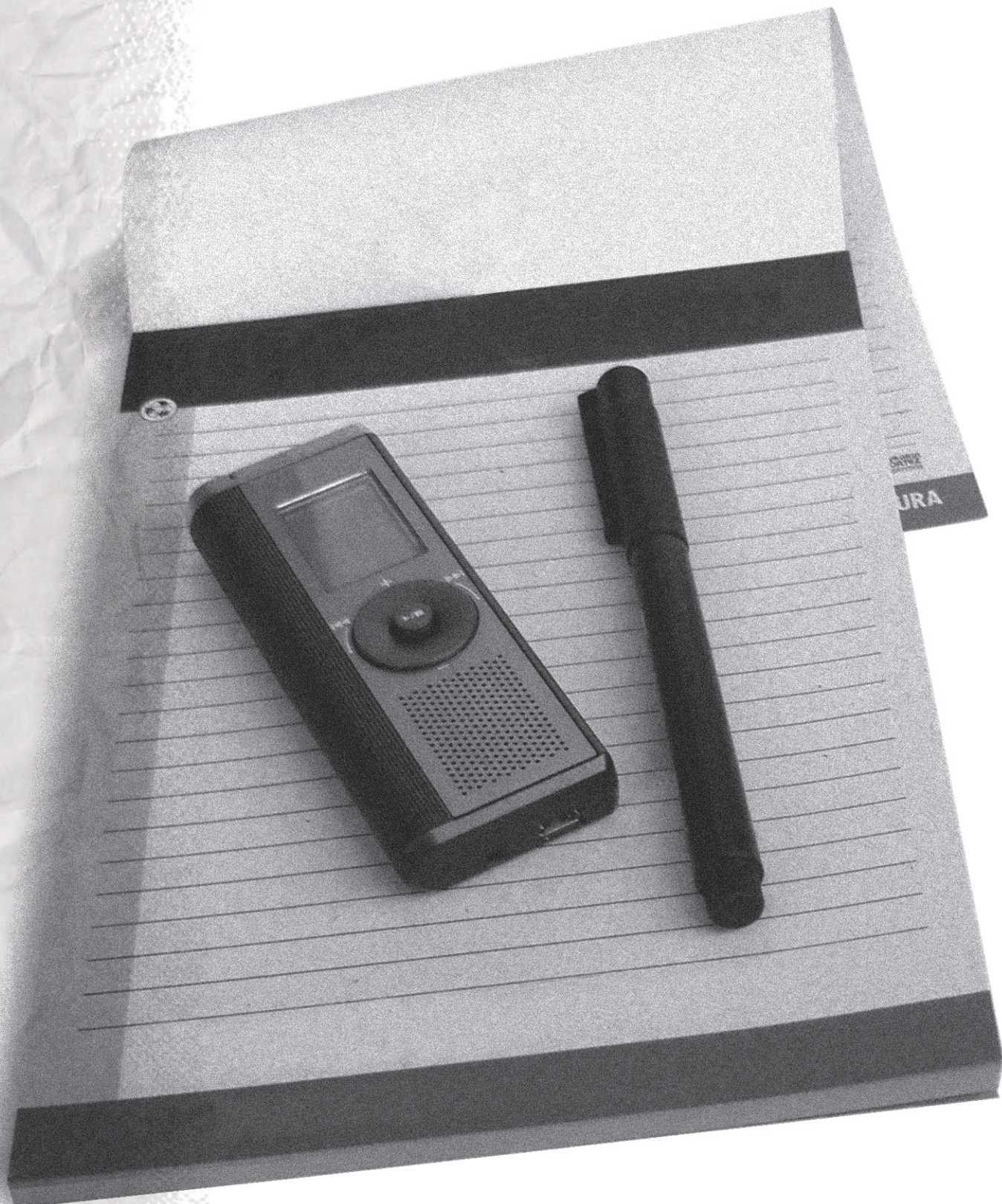
PROF.^a DR.^a MARIA APARECIDA FERRARI

ECA/USP

PROF.^a DR.^a RAQUEL CABRAL

FAAC/UNESP

ENTREVISTA





Diálogos entre o Norte e o Sul Global sobre violência e comunicação para a paz

Dialogues between the Global North and South on violence and communication for peace

Diálogos entre el Norte y el Sur Global sobre violencia y comunicación para la paz

Ao refletir sobre os *Estudos para a Paz (Peace Studies)* e a *Comunicação no Brasil*, observam-se algumas oportunidades como campo científico, uma vez que, embora haja diversidade de correntes teóricas na área da comunicação no contexto da América Latina, ainda carecemos de sistematização epistemológica sobre comunicação, cidadania e cultura de paz, como afirmou nosso entrevistado, Max Vicente.

Sendo assim, a proposta de entrevistar dois especialistas – um do campo da comunicação para a paz e outro da comunicação e cidadania – nasceu da oportunidade de contribuir com esse debate no contexto latino-americano a fim de apresentar uma reflexão na perspectiva crítica da *Peace Research* (Pesquisa para a Paz).

Assim, a partir do Norte e do Sul global, apresentamos duas entrevistas, duas visões de contextos distintos, mas com um objetivo em comum: abrir o debate em torno da comunicação para a não violência. Cada um no seu lugar de fala. Cada um ocupando seu lugar no universo dos debates.

Foi assim que, numa manhã de primavera de 2018, na cidade de Castellón de la Plana, Espanha, a Profa. Dra. Eloísa Nos Aldás nos ofereceu um olhar amplo e dialógico sobre a comunicação para a paz (*Communication for peace*), campo científico consolidado no contexto dos *Peace Studies*.

Durante uma tarde do inverno brasileiro de 2018, na cidade de Bauru, São Paulo, Brasil, o Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente (Max) nos atendeu para contar sobre sua visão em torno da comunicação e cidadania e suas inter-relações com a perspectiva das *Epistemologias do Sul*, de Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, que apresenta ampla convergência de objetivos com os estudos de comunicação desenvolvidos historicamente na América Latina.

Esperamos que os leitores aproveitem o diálogo entre os pesquisadores Eloísa e Max, e que suas reflexões inspirem novas pesquisas na perspectiva crítica da comunicação e também no âmbito organizacional e das relações públicas.

*Maria Aparecida Ferrari e Raquel Cabral,
(organizadoras do Dossiê Temático nº 28)*



Foto: E. Aldás

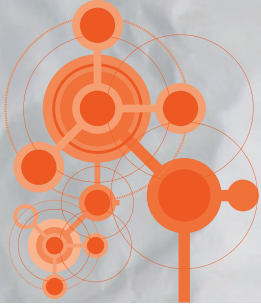
Eloísa Nos Aldás

- Doutora em Comunicação Empresarial e Institucional pela Universitat Jaume I, Espanha
- Mestre em Literatura Comparada pela Universidade Autônoma de Barcelona e Estudos para a Paz.
- Graduada em Filologia Inglesa
- Professora titular da área de Comunicação Audiovisual e Publicidade do Departamento de Ciências da Comunicação da Universitat Jaume I, Espanha
- Foi diretora do Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado Internacional) em Estudos para a Paz, Conflitos e Desenvolvimento vinculado à Cátedra Unesco de Filosofia para a Paz da Universitat Jaume I
- Foi diretora do Instituto Interuniversitário de Desenvolvimento Social e Paz com sede na Universitat Jaume I, entre a referida universidade e a Universidade de Alicante, Espanha
- Autora dos livros *Lenguaje publicitario y discursos solidarios: eficacia publicitaria, ¿eficacia cultural?* (2007) e *Comunicación y construcción de paz* (2009), elaborado junto a Salvador Seguí-Cosme e Ana Maria Rivas, ambos publicados pela Editora Icaria, Barcelona
- E-mail: aldas@uji.es



Maximiliano Martin Vicente

- Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)
- Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
- Graduado em História pela Universidade do Sagrado Coração (USC)
- Professor do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Unesp
- Foi livre-docente em História do Brasil em 2008
- Atua no programa de Pós-graduação em Comunicação Midiática da Unesp, campus de Bauru-SP, orientando pesquisas de mestrado e doutorado e ministrando a disciplina Comunicação e História na Nova Ordem Internacional
- Desenvolve pesquisa relacionada com o jornalismo alternativo, com ênfase no *Le Monde Diplomatique*
- Tem experiência de ensino nos cursos de Comunicação Social, na área de História do Brasil e Realidade Socioeconômica, e Política Brasileira Contemporânea.
- Autor do livro *História e comunicação na ordem internacional*, publicado pela Cultura Acadêmica – Unesp, e de artigos em revistas científicas.
- E-mail: maxvicente@uol.com.br



ORGANICOM – *Eloísa, considerando sua ampla experiência na área, qual é a relação entre os Estudos para a paz e a Comunicação para a paz?*

Eloísa – A epistemologia e as propostas dos *Peace studies* permitem enriquecer os enfoques das teorias da comunicação que se preocupam com a justiça social local e global. As propostas desses estudos incidem na responsabilidade e nas consequências culturais da comunicação. Especificamente, aprofundam na temática da violência cultural (em diálogo com os estudos culturais ou a sociologia), na análise de como essas violências simbólicas reforçam a violência estrutural e, por conseguinte, como ambas produzem a violência direta. Em outras palavras, apontam a performatividade dos discursos, aos efeitos e compromissos que toda interação comunicativa ou produção discursiva implica, e como podem criar e reforçar violências ou estabelecer diálogos ativos, reconstruir relações, reconhecer diferenças e incluí-las.

As principais contribuições dos *Peace Studies* para a comunicação são critérios e análises de exemplos para a transformação pacífica de todos os tipos de violências nas “culturas” de paz, a recuperação de outras histórias e discursos de paz positiva e paz imperfeita que trabalham a partir das mediações comunicativas com objetivos políticos coletivos. Em outras palavras, contribuem para provocar a visibilidade de todas essas estruturas e ações que produzem o sofrimento humano.

ORGANICOM – *Por que no contexto dos Estudos para a Paz de caráter inter e transdisciplinar, a comunicação tem grande relevância na transformação de conflitos e desconstrução da violência?*

Eloísa – Precisamente a violência simbólica e as representações constroem e influenciam nossas relações e ações e, portanto, o diálogo entre as diferentes perspectivas das ciências humanas e sociais nos permite abordar a formação e transformação desses cenários, sendo conscientes de todas as variáveis envolvidas. Necessitamos da comunicação como elemento-chave para conhecer, conectar, propor, debater e difundir propostas (mediar, em outras palavras), mas também da sociologia, da psicologia social, da educação, da tradução, das filologias comparadas, da economia, entre outras. Por outro lado, todas as disciplinas ou áreas do conhecimento necessitam revisar suas epistemologias, sua razão de ser, para que se possa refletir sobre seus efeitos sociais e culturais nas comunidades, em curto ou longo prazo, a partir da colaboração interdisciplinar, em todas as suas dimensões e interconexões, a partir da saúde pública até a convivência pacífica. Por outro lado, como muito bem reflete John Paul Lederach, a transformação de conflitos humanos tem um componente comunicativo *chave* em todas as suas dimensões, pois pressupõe o uso da linguagem para a compreensão das variáveis implicadas.

ORGANICOM – *Muitos são os pesquisadores que contribuíram com o desenvolvimento dos Peace Studies, entre eles, Johan Galtung. Em sua opinião, além de Galtung, quais autores contribuíram com reflexões e debates-chave para a Comunicação para a Paz?*

Eloísa – Muitos e muitas. É bastante difícil escolher, pois considero um trabalho de distintas comunidades de pesquisadores de comunicação e que estão em constante diálogo e reflexão entre as teorias e práticas. Às vezes denominados de Estudos para a Paz, mas outras partindo dessa interdisciplinaridade da qual estávamos falando anteriormente, o certo é que há uma grande diversidade de pesquisadores. Com certeza, deixarei de mencionar pessoas fundamentais (que me perdoem desde já), mas, para minha própria aprendizagem, eu mencionaria logo de início Vicent Martínez Guzmán, quem, a partir da “filosofia para fazer as pazes”, fundamentada na ética do discurso, articula um giro epistemológico determinante para as próprias ciências sociais que nos permite também redefinir as ciências da comunicação (uma comunicação que pede responsabilidades e propõe alternativas

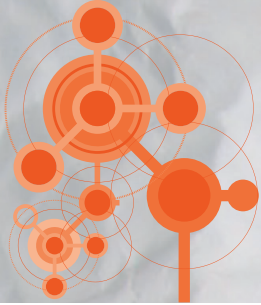


pacíficas e soluções, porque todos e todas contamos com capacidades e competências para aprender a fazer as coisas de outra forma; uma maneira intersubjetiva, que explicita nossos posicionamentos e dialoga com os demais, pois é impossível sermos objetivos; que supere as dicotomias). Nessas mesmas linhas epistemológicas, esse debate é enriquecido pelo ecofeminismo de Vandana Shiva e María Mies (e a equipe da *interseccionalidade* de Bell Hooks), as propostas educacionais de Betty Reardon e Elise Boulding, e no cenário espanhol de Manuela Mesa e os projetos do Centro de Educación e Investigación para la Paz – Ceipaz (sobretudo *Visibles y Transgresoras*), ou os enfoques a partir das capacidades de Judith Butler ou Amartya Sen. Ideias que também foram ampliadas por Boaventura de Sousa Santos e seu projeto Alice, incidindo no elemento-chave da interculturalidade e a incorporação de distintas lógicas e contribuições culturais chamadas de *Epistemologias do Sul*.

Do mesmo modo, no contexto da pesquisa-ação que teoriza as práticas, considero determinantes os trabalhos de Clemencia Rodríguez e Thomas Tufte – a primeira no âmbito da comunicação a partir das margens, o segundo na chamada comunicação para o desenvolvimento e a transformação social. Nessa linha, aqui na Espanha, no contexto da rede *#comunicambio*, temos trabalhado muito para colocar a comunicação das organizações em diálogo com os movimentos sociais para transformação social a partir de propostas de cooperação, não violência e culturas de paz. Nessa perspectiva, Javier Erro, Montse Santolino, Manuel Chaparro e Víctor Marí tiveram um papel determinante para impulsionar o diálogo entre a comunicação e a tradição latino-americana de Martín-Barbero, Mario Kaplún, Rosa María Alfaro, Omar Rincón e Rossana Reguillo, entre outras também. E, nas áreas de comunicação publicitária, Marcial García López e, na perspectiva do jornalismo para a paz, Xavier Giró e Ana Fernández Viso. Além disso, também foram determinantes propostas procedentes dos movimentos globais pacifistas e de criatividade coletiva recolhidas em obras recentes como a de Andrew Boyd e David Oswald Mitchell, em *Bella revuelta*.

ORGANICOM – *Max, muitos são os(as) pesquisadores(as) que contribuíram para o desenvolvimento dos Estudos para a Paz em âmbito global, entre eles, Johan Galtung. Em sua opinião, quais são os referentes latino-americanos que têm se aproximado da comunicação para a paz ao propor um debate crítico a respeito da comunicação para o desenvolvimento, para a cidadania ou para a transformação social no contexto da nossa realidade na América Latina?*

Max – Penso que essa é, ainda, uma questão que deve ser refletida mais criticamente. Temos grandes críticos sobre o modelo do desenvolvimento que estão preocupados com a “importação” de ideias e exemplos alheios à nossa realidade. A Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal) já tratava dessa questão nos anos 1970. Destaco Ruy Marini, pouco estudado, mas que contribui com uma visão bem crítica sobre as questões do desenvolvimento e a superexploração da mão de obra, e que aponta os entraves estruturais para se obter uma política independente capaz de traçar rumos singulares e peculiares da nossa realidade. O mesmo podemos falar da comunicação na América Latina. Martín-Barbero, Ramiro Beltrán, Marques de Melo, Guillermo Orozco e Antonio Pasquali são alguns pesquisadores entre muitos outros que poderíamos citar que elaboraram questionamentos e trouxeram temas que marcaram um percurso original no campo da comunicação na América Latina. Por outro lado, resulta impossível não destacar a figura de Paulo Freire – pedagogo brasileiro – como inspirador de modelos e interpretações nas mais diversas áreas do saber, incluindo a comunicação. Assim, podemos afirmar que temos, sim, estudos isolados relacionados com a comunicação e o desenvolvimento social, porém, quando se tenta unir esses elementos na perspectiva dos Estudos para a Paz, ainda se vislumbra um caminho bem longo para ser percorrido. Não pelo fato de não existirem estudos sobre o tema, mas porque não houve uma sistematização epistemológica sobre comunicação, cidadania e cultura de paz. Quantitativamente, os temas relacionados com a educação, cidadania e cultura de paz sobressaem na América Latina. Situações de conflitos, como o caso da Colômbia, motivaram estudos relacionados com a educação como forma de elaborar e despertar atitudes voltadas para a paz. Outro tanto pode ser dito do México e da Argentina. Tentando apontar uma direção para esses estudos e leituras feitas, poderíamos afirmar que a grande maioria das obras converge para um fator chave: propõem a mudança estrutural como condição para se estabelecer uma cultura de paz e um novo modelo de desenvolvimento e de exercício da cidadania.



ORGANICOM – *Eloísa, considerando sua experiência na linha da Peace Research (Pesquisa para a Paz), como é possível transformar conflitos por meios pacíficos e qual seria a responsabilidade da comunicação nesse contexto?*

Eloísa – Responder essa questão excede o espaço que temos para esta entrevista. Seria um artigo completo. Há numerosos estudos que respondem essa pergunta a partir de diferentes âmbitos: Sonia París Albert, no contexto da filosofia dos conflitos, aborda a importância das percepções e da comunicação interpessoal; os manuais da Berghof Foundation ou os trabalhos de Jake Lynch, Annabel McGoldrick, Xavier Giró ou de Cristina Salas, no contexto do jornalismo; os de John Paul Lederach, como base conceitual, ou algumas contribuições interessantes sobre processos comunicativos participativos para a paz pós-conflito, de Valentina Baú.

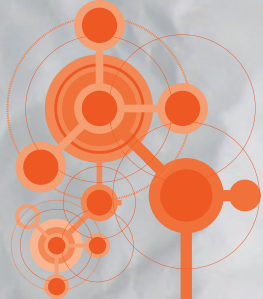
No entanto, por contribuir com uma breve reflexão, uma educação midiática (*media literacy*) e uma competência comunicativa são determinantes para todos os atores nos diferentes contextos para que sejam conscientes dos efeitos de suas ações (comunicativas). A não violência é um critério fundamental tanto no nível interpessoal como na produção de discursos planejados. A comunicação atua como mediadora em todos os contextos, e os objetivos e enfoques que lhe damos – ou o quão conscientes sejamos das representações e reconhecimento mútuo ou exclusão que construímos a cada passo – determinarão as relações que estabeleceremos ou reconfiguraremos. Nesse sentido, eu gostaria de ressaltar, novamente, a gravidade da *violência cultural*, especialmente em relação aos discursos hegemônicos que invisibilizam relações de violência, que excluem coletivos e formas de fazer e que impedem o início de um diálogo sobre determinadas opções alternativas. Portanto, superar as tendências de “surdez social” diante de determinados problemas, os discursos herméticos de ódio em relação a determinadas comunidades ou propostas, ou estarmos preparados para debater na diversidade sem cair na desqualificação e na construção de inimigos é uma emergência comunicativa atual nos distintos contextos. O “ativismo”¹ e os espaços de encontro com tempo para a reconciliação são opções eficazes que estão sendo exploradas em vários lugares do mundo.

ORGANICOM – *No cenário internacional, os movimentos sociais são capazes de criar uma comunicação alternativa para a construção e legitimação de culturas de paz?*

Eloísa – Sim. Na realidade, eles estão sendo e sempre foram capazes. Contudo, necessitamos ponderar sobre quais termos, obviamente. Por um lado, existem comunidades, iniciativas e processos em muitos lugares que aplicam comportamentos e políticas que legitimam culturas de paz, que impulsionam economias sociais e solidárias de decrescimento econômico, mas, frequentemente, convivendo com outros contextos que não o fazem. Há muitas opções para isso e, novamente, é preciso destacar que há numerosos estudos sobre os movimentos sociais ou as chamadas organizações de movimentos sociais que teorizam sobre o tema.

Minha modesta contribuição na perspectiva da comunicação para a paz seria que a legitimação de culturas de paz – como de qualquer outro tema ou realidade – necessita, além de práticas, de articulação política em termos amplos para conseguir, do mesmo modo, transformações mais amplas. Em inglês se teoriza como *advocacy*, mas não somente como articulação ou incidência direta por parte de grupos específicos nas autoridades políticas e legislativas, mas também como um trabalho contínuo e em longo prazo sobre os diferentes espaços que configuram os imaginários (violência cultural ou culturas) e suas instituições (leis, decisões políticas, educação, comunicação formal massiva). Portanto, numerosos estudos recolhem as ações de comunicação política que realizaram diferentes mobilizações sociais ou organizações de movimentos sociais e suas conquistas. Não somente no contexto comunicativo (de visibilizar temas na agenda pública através de mobilizações nas ruas

¹ Artivismo: neologismo, de origem recente, produzido pela combinação dos termos “arte” + “política” + “ativismo”, e que representa a arte-ativista ou o engajamento político do artista-ativista que busca, por meio das expressões artísticas, uma forma de manifestação e impacto político, ampliando o debate sobre determinadas temáticas de interesse coletivo junto à opinião pública.



ou o “ativismo” em outros espaços públicos, conseguir repercussão nos meios de comunicação, de informar, realizar uma pedagogia política e de cultura da solidariedade), mas também de propor mudanças de leis, influenciar decisões políticas, fazer propostas educativas... Já é possível encontrar trabalhos nessa linha, como o de *Notes From Nowhere* até os mais atuais que incorporam o papel das redes digitais de Victor Sampedro, Natalie Fenton, Vicent Bennet ou Tufte.

ORGANICOM – *Max, considerando historicamente a dimensão alternativa da Comunicação para a Paz no cenário internacional, os movimentos sociais têm sido capazes de criar uma comunicação alternativa para construção e legitimação de culturas de paz?*

Max – Com toda certeza. Se existe algo em comum na América Latina quando se fala de meios de comunicação, é a concentração midiática, tal como analisaram Guillermo Mastrini e Martín Becerra. Diante dessa hegemonia maléfica, a comunicação popular e alternativa sempre atuou tentando construir outras lógicas para entender os processos comunicativos. Os atores, as fontes, os valores e as práticas comunicacionais desses movimentos caminharam na contramão dos grupos dominantes. Daí a razão pela qual existem entraves para legitimar ou realizar concessões, conseguir financiamento para criar rádios comunitárias, jornais alternativos ou criação de *sites* nos quais se poderiam disponibilizar informações de interesse dos segmentos menos favorecidos socialmente. Falta uma ação coordenada desses grupos. Creio que o portal social *Watch*² representa um caminho a ser seguido para fomentar atitudes que congreguem organizações alternativas destinadas a vigiar e analisar o comportamento das estruturas de poder mantidas pelo Estado. Na verdade, isso deveria estimular a união dos setores populares para ficarem mais ativos e não tão pulverizados. Sempre é bom lembrar que estamos numa sociedade marcada pelo excesso de informação, mas também pela dificuldade em conseguir informação relevante e estratégica. Creio que esse deve ser um dos grandes objetivos desenvolvidos pelas organizações alternativas: se apropriar de informação para poder estruturar seus movimentos e reivindicar ações destinadas a beneficiar os setores populares e criar outro mundo com outros valores mais próximos das necessidades da maioria da população.

ORGANICOM – *Eloísa, considerando sua experiência em pesquisa sobre a comunicação de organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGDs), como você avalia a comunicação que produzem? Acredita que podem ser exemplos efetivos de Peace Media no caso daquelas que produzem comunicação para a transformação social?*

Eloísa – A comunicação para a paz combina enfoques participativos e estratégicos. Assim, a formação em comunicação necessita de um conhecimento em profundidade desses diferentes enfoques. O principal é retomar enfoques coletivos, de comunicação pública, que se centrem e antecipem os processos de configuração e transformação sociopolítica e cultural, que se criem espaços de debate e ação coletiva para transformar as distintas injustiças estruturais e culturais. É determinante ampliar os indicadores e paradigmas de eficácia tradicional baseada em impactos e benefícios econômicos-privados/individualistas com conhecimentos e profundidade das diferentes epistemologias e construção de identidades, partindo de critérios e indicadores de economia social, convivência, justiça social glocal. É o que eu trabalho com meus estudantes de graduação em Publicidade e Relações Públicas e os profissionais das ONGs como eficácia e eficiência cultural.

Nesse sentido – e em relação à comunicação das ONGDs no contexto do “Terceiro Setor” – é importante precisamente contribuir com a transformação social em termos de justiça global. Portanto, essas organizações, quando realmente trabalham a partir de sua cultura organizacional (que deve colocar o coletivo e objetivo comum por cima do individual e privado), as transformam em magníficos agentes comunicativos, em engrenagens para apoiar a mobilização social e os processos de pressão política necessários.

² Cf. *Social Watch*. Disponível em: <<http://www.socialwatch.org/>>.



ORGANICOM – *Max, na sua visão, como a comunicação e as relações públicas, como processo e profissão, podem contribuir estrategicamente para ampliar a construção de uma cultura de paz? A comunicação produzida pelas organizações públicas, privadas e do terceiro setor podem ser meios pelos quais se legitima a violência?*

Max – Uma olhada rápida nas publicações recentes sobre comunicação mostra que estamos numa sociedade midiaticizada. A título de exemplo, basta citarmos o livro de Manuel Castells, *O poder da comunicação* (2015) – aliás, título em português e que reflete mais claramente a que o texto se refere do que o título em espanhol – *Comunicación y poder* (2009). Entretanto, refletir sobre a comunicação e o poder que ela carrega nos teria que levar a propor mudanças radicais na sociedade, uma vez que o sistema em que ela se encontra inserida é desigual e nunca promoverá a igualdade. Estamos nos referindo ao capitalismo. É pura ilusão pensar que nele poderemos praticar a cultura de paz vista como um processo de transformação social. O mesmo digo quanto às relações públicas. Se elas têm como objeto de estudo as organizações e as instituições, devemos contextualizá-las nesse processo de implementação do sistema do capital; portanto, dificilmente promoverão a criação de uma sociedade igualitária. Contudo, nessa ótica, emerge o denominado espírito crítico e alternativo que, na verdade, nada mais faz do que evidenciar a impossibilidade de se pensar numa sociedade justa no capitalismo e nas estruturas que ele cria e que sustentam seus valores e princípios. Assim, entendo que se gera uma expectativa interessante para pensar tanto a comunicação organizacional como as relações públicas na promoção de mudanças estruturais, não conjunturais, sem as quais a cultura de paz pode minimizar problemas, mas não gerar soluções de longo prazo, que é o que se deveria buscar. Vale a pena destacar que, embora consideremos essas limitações estruturais, deve ser destacado o papel e a ação de indivíduos e profissionais, seja no âmbito da comunicação organizacional ou das relações públicas, que cada vez mais aderem às propostas da cultura de paz. Defendendo uma visão otimista, diríamos que é assim que se iniciam as transformações – grão a grão, passo a passo – e isso está acontecendo muito, como já disse, no âmbito da educação, que se caracteriza por exercer um expressivo poder multiplicador.

ORGANICOM – *Eloísa, os Peace Studies começaram a se desenvolver na América Latina depois de algum tempo em que já se vinha trabalhando com Peace Research na Europa e nos Estados Unidos. Qual sua visão sobre isso?*

Eloísa – Do meu ponto de vista, às vezes nos confundem as escolas e terminologias. Os *Peace Studies* se desenvolveram na Europa em um contexto específico de violência direta – no contexto das duas grandes guerras mundiais. No entanto, se analisamos seus objetivos, se entendemos, sobretudo, seus avanços, que atualmente focam nos saberes indígenas do Sul como fundamento e com a recuperação de filosofias, como a do bem viver ou do decrescimento, veremos que os tempos mudam. Além disso, vemos que a comunicação para a paz tem muitos pontos em comum com (e se inspira nas) propostas da comunicação participativa e comunitária latino-americana. Os contextos são muito diferentes, mas muitos dos objetivos coincidem. Em termos de comunicação, acredito que um bom exemplo é a obra *Antología de comunicación para el cambio social: lecturas históricas y contemporáneas*, editada por Alfonso Gumucio e Thomas Tufte, em 2008.

ORGANICOM – *Max, os Estudos para a Paz começaram a se desenvolver na América Latina depois de algum tempo em que já se vinha trabalhando com Peace Research na Europa e Estados Unidos. Qual sua visão sobre isso? Quais as especificidades de nossa realidade latino-americana e as perspectivas teóricas relacionadas à transformação social no caso da América Latina (que coincidem com os mesmos objetivos dos Estudos para a Paz)?*

Max – Parece-me perfeitamente compreensível que a Europa, castigada duramente por duas guerras mundiais, se debruçasse sobre os Estudos para a Paz. Os desdobramentos dessa preocupação nós já conhecemos, pois foram amplamente estudados



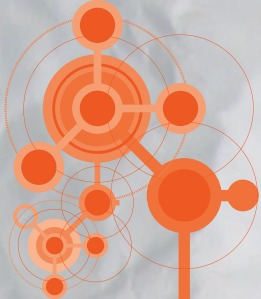
pelos pesquisadores dos *Peace Studies* do velho continente e dos Estados Unidos. Agora, o que me surpreende muito e sempre me levantou suspeitas é que nós, na América Latina, tivemos atrocidades ainda maiores que as vivenciadas pelos europeus ou norte-americanos. Basta olhar quantos indígenas havia no continente americano antes do descobrimento e quantos são atualmente. Se acrescentarmos a escravidão, a exploração e a dependência econômica teremos um quadro de violência aterrorizador. A questão é que sempre se tentou ocultar esses dados, quando não se criaram versões e interpretações que simplesmente não tocam nos assuntos mais polêmicos que deveriam ser amplamente conhecidos e debatidos. Do meu ponto de vista, esse resgate é imprescindível para pensar nos Estudos para a Paz na América Latina. Existem feridas que precisam ser curadas. Nossa violência é endêmica e estrutural para os menos favorecidos, enquanto os segmentos dominantes usufruíram e usufruem benesses e regalias que em nada diferem dos países ditos desenvolvidos. Assim, discutir cultura de paz e não violência implica em resgatar essas discussões para iniciar um processo de reconstrução que vise a igualdade em todas as suas dimensões, não apenas a econômica. Paulo Freire dizia que essa tarefa é complicada e que o ideal seria retirar do oprimido o potencial que carrega como opressor; só assim se construiria uma sociedade melhor. Partindo da ótica da América Latina, a cultura de paz deve transformar e criar novos valores, muitos deles já experimentados e vivenciados pelos grupos mais marginalizados. Como lembra Boaventura de Souza Santos, os entraves a serem superados são o colonialismo, o patriarcalismo e o capitalismo. Esse poderia ser um bom caminho para os Estudos para a Paz na América Latina. Não penso que devemos ignorar as contribuições dos estudos feitos fora do continente, ao contrário, precisamos compreender essa experiência. Contudo, acredito que essas contribuições devam ser lidas e interpretadas num contexto claramente diferenciado e que implica em mudanças nem sempre pacíficas, que necessitam ser promovidas pela cultura de paz e não violência. Boaventura alerta que o Norte e o Sul global não são apenas geográficos, ambos se encontram em todos os lugares e se manifestam de diversas maneiras. É possível encontrar no Norte grupos e organizações que defendem o Sul, como vice-versa, também é certo. Em tempos de globalização, não dimensionar essa realidade seria ficar restrito a uma visão de certa forma parcial. Se a globalização tenta padronizar o mundo, também a cultura de paz deve ser globalizada.

ORGANICOM – *Eloísa, qual é a relação entre a Comunicação para a Paz e os temas da educação, gênero, meio ambiente, migrações, ONGDs, entre outros, que buscam na comunicação uma estratégia de desconstrução da violência nesses âmbitos? Por que a comunicação é estratégica nesses contextos?*

Eloísa – Todas essas áreas de atuação são interdependentes e devem ser abordadas na relação umas com as outras. O trabalho de comunicação em longo prazo, a partir da pedagogia e da articulação política, da denúncia da origem das violências e do debate e propostas de soluções, são determinantes. Em cada um desses âmbitos, existe um importante problema que deixa de fora as causas das violências, seus responsáveis e a forma de erradicá-las, e se centra nos efeitos parciais e mais estéreis para sua transformação. Nesse sentido, considero como leitura obrigatória os documentos *Vademécum para una Información Internacional Responsable*, que foi elaborado pela *Red Dev Reporter Network* sobre esses aspectos, assim como o *Guía de Comunicación Movilizadora* do Projeto Hambre da Fundación Quepo.

ORGANICOM – *Max, partindo de uma visão latino-americana sobre os estudos de comunicação, na sua opinião, qual é a relação entre a comunicação para a paz e os temas da educação, gênero, meio ambiente, migrações, ONGDs entre outros que buscam na comunicação uma estratégia de desconstrução da violência nesses âmbitos? Por que a comunicação pode ser estratégica nesses contextos?*

Max – A comunicação social – como o próprio nome já referencia – se destina a tornar públicos acontecimentos, informações, eventos, entre outros. O ponto-chave é que ela não é neutra e, normalmente, junto aos dados e informações que nos oferece,



inclui valores, mesmo que seja de forma subjetiva. Recuperemos que quem detém o controle da comunicação nas nossas sociedades são oligopólios com o poder de interferir no cotidiano, criando versões e apresentando fatos do seu interesse. Ao discutir meio ambiente, por exemplo, posso manipular dados, o que geraria interpretações parciais. Da mesma maneira, podem agir os grupos alternativos, pois partem de outra concepção e têm outra finalidade. Observemos que o procedimento adotado tanto pelos oligopólios como pelas associações alternativas é o mesmo: o uso da comunicação como forma de se expressar e dar publicidade aos seus ideais. Sempre é bom lembrar que o silêncio é uma forma de violência, e que ao não se abordar determinados temas estamos contribuindo para que essa violência se perpetue. Na medida em que os grupos denominados alternativos foram se organizando, despertaram temas e situações “não previstas” pelos meios de comunicação massivos. Assim, nas últimas décadas, vimos entrar em pauta temas novos como os enunciados na questão. O que isso significa? Na verdade, que além das transformações estruturais, no cotidiano, devem se realizar intervenções para aceitar a alteridade sem a qual não se inicia o processo de construção para uma cultura de paz.

ORGANICOM – *Eloísa, outro tema que pode ser debatido na perspectiva da cultura de paz é a interculturalidade. Entendemos que é uma dimensão de interação, de contato com distintas culturas. Na maioria dos processos migratórios é possível identificar inúmeros benefícios, mas também diversos conflitos. Como pensar a comunicação como um processo para colaborar com a mediação de conflitos interculturais?*

Eloísa – A forma de nos relacionarmos com os demais depende do contexto identitário no qual nos posicionamos. Os discursos hegemônicos sobre o *outro* se construíram, tradicionalmente, a partir de imaginários de cultura da defesa, das fronteiras, no lugar da hospitalidade, das relações cosmopolitas ou do enriquecimento mútuo a partir da convivência. Esse tema está relacionado com o que comentávamos anteriormente sobre a falta de uma educação e comunicação que nos prepare para lidar com nossas vulnerabilidades, para saber viver nossa fragilidade sem medos, a partir da colaboração e dos cuidados. Um trabalho recente que aborda a temática na mesma linha das pesquisas para a paz e estudos de gênero – partindo da agência mútua e da resistência pacífica – é *Vulnerability in resistance*, de autoria de Judith Butler, Zeynep Gambetti e Leticia Sabsay, publicada em 2016 pela Duke University Press. Além desse debate, a filosofia para a paz também tem tratado a questão. Um exemplo muito interessante, também de uso da comunicação como alternativa à violência cultural, estrutural e direta em temas de interculturalidade e migrações, é o *Stop Rumores*.

ORGANICOM – *Max, considerando a intensificação dos processos de mundialização, um dos temas mais urgentes que se destaca na atualidade se refere às migrações e interculturalidade. Na maioria dos processos migratórios, é possível identificar inúmeros benefícios para as diversas culturas envolvidas, mas também diversos conflitos e graves problemáticas sociais. Na sua visão, como pensar a comunicação como um processo para colaborar com a mediação de conflitos interculturais?*

Max – Concordo com a afirmação de que as migrações transnacionais aparecem como um dos problemas humanitários mais graves do século XXI. Nem as cenas trágicas visualizadas pelos meios de comunicação, nem os dramas narrados por essas pessoas parecem ter despertado o interesse dos governantes dos países mais desenvolvidos, nem das organizações internacionais, para buscar uma solução que minimize esse fenômeno. Se pensarmos que a comunicação não se omite diante desse problema, talvez devamos pensar nos motivos pelos quais se instaura essa anestesia social. A sua pergunta me parece que dá a pista mais adequada para responder a tal problema. Não é o *outro* que me incomoda, mas o que ele representa em termos existenciais e de valores, ou seja, me afeta nas minhas crenças e no meu modo de vida. Se agregarmos o fato de que essas pessoas procedem de países considerados mais empobrecidos, acrescenta-se uma dose



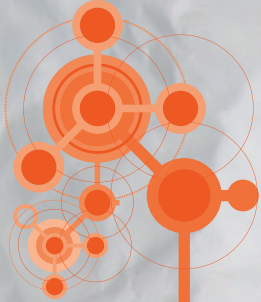
de inferioridade no que essas pessoas podem trazer ou agregar para o país que as acolhe. Aliás, na maioria das vezes, são acusadas como culpadas pelos problemas que os países teriam que enfrentar (violência, desemprego, marginalização, pobreza...) com ou sem imigração. Agora, se a comunicação pauta a sociedade, devemos ficar muito atentos ao modo como isso é feito. Como são apresentadas e representadas essas pessoas e com qual finalidade? Tais abordagens visam realizar ações assistenciais ou de acolhida com dignidade e com respeito? Ora, é difícil imaginar que essas pessoas não exercessem uma atividade no seu país de origem. Paulo Freire falava que todos nós sabemos algo, ninguém não sabe nada, razão pela qual não se trata de acolher simplesmente – embora só isso já seria um grande feito e tenha um grande valor –, e sim de propiciar o exercício da cidadania na sua plenitude. Há uma questão que me incomoda nos meios de comunicação. Dificilmente se aprofundam nos motivos pelos quais essas pessoas têm para motivá-las a abandonar seu lar e procurar uma vida mais digna em um lugar que para elas é estranho e de difícil compreensão. Sem dúvida, ao expor essa situação, se atingiria a causa do problema e, talvez, se encontrariam responsabilidades graves dos países mais desenvolvidos como sendo causadores das grandes migrações. Entretanto, como os meios de comunicação fazem parte desse grande bloco que interpreta os fatos a seu modo, essa questão passa despercebida ou, como já tínhamos falado, é manipulada e maquiada de tal forma que a opinião pública apenas fica sabendo superficialmente. São pessoas que vêm de países empobrecidos, mas debater a razão disso é um item que a comunicação massiva, definitivamente, não oferece espaço e oportunidade para os cidadãos discutirem.

ORGANICOM – *Eloísa, atualmente você vem desenvolvendo seus trabalhos de pesquisa e docência na perspectiva da Comunicação para a Igualdade. Quais são seus princípios e objetivos? Acredita que esse debate e disciplina acadêmica no ensino superior poderiam ser aplicados em vários cursos universitários?*

Eloísa – Começo pela segunda parte da pergunta: com certeza! Os próprios estudantes, ao finalizarem os cursos, produzem esta conclusão: uma disciplina como essa, que trabalha na perspectiva crítica dos futuros profissionais em termos de antecipar as consequências culturais no coletivo de nossas ações, seria necessária em todos os programas de estudos universitários. Abre a mente, rompe pré-concepções, permite conhecer outras lógicas e propostas invisibilizadas, frequentemente, no currículo acadêmico do ensino superior. O objetivo principal da disciplina, na realidade, é capacitar na eficácia *cultural* de nossas ações (comunicativas), na capacidade de articular e influenciar positivamente na transformação da violência cultural e de facilitar processos mobilizadores, transformadores e transgressores a partir da não violência. Sempre é possível abordar as realidades partindo do interesse comum.

Em conclusão, como dizíamos anteriormente sobre a Comunicação para a Paz, a Comunicação para a Igualdade é outra “camiseta política” que colocamos à comunicação para visibilizar a importância do feminismo e da interseccionalidade para uma comunicação mobilizadora e transgressora para a transformação social em direção à justiça global. Uma comunicação orientada para denunciar e transformar, partindo de propostas concretas e com ênfase nos êxitos já alcançados, essas violências culturais que deixam opacas as relações desiguais e abusivas de poder. Uma comunicação contra-hegemônica, mas como ressonância cultural que persegue a eficácia e a eficiência cultural, partindo de processos coletivos, participativos e cooperativos que considera o poder narrativo, mas também o desafio da sustentabilidade cultural (os tempos educativos dos quais falava Jesús Martín-Barbero e que Javier Erro Sala recupera).

ORGANICOM – *Max, considerando sua experiência de pesquisa sobre a Nova Ordem Internacional a partir de estudos sobre as Epistemologias do Sul, de Boaventura de Sousa Santos, quais as contribuições dessa perspectiva para os estudos em comunicação? Você acredita que essa proposta (que nasce a partir das “vozes do Sul global”) se aproxima de um debate crítico em diálogo com a Comunicação para a Paz (que nasceu a partir dos “olhares do Norte global”)?* Há pontos de convergência?



Max – O pensamento de Boaventura de Souza Santos é vastíssimo e abrange praticamente todas as áreas do saber no campo das humanidades. Partindo de questões que venho desenvolvendo em minha pesquisa, identifico que a ideia mais forte que ele defende é que o modelo econômico, político, ideológico, social e cultural proposto pelo Norte global fracassou totalmente. O que tal modelo criou para o restante do mundo é o desemprego, a exploração, a miséria, a desigualdade, a concentração de renda, a intolerância, entre outros. Enfim, nesse contexto, podemos reconhecer que já passou da hora de buscar uma alternativa capaz de oferecer uma nova esperança para os deserdados da Terra. O importante é pensar que, se o Norte global fracassou, a solução deve ser buscada em outros lugares e, justamente nessa busca, Boaventura nos propõe que olhemos com muito carinho para as experiências do Sul global. Mais uma vez, vale destacar que essa nomenclatura Norte/Sul não se refere unicamente a áreas geográficas por estarem assentadas em outra concepção de mundo, tal como entendida pelos mais empobrecidos e que colocam valores como a solidariedade, o respeito, a diversidade, a tolerância – entre muitos outros que poderíamos citar – na base de sua atuação. Assim, se criariam novas diretrizes para elaborar um novo modelo de sociedade. Dessa forma, novos agentes entrariam em cena e outro mundo seria possível, como se defende nos Fóruns Sociais Mundiais. Agora, sabemos que a comunicação massiva não “compra” essas ideias e muito menos dá visibilidade às inúmeras experiências bem-sucedidas, nas quais se aplicaram tais princípios procedentes das experiências do Sul. Contudo, podemos nos perguntar se essa perspectiva crítica tem relação com os estudos críticos da *Peace Research*? Com toda certeza, sim! Aliás, esse pode ser um caminho de transformação, tanto no Norte como no Sul global, para se elaborar uma nova agenda em sociedade, uma vez que estamos falando de práxis guiadas pelos valores da paz e da sustentabilidade, que negam veementemente a ideia do lucro em todas as suas dimensões. O que se define na Nova Ordem Mundial são, justamente, as formas mais requintadas pelas quais o capitalismo opera na contemporaneidade e como é necessário denunciá-las, pois aparecem como “cordeiros vestidos em pele de lobo”. Sobre essa questão, apenas dou um exemplo: quem mais defende a preservação da água é a indústria dos refrigerantes. Poderíamos pensar que possuem uma grande consciência ecológica quando, na verdade, estão apenas preservando a fonte de seus negócios. Justamente contra esse tipo de ações é que se constroem novas formas de pensar, mais abrangentes e que apontam para um futuro diferente, melhor e que centralize suas ações visando às pessoas, não o lucro, a exploração ou a reprodução do capital que estão ameaçando, inclusive, a sobrevivência do planeta.

ORGANICOM – *Eloísa, como ex-diretora do Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado Internacional) em Estudos para a Paz, Conflitos e Desenvolvimento vinculado à Cátedra Unesco de Filosofia para a Paz da Universitat Jaume I (Espanha), qual é sua visão sobre a relevância de programas de pós-graduação dirigidos à formação em Peace Studies? Por que se busca a interculturalidade dos estudantes e do professorado que formam parte desses programas? Ao mesmo tempo, quais obras considera relevantes para os que desejam iniciar seus estudos em Comunicação para a Paz?*

ELOÍSA – Primeiramente, cabe pontuar que conviver na diferença somente se pode aprender a partir da prática. Aprender a discordar e a colaborar apesar das dificuldades e complexidades é um desafio que somente a pluralidade de experiências e perspectivas interdisciplinares permite construir. Nesse sentido, uma vez mais, a família de adjetivos para definir o campo da Comunicação para a Paz é ampla e diversa. Juntando a Comunicação para a paz, para o desenvolvimento e a transformação de conflitos e da transformação social, reúne uma lista muito heterogênea de distintas possibilidades de iniciação à *Peace Research*. São somente alguns (deixo muitos de fora) dos trabalhos que eu tenho encontrado e utilizado mais (ou projetos coletivos nos quais tenho participado para tratar de difundir estas ideias), como: obra inicial, outros textos introdutórios, artigos recentes em periódicos, trabalhos coletivos, olhares panorâmicos e um vídeo de Xavier Giró.

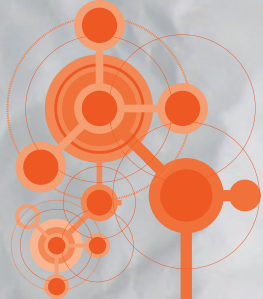
ORGANICOM – *Max, como docente convidado do Programa de Pós-graduação em Estudos para a Paz, Conflitos e Desenvolvimento vinculado à Cátedra Unesco de Filosofia para a Paz da Universitat Jaume I, Espanha, qual é sua visão sobre a relevância de programas de pós-graduação dirigidos à formação em Estudos para a Paz? Programas como esse caberiam na realidade brasileira?*



Max – Antes de tudo, devo a esse convite o despertar para esse tipo de ideias, pois, sou um testemunho vivo da eficiência e da necessidade de se ter esse tipo de programas na Espanha, no Brasil ou em qualquer lugar do mundo. A importância da pós-graduação reside na formação de pessoas qualificadas nesses temas e que, provavelmente, ocuparão postos de decisão na sociedade. Portanto, a possibilidade de multiplicar os princípios dos Estudos para a Paz é evidente. Como comentei e gostaria de destacar, isso vem acontecendo muito no âmbito da educação, mas aos poucos está entrando com bastante força no campo da saúde. Dito isso, deixo registrado meu otimismo em relação ao enorme potencial que essas ações carregam.

DOSSIÉ





Violence, peace and peace research¹

Violência, paz e pesquisa para a paz

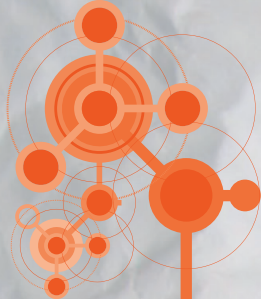
Violencia, paz e investigación para la paz



Johan Galtung

- Founder of International Peace Research Institute, Oslo
- Principal founder of Peace and Conflict Studies
- Founder of Transcend University Press
- Author of "A structural theory of Imperialism", *Journal of Peace Research*, v. 8, n. 2, p. 81, 1971; *Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization*, Oslo: International Peace Research Institute, 1996; *Violencia cultural*, Gernika-Lumo: Gernika Gogoratuz Centro de Investigación por la Paz, 2003, n. 14 (Spanish edition); *50 Years – 100 peace & conflict perspectives*, Grenzach-Whylen: Transcend University Press, 2008; *Theory of conflict – Overcoming direct violence*, Grenzach-Whylen: Transcend University Press, 2010; and other publications.
- E-mail: tup@transcend.org

¹ First published in *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969, by Sage Publications Ltd. The present article (PRIO-publication No.23-9) is a revised version of talks originally presented by the author at the Oslo Conference on the plan for a peacemaker's academy, organized jointly by the Peacemakers' Academy Committee, Vermont and the International Peace Research Institute, Oslo, 14-17 November 1968; at the peace research seminar organized by the Gandhian Institute of Studies, Varanasi, 8-9 March 1969; at the meeting of the Japan Peace Research Group Tokyo, 27 March 1969; at a seminar organized by the Seminar for Peace and Conflict Research, Lund, 26 April 1969, and at the international seminar organized by the Centro Studi e Iniziative, Partinico, 3-4 May 1969. I am indebted to the organizers of these meetings, Randolph Major, Sugata Dasgupta, Hisako Ukita, Hakan Wiberg and Danilo Dolci and to many participants for highly stimulating comments and criticism. But special gratitude should be expressed to Herman Schmid, Lund University, Sweden, for his lucid and important criticism of some concepts of peace research (1968). Although I agree neither with his critique nor with his proposals, and feel that his way of presenting my own views is misleading, there are certainly few persons who have stimulated discussion and rethinking in this fundamental field so much. However, the present article is not a systematic answer to his arguments, but rather an effort, partly stimulated by him, to indicate what to the present author seems to be a fruitful way of thinking about violence, peace and peace research.



Abstract

In its trajectory as a scientific field, the peace research recognizes that defining “peace” is, in fact, an important part of the scientific strategy. Thus, the field has been dedicated to conceptualizing peace in a broad, dialogic, and complex manner, as complex and diverse as the world is. Likewise, conceptualizing violence is an intricate task since, more important than reaching a definition or typologies – as there is, obviously, many types of violence –, indicating theoretically significant dimensions of violence is essential, as it leads us to thinking, researching, and potentially acting on the most serious problems of Mankind. If the peace action must be considered because it is an action against violence, then the concept of violence must be broad enough to cover the most significant varieties and, in addition, must be specific enough to serve as a basis for concrete action. Given this perspective, this articles aims at presenting a theoretical-conceptual reflection about peace and violence in the context of the critical perspective of peace studies.

KEYWORDS: PEACE RESEARCH • PEACE • VIOLENCE • PEACE STUDIES.

Resumo

Em sua trajetória como campo científico, a *peace research* ou “pesquisa para a paz” reconhece que definir “paz” é, de fato, uma parte importante de uma estratégia científica. Dessa forma, tem se dedicado a conceituar paz de forma ampla, dialógica e complexa, tal como diverso e complexo é o mundo. Do mesmo modo, conceituar a violência se torna tarefa igualmente complexa, uma vez que, mais importante do que chegar a uma definição ou a tipologias – pois há, obviamente, muitos tipos de violência –, indicar dimensões teoricamente significativas de violência é, efetivamente, fundamental, posto que pode nos levar a pensar, pesquisar e, potencialmente, agir diante dos problemas mais graves da humanidade. Se a *peace action* deve ser considerada porque é uma ação contra a violência, então o conceito de violência deve ser amplo o suficiente para incluir as variedades mais significativas e, além disso, deve ser específico o bastante para servir de base para uma ação concreta. Nessa perspectiva, este artigo pretende apresentar uma reflexão teórico-conceitual sobre paz e violência no contexto da perspectiva crítica dos estudos para a paz (*peace studies*).

PALAVRAS-CHAVE: PESQUISA PARA A PAZ • PAZ • VIOLÊNCIA • ESTUDOS PARA A PAZ.

Resumen

En su trayectoria como campo científico, la Peace Research o Investigación para la Paz reconoce que definir “paz” es, de hecho, una parte fundamental de una estrategia científica. En ese contexto, se ha dedicado a conceptualizar paz de forma amplia, dialógica y compleja, tal como diverso y complejo es el mundo. Del mismo modo, definir violencia se convierte en una labor igualmente compleja, una vez que más importante que llegar a una definición o a tipologías, -pues hay, evidentemente, muchos tipos de violencia- indicar dimensiones teóricamente significativas de violencia es efectivamente lo fundamental, una vez que nos puede llevar a pensar, investigar y, potencialmente, actuar ante los problemas más graves de la humanidad. Si la peace action debe ser considerada porque es una acción contra la violencia, el mismo concepto de violencia debe ser lo suficientemente amplio para incluir las variedades más significativas y, además, también debe ser lo suficientemente específico para servir de base para una acción concreta. En esa perspectiva, este artículo pretende presentar una reflexión teórico conceptual sobre paz y violencia en el contexto de la perspectiva crítica de los Estudios para la Paz (Peace Studies).

PALABRAS CLAVE: PESQUISA PARA LA PAZ • PAZ • VIOLENCIA • ESTUDIOS PARA LA PAZ.



INTRODUCTION

In the present paper we shall be using the word 'peace' very many times. Few words are so often used and abused perhaps, it seems, because 'peace' serves as a means of obtaining verbal consensus – it is hard to be all-out against peace.² Thus, when efforts are made to plead almost any kind of policy – say technical assistance, increased trade, tourism, new forms of education, irrigation, industrialization, etc. – then it is often asserted that that policy, in addition to other merits, will also serve the cause of peace. This is done regardless of how tenuous the relation has been in the past or how dubious the theory justifying this as a reasonable expectation for the future. Such difficulties are avoided by excluding any reference to data from the past or to theories about the future.

This practice is not necessarily harmful. The use of the term 'peace' may in itself be peace-productive, producing a common basis, a feeling of communality in purpose that may pave the ground for deeper ties later on. The use of more precise terms drawn from the vocabulary of one conflict group, and excluded from the vocabulary of the opponent group, may in itself cause dissent and lead to manifest conflict precisely because the term is so clearly understood. By projecting an image of harmony of interests the term 'peace' may also help bring about such a harmony. It provides opponents with a one-word language in which to express values of concern and togetherness because peace is on anybody's agenda.³

One may object that frequent use of the word 'peace' gives an unrealistic image of the world. Expressions like 'violence', 'strife', 'exploitation' or at least 'conflict', 'revolution' and war should gain much higher frequency to mirror semantically a basically non-harmonious world. But leaving this major argument aside for the moment, it is obvious that some level of precision is necessary for the term to serve as a cognitive tool. At this point, of course, nobody has any monopoly on defining 'peace'. But those who use the term frequently in a research context, as peace researchers (will do) do, will at least have gained some experience when it comes to definitions that should be *avoided* for one reason or another.

To discuss the idea of peace we shall start from three simple principles:

1. The term 'peace' shall be used for social goals at least verbally agreed to by many, if not necessarily by most.
2. These social goals may be complex and difficult, but not impossible, to attain.
3. The statement *peace is absence of violence* shall be retained as valid.

The third principle is not a definition, since it is a clear case of *obscurum per obscurius*. What we intend is only that the terms 'peace' and 'violence' be linked to each other such that 'peace' can be regarded as 'absence of violence'. The reasons at this early point in our semantical excursion, are twofold: the statement is simple and in agreement with common usage, *and* defines a peaceful social order not as a point but as region – as the vast region of social orders from which violence is absent. Within this region a tremendous amount of variation is still possible, making an orientation in favor of peace compatible with a number of ideologies outlining other aspects of social orders.

² This point is elaborated further in *Theories of Peace* (forthcoming), Chapter 1.1.

³ This, of course, is not strictly true. It was not on Fascist or Nazi agendas, nor is it on the agenda of contemporary revolutionary thinking. However, even for these cases violence is not an end, but rather a means to overcome obstacles impeding the realization of a future order, the millennium, the communist society, etc.; these future orders do not seem to contain violence. But this is hardly a universal human invariant. The Viking paradise looks violent, and warlike tribes/societies like the Pathans would probably put complete absence of violence last on the agenda, if at all.



Everything now hinges on making a definition of 'violence'. This is a highly unenviable task, and the suggestions will hardly be satisfactory to many readers. However, it is not so important to arrive at anything like *the* definition, or *the* typology – for there are obviously many types of violence. More important is to indicate theoretically significant dimensions of violence that can lead thinking, research and, potentially, action, towards the most important problems. If peace action is to be regarded highly because it is action against violence, then the concept of violence must be broad enough to include the most significant varieties, yet specific enough to serve as a basis for concrete action.

Thus, the definition of 'peace' becomes a major part of a scientific strategy. It may depart from common usage by not being agreed to 'by most' (consensus not required), yet should not be entirely subjectivistic ('agreed to by many'). It should depict a state of affairs the realization of which is not utopian ('not impossible to obtain'), yet not on the immediate political agenda ('complex and difficult'). And it should immediately steer one's attention towards problems that are on the political, intellectual, and scientific agenda of today, and tomorrow.²

ON THE DEFINITION AND DIMENSIONS OF 'VIOLENCE'

As a point of departure, let us say that *violence is present when human beings are being influenced so that their actual somatic and mental realizations are below their potential realizations*. This statement may lead to more problems than it solves. However, it will soon be clear why we are rejecting the narrow concept of violence – according to which violence is *somatic* incapacitation, or deprivation of health, alone (with killing as the extreme form), at the hands of an *actor* who *intends* this to be the consequence. If this were all violence is about, and peace is seen as its negation, then too little is rejected when peace is held up as an ideal. Highly unacceptable social orders would still be compatible with peace. Hence, *an extended concept of violence is indispensable* but that concept should be a logical extension, not merely a list of undesirables.

The definition points to at least six important dimensions of violence. But first some remarks about the use of the key words above, 'actual' and 'potential'. *Violence is here defined as the cause of the difference between the potential and the actual*, between what could have been and what is. Violence is that which increases the distance between the potential and the actual, and that which impedes the decrease of this distance. Thus, if a person died from tuberculosis in the eighteenth century it would be hard to conceive of this as violence since it might have been quite unavoidable, but if he dies from it today, despite all the medical resources in the world, then violence is present according to our definition. Correspondingly, the case of people dying from earthquakes today would not warrant an analysis in terms of violence,⁴ but the day after tomorrow, when earthquakes may become avoidable, such deaths may be seen as the result of violence. In other words, when the potential is higher than the actual is by definition *avoidable* and when it is avoidable, then violence is present.

When the actual is unavoidable, then violence is not present even if the actual is at a very low level. A life expectancy of thirty years only, during the Neolithic period, was not an expression of violence, but the same life-expectancy today (whether due to wars, or social injustice, or both) would be seen as violence according to our definition.

Thus, the potential level of realization is that which is possible with a given level of insight and resources. If insight and/or resources are *monopolized* by a group or class or are *used for other purposes*, then the actual level falls below the potential

⁴ But what if a social order is such that some people live well in solid, concrete houses and others in shacks that crumble under the first quake, killing the inhabitants? In other words, even if the natural disaster is unavoidable, differential social impact may have been avoidable. This may certainly justify the use of the term 'structural violence' for such differential housing standards, not only because of differential exposure to earthquakes (as in the earthquake zone in Western Sicily), but because of implications for differential health standards in general, educational possibilities, and so on and so forth. Whether it justifies the use of such epithets as 'violent' or 'assassin' to the people sustaining such social structures, or (which is not quite the same) to the people on top of such social structures, is another matter.



level, and violence is present in the system. In addition to these types of *indirect* violence there is also the *direct* violence where means of realization are not withheld, but directly destroyed. Thus, when a war is fought there is direct violence since killing or hurting a person certainly puts his 'actual somatic realization' below his 'potential somatic realization'. But there is also indirect violence insofar as insight and resources are channeled away from constructive efforts to bring the actual closer to the potential.⁵

The meaning of 'potential realizations' is highly problematic, especially when we move from somatic aspects of human life, where consensus is more readily obtained⁶, to mental aspects. Our guide here would probably often have to be whether the value to be realized is fairly consensual or not, although this is by no means satisfactory. For example, literacy is held in high regard almost everywhere, whereas the value of being Christian is highly controversial. Hence, we would talk about violence if the level of literacy is lower than what it could have been, not if the level of Christianity is lower than what it could have been. We shall not try to explore this difficult point further in this context, but turn to the dimensions of violence.

To discuss them, it is useful to conceive of violence in terms of influence, as indicated in the statement we used as a point of departure above. A complete influence relation presupposes an influencer, an influence, and a mode of influencing.⁷ In the case of persons, we can put it very simply: a *subject*, an *object*, and an *action*. But this conception of violence in terms of a *complete* interpersonal influence relation will lead us astray by focusing on a very special type of violence only; also *truncated* versions where either subject or object or both are absent are highly significant. To approach this we shall start with two dimensions characterizing the violent action itself, or the mode of influence.

The *first distinction* to be made is between *physical* and *psychological* violence. The distinction is trite but important mainly because the narrow concept of violence mentioned above concentrates on physical violence only. Under physical violence human beings are hurt somatically, to the point of killing. It is useful to distinguish further between 'biological violence', which reduces somatic capability (below what is potentially possible), and 'physical violence as such', which increases the constraint on human movements (Galtung, 1965, p.230-234) – as when a person is imprisoned or put in chains, but also when access to transportation is very unevenly distributed, keeping large segments of a population at the same place with mobility a monopoly of the selected few. But that distinction is less important than the basic distinction between violence that works on the body, and violence that works on the soul; where the latter would include lies, brainwashing, indoctrination of various kinds, threats, etc. that serve to decrease mental potentialities. (Incidentally, it is interesting that such English words as 'hurt' and 'hit' can be used to express psychological as well as physical violence: this doubleness is already built into the language.)

⁵ Since the potential level depends not only on the use and distribution of available resources, but also on insight, a crucial person in this picture is the scientist or anyone who opens for new insights into how old, or new, resources may be utilized. In other words, anyone who makes possible what was formerly not feasible raises the level of potentiality. But the level may also be lowered, perhaps not so often because insight is forgotten (although history is full of such cases too) as because resources become more scarce – for instance due to pollution, hoarding, overutilization, etc. In short, we make no assumption about the shape of the potential realization curve through time, nor do we make any assumption about the corresponding curve for actual realization. In particular we reject the optimistic assumption according to which both curves are monotonously increasing and with a decreasing gap so that there is asymptotic convergence of the actual to the potential, 'until the potentialities of man are fully realized'. This is an ideology, usually in the form of an underlying assumption, not a description or reality. As Bertrand Russell writes (1967, p.221): 'When I was young, Victorian optimism was taken for granted. It was thought that freedom and prosperity would spread gradually throughout the world by an orderly process, and it was hoped that cruelty, tyranny and injustice would continually diminish. Hardly anyone was haunted by the fear of great wars. Hardly anyone thought of the nineteenth century as a brief interlude between past and future barbarism –.' In short, let us make no assumptions, but focus on the causes for a discrepancy between the curves, admitting for a lag in the application and distribution of new insights; whether they are called technological or social.

⁶ However, it is by no means obvious how potential life-span should be defined. One cannot use the age at death of the oldest person dying today or this year; this may be too low because he does not benefit from possible advances in hygiene etc. made too late to have an impact on him, or not yet made, and it may be too high because he is specially advantaged genetically. But the average of the p% of the social order benefiting fully from insight and resources already available should at least yield a basis for an estimate of what is possible today.

⁷ In an article 'On the Meaning of Nonviolence' (Galtung, 1965), the concept of influence is basic in an effort to analyze the difference between violence and nonviolence, and positive and negative versions of the latter. In the present article the focus is on a typology of violence, not on a typology of non-violence.



The *second distinction* is between the *negative* and *positive* approach to influence. (Galtung, 1965, p.230-234) Thus, a person can be influenced not only by punishing him when he does what the influencer considers wrong, but also by rewarding him when he does what the influencer considers right. Instead of increasing the constraints on his movements the constraints may be decreased instead of increased, and somatic capabilities extended instead of reduced. This may be readily agreed to, but does it have anything to do with violence? Yes, because the net result may still be that human beings are effectively prevented from realizing their potentialities. Thus, many contemporary thinkers⁸ emphasize that the consumer's society rewards amply he who goes in for consumption, while not positively punishing him who does not. The system is reward-oriented, based on promises of euphoria, but in so being also narrows down the ranges of action. It may be disputed whether this is better or worse than a system that limits the range of action because of the dysphoric consequences of staying outside the permitted range. It is perhaps better in terms of giving pleasure rather than pain, worse in terms of being more manipulatory, less overt. But the important point is, the awareness of the concept of violence can be extended in this direction, since it yields a much richer basis for discussion.

The *third distinction* to be made is on the object side: *whether or not there is an object that is hurt*. Can we talk about violence when no physical or biological object is hurt? This would be a case of what is referred to above as truncated violence, but nevertheless highly meaningful. When a person, a group, a nation is displaying the means of physical violence, whether throwing stones around or testing nuclear arms, there may not be violence in the sense that anyone is hit or hurt, but there is nevertheless the *threat of physical violence* and indirect threat of mental violence that may even be characterized as some type of psychological violence since it constrains human action. Indeed, this is also the intention: the famous balance of power doctrine is based on efforts to obtain precisely this effect. And correspondingly with psychological violence that does not reach any object: a lie does not become more of a truth because nobody believes in the lie. Untruthfulness is violence according to this kind of thinking under any condition, which does not mean that it cannot be the least evil under some widely discussed circumstances.

Is destruction of things violence? Again, it would not be violence according to the complete definition above, but possibly some 'degenerate' form. But in at least two senses it can be seen as psychological violence: the destruction of things as a foreboding or threat of possible destruction of persons,⁹ and the destruction of things as destruction of something very dear to persons referred to as consumers or *owners*.¹⁰

The *fourth distinction* to be made and the most important one is on the subject side: *whether or not there is a subject (person) who acts*. Again it may be asked: can we talk about violence when nobody is committing direct violence, is acting? This would also be a case of what is referred to above as truncated violence, but again highly meaningful. We shall refer to the type of violence where there is an actor that commits the violence as *personal* or *direct*, and to violence where there is no such actor as *structural* or *indirect*.¹¹ In both cases individuals may be killed or mutilated, hit or hurt in both senses of these words, and manipulated by means of stick or carrot strategies. But whereas in the first case these consequences can be traced back to concrete persons as actors, in the second case this is no longer meaningful. There may not be any person

8 This is a recurrent theme in Herbert Marcuse, *One-dimensional Man* (1968), especially Part I, 'One-dimensional Society'.

9 This is a recurrent theme in much of the analysis of violence in the US. Violence against property is seen as training, the first window-pane crushed to pieces is also a blow against the bourgeois in oneself, a liberation from former constraints, an act of communication signaling to either camp a new belongingness and above all a rejection of tacit rules of the game. 'If they can do that to property, what can they do to persons –.'

10 It was pointed out by Herman Kahn (at a seminar at PRIO, May 1969) that middle class students and lower class police may have highly different relations to property: as something highly replaceable for the middle class student in an affluent society, as something difficult to attain for a lower class Irish cop. What to one is a relatively unproblematic act of communication may to the other be sacrilegious, particularly since students probably aspire to mobility and freedom unfettered by property ties.

11 The term 'institutional violence' is often sometimes used, but we have preferred 'structural' since it is often of a more abstract nature and not anything that can be traced down to a particular institution. Thus, if the police are highly biased the term institutionalized violence may be appropriate, but this is a highly concrete case. There may be violence built into a structure without any police institution at all, as will be developed in the next section.



who directly harms another person in the structure. The violence is built into the structure and shows up as unequal power and consequently as unequal life chances.¹²

Resources are unevenly distributed, as when income distributions are heavily skewed, literacy/education unevenly distributed, medical services existent in some districts and for some groups only, and so on.¹³ Above all the *power to decide over the distribution of resources* is unevenly distributed.¹⁴ The situation is aggravated further if the persons low on income are also low in education, low on health, and low on power – as is frequently the case because these rank dimensions tend to be heavily correlated due to the way they are tied together in the social structure.¹⁵ Marxist criticism of capitalist society emphasizes how the power to decide over the surplus from the production process is reserved for the owners of the means of production, who then can buy themselves into top positions on all other rank dimensions because money is highly convertible in a capitalist society – if you have money to convert, that is. Liberal criticism of socialist society similarly emphasizes how power to decide is monopolized by a small group who convert power in one field into power in another field simply because the opposition cannot reach the stage of effective articulation.

The important point here is that if people are starving when this is objectively avoidable, then violence is committed, regardless of whether there is a clear subject-action-object relation, as during a siege yesterday or no such clear relation, as in the way world economic relations are organized today.¹⁶ We have baptized the distinction in two different ways, using the word-pairs personal-structural and direct-indirect respectively.

Violence with a clear subject-object relation is manifest because it is visible as *action*. It corresponds to our ideas of what *drama* is, and it is personal because there are persons committing the violence. It is easily captured and expressed verbally since it has the same structure as elementary sentences in (at least Indo-European) *languages*: subject-verb-object, with both subject and object being persons. Violence without this relation is structural, built into structure. Thus, when one husband beats his wife there is a clear case of personal violence, but when one million husbands keep one million wives in ignorance there is structural violence. Correspondingly, in a society where life expectancy is twice as high in the upper as in the lower classes, violence is exercised even if there are no concrete actors one can point to directly attacking others, as when one person kills another.

¹² This is clearly expressed by Stokeley Carmichael in 'Black Power' (1968, p.151):

'It is important to this discussion of racism to make a distinction between the two types: individual racism and institutional racism. The first type consists of overt acts by individuals, with usually immediate results of the death of victims, or the traumatic and violent destruction of property. This type can be recorded on TV cameras and can frequently be observed in the process of commission.

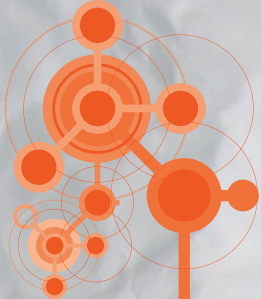
The second type is less overt, far more subtle, less identifiable in terms of specific individuals committing the acts, but is no less destructive of human life. The second type is more the overall operation of established and respected forces in the society and thus does not receive the condemnation that the first type receives. His distinction individual/institutional is the same as our personal/structural. But we prefer the term 'personal' because the person sometimes acts on behalf of groups, whereas 'individual' may be interpreted as the opposite of 'group'. But particularly in the context Carmichael discusses group violence is immensely important – the mob lynching as opposed to the individual murderer but that does not make the violence institutional. It still satisfies all the other criteria, e.g. it consists of 'overt acts by individuals', 'can be recorded on TV-cameras' (as in a war), etc.'

¹³ The difficulty here, as often pointed out, is that international statistics usually reflect averages and not dispersions, ranking nations in order of average achievement, not in terms of degree of equality achieved in distribution. One reason is of course that such data are not readily available, but that is only begging the question *why* they are not available. One reason for that again may be that it upsets ranking orders and reveals less positive aspects of social orders used to define themselves as world leaders, but that is hardly a sufficient explanation. Another reason might be that the problem is simply not sufficiently clearly defined, nor is it regarded as sufficiently feasible or indeed desirable to decrease dispersions. When this becomes sufficiently crystallized it will also find expressions in international statistics.

¹⁴ The remark in the preceding note holds *a fortiori* here: not only is it difficult to present any measure of dispersion of power, it is difficult enough to measure power at all, except in the purely formal sense of voting rights. He who comes up with a really meaningful measure in this field will contribute greatly to crystallization of political fighting as well as administrative endeavors.

¹⁵ Again the same: the publications of these correlations would contribute significantly to increased awareness, since the current ideology is precisely that correlations between achieved and ascribed ranks should be as low as possible, preferably zero.

¹⁶ Economic sanctions occupy interesting middle position here. They are clearly violent in their ultimate consequences, which are starvation etc., but the hope is of course that they are slow enough to permit capitulation much before that. At the same time they are clearly also built into the structure, for the most vulnerable countries are also the countries that tend to be at the bottom of the international stratification in general: high in dependence on trade, low in commodity dispersion and low on trade partner dispersion. See Johan Galtung, 'On the Effects of International Economic Sanctions, With Examples from the Case of Rhodesia' (1967a).



In order not to overwork the word violence we shall sometimes refer to the condition of structural violence as *social injustice*,¹⁷ The term 'exploitation' will not be used, for several reasons. First, it belongs to a political vocabulary, and has so many political and emotional overtones that the use of this term will hardly facilitate communication. Second, the term lends itself too easily to expressions involving the verb exploit, which in turn may lead attention away from the structural as opposed to the personal nature of this phenomenon – and even lead to often unfounded accusations about intended structural violence.¹⁸

The *fifth distinction* to be made is between violence that is *intended* or *unintended*. This distinction is important when *guilt* is to be decided, since the concept of guilt has been tied more to *intention*, both in Judaeo-Christian ethics and in Roman jurisprudence, than to *consequence* (whereas the present definition of violence is entirely located on the consequence side). This connection is important because it brings into focus a bias present in so much thinking about violence, peace, and related concepts: ethical systems directed against *intended* violence will easily fail to capture structural violence in their nets – and may hence be catching the small fry and letting the big fish loose. From this fallacy it does not follow, in our mind, that the opposite fallacy of directing all attention against structural violence is elevated into wisdom. If the concern is with peace, and peace is absence of violence, then action should be directed against personal as well as structural violence; a point to be developed below.

Sixth, there is the traditional distinction between two levels of violence, the *manifest* and the *latent*.¹⁹ Manifest violence, whether personal or structural, is observable; although not directly since the theoretical entity of 'potential realization' also enters the picture. Latent violence is something which is not there, yet might easily come about. Since violence by definition is the cause of the difference (or of maintaining the nondecrease) between actual and potential realization, increased violence may come about by increases in the potential as well as by decreases in the actual levels. However, we shall limit ourselves to the latter and say that there is latent violence when the situation is so unstable that the actual realization level 'easily' decreases. For personal violence this would mean a situation where a little challenge would trigger considerable killing and atrocity, as is often the case in connection with racial fights. In such cases we need a way of expressing that the personal violence is also there the day, hour, minute, second before the first bomb, shot, fist-fight, cry – and this is what the concept of latent, personal violence does for us. It indicates a situation of unstable equilibrium, where the level of actual realization is not sufficiently protected against deterioration by upholding mechanisms.

Similarly with structural violence: we could imagine a relatively egalitarian structure insufficiently protected against sudden feudalization, against crystallization into a much more stable, even petrified, hierarchical structure. A revolution brought about by means of a highly hierarchical military organization may after a brilliant period of egalitarianism, and after major challenge, revert to a hierarchical structure. One way of avoiding this, of course, is to avoid hierarchical group struggle organizations in the first run, and use nonviolent nonhierarchical guerrilla organizations in the fight so as to let the means be a preview of the egalitarian goal.²⁰

17 One expression of what is meant by social justice is found in declarations of human rights, where a number of norms about equality are stated. However, they very often suffer from the deficiency that they are personal more than structural. They refer to what individuals can do or can have, not to who or what decides what they can do or have; they refer to distribution of resources, not to power over the distribution of resources. In other words, human rights as usually conceived of are quite compatible with paternalism whereby power-holders distribute anything but ultimate power over the distributions, so that equalization without any change in the power structure is obtained. It is almost painful to see how few seem to realize that much of the current anti-establishment anti-authority revolt is precisely about this: concessions are not enough, not even equality is enough, it is the way in which decisions about distribution are arrived at and implemented that is basic. But there is little reason to believe that this will not also in due time crystallize into some kind of human right and be added to that list of philosophical and political battlefields.

18 Exploitation also has an ambiguity which we actually have exploited in this section. There seems to be a liberal interpretation in terms of distribution and inequality, and a Marxist interpretation in terms of power, particularly over the use of the surplus produced by others (in a capitalist economy). Clearly one can have one type of exploitation without the other.

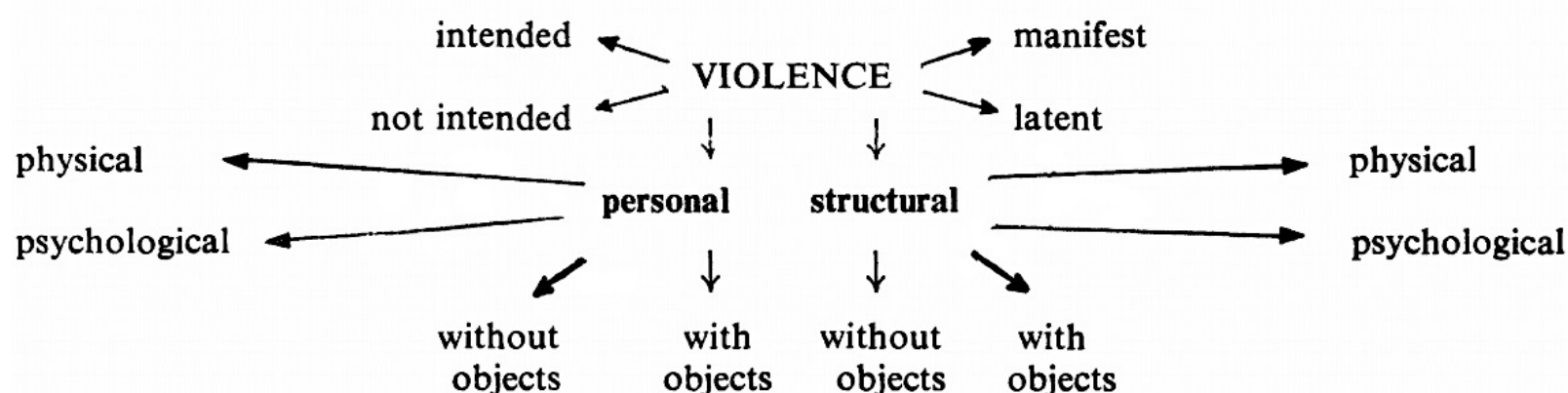
19 I am indebted to Hans Rieger and other participants in the seminar at the Gandhian Institute of Studies for pointing out the possibility of using the manifest-latent distinction in connection with both personal and structural violence.

20 This is a point where Gandhi and Mao Tse-Tung would agree in theory, although in practice they are both so dominant in their organizations that it probably was not too meaningful to speak of real egalitarianism.

That concludes our list of dimensions of violence, although many more could be included. One question that immediately arises is whether any combinations from these six dichotomies can be ruled out *a priori*, but there seems to be no such case. Structural violence without objects is also meaningful; truncation of the complete violence relation can go so far as to eliminate both subjects and objects. Personal violence is meaningful as a threat, a demonstration even when nobody is hit, and structural violence is also meaningful as a blueprint, as an abstract form without social life, used to threaten people into subordination: if you do not behave, we shall have to reintroduce all the disagreeable structures we had before.

Disregarding the negative-positive distinction as less important in this context, we end up, essentially, with the typology illustrated in Figure 1.

Figure 1: A Typology of Violence manifest

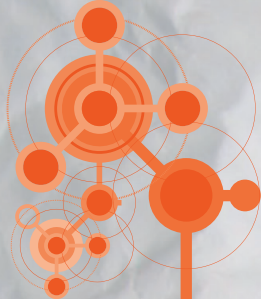


Source: Author's design.

If peace now is regarded as absence of violence, then thinking about peace (and consequently peace research and peace action) will be structured the same way as thinking about violence. And the violence cake can evidently be cut a number of ways. Tradition has been to think about violence as personal violence only, with one important subdivision in terms of 'violence vs. the threat of violence', another in terms of 'physical vs. psychological war', still another (important in ethical and legal thinking) about 'intended vs. unintended', and so on. The choice is here to make the distinction between personal and structural violence the basic one; justification has been presented (1) in terms of a unifying perspective (the cause of the difference between potential and actual realization) and (2) by indicating that there is no reason to assume that structural violence amounts to less suffering than personal violence.

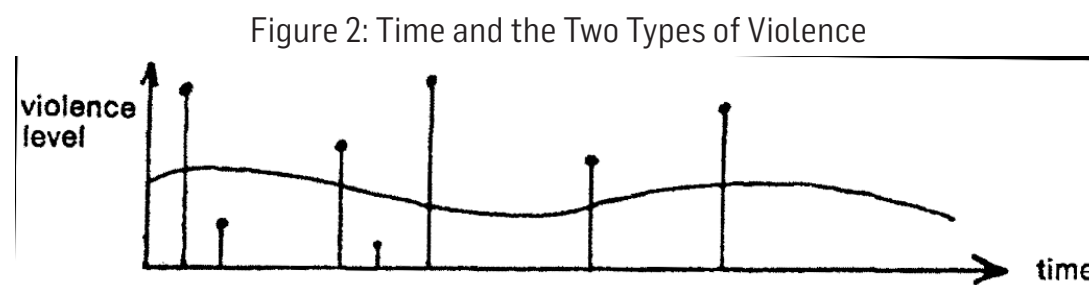
On the other hand, it is not strange that attention has been focused more on personal than on structural violence. Personal violence *shows*.²¹ The object of personal violence perceives the violence, usually, and may complain – the object of structural violence may be persuaded not to perceive this at all. Personal violence represents change and dynamism – not only ripples on waves, but waves on otherwise tranquil waters. Structural violence is silent, it does not show – it is essentially static, it *is* the tranquil waters. In a *static* society, personal violence will be registered, whereas structural violence may be seen as about as natural as the air around us. Conversely: in a highly *dynamic* society, personal violence may be seen as wrong and harmful but still somehow congruent with the order of things, whereas structural violence becomes apparent because it stands out like an enormous rock in a creek, impeding the free flow, creating all kinds of eddies and turbulences. Thus, perhaps it is not so strange that the thinking about personal violence (in the Judaeo-Christian-Roman tradition) took on much of its present

²¹ See Note 13 for Carmichael's analysis. The basic point in our communication structure is of course that personal violence much more easily 'can be recorded on TV cameras', although this is not correct strictly speaking. There is no intrinsic reason why structural violence should not be registered on TV cameras; in fact, really good cameramen delight in doing exactly this. But the concept of *news* is against its prominent display; that concept is in itself geared to personal rather than structural violence. For an analysis, see Johan Galtung and Mari Holmboe Ruge, 'The Structure of Foreign News' (1965), especially on person vs. Structure-oriented news.



form in what we today would regard as essentially static social orders, whereas thinking about structural violence (in the Marxist tradition) was formulated in highly dynamic northwest European societies.

In other words, we conceive of structural violence as something that shows a certain stability, whereas personal violence (e. g. as measured by the tolls caused by group conflict in general and war in particular) shows tremendous fluctuations over time. This is illustrated in Figure 2.



Source: Author's design.

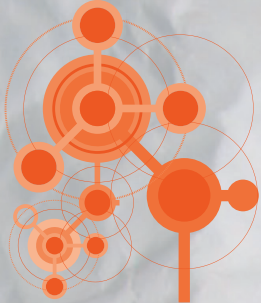
This is to a large extent tautological. A type of violence built into the social structure should exhibit a certain stability: social structures may perhaps sometimes be changed overnight, but they may not very often be changed that quickly. Personal violence, which to a larger extent is seen as subject to the whims and wishes of individuals, should show less stability. Hence personal violence may more easily be noticed, even though the 'tranquil waters' of structural violence may contain much more violence. For this reason we would expect a focus on personal violence in after-war periods lest they should become between war periods; and if the periods protract sufficiently for the major outburst of personal violence to be partly forgotten, we would expect a concentration on structural violence, provided the societies are dynamic enough to make any stability stand out as somehow unnatural.²²

THE MEANS OF PERSONAL AND STRUCTURAL VIOLENCE

To make this distinction less abstract, let us now explore how personal and structural violence, are, in fact, carried out. Starting with personal violence, concentration on 'actual somatic realization': how can it be reduced or kept low at the hands of somebody else? The question is simple, as are the answers since they suggest an instrumental approach to the problem of violence. There is a well specified task to be done, that of doing bodily harm unto others, and there are persons available to do it. But this is a production relation, suggesting a 'development' much like in the economic sector of society, with the introduction of increasingly refined tools and differentiated social organization – only that the tools in this case are referred to as weapons or arms, and the organization is not called a workshop or a factory, but a gang or an army.

A typology of personal, physical violence can now be developed focusing on the *tools* used, starting with the human body itself (in the elementary forms of fist fights and the more advanced forms, such as *Karate* and *Aikido*), proceeding towards all kinds of arms culminating, so far, with ABC weapons. Another approach would use the form of *organization*, starting with the lone individual, proceeding via mobs and crowds ending up with the organizations of modern guerrilla or army warfare. These two approaches are related: just as in economic organizations the means and mode of production (here direct bodily violence) depend on each other, and if one is lagging behind a conflict will arise. Together these two approaches would yield

²² Herman Schmid seems to be very correct when he points out (1968, p.217) that peace research grew out of a certain historical condition and the basic concepts were colored by that condition. No doubt this explains some of the emphasis on *symmetric conflict*, and we would add, on personal violence both because of war memories and war threats. However, the threats of a major war in the North Atlantic area failed to materialize, economic growth continued, but exploitation remained constant or increased. So, towards the end of the 'sixties the focus changes;' for some persons to a completely new focus (as when Schmid and others would argue in favor of conflict creation research, of polarization and revolution research), for others (as the present author) to an extension of focus, as argued in the present article.



the history of military warfare as a special case, since much bodily violence is not military. The approach would be cumulative for a weapon or technique, and a form of organization once developed may become obsolete but not erased; hence this typology would not be systematic, but always open to record new developments.

Table 1. A Typology of Personal Somatic Violence

Focused on the anatomy	Focused on the physiology
1. <i>crushing</i> (fist fight, catapults)	1. <i>denial of air</i> (choking, strangulation)
2. <i>tearing</i> (hanging, stretching, cutting)	2. <i>denial of water</i> (dehydration)
3. <i>piercing</i> (knives, spears, bullets)	3. <i>denial of food</i> (starvation due to siege, embargo)
4. <i>burning</i> (arson, flame, thrower)	4. <i>denial of movement</i>
5. <i>poisoning</i> (in water and food, in gases)	a. by body constraint (chains, gas)
6. <i>evaporation</i> (as in nuclear explosion)	b. by space constraint (prison, detention, exile)
	c. by brain control (nerve gases, 'brainwashing')

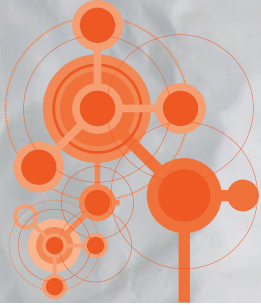
Source: Author's design.

A more systematic approach can be obtained by looking at the target; the human being. He is relatively known anatomically (structurally) and physiologically (functionally), so typologies can be developed on that basis. One primitive typology might be as shown in Table 1. The basic distinction is not water-tight, but nevertheless useful: for one thing is to try to destroy the machine (the human body) itself, another to try to prevent the machine from functioning. The latter can be done in two ways: denial of *input* (sources of energy in general, air, water, and food in the case of the body), and denial of *output* (movement). The human output can be *somatic*, recorded by the outside as movement (with standstill as a limiting case) or *mental* not recorded directly from the outside (only by indicators in the form of movements, including movements of vocal chords). The borderline between physical and psychological personal violence is not very clear, since it is possible to influence physical movements by means of psychological techniques, and vice versa: physical constraints certainly have mental implications.

In Table 1 some of the techniques have been indicated in parenthesis. A note should be added here about *explosions*. In principle they are of two kinds: to propel some missile, and to work directly on human bodies. Explosions are much used for the latter purpose because they combine the anatomical methods: a standard bomb would combine 1 and 2; add some shrapnel and 3 is also taken care of; add some simple chemicals so as to make it a fire bomb and 4 is taken into account; some gases would include 5 and if in addition the contraption is made nuclear the crowning achievement, 6, is there – presumably for ever, at least in principle, since it is difficult systematically to unmake an invention, it can only be suppressed. New weapons can always be invented, based on one or any combination of the principles in the Table. But there is also room for the more basic innovation: the introduction of a new principle.

Is it now possible to construct a corresponding typology for structural violence? If we accept that the general formula behind structural violence is inequality, above all in the distribution of power, then this can be measured; and inequality seems to have a high survival capacity despite tremendous changes elsewhere.²³ But if inequality persists, then we may ask: which factors, apart from personal violence and the threat of personal violence, tend to uphold inequality? Obviously, just as military science and related subjects would be indispensable for the understanding of personal violence, so is the science of social structure, and particularly of stratification, indispensable for the understanding of structural violence.

²³ Thus, it is almost unbelievable how little the gap between rich and poor seems to be affected by the general increase, within nations and between nations.

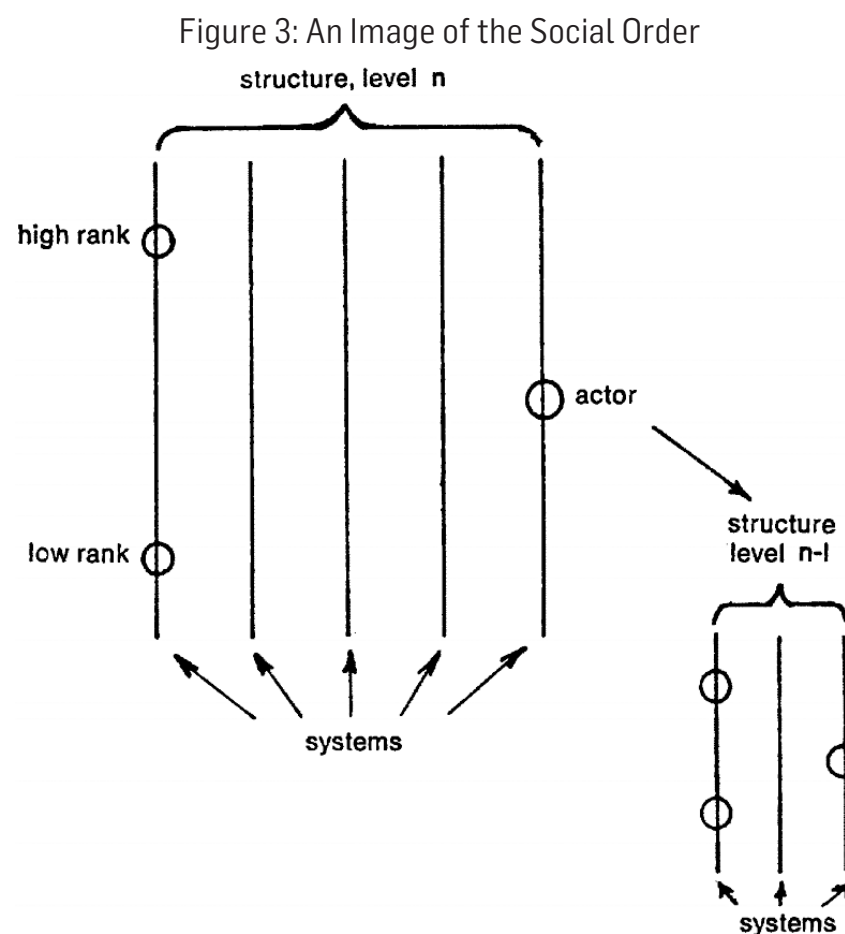


This is not the occasion to develop general theories of social structure, but some ideas are necessary to arrive at some of the mechanisms. Most fundamental are the ideas of *actor*, *system*, *structure*, *rank* and *level*. Actors seek goals, and are organized in systems in the sense that they interact with each other. But two actors, e.g. two nations, can usually be seen as interacting in more than one system; they not only cooperate politically, e.g. by trading votes in the UN, but also economically by trading goods, and culturally by trading ideas. The set of all such systems of interaction, for a given set of actors, can then be referred to as a structure. And in a structure an actor may have high rank in one system, low in the next, and then high in the third one; or actors may have either consistently high ranks or consistently low ranks.

However, if we look more closely at an actor, e. g. a nation, we shall very often be able to see it as a structure in its own right, but an integrated structure since it is able to appear as an actor. This 'Chinese boxes' view of actors is very important, and leads to the concept of level of actors. There are three major interpretations:²⁴

- in terms of *territories*: a nation can be seen as a set of districts, in turn seen as a set of municipalities, and these are then seen as a set of individuals;
- in terms of *organizations*: a factory can often be seen as an assembly line with sub-factories feeding into the assembly-line with their products, finally coming down to the individual worker.
- in terms of *associations*: they can often be seen as consisting of local chapters, ending up with individual members.

Thus, the image of the social order or disorder can be presented as in Figure 3.



Source: Author's design.

²⁴ This is the general theme in Johan Galtung, 'A structural Theory of Integration' (1968b).



In all these systems there is interaction, and where there is interaction, value is somehow exchanged. It then makes very much sense to study what the value-distribution is after the system has been operating for some time, and the gross distinction has been made between egalitarian and inegalitarian distributions.

We can now mention six factors that serve to maintain inegalitarian distributions, and consequently can be seen as mechanisms of structural violence:

1. *Linear ranking order* – the ranking is complete, leaving no doubt as to who is higher in any pair of actors;
2. *Acyclical interaction pattern* – all actors are connected, but only one way there is only one 'correct' path of interaction;
3. *Correlation between rank and centrality* – the higher the rank of the actor in the system, the more central his position in the interaction network;
4. *Congruence between the systems* – the interaction networks are structurally similar.
5. *Concordance between the ranks* – if an actor is high in one system then he also tends to be high in another system where he participates and
6. *High rank coupling between levels* – so that the actor at level $n-1$ are represented at level n through the highest ranking actor at level $n-1$.

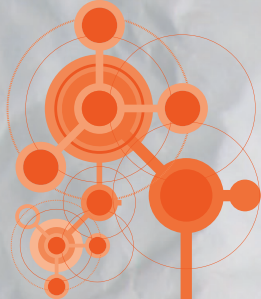
The factors can best be understood by examining to some extent their negation, starting with the last one.

Thus, imagine that a nation is dominated by an economic and cultural capital, but has a much smaller political capital through which most political interaction in the international system is carried out. This would tend to distribute the power at the level of cities since the coupling is not at the highest point. Similarly, we could imagine that the major road from the capital to a district did not connect directly with the district point of gravity but with some peripheral point; as when a government is represented abroad not by the president or prime minister but by the foreign minister – or a sub-factory not by the manager but by his deputy. But very often the top actor at level $n-1$ is made the representative at level n – with a number of implications.²⁵

Similarly, imagine there is considerable rank discordance, even to the point where the summated rankings of the actors tend to be relatively equal. In that case, patterns of inequality would be less consistent and less reinforcing, and the amount of disequilibrium in the system would also tend to upset any stability. Moreover, if the systems are not congruent but differ in structure, actors will not so easily generalize interaction patterns but be more flexible, less frozen into one way of acting (for instance servility). And if the actor with highest rank did not necessarily have the most central position in the network this would diminish his power, which would also be diminished if actors with lower ranks were to a larger extent permitted direct interaction (not only interaction mediated through the actors with high rank). Finally: nonlinear, pyramidal (also known as partial) ranking order permits more leeway, more flexibility in the system.²⁶

²⁵ One of these implications is of course that it enhances his power: he monopolizes information from the level above and can convert this into power at his own level. Another implication is that he is very often untrained for or unfit for the task to be performed at the higher level since his frame of reference all the time has been level $n-1$. The manager of a certain type of products suddenly finds himself on the board of a big business corporation doing quite different things; the leading nation in a regional alliance suddenly finds itself responsible for world affairs and forced to think within a completely new frame of reference, and so on.

²⁶ We have not discussed the possibility of denying rank differences completely by making everybody equal, since there seem always to be some differences that elude equalization attempts and these differences tend to become significant. Make everybody citizens with equal voting rights, and differences in style of life become overwhelming, abolish class differences on trains and the upper classes go by plane, and so on.



Many propositions can now be developed about this, a basic one being that social systems will have a tendency to develop all six mechanisms unless deliberately *and persistently* prevented from doing so. Thus the pattern is set for an aggravation of inequality, in some structures so much so that the lowest-ranking actors are deprived not only relative to the potential, but indeed below subsistence minimum. Inequality then shows up in differential morbidity and mortality rates, between individuals in a district, between districts in a nation, and between nations in the international system – in a chain of interlocking feudal relationships. They are deprived because the structure deprives them of chances to organize and bring their power to bear against the topdogs, as voting power, bargaining power, striking power, violent power – partly because they are atomized and disintegrated, partly because they are overawed by all the authority the topdogs present.

Thus, the net result may be bodily harm in both cases, but structural violence will probably just as often be recorded as psychological violence. Hence, highly different means may lead to highly similar results – a conclusion to be explored later.

THE RELATION BETWEEN PERSONAL AND STRUCTURAL VIOLENCE

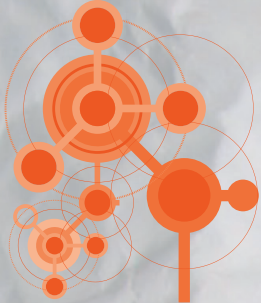
In this section some comments will be offered on this relationship, following this outline:

1. Is there really a distinction between personal and structural violence at all?
2. If there is, does not one type of violence presuppose the manifest presence of the other?
3. If pure types exist, could it not nevertheless be said that they have a pre-history of the other type?
4. If this is not generally the case, could it not be that one type of violence presupposes the latent presence of the other?
5. If this is not the case, could it not be that one is the price we have to pay for the absence of the other?
6. If this is not generally the case, could it not be that one type is much more important in its consequences than the other?

Let us start with the first question.

It may be argued that this distinction is not clear at all: it disregards slights of the structural element in personal violence and the personal element in structural violence. These important perspectives are regained if a person is seen as making his decision to act violently not only on the basis of individual deliberations but (also) on the basis of expectations impinging on him as norms contained in roles contained in statuses through which he enacts his social self; *and*, if one sees a violent structure as something that is a mere abstraction unless upheld by the actions, expected from the social environment or not, of individuals. But then: does not this mean that there is no real distinction at all? Cannot a person engaging in personal violence always use expectations from the structure as an excuse, and does not a person upholding an exploitative social structure have responsibility for this?

The distinction that nevertheless remains is between violence that hits human beings as a *direct* result of Figure 4 type actions of others, and violence that hits them *indirectly* because repressive structures (as analyzed in preceding section) are upheld by the summated and concerted action of human beings. The qualitative difference between these actions is the answer. The question of guilt is certainly not a metaphysical question; guilt is as real as any other feeling, but a less interesting one. The question is rather whether violence is structured in such a way that it constitutes a direct, personal link



between a subject and an object, or an indirect structural one, not how this link is perceived by the persons at either end of the violence channel. The objective consequences, not the subjective intentions are the primary concern.

But are personal and structural violence empirically, not only logically, independent of each other? Granted that there may be a correlation so that structures richly endowed with structural violence often may also display above average incidence of personal violence, it is possible to have them in pure forms, to have one without the other? are there *structures where violence is person-invariant* in the sense that structural violence persists regardless of changes in persons? And conversely, are there *persons where violence is structure-invariant* in the sense that personal violence persists regardless of changes in structural context?

The answer seems to be yes in either case. The typical feudal structure, with a succession of incapsulating hierarchies of metropole-satellite relationships is clearly structurally violent regardless of who staffs it and regardless of the level of awareness of the participants: the violence is built into the structures. No personal violence or threat of personal violence are needed. And there are persons who seem to be violent in (almost) any setting – often referred to as 'bullies'. Characteristic of them is precisely that they carry their violent propensity with them far outside any structural context deemed reasonable by society at large, for which reason they will often be institutionalized (in prison or mental hospital, depending on which basic norms they infract first and most clearly). Hence, we may conclude that the two forms of violence are empirically independent: the one does not presuppose the other.

But from this alone it cannot be concluded that there is no necessary (not only sufficient) *causal relationship* between the two types of violence, or that the even stronger condition of *one-way reductionism* is not fulfilled. One may argue that all cases of structural violence can, by closer scrutiny, be traced back to personal violence in their *pre-history*. An exploitative caste system or race society would be seen as the consequence of a large-scale invasion leaving a thin, but powerful top layer of the victorious group after the noise of fighting is over. A bully would be seen as the inevitable product of socialization into a violent structure: he is the rebel, systematically untrained in other ways of coping with his conflicts and frustrations because the structure leaves him with no alternatives. That structural violence often breeds structural violence, and personal violence often breeds personal violence nobody would dispute but the point here would be the cross-breeding between the two. In other words: pure cases are only pure as long as the pre-history of the case or even the structural context are conveniently forgotten.

Far from denying that these may be fruitful perspectives both for research into the past and the etiology of violence as well as for search into the future and therapy for violence we would tend to reject the position that violence presupposes a pre-history of violence of the same or opposite kinds. This view is a breeding theory, and like all breeding theories it fails to answer two questions: how did the process come into being at all? and is spontaneous generation of violence impossible, or are all cases of violence the legitimate offspring of other cases of violence – handed down through some kind of apostolic succession, the content being more like 'original sin' though?

Take the case of structural violence first. Here it may be argued we will never get the perfect test-case. Imagine we based our thinking on something like this: people, when left to themselves in isolation (in a discussion group, stranded on an isolated island, etc.) will tend to form systems where rank, or differential evaluation of relatively stable interaction patterns referred to as status, will emerge; high ranks tend to cluster on persons who already have some high ranks, and interaction tends to flow in their direction – hence the net result is sooner or later a feudal structure. One might then object: yes, because these persons are already socialized into such structures, and all they do is to project their experiences and their habits so as to give life to an embryonic structure. And there is no way around it: human beings, to be human, have to be rated by humans, hence there will always be an element of succession.



Maybe, but, we also suspect that the reasoning above holds true even under *tabula rasa* conditions because it probably is connected with the fact (1) that individuals are different and (2) that these differences somehow are relevant for their interaction behavior. Hence, special measures are needed to prevent the formation of feudal structures: structural violence seems to be more 'natural' than structural peace. And similarly with personal violence: it is difficult to see how even the most egalitarian structure would be sufficient to prevent cases of violence, whether they result from conflicts or not. Personal violence is perhaps more 'natural' than personal peace. It could also be argued that an inegalitarian structure is a built-in mechanism of conflict control, precisely because it is hierarchical, and that an egalitarian structure would bring out in the open many new conflicts that are kept latent in a feudal structure.

One could now proceed by saying that even if one type of violence does not presuppose the manifest presence of the other, neither synchronically, nor diachronically, there is nevertheless the possibility that manifest structural violence presupposes latent personal violence. When the structure is threatened, those who benefit from structural violence, above all those who are at the top, will try to preserve the status quo so well geared to protect their interests. By observing the activities of various groups and persons when a structure is threatened, and more particularly by noticing who comes to the rescue of the structure, an operational test is introduced that can be used to rank the members of the structure in terms of their interest in maintaining the structure. The involvement that does not show clearly in times of unimpeded persistence is brought up to the surface when there is turbulence. But one has to observe carefully, for those most interested in the maintenance of status quo may not come openly to the defence of the structure: they may push their mercenaries in front of them.²⁷ In other words, they may mobilize the police, the army, the thugs, the general social underbrush against the sources of the disturbance, and remain themselves in more discrete, remote seclusion from the turmoil of personal violence. And they can do this as an extrapolation of the structural violence: the violence committed by the police is personal by our definition, yet they are called into action by expectations deeply rooted in the structure – there is no need to assume an intervening variable of intention. They simply do their job.

This view is probably generally very valid, even if it may underestimate the significance of a number of factors:

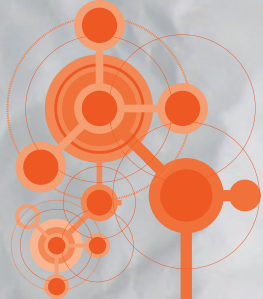
1. The extent to which the 'tools of oppression' may have internalized the repressive structure so that their personal violence is an expression of internalized, not only institutionalized norms;
2. The extent to which those who benefit from the structural violence may themselves have severe and sincere doubts about that structure and prefer to see it changed, even at their own expense;
3. The extent to which the 'challenge of the structure' may be a personal confrontation with the police etc. more than with the structure, and reveal more about the dynamics of interpersonal relations than about the structure.²⁸

²⁷ Few have expressed this image as well as Eldridge Cleaver in *Soul on Ice* (1969, p.92):

'Both police and the armed forces follow orders. Orders. Orders flow from the top down. Up there, behind closed doors, in antechambers, in conference rooms, gavels bang on the tables, the tinkling of silver decanters can be heard as ice water is poured by well fed, conservatively dressed men in horn-rimmed glasses, fashionably dressed American widows with rejuvenated faces and tinted hair, the air permeated with the square humor of Bob Hope jokes. Here all the talking is done, all the thinking, all the deciding.

Gray rabbits of men scurry forth from the conference room to spread decisions throughout the city, as News. Carrying out orders is a job, a way of meeting the payments on the house, a way of providing for one's kiddies. In the armed forces it is also a duty, patriotism.' Not to do so is treason.'

²⁸ See Note 11 for Kahn's analysis, where he added that fighting with fists would be about as natural for the Irish cops as it is unnatural for the upper middle class student, and fighting with words as natural for that student as it is unnatural for the cop. Hence, when the student destroys property and heaps abuse on the police he challenges the police much beyond the tolerance level, and the police respond with the reaction they know, violence; a reaction for which the students are untrained. One does not need structural explanations to account for an outburst of violence in such cases. But one could ask why such people are in the police department, and one explanation can supplement rather than supersede another.



4. The extent to which all members in a violent structure, not only the topdogs, contribute to its operation and hence are all responsible as they can all shake it through their noncooperation.

But these are minor points; social affairs always refuse to be captured in simplistic formulations. More important is whether one can also turn the proposition around and gain some insight by saying that manifest personal violence presupposes latent structural violence – which is not the same as saying that it presupposes manifest structural violence. The idea would be that of an egalitarian structure maintained by means of personal violence, so that when this pattern of violence is challenged to the point of abolition there will be an emergence of structural violence.

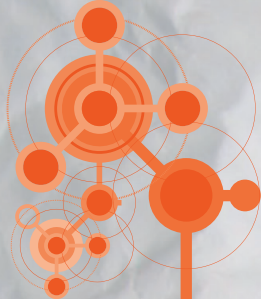
The proposition is interesting because it may open for some possible insights in structures yet unknown to us. It does not seem *a priori* unreasonable to state that if the absence of personal violence is combined with a pattern of structural violence, then personal violence is nevertheless around the corner – and correspondingly that if absence of structural violence is combined with personal violence, then structural violence is also around the corner. All we are saying is only that the sum of violence is constant, only that one has to take into account the latent variety of the type of violence 'abolished' to see more clearly how that type is in a standby position, ready to step in once the other type crumbles. Absence of one type of violence is bought at the expense of the threat of the other.

But, however insight-stimulating this may be in certain situations we refuse to accept this pessimistic view for two reasons. First, the two propositions seem simply not to be true. It is not at all difficult to imagine a structure so purely structural in its violence that all means of personal violence have been abolished, so that when the structure is threatened there is no second trench defense by mobilizing latent personal violence. Similarly, a structure may be completely unprepared for freezing the released forces stemming from a reduction of personal violence into a hierarchical order. Empirically such cases may be rare, but yet significant.

Second, the assumption would be that human beings somehow need violence to be kept in line; if not of the personal type, then of the structural variety. The argument would be that if there is no personal violence or threat of personal violence then a very strong hierarchical order is needed to maintain order and to control conflict; and if there is no structural violence or threat of structural violence, then personal violence will easily serve as a substitute. But even if this may be a reasonable theory to explain possible empirical regularities, that in itself is not sufficient argument for reifying a regularity into a principle supposedly eternally valid. On the contrary, this would be a highly pessimistic view of the human condition, and to accept it fully would even be a capitulationist view.

From the problem of whether one type of violence is necessary to *obtain* or *sustain* the other type, whether at the manifest or the latent levels, it is not far to the opposite problem; is one type of violence necessary or sufficient to *abolish* the other type? The question, which actually splits into four questions, brings us directly into the center of contemporary political debate. Let us examine briefly some of the arguments.

1. *Structural violence is sufficient to abolish personal violence.* This thesis seems to have a certain limited and short-term validity. If all the methods mentioned above for sustaining structural violence are implemented, then it seems quite possible that personal violence *between the groups segregated by the structure* is abolished. The underdogs are too isolated and too awed by the topdogs, the topdogs have nothing to fear. But this only holds between those groups; within the groups the feudal structure is not practised. And although the structure probably is among the most stable social structures imaginable, it is not stable in perpetuity. There are many ways in which it may be upset, and result in tremendous outbursts of personal violence. Hence, it may perhaps be said to be a structure that serves to compartmentalize personal violence in time, leading to successions of periods of absence and presence of personal violence.



2. *Structural violence is necessary to abolish personal violence.* This is obviously not true, since personal violence will cease the moment the decision not to practise it is taken. But this is of course begging the question: under what condition is that decision made and really sustained? That structural violence represents an alternative in the sense that much of the 'order' obtained by means of (the threat of) personal violence can also be obtained by (the threat of) structural violence is clear enough. But to state a relation of *necessity* is to go far outside our limited empirical experience.
3. *Personal violence is sufficient to abolish structural violence.* Again, this thesis seems to have a certain limited short-term validity.
 Personal violence directed against the topdogs in a feudal structure incapacitating them bodily by means of the techniques in Table 1, used singly or combined. When the topdogs are no longer there to exercise their roles the feudal structure can clearly no longer function. Hence, just as under 1 above *between*-group structural violence *maybe* abolished by this process. But to abolish the *topdogs* in a violent structure is one thing, to abolish the violent *structure* quite another, and it is this *fallacy of misplaced concreteness* that is one of the strongest arguments against the proposition. The new power group may immediately fill the vacancies, retaining the structure, only changing the names of the incumbents and possibly the rationalization of the structure, in which case the structural violence is not even abolished for a short term. Or the structure may re-emerge after some time, because of internal dynamism or because it has after all been firmly imprinted on the minds of the new power-holders and has thus been present all the time in latent form.
4. *Personal violence is necessary to abolish structural violence.* This is, of course, a famous revolutionary proposition with a certain currency. One may argue against it on three grounds: empirically, theoretically and axiologically. *Empirically* one would point to all the cases of structural change decreasing structural violence that seem to take place without personal violence. The counter-argument will be that there were cases with no basic change of the structure, for if there had been a fundamental threat to the power-holders then they would have resorted to personal violence. *Theoretically* one would point to the qualitative difference between the means of personal and structural violence and ask: even if personal violence *may* lead to the abolition of structural violence, is it not likely that some, and possibly also more effective means of changing a structure would be structural, for instance systematic changes of interaction networks, rank profiles etc.? In other words, the belief in the *indispensability of personal violence* could be said, on theoretical grounds, to be a case of *fetishization* of personal violence. And then there is the *axiological* argument: even if personal violence could be seen as indispensable up till today, on empirical and/or theoretical grounds, this would be one more good reason for a systematic search for the conditions under which this indispensability would disappear.

Again our search seems to fail to uncover any absolutes. It is hard to sustain a belief in sufficiency or necessity one way or the other. The two types of violence simply do not seem to be more tightly connected empirically than logically – and as to the latter, the whole exercise is an effort to show that they may be seen as logically independent even though they are continuous with each other: one shades into the other.

But even if one now rejects reductionism one way or the other there would still be good reason for focusing research attention more on one kind of violence than on the other: it may always be argued that one is much more important in its consequences than the other. Thus, imagine we were able to calculate the losses incurred by the two forms of violence, or the gains that would accrue to mankind if they could be eliminated. In principle this should not be quite impossible, at least not for the simpler physical forms of violence that show up in terms of mortality, and possibly also in terms of morbidity. Mortality and morbidity rates under the condition of absence of war can usually be calculated relatively well by extrapolation from pre-war and postwar data. It is more difficult for the case of absence of exploitation, but not impossible: we could calculate the levels attained if all available resources were used for the purpose of extending and improving the biological life-span and in addition were distributed in an egalitarian fashion in social space. The costs incurred by violence of one form or the other



would then appear as the difference between the potential and the actual, as the definition requires, and the costs can then be compared. One could also imagine calculations of the costs of the joint operation of the two forms of violence.

One significant feature of such calculations, that definitely should have a high priority on the research program of peace research institutes, is that the door would be opened for answers to questions such as whether the costs in terms of personal violence were higher or lower than the gains in reduction of structural violence in, say, the Cuban revolution. The present author would say that they were definitely lower, using comparable Latin American countries as a basis for evaluating the costs of the structural violence under Batista, but in the equation one would of course also have to include the personal violence under Batista and the structural violence under Castro, e.g. in the form of almost complete alienation of the former bourgeoisie, not only as status holders, but as persons. Such statements are impressionistic however, they should be backed up empirically.

But however attractive such calculations may be – for reasons of intellectual curiosity about the dynamics of violence, structural and personal, even to develop much higher levels of theoretical insights in these phenomena than we possess today – this is not the same as accepting cost-benefit analysis in this field as a basis for political action. The point here is not so much that one may have objections to projecting the mathematical 'one human life-year = one human life-year', regardless how it is lost or gained, on to the stage of political action, but rather that this type of analysis leads to much too modest goals for political action. Imagine that the general norm were formulated 'you shall act politically so as to decrease violence, taking into account both before and after levels of personal and structural violence'. A norm of that kind would be blind to possible differences in structural and personal violence when it comes to their potential for getting more violence in the future. But it would also condone action as long as there is any decrease, and only steer political action *downwards* on the violence surface, not lead to a systematic search for the *steepest* gradient possible, even for a descent route hitherto unknown to man.

But equally important is to recall that it is hardly possible to arrive at any general judgment, independent of time and space, as to which type of violence is more important. In space, today, it may certainly be argued that research in the Americas should focus on structural violence, between nations as well as between individuals, and that peace research in Europe should have a similar focus on personal violence. Latent personal violence in Europe may erupt into nuclear war, but the manifest structural violence in the Americas (and not only there) already causes an annual toll of nuclear magnitudes. In saying this, we are of course not neglecting the structural components of the European situation, (such as the big power dominance and the traditional exploitation of Eastern Europe by Western Europe) nor are we forgetful of the high level of personal violence in the Americas even though it does not take the form of international warfare (but sometimes the form of interventionist aggression).

ON THE DEFINITION OF 'PEACE' AND 'PEACE RESEARCH'

With the distinction between personal and structural violence as basic, violence becomes two-sided, and so does peace conceived of as the absence of violence. *An extended concept of violence leads to an extended concept of peace.* Just as a coin has two sides, one side alone being only one aspect of the coin, not the complete coin, peace also has two sides: *absence of personal violence*, and *absence of structural violence*.²⁹ We shall refer to them as *negative peace* and *positive peace* respectively.³⁰

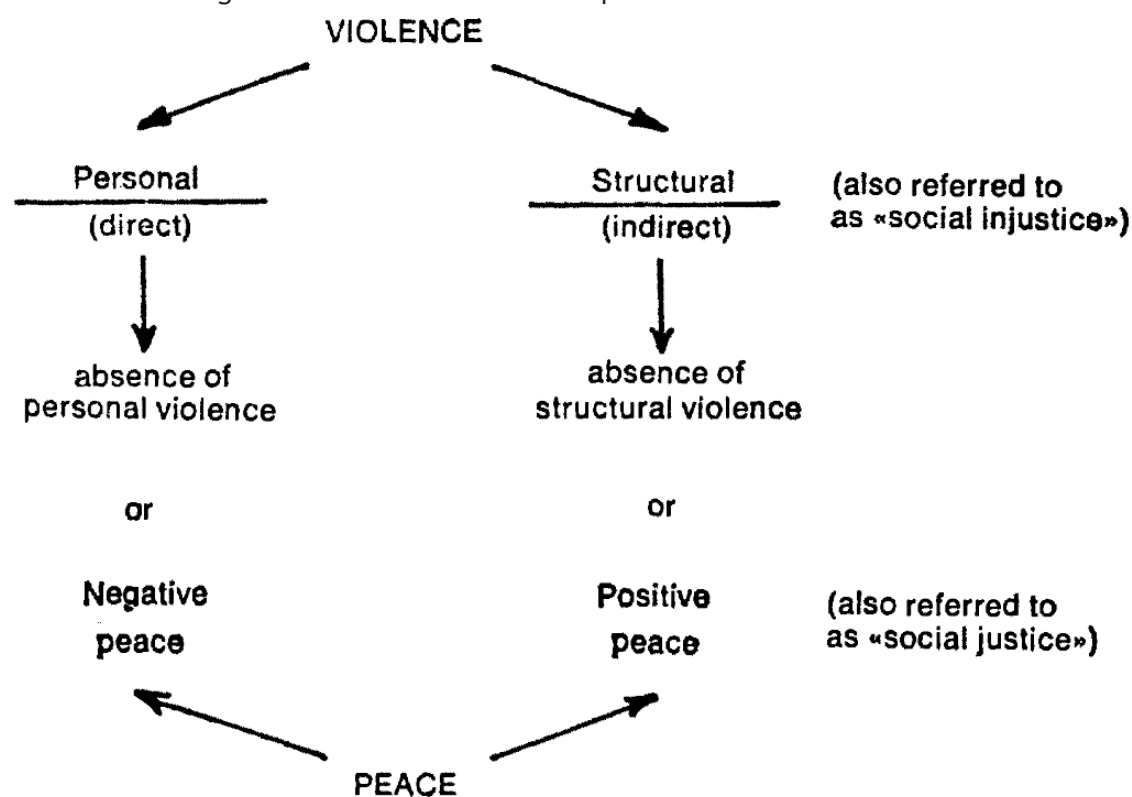
²⁹ This coin metaphor, of course, is not to suggest that one side excludes the other. Indeed, as pointed out so many times in the preceding section: a given social order may exhibit both, one or (perhaps) neither of them. The metaphor applies to the conceptualization of peace, not to the empirical world.

³⁰ Of course, I am very much aware of changes in my own presentation of these concepts, just as I am confident that new formulations will follow in the wake of those presented here. Whereas 'negative peace' remains fairly constant, meaning 'absence of violence', I think it gains from the precision given to 'violence' in that context, a 'personal violence'. But 'positive peace' is constantly changing (as is 'positive health' in medical science). I used to see it in terms of integration and cooperation (An Editorial, 1964), but now agree fully with Herman Schmid that this expresses a much too integrated and symmetric view of conflict groups, and probably reflects the East-



For brevity the formulations 'absence of violence' and 'social justice' may perhaps be preferred, using one negative and one positive formulation. The reason for the use of the terms 'negative' and 'positive' is easily seen: the absence of personal violence does not lead to a positively defined condition, whereas the absence of structural violence is what we have referred to as social justice, which is a positively defined condition (egalitarian distribution of power and resources). Thus, peace conceived this way is not only a matter of control and reduction of the overt use of violence, but of what we have elsewhere referred to as 'vertical development'.³¹ And this means that peace theory is intimately connected not only with conflict theory, but equally with development theory. And peace research, defined as research into the conditions past, present and future of realizing peace, will be equally intimately connected with conflict research and development research; the former often more relevant for negative peace and the latter more relevant for positive peace, but with highly important overlaps.

Figure 4. The Extended Concepts of Violence and Peace



Source: Author's design.

To justify this way of looking at peace and peace research, let us see where the many efforts to conceive of peace in terms of only *one* of these 'sides' or aspects leads us. Such efforts are likely to bring into focus, in theory and indeed in practice, the oneness on which they are based and to highlight the need for richer concepts of peace. Here only a very sketchy outline of this type of analysis will be presented, particularly since relations between personal and structural violence were to some extent explored in the preceding section.

West conflict or a certain ideology in connection with that conflict. I would now identify 'positive peace' mainly with 'social justice', the latter taken in the double sense of this article – but I think one could also be open to other candidates for inclusion since the definition given of violence is broad enough also to point in other directions. This is to some extent attempted in section 1.3 of *Theories of Peace*. Moreover, I think Schmid is basically right (1968, p.221) in saying that there is a tendency to focus on negative peace because consensus is more easily obtained – but I share his rejection of that tendency. To reveal and unmask the subtle mechanisms of structural violence and explore the conditions for their removal or neutralization is at least as important, although comparisons of the two types of violence in terms of priorities seems a little bit like discussing whether medical research should focus on cancer or heart diseases. And to this should be added, emphatically, that a discipline fully satisfied with its own foundations and definition is probably a dead discipline. Fundamental debate and debate over fundamentals are the signs of health, not of disease. These issues are difficult, and we shall make progress only through more practice in analyzing them and more praxis in working with them.

31 In *Theories of Development* (forthcoming).



Thus, a research emphasis on the reduction of personal violence at the expense of a tacit or open neglect of research on structural violence leads, very easily, to acceptance of 'law and order' societies.³² Personal violence is built into the system as work is built into a compressed spring in a mattress: it only shows when the mattress is disintegrating. And on the other hand there may be a research emphasis on righting social wrongs on obtaining social justice at the expense of a tacit or open acceptance and use of personal violence. The short-term costs of personal violence appear as small relative to the costs of continued structural violence. But personal violence tends to breed manifest physical violence, not only from the opponent but also inside one's own group – and the aftermath of violent revolutions generally seems to testify to this.

We may summarize by saying that too much research emphasis on one aspect of peace tends to rationalize extremism to the right or extremism to the left, depending on whether onesided emphasis is put on 'absence of personal violence' or on 'social justice'. And these two types of extremism are of course not only formally, but also socially closely related and in a dialectic manner: one is often a reaction to the other. When put into practice both may easily develop into well-known social orders where neither of the two aspects of peace are realized: gross social injustice is maintained *by means of* highly manifest personal violence. The regime usually tries to maintain a *status quo*, whether it means forceful maintenance of traditional social injustice that may have lasted for generations, or the forceful maintenance of some new type of injustice brought in by an attempt to overthrow the old system.

If 'peace' now is to be interpreted as an effort to play on both, one may ask: does this not simply mean some kind of 'moderate' course, some effort to appear 'objective' by steering carefully between the two types of extremism outlined above? There is no doubt a danger in this direction. Efforts to avoid both personal and structural violence may easily lead to accept one of them, or even both. Thus, if the choice is between righting a social wrong by means of personal violence or doing nothing, the latter may in fact mean that one supports the forces behind social injustice. And conversely: the use of personal violence may easily mean that one gets neither long-term absence of violence nor justice.

Or, we can put the argument in a slightly different framework. If we are interested in e.g. social justice but also in the avoidance of personal violence, does this not constrain our choice of means so much that it becomes meaningful only in certain societies? And particularly in societies that have already realized many social-liberal values, so that there is considerable freedom of speech and assembly, and organizations for effective articulation of political interests? Whereas we are literally immobilized in highly repressive societies, or 'more openly repressive societies' as modern critics of liberalism might say? Thus, if our choice of means in the fight against structural violence is so limited by the non-use of personal violence that we are left without anything to do in highly repressive societies, whether the repression is latent or manifest, then how valuable is this recipe for peace?

To this we may answer along many lines.

One answer would be to reject the definition given above of peace, because we want 'peace' to refer to something attainable and also in fact attained, not to something as utopian as *both* absence of personal violence *and* social justice. We may then slant the definition of 'peace' in the direction of absence of personal violence, *or* absence of structural violence, depending on where our priorities are. In our definition above we have suggested that the two enter in a completely symmetrical manner: there is no temporal, logical or evaluative preference given to one or the other. Social justice is not seen as an adornment to

³² Thus, there is little doubt that in general peace research (Schmid, 1968, p.222) in this decade that has passed since it was launched has met with more approval from the north-western establishment in the world than from other quarters, but so has cancer research. From this it does not follow that peace research is meaningless to the third world and to revolutionary forces. The same skewed distribution can be found almost anywhere, due to the skewed distribution of world resources and the generally feudal structure of the world. But Schmid is certainly right in setting peace research in a social setting: 'who will pay for it', and 'who will be able to implement advice from peace researcher' are basic questions. I only fail to see that there should be any implicit reason why peace research should fall into the arms of the establishment more than into other arms not to mention be able to retain considerable autonomy in its pursuits. This presupposes an academic structure that does not steer all research into the arms of the power-holders, left or right, but leaves the road open for pursuits of insights into the mechanisms behind any kind of violence, any kind of obstacle to human self realization.



peace as absence of personal violence, nor is absence of personal violence seen as an adornment to peace as social justice. Unfortunately, on the printed page, one has to appear before the other or above the other, and this is often interpreted as priority (compare the recent debate on whether a certain group's political slogan should be 'peace and freedom' or 'freedom and peace'). Actually, somebody should invent some way of printing so that absolutely no connotation of priority is implied.

This approach presupposes that we somehow are attracted by the term 'peace' and would like to let that word express our goal rather than some other word. But another answer would be to give up the word 'peace' and simply state our interest in one or both of the two values and then try to do our best along both dimensions, so to speak. This appears less satisfactory, because of the generally widespread use of the term 'peace' so widespread and so generally acknowledged that it possibly presents some kind of substitute in this secular age for feelings of devotion and community that in former ages were invoked by reference to religious concepts. In fact, 'peace' has indeed religious overtones to many, and that this probably contributes to the use of the word 'peace' as a carrier of feelings of universal love and brotherhood in our days. Hence, in spite of the many possibilities for semantic confusion, we would argue in favor of retaining the term 'peace'.

A third answer would be to combine the first two approaches, to talk little or at least not very loudly about peace – for fear of blushing, among other reasons – and to give up one of the two goals, absence of violence and social justice. This attitude, found today in several circles, may be commended for its honesty and lack of hypocrisy. Neither the 'law and order' racist or primitive capitalist society, nor the openly repressive post-revolutionary society is presented as realizations of 'peace', but as social orders where one made a choice between two evils, direct violence or social injustice, using what was seen as the lesser evil to drive out the greater evil (possibly ending up with both).

And then there is a fourth approach which will be preferred in this context. It may be expressed as follows:

Both values, both goals are significant, and it is probably a disservice to man to try, in any abstract way, to say that one is more important than the other. As mentioned, it is difficult to compare the amount of suffering and harm that has been caused by personal or structural violence; they are both of such an order of magnitude that comparisons appear meaningless. Moreover, they seem often to be coupled in such a way that it is very difficult to get rid of both evils; more likely the Devil is driven out with Beelzebub. In view of this difficulty, so amply testified through human history, we should be very careful in passing moral judgements too readily on those who fail to realize both goals. To realize one of them is no mean achievement either, particularly if we consider the number of social orders and regimes that realize neither.

But the view that one cannot meaningfully work for both absence of personal violence and for social justice can also be seen as essentially pessimistic, as some sort of intellectual and moral capitulationism.³³ First of all, there are many forms of social action available today that combine both in a highly meaningful way. We are thinking of the tremendously rapid growth in the field of nonviolent action, both in dissociative nonviolence that serves to keep parties apart so that the weaker part can establish autonomy and identity of its own, and associative nonviolence that can serve to bring them together when a basis for equal nonexploitative partnership exists.³⁴ We are thinking of all that is known about the theories of symmetric,

³³ Thus, peace research is seen here as an effort to promote the realization of *values*. To what extent these values coincide or not with the interests of certain *groups* is another matter. Hence, peace research could not be identified with the ideology of a group unless that group professed the same values. It is also an open question whether group identification with these values will in fact serve to promote these values.

³⁴ Some of this is explored in 'On the Meaning of Nonviolence', (Galtung, 1965) and infinitely much more can be done in this direction. However, the important thing seems to be that there is no reason whatsoever why peace research should be tied to study of symmetric conflict only, and to integrative, or as we prefer to say, 'associative' (integrative being too strong a term) approaches. Any effort to explore structural violence will lead to awareness of asymmetric conflict, between parties highly unequal in capabilities – and I think it is unfair to state that this is neglected in the type of peace research carried out at the International Peace Research Institute in Oslo. The terms 'topdog-underdog' may be unfamiliar and even be resented by those who prefer to do this research in a Marxist tradition and jargon, but it is nevertheless an effort. More precisely, the effort has been to understand better the *structure* of structural violence, one little indication of which is given in third section of this article. And there is no implicit reason why the remedy should be in associative policies only. On the contrary, I tend to feel in general that associative policies are for equals, i.e. for



egalitarian organization in general.³⁵ We are thinking of the expanding theory of vertical development, of participation, decentralization, codecision. And we are thinking of the various approaches to arms control and disarmament issues, although they are perhaps of more marginal significance.³⁶ This is not the place to develop these themes; that will be done in other contexts. But secondly, once the double goal has been stated that peace research is concerned with the conditions for promoting both aspects of peace – there is no reason to believe that the future will not bring us richer concepts and more forms of social action that combine absence of personal violence with fight against social injustice once sufficient activity is put into research and practice.³⁷ There are more than enough people willing to sacrifice one for the other – it is by aiming for both that peace research can make a real contribution.

REFERENCES

CARMICHAEL, Stokeley. Black power. In: COOPER, David (Ed.). *The dialectics of liberation*. London: Penguin, 1968. p. 150-174.

CLEAVER, Eldridge. *Soul on ice*. London: Cape, 1969.

AN EDITORIAL. *Journal of Peace Research*, Oslo, v. 1, n. 1, p. 1-4, 1964.

GALTUNG, Johan. On the meaning of nonviolence. *Journal of Peace Research*, Oslo, v. 2, n. 3, p. 228-257, 1965.

_____. On the effects of international economic sanctions, with examples from the Case of Rhodesia. *World Politics*, Cambridge, UK, v. 19, n. 3, p. 387-416, 1967a.

_____. Two approaches to disarmament: the legalist and the structuralist. *Journal of Peace Research*, Oslo, v. 4, n. 2, p. 161-195, 1967b.

_____. *Co-operation in Europe*. Strasbourg: Council of Europe, 1968a.

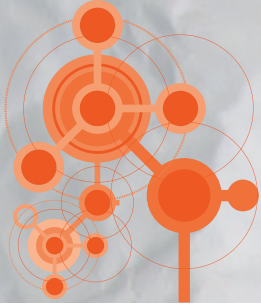
symmetric conflict, whereas polarization and dissociative policies are much better strategies for exploited groups. This is also reflected in the doubleness of non-violent strategies, all themes to be more fully developed in *Theories of Conflict* (forthcoming). When Schmid says (1968, p.219) that peace research 'should explain [...] how latent conflicts are manifested – /and/how the present international system is seriously challenged or even broken down' he seems to betray the same type of oneness that he accuses peace research of – interest in controlling manifest conflicts only, in bringing about integration, in formulating problems in terms meaningful to international and supranational institutions. But this oneness will almost inevitably result if research shall be geared to serve the interests of specific groups, high or low, instead of the promotion of values. It is as hard to believe that disintegration, polarization, dissociation is always the best strategy as it is to believe the opposite.

But this seems to be closely related to Schmid's conflictology (1968, p.224-228), where he seems to believe that I have a subjectivistic conception of conflict. If there is anything the conflict triangle purports to achieve it is exactly the opposite: the definition of conflict independently of attitudes and behavior, and also independently of perceptions of the situation held by the parties (as different from their attitudes to each other). To me, conflict is incompatibility of goals, but how these goals are established is a quite different matter. To ask the parties for their perception of what they pursue and what, if anything, stands in the way is one, but only one approach. I have nothing against definitions in terms of 'interests' the concept of 'goal' is wide enough to encompass. The difficulty is, as Schmid readily and frankly admits (1968, p.227) to 'decide what the interests are' and I share with him the idea that 'this is a challenge rather than a reason to abandon the idea of an interest definition of conflict'. But I feel these interests have to be postulated, as I think Marx to a large extent did, and then one has to explore the implications. I also think they can be seen as expressions of values, but not necessarily held by the actor, nor necessarily held by the investigator, just as postulated values. Thus, if one feels it is contrary to the interests of children, as autonomous human beings, to accept the tie as the children of their biological parents, then there is certainly an incompatibility in the present family system: parents have interests as owners incompatible with the children's interests as self-owners. The only difference between this example and Schmid's master-slave example is that he gives a paradigm for a conflict of the past, I a paradigm for a conflict of the future, and moreover for a conflict I think will be manifested fairly soon, in line with the general wave towards defeudalization of the social order. And I certainly agree with Schmid that polarization will here be a part of the solution.

35 For an effort in this direction, see Johan Galtung, *Cooperation in Europe* (1968a).

36 An effort to give some reasons why are found in 'Two Approaches to Disarmament: The Legalist and the Structuralist' (Galtung, 1967b).

37 And it is of course not necessary that all or most or much of this sails under the flag of 'peace research' or any other flag for that matter – only the slightly totalitarian minded would be inclined to feel so. What is important is that it is done, and that there is contact between different approaches so that they and others can benefit from ideological and institutional pluralism.



_____. A structural theory of integration. *Journal of Peace Research*, Oslo, v. 5, n. 4, p. 375-395, 1968b.

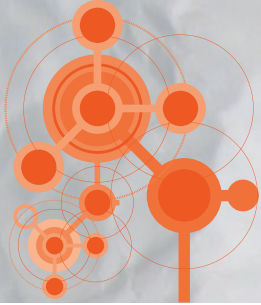
GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The structure of foreign news: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. *Journal of Peace Research*, Oslo, v. 2, n. 1, p. 64-90, 1965.

MARCUSE, Herbert. *One-dimensional man*. Boston: Beacon, 1968.

RUSSELL, Bertrand. *The autobiography of Bertrand Russell: 1944-1967*. London: Allen & Unwin, 1967. v. 3.

SCHMID, Herman. Peace research and politics. *Journal of Peace Research*, Oslo, v. 5, n. 3, p. 217-232, 1968.

Article received on 27.02.2018 and approved on 08.04.2018.



Investigação para a paz: passado, presente e futuro¹

Peace Research: past, present and future

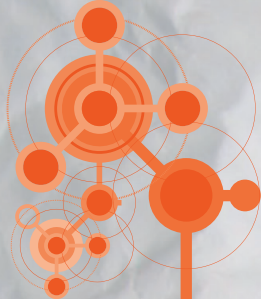
Investigación para la paz: pasado, presente y futuro



Håkan Wiberg

- Filósofo, Matemático e Doutor em Sociologia
- Um dos principais pesquisadores dos *Peace Studies* Diretor da Lund University Peace Research Institute, Suécia (1971-80)
- Diretor da Copenhagen Peace Research Institute (COPRI), Dinamarca (1988-2001)
- Autor de "*Ethnicity and Intra-State Conflict: Types, Causes and Peace Strategies*". Aldershot: Ashgate, 1999. ix+327 pp, editado com Christian P. Scherrer; e de "*Looking Back at the Year 2000: The People Were Right, The Experts Not*". Special issue of FUTURES, vol. 35, no. 2 (March 2003) escrito com Johan Galtung; entre outras publicações.
- *In memoriam*

¹ Publicado pela primeira vez em revista *Crítica de Ciências Sociais*, n. 71, jun. 2005, p. 21-42.



Resumo

O percurso de afirmação da investigação para a paz como disciplina assinala diferentes momentos de crise de identidade, expressos em densos debates epistemológicos. Como resultado desse crescimento dilemático, a investigação para a paz continua hoje atravessada por três questões conformadoras essenciais que este texto procura delimitar. A primeira é a do alcance da sua orientação para valores e políticas concretas. A segunda é a do seu lugar num território cognitivo disputado. E a terceira é a da densidade conferida à não-violência nos processos de transformação política.

PALAVRAS-CHAVE: INVESTIGAÇÃO PARA A PAZ • ESTUDOS PARA A PAZ • EPISTEMOLOGIA DA PESQUISA PARA A PAZ.

Abstract

The affirmation pathway for investigating peace as a discipline shows different periods of identity crisis, expressed in extensive epistemological debates. Due to the growth of this dilemma, three structural and essential issues that this text seeks to delimit are in question in the investigation for peace. The first is the reach of its orientation for concrete values and policies. The second is the definition of its place in a disputed cognitive territory. And the third is the density of nonviolence in political transformation processes.

KEYWORDS: PEACE RESEARCH • PEACE STUDIES • PEACE RESEARCH EPISTEMOLOGY.

Resumen

El camino de consolidación de la disciplina sobre los estudios para la paz está marcado por varios momentos de crisis de identidad, en que se han manifestados profundos debates epistemológicos. Como resultado, en los estudios para la paz se encuentran hasta hoy tres temas elementales y esenciales, que en este texto se busca delimitarlos. El primer es la amplitud de su orientación para los valores y las políticas específicas. El segundo es su lugar en un campo cognitivo competitivo. Y el tercer es la magnitud establecida a la no-violencia en los procesos de cambios políticos.

PALABRAS CLAVE: INVESTIGACIÓN PARA LA PAZ • ESTUDIOS PARA LA PAZ • EPISTEMOLOGÍA DE LA INVESTIGACIÓN PARA LA PAZ.



A expressão *peace research*, ou “investigação para a paz”, vem sendo usada há cerca de meio século para designar os institutos e atividades existentes nesta área. O Instituto de Investigação para a Paz, de Oslo (PRIO), foi o primeiro a incluí-la no nome, não obstante sua criação ter sido precedida pela de um pequeno número de outros institutos. Tanto a expressão como aquilo que ela refere fazem-nos recuar cerca de vinte anos relativamente a esse momento. Com efeito, as primeiras propostas de criação de instituições destinadas àquilo a que se chamou “investigação para a paz” surgiram já antes do final da II Guerra Mundial. O mesmo pode afirmar-se com respeito às primeiras obras de alguns dos seus grandes fundadores, autores como Lewis Fry Richardson, Quincy Wright e Pitirim A. Sorokin. Muitas línguas traduzem diretamente a expressão, limitando-se a juntar as palavras “investigação” e “paz”; outras línguas utilizam uma ou outra versão do francês “*polemologie*”, e algumas recorrem ainda a outras expressões. Há muitos institutos que ostentam, no respectivo nome, diferentes combinações dos termos “paz”, “conflito”, e outros mais.

Não haverá nunca um consenso universal em torno da expressão. Tanto “paz” (para já não falar em “segurança”) como “investigação” são aquilo a que o filósofo Walter Bryce Gallie (1956) chamou de “conceitos essencialmente contestados”, ou seja, conceitos relativamente aos quais não se chegará nunca a uma definição consensual a não ser no interior de comunidades extremamente reduzidas ou mesmo sectárias. As mais diferentes culturas – bem como as diferentes orientações políticas existentes dentro de cada cultura – usam o termo “paz” (traduzido da forma mais grosseira de umas línguas para as outras) para conotar diferentes combinações de valores, por sua vez sujeitas a diferentes ênfases relativas: ausência de guerra, bem-estar, justiça (divina), harmonia social, a paz interior de cada um etc. (Ishida, 1969; Galtung, 1981; Koppe, 2001). Quanto a “investigação”, assistimos a diversas vagas de discussões – genéricas umas, outras especificamente relacionadas com as ciências sociais – em torno dos critérios (epistemologia, produção teórica, métodos empíricos etc.) a que uma atividade ou os respectivos resultados deveriam obedecer para serem considerados como “investigação” ou “científicos”. De nenhuma delas resultou consenso entre a comunidade de estudiosos.

Uma terceira controvérsia data da década de 1960: quer-se dizer o quê, quando se junta “paz” e “investigação” numa única expressão? Muitas vezes interpreta-se como significando “investigação sobre a paz”, indicando-se assim que deveria ser encarada como mais uma disciplina académica entre outras. “Investigação pela paz”, por outro lado, tende a sublinhar uma orientação no sentido de determinados valores, como sucede com frequência em formulações utilizadas em congressos e em editoriais de revistas. Além da ambiguidade inerente à palavra “paz”, há o risco de circularidade: para saber (mais do que adivinhar) qual a investigação que promove a paz, é necessário, antes, ter já alguma investigação com resultados concretos sobre o tema.

As várias discussões em torno do problema da definição dariam, por si só, para escrever um livro. Para os objetivos deste artigo, no entanto, o mais prático será proceder como se este versasse, por exemplo, a oncologia: partindo, para tanto, de noções já amplamente partilhadas por estudiosos que identifiquem-se como oncologistas – ou investigadores da paz –, em vez de atender ao modo como aqueles que, como tal, se não identificam, consideram que este campo de investigação deve ser definido. Há fatos relacionados com a investigação para a paz que só até certo ponto dependem das pequenas nuances de definição.

Se considerarmos a investigação para a paz da perspectiva da sociologia da ciência, e pensarmos concretamente naquilo que foi a sua institucionalização gradual, algumas das questões importantes a colocar dizem respeito aos números. Assim, é possível mantermo-nos inteirados da quantidade de institutos existentes e respectivos membros recorrendo aos diretórios da Unesco. Além disso, diversos autores, baseando-se em critérios ligeiramente diferentes entre si, elaboraram listas comentadas das revistas especializadas dedicadas à investigação para a paz (Chatfield, 1979; van den Dungen, 1981; Scharffenorth; Huber, 1983; Gleditsch, 1987). Ainda a título de exemplo, a *International Peace Research Newsletter*, a alemã *AFB Information* e as “*newsletters*” da Sociedade de Ciências da Paz mencionam, com regularidade, organizações profissionais de âmbito



tanto nacional como internacional. Seja qual for o critério utilizado, o quadro resultante é, sempre, aproximadamente o mesmo: Há quarenta anos, a investigação para a paz era uma ideia nova que despontava para um futuro incerto, contando com alguns institutos e com um par de revistas especializadas e de associações internacionais acabadas de fundar. Há trinta anos, tínhamos centenas de institutos e dezenas de revistas, bem como um conjunto de associações e congressos de âmbito nacional e regional. Há vinte anos, todas estas realidades proliferavam em maior número ainda, contudo o período de crescimento rápido havia passado, e mesmo hoje a situação não é muito diferente. Com efeito, hoje em dia a investigação para a paz apresenta todos os sinais de haver atingido a maioria, manifestada através de múltiplos exemplos: volumes em honra de alguns dos mais antigos estudiosos da área (ver Trittman; Schmidt, 2002), bibliografias (entre cujos títulos clássicos se incluem Boulding, Passmore e Gassler [1979] e Wien [1981]), diretórios ([United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2000] – com anteriores edições a surgirem a intervalos de vários anos a partir de 1965), e publicações versando o historial destes estudos (van den Dungen [1977]; Boulding e Vayrynen [1979]; Wiberg [1988]; Koppe e Reichardt [1994]; Kodama [2004]).

Por trás da crueza dos números deparamo-nos uma história mais complexa. Os primeiros institutos apareceram, sobretudo, na região do Atlântico Norte protestante (Escandinávia, Holanda, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos da América). Quanto ao desenvolvimento posterior, ela apresenta duas vertentes principais: na verdade, ao mesmo tempo que naquela região se iam criando muitos institutos novos, certas tradições que vigoravam na investigação levada a cabo na América Latina (a tradição da “dependência” etc.), na Índia (a tradição gandhiana etc.), na Europa (a tradição marxiana etc.), no Japão (Hook; Kan, 1983) e noutros lugares começaram a identificar-se como sendo investigação para a paz e a marcar presença em associações, revistas e congressos. Esta natureza dupla do processo de crescimento teve consequências importantes.

BREVE HISTÓRIA

A história da investigação para a paz é, em grande medida, a história das suas crises; no entanto, é bom lembrar que, em chinês, o signo para “crise” consiste nos signos usados para dizer “perigo” e “oportunidade”. Já escrevi, noutra local (Wiberg, 1995), que tivemos três grandes crises na investigação para a paz: por volta de 1970, de 1980 e de 1990. A primeira das crises teve a ver com o que seriam agendas legítimas com vista a essa investigação. A segunda crise, que em certa medida foi resultado da primeira, sobrepôs o alargamento do campo de investigação ao favorecimento exclusivo de uma das várias agendas então sobre a mesa: a investigação para a paz estava com problemas para encontrar um cerne bem definido e uma identidade clara. A terceira prendeu-se com o êxito daquilo que fora importante na agenda inicial da investigação para a paz e dela sempre fizera parte integrante: a ideia de transcender a Guerra Fria.

A primeira crise, ocorrida por volta de 1970, teve uma envolvimento multifacetada. Entre os fatores extrínsecos contavam-se a guerra do Vietname e a invasão da Checoslováquia pela União Soviética, bem como os levantamentos nas universidades e as polémicas de natureza científica e académica que aí eclodiram, particularmente nas ciências sociais. Toda essa vasta realidade é, por vezes, designada sinteticamente pela expressão “1968”. Entretanto, tivera já início o alargamento da investigação para a paz mediante a incorporação de novas tradições, incluindo de outras partes do mundo. A crise opôs os protagonistas da “velha agenda” (que estudava as causas da guerra, as dinâmicas armamentistas, os sistemas de paz etc.) à “nova agenda”, que propunha debruçar-se sobre a exploração, a dominação e a dependência, o imperialismo etc. A discussão então havida (International Peace Research Association, 1970) foi – para usar um eufemismo – bastante acesa, com o segundo grupo a acusar a agenda antiga de fazer “investigação para a pacificação” (em vez de uma investigação de tipo emancipatório), “investigação liberal para a paz” (em vez de investigação crítica) etc., ao passo que alguns dos membros do primeiro grupo acusavam a parte contrária de promover a revolução armada em nome da paz.



A primeira crise produziu diversos resultados. O mais importante foi que, no que às agendas dizia respeito, a comunidade dos investigadores para a paz depressa se inclinou para uma solução de tipo copulativo (x e y), preterindo assim qualquer opção de tipo disjuntivo (x ou y). Frustrados pelo fato de restar ainda demasiado da agenda contrária, os representantes da “linha dura” de cada uma das agendas tenderam, então, a abandonar a investigação para a paz, porém a comunidade no seu todo acabou por expandir seus horizontes, como se pode verificar pelas agendas da investigação institucional, pelos programas e atas de congressos etc. Tal não se deveu a uma mera “coexistência pacífica” entre as agendas, mas antes, nalguns casos, a um fenómeno de sinergias bem-sucedidas. O programa estrutural de Johan Galtung englobava uma “teoria estrutural da violência”, em que a noção de violência estrutural surgia em contraponto com “paz positiva(mente definida)”, nessa altura uma expressão já firmada: se “paz negativa(mente definida)” é a ausência de guerra, aquela era entendida como a ausência de violência estrutural. Esta nova noção começou por ser trabalhada do ponto de vista conceitual e teórico, mas depressa se seguiram estudos empíricos, nos quais a violência estrutural era operacionalizada através do recurso a dados estatísticos sobre a expectativa de vida, mortalidade infantil etc. Uma outra obra de síntese foi a tese de doutoramento de Wallensteen(1973), um trabalho pioneiro em que se estabelecem relações empíricas entre as estruturas do comércio e as estruturas da guerra. Uma das conclusões principais desse trabalho foi que a tradicional convicção do pensamento liberal, segundo a qual o comércio fomenta a paz, era confirmada no caso de relações comerciais simétricas, enquanto a convicção inversa, associada à tradição leninista, encontra maior confirmação no caso de relações assimétricas.

De um modo geral, a crise acabaria por produzir efeitos benéficos: o período entre meados da década de sessenta e meados de setenta foi, de facto, uma época de crescimento rápido no que se refere ao número de instituições, revistas e investigadores do tema da paz. Por volta de 1975, tornara-se evidente que a investigação para a paz viera para ficar. O crescimento continuou durante a década seguinte, mas agora a um ritmo mais modesto, e ao mesmo tempo que uma segunda crise começava a desenhar-se.

Muito menos dramática que a primeira, a segunda crise não iria registar os mesmos confrontos espetaculares em congressos e nas páginas das revistas da área. Em grande medida, ela foi uma consequência da negociação bem-sucedida em que se traduziu a primeira crise e da agenda amplamente alargada e completa que desta resultara. Quem lhe definiu bem a essência foi Hylke Tromp, que foi o segundo professor e diretor do *Polemologisch Instituut*, em Groningen:

a investigação para a paz transformou-se naquilo que, na astronomia, se chama um buraco negro. Não parece existir problema social que, em última análise, não tenha o seu lugar legítimo dentro da investigação para a paz e que, por conseguinte, não seja absorvido pelos processos definidores dessa mesma investigação (Tromp, 1981, p.xxvii).

Tratou-se, em grande parte, de uma crise de identidade da investigação para a paz em geral, mas que se estendeu a muitos institutos em particular. O campo tornara-se tão vasto que se afigurava impossível a qualquer indivíduo isolado dominar toda a informação ou ir para além de contributos setoriais. Qualquer instituto que presuma abarcar a totalidade do campo da investigação para a paz arrisca-se a dispersar demasiado os seus recursos e a deixar de ser capaz de para ele contribuir de forma abalizada. Simplificando, digamos que é possível discernir dois tipos de institutos: aqueles cujo mandato e agenda eram, desde o início, razoavelmente limitados, e aqueles que tentaram reproduzir a agenda alargada da comunidade da investigação para a paz no seu conjunto. Entre estes últimos, alguns conseguiram enfrentar a crise estreitando o foco da sua investigação, assistindo-se à substituição da anterior multiplicidade de projetos por um número reduzido de grandes programas de investigação. Os institutos do primeiro tipo, ou que evoluíram nesse sentido, tenderam a sobreviver e a prosperar, ao passo que os do segundo tipo acabaram, frequentemente, por deparar com problemas, que nalguns casos se revelariam fatais. Entretanto, continuaram a criar-se institutos e o conjunto total dos recursos existentes e do número de investigadores continuou a aumentar durante a década de 1980, pelo que a segunda crise também acabaria por fazer mais bem do que mal à investigação para a paz.



A terceira crise foi causada por um fator completamente exógeno: o fim da Guerra Fria, previsto por alguns – se bem que, normalmente, pelas razões erradas –, e com Galtung (cujo discurso no congresso da European Nuclear Disarmament (END) em Berlim, no ano de 1983, importa recordar [Galtung, 1980]) a ser uma das raras exceções. Este acontecimento gerou uma grande reflexão no interior de várias disciplinas: por que a incapacidade de prevê-lo (Allan; Goldmann, 1995)? No que concretamente à investigação para a paz se referia, houve lugar a um debate interno acerca do caminho a seguir a partir de então: que tradições de investigação prosseguir e aprofundar? Que tópicos acrescentar à agenda (Wiberg, 1995)? Colocavam-se também novas (ou velhíssimas) questões extrínsecas relativas à razão de ser e à identidade da investigação para a paz, o que em parte levou a travar “batalhas territoriais” com outras disciplinas.

OS VALORES E A INVESTIGAÇÃO PARA A PAZ

Um amplo consenso existente na investigação para a paz, pelo menos no plano dos princípios, diz respeito à orientação em função de valores. Uma série de editoriais do *Journal of Peace Research* (JPR) a partir de 1964, bem como reiteradas declarações emanadas da Associação Internacional de Investigação para a Paz (IPRA), vêm acentuando a ideia de que a investigação para a paz tem a ver com – ou tem por base – valores (ou, numa outra formulação ainda, é “orientada para políticas” concretas). Johan Galtung (1996) propõe uma epistemologia mais geral para essa ideia quando compara a investigação para a paz à arquitetura ou à medicina, por exemplo, cada uma das quais compreende um triângulo completo, composto por dados, teoria e valores (paz, saúde, beleza etc. – tornando-se de seguida necessário especificar cada um dos vários aspetos). Algumas áreas do direito, da ética ou da teologia ocupam-se de apenas um dos vértices: o das normas e valores. Certos domínios da ciência ou das ciências sociais centram-se exclusivamente num segundo vértice, desenvolvendo aspetos de conceptualização e de teoria, enquanto outras áreas se debruçam por inteiro sobre o terceiro vértice, coligindo e analisando dados ao mesmo tempo que creem ser outros a ficar com a especulação teórica (“creem”, já que alguma teoria subjaz sempre às medições de que resultam os dados). Algumas atividades de investigação científica aliam dois vértices: assim, e por exemplo, os dados e a teoria contrapõem-se de diversas formas (“gerando”, “confirmando/infirmando”, ou “desenvolvendo” teoria; “afinando” medições); e por seu lado, os dados e as normas entram em relação sempre que um juiz ou juíza dá sua sentença sobre se o comportamento demonstrado pelos factos viola o *corpus* de normas jurídicas que é sua função ministrar. O modelo ideal de investigação para a paz apresentado por Galtung correlaciona os três vértices do triângulo: valores, teoria, e dados.

Isto, por sua vez, conduz-nos a dois conjuntos de questões apontadas em direções diferentes: por um lado, questões lógicas e epistemológicas que se prendem com as relações entre os valores e a investigação e, por outro lado, questões empíricas relativas ao trabalho concreto a que os investigadores da paz, efetivamente, se dedicam. A relação entre valores e investigação esteve presente nas diversas vagas em que o debate se processou, a primeira das quais ocorreu há um século. Nessa discussão participaram Windelband, Rickert, Dilthey e Weber, mantendo-se hoje ainda válidos muitos dos aspectos tratados. Uma segunda vaga está ligada à fase inicial do empirismo lógico das décadas de 1920 e 1930 (o “Círculo de Viena”), marcado pela ambição de purgar da linguagem científica, através da aplicação de critérios estritamente lógicos, toda e qualquer proposição metafísica e normativa. Algumas versões mais evoluídas desta posição reconheceriam que não é possível haver uma ciência absolutamente “livre de valores”, num certo sentido que esta expressão carregada de ambiguidade comporta. Mas já é possível desenvolver uma metodologia capaz de reduzir os preconceitos inconscientes gerados pelos valores que cada investigador traz consigo, como de resto propõe a linha de investigação presente no trabalho de referência de Lewis Fry Richardson (1960). Outra posição, explanada por Gunnar Myrdal (1958), será fazer com que as premissas dos valores subjacentes a determinado estudo sejam explicitadas de forma tão clara que se torne possível verificar se as conclusões normativas decorrentes dos resultados da investigação estão em conformidade com tais premissas. Se não estiverem, é porque outros valores e premissas acabaram por se infiltrar, porventura de forma inconsciente, no esforço de investigação, tornando-se então importante descobrir quais são e de que modo terão enviesado todo o processo. O problema é, muitas



vezes, mais difícil na prática do que na teoria: como sabemos quais as premissas dos valores com base nos quais agimos, e se fomos também capazes de expor de uma maneira aberta e exata as premissas incorporadas no conjunto de nossa análise?

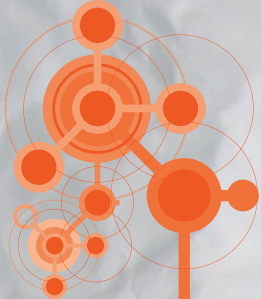
A investigação feita sobre a própria investigação tem mostrado que é muito fácil os investigadores subestimarem a dificuldade que isto implica e sobrestimarem sua capacidade de refletirem sobre si mesmos. O problema não é, contudo, exclusivo da investigação para a paz, o que não será aqui aprofundado.

Quando diferentes culturas e correntes políticas diversas combinam valores de modos variados para nos dar a sua definição de “paz”, não surpreende que também surjam diferenças entre a comunidade de investigadores. Há uma corrente que sempre identificou a “paz” como a “ausência de guerra”, que afinal é o menor denominador comum dos conceitos de paz presentes nas diferentes culturas. Outros autores, na esteira de São Tomás de Aquino, Martin Luther King (1963) e outros, defenderam que esta visão é demasiado redutora e que a ocorrência da paz exige a presença de outros valores. À paz definida como ausência de algo (a guerra) chamou-se, tradicionalmente, “paz negativamente definida” – ou, de forma abreviada, “paz negativa” –, ao passo que a expressão “paz positiva” designava a paz definida pela presença de algo. Ambos os termos são infelizes, porquanto parecem comportar conotações valorativas, o que não seria sua intenção; no entanto acabaram por firmar-se. A lógica é, também, um pouco arbitrária: já aquando do debate ocorrido durante a primeira crise, os novos valores eram definidos de uma maneira ou de outra, ou seja, quer como presença (justiça social, liberdade), quer como ausência (de exploração, dependência e dominação). Desde a década de 1960, propuseram-se valores diversos para suprir a ausência da violência física; os principais candidatos, hoje em dia, parecem ser os seguintes: I) a equidade ou bem-estar (isto é, a ausência de uma violência estrutural); II) a liberdade (ausência de opressão); III) a identidade (ausência de alienação ou de violência cultural). O debate irá, por certo, manter-se, e para a pesquisa séria e competente não constituirá qualquer problema que diferentes programas de investigação se centrem em diferentes (combinações de) valores. Basta que cada programa explicita quais os valores que conota quando fala em “paz”, quer dizer, quais as premissas dos valores em que se baseia. Não se pode dizer que a investigação na área da medicina tenha sofrido muito pelo facto de não haver uma definição exata e consensual do que é a “saúde”.

Regressemos agora ao nosso triângulo fazendo outra pergunta: a que nível se deve funcionar? São muito poucos os estudiosos dotados da capacidade de Galtung para funcionar de maneira competente com os três vértices, pelo que não faz muito sentido usar este aspecto como critério para apurar se aquilo que um determinado estudioso está a fazer é investigação para a paz. Na maioria dos casos, impõe-se uma divisão implícita ou explícita do trabalho, em que alguns especialistas recolhem dados – por exemplo, para facultar uma base capaz de sustentar aferições normativas, ou para testar hipóteses – enquanto outros especialistas se ocupam do aprofundamento teórico e os generalistas procuram combinar os três vértices. O nível relevante, para uma “triangulação” deste tipo, pode ser portanto todo um programa de investigação situado num só instituto ou, inclusivamente, uma rede de estudiosos, de programas e de institutos trabalhando em colaboração, ainda que geograficamente dispersos.

UMA INVESTIGAÇÃO ORIENTADA PARA POLÍTICAS CONCRETAS: MAS POLÍTICAS DE QUEM?

Em vez de “orientada para valores”, diz-se por vezes da investigação para a paz que é (ou que se esforça por ser) “orientada para políticas”. Nos seus primeiros anos, o *Journal of Peace Research* incentivava os autores a concluir os artigos com uma secção dedicada a recomendações concretas. Mas cedo a prática foi abandonada; acontece que ela se revelava amiúde extremamente artificial, quando era grande o fosso entre o tema em análise e as eventuais políticas a seguir: as recomendações ora tendiam a ter uma sustentação muito frágil na análise, ora necessitavam de muitas reservas no tocante à comparação das variáveis,



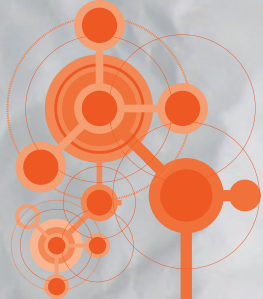
e noutros casos ainda eram de tal modo abstratas que acabavam por se revelar pouco relevantes no respeitante às políticas efetivas. Por mais louvável que, em princípio, se afigure (Wiberg, 2003), a investigação em função de políticas concretas suscita diversos problemas. Um dos problemas é traduzido pela pergunta, “políticas de quem?” Uma resposta frequente é que se trata das “políticas dos decisores”, querendo-se com isso, normalmente, significar tanto os governos e parlamentos ao nível nacional como as organizações de âmbito internacional. Tal resposta tem o mérito de ir diretamente àqueles que decidem em matéria de políticas, aspirando assumir o papel de assessores especializados; ela tem, contudo, algumas desvantagens. Uma das desvantagens é que pode suceder que o valor “paz” seja partilhado pelos decisores e, inclusivamente, mencionado especificamente pelo investigador, mas é pouco provável que esse seja seu único valor, sendo até frequente possuir uma prioridade mais baixa que outros valores. O investigador da paz pode, assim, estar a buscar respostas para outras perguntas que não aquelas que preocupam os decisores, os quais por sua vez poderão estar mais interessados na maneira de evitar uma dada ameaça ou obter este ou aquele ganho sem aumentar excessivamente o risco de guerra. Nalguns casos, como o das administrações dos Estados Unidos da América após a Guerra Fria, poderá até haver razões para suspeitar que a guerra era exatamente o objetivo pretendido, e sob vários pretextos; nesse contexto, afigura-se fútil qualquer aconselhamento no sentido de a evitar.

As situações decisórias com que se confrontam os governos e órgãos afins caracterizam-se, frequentemente, por aquilo a que o sociólogo sueco Johan Asplund (1979) chamou de “ignorância precária”: essas entidades sabem que sabem muito pouco, ao mesmo tempo que a decisão tomada, seja qual for, pode trazer consequências desastrosas. Torna-se então importante, para acautelar futuros alibis políticos, que haja unanimidade entre os especialistas; os que são consultados a título oficial tendem, à partida, a ser selecionados com vista a obter-se essa unanimidade. Falando, em certa ocasião, a uma plateia em Lund, na Suécia, Hans Morgenthau contou que, quando se dirigia para a sua primeira reunião na Casa Branca na qualidade de novo conselheiro da administração Kennedy, disse a um amigo que já ali trabalhava que havia preparado diversas medidas políticas em alternativa, obtendo como resposta que estava completamente enganado quanto à tarefa que dele se esperava, uma vez que o seu trabalho era eliminar alternativas, não engendrará-las.

Um outro problema se coloca no que toca ao acesso aos decisores: habitualmente é dado como assente que, para fazer passar qualquer mensagem, há que “falar a linguagem deles”, ou – para usar uma terminologia mais recente – “cingir-se ao discurso dominante”. O problema com isto é que esse discurso dominante pode ter laivos do “*newspeak*” orwelliano (Orwell, 1949), sendo construído de maneira tal que, se alguém lhe questionar os pressupostos básicos, arriscar-se-á a parecer ignorante, incoerente, ou imoral. Nos casos mais graves, “falar a linguagem deles” deixa pouco de significativo para ser dito, quer isso se fique a dever a processos complexos, quer resulte de uma manipulação das mensagens ditada pela obtenção dos objetivos pretendidos. Uma tese central, presente já em Berger e Luckmann (1966), capta o essencial da ideia de Orwell: o poder é definir a realidade.

Uma alternativa a “falar a linguagem deles” é verter os resultados da investigação em respeitável estilo académico, com todas as reservas e restrições necessárias para que se não diga mais do que aquilo que pode ser afirmado em base sólida. Mas os decisores raramente dispõem de tempo para ler – e se leem, é o tipo de escrita produzida por jornalistas assoberbados com trabalho e sujeitos a prazos apertados e a normas profissionais estritas quanto ao que constitui “notícia”.

Tudo isto são problemas, mas não são problemas insuperáveis: alguns investigadores poderão até, eventualmente, possuir uma mensagem a que os decisores sejam receptivos, bem como o conjunto de atributos necessários para a fazer passar. Muitos outros tentarão outra via para veicular suas recomendações quanto às políticas a adotar, preferindo dirigir-se às forças da oposição, aos movimentos para a paz e a outras organizações não governamentais ou à opinião pública em geral em vez de tentarem furar as barreiras das assessorias e de todos os controlos de que se fazem rodear os poderes vigentes. Isto pode reduzir o problema do acesso, mas por certo que o não elimina: os grandes meios de comunicação de massas, e



muito particularmente a televisão, também têm seus controles (os “*gatekeepers*”); pode igualmente reduzir a dificuldade que é fazer passar os resultados da investigação, mas as organizações para a paz, bem como os partidos políticos etc., não diferem grandemente dos Ministérios dos negócios estrangeiros: é frequente terem suas próprias ortodoxias, ainda que de conteúdo diverso ou mesmo contrário. No entanto, estas entidades podem revelar-se menos irreduzíveis, mais maleáveis, possibilitando a criação de algo próximo daquilo a que Habermas chama a situação de diálogo ideal, em que o que conta são os argumentos e não o poder. Neste caso, o papel continua a ser o de conselheiro, se bem que o destinatário seja mais empático e mais receptivo.

O investigador pode também ir para além deste papel, trabalhando com a – ou até na – organização a que a recomendação é feita. Nesse caso, são necessárias capacidades intelectuais e competências sociais adicionais, no entanto são muitos os exemplos bem-sucedidos que é possível referir. A Transcend, organização encabeçada por Johan Galtung, dirige uma universidade “on-line” e faz consultoria em muitos conflitos por todo o mundo. A Fundação Transnacional para os Estudos sobre a Paz e o Futuro (*Transnational Foundation for Peace and Future Research*, TFF), sediada em Lund, dirige uma página eletrónica com milhares de acessos diários e já prestou serviços de consultoria em diversos conflitos. O projeto Incore, da Universidade do Ulster, granjeou reputação à escala global por aliar análises e consultorias de reconhecida qualidade científica.

Aí levantam-se novos problemas: será possível ser, ao mesmo tempo, político (porventura num sentido amplo do termo) e cientista? Max Weber (1919a, 1919b) defendia que se trata de vocações diferentes, com regras tão diferentes que dificilmente é possível conciliá-las, e a verdade é que ninguém o refutou de forma convincente. Uma solução poderá ser, então, alternar entre um papel e outro, em vez de tentar em vão assumi-los em simultâneo; um problema que esta solução suscita é que as pessoas que andam há muito na política poderão achar difícil readaptar-se àquilo que, segundo as normas muito mais restritivas do mundo académico, constitui um argumento respeitável, uma prova relevante, uma lógica vinculativa etc. Mas um consultor competente pode, desde que seja capaz de manter algum distanciamento, servir de intermediário ou “tradutor” entre o mundo do estudioso e o mundo da política.

Outro papel alternativo será o de Cassandra. Homero conta que os deuses haviam concedido a Cassandra o dom de prever o futuro, se bem que acompanhado da maldição que era o facto de ninguém nela acreditar. Suas previsões sobre, por exemplo, o Cavalo de Tróia seriam por isso ignoradas, só depois de ocorridos os factos reconheceu-se que teria sido sensato escutá-la. Mais do que apresentar alternativas, a essência do papel de Cassandra consiste em lançar avisos quanto às consequências previsíveis de certas linhas de ação (ou de inação), e quiçá até ver nelas uma armadilha a evitar: quando os decisores perguntam “mas qual é a alternativa que propõe?”, o que normalmente isso subentende é uma alternativa que tenha por base as premissas deles, e que por sua vez, dada a lógica do “*newspeak*”, será um alvo fácil de abater. Esta abordagem tende a basear-se numa avaliação das motivações dos dirigentes políticos feita mais a partir daquilo que é a sua ação efetiva do que das palavras que proferem. Se isto ainda não basta para se fazer ouvir, entra também em ação a psicologia social da dissonância cognitiva: os atores que acham que têm boas razões para agir como agem tenderão igualmente a achar que essas ações produzirão bons efeitos – filtrando assim, à partida, as mensagens de sentido contrário. Acresce que quem se coloca no papel de Cassandra tem que produzir afirmações sobre o futuro, as quais não só são difíceis de avaliar *a priori* (Wiberg, 1976), como são algo que os padrões académicos tradicionais costumam evitar, pelo menos até que o futuro a que tais afirmações se referem tenha já passado e as hipóteses nelas contidas tenham sido confirmadas – ou infirmadas.

Uma investigação para a paz orientada para políticas concretas é algo que pode, portanto, significar diferentes coisas e conduzir à assunção de diferentes papéis. Saber qual desses papéis é mais adequado depende, entre outras coisas, do conjunto de questões a investigar, da estrutura política e mediática do país do investigador ou investigadora, e daquilo que sua particular personalidade e competências sociais lhe permitam, ou não, fazer. A melhor oportunidade de disseminar a investigação para a paz talvez seja pelo menos alguns investigadores desempenharem a totalidade desses papéis.



O QUE OS INVESTIGADORES DA PAZ FAZEM EM CONCRETO

Que uma coisa são as declarações programáticas e outra é a investigação efetivamente feita, eis uma verdade que não é menos válida no caso da investigação para a paz do que nas demais disciplinas. Daí que se imponha formular uma importante questão empírica: até que ponto a investigação para a paz, com a sua autoimagem reiteradamente configurada em termos de uma orientação para valores, se compagina com a realidade efetiva da investigação? A questão não é tão linear como pode parecer. Se quisermos saber quais as tendências do pensamento dos investigadores da paz, deveríamos proceder a inquéritos sociológicos para averiguar se estes consideram “a orientação no sentido de valores” ou a “relevância política” um ideal normativo – ou sequer uma descrição adequada. Se o que nos interessa é mais aquilo que eles efetivamente fazem, parece então que o que se impõe é levar a cabo uma análise de conteúdo daquilo que de facto é apresentado no âmbito dos congressos ou publicado nas revistas da especialidade – devendo, no entanto, proceder-se previamente a uma delimitação daquilo que são os estudiosos, os institutos, os congressos ou as publicações da “investigação para a paz”. Contudo, mesmo que nos circunscrevamos às instituições que nitidamente se identificam com a investigação para a paz, como sejam a *JPR* ou a *IPRA*, estou plenamente convencido – ainda que carecendo de fundamento numa análise quantitativa – que a maioria das publicações existentes não tem, explicitamente, a ver com valores. Mas isso não põe termo à discussão. Com efeito, ficam ainda questões por colocar, dependendo de como definimos o problema. A orientação no sentido de valores pode ser implícita, e não propriamente algo de explicitamente formulado. Assim, pode por exemplo suceder uma determinada publicação surgir desprendida de valores, mas ao mesmo tempo ser parte integrante de um programa de investigação mais amplo e enformado por valores, que dela só estarão ausentes devido a uma eventual divisão do trabalho.

A LUTA PELO TERRITÓRIO COGNITIVO

A história das disciplinas académicas é marcada pelas sucessivas cisões e especializações daquilo que outrora foram a teologia, a filosofia, a medicina e o direito. As ciências naturais emanciparam-se da filosofia há alguns séculos, tendo-se depois dividido num número crescente de disciplinas; no que se refere às ciências sociais, este processo começou no século XIX ou mesmo no XX, tendo a génese das diferentes disciplinas variado ligeiramente entre os diversos sistemas académicos dos diferentes países e regiões. Em alguns casos, as ciências políticas nasceram diretamente da filosofia (por vezes com passagem pela “filosofia política”), noutros casos resultaram da fratura da história ou da estatística. Na sequência deste e de outros processos, temos hoje uma concatenação de áreas de investigação vagamente delimitadas, ou seja, todo um território cognitivo e quatro disciplinas que, em coligações mutáveis, por ele competem entre si: as ciências políticas, as relações internacionais, os estudos estratégicos e a investigação para a paz. A ciência política é a mais antiga; quanto às restantes, ou foram criadas a partir das ciências políticas, ou começaram “do zero”. A primeira cadeira de relações internacionais foi criada em Aberystwyth após a I Guerra Mundial graças ao donativo de um Quaker que acreditava que uma melhor compreensão do sistema internacional seria capaz de torná-lo mais pacífico. Nalguns países existem cadeiras autónomas de relações internacionais, enquanto noutros as ciências políticas lograram manter a posse deste território. Fruto de decisões políticas ou de iniciativas da sociedade civil, criaram-se, em muitos casos, institutos de estudos estratégicos e de assuntos internacionais, normalmente fora do sistema universitário. Alguns dos institutos de investigação para a paz existentes nas universidades dos países nórdicos foram recriados inteiramente (e não através de subdivisões disciplinares). É o caso, por exemplo, da cadeira existente na Universidade de Oslo e dos departamentos existentes em Lund, Gotemburgo e Uppsala. Noutros casos, assistiu-se à criação de instituições independentes: o Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo (*Stockholm International Peace Research Institute, SIPRI*); o Instituto de Investigação para a Paz de Tampere (*Tampere Peace Research Institute, TAPRI*), posteriormente integrado na Universidade de Tampere; o PRIO, em Oslo; o Instituto Vida e Paz (*Stiftelsen Liv- & Fredsinstitutet*), em Uppsala; o Instituto de Investigação para a Paz de Copenhaga (*Copenhagen Peace Research Institute, COPRI*); a TFF, em Lund etc.



Nalguns países e em determinados períodos, o grau de organização e o posicionamento das ciências políticas eram tais que lhes permitiram reclamar a totalidade do território e impedir que qualquer outra tribo clamasse para si uma parcela. Noutros casos, só uma disciplina (as relações internacionais, os estudos estratégicos ou a investigação para a paz) conseguiu afirmar-se com identidade própria. Nas situações de coexistência das disciplinas todas, assiste-se a coligações várias. Podemos ter situações de três contra um, a exemplo das ciências políticas contra os três restantes, irmanados no interesse comum que será a defesa de identidades separadas; ou podemos ter todos contra a investigação para a paz, sendo o interesse comum, nesse caso, a existência de paradigmas largamente coincidentes. Podem formar-se também coligações de dois contra dois, segundo os alinhamentos ideológicos ou com base em interesses comuns. Assim, e por exemplo, a investigação para a paz e os estudos estratégicos sempre tenderam, por tradição, a ter orientações claramente diferentes e até antitéticas, não obstante esse pendor ter passado a ser menos marcado a partir do momento em que uma e outros se viram intelectualmente postos em causa por Barry Buzan (1983). O facto de ambos tenderem a definir-se como “investigação aplicada” conferiu-lhes – ao contrário do que sucede com as ciências políticas e as relações internacionais, “puramente académicas” – uma base de interesse comum, por um lado apostada em estabelecer critérios de qualidade fixos e caracterizados por uma neutralidade equidistante da investigação “aplicada”, e por outro, da investigação “académica” ou “básica”, que deste modo não sai favorecida.

Pode ser impossível dar definições não-ambíguas do território e dos subterritórios disputados pelas quatro disciplinas, até porque as respectivas pretensões variam com alguma frequência. No entanto, é possível apontar algumas linhas divisórias. Uma delas é a distinção entre nacional e internacional, com base na qual as relações internacionais tendem a reivindicar uma identidade própria, por sua vez frequentemente questionada pelas ciências políticas, que para si reclamam os dois lados dessa divisória. Dir-se-ia, nesse caso, que os estudos estratégicos estudavam o sistema internacional de uma perspectiva “nacional” (ou da perspectiva de uma aliança), enquanto a investigação para a paz o faria a partir de uma perspectiva internacional. Outra base para estabelecer distinções será definindo que tipos de instituições e de relações constituem o objeto de estudo: só as de natureza política (independentemente de como as definamos), ou um leque mais amplo? Incluimos apenas as relações e instituições que determinam a guerra e a paz, ou alargamos o âmbito? No primeiro caso, as relações internacionais poderão reivindicar uma identidade distinta das ciências políticas, com base no argumento do “alargamento de âmbito”; no segundo caso, as relações internacionais poderão reivindicar a totalidade do território da investigação para a paz (bem como dos estudos estratégicos), insistindo que as relações internacionais têm um âmbito mais vasto. O contra-argumento da investigação para a paz poderá, nesse caso, ser o facto de cobrir um território que as relações internacionais não podem reivindicar para si: os conflitos, a paz e a guerra no interior dos espaços nacionais. Ou então poderá argumentar em sentido contrário, dizendo que, pelo facto de as relações internacionais terem um âmbito mais vasto, a investigação para a paz constitui uma especialização adequada – que é o mesmo argumento que as relações internacionais utilizam com relação às ciências políticas.

Qualquer exercício a que se proceda no sentido de cartografar este território acaba por deparar com complicações acrescidas. Em primeiro lugar, podemos guiar-nos pelas autodefinições abstratas das diferentes disciplinas – por aquilo a que “em princípio” elas se dedicam ou se propõem –, ou podemos proceder a um levantamento do tipo de investigação efetivamente levado a cabo nos diversos institutos. Em segundo lugar, colocam-se questões complexas quanto à interação entre fenómenos e relações de âmbito intra e internacional; as linhas de demarcação serão afetadas não só por eventuais desenvolvimentos políticos, mas também pelos novos resultados da investigação. Assiste-se a uma intervenção frequente e porventura crescente, por parte de outras nações, naquilo a que dantes se chamava guerras civis, e essa ligação pode ser utilizada pelas diferentes disciplinas na disputa que mantêm entre si. Estas batalhas em torno das definições tendem a surgir – ou a sofrer uma escalada – sempre que há território a (re)distribuir, a exemplo na sequência de relatórios governamentais ou aquando da criação de novas cadeiras ou de novos institutos.



PERSPECTIVAS DE FUTURO

Para obtermos um quadro relativamente rigoroso da situação, começemos pela vertente extrínseca, a das instituições e dos recursos, e limitemo-nos ao nordeste da Europa, pois uma abordagem deste tipo é preferível a uma análise forçosamente mais vaga de uma região mais vasta. Numa apreciação global, registaram-se nos últimos anos novos progressos na investigação para a paz. O balanço é totalmente positivo no caso da Noruega, com a criação em 2003, no âmbito do PRIO, de um Centro de Excelência com boas dotações financeiras e dedicado ao estudo dos diferentes tipos de guerra civil; a criação recente do Centro de Estudos para a Paz da Universidade de Tromsø; e os planos para a criação, na Universidade de Oslo, de uma nova cadeira relacionada à investigação para a paz. Na Suécia, foi criada uma segunda cadeira no Departamento para a Investigação sobre a Paz e os Conflitos na Universidade de Uppsala, e o número de candidatos ao novo programa de investigação para a paz e direitos humanos da Universidade de Malmö foi dezenas de vezes superior ao número de vagas disponíveis. Na Alemanha, o acontecimento de maior destaque foi a criação, há alguns anos, de um fundo de 50 milhões de marcos destinado a promover o estudo científico e o ensino da investigação para a paz nas universidades alemãs. Em 2004, a Universidade Estatal de São Petersburgo inaugurou um instituto de investigação para a paz. Pelo lado negativo, há a contabilizar a perda do estatuto de autonomia do TAPRI, na Finlândia, que passou a depender de um departamento universitário (mais um resultado tardio da segunda crise do que propriamente consequência da terceira), e o encerramento do COPRI em 2002, na sequência da chegada ao poder na Dinamarca, pela primeira vez em décadas, de um governo exclusivamente de direita (Copenhagen Peace Research Institute, 2002; Guzzini; Jung, 2004). Em termos puramente quantitativos, e não obstante estes reveses, a investigação para a paz na Europa do Norte encontra-se mais forte do que nunca, quer se use como medida o número de estudantes de licenciatura ou de pós-graduação, as teses de doutoramento, o número de funcionários, a totalidade dos recursos económicos empregues etc. Apesar de esta ser ainda a região com a mais elevada “densidade de investigação sobre a paz” da Europa, outros institutos têm surgido noutras regiões do continente, tanto a sudeste como entre os países latinos. É o caso, concretamente, do aparecimento de vários institutos em França, Itália, Espanha e agora, também, de um primeiro centro localizado na Universidade de Coimbra, em Portugal.

A PAZ POR MEIOS PACÍFICOS

Com a crescente institucionalização da investigação para a paz, é provável virmos a assistir a novos episódios da luta pelos territórios cognitivos, numa disputa em que as ciências políticas e as relações internacionais se apresentam como as principais candidatas. Há quem defenda que a investigação para a paz, sendo um produto da Guerra Fria, devesse, agora que esta chegou ao fim, ser também dada por encerrada (se bem que quem assim pense não tire idêntica conclusão, por exemplo, no que se refere à Organização do Tratado do Atlântico Norte, NATO). Há também quem defenda que ela devia fundir-se com as relações internacionais (mas mantendo a designação de “relações internacionais”, não a de “investigação para a paz”). A disputa territorial e todo o debate envolvente não de, sem dúvida, continuar. No conjunto do território cognitivo, há algumas áreas – por exemplo, a investigação quanto às causas da guerra – que são reivindicadas por várias disciplinas ao mesmo tempo. E aqui, a investigação para a paz e seus institutos defrontam-se frequentemente com o seguinte dilema: se a concorrência científica lhe não corre de feição, arrisca-se a ver os institutos encerrados, e se corre demasiado bem, arrisca-se a que estes se fundam com outros. Perante isso, ela pode necessitar de reforçar certas áreas de investigação para as quais consiga reclamar uma singularidade ou em que possua tradições firmadas. Uma opção que aí se coloca será regressar às origens da investigação para a paz, quando “a paz por meios pacíficos” era algo que estava ainda implícito, se não mesmo explícito, como vemos em Galtung (1996). As ideias então propostas no sentido de ultrapassar a Guerra Fria não passavam, seguramente, pela vitória militar de um dos lados sobre o outro, e quanto a esse ponto não havia grande desacordo. No decurso da primeira crise surgiram noções de “violência benigna” (isto é, de lutar contra os regimes opressivos e, por vezes, contra as grandes



potências que os apoiavam), mas normalmente os protagonistas (de esquerda) abandonavam a investigação para a paz quando viam que não conseguiam, neste capítulo, influenciar de maneira significativa a comunidade de investigadores. Alguns dos argumentos contra essa influência podemos ir buscá-los à análise proposta por Gene Sharp em *The politics of non-violent action* (1973). Nesta obra monumental, Sharp sustenta que, mesmo nos casos em que tal violência é bem-sucedida, ela tende a deixar atrás de si uma pesada herança que consiste em passar a ver a violência como um instrumento político legítimo, seja por parte do novo regime, seja por parte de seus adversários.

Posteriormente, assistiu-se a novo desentendimento no seio da comunidade dos investigadores da paz, desencadeado pela dissolução da antiga Jugoslávia: de um lado estavam os que, munidos de argumentos diversos, se opunham à intervenção militar por parte das grandes potências, enquanto de outro perfilavam-se aqueles que, usando outros argumentos, não só apoiavam essa intervenção como até apelavam a que ela tivesse lugar. Algo de decisivo se passara desde os primeiros anos, quando a não violência tinha uma presença muito mais assídua na agenda, fosse na versão gandhiana de Galtung, fosse nos termos mais pragmáticos de Sharp, fosse nos termos clausewitzianos de Boserup e Mack (1975). De nenhum destes autores se pode dizer que fosse um pacifista radical, que de todo rejeitasse o uso da violência fosse em que circunstâncias fosse (como, de resto, nem com o próprio Gandhi ou com Luther King [1963] se verificou). A questão, bem diversa, é que as perspectivas de não violência eram de tal modo subestimadas – como subestimados eram os custos a longo prazo da violência –, que tal recurso, mais do que uma solução promissora, seria sobretudo visto como uma capitulação moral e intelectual.

Acresce que, desde então, é longa a lista dos exemplos de não violência bem-sucedida que vieram juntar-se aos casos clássicos tratados pelos autores anteriormente referidos. Deste modo, assistiu-se ao derrube de regimes opressivos de índole diversa em vastas regiões da Europa, assim como em vários países da América Latina, da Ásia e de outras zonas do mundo. A comunidade de investigadores europeus da paz tem feito muitíssimo pouco para estudar este vasto conjunto de casos com maior profundidade, para daí retirar ilações quanto ao futuro. Os estudos mais clássicos versam as formas de resistência não violenta na Dinamarca, na Noruega e nalguns outros países durante a II Guerra Mundial, e alguns desses trabalhos debruçam-se ainda sobre a derrota do golpe de 1961 na Argélia e a resistência vivida na Checoslováquia nos anos de 1968-1969. Desde então, surgiram estudos relativos ao processo polaco de aprendizagem da ação não violenta (*Journal of Peace Research*, 1982) e à libertação da Lituânia (Miniotaité, 2002). É, porém, flagrante a escassez (pelo menos em língua inglesa) de análises relativas a todos os outros casos. Mesmo que nos restrinjamos à Europa e ao período posterior a esse primeiro caso de sucesso ocorrido em Portugal no ano de 1974, verificamos que a sociedade civil derrubou regimes autoritários na Espanha, na Grécia, na Polónia, na Alemanha de Leste, na Checoslováquia, na Hungria, na Bulgária, na Albânia, em muitas regiões da antiga União Soviética (incluindo a própria Rússia), e ainda na Sérvia e na Geórgia, facto que é, por isso mesmo, merecedor de uma atenção muito particular. Existe, enfim, muito material a estudar e a comparar.

Mas a noção de chegar à paz por meios pacíficos vai muito para além da ação não violenta. Data de há muito tempo a busca de alternativas à guerra ou à ameaça de guerra como parte do esforço para influenciar os regimes desviantes, e a ideia de sanções económicas cedo marcou a sua presença nos institutos de investigação para a paz (Galtung, 1967; Wallensteen, 1968), como de resto acontece ainda hoje (Wallensteen, 2000). O otimismo inicial teve que ser revisto quando se verificou que as sanções económicas eram muitas vezes contraproducentes, e além disso, bastante mais mortíferas para as populações civis do que propriamente uma guerra de grandes proporções (como se tornou notório no Iraque), pelo que todo o programa de investigação teve que ser refeito em conformidade.

Nos primeiros tempos da investigação para a paz, debateu-se a hipótese de uma abordagem ainda mais ampla: a criação de sistemas de paz. Tal debate foi muitas vezes teórico e normativo, mas tem-se assistido ao aumento crescente de casos empíricos passíveis de estudo. A região dos países nórdicos foi um dos primeiros exemplos disto, salientado em Karl Deutsch et al. (1957), que a este propósito usa a expressão “comunidade de segurança”. O desenvolvimento de longo prazo



do sistema era algo que se encontrava na agenda inicial da investigação para a paz dos países nórdicos (Wallenstein; Vesa; Vayrynen, 1973), havendo estudos recentes sobre o modo como o sistema conseguiu achar soluções pacíficas para uma longa lista de conflitos respeitantes a aspetos tão explosivos como as questões do território, da autonomia, da independência e da língua (Wiberg, 2000; Archer; e Joenniemi, 2003). Se os países nórdicos (e o antigo Benelux) constituíram um caso singular neste capítulo, a verdade é que já não o são: hoje em dia, a União Europeia parece ter se tornado, no contexto mais geral da Europa, um sistema de paz, no interior do qual ninguém espera que os eventuais conflitos, mesmo se graves, conduzam a ameaças militares internas – se bem que este aspeto da questão pareça ter atraído um escasso interesse no que concerne a investigação; ao mesmo tempo, assistimos também ao surgimento de sistemas de paz no Sul da Ásia e no hemisfério ocidental.

Deparamo-nos aqui uma vasta área de estudo, especialmente se para isso for convocada uma concepção multidimensional de paz. A ausência de guerra, ou mesmo de ameaça de guerra, não constitui senão um aspeto: resta ver que sistemas vão ao encontro dos outros valores constantes das concepções de paz e até que ponto, e quais as relações recíprocas entre este facto e a abolição dos meios militares na transformação dos respectivos conflitos internos.

Tradução de João Paulo Moreira.

REFERÊNCIAS

ALLAN, Pierre; GOLDMANN, Kjell (Eds.). *The end of the Cold War: evaluating theories of international relations*. Den Haag: Kluwer Law International, 1995.

ARCHER, Clive; JOENNIEMI, Pertti (Eds.). *The Nordic peace*. Aldershot: Ashgate, 2003.

ASPLUND, Johan. *Teorier om framtiden*. Stockholm: Liber, 1979.

BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. Garden City: Doubleday, 1966.

BOSERUP, Anders; MACK, Andrew. *War without weapons: non-violence in national defence*. New York: Schocken, 1975.

BOULDING, Elise; PASSMORE, Robert; GASSLER, Robert Scott. *Bibliography on world conflict and peace*. 2.ed. Boulder: Westview, 1979.

BOULDING, Elise; VAYRYNEN, Raimo. Peace research: the infant discipline. In: ROKKAN, Stein (Ed.). *A quarter century of international social science: papers and reports on developments, 1952-1977*. New Delhi: Concept, 1979. p.48-58.

BUZAN, Barry. *People, states, and fear: the national security problem in international relations*. Brighton: Wheatsheaf, 1983.

CHATFIELD, Charles. International peace research: the field defined by dissemination. *Journal of Peace Research*, Thousand Oaks, v.16, n.2, p.163-179, 1979.

COPENHAGEN PEACE RESEARCH INSTITUTE. *COPRI: final report, 1985-2002*. Copenhagen: Copenhagen Peace Research Institute, 2002. v.40.



DEUTSCH, Karl et al. *Political community and the North Atlantic area: international organization in the light of historical experience*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1957.

AN EDITORIAL. *Journal of Peace Research*, Thousand Oaks, v.1, n.1, p.1-4, 1964.

GALLIE, Walter Bryce. Essentially contested concepts. *Proceedings of the Aristotelian Society*, Oxford, v.56, p.167-198, 1956.

GALTUNG, Johan. On the effects of economic sanctions: with examples from the Case of Rhodesia. *World Politics*, Cambridge, UK, v.19, n.3, p.378-416, 1967.

_____. On the Eastern European social formations. In: PEACE RESEARCH INSTITUTE OSLO. *Papers in English 1980*. Oslo: PRIO, 1980. v.S-26/80.

_____. Social cosmology and the concept of peace. *Journal of Peace Research*, Thousand Oaks, v.18, n.2, p.183-199, 1981.

_____. *Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization*. Oslo: PRIO; Thousand Oaks: Sage, 1996.

GLEDITSCH, Nils Petter. *Journal of Peace Research 1964-87*. Oslo: PRIO, 1987.

GUZZINI, Stefano; JUNG, Dietrich. *Contemporary security research and Copenhagen peace research*. London: Routledge, 2004.

HOOK, Glenn; KAN, Hideki. Peace research in Japan. *International Peace Research Association Newsletter*, Leuven, v.21, n.2, 1983. Não paginado.

INTERNATIONAL PEACE RESEARCH ASSOCIATION. *Proceedings of the International Peace Research Association Third Conference*. Assen: Van Gorcum, 1970. v.1.

ISHIDA, Takeshi. Beyond the traditional concepts of peace in different cultures. *Journal of Peace Research*, Thousand Oaks, v.6, n.2, p.133-145, 1969.

JOURNAL OF PEACE RESEARCH: special issue: poles on Poland. Thousand Oaks: Sage, v.19, n.2, 1982.

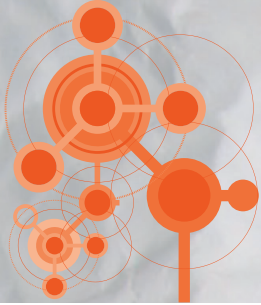
KING JUNIOR, Martin Luther. Letter from a Birmingham jail. *African Studies Center*. University Of Pennsylvania, Philadelphia, 16 abr. 1963. Disponível em: <<https://bit.ly/1cbkqyh>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

KODAMA, Katsuya. *History of International Peace Research Association*. Kamihama: IPRA, 2004.

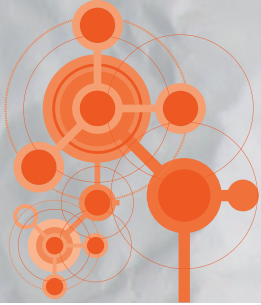
KOPPE, Karlheinz. *Der vergessene Frieden: Friedensvorstellungen von der Antike bis zur Gegenwart*. Opladen: Leske+Budrich, 2001.

KOPPE, Karlheinz; REICHARDT, Wolfgang (Eds.). *Geschichte der Friedensforschung: Einführung und ausgewählte Texte*. Hagen: Fernuniversität, 1994.

MINIOTAITĖ, Gražina. *Nonviolent resistance in Lithuania: a story of peaceful liberation*. Boston: Albert Einstein Institute, 2002.



- MYRDAL, Gunnar. *Value in social theory: a selection of essays on methodology*. London: Routledge; Kegan Paul, 1958.
- ORWELL, George. *Nineteen eighty-four*. a novel. London: Secker & Warburg, 1949.
- RICHARDSON, Lewis Fry. *Statistics of deadly quarrels*. Chicago: Quadrangle, 1960.
- SCHARFFENORTH, Gerta; HUBER, Wolfgang (Eds.). *Neue Bibliographie zur Friedensforschung*. München: Kosel, 1973.
- SHARP, Gene. *The politics of nonviolent action*. Boston: Porter Sargent, 1973. 3v.
- TRITTMANN, Uwe; SCHMIDT, Hajo (Eds.). *Kultur und Konflikt: Dialog mit Johan Galtung*. Münster: Agenda, 2002.
- TROMP, Hylke. Introduction: changing perspectives in peace research. In: UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *Yearbook of peace and conflict studies 1980*. Westport: Greenwood, 1981.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *World directory of peace research and training institutes*. Paris: Unesco, 2000.
- VAN DEN DUNGEN, Peter. Varieties of peace science: a historical note. *Journal of Peace Science*, Thousand Oaks, v.2, n.2, p.239-257, 1977.
- _____. *Foundations of peace research*. London: Housmans, 1981.
- WALLENSTEEN, Peter. Characteristics of economic sanctions. *Journal of Peace Research*, v.5, n.3, p.248-267, 1968.
- _____. *Structure and war: on international relations, 1920-68*. Stockholm: Rabén & Sjogren, 1973.
- _____. *A century of economic sanctions: a field revisited*. Uppsala: Department of Peace and Conflict Research of Uppsala University, 2000. v.65.
- WALLENSTEEN, Peter; VESA, Unto; VAYRYNEN, Raimo. *The Nordic system: structure and change, 1920-1970*. Tampere: Tampere Peace Research Institute, 1973.
- WEBER, Max. *Wissenschaft als Beruf*. München: Duncker & Humblot, 1919a.
- _____. *Politik als Beruf*. München: Duncker & Humblot, 1919b.
- WIBERG, Håkan. How is it possible to evaluate propositions about the future? In: SCHWARZ, Stephan (Ed.). *Knowledge and concepts in futures studies*. Boulder: Westview, 1976. p.121-161.
- _____. The peace research movement. In: WALLENSTEEN, Peter (Ed.). *Peace research: achievements and challenges*. Boulder: Westview, 1988. p.30-53.
- _____. Introduction: peace research, the old, new and post-new agendas. In: BALÁZS, Judit; WIBERG, Håkan (Eds.). *Changes, chances, challenges*. Europe 2000. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1995. p.1-24.

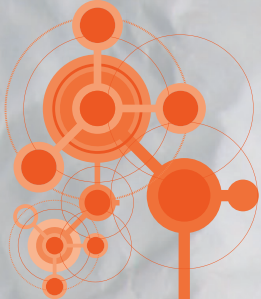


_____. The Nordic security community: past, present, future. In: HEURLIN, Bertel; MOURITZEN, Hans (Eds.). *Danish foreign policy yearbook 2000*. Copenhagen: DUPI, 2000. p.121-137.

_____. Roles of peace research. In: VESA, Unto (Ed.). *Maailman tutkimisesta ja muuttamisesta: Festschrift for Jyrki Kakonen*. Tampere: TAPRI, 2003. p.109-119.

WIEN, Barbara (Ed.). *Peace and world order studies: a curriculum guide*. New York: Institute for World Order, 1981.

Texto recebido em 08.04.2018 e aprovado em 22.05.2018.



O desafio crítico dos estudos para a paz¹

The peace studies' critical challenge

El desafío crítico de los estudios para la paz



José Manuel Pureza

- Doutor em Sociologia
- Catedrático de Relações Internacionais e pesquisador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
- Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- Destacam-se, entre seus principais trabalhos, os livros *Violência e armas de fogo em Portugal* (com organização de José Manuel Pureza, Rita Santos e Tatiana Moura – CES/Almedina, 2016, série “Cosmopolis”) e *Jovens e trajetórias de violências: os casos de Bissau e da Praia* (com organização de José Manuel Pureza, Katia Cardoso e Sílvia Roque – CES/Almedina, 2015).
- E-mail: jmp@ces.uc.pt

¹ Este artigo constitui uma versão resumida da lição apresentada pelo autor nas Provas de Agregação em Relações Internacionais, em 24 de março de 2010, na Universidade de Coimbra. Foi publicado pela primeira vez em *Revista de Relações Internacionais*, n. 32, Lisboa, dez. 2011.



Resumo

Os estudos para a paz constituem um elemento frequentemente referido no bloco de propostas teóricas que, no quadro do que ficou conhecido como o “quarto debate”, veio contestar os pressupostos mais profundos do cânone racionalista e positivista em relações internacionais. Neste texto, tentarei mostrar, em primeiro lugar, como essa identidade da escola dos estudos para a paz foi construída a partir da negociação de tensões internas ao seu próprio discurso. Num segundo momento, ensaiarei uma leitura desse suposto desvirtuamento dos estudos para a paz, interrogando as vias de resgate possível do seu sentido crítico e emancipador originário no nosso tempo.

PALAVRAS-CHAVE: ESTUDOS PARA A PAZ • TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS • TEORIA CRÍTICA • JOHAN GALTUNG.

Abstract

Peace Studies constitute an element often mentioned among the theoretical proposals in the framework of what came to be known as the “fourth debate”, coming to contest the deepest assumptions of the realist and positivist approaches in international relations. In this text I seek to clarify how that identity of the Peace Studies School was constructed on the basis of negotiations regarding inner tensions in its own discourse. Afterwards, I will argue about a des-virtualization of peace studies, questioning the avenues for possible rescuing of its original critical and emancipatory meaning in current days.

KEYWORDS: PEACE STUDIES • INTERNATIONAL RELATIONS THEORY • CRITICAL THEORY • JOHAN GALTUNG.

Resumen

Los estudios para la paz se constituyen un elemento frecuentemente referido en el bloque de propuestas teóricas que, en el cuadro de lo que se ha conocido como el “cuarto debate”, contestó los presupuestos más profundos del canon racionalista y positivista en relaciones internacionales. En ese contexto, intentaré presentar, en primer lugar, como esa identidad de la escuela de los estudios para la paz fue construida desde la negociación de tensiones internas a su propio discurso. A continuación, presentaré una lectura de esa supuesta distorsión de los estudios para la paz, cuestionando las vías de rescate posible de su sentido crítico y emancipador original en nuestro tiempo.

PALABRAS CLAVE: ESTUDIOS PARA LA PAZ • TEORÍA DE LAS RELACIONES INTERNACIONALES • TEORÍA CRÍTICA • JOHAN GALTUNG.



Os estudos para a paz constituem – não obstante a sua heterogeneidade interna – um elemento frequentemente referido no bloco de propostas teóricas que, no quadro do que ficou conhecido como “quarto debate”, veio contestar os pressupostos mais fundos do cânone racionalista e positivista em relações internacionais. Neste texto, tentarei mostrar como essa identidade da escola dos estudos para a paz foi construída a partir da negociação de tensões internas ao seu próprio discurso. Na verdade, importa constatar que o que veio a ser esse seu posicionamento pós-positivista arrancou de um inicial propósito de reforçar a qualidade dos métodos de investigação segundo uma ótica... positivista. Foi esse o itinerário teórico do trabalho de Johan Galtung, matricial para essa escola de pensamento. Importa assim regressar a esses momentos fundadores e analisar as condições em que se operou a viragem pós-positivista ulterior. É o que farei num primeiro momento. Sucede, todavia, que o potencial crítico desenvolvido no contexto dessa viragem terá sido – e é essa uma leitura com apoio crescente na literatura – cooptado pelo sistema de saber-poder internacional, dando hoje suporte a políticas de normalização política e económica global. Num segundo momento, ensaiarei uma leitura desse suposto desvirtuamento dos estudos para a paz, interrogando as vias de resgate possível do seu sentido crítico e emancipador originário no nosso tempo.

A “CIÊNCIA DA PAZ”

Nascidos da distância crítica diante da agenda estreita e intelectualmente pobre das relações internacionais – que a moldou como um discurso explicativo (e, portanto, legitimador) das guerras – os estudos para a paz assumiram-se, desde o princípio, como uma orientação normativa. No entanto, o significado e a intensidade dessa opção normativa foram extremamente disputados. Há realmente duas matrizes contrastantes nos estudos para a paz.

A primeira matriz pode ser sintetizada numa expressão emblemática: “ciência da paz” (Lenz, 1955). Essa perspectiva, que se afirmou como ciência normal nos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960, se assenta sobretudo numa compreensão patologizante dos conflitos internacionais e orienta-se, por isso, para uma combinação entre a polemologia (como conhecimento “empírico” sobre a realidade multidimensional das guerras) e a resolução de conflitos (como conhecimento “técnico” agregador de fórmulas de gestão e solução dessas guerras). O quantitativismo e a neutralidade valorativa foram as apostas principais dessa matriz para a credibilização académica e política desse pensamento (Dunn, 2005, p. 81). Na verdade, polemologia e “ciência da paz” são irmãs gémeas – ambas trazem no seu código genético o mesmo propósito de substituir a velha máxima romana, “se queres a paz, prepara-te para a guerra”, por um positivismo confiante em conhecer a guerra para alcançar a paz, fundado na compreensão da mesma guerra como *phénomène social “ordinaire”* (Bouthoul, 1939). Nas palavras de Celestino del Arenal (1986, p. 24),

tradicionalmente, a indagação sobre a paz, realizada sobretudo no quadro das Relações Internacionais como disciplina científica, foi mais uma investigação sobre a guerra, o conflito e sobre a forma de o evitar do que uma investigação sobre a paz enquanto tal, como estado caracterizador das relações sociais.

Tem razão. Toda uma linha de pesquisa desenvolvida desde os anos 1940 se assentou nessa prioridade analítica. Dela foram pioneiros, desde logo, Quincy Wright (1942) – que, no seu seminal *A study of war*, ensaiou uma classificação das guerras em função das suas causas – e Lewis Richardson – cujo *Statistics of deadly quarrells* classifica os conflitos entre estados com base no número de vítimas e os estuda na sua duração, frequência e repetição (Dunn, 2005, p. 44). Essa combinação entre a centragem empírica nos conflitos e uma metodologia de análise positivista – que tinha tido em Theodor Lenz um cultor de grande prestígio – tornou-se uma aposta acolhida pela comunidade científica nos Estados Unidos, quer dando voz à responsabilidade social dos cientistas,² quer integrando de forma crescente a reflexão académica.³

² De que o Pugwash Movement, na sequência do manifesto de Bertrand Russell e de Albert Einstein, veio a ser a expressão mais destacada.

³ Vejam-se, designadamente, os trabalhos desenvolvidos no Michigan Center for Research on Conflict Resolution e no Center for Advanced Study in the Behavioural Sciences da Universidade de Stanford.



A criação do *Journal of Conflict Resolution*, em 1955, foi a culminação dessa dinâmica de afirmação de um movimento em que pontuaram nomes como os de Harold Lasswell, Kenneth Boulding ou Anatol Rapoport. Como lembram Reid e Yanarella (1976, p. 316), o *Journal of Conflict Resolution* foi se movendo paulatinamente de uma agenda inicial em que havia ainda lugar para o debate teórico à condição de *technically-oriented, value-obscured and theoretically vacuous organ*. Essa progressiva normalização epistemológica e metodológica do Journal foi, para os autores agora referidos, parte de uma dinâmica mais vasta de “capitulação” dos estudos para a paz às mãos das tendências dominantes nas Ciências Sociais de então, em que integraram outros indicadores, como a mudança da designação do centro da Universidade da Pensilvânia de Peace Research Society (International) para Peace Science Society (International) e a “quase eliminação do pluralismo metodológico e do debate político pelas figuras centrais deste campo” (Reid; Yanarella, 1976, p. 316). Em fundo, evidencia-se nessa abordagem o que Herman Schmid veio mais tarde a designar por “reducionismo dos conflitos”, ou seja, “uma tendência para definir os conflitos que reduz a sua frequência, a sua importância e a sua severidade, tornando-os geríveis e passíveis de controle pelo núcleo de decisão do sistema” (Schmid, 1968, p. 224). Em última análise, escrevia ele, “o reducionismo dos conflitos é obviamente causado por uma visão negativa dos conflitos. Para a *peace research*, o conflito é algo para ser resolvido” (Schmid, 1968, p. 228). Foi, em grande medida, uma visão da conflitualidade que animou esse arranque dos estudos para a paz, guiado por uma busca de rigor positivista e pela ambição de ser ciência aplicada. Tratava-se, na verdade, de compreender a guerra como “fenómeno tão susceptível de ser investigado como tantos outros” e de “adquirir e codificar conhecimento suficiente para ter a capacidade de explicar a sua presença, ausência ou magnitude”. O propósito de intervenção terapêutica era evidente: “Se pudermos continuar onde Wright e os seus companheiros fundadores nos deixaram, podemos ainda construir a mais válida das ciências aplicadas que o homem alguma vez conheceu” (Singer, 1970, p. 540).

PELA MÃO DE GALTUNG

A essa matriz continuísta dos estudos para a paz opõe-se outra, feita quer da recusa do positivismo como código de conhecimento, quer da recusa da solução pragmática de problemas como vocação. Johan Galtung é invariavelmente referido como o nome de referência dessa inversão epistemológica operada na *peace research* a partir da década de 1970. E, no entanto, uma avaliação atenta da obra de Galtung assinalar-lhe-á uma indiscutível marca de ambiguidade.

Como lembra Peter Lawler (1995, p. 15), “o jovem Galtung foi em grande medida um produto da comunidade da Sociologia americana dos anos cinquenta”. Desde logo, pela sua demonstração de fé num positivismo inflexível. Herdeiro em simultâneo de um funcionalismo à la Merton e da relação saint-simoniana de confiança entre reformismo social e ciência, o primeiro Galtung abraçou os estudos para a paz sobretudo na perspectiva de o retirar à especulação filosófica e à razão transcendental e confiar ao “método científico” a identificação dos valores que propiciassem uma avaliação crítica do sistema internacional e da sua funcionalidade (Lawler, 1995, p. 40). Foi esta fidelidade escrupulosa à suposta superioridade do empirismo positivista que afastou Galtung do pensamento tradicional sobre a paz. Para ele, quer a disciplina de relações internacionais, quer a alternativa da “ciência da paz” trabalhada por Lenz, Rapoport ou Richardson enfermavam de insuficiências claras a esse respeito: aquela, porque a hegemonia realista a afastava por definição de qualquer preocupação com a realização da paz; esta, porque não repudiara a vaguidéz no conceito de paz que lhe servia de centro. Para o jovem Galtung, a marca de tal pensamento é a indolência – um pensamento apriorístico e dogmático que assume o valor definitivo de algumas máximas abstractas que a História sedimentou. Ora, em contraste com essa forma pré-científica de pensar, de matriz metafísica ou teológica, Galtung afirmou reiteradamente a necessidade de uma abordagem muito mais exigente da construção da paz, que não se cingisse ao conhecimento rigoroso do passado para dele extrair ilações de regulação epistemológica e que propiciassem antes uma exploração de alternativas futuras ao sistema existente, consistente e fundada empiricamente. O que ressalta na fase inicial da sua reflexão é, pois, a preocupação em afastar quer o fatalismo realista, quer a limitação da ciência da paz nascente – e em investir seriamente num rigoroso trabalho de fundamentação empírica da avaliação do



sistema internacional concreto, visando identificar consonâncias e desvios relativos a uma realidade internacional “pura”, descontaminada de subjectividades artificialmente segmentadoras. Em síntese, a ambição distintiva dos estudos para a paz no início dos anos 1960 foi combinar voluntarismo ideológico e normativo com empiricismo metodológico (Krippendorf, 1973, p. 184; Neufeld, 1993, p. 167). E, precisamente nessa perspectiva de reforço de uma ciência pura das relações internacionais, as elaborações de Galtung na década de 1960, a começar pelo editorial do número fundador do *Journal of Peace Research*, definem a integração do sistema internacional como o horizonte de um conhecimento sério e rigoroso da realidade. Para essas elaborações iniciais, o estatocentrismo era, afinal, o resultado de um errado primado do subjectivismo sobre a objectividade que faria obscurecer a natureza e a dimensão sistémicas da realidade internacional, favorecendo o fragmento em detrimento do todo. O que verdadeiramente deveria distinguir as relações internacionais da ciência política seria a sua assunção de toda a estrutura de interacção global como objecto de estudo (Galtung, 1975a), afastando assim a escala estatal como dogma.

Foi essa opção que deu sentido ao conceito de paz positiva, avançado logo no editorial de 1964. À paz negativa, entendida como ausência de guerra e de violência física, contrapor-se-ia a paz positiva, entendida como “integração da sociedade humana” (Galtung, 1964, p. 2). Antecipando o que viriam a ser cânones do nosso tempo, Galtung contrapõe a paz negativa, materializada na ambição de *peace-keeping*, à paz positiva concretizada no trabalho de *peace-building* e reúne-as num mesmo horizonte de *peace-making* (Galtung, 1985, p. 145). Esse conceito de paz positiva – muito próximo do de “prevenção de conflitos”, ensaiado por John Burton (1990) – é, ele próprio, um precipitado da orientação positivista sufragada por Galtung, pois que assentaria na identificação de duas tendências empíricas globais: o desenvolvimento de uma capacidade para a identificação com os outros e a tendência para a autolimitação no uso da força. Na raiz da noção de paz positiva está, pois, o horizonte da integração da humanidade, que Galtung (1964, p. 1) pontua de forma muito clara:

contacto acrescido por meio do intercâmbio [...], compreensão acrescida pelo estudo [...] e o mais que seja até uma cooperação funcional entre grupos ou nações pela cooperação técnica e cultural ou das políticas de comércio e à fusão institucional [...] até atingir o Estado mundial.

O conceito de paz no jovem Galtung era, assim, conotado com o funcionamento de um sistema social global integrado, cabendo ao investigador para a paz o trabalho típico de um médico dedicado à preservação e melhoria da saúde desse corpo global (Lawler, 1995, p. 54). A função primordial do investigador para a paz seria, por isso, não a de fundar filosófica ou eticamente a obrigação de dar prioridade à paz, mas antes a de determinar seu conteúdo com base empírica e explorar os meios para a sua realização (Lawler, 1995, p. 47). Aquela comparação entre a *peace research* e a medicina, que habita aliás toda a obra de Galtung – e que reforça metaforicamente a pretensão de vincar a objectividade do trabalho científico orientado para a paz – inclui, nos seus escritos iniciais, uma visão dos *peace researchers* como profissionais recrutados em meios não militantes, de modo a que pudessem se tornar “cientistas sociais comuns ou em técnicos de tipo relativamente desideologizado” (Galtung, 1975b).

Paradoxalmente, a mesma aspiração a uma “boa teoria social”, que havia fundamentado esses traços da obra inicial de Galtung, veio a motivar duas rupturas essenciais operadas por sua obra posterior, que fizeram dos estudos para a paz uma das principais expressões da emergência da teoria crítica em relações internacionais. A primeira dessas rupturas ocorreu no plano metodológico e conduziu a *peace research* de um positivismo reforçado a um assumido pós-positivismo. A segunda ocorreu no domínio substantivo e levou essa corrente da centragem num conceito de paz positiva orientado para a integração à concentração na identificação das práticas de violência estrutural ou latente. Desde logo, o primado do empirismo, defendido por Galtung como contraponto de um subjectivismo abstracto dogmatizado, veio a ser sujeito a uma forte erosão. Esse primado não era mais do que suporte de uma ciência canonizadora da realidade social dominante (Galtung, 1972, p.352) – uma ciência articulada sobre a busca da previsibilidade resultante das permanências descontextualizadas e, como tal, perpetuadora do *status quo*. “Ao excluir o discurso normativo, a ciência empiricista tinha-se transformado de crítica da razão dogmática em



sua instância" (Lawler, 1995, p.116). Fiel ao seu propósito de resgatar a ciência na análise do sistema internacional, Galtung incorporou gradualmente a exigência de uma prática científica que não abdicasse de moldar o futuro. Foi, em grande medida, essa noção de que a ciência positivista se perfilava como discurso do presente eterno (Galtung, 1972, p.350) e que mais ciência significaria assumi-la como guia da realização de um futuro preferível (Chadwick, 1996, p.2) que norteou a viragem metodológica da *peace research* liderada por Galtung a partir da década de 1970. Uma ciência que potencie a busca de outra realidade – e não uma ciência que dê a conhecer a realidade que está – passou a ser seu horizonte de trabalho. No centro desse distanciamento progressivo diante dos cânones positivistas esteve, pois, o estatuto dos dados empíricos. A validação exclusiva das proposições teóricas pelo seu confronto com os dados teve como reverso a exclusão da sua validação por confronto com valores que impusessem um futuro alternativo. Foi nesse contexto que emergiu sua proposta de uma ciência trilateral, que procurou acima de tudo trazer os valores para o mesmo plano de importância epistemológica dos dados e das teorias. À aparência de cedência ao pensamento pré-científico, Galtung respondeu com uma denúncia: a ortodoxia empiricista sempre escondeu uma agenda valorativa, mas revelou-se epistemologicamente incapaz de a reconhecer; tratar-se-ia agora de assumir explicitamente essa condição, dando estatuto epistemológico a uma ciência axiológica a par de uma ciência empiricamente edificada. A nova triangulação do trabalho científico seria pois entre empiricismo – avaliando as teorias pela sua consonância com os dados –, criticismo – avaliando a consonância da realidade empírica com os valores – e construtivismo – avaliando as proposições teóricas pela sua consonância com esses mesmos valores-guia. Em cada um desses registos vai envolvida uma temporalidade diferente: o empiricismo lida sobretudo com os problemas do passado, o criticismo com os problemas do presente e o construtivismo com ensaios de futuro. Mais se sublinha, assim, a centralidade conferida pela investigação para a paz, a partir de então, à criação de novos valores, de novas teorias e de uma nova realidade, tendendo para uma coincidência entre o observado, o previsto e o preferível (Galtung, 1972, p. 361; 1985, p.153).

Esta ruptura metodológica exprimiu, portanto, um profundo e disseminado descontentamento com a teoria social dominante, que se havia tornado uma ortodoxia tecnocrática de legitimação do *status quo*.

Foi no bojo da procura de um discurso alternativo, assumidamente *value-committed* e não aparentemente *value-neutral*, que se inscreveu a ruptura substantiva operada nos estudos para a paz a partir da década de 1970. No centro dessa ruptura está o conceito de violência estrutural. Galtung sintetizou-o como limitação das potencialidades de realização humana provocada por relações de poder, de desigualdade ou de opressão (Galtung, 1969, p. 171) e, com isso, ampliou e radicalizou muito significativamente a agenda da *peace research* (Terriff, 1999, p. 72). Houve algo de tático nessa abertura conceptual. O próprio Galtung (1975b, p. 2) havia reconhecido que os estudos para a paz estruturados em torno da paz negativa “tornar-se-ão [...] facilmente em investigação sobre as condições de manutenção do poder, de cristalização do status quo, sobre a manipulação do dominado para que este não pegue em armas contra o dominador”. Ora, como vimos, a isso o mesmo Galtung havia contraposto um conceito de paz positiva materializado num ideal de integração do sistema internacional. A vaguides política dessa alternativa alimentou críticas implacáveis. Assim, Herman Schmid (1968, p. 221) pôde escrever que “a *peace research* adoptou uma perspectiva do sistema e uma orientação valorativa idênticas às das instituições internacionais existentes e muito próximas das dos países ricos e poderosos”. Para ele, a noção galtunguiana de paz positiva não era mais do que um guarda-chuva que abrigava consensos politicamente equívocos. Acima de tudo, o entendimento dos investigadores para a paz como especialistas neutros identificados com os “interesses do mundo” indiferenciados (a integração como horizonte), numa posição de simetria relativamente às partes num conflito, deveria ser percebido como expressão de uma ortodoxia tecnocrática politicamente orientada sem o assumir explicitamente (Schmid, 1968, p. 229). Por isso, Schmid reclamava dos investigadores para a paz um desempenho totalmente distinto, centrado sobre a revelação das violências latentes e, para isso, disponível a encorajar a polarização social (Schmid, 1968, p. 227). Também Lars Dencik (1970, p. 79) advertia contra a transformação dos estudos para a paz numa tecnologia de controlo e de pacificação animada por uma idealizada harmonia de interesses últimos entre os conflitantes, que mais não era do que uma “fixação ideológica liberal”, à qual importava contrapor uma perspectiva objectiva que desse visibilidade ao que ele apelidava de “violência estrutural



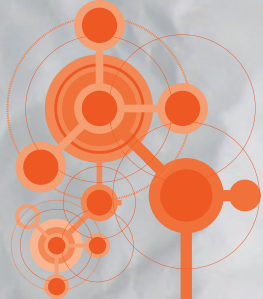
silenciosa" (Dencik, 1970, p. 82). Stohl e Chamberlain (1972, p. 525) viam a investigação para a paz então dominante guiada por um *piecemeal approach* que assumia o conflito como absoluto, desligado das causas estruturais, sendo tarefa dos estudos para a paz aliviar a violência pela pacificação imediata dos antagonistas e não a actuação na reformulação do sistema que havia originado as pretensões conflitantes.

A centralidade que o conceito de violência estrutural passou a ocupar na obra de Johan Galtung – e, por intermédio dela, na agenda dos estudos para a paz – foi uma resposta à pujança dessas críticas. Definindo a violência de modo extremamente amplo – como distância artificialmente provocada entre as realizações e as potencialidades humanas – Galtung (1969, p. 168) fez assentar a violência estrutural na distinção básica entre violência pessoal e directa, de um lado, e violência estrutural e indirecta, do outro, e identifica esta com a injustiça social, ou seja, com a distribuição desigual dos recursos e do poder de decidir sobre a distribuição dos recursos (Galtung, 1969, p. 171). Noutro passo, identificará as estruturas de violência como “contextos em que indivíduos podem causar imenso dano a outros seres humanos sem nunca terem pretendido fazê-lo, desempenhando somente os seus deveres normais como função definida pela estrutura”. Em qualquer dos casos, “[v]iolência é violência [...], independentemente do modo como é exercida: depressa ou devagar, de modo intencional ou não” (Galtung, 1969, p. 146).

Daí em diante, a inicialmente vaga noção de paz positiva ganhou contornos mais nítidos, ao passar a ser sinónimo de ausência de violência estrutural e não só física. Nas palavras do próprio Galtung (1969, p. 183),

a paz concebida dessa forma diz respeito não apenas ao controlo e à redução do uso aberto da violência, mas ao [...] desenvolvimento vertical. Isso significa que a teoria da paz está em íntima conexão não só com a teoria dos conflitos, mas também com a teoria do desenvolvimento. E a investigação para a paz, definida como investigação das condições – passadas, presentes e futuras – da realização da paz, terá também relação muito próxima com a investigação sobre os conflitos e a investigação sobre o desenvolvimento; aquela normalmente mais relevante para a paz negativa e esta mais relevante para a paz positiva.

Em “A structural theory of imperialism”, publicado em 1971, Galtung deu um passo decisivo na concretização da equivalência entre paz positiva e fim da violência estrutural, trazendo-a para o plano de análise do sistema internacional. Na verdade, a teoria estrutural do imperialismo é “uma teoria de libertação da violência estrutural”, preocupada fundamentalmente em conceber, explicar e afrontar a desigualdade, sobretudo entre o centro do centro e a periferia da periferia, como forma fundamental de violência estrutural (Galtung, 1971, p. 81). O que mais sobressai nesse texto é a rejeição simultânea quer da matriz economicista da construção marxista-leninista do imperialismo, quer da matriz politicista perfilhada pela tradição geopolítica realista, quer ainda da falácia liberal da interdependência. O imperialismo é antes perspectivado como resultado da actuação simultânea de dois mecanismos: a relação de interacção vertical entre centros e periferias e a estrutura de interacção feudal (Galtung, 1971, p. 85) – e a sua condição de expressão da violência estrutural à escala mundial é clara: “Só um imperialismo imperfeito e amador necessita de armas; o imperialismo profissional baseia-se na violência estrutural e não na violência directa” (Galtung, 1971, p. 91). Assim, um horizonte alternativo se assenta em duas dinâmicas complementares: maior horizontalização da relação entre centro e periferia e desfeudalização da estrutura geral de relacionamento internacional. A paz positiva, enquanto eliminação da violência estrutural, envolve essas duas exigências. Os estudos para a paz são portanto, por definição, activamente anti-imperialistas. O cisma na grande igreja dos estudos para a paz estava definitivamente instalado e pôs, pois, frente a frente, a “ciência” e a “ideologia”, nos termos do nome de referência da escola americana, Kenneth Boulding (1978, p. 345), ou “a investigação para a pacificação” e “uma investigação de tipo emancipatório” – ou ainda “a investigação liberal para a paz” e a “investigação crítica para a paz” (Wiberg, 2005, p. 24). Considerando a ciência normativa como “uma ocupação perigosa”, Boulding (1977, passim) qualifica a paz positiva e a violência estrutural como “metáforas mais do que modelos”, cuja transformação em categoria analítica é, em seu entender, profundamente errada. Na sequência desse juízo negativo, procede a uma arrumação das diferentes correntes da *peace research* em três grandes grupos: os evolucionistas



(em que inclui a si próprio), os estruturalistas (em que inclui Galtung) e os dialécticos (como Schmid), sendo que estes dois – os “rebeldes europeus” ou “radicais”, nas palavras de Terriff (1999, p. 71) – se associam num distanciamento do padrão de trabalho verdadeiramente científico para se envolverem numa construção ideológica que não tem finalidades de produzir conhecimento, mas de intervir politicamente. E se o distanciamento diante do estruturalismo de Galtung se traduziu na acusação de que ele conduziria a uma diluição da especificidade da investigação para a paz na “ambição de estudar virtualmente todos os problemas sociais” (Boulding, 1970, p. 11) – o que levou Lawler (1995, p. 145) a ver nessa dinâmica de inclusão infinita o risco de converter a *peace research* num “buraco negro intelectual” e Dunn (1978, p.257) a advertir que “os cínicos podem argumentar que a investigação para a paz parece ser um novo refúgio para aquelas boas pessoas que habitualmente apoiam as boas causas (isto é, as causas perdidas). Quanto ao suposto “bloco radical”, o anátema de Boulding (1970, p. 9) não podia ser mais claro: “a investigação para a paz radical é um drástico retrocesso para um quadro de referência que ficou desacreditado há pelo menos uma geração”. De algum modo, o sentido dessa crítica haveria de ser condensado na ironia de Agrell (1988, p. 96) ao se referir ao “risco para o investigador de se tornar mais um político que um cientista”; ele se interroga se o papel da investigação para a paz deve afinal ser o de ser a Rand Corporation dos bons. Radicalização e ampliação do campo da investigação para a paz foram, pois, as marcas desse tempo. Essa ampliação haveria, aliás, de ser acrescida, já em 1990, pela inclusão da violência cultural no mapa galtunguiano. Essa terceira dimensão das violências refere-se a qualquer aspecto da esfera simbólica da existência – da religião à arte, da linguagem à ideologia – usado para legitimar socialmente a violência directa ou a violência estrutural. A violência cultural, actuando por mecanismos de interiorização, faz com que as violências directa e estrutural pareçam correctas ou que, pelo menos, não pareçam erradas (Galtung, 1990, p. 261). A esta ampliação substantiva corresponde uma diversificação das temporalidades das violências: “a violência directa é um facto, a violência estrutural é um processo e a violência cultural é uma invariância, uma permanência” (Galtung, 1990, p. 264). O “triângulo da violência” foi a imagem encontrada por Galtung para representar os relacionamentos entre os três tipos de violência. E, embora identifique fluxos de causalidade em todos os lados do triângulo, há uma leitura privilegiada que parte da violência cultural, passando pela estrutural e se materializando na directa (Pureza; Moura, 2005,p.48).

O TRIUNFO POLÍTICO DOS ESTUDOS PARA A PAZ?

A enorme tempestade epistemológica da década de 1970 amainou nos anos seguintes. Do ponto de vista metodológico, a estabilização da ciência normal se processou sem sobressaltos. O quantitativismo crescente do *Journal of Conflict Resolution*, dando expressão às teorias dos jogos ou a sofisticadas modelizações matemáticas, foi acompanhado por uma assinalável escassez de estudos com fundamentos epistemológicos e ontológicos inovadores quer no *Journal of Peace Research*, quer na literatura em geral. Os termos cáusticos de Galtung a esse propósito são sintomáticos: “Esqueçamos o *Journal of Peace Research*. Ele traiu toda a ideia da investigação para a paz. Para mim, o *Journal of Peace Research* é só mais uma revista americana de relações internacionais.” (Galtung apud. Jutila; Pehkonen; Väyrynen, 2008, p. 628) A institucionalização da *peace research* exigiu a canonização de uma agenda de investigação e de um discurso que fossem “politicamente seguros e que não colocassem ameaças potenciais ao sistema existente” (Stohl; Chamberlain, 1972, p. 526).

No plano substantivo, os constrangimentos da Guerra Fria – em especial a intensidade inédita do potencial de destruição atingido pelas duas superpotências, expressa nas doutrinas da *second-strike capability* – foram determinantes para essa normalização. A agenda dos estudos para a paz acompanhou a consequente recentragem da agenda internacional e do movimento pacifista internacional sobre a corrida armamentista e o desarmamento. A temática privilegiada na produção teórica foi sintomática dessa recentragem: equilíbrio do terror e dissuasão (Tunander, 1989, p. 353-365; Weede, 1983), modelos de análise das dinâmicas de armamento e desarmamento (Intriligator; Brito, 1984; Smith, 1980) e efectividade das sanções económicas (Lawson, 1983; Tsebelis, 1990) passaram a ser os tópicos principais. Eles exprimem uma reaproximação dos *peace studies* à agenda dos países do centro do sistema-mundo – e essa reconquista de hegemonia pelo centro tem outro lado:



a instalação progressiva de uma tendência de os estudos para a paz abordarem a realidade dos países periféricos, como o mundo dos golpes de Estado, do caos e do desvio à normalidade (Hettne, 1980; Krippendorf, 1974; Stauffer, 1974; Wolpin, 1978).

Ora, a resposta dos estudos para a paz ao fim da Guerra Fria e a acusação de redundância ou de dispensabilidade de que foram alvo diante do novo contexto (Terriff, 1999, p. 78) veio a ser precisamente uma nova reorientação, simétrica à anterior, assumindo de novo a periferia como foco principal de atenção.

O dado principal desta nova fase da *peace research* é a recepção do seu discurso transformador anterior (violência estrutural, paz positiva etc.) nas actuais políticas oficiais de dominação do centro sobre a periferia. Essa reconversão da agenda dos estudos para a paz pode ser analisada como um processo em dois tempos. O primeiro é o da constituição de uma narrativa radicalizada sobre a condição periférica. A importância conceptual e política conferida às “novas guerras” teorizadas, entre outros, por Mary Kaldor (1999) e ao mundo perigoso dos “estados falhados” anunciado por Zartman (1995) alimenta uma representação da periferia como lugar de ameaça e de caos, em que a ingovernabilidade (invariavelmente atribuída a causas internas) e o alegado anacronismo das motivações das suas guerras (justificadas por razões de natureza pré-moderna: as identidades, as religiões...) transformam, mais do que nunca, as *borderlands* em lugar de missão civilizadora dos países do centro do sistema (Paris, 2002). A internalização das causas legítimas a externalização das terapêuticas e aí mesmo ancora o essencial do segundo tempo: a canonização da paz liberal como resposta única para a conversão das periferias turbulentas.

O ideário da paz liberal – radicado na convicção kantiana de que a natureza republicana da constituição civil de cada Estado constituiria uma condição essencial para a paz – ganhou novo alento no quadro das teses do fim da História, passando a assumir-se como uma das grandes narrativas, senão mesmo a grande narrativa, do nosso tempo para a organização social e económica. A sua proclamação como verdade apodíctica legitimou a imbricação, gradualmente mais acentuada ao longo desse tempo de pós-Guerra Fria, entre governação nacional e condicionalidades estabelecidas pelos diferentes poderes reguladores internacionais. A paz liberal é, pois, uma paz construída por formas várias de intervenção internacional condicionadora. É certo que se trata de um projecto compósito, em que convergem dinâmicas de paz muito diversas, desde a paz da vitória militar à paz institucional que garante a governação, passando pela paz constitucional assente na democracia e na liberdade económica e pela paz civil fundada no respeito dos direitos e liberdades individuais (Heathershaw, 2008; Richmond, 2007; 2008).

Recorde-se que foi exactamente nessa lógica de agregação de diferentes pazes que Boutros-Ghali pensou na *Agenda para a Paz*, de 1992, a principal expressão de refrescamento do mandato das Nações Unidas determinada pelo novo clima internacional do pós-Guerra Fria: o trabalho de *peace building*, e não apenas de *peace enforcing* ou de *peace keeping*, retomando, logo aqui, a construção galtunguiana anteriormente enunciada. Ora, essa resposta a uma periferia feita de estados falhados e de guerras de barbárie não é mais do que

uma experimentação que envolve o transplante de modelos ocidentais de organização social, política e económica para estados dilacerados pela guerra como forma de controlo dos conflitos civis: por outras palavras, é a pacificação pela liberalização política e económica. (Paris, 1997, p. 55)

Nas palavras de Richmond (2007, p. 67), essa paz construída de fora para dentro “é uma forma de hegemonia, importada pela via de intervenções coercivas ou construída por intervenções ou engenharias sociais, políticas e económicas”. O figurino desse intervencionismo tem mudado, é certo. A hegemonia da paz liberal como projecto de governação global já não pode ser identificada na actualidade com a ortodoxia neoliberal da década de 1980. As pressões emergentes no final do século XX para a inclusão de novas exigências – do comércio justo ao cumprimento dos Objectivos do Milénio ou às estratégias de redução da pobreza – na agenda das políticas de cooperação dos países do centro assinalaram o fim da versão *hard* do programa da paz liberal. Sucedeu-lhe um programa revisionista (Pugh, 2005, p. 32) – de que o relatório independente “A more secure world: our



responsibility" (2004) e o subsequente documento do secretário-geral das Nações Unidas, "In larger freedom" (2005), foram suportes essenciais – que deu continuidade, noutros termos, ao essencial da lógica da paz liberal: a insistência na implantação de formas de regulação padronizadas, tomadas como avesso da *bad governance* das elites endemicamente corruptas das periferias, a insistência na despolitização da economia e na dogmatização do racionalismo capitalista como fórmula única, a insistência na compreensão do desenvolvimento como convergência a um padrão liberal adoptado pelo centro e, mais que tudo, a insistência na representação das periferias como vítimas de incapacidades patológicas só superáveis por formas de governação terapêutica exogenamente determinadas (Pugh, 2005, p. 33-34) são os seus traços mais marcantes.

Não obstante sua variação no tempo, esse intervencionismo da paz liberal tem assumido um horizonte persistente: a moldagem universal das governações nacionais por parâmetros de democracia liberal e de economia de mercado. Ele é, no entanto, subtil. A despolitização dos seus conteúdos é uma outra das suas marcas. *State building, nation building, capacity building e institutional building* são assumidos como meros dispositivos técnicos (Bickerton; Cunliffe, 2007, p. 99), ou não se tivesse transformado a própria soberania dos chamados estados falhados num conceito divisível e susceptível de titularidades diferenciadas para as suas diferentes componentes (Krasner, 2005) – a soberania formal para o Estado territorial e a soberania real para parcerias público-privadas internacionais (entre estados, agências intergovernamentais e organizações não governamentais). A internacionalização da governação das periferias não se prolonga na reivindicação da sua autoria nem das responsabilidades inerentes pelo centro. "Parcerias", "estratégias *country-owned*", "incremento do *local empowerment*" – eis o vocabulário que dá conta de que, sendo muito mais invasivas do que as dos velhos impérios do século XIX, as práticas de governação global conduzidas actualmente pelo centro do sistema repudiam retórica e politicamente a densidade de um verdadeiro império – o que leva Chandler a apelidar essa nova forma de governação global de "império em negação":

[o] império está em negação não porque não esteja a regular suficientemente (de facto, há muito mais controlo regulatório associado à ajuda, ao comércio e às relações institucionais do que antes) mas porque o poder político das elites que decidem procura revestir-se de formas não políticas, terapêuticas ou puramente técnicas, administrativas e burocráticas. (Chandler, 2006, p. 11)

A paz liberal, como entendimento hegemónico da paz no pós-Guerra Fria, não assume a coerção típica do imperialismo tradicional como seu instrumento privilegiado. A sua força reside antes na insinuação de um campo normativo consensual que alimenta uma biopolítica cujas tecnologias delimitam e ordenam os sujeitos dominados por práticas discursivas e por redes de conhecimento e significado. "Onde o internacionalismo liberal antes aspirava a um ideal de governo mundial, a actual governação global liberal passou a dar primazia à administração das populações por meio da implementação de técnicas biopolíticas de poder" (Dillon; Reid, 2005, p. 46).

Sob essa ótica, a paz liberal pretende ser o inverso do subdesenvolvimento e dos riscos conflituais dele resultantes. Devemos a Mark Duffield (2005, p. 256) uma análise sofisticada do desenvolvimento como tecnologia biopolítica implementada no quadro da instalação de mecanismos de governação nacional liberal e das condicionalidades que a garantem:

O desenvolvimento é um princípio de formação e uma tecnologia de segurança que invoca constantemente sua razão de existir, isto é, o subdesenvolvimento. [...] [O]s constantes desastres humanitários, a diminuição das oportunidades de vida e as divergências sobre elas, que materializam uma crise permanente, raramente são perspectivados como expressão da finitude da auto-reprodução. Ao contrário, para os funcionários do humanitarismo e do desenvolvimento, isso ocorre porque a vida humana subdesenvolvida não é socialmente empresarializada nem, portanto, autossuficiente o bastante. Por outras palavras, trata-se de uma vida a quem ainda tem que ser ensinado como garantir a sua sustentabilidade.

É nessa natureza infinitamente intervencionista do desenvolvimento que Duffield (2002, p. 1053) faz assentar suas potencialidades únicas para dar resposta àquilo que chama de "guerra civil global", travada não por exércitos, mas entre a vida segura e a vida



não segura, isto é, entre populações apoiadas por regimes de protecção social e aquelas que se condenam a dependerem apenas de si próprias (Duffield, 2008). É essa resposta que passa cada vez mais por novas formas internacionalizadas de governação que abriram as periferias “a uma fiscalização, intervenção e regulação das metrópoles sem precedentes desde o período colonial, numa tentativa de controlar a instabilidade e a resistência geradas pelas falhas do mercado”.

O programa de paz positiva, tão querido à radicalidade originária dos estudos para a paz, acaba, no nosso tempo, por legitimar os exercícios de engenharia social e política desenhados pela nebulosa da governação global liberal (Cox, 2005), que combinam o esvaziamento das soberanias locais com a adopção padronizada, em escala mundial, de modelos de organização social, económica e política como suposta condição da paz (Pureza; Cravo, 2005, p. 12). Nessa mudança, foi o próprio conceito de paz que mudou, passando de condição vivida num certo território para processo contínuo de transformação induzida por intervenções externas. Como escreve Heathershaw (2008, p. 597), “a move from peace to peacebuilding”... Rendidos a uma perspectiva pragmática de solução de problemas, os estudos para a paz tornaram-se, assim, conhecimento útil para a pacificação de um sistema estruturalmente violento.

RESGATAR A TURBULÊNCIA

Não partilho a opinião de Matti Jutila, Samu Pehkonen e Tarja Väyrynen (2008) de que a *peace research* é um cadáver que importa ressuscitar, se a expressão pretender significar um corpo teórico que se tornou irrelevante na orientação das políticas de governação global. Sim, é certo que os estudos para a paz se fazem hoje como ciência normal. Mas isso não equivale a uma abdicação dos intuitos transformadores – quer do ponto de vista epistemológico, quer do ponto de vista da relevância política prática – que animaram a corrente na ruptura dos anos 1970. Pelo que ficou exposto, meu entendimento é de que a ciência normal, nos estudos para a paz, neste início do século XXI, é uma combinação de falta de contaminação pelos grandes movimentos que animam o debate teórico em relações internacionais ou em estudos sobre a segurança e auto-reflexividade tranquilizadora e triunfalista da linha dominante dessa área diante da cooptação do seu universo conceptual pelo projecto de paz liberal, transformado, entretanto, em gramática do poder em escala mundial – “the liberal peace is the foil by which the world is now judged”, escreve Oliver Richmond (2008, p. 449).

Como sempre, a ciência normal serve à dominação. Esse diagnóstico foi feito por Galtung e seus seguidores no início dos anos 1960 e motivou, como vimos, importantes rupturas epistemológicas nos estudos sobre a paz então desenvolvidos. Estamos hoje em condições idênticas às então experimentadas. Agora como então, as construções teóricas radicais sobre a paz constituem formas de conhecimento subjugado (Skelly, 2002, p. 58). Resgatar o potencial crítico dos estudos para a paz é, por isso, uma imposição de fidelidade dessa área aos seus propósitos fundadores diante da persistência e sofisticação de mecanismos de poder profundo, que alimentam violências mais ou menos naturalizadas e que importa combater em nome de uma paz do quotidiano e da empatia como horizonte das vidas concretas (Richmond, p. 441). É, pois, duplo o desafio da teoria crítica aos estudos para a paz neste tempo: por um lado, o desenvolvimento de uma ontologia e de uma metodologia emancipadoras; por outro, assumir seriamente a actividade política prática como integrante do trabalho nesse domínio (Patomäki, 2001, p. 734).

Sugiro, em seguida, três dinâmicas de mudança que antecipam esse resgate. A primeira é relativa ao horizonte político com que os estudos para a paz se comprometem. É a dinâmica que nos conduzirá do presente colonial ao futuro recíproco. Esse horizonte político impõe como prioridade aos estudos para a paz o reforço e a radicalização do estudo das violências para lá da violência directa, ou seja, das violências estruturais e das violências culturais. No campo das violências estruturais, essa radicalização emancipatória determina colocar no centro da análise aquela que é hoje porventura a mais complexa e mais dura delas: a precariedade das vidas. Não apenas a que se expressa na vulnerabilização dos regimes jurídicos laborais,



mas também a que se traduz na criminalização das migrações ou a que, em escala mais ampla, se manifesta na perda de densidade da autodeterminação como referência central da autonomia. Essas são violências de colonialidade porque se assentam, todas elas, na negação da autonomia do outro. A paz estrutural que se lhes contrapõe é a que densifica a reciprocidade de prestações e de poder, pressupondo portanto a autonomia de decisão como valor supremo. No plano das violências culturais, o resgate do sentido emancipatório dos estudos para a paz passa por perceber a colonialidade como a expressão do absolutismo filosófico e cultural. Para Joaquin Herrera (2007, p. 58), “[o]s olhares absolutistas [...] apresentam-se como se fossem o natural e o racional, entendendo ambos os termos como algo prévio a toda a forma de praxis e de acção social”. Por isso, para ele, são três as condições que definem esse olhar: primeiro, a crença em universalismos abstractos; segundo, a crença numa realidade absolutamente objectiva; e terceiro, a crença na existência de um fundamento último de toda a prática social. A descolonização radical dos estudos para a paz e a construção de uma paz cultural arrancam do desarmamento cultural, como lhe chamou Panikkar (1995), o que supõe a crítica do absolutismo colonizador e a densificação alternativa de um modo de pensar que “afirma unicamente a existência de verdades parciais que permitem orientar a busca de coerência entre os nossos desejos, crenças e acções”.

A segunda dinâmica de mudança diz respeito à amplitude do objecto dos estudos para a paz. É a dinâmica que nos conduzirá das dicotomias aos *continuums*. O conhecimento dominante tem estado refém de um modo de ver dicotómico. “Guerra e paz” poderia ser a sua síntese. Ora, a própria trajectória do conceito de guerra mostra como sempre foram existindo zonas de indefinição – “nem guerra nem paz” – que, por serem insusceptíveis de encaixar dentro da categorização dicotómica rígida, foram sendo remetidas a uma espécie de gaveta de diversos, com terminologias como “guerras de baixa intensidade”, “guerras irregulares” etc. A verdade é que há guerra a mais nas situações de paz formal. O resgate do potencial transformador dos estudos para a paz passa, hoje e cada vez mais, pela abertura da sua agenda às “novíssimas guerras” do quotidiano, do espaço doméstico ao espaço urbano e deste aos espaços mais amplos, numa lógica de articulação em *continuum* ou em espiral impossível de quebrar analiticamente (Cook-Huffman, 2002, p. 42) e, por isso, determinando um colapso de quaisquer escalas exclusivas de análise. Importa que os estudos para a paz reconheçam que se desenvolvem nesses diferentes territórios formas de conflitualidade com actores, condutas e objectivos que são simultaneamente comuns e distintos dos das novas guerras e das guerras vestefalianas (Pureza; Moura, 2005, p. 87). Aliás, se necessário for, aí está o pensamento feminista a evidenciar que a guerra não é um facto social isolado, mas, antes, algo que impregna, como sistema cultural, o nosso quotidiano. A isso mesmo se refere, por exemplo, Betty Reardon (1995, p. 10), ao identificar o patriarcado como “sistema de guerra”, isto é, como uma ordem social competitiva, baseada em princípios autoritários, que pressupõe um valor desigual entre seres humanos, que é colocada em prática pela coerção, que institucionaliza a dominação masculina em estruturas verticais e é legitimada pela cultura. É todo esse lastro de guerra trivializado no quotidiano que é preciso escavar e trazer à luz numa ótica renovada aos estudos para a paz. Só assim se incluirão “as vozes e experiências que foram historicamente excluídas ou ocultadas nas teorizações dominantes e universais da violência e da paz” (Cook-Huffman, 2002, p. 43).

Por fim, a terceira dinâmica de mudança é a que arranca do desafio epistemológico e ontológico o que a crítica da ortodoxia racionalista em relações internacionais lança aos estudos para a paz. A consideração de que a paz é uma aspiração dificilmente realizável – por força da natureza humana ou da anarquia endémica do sistema internacional, para os realistas, e da fragilidade das instituições, para os liberais – resulta, para as duas variantes da ortodoxia, na defesa de uma paz única e universal, um discurso sobre e para a paz. Essa unicidade discursiva é o grande alvo de distanciamento teórico quer de quem vê aí défices, quer de quem vê aí excessos. O olhar da teoria crítica sobre o discurso da paz da tradição liberal-realista identifica nele graves défices: a sua epistemologia negativa da paz (Rasmussen, 2003) é acima de tudo uma desistência de ambicionar a uma paz que emancipe, começando, desde logo, pela emancipação da própria paz dos constrangimentos de uma representação vestefaliana da realidade internacional, demasiado presa ao imperativo da soberania territorial (Richmond, 2008, p. 452). Todavia, essa pretensão de encontrar uma teoria alternativa pode se tornar, ela própria, fonte de outra imposição hegemónica, ancorada em metanarrativas que mitificam ou naturalizam a agenda dos poderosos de sempre. Não é, pois, de uma teoria alternativa que



se trata, mas de uma multiplicidade de abordagens que desvelem todas as violências caladas pelos consensos conceptuais. Resgatar o potencial emancipador dos estudos para a paz passa por rejeitar a existência de qualquer ponto arquimediano imposto como suposta objectividade exterior às vidas e em torno do qual se estruturam cartografias da violência, com a sinalização de violências a ter em conta e de violências negligenciáveis. A focagem no quotidiano pessoal e as desconstruções pós-coloniais e feministas abrem campos imensos de agendamento de guerras e de pazes que a vertigem normalizadora roubou, até hoje, à tarefa transformadora que os estudos para a paz vieram enunciar.

REFERÊNCIAS

AGRELL, Wilhelm. Peace research as the good guys' Rand Corporation? *Journal of Peace Research*, Thousand Oaks, v. 25, n.1, p. 95-96, 1988.

ALGER, Chadwick. Reflections on peace research traditions. *The International Journal of Peace Studies, Taipei*, v. 1, n. 1, 1996.

ARENAL, Celestino del. La investigación para la paz. In: _____. *Cursos de derecho internacional de Vitoria-Gasteiz*. 1986.

BICKERTON, Christophe; CUNLIFFE, Philip; GOUREVITCH, Alexander. *Politics without sovereignty: a critique of contemporary international relations*. Oxon: University College London Press, 2007.

BOULDING, Kenneth. Limits or boundaries of peace research. In: GENERAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL PEACE RESEARCH ASSOCIATION, 3., 1969, Karlovy Vary. *Proceedings...* Istanbul: Ipra, 1970a. v. 1.

_____. The philosophy of peace research. In: GENERAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL PEACE RESEARCH ASSOCIATION, 3., 1969, Karlovy Vary. *Proceedings...* Istanbul: Ipra, 1970b. v. 1.

_____. Twelve friendly quarrels with Johan Galtung. *Journal of Peace Research*, Thousand Oaks, v. 14, n. 1, p. 75-86, 1977.

_____. Future directions in conflict and peace studies. *Journal of Conflict Resolution*, Thousand Oaks, v. 22, n. 2, p. 342-354, 1978.

BOUTHOU, Gaston. Sur la fonction presuée et la periodicité des guerres. *Revue des Sciences Économiques*, p. 161-174, 1939.

BURTON, John. *Conflict: resolution and prevention*. New York: St Martin's Press, 1990.

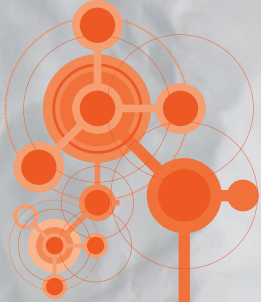
CHANDLER, David. *Empire in dental: the politics of state-building*. London: Pluto Press, 2006.

COOK-HUFFMAN, Celia. Paths for peace studies. *Peace Review, Abingdon*, v. 14, n. 1, p. 41-47, 2002.

COX, Robert. Global perestroika. In: WILKINSON, Rodern. (Org.). *The global governance reader*. London: Routledge, 2005. p.140-155.

DENCIK, Lars. Peace research: pacification or revolution? Notes on an intra-peace research conflict. In: GENERAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL PEACE RESEARCH ASSOCIATION, 3., 1969, Karlovy Vary. *Proceedings...* Istanbul: Ipra, 1970. v. 1.

DILLON, Michael; REID, Julian. Global liberal governance: biopolitics, security and war. *Millennium – Journal of International Studies, Thousand Oaks*, v. 30, n. 1, p. 41-66, 2001.



DUFFIELD, Mark. Social reconstruction and the radicalization of development: aid as a relation of global liberal governance. *Development and Change, Hoboken*, v. 33, n. 5, p. 1049-1071, 2002.

_____. Getting savages to fight barbarians: development, security and the colonial present. *Conflict, Security & Development, Abingdon*, v. 5, n. 2, p. 141-159, 2005.

_____. Global civil war: the non-insured, international containment and post-interventionary society. *Journal of Refugee Studies, Oxford*, v. 21, n. 2, p. 145-165, 2008.

DUNN, David. Peace research. In: TAYLOR, Trevor. (Org.). *Approaches and theory in international relations*. London: Longman, 1978.

_____. *The first fifty years of peace research: a survey and interpretation*. Aldershot: Ashgate, 2005.

GALTUNG, Johan. An editorial. *Journal of Peace Research, Thousand Oaks*, v. 1, n. 1, p. 1-4, 1964.

_____. Violence, peace and peace research. *Journal of Peace Research, Thousand Oaks*, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

_____. A structural theory of imperialism. *Journal of Peace Research, Thousand Oaks*, v. 8, n. 2, p. 81-117, 1971.

_____. Empiricism, criticism, constructivism: three approaches to scientific activity. *Synthese, New York*, v. 24, n.3-4, p.343-372, 1972.

_____. A structural theory of integration. In: _____. *Peace, research, education, action*. Copenhagen: Christian Ejlertsen, 1975a.

_____. Peace research: science or politics in disguise? In: _____. *Peace, research, education, action*. Copenhagen: Christian Ejlertsen, 1975b.

_____. Twenty-five years of peace research: ten challenges and some responses. *Journal of Peace Research, Thousand Oaks*, v. 22, n. 2, p. 141-158, 1985.

_____. Cultural violence. *Journal of Peace Research, Thousand Oaks*, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

HEATHERSHAW, John. Unpacking the liberal peace: the dividing and merging of peace-building discourses. *Millennium – Journal of International Studies, Thousand Oaks*, v. 36, n. 3, p. 597-621, 2008.

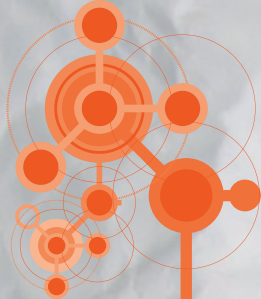
HERRERA, Joaquin. *O nome do piso: breve tratado sobre arte e dignidade*. Florianópolis: Bernúncia, 2007.

HETTNE, Bjorn. Soldiers and politics: the case of Ghana. *Journal of Peace Research, Thousand Oaks*, v. 17, n. 2, p. 173-193, 1980.

INTRILIGATOR, Michael; BRITO, Dagobert. Can arms races lead to the outbreak of war? *Journal of Conflict Resolution, Thousand Oaks*, v. 28, n. 1, p. 63-84, 1984.

KALDOR, Mary. *New and old wars: organized violence in a global era*. Cambridge: Polity Press, 1999.

KRASNER, Stephen. Sharing sovereignty: new institutions for collapsed and failing states. *International Security, Boston*, v.29, n. 2, p. 85-120, 2005.



KRIPPENDORF, Ekkehart. Peace research and the industrial revolution. *Journal of Peace Research, Thousand Oaks*, v. 10, n.3, p. 185-201, 1973.

_____. Chile, violence, and peace research. *Journal of Peace Research, Thousand Oaks*, v. 11, n. 2, p. 95-103, 1974.

JUTILA, Matti; PEHKONEN, Samu; VÄYRYNEN, Tarja. Resuscitating a discipline: an agenda for critical peace research. *Journal of Peace Research, Thousand Oaks*, v. 36, n. 3, p. 623-640, 2008.

LAWLER, Peter. *A question of values: Johan Galtung's peace research*. Boulder: Lynne Rienner, 1995.

LAWSON, Fred H. Using positive sanctions to end international conflicts: Iran and the Arab Gulf countries. *Journal of Peace Research, Thousand Oaks*, v. 20, n. 4, p. 311-328, 1983.

LENZ, Theodore. *Towards a science of peace*. New York: Bookman Associates, 1955.

NEUFELD, Beverly. The marginalization of peace research in international relations. *Millennium – Journal of International Studies, Thousand Oaks*, v. 22, n. 2, p. 165-184, 1993.

PANIKKAR, Raimon. *Cultural disarmament: the way to peace*. Louisville: Westminster Fort Knox Press, 1995.

PARIS, Roland. Peacebuilding and the limits of liberal internationalism. *International Security, Boston*, v. 22, n. 2, p. 54-89, 1997.

_____. International peace-building and the "mission civilisatrice". *Review of International Studies, Cambridge*, n. 28, p.637-656, 2002.

PATOMÄKI, Heikki. The challenge of critical theories: peace research at the start of the new century. *Journal of Peace Research, Thousand Oaks*, v. 38, n. 6, p. 723-737, 2001.

PUGH, Michael. The political economy of peacebuilding: a critical theory perspective. *International Journal of Peace Studies, Istanbul*, v. 10, n. 2, p. 23-42, 2005.

PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra*, n. 71, p. 5-19, 2005.

PUREZA, José Manuel; MOURA, Tatiana. Violência(s) e guerra(s): do triângulo ao continuum. *Revista Portuguesa de História, Coimbra*, n. 37, p. 45-63, 2005.

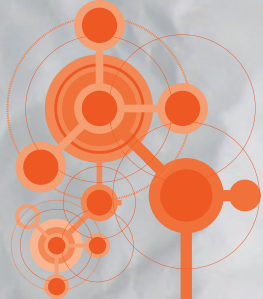
RASMUSSEN, Mikkel. *The West, civil society and the construction of peace*. London: Palgrave, 2003.

REARDON, Betty. *Sexism and the war system*. New York: Teachers College Press, 1995.

REID, Herbert; YANARELLA, Ernest. Toward a critical theory of peace research in the United States: the search for an "intelligible core". *Journal of Conflict Research, Thousand Oaks*, v. 13, n. 4, p. 315-341, 1976.

RICHMOND, Oliver. *The transformation of peace*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2007.

_____. Reclaiming peace in international relations. *Millennium – Journal of international Studies, Thousand Oaks*, v. 36, n.3, p. 439-470, 2008.



- SCHMID, Herman. Peace research and politics. *Journal of Peace Research, Thousand Oaks*, v. 5, n. 3, p. 217-232, 1968.
- SINGER, J. David. From "A study of war" to peace research: some criteria and strategies. *Journal of Conflict Resolution, Thousand Oaks*, v. 14, n. 4, p. 527-542, 1970.
- SKELLY, James. A constructivist approach to peace studies. *Peace Review, Abingdon*, v. 14, n. 1, p. 57-60, 2002.
- SMITH, Theresa. Arms race instability and war. *Journal of Conflict Resolution, Thousand Oaks*, v. 24, n. 2, p. 253-284, 1980.
- STAUFFER, Robert. The political economy of a coup: transnational linkages and Philippine political response. *Journal of Peace Research, Thousand Oaks*, v. 11, n. 3, p. 161-177, 1974.
- STOHL, Michael; CHAMBERLAIN, Mary. Alternative futures for peace research. *Journal of Peace Research, Thousand Oaks*, v. 16, n. 4, p. 523-530, 1972.
- TERRIFF, Terry. *Security studies today*. Cambridge: Polity Press, 1999.
- TSEBELIS, G. Are sanctions effective? A game-theoretic analysis. *Journal of Conflict Resolution, Thousand Oaks*, v. 34, n. 1, p. 3-28, 1990.
- TUNANDER, Ola. The logic of deterrence. *Journal of Peace Research, Thousand Oaks*, v. 26, n. 4, p. 353-365, 1989.
- WEEDE, Erich. Extended deterrence by superpower alliance. *Journal of Conflict Resolution, Thousand Oaks*, v. 27, n. 2, p. 231-254, 1983.
- WIBERG, Håkan. Investigação para a paz: passado, presente e futuro. *Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra*, n. 71, p. 21-42, 2005.
- WOLPIN, Miles. Egalitarian reformism in the Third World vs the military: a profile of failure. *Journal of Peace Research, Thousand Oaks*, v. 15, n. 2, p. 89-107, 1978.
- WRIGHT, Quincy. *A study of war*. Chicago: University of Chicago Press, 1942.
- ZARTMAN, William. *Collapsed states: the disintegration and restoration of legitimate authority*. Boulder: Lynne Rienner, 1995.

Texto recebido em 10.05.2018 e aprovado em 20.06.2018.



Uma breve introdução à pesquisa sobre paz transracional e transformação elicitiva de conflito

A brief introduction to transrational peace research and elicitive conflict transformation

Una breve introducción a la investigación de paz transracional y transformación elicitiva de conflictos



Wolfgang Dietrich

- É Ph.D. em história e literatura pela Universidade de Innsbruck em 1980 e doutor em Direito na mesma universidade. A partir de 1990 assumiu o cargo de Professor Adjunto em Ciência Política da Universidade de Innsbruck.
- Atualmente é diretor da Unidade para a Paz e Estudos de Conflitos da Escola de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Innsbruck, Áustria. É diretor do Programa de Mestrado em Paz, Desenvolvimento, Segurança e Transformação de Conflitos Internacionais na mesma universidade. Também é responsável pela Cátedra UNESCO para Estudos de Paz e membro da Comissão Austríaca da UNESCO.
- Wolfgang Dietrich passou a maior parte dos anos oitenta na América Central. Foi presidente da seção austríaca de anistia internacional de 1989 a 1991. Nos anos 90 realizou pesquisas na América Latina, Caribe, Índia, África Oriental e no Sudeste Asiático. Desde os anos noventa, seu foco é a transformação de conflitos e pesquisa sobre a paz.
- Conta com mais de 200 textos acadêmicos foram publicados em inglês, alemão, espanhol, francês, russo, português e farsi.
- E-mail: wolfgang.dietrich@uibk.ac.at



Resumo

Este artigo é uma síntese da trilogia *Muitas pazes* do autor. Este trabalho aprofunda a filosofia das muitas pazes e de paz transracional e deriva da famosa pirâmide de conflito de Lederach, com um entendimento sistêmico mais amplo do conflito como um fenômeno relacional. Além disso, oferece ferramenta para a análise desses processos complexos que ocorrem nas “fronteiras de contato em movimento” humanas. Por fim, introduz ressonância, correspondência e homeostase como princípios de mapeamento elicitivo de conflito.

PALAVRAS-CHAVE: FILOSOFIA DE PAZ • TRANSFORMAÇÃO DE CONFLITOS • MAPEAMENTO DE CONFLITOS.

Abstract

This article is a summary of the author's trilogy, *Muitas pazes*. This work deepens the philosophy of many peaces and of transrational peace and derives from the famous Lederach conflict pyramid, with a broader systemic understanding of conflict as a relational phenomenon. In addition, it offers a tool to analyze these complex processes that occur in the human “contact boundaries in movement.” Finally, it introduces resonance, correspondence and homeostasis as principles of elicitable mapping of conflicts.

KEYWORDS: PEACE PHILOSOPHY • CONFLICT TRANSFORMATION • CONFLICT MAPPING.

Resumen

Este artículo es una síntesis de la trilogía *Muitas pazes* del autor. Este trabajo profundiza la filosofía de las muchas paces y de paz transracional y deriva de la famosa pirámide de conflicto de Lederach, con un entendimiento sistémico más amplio del conflicto como un fenómeno relacional. Además, ofrece herramienta para el análisis de estos procesos complejos que ocurren en las “fronteras de contacto en movimiento” humanas. Por último, introduce resonancia, correspondencia y homeostasis como principios de mapeo elícito de conflicto.

PALABRAS CLAVE: FILOSOFIA DE PAZ • TRANSFORMACIÓN DE CONFLICTOS • MAPEO DE CONFLICTOS.



1. O QUE É FILOSOFIA DE PAZ TRANSRACIONAL?

Paz transracional é um termo relativamente novo, criado na Cátedra de Estudos de Paz da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), na Universidade de Innsbruck, no início deste milênio. É resultado de nossa pesquisa sobre as diferentes percepções e interpretações da paz na história e na cultura. Encontramos quatro grupos dominantes de interpretações, que denominamos famílias de pazes: energética, moral, moderna e pós-moderna. Cada uma circula em torno de um valor chave específico: a paz energética tem tudo a ver com harmonia; a interpretação moral enfatiza a justiça; o entendimento moderno de paz solicita segurança; e a abordagem pós-moderna lida com a questão da(s) verdade(s).

Uma vez que nenhum desses valores surge isolado na vida social, tentamos combiná-los de maneira holística e identificamos o equilíbrio dinâmico dos quatro aspectos como um conceito de paz mais amplo, que então chamamos *trans-racional*, porque leva em consideração e aplica a racionalidade da ciência moderna, embora transgride seus limites e abranja holisticamente todos os aspectos da natureza humana para a interpretação de paz. Ela é racional e muito mais; é, por exemplo, emocional, mental e espiritual (Dietrich, 2008). A pesquisa sobre paz transracional como um empreendimento acadêmico se dedica ao encontro, às relações, aos estilos de comunicação e aos comportamentos dos seres humanos, entendidos como as chamadas “fronteiras de contato em movimento” da terapia Gestalt (Quitmann, 1996). Se e quando esses encontros nas fronteiras de contato são perturbados, então os episódios caracterizam-se como “conflitos”, de acordo com a linguagem comum. Estamos em busca de métodos adequados para lidar com tais conflitos no interior da moldura conceitual lógica da epistemologia transracional.

Tomamos emprestado o termo “transracional” de Ken Wilber (1995), cuja visão filosófica é uma das nossas muitas inspirações, mas não uma diretriz. A escola de Innsbruck não se configura como um ramo da abordagem integrativa de Wilber. Não compartilhamos da epistemologia evolucionista. Entretanto, segundo a Figura 1, adotamos sua famosa matriz do interno e externo, respectivamente aspectos individuais e coletivos da orientação humana, como fundamento para nosso modelo da inter-relação das famílias de paz e suas combinações para o equilíbrio dinâmico que denominamos *pazes transracionais*:

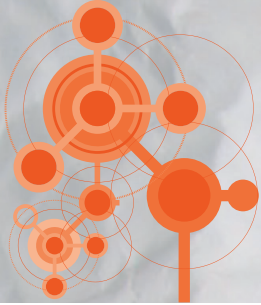
Figura 1: A matriz das pazes transracionais

Interior Energética e pós-moderna	Exterior Moral e moderna	
Intencional Paz que deriva da Harmonia	Comportamental Paz que deriva da Segurança	Singular (individual)
Cultural Paz que deriva da Verdade	Social Paz que deriva da Justiça	Plural (coletiva)

Fonte: Dietrich, 2008, p. 385.

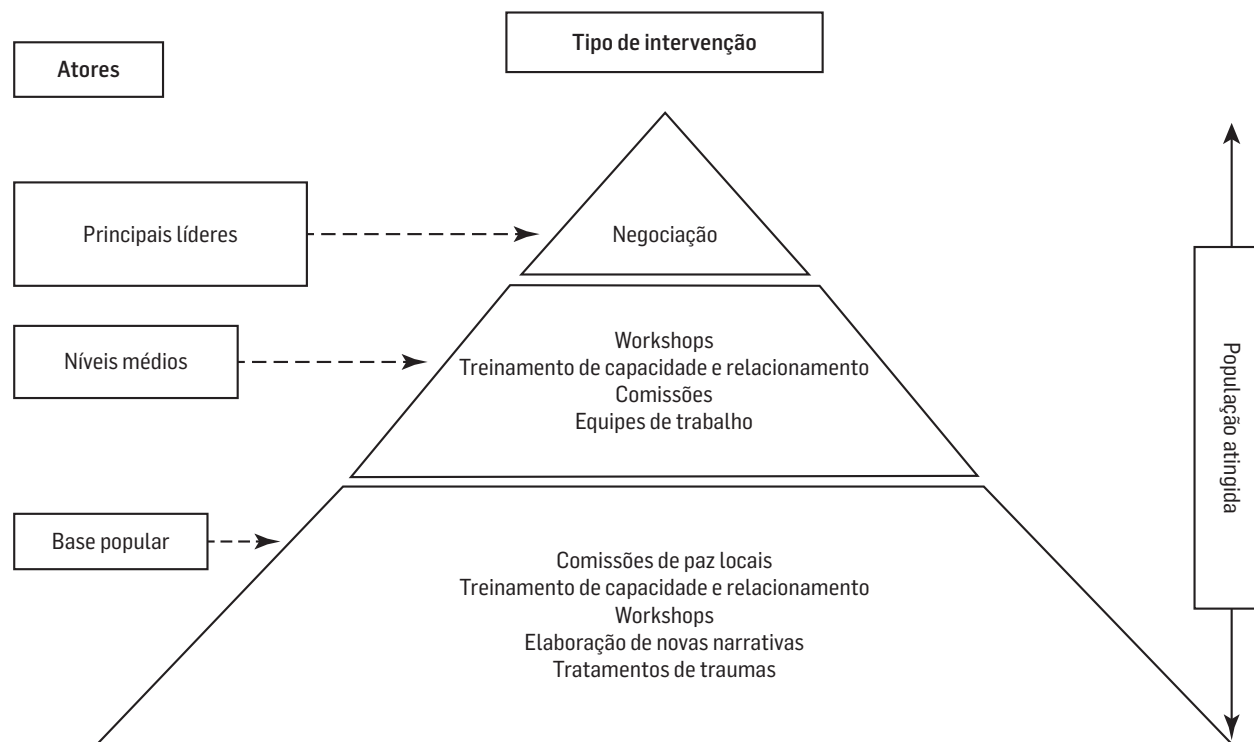
Enquanto a matriz é uma tentativa de apresentar de maneira resumida um trabalho de pesquisa elaborado em mais de uma década, o empreendimento acadêmico será relevante apenas se puder ser aplicado na prática do trabalho de paz e conflito. Com esse objetivo, relacionamos nossas descobertas à obra orientada à práxis de John Paul Lederach (1997), que, no início de sua carreira, derivou um padrão semelhante ao nosso a partir do Salmo 85:10, na Bíblia: “O amor e a fidelidade se encontrarão; a justiça e a paz se beijarão”. Baseando-se no salmo, Lederach traçou sua matriz dos quatro valores básicos: verdade, misericórdia, justiça e paz, e a denominou “um lugar de reconciliação” (Lederach, 1997, p. 28, tradução nossa).

Ainda mais importante para a pesquisa sobre paz foi sua pirâmide de conflito, muitas vezes copiada e diversificada. Na versão original, essa pirâmide (Lederach, 1997, p. 39) indica que todos os atores de um sistema disfuncional ou conflituoso interagem por todos os vários estratos sociais, desde a base popular até o segmento médio dos dirigentes regionais e líderes aos chefes de Estado, e que todos são relevantes para o processo de transformação na sequência de situações de violência. Portanto,



de acordo com Lederach, os atores precisam ser abordados de maneira contextual, empregando-se formas adequadas de intervenção. O seu mérito mais importante, conseqüentemente, foi deslocar a atenção do individual ou do grupo para a relação, como sendo o fator chave do trabalho de conflito. Ao fazê-lo, seu modelo tornou-se um impulsionador pioneiro da transição do pensamento mecanicista para o sistêmico nos estudos de paz e conflito, o que foi crucial para o desenvolvimento da pesquisa sobre paz transracional. A Figura 2 mostra a versão original da pirâmide de Lederach:

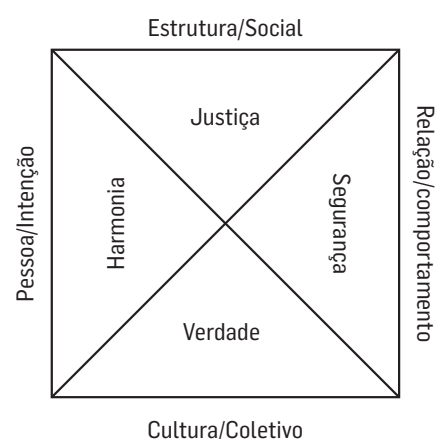
Figura 2: Pirâmide de Lederach, versão original



Fonte: Lederach, 1997, p. 39.

A pirâmide de Lederach foi inicialmente apresentada nessa visão estritamente lateral vertical. Os quatro valores bíblicos foram incluídos apenas de modo implícito no diagrama que, conseqüentemente, era bidimensional. Entretanto, Lederach (1997, 2003) expandiu o famoso triângulo de Johan Galtung (1990), que representa a violência física, estrutural e cultural, para uma quarta dimensão. Lederach dividiu o aspecto físico de Galtung nos aspectos pessoal e relacional. Ele, portanto, reconheceu a conexão entre os processos internos de uma pessoa e as relações sociais, que, por sua vez, consistem em situações imediatas, um contexto mais amplo e uma camada mais profunda de percepção, interpretação e ação. A inevitável e constantemente renovada necessidade por escolhas responsáveis, assumidas por pessoas livres, por conseguinte tornou-se o fundamento sistêmico do trabalho de conflito de Lederach. Isso nos inspirou a expandir a pirâmide de forma a representar os quatro quadrantes, "pessoa", "estrutura", "relação" e "cultura", em lugar de uma estrutura bidimensional. Vista de cima, segundo a Figura 3, a pirâmide seria assim:

Figura 3: A pirâmide de Lederach ampliada para o modelo transracional tridimensional; vista de cima



Fonte: Dietrich, 2011, p. 285.



A partir daí é possível considerar-se a existência humana como uma fronteira de contato em movimento, beneficiando-se das realizações da psicologia humanista, enquanto se inicia a espiral do episódio para o epicentro de um conflito, de acordo com Lederach (2003). O episódio é aquilo que percebemos como a situação imediata e visível na superfície de um conflito. O epicentro, que consiste na força motriz da vida, só pode ser encontrado além das camadas mais profundas do Ego das pessoas envolvidas. É preciso um olhar bem treinado e muita empatia para enxergar além dos problemas apresentados e assim desvendar os padrões mais profundos de relacionamento, incluindo o contexto em que o conflito se expressa. A consequência disso é que as questões intrapessoais relativas ao desejo sexual, pertencimento social, laços emocionais e consciência mental se tornaram temas na pesquisa de paz e trabalho de conflito tanto quanto as esferas interpessoais da família, comunidade, sociedade e plicidade global. A correspondência das dimensões interior e exterior é aprofundada para cada aspecto. O significado transracional da pirâmide, ou seja, do conflito, não pode ser entendido com base em um episódio na sua superfície. A pessoa, da forma como é apresentada por Lederach, corresponde ao individual e ao interior que, em transracionalidade, representa o quadrante energético da paz derivada da harmonia.

Os indivíduos em sua maioria percebem a paz como um fluxo harmonioso de todas as coisas existentes, desde que não sejam questionados a respeito de valores e normas religiosas, culturais, sociais ou políticas. Por essa razão, no diagrama, o quadrante da paz pela harmonia é referido como a porta de entrada para as camadas por trás da persona. Vemos, assim, a correspondência entre os processos internos de dada pessoa e as relações sociais – relações que, por sua vez, consistem em situações imediatas, um contexto mais amplo e uma camada mais profunda de percepção, interpretação e ação. O desejo de paz mediante harmonia conduz da camada mais externa à próxima camada mais profunda. As camadas interiores afetam as exteriores como promotoras ou perturbadoras da harmonia e vice-versa. Dessa forma, a pirâmide deve ser vista como uma boneca *matrioska* ou uma caixa chinesa. Em seu interior, há pirâmides menores do Ego e do Self como um epicentro de múltiplas camadas. Franz Ruppert (2002) sugere as seguintes camadas terapêuticas entre o episódio social e o epicentro energético: sociedade, parentesco, núcleo familiar, sujeito, corpo, órgãos, células e átomos. Em sua variante mais radical, essa reflexão envolve todas as camadas concebíveis, desde a atômica até a cósmica. Entretanto, no que concerne à pesquisa sobre paz e conflito, como uma ciência social, é desafiador o bastante considerar as camadas que inequivocamente perpassam a máscara da pessoa e que inequivocamente contribuem de maneira evidente para o episódio do conflito na superfície.

Para nomear as camadas que subjazem a superfície material e pessoal, refiro-me à ideia do chacra da Tantra Yoga, na tradição Patanjali e Shankara (Bharati, 2001). De acordo com essa filosofia, há uma camada sexual, uma socioemocional e uma mental que subjazem a superfície material e pessoal, o episódio da fronteira de contato do Ego em movimento. Além (no interior) da camada mental, existe a camada espiritual, que já não se refere mais ao Ego, mas ao que a filosofia do Yoga chama de Self, o aspecto que permanece depois do desmantelamento de todas as camadas do Ego. Por se tratar de um potencial e de uma propriedade naturalmente humana, a camada espiritual é acessível a todas as pessoas; porém, é difícil usar palavras para falar dela de maneira significativa, precisamente por ser transracional, por estar além da razão. A mente não possui palavras para expressá-la, embora experiências de clímax – e de paz – ocorram precisamente lá, onde o Ego é retorcido, isto é, quando, por um instante, a unidade primordial, harmoniosa e eterna do indivíduo e da existência universal é vivenciada pelo ser humano. Portanto, a pesquisa sobre paz precisa levar em conta a alta relevância para todos os temas, relações e ações desse aspecto humano que, no entanto, não pode ser abordado nem definido de modo apenas racional. É preciso adotar métodos e entendimentos transracionais. Inaugura-se, assim, um intrigante capítulo para a pesquisa sobre paz. Tentei articular esse modelo das camadas adicionando uma seção lateral à pirâmide de Lederach. Com isso, não identifico categorias empíricas, mas sugiro um padrão visual de análise e descrição conforme a Figura 4:

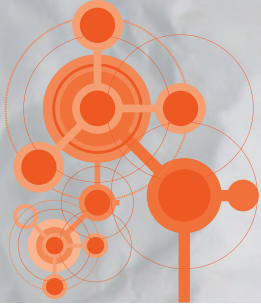
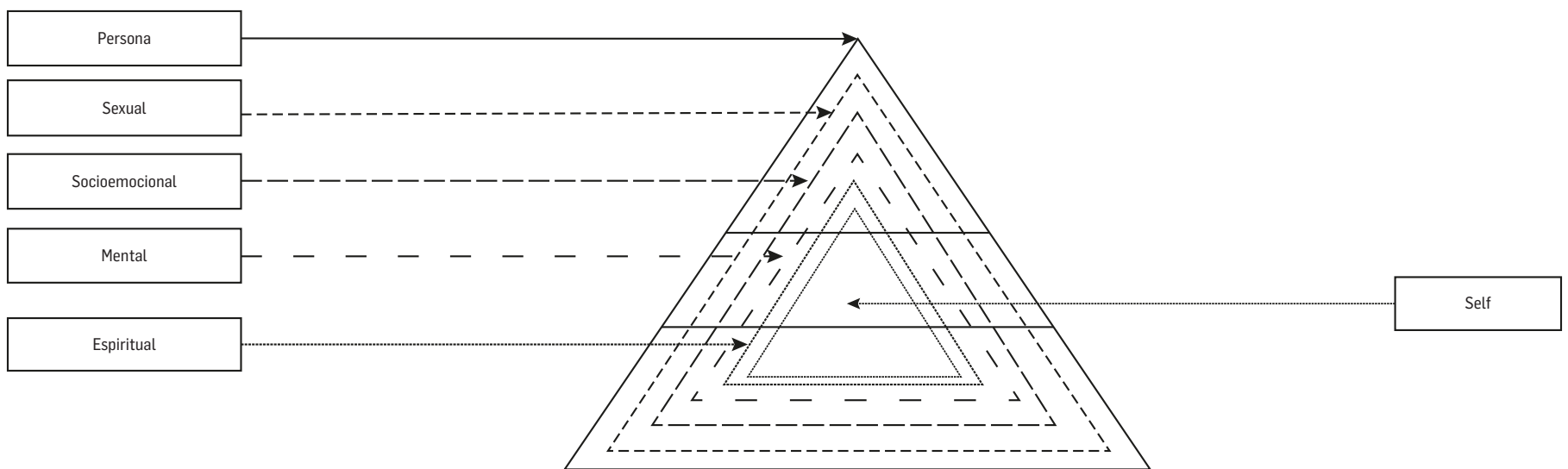


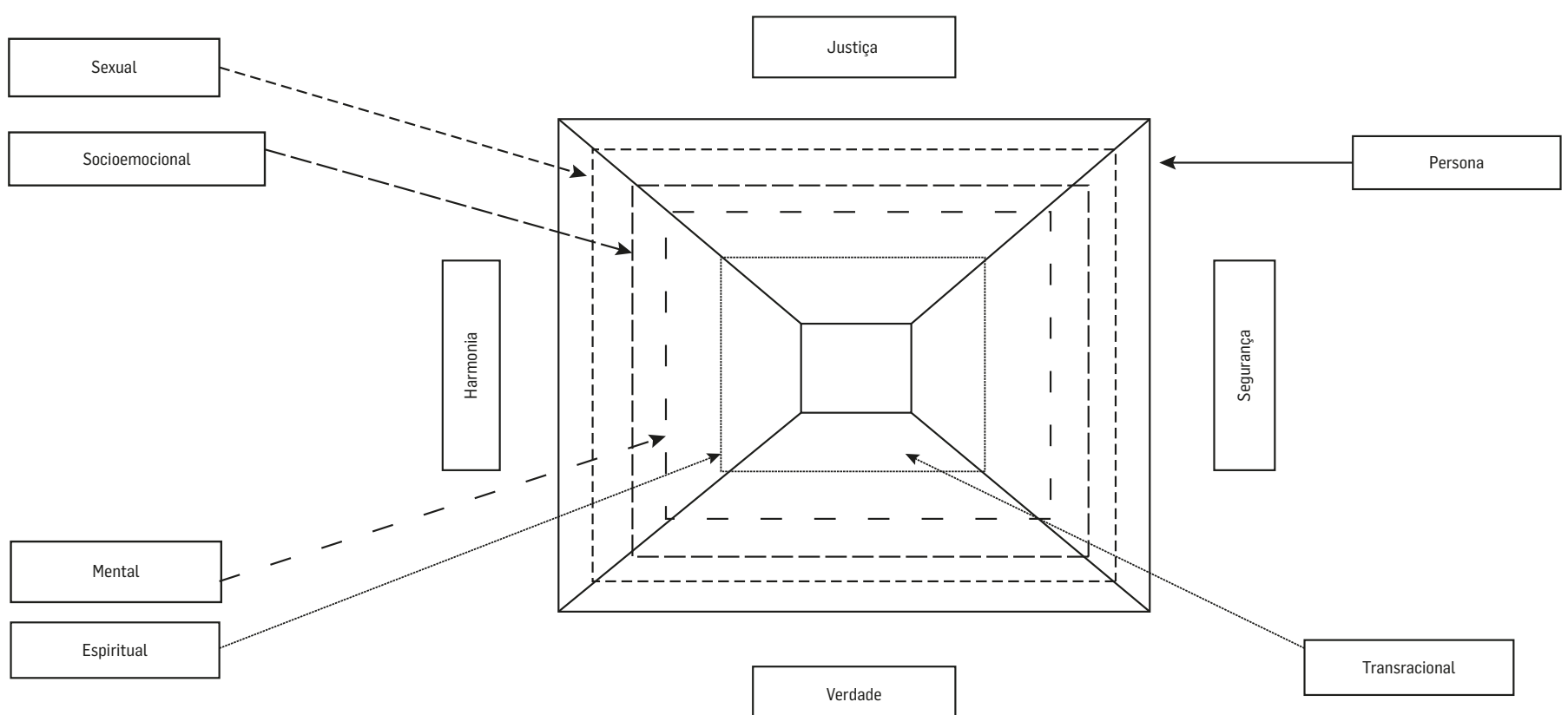
Figura 4: As camadas intrapessoais da pirâmide de Lederach; vista lateral



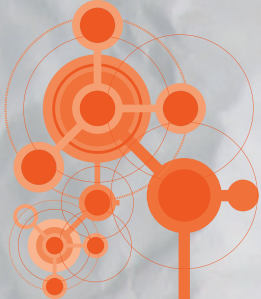
Fonte: Dietrich, 2011, p. 355.

Continuando com o princípio da boneca *matrioska*, as camadas internas da pirâmide possuem os campos horizontais e as dimensões verticais da superfície material-pessoal. As camadas *matrioskas* estão conectadas e interagem umas com as outras, ou seja, não estão empilhadas simplesmente umas sobre as outras permanecendo separadas. Ao sobrepor minha própria matriz da paz transracional com o conceito de Lederach, o resultado são as imagens abaixo, nas quais a conexão inextricável entre o interior e o exterior e os processos individual e coletivo na fronteira do contato humano em movimento torna-se aparente. Essa interpretação da pirâmide combina a noção de pazes transracionais à abordagem prática de Lederach. A Figura 5 apresenta o primeiro passo para apresentar uma vista do alto das camadas:

Figura 5: As camadas intrapessoais da pirâmide de Lederach; vista de cima



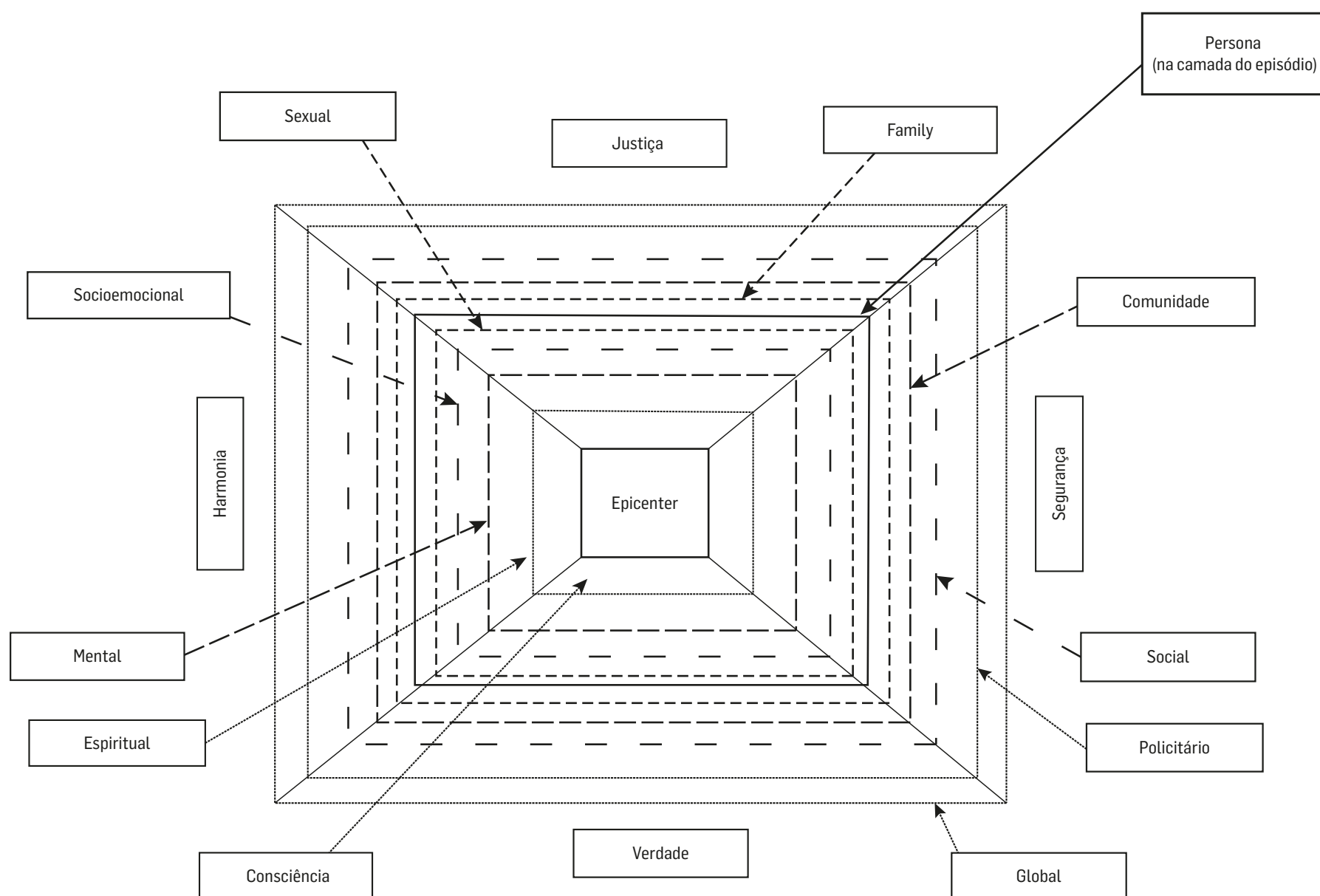
Fonte: Dietrich, 2011, p. 356.

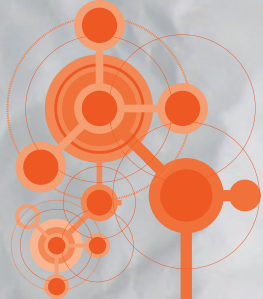


Praticamente todas as escolas da psicologia humanista descrevem as estratificações intrapessoais, que são, de maneira notável, similares às estratificações sociais. Esse também é o pressuposto básico do princípio tântrico da correspondência. Eu as sigo. As camadas localizadas fora da superfície pessoal e material da persona podem ser chamadas de camadas da família, comunidade, sociedade, policidade e globalidade. A não ser pelo termo policidade, todos os demais são amplamente aplicados na psicologia sistêmica e transpessoal (Ruppert, 2002) e entendidos no discurso do dia a dia. Policidade é uma palavra artificial. Nós a cunhamos para expressar a consciência humana primordial da nossa existência no tempo e espaço físico, que é a precondição para a compreensão mental de nós mesmos como seres sociais e de qualquer ideia acerca da organização social.

Todas essas camadas influenciam de modo silencioso os conflitos interpessoais à medida que surgem na superfície visual da persona. Ou seja, se eu tiver um conflito pessoal com alguém, minha família, parentesco, sociedade e policidade desempenham um papel invisível e silencioso, mas significativo. O mesmo pode ser dito para as camadas intrapessoais. Os aspectos sexuais, emocionais, mentais e espirituais de minha personalidade influenciam o comportamento na superfície e meu desempenho num conflito. Nenhum episódio pode ser entendido apenas como um conflito estritamente interpessoal ou intersocial, mas sempre transpessoal ou trans-societal – o distúrbio do equilíbrio relacional no interior de um único sistema. Como um segundo passo, portanto, adiciono ao diagrama acima aquelas camadas que estão localizadas fora da superfície, ou máscara, de uma persona. Nessa abordagem pragmática, considero o princípio tântrico da correspondência: o que se passa no interior é refletido no exterior. Com isso, chego ao diagrama final e completo da *Paz Transracional*, como mostra a Figura 6:

Figura 6: As camadas inter e intrapessoais da pirâmide de Lederach: o diagrama da Paz Transracional; vista de cima





De suma importância para a compreensão desse diagrama é o princípio da homeostase sistêmica, que aqui aparece simplesmente como um aspecto de equilíbrio. A Figura 6 precisa ser vista como uma planta baixa metafórica da pirâmide de Lederach, concebida como que flutuando nas correntes da vida. Se um dos lados estiver sobrecarregado, a construção virá abaixo. Da mesma forma, se um único aspecto for enfatizado em demasia no trabalho de conflito, como, por exemplo, a segurança, então a harmonia será enfraquecida, e a verdade e a justiça serão desestabilizadas. Aplicável a todas as combinações, o sistema desmorona assim que um ponto da bifurcação é alcançado. Pela mesma razão, uma construção virá abaixo, um barco vai adernar, quando os pisos superiores se apoiarem demasiadamente nas fundações; entretanto, trabalhar apenas nas fundações significa que nunca haverá um teto. Aplicada ao trabalho de conflito, essa metáfora enfatiza a importância de serem consideradas todas as inter-relações individuais e sociais no sistema do conflito, assim como todos os níveis da pirâmide. Afinal, nem mesmo o ornamento mais delicado sobreviveria se as paredes fossem instáveis ou se não estivessem assentadas numa fundação sólida. Assim, todas as camadas categorizadas anteriormente são relevantes. Enquanto trabalhamos numa, não deveríamos perder de vista as outras, pois o desequilíbrio entre elas pode fazer desabar o sistema inteiro. Para dar um exemplo extremo, poderíamos pensar em alguém trabalhando exclusivamente na camada espiritual e negligenciando as camadas sociais e intelectuais.

É possível fazer objeções e sugerir que o modelo da pirâmide, com seus níveis verticais, temas horizontais, camadas intrapessoais e interpessoais, todos conectados pelo desejo de harmonia, seja demasiado complexo para ter alguma aplicação prática. Essa objeção até pode ser justificada, em especial com relação à minha ênfase de que, quando consideradas num contexto relacional e situacional, elas não são categorias claramente distintas, mas apenas ferramentas comuns e sobrepostas para uma compreensão significativa. Entretanto, considerando-se que os sistemas sociais são inevitavelmente dinâmicos e, gostemos ou não, complexos, essa racionalidade tem um alcance extremamente limitado. Como consequência, o trabalho de conflito que toma como foco o epicentro do contexto em vez da superfície do episódio não deve se limitar a uma racionalidade reducionista. A complexidade das inter-relações sociais só pode ser descrita em termos transracionais. Por conseguinte, a pesquisa sobre paz transracional não pode limitar o uso de suas metodologias aplicadas à engenharia racional de conflitos. São necessários métodos que contemplem todos os aspectos da natureza humana porque todos esses definem os conflitos e a maneira de lidar com eles. Os trabalhadores de conflitos necessitam de um conjunto de ferramentas que lhes permita aplicar a racionalidade, e também de métodos que operem nas camadas sexuais, emocionais, mentais e espirituais correspondentes às camadas da família, comunidade, sociedade e plicidade. Esses métodos devem ser eficazes nas camadas subconscientes, conscientes e superconscientes. Encontramos essa caixa de ferramentas ideal na abordagem de John Paul Lederach à transformação elicitiva de conflito, que opera principalmente com as realidades presentes e suas inter-relações sistêmicas complexas. O recurso mais importante para o trabalho de paz sustentável é a teia relacional das pessoas envolvidas.

2. O QUE É TRANSFORMAÇÃO ELICITIVA DE CONFLITO?

O adjetivo "*elicitive*" não aparece em nenhum dicionário padrão da língua inglesa. Lederach (1995) deriva a palavra do verbo "*to elicit*", com o significado de induzir ou evocar. O termo foi usado em primeiro lugar na terapia Gestalt e na psicologia humanista como um sinônimo para "evocativo". Refere-se a processos nos quais os terapeutas oferecem uma moldura conceitual, mas não uma diretriz para a transformação do cliente (O'Connor; Seymour, 1992). Isso diz muito sobre seu uso nos estudos de paz e no trabalho de conflito aplicado. "Elicitivo" sugere, nesse contexto, que a energia relacional dos grupos em conflito oferece o método e a direção da transformação. A transformação elicitiva de conflito, portanto, traz à tona, realça e catalisa o conhecimento existente ou comunitariamente construído com relação à transformação de conflito entre indivíduos, grupos e comunidades, enquanto as abordagens prescritivas preferem modelos pré-fabricados. A definição de Lederach não propõe simplesmente um novo rótulo para técnicas antigas e objetivas. O termo refere-se de maneira fundamental à



mudança transracional no entendimento de paz e conflito (Dietrich, 2008, 2011). Mais precisamente, a transformação elicitiva de conflito é a consequência metodológica da filosofia da paz transracional.

Da abordagem metodológica origina-se uma compreensão do conflito, do trabalho de conflito e do perfil pessoal exigido para um trabalhador de conflito que difere, de forma significativa, das visões convencionais do trabalho de conflito e da transformação de conflito prescritiva que pode ser observada, por exemplo, nos manuais das missões da Organização das Nações Unidas (ONU). Não se trata aqui de disponibilizar manuais, remédios ou soluções pré-fabricadas; trata-se de acreditar na energia transformadora que brota das partes em conflito e de suas relações. E, de acordo com o princípio da ressonância, pressupõe que o trabalhador de conflito perceba essa energia e ofereça uma moldura adequada para a transformação sem assumir a liderança ou impor seus conceitos aos grupos em conflito.

A transformação elicitiva de conflito é um método, uma arte e uma ciência. Darei uma lista de algumas ferramentas práticas. Mas antes de fazê-lo, desejo falar sobre o treinamento de trabalhadores de conflito elicitivos, uma vez que esse método exige habilidades pessoais diferentes e mais sutis do que a abordagem prescritiva. Essa questão deve ser considerada nos programas de treinamento. Lederach (1997), já nos anos 90 do século passado, reivindicava um treinamento em *construção de capacidades e relacionamento estratégico*. Com base nisso, desenvolvemos na Universidade de Innsbruck, na Áustria, um programa de treinamento acadêmico que enfatiza, dentre outros aspectos, as habilidades de contato pessoal dos futuros trabalhadores de conflito. Extraímos dos princípios gerais da psicologia humanista alguns postulados e os ancoramos em nosso currículo. Portanto, o ABC dos pré-requisitos dos trabalhadores de paz elicitivos que promovemos na nossa abordagem consiste em:

- consciência (*A-wareness*) dos próprios limites físicos, emocionais, mentais e espirituais;
- equilíbrio (*B-alance*) entre a compaixão e autoproteção; e
- comunicação (*C-ommunication*) congruente.

Daí decorre que colocamos a personalidade do trabalhador de conflito no foco da atenção em nosso treinamento acadêmico. Consideramos o trabalhador de paz em atividade como um fator de equilíbrio, contudo nada mais do que apenas outro elemento, um “terceiro” (Ury, 2000) no conflito, que aqui é entendido relacionalmente como um sistema social disfuncional. Acredita-se que o trabalhador de paz jamais deverá ser neutro ou não-partidário, mas que, no melhor dos casos, dever ser partidário de todos. É requerida alta consciência do Self, da realidade circundante de dado cenário e dos conceitos de sua própria mente para que não se perca em fantasias, preconceitos e valores, mas seja capaz de ecoar as afirmações, comportamentos, sentimentos, carências e exigências das partes.

As raízes da transformação elicitiva de conflitos na psicologia humanista podem ser facilmente identificadas nesses postulados. Permitam-me recordar as características dos autorrealizadores que Abraham Maslow (1970), um dos fundadores da psicologia humanista, apresentou no final dos anos 60 do século XX. Não entrarei no debate metodológico acerca de sua obra, porque em Innsbruck não estamos interessados na discussão sobre quem foi historicamente ou está nesta época autorrealizado, mas usamos a lista de Maslow como se fosse um tipo de orientação, bem conscientes de que poucos alcançam isso. Aceitamos que, embora todos teoricamente sejamos capazes de autorrealização, a maioria de nós não o fará ou, se sim, apenas num grau limitado. Além disso, Maslow (1970) afirmou que não há seres humanos perfeitos, ou seja, não equipara autorrealização com perfeição. A autorrealização envolve unicamente atingir o próprio potencial. Portanto, não alegamos criar pessoas que sejam percebidas como homens ou mulheres superiores, da categoria de Gandhi, Albert Schweitzer, Martin Luther King, Nelson Mandela ou Madre Teresa, mas oferecemos uma moldura conceitual possibilitando que nossos alunos testem seu



potencial e vislumbrem caminhos para suas autorrealizações. As pessoas alcançam a autorrealização sempre da sua própria exclusiva maneira, mas há uma tendência de que compartilhem certas características. Maslow identifica 15 características dos autorrealizadores. Eu as amplio com um aspecto intercultural e as enumero aqui, um pouco modificadas, como as 20 virtudes centrais dos trabalhadores de paz elicitivos de acordo com nossa experiência da última década.

Trabalhadores de conflito elicitivos:

1. percebem a realidade eficientemente e têm tolerância à incerteza e ao estresse;
2. aceitam a si mesmos, aos outros e à natureza humana da maneira que se apresentam;
3. são espontâneos, naturais e genuínos em ação e pensamento;
4. são centrados no problema e não precisam de muitos elogios e popularidade;
5. são capazes de concentrar-se intensamente e têm senso de humor construtivo;
6. são benevolentes, solidários, pacientes e preocupados com o bem-estar dos outros;
7. fazem as coisas de maneira criativa, mesmo quando não têm muito talento para elas;
8. são capazes de adotar ou abandonar as convenções, embora não sejam propositalmente não convencionais;
9. são independentes, autossuficientes e autônomos;
10. apreciam experiências simples e corriqueiras;
11. estabelecem relacionamentos, amizades e amor interpessoais satisfatórios com algumas pessoas;
12. sentem uma certa necessidade por privacidade e solidão;
13. são democráticos e não preconceituosos;
14. mantêm padrões éticos sólidos, embora não necessariamente num sentido convencional;
15. são capazes de se desapegar da sua própria cultura;
16. conseguem adotar ou abandonar convenções culturais;
17. são capazes de comparar culturas sem julgamento ou atribuição de culpa;
18. aperfeiçoam suas energias e qualidades constantemente;
19. tratam os conflitos como construções da mente e não como fatos objetivos que poderiam ser consertados com os remédios apropriados; sabem que os conflitos (somente) podem ser desconstruídos na mente das partes (seres humanos);



20. conhecem as “experiências culminantes”: os sentimentos de êxtase, deslumbramento e contemplação, a perda de localização no tempo e no espaço.

Embora a maioria dessas características sejam simultaneamente sabedoria popular e cientificamente testadas, o último ponto poderia surpreender, porque parece indicar mais uma direção espiritual ou religiosa individual do que um trabalho de paz aplicado a comunidades e sociedades. Trata-se, entretanto, de uma decorrência necessária do sistema de camadas transracionais que discuti anteriormente. Tendo em vista que a consciência espiritual-politória origina-se da experiência, os seres humanos entram neste mundo de tempo e espaço como folhas numa árvore (Naranjo, 2005). Isso faz a diferença no sentir, pensar, falar e agir para as abordagens morais, modernas e pós-modernas. Isso acalma os medos arcaicos pela vida ou pela sobrevivência e une as pessoas com a existência. Portanto, a procura pela experiência de paz na transformação elicitiva de conflito iguala-se à busca espiritual pela experiência culminante no misticismo.

É possível afirmar que a transformação elicitiva de conflito tem muito a ver com coragem: atrever-se a novas tarefas e métodos e arriscar-se a fracassar; não ter medo de expressar os pensamentos e sentimentos e arriscar-se a se tornar impopular; combinar elementos narrativos de maneira não convencional ou inesperada e com bom humor; e aceitar a intuição como um aspecto legítimo da própria personalidade, que não necessariamente apresenta o mesmo padrão comunicativo da razão. Os trabalhadores de conflito elicitivos compartilham a determinação de encontrar ordem em situações caóticas, o interesse em descobrir problemas incomuns assim como meios e maneiras de transformação, a habilidade de fazer novas conexões e desafiar pressupostos tradicionais, a habilidade de equilibrar criação de ideias com julgamento e teste, o desejo de estender as fronteiras de sua competência e, além disso, também são mais motivados pela tarefa em si do que pelas recompensas externas como dinheiro, avaliações ou reconhecimento.

Esses são tanto o objeto como o método de nosso treinamento em transformação elicitiva de conflito, e tentamos inspirar em nossos alunos a confiança de que serão capazes de aplicá-los quando se tornarem praticantes no campo do trabalho de conflito. Porém, mesmo que o lúdico e a intuição sejam um bom começo para o trabalho de conflito, também é bom estar equipado com uma caixa de ferramentas de métodos testados e estar estruturado desde o início para ser flexível quando as inevitáveis surpresas do trabalho de conflito surgirem.

3. MÉTODOS, FERRAMENTAS E PRINCÍPIOS

O conjunto de ferramentas dos métodos aplicáveis na transformação elicitiva de conflito abrange praticamente todas as técnicas conhecidas orientadas para a respiração, a voz e o movimento que têm sido desenvolvidas no âmbito da psicologia humanista, yoga, artes marciais, dança, meditações dinâmicas, psicodrama, teatro expressivo e outras mais. Norbert Koppensteiner apresenta alguns deles de modo mais extenso. Outros podem ser encontrados em Dietrich, 2011 (em alemão) e 2013 (mesma publicação traduzida para o inglês). Portanto, enumero aqui sem maiores explicações apenas alguns exemplos, como respiração holotrópica, *clarity process*, vipassana, monólogo e diálogo intuitivos, paralinguística, mantra, escuta ativa, comunicação não-violenta, interação centrada no tema, *five rhythm dance*, butô, capoeira, aikido, teatro do oprimido, teatro para a vida, para ficar apenas com alguns.

Oferecemos treinamento básico nesses métodos para os nossos alunos em Innsbruck, mas cada uma dessas técnicas exige muito tempo e prática antes que alguém possa ser considerado um mestre. E ninguém pode ser mestre em todas. Entretanto, conhecer e experimentar algumas delas é decisivo no trabalho de conflito elicitivo. A aplicação de uma específica técnica num conflito deve ser avaliada no local, e a responsabilidade é assumida pelo trabalhador de conflito, que recorrerá à sua própria experiência para decidir se a técnica concreta escolhida é a ferramenta adequada. Porém, temos observado que



o conhecimento das técnicas aumenta imensamente a fantasia metodológica do trabalhador de conflito. Elas os tornam exploradores, cientistas e artistas do trabalho de conflito. Ou seja, mediante o conhecimento e a vivência de muitas dessas técnicas, os trabalhadores de conflito ficam inclinados a explorar e experimentar com novos métodos contextuais derivados da situação e da relação com as partes em conflito. É exatamente o que indica o princípio elicitivo da ressonância. Essa habilidade e coragem caracterizam trabalhadores de conflito qualificados. E os tornam capazes de oferecer uma moldura conceitual adequada para as partes em conflito de modo a explorar novas opções e alternativas para a sua interação-transformação. Pois se considera que só é possível falar sobre transformação de conflito bem sucedida quando os grupos elaboram por si mesmos e, por fim, concebem pelo menos três opções (novas) para sua interação, sentindo-se livres para escolhê-las ou rejeitá-las sem temer punição ou desejar recompensa (Satir, 1991).

Na medida em que defendemos o princípio da Interação Centrada no Tema (Cohn, 2004), segundo o qual é necessário ser estruturado para que seja flexível na transformação de conflito, desenvolvemos um método específico que chamamos de *mapeamento elicitivo de conflito*. Esse é o assunto principal do volume três da minha trilogia *Muitas Pazes*, sobre pazes transracionais e transformação elicitiva de conflito. Josefina Echavarría Álvarez apresenta essa ferramenta, brevemente, neste volume. O mapeamento elicitivo de conflito não é igual ao mapeamento do conflito convencional. É uma ferramenta para achar e conservar a orientação no trabalho de conflito aplicado. Consiste numa ajuda ao trabalhador de conflito na análise das relações disfuncionais para encontrar equilíbrio na confusa teia de temas, níveis e camadas da pirâmide do conflito. Metodologicamente, origina-se mais do mapeamento mental do que do tradicional mapeamento da crise ou do conflito. Nosso método fundamenta-se nos três princípios: correspondência, ressonância e homeostase.

A correspondência é um princípio tântrico segundo o qual tudo o que acontece entre os indivíduos tem seu equivalente nas pessoas. Assim, a narrativa sobre um conflito interpessoal revela muito ao trabalhador de paz elicitivo acerca dos processos, energias e bloqueios internos das partes envolvidas. Deve-se considerar que toda alteração das questões e relações externas exerce um impacto na condição interna das pessoas envolvidas e vice-versa. A energia de qualquer conflito, como uma questão estritamente relacional, sempre vai encontrar seu fluxo ao longo dessas linhas. O trabalho de conflito, portanto, pode ser iniciado com as camadas pessoais como com as relacionais. O trabalhador de conflito tem apenas que manter o princípio da correspondência em mente e aplicá-lo ao prover a moldura estrutural para o esforço de transformação e, eventualmente, ao oferecer estímulos.

A ressonância também é um princípio tântrico que se aplica em primeiro lugar nas relações dos grupos conflitantes. Ou seja, num conflito nós veremos e ouviremos uma narrativa expressa sobre as controvérsias na superfície, mas as partes simultaneamente ressoam umas com as outras em todas as camadas às quais me referi no primeiro capítulo deste ensaio. Uma vez que essas camadas estão interconectadas e influenciam umas às outras, descobriremos que a força motriz de um conflito raramente é o assunto do episódio na superfície, mas um bloqueio ou irritação em uma das camadas mais profundas. A energia da vida deriva-se do epicentro e se irradia por todas as camadas da existência até tornar-se visível na superfície do episódio. Essa irradiação é influenciada por todos os aspectos dos encontros e relações humanas. Se for bloqueada ou irritada, nós a percebemos como um conflito. Por conseguinte, a transformação elicitiva de conflito tenta descobrir os aspectos conflitantes o mais próximo possível do epicentro. Já que o transformador de conflito também é um ser humano, ressoará da mesma maneira com as partes. Assim, são muito importantes a autoconsciência e a consciência do que existe em torno, assim como dos próprios conceitos presentes naquele momento. É por isso que habilidades sutis de interação são fundamentais para os trabalhadores de conflito, pois é inevitável que se tornem um novo elemento do sistema social disfuncional e o alterem com sua mera presença. É preciso, portanto, que tenham consciência do efeito de sua presença, como se relacionam com as partes envolvidas e mudam seu ambiente e relações. Um trabalhador de conflito elicitivo bem treinado contribuirá para o equilíbrio do sistema, enquanto atores sem consciência podem danificar e destruir ainda mais.



Por fim, homeostase é um termo técnico que adotamos da *Teoria Geral de Sistemas* (Bertalanffy, 1968), que descreve a propriedade de um sistema que regula seu ambiente interno e tende a conservar uma estabilidade dinâmica. Os conflitos resultam do distúrbio da homeostase nos sistemas sociais. A transformação elicítiva de conflito, por isso, contribui para uma mudança gradual do desequilíbrio homeostático em um sistema social por meio da busca do restabelecimento do equilíbrio em todas as camadas, níveis, e entre todos os temas, com plena consciência de que, devido ao caráter dinâmico dos sistemas sociais, o equilíbrio não é um status final alcançável, mas tão somente um farol que orienta na ação.

Esses três princípios, baseados na filosofia transracional, são as principais ferramentas para o mapeamento elicitivo de conflito. São úteis para traçar um mapa do conflito, compreender sua “paisagem”. De certo modo, equivalem a bússola, sonar e mapa para o trabalhador de conflito, ajudando-o a fazer uma imagem do conflito. É útil porque dá orientação. Mas ainda é preciso enfatizar que o mapa turístico não é a paisagem; o mapa do conflito não é o conflito, é uma ferramenta útil. Ainda é preciso toda arte e ciência para que o trabalhador de conflito se movimente e atue no conflito social real. Por essa razão, consideramos fundamental o treinamento de todas as virtudes mencionadas acima antes que o trabalhador de conflito possa se envolver nos problemas dos outros.

CONCLUSÃO

A transformação elicítiva de conflito é um princípio operacional que se ancora nos insights da filosofia da paz transracional e oferece o mapeamento elicitivo de conflito como ferramenta para o trabalho de conflito aplicado. Os seguintes princípios são os ingredientes fundamentais para esse tipo de trabalho de conflito: 1) correspondência das camadas intrapessoais e interpessoais; 2) homeostase entre os temas gerais de dado conflito; e 3) ressonância entre as partes, assim como entre o trabalhador de conflito e cada um dos participantes em todas as camadas. É aplicável em todos os níveis da sociedade – líderes de cima, nível médio e base popular, pois todos são atores humanos envolvidos pelo sistema mundial global. Em consequência, esse método reconhece a importância das necessidades materiais básicas para a vida humana e, portanto, para as relações humanas, porém pressupõe que os conflitos são raramente desencadeados apenas por uma falta de equilíbrio na distribuição de recursos ou por um simples choque de interesses materiais, seja num contexto individual, comunitário, societal ou global. Baseia-se, muito mais do que isso, na crença de que os conflitos são criados nas mentes dos seres humanos. Portanto, todos os aspectos da natureza humana, não apenas os materiais, devem ser considerados no trabalho de conflito aplicado, uma vez que os conflitos somente podem ser transformados nas mentes dos seres humanos, como tão bem declara a Unesco (1945) no preâmbulo de sua constituição.

Tradução de Neuza L. R. Vollet.

REFERÊNCIAS

BERTALANFFY, Ludwig von. *General system theory: foundations, development, applications*. New York: Georg Braziler, 1968.

BHARATI, Swami Veda. *Yoga-sūtras of Patañjali: with the exposition of Vyāsa*. Honesdale: The Himalaya Institute, 1986. (Samādhi-pāda, 1).

COHN, Ruth. *Von der Psychoanalyse zur themenzentrierten Interaktion: von der Behandlung einzelner zu einer Pädagogik für alle*. Stuttgart: Klett-Cotta, 2004.



DIETRICH, Wolfgang. *Variationen über die vielen Frieden*: Band 1: Deutungen. Wiesbaden: Springer VS, 2008. [Tradução em inglês: *Interpretations of peace in History and culture*. London: Palgrave Macmillan, 2012. (Many Peaces, 1).

_____. *Variationen über die vielen Frieden*: Band 2: Elicitive Konflikttransformation und die transrationale Wende in der Friedenspolitik. Wiesbaden: Springer VS, 2011. [Tradução em inglês: *Elicitive conflict transformation and the transrational turn in peace politics*. London: Palgrave Macmillan, 2013. (Many Peaces, 2).]

GALTUNG, Johan. Cultural violence. *Journal of Peace Research*, London, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

LEDERACH, John Paul. *Preparing for peace: conflict transformation across cultures*. Syracuse: Syracuse University Press, 1995.

LEDERACH, John Paul. *Building peace: sustainable reconciliation in divided societies*. Washington: United States of Peace Press, 1997.

LEDERACH, John Paul. *The little book of conflict transformation: clear articulation of the guiding principles by a pioneer in the field*. Intercourse: Good Books, 2003. [Tradução em português: *Transformação de conflitos*. São Paulo: Palas Athena, 2012.]

MASLOW, Abraham. *Motivation and personality*. New York: Harper & Row, 1970.

NARANJO, Claudio. *The one quest: a map of the ways of transformation*. Nevada City: Gateways Books, 2005.

O'CONNOR, Joseph; SEYMOUR, John. *Neurolinguistisches Programmieren: Gelungene Kommunikation und persönliche Entfaltung*. Freiburg: VAK Verlag, 1992. [Tradução em inglês: *Introducing neuro-linguistic programming: psychological skills for understanding and influencing people*. London: Mandala, 1990.]

QUITMANN, Helmut. *Humanistische Psychologie*. Göttingen; Bern; Toronto; Seattle: Hogrefe, 1996.

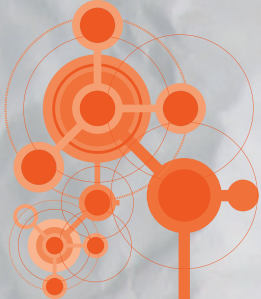
RUPPERT, Franz. *Verwirrte Seelen: Der verborgene Sinn von Psychosen: Grundzüge einer systemischen Psychotraumatologie*. Munich: Kösel, 2002.

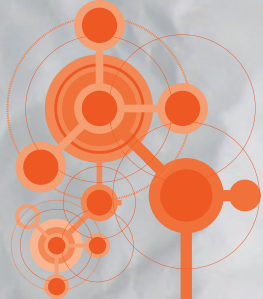
SATIR, Virginia et al. *The Satir model: family therapy and beyond*. Palo Alto: Science and Behaviour Books, 1991.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *The UNESCO Constitution*. London: Unesco, 1945. Disponível em: <<https://bit.ly/1eGNuND>>. Acesso em: 15 maio 2013.

URY, William. *The third side: why we fight and how we can stop*. New York: Penguin, 2000.

WILBER, Ken. *Sex, ecology, spirituality: the spirit of evolution*. Boston: Shambala Publications, 1995.





Sexualidad y reconocimiento como apuestas a la transformación de la securitización en El Salvador: una reflexión transracional

Sexualidade e reconhecimento como apostas para a transformação da segurança em El Salvador: uma reflexão transracional

Sexuality and recognition as bets for the transformation of security in El Salvador: a transrational reflection



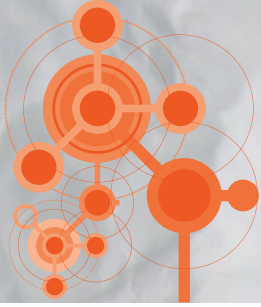
Josefina Echavarría Alvarez

- Doctora en Paz, Conflictos y Democracia de la Universidad Jaime I.
- Profesora Senior en la Unidad para Estudios de Paz y Conflictos y Directora de InnPeace – Centro de Investigación de Paz y Conflictos – de la Universidad de Innsbruck.
- Profesora invitada a varios centros, incluyendo las universidades Javeriana de Cali y de Antioquia, en Colombia, la Universidad Nacional de Ruanda y la Universidad Friedrich-Schiller en Jena, Alemania.
- Autora de *In/Seguridad en Colombia: escribiendo las identidades políticas en la política de Seguridad Democrática* (2010).
- Editora de las series “Masters of Peace” e “Investigaciones: Forschungen zu Lateinamerika”.
- Coeditora del *Manual internacional Palgrave de estudios de paz: una perspectiva cultural* y de *Resonancias transracionales: ecos a las muchas paces*.
- josefina.echavarria@uibk.ac.at



Erika Julieta Rojas Ospina

- Doctoranda del Programa de Estudios Internacionales de Medio Ambiente y Desarrollo de la Universidad Noruega de Ciencias de la Vida.
- Maestría en el programa Paz, Desarrollo, Seguridad y Transformación de Conflictos Internacionales.
- Especialista en Estudios de la Paz y Transformación de Conflictos por la Escuela Aman de Estudios para la Paz y Transformación de Conflictos.
- Especialista en Construcción de la Paz y Transformación de Conflictos por la School for International Training.
- erika.rojas@nmbu.no



Resumen

El reconocimiento de la diversidad sexual y de género es indispensable para contribuir a la construcción de la paz y a la transformación de conflictos en toda sociedad, aún más en la posguerra en El Salvador. Este ensayo mapea el caso de violencia contra mujeres *trans* en San Luis Talpa, ofreciendo un análisis elicitivo que visibiliza las profundas relaciones de género y sexualidad que subyacen a la reproducción de la violencia en la seguridad moderna.

PALABRAS CLAVE: PAZ TRANSRACIONAL • MAPEO DE CONFLICTOS • TRANSFORMACIÓN ELICITIVA • EL SALVADOR • DIVERSIDADES SEXUALES Y DE GÉNERO.

Abstract

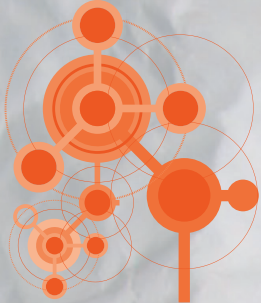
The recognition of sexual diversity and gender is essential to contribute to peacebuilding and conflict transformation in society as a whole, especially in the postwar society of El Salvador. This essay maps cases of violence against transgender women in San Luis Talpa and offers an elicitive analysis that depicts the deep gender relations and sexuality that hide the reproduction of violence in modern security.

KEYWORDS: TRANSRACIAL PEACE • ELICITIVE CONFLICT MAPPING • ELICITIVE CONFLICT TRANSFORMATION • EL SALVADOR • SEXUAL AND GENDER DIVERSITY.

Resumo

O reconhecimento da diversidade sexual e de gênero é indispensável para contribuir com a construção da paz e da transformação de conflitos em toda a sociedade, principalmente na sociedade pós-guerra em El Salvador. Este ensaio traça um mapa sobre o caso de violência contra mulheres *trans* em San Luis Talpa e oferece uma análise elicitiva que visibiliza as profundas relações de gênero e sexualidade que dissimulam a reprodução da violência na moderna segurança.

PALAVRAS-CHAVE: PAZ TRANSRACIONAL • MAPEAMENTO DE CONFLITOS • TRANSFORMAÇÃO ELICITIVA • EL SALVADOR • DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO.



INTRODUCCIÓN

El Salvador es uno de los países no-en-guerra más violentos del mundo. La tasa de homicidios es considerada epidémica aun cuando ha disminuido de 104 homicidios por cada 100 000 habitantes en 2015 a 60 en 2017 (Clavel, 2018). La violencia y los altos niveles de impunidad parecen un triste legado de la guerra civil que por 12 años aterrorizó a los pobladores de este país, hasta su conclusión en 1992. Sin embargo, para la posguerra no se propuso la transformación colectiva de los ciclos de violencia, la creación de memoria o la promoción de culturas no-violentas (Velásquez Estrada, 2015). En cambio, se impuso el indulto, el olvido, y se legitimó el uso de la violencia estatal a partir de medidas represivas de seguridad.

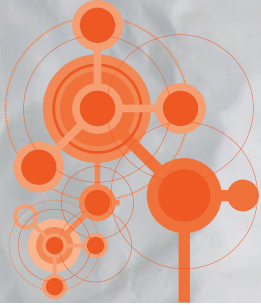
Los enfoques de seguridad en la postguerra han reproducido una división pública/privada de las expresiones de violencia, que obedece a una construcción jerárquica, androcéntrica y patriarcal de los géneros y de las relaciones de poder en la sociedad (Hume, 2008). De esta manera, la narrativa pública de seguridad sólo se centra en las tasas de homicidios, predominantemente de hombres, como la medida de los niveles de violencia de la sociedad (Zulver, 2016, p. 172). Esta narrativa falla en reflejar los impactos diferenciados que la violencia tiene en mujeres, en hombres periféricos¹ y en otras expresiones de género, eliminando del debate público e inscribiendo en el ámbito privado formas de violencia asociadas al género (Red Feminista Frente a la Violencia contra las Mujeres, 2016). Como consecuencia, las políticas públicas en materia de seguridad se enfocan en la reducción de la criminalidad como bastión de lucha contra la violencia, y se olvidan de las condiciones socioeconómicas de la población y de otras formas de violencia que no se expresan, necesariamente, en el lenguaje de la criminalidad. Se da prioridad, entonces, a las prácticas represivas policiales hombre-céntricas (concentradas en problemas de ciertos hombres), hombre-genéricas (sin reconocer las vulnerabilidades de ciertos grupos de hombres) y hombre-estáticas (asumiendo que los hombres no cambian) (Barker; Greene, 2011, p. 24-27). Paradójicamente, las cifras de violencias y las políticas represivas dicen no estar “generadas”, es decir, se presentan como “neutrales”. Esta paradoja está en el corazón de las ineffectividades de las políticas represivas mismas, puesto que al no reconocer el carácter “generado” de su propio enfoque, las diferentes violencias “generadas” no pueden ser adecuadamente enfrentadas y desarticuladas.

Utilizamos el caso San Luis Talpa como ejemplo para exponer la necesidad de considerar el género y la sexualidad para un análisis efectivo y completo de la transformación de conflictos, con el ánimo de disminuir la violencia. En la noche del 18 de febrero del 2017, Yasuni Orellana y Daniela Rodríguez fueron asesinadas mientras salían de una fiesta en San Luis Talpa, municipio en el departamento de La Paz, en El Salvador. Dos días después, el cuerpo de Elisa Castillo, presuntamente secuestrada después de asistir al entierro de Yasuni y Daniela, fue encontrado en la antigua carretera que lleva a la capital del departamento. Yasuni, Daniela y Elisa eran mujeres transexuales, o *trans*, como se conoce a las personas que han transformado su apariencia física y biológica para adecuarse al género con el que se identifican psicológica, espiritual y socialmente (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2015).² La Fiscalía reportó los hechos criminales como “el asesinato de hombres vestidos de mujer”.

El caso San Luis Talpa pudo haber sido silenciado entre tantas noticias de homicidios, pero estuvo presente en la opinión pública por el hecho de poner en la arena de discusión los crímenes de odio perpetrados en contra de las diversas expresiones

¹ Hombres periféricos o no-hegemónicos hace referencia a hombres y masculinidades que se desvían de los ideales de hombrías heterosexuales y con alta capacidad de poder en la sociedad, pueden ser “hombres no heterosexuales, hombres que son minusválidos y hombres de grupos étnicos marginalizados”, entre otros (Barker; Greene, 2010, p. 36).

² El transgenerismo o *trans*, es un término “paraguas” para describir diferentes variables de la identidad de género basadas en la no-conformidad entre el sexo biológico y la identidad de género de la persona. Las personas transexuales han transformado su apariencia física y biológica para adecuarse a su identidad de género a partir de intervención médica –hormonal, quirúrgica, o ambas. Sin embargo, las personas *trans* no requieren necesariamente de intervenciones externas para construir su identidad de género (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2015, p. 111).



sexuales y de géneros. El hecho de que no fueron catalogados como “crímenes pasionales”, como pasa en la mayoría de los casos de asesinatos de personas LGBTI, sino como “el asesinato de hombres vestidos de mujer”, abrió especialmente el debate sobre el reconocimiento a la identidad de las personas trans, y los diferentes tipos de violencia que sufre esta población dentro de la ya reconocida violencia feminicida. Adicionalmente, puso el dedo en la llaga sobre el contexto de impunidad que ronda los crímenes de esta naturaleza.

El caso fue condenado por diversos grupos de defensa de derechos humanos de la población LGBTI en El Salvador y otros países Centro Americanos, y por la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH), quienes increparon al Estado, especialmente a la Procuraduría de Derechos Humanos de El Salvador (PDDH), por su silencio. Adicionalmente, interpellaron a la justicia salvadoreña por no aplicar la reforma del artículo 129 del Código Procesal Penal, en donde se mandata la investigación y sanción de crímenes de intolerancia y odio cometidos en contra de expresiones e identidades diversas de sexualidad y género.

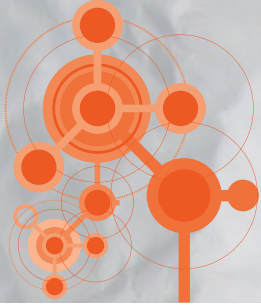
El 27 de Julio, la Policía, como parte de un operativo ordenado por la Fiscalía, capturó a ocho pandilleros en San Luis Talpa por el asesinato de dos de las tres mujeres trans. El tercer caso aún está indeterminado. Aun así, hasta ahora no hay personas que hayan sido condenadas por crímenes de odio. Tampoco ha disminuido la violencia contra esta población.

Más allá de la violencia física que sufrieron las mujeres trans en este caso, hay también violencia estructural y cultural asociada a la falta de reconocimiento de la identidad de género o sexual, que resulta en discriminación y violencia social y política. De acuerdo con la defensora de derechos LGBTI, Karla Avelar, la falta de reconocimiento legal de su identidad limita la ciudadanía de las personas trans y el goce de sus derechos, dificultando así el acceso a educación, salud, trabajo, vivienda, servicios bancarios, sufragio, y movilidad (La raíz..., 2017, pt. 2:27-3:33). Así mismo, durante un grupo focal organizado con mujeres trans en San Salvador, fue recurrente escuchar en sus narrativas que el rechazo cultural genera inestabilidad social y marginación, que las lleva a ser abandonadas o a alejarse de sus familias desde una temprana edad, y a vivir en la calle ejerciendo el trabajo sexual como una forma de sobrevivencia.

Según el *Informe sobre la Situación de Derechos Humanos de las Mujeres Trans en El Salvador*, el 85% de las mujeres trans ejerce o ha ejercido el trabajo sexual como medio de subsistencia y tienen en promedio ingresos económicos por debajo de US\$180 al mes,³ y menos del 5% trabaja en el sector privado. Muchas de estas mujeres reconocen que se le ha negado trabajo debido a su expresión de género. Adicionalmente, el hostigamiento, la estigmatización, la violencia y la exclusión también los experimentan en la educación, generando altos niveles de deserción escolar, llevando sólo al 36% de las mujeres trans a terminar la educación secundaria (bachillerato) (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2015, p. 28-30). Adicionalmente, debido a los riesgos asociados a su situación socioeconómica y legal, su expectativa de vida es de 35 años en Centro América (Comisión Interamericana de Derechos Humanos 2015, p. 15) y 33 años en El Salvador, de acuerdo con los datos de las organizaciones trans salvadoreñas.

De la mano de la invisibilidad de género de los datos, en El Salvador estos fenómenos de violencia se han enmarcado dentro de un discurso de securitización. La securitización hace referencia al movimiento de tomar asuntos conflictivos de ámbitos discursivos de políticas democráticas ordinarias, como pueden ser los ámbitos económicos, políticos, ambientales y sociales, para insertarlos dentro de la lógica de la seguridad del Estado. Este movimiento tiene una serie de condiciones y consecuencias bastante negativas para la transformación de conflictos, puesto que una vez que ciertos fenómenos se consideran “cuestiones de seguridad” para el Estado –y por lo tanto de interés nacional– dejan de estar bajo el escrutinio

³ Las cifras presentadas son del año 2015. En este año el salario mínimo de referencia en el área urbana era de USD\$251.70, y el valor de la canasta básica alimentaria era de USD\$133.51. Para más información, véase Observatorio del Derecho Humano a la Alimentación en Centroamérica (2014).



público, se aducen secretos y razones de Estado que están más allá del debate político y, por lo tanto, se hace inherente un trato no-democrático del asunto en que fácilmente se justifica la violencia estatal (Echavarría, 2010, 2014).

El reacomodamiento de estos crímenes sexuales en El Salvador a lo largo de los discursos de seguridad estatal y nacional asimismo ha hecho que la vida de las personas que mueren a causa de la violencia se haya cosificado, y sus contextos socioeconómicos, se hayan invisibilizado y se utilizan para justificar la necesidad de continuar librando la guerra contra las pandillas. De lo anterior se desprende que la resolución de conflictos que se intenta con la securitización de la violencia degenerada se concentra en “solucionar” casos específicos, parar la violencia que amenaza la supervivencia estatal y castigar a los culpables individuales, sin preocuparse por el trasfondo en las dimensiones personales, estructurales, relacionales y culturales que alimentan y nutren las conflictividades que observamos. De allí que la resolución de conflictos dentro de un marco de securitización sea de horizontes y profundidad limitadas.

Contraria a esta mirada de resolución, en los estudios de paz encontramos propuestas teóricas y prácticas de transformación elicativas, es decir, transformaciones que se evocan, se proponen y se construyen con las personas directamente involucradas en los conflictos, y que les apuntan a cambios en los trasfondos violentos, incluyendo las maneras en que los géneros y las sexualidades anclan y, a su vez, se reproducen en las aristas violentas. En las aproximaciones elicativas no sólo nos interesa tratar los temas o episodios conflictivos que requieren una resolución (por ejemplo, parar la violencia personal y relacional en un momento específico), sino que buscamos trabajar en capas más profundas de los conflictos, donde añoramos transformar el epicentro de la conflictividad. Mientras que el episodio es la expresión más visible de un conflicto, el epicentro “es la red de patrones relacionales, a menudo suministrando una historia de un episodio vivido, desde el cual emergen nuevos episodios y asuntos” (Lederach, 2003, p.31). En otras palabras, nos interesa entrever y transformar las relaciones que crean patrones que, a su vez, crean las estructuras e instituciones entendidas como la materialización de los patrones (Diamond, 1997, p. 46). Si efectivamente enfocamos el análisis y la transformación de los conflictos en el epicentro, vemos que aquello que sale a la superficie (que se puede ver y medir) sólo es la punta del iceberg de la conflictividad más profunda (Lederach; Neufeldt; Culbertson, 2007, p. 18).

En el particular caso de El Salvador, nos preguntamos entonces: *¿Qué revela el asesinato de tres mujeres trans sobre la sexualidad y el género en el epicentro de las violencias securitizadas en El Salvador?* Apuntamos así al entramado de relaciones humanas en esta sociedad que no se tejen únicamente a partir de las violencias, sino también de las paces, de las muchas, diversas y plurales nociones de convivencia pacífica. Consideramos que una posible salida a la miopía securitizada y resolutive puede ser visibilizar las profundas relaciones de género y sexualidad que subyacen en la reproducción de la violencia.

MARCO TEÓRICO

Como mencionamos en la introducción, buscamos comprender los conflictos desde un ángulo alternativo, que procederemos a explicar adelante. Se trata de una apuesta conceptual, práctica y pedagógica de la Escuela de Paz de Innsbruck, donde se reúnen el Programa de Maestría y la Cátedra UNESCO en Estudios de Paz de la Universidad de Innsbruck, en Austria. El pensamiento de la Escuela ha estado liderado por Wolfgang Dietrich, para quien la investigación para la paz no se trata simplemente de anunciar que la paz es pensada, vista, imaginada y vivida de manera heterogénea, sino defiende que la investigación para la paz debe ir más allá y ocuparse de mostrar *cómo* se viven las diferentes paces a lo largo de la historia y en diversos contextos culturales, *cómo* se relacionan entre sí las diferentes nociones de paz y estudiar sus implicaciones para la transformación práctica de conflictos.

Al respecto, Wolfgang Dietrich (2012) dice que encuentra cinco categorías o familias distintivas de paz que están abiertas a un ordenamiento espacial y temporal: i) las nociones energéticas de paz, que evocan la armonía en cuanto a que son paces que



emergen en relaciones que están en equilibrio, alineando a los seres humanos, a la naturaleza y al cosmos; ii) las nociones morales de paz, que contrastan porque son paces que se originan en cosmovisiones donde prima la justicia sobre la armonía, paces que intentan alcanzar la paz luchando para que el bien triunfe sobre el mal, de allí que se centren con frecuencia en el valor de la justicia misma; iii) paces modernas, que se distancian de creencias religiosas porque intentan fundar la paz en la razón, vislumbrando la construcción de paz como una cuestión de manejo y resolución de conflictos por medio de mayores niveles de progreso, civilización, desarrollo y seguridad; iv) paces posmodernas, que descreen de las promesas de mejoramiento de los seres humanos al compás de cosmovisiones Eurocéntricas y, por rechazarlas, se embarcan en la búsqueda de paces culturalmente ancladas en realidades cambiantes, híbridas y locales.

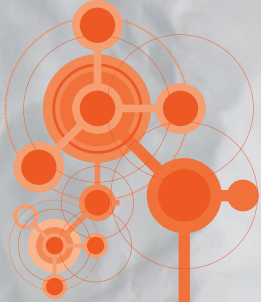
Finalmente, Wolfgang Dietrich (2012) propone que la paz como proyecto social necesita de todas estas paces, de los valores mismos de la armonía, de la justicia, de la seguridad y de la verdad, pero que al combinarlos de manera holística no implican una superación sino una *distorsión* en el sentido heideggeriano de *verwinden*.⁴ Esto da vida a lo que se ha llamado un concepto transracional de paz, puesto que integra la racionalidad de las ciencias modernas, junto con la espiritualidad y la aceptación de una pluralidad de verdades, que resultan de la misma contextualización de la paz.

En cada una de estas categorías de paz, la sexualidad y el género son comprendidas de forma diversa. En las paces energéticas, el principio de la Gran Unión de lo masculino y lo femenino expresa precisamente la paz misma, "tal como lo encontramos en taoísmo en la relación de *Yin y Yang*, en hinduismo como *Shiva y Shakti*, o en Vudú como *Ayida y Dambahla*. Las deidades gemelas *Freyr y Freya* de los Vanir nórdicos representan directamente el antaño placer como principio de la fertilidad y de la paz; y *Pax y Mars*, antes de sus connotaciones imperiales, eran el símbolo femenino y masculino de la fertilidad, *Pax* en la agricultura, *Mars* en la ganadería. Los dos juntos daban como resultado la paz" (Dietrich, W., 2009, p. 7).

Las connotaciones de sexualidad y género en la categoría de paz moral, sin embargo, se distancian de nociones energéticas y, aunque lo femenino y lo masculino continúan siendo comprendidas dentro de una cosmovisión orgánica, comienzan a perfilarse como opuestos en una relación dualística. Un ejemplo de ello puede ser la reinterpretación de la Pax Romana, que toma su significado pre-imperial de Diosa de la Fertilidad y la convierte en la Diosa de la Paz del Imperio, que era venerada – junto con la Diosa de la Victoria – como Paz Romana de la Victoria (Dietrich, W., 2009, p. 10). En esta categoría, vemos cómo la paz se desprende de su carácter cambiante y contextual para convertirse en una paz normativa y de dominación. Mientras que en concepciones energéticas lo masculino y lo femenino se necesitan mutuamente para alcanzar un equilibrio dinámico, en la paz moral el triunfo de la justicia o de la norma es planteado como la instauración de la paz. La paz, pues, implica que los géneros también deben entenderse en una relación de dominación en la que la destrucción de lo opuesto es idealizada. La veneración de los Dioses en las religiones monoteístas, que caracterizan las paces morales, instauran además la idea de que lo masculino es aquello que debe prevalecer sobre lo femenino, puesto que de allí se confieren también los valores morales que deben regir el bien.

En un marco de paz moderna, donde prima la idea de un ser humano autónomo, razonable y separado de la naturaleza, género y sexualidad se presentan como cualidades inalienables del individuo. Al ser los hombres masculinos quienes se identificaron primordialmente con la idea de razón e individualidad, los géneros femeninos quedaron relegados a un segundo plano. La paz se entiende en la Modernidad como la 'paz del hombre', literalmente, pues tal género masculino tenía la capacidad de decidir no sólo las cuestiones filosóficas y científicas, sino también de organización social, política y económica que prometen paz. La sexualidad se percibe entonces como una función biológica a partir de necesidades físicas y de reproducción, negando sus connotaciones emocionales y espirituales.

⁴ "Verwindung" es el término adoptado por Heidegger en lugar de Überwindung, de la superación característica de la dialéctica", hace alusión a la "caída distorsionante", y el "ponerse de nuevo", en el sentido de "reponerse de", "ponerse de nuevo a", y también en el de "proyectarse hacia el futuro". (Vattimo, 2006, p. 381).



En un marco posmoderno de paces, géneros y sexualidad también invitan el plural mismo de esta filosofía. No se trata, como en la Modernidad, de encontrar la función de una posición binaria femenino/masculino, sino de comprender desde un ángulo perspectivista que los géneros se construyen a partir de interacciones sociales, y que las sexualidades – también en plural – hacen parte inextricable de la experimentación de la paz. Heterogeneidad y la falta de funcionalidad de los géneros y de las sexualidades traen consigo nociones de paz que no pretenden tener validez para todos y todas (como lo pretenden las modernas), sino que se suponen incompletas, inefables y temporales.

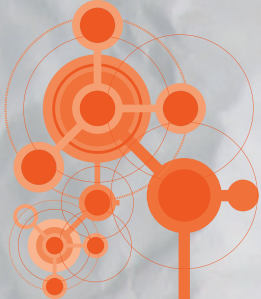
Viendo este amplio abanico de nociones de paz que propone W. Dietrich, se hace entonces imposible pensar en un solo método o una sola forma de transformación de conflictos. Si además reconocemos la estrechez de un concepto de racionalidad sin espiritualidad y por lo tanto nos embarcamos en el reconocimiento de las características Transracionales de paz, no queda otro camino que la apuesta elicitiva por la Transformación de conflictos. Este elemento lo tomamos prestado de John Paul Lederach (1995, 2003, 2005), cuya experiencia como mediador lo llevó a postular que los métodos prescriptivos o “recetas”, que prometen enviar entrenadores o expertos para resolver los problemas de los demás, poco funcionan en la práctica y, con frecuencias, dañan aún más las precarias relaciones en contextos conflictivos.

Lederach propone comprender los conflictos como “enredos” o pleitos relacionales que sólo pueden transformarse a partir de los saberes de las partes involucradas en el conflicto mismo. Para enfrentar estos conflictos una receta traída desde afuera puede llegar a ser una perturbación más. Lederach (1995, p. 65) formula un enfoque “elicitivo” o “evocador” que tiene como base la cultura y el contexto mismos en donde se asientan los conflictos, y en el que el mediador o entrenador actúa como un catalizador, más que como un experto. El trabajo de transformación elicitivo responde a principios como el respeto y la valoración de diferentes saberes (no sólo profesionales, sino también informales), y convoca a los participantes a em – y apoderarse de su situación al hacerlos activos también en la creación de modelos o estrategias de transformación que se validan y construyen en sus propios contextos.

La transformación elicitiva de conflictos implica entonces que sexualidades y géneros hacen parte de ese lecho del río, en el lenguaje metafórico de Lederach (1995), que no puede deslindarse o desvincularse de los conflictos, pues lo co-constituye. Esto implica que género y sexualidad no pueden añadirse como categoría a una situación conflictiva, sino que deben reconocerse cómo hilan (y en ocasiones enredan) las relaciones que nos vinculan a los seres humanos entre nosotros y también con la naturaleza y con el cosmos.

Al respecto, vale la pena entonces recordar que desde una perspectiva sistémica, a lo que le apuntamos es a comprender que, en el ir y venir de nuestras vidas, los conflictos son oportunidades en las que potencialmente podemos Transformar la relación y los sistemas mismos en que estas relaciones (de género y sexualidad, por ejemplo) están imbuidas (Lederach; Neufeldt; Culbertson, 2007, p. 17). Autores como Ludwig von Bertalanffy y Kenneth Boulding, entre otros, entienden como sistemas sociales, físicos y biológicos los que comparten los principios de resonancia, equilibrio dinámico y correspondencia (Dietrich, W., 2012, 2017). Esto lleva a los investigadores y trabajadores de paz a enfocarse no en modificar (mejorar, sanear o inclusive “asegurar”) los elementos o participantes de los conflictos, sino a concentrarse en cómo cambiar las relaciones entre los elementos o participantes.

Nos orientamos para ello en las cuatro dimensiones de la transformación de Lederach, Neufeldt y Culbertson (2007): *personal, relacional, estructural y cultural*. Estas cuatro dimensiones de la transformación de los conflictos son “generadas”, es decir, no necesitan que se incluya la categoría de manera adicional, sino que se constituyen a partir del género y de la sexualidad mismas. Género y sexualidad pueden entenderse en este contexto, en tanto los cambios que ocasionan y que son ocasionados por los conflictos cambian también a los individuos en sí mismos, en su sexualidad, emocionalidad y espiritualidad. Más allá de este aspecto *personal*, el género y la sexualidad también pueden entrecruzarse en la dimensión



relacional de la transformación en cuanto cuando los conflictos escalan, los patrones de comunicación cambian, y con frecuencia se (re)crean estereotipos de género que pueden incrementar la polarización y disminuir la confianza. *Estructuralmente*, los conflictos también impactan las instituciones y la manera en que las relaciones son organizadas socialmente, desde la familia hasta las comunidades y, por supuesto, tienen no sólo un carácter “generado”, sino que también “generan” cambios de acceso en las relaciones de poder, por ejemplo. Finalmente, encontramos que en una dimensión *cultural* género y sexualidad también se asientan en normas y patrones de comportamiento “generadas”, entre hombres y mujeres y otros géneros, por ejemplo.

METODOLOGÍA

Nos acercamos a las realidades conflictivas que, como investigadoras y trabajadoras de paz, nos afligen, y aparece una pregunta clave: ¿Cómo podemos operacionalizar estas ideas conceptuales y llevarlas a la práctica en situaciones concretas? Una respuesta la ofrece la propuesta metodológica del Mapeo Elicitivo de Conflictos (MEC) (Dietrich, W., 2017; Echavarría, 2014; Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2014). El MEC ofrece una ruta de análisis por el paisaje conflictivo, a manera metafórica, que se resume en la Figura 1, el mapa mental.

Figura 1: Mapa mental del mapeo elicitivo de conflictos (MEC)

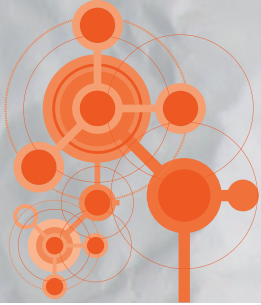


Fuente: Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2014.

Este mapa contiene de manera simplificada las ideas principales sobre la filosofía de paz transracional y la transformación elicitiva de conflictos. Primero, en el centro encontramos al analista, investigador o mediador, que en general llamamos trabajadores de paz. Ellos se encuentran en el centro del paisaje conflictivo, lo cual marca esta aproximación sistémica que indica que los trabajadores de paz no son personas “ajenas” al conflicto, sino que, al involucrarse, también generan cambios en las relaciones entre los participantes.⁵

En el mapa mental MEC, en la rama superior izquierda, encontramos los principios elicitivos que ya se habían mencionado anteriormente: correspondencia, resonancia y equilibrio. En este volumen, Dietrich explica estos tres principios de manera

⁵ En este escrito particular, no nos concentramos en los trabajadores de paz, pero es evidente que, al estar en el centro del análisis y del mapa, su capacitación es prioritaria (ver Dietrich en este volumen). En términos de sexualidad y género, por ejemplo, ser mujer, hombre u otras sexualidades, con ciertas características generadas (hegemónicas o periféricas), puede ser un punto esencial en la manera en la que los trabajadores y trabajadoras de paz perciben los conflictos y pueden acceder (o no) a los participantes mismos. Esto es independiente de si el conflicto es clasificado por otros o por ellos mismos como un “conflicto de género”. Es decir, al ser el género y la sexualidad características y relaciones de las personas mismas, siempre están presentes en los conflictos.



generosa. Al analizar un conflicto, estos principios han de estar al servicio de los trabajadores de paz a medida que avanzan en la identificación de un episodio conflictivo y del análisis del epicentro.

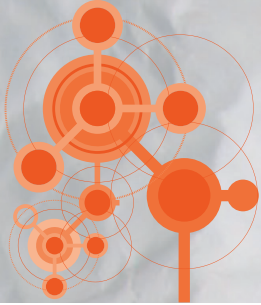
En la rama superior derecha vemos la pirámide de las familias de paz. Al compás de los principios elicitivos, los trabajadores de paz han de identificar en cada situación conflictiva cómo se relacionan entre sí las diferentes familias de paz. Esto implica no sólo estudiar las narrativas de los conflictos presentes en el episodio, pero ir más allá y preguntarse cómo tales narrativas revelan entendimientos de paz particulares, como paces energéticas, morales, modernas y/o posmodernas. Cuando una o dos categorías de paz dominan en los conflictos, tienden a perderse de vista las demás nociones de paz que – siguiendo la teoría transracional – están presentes en todos los contextos, con menor o mayor peso, pero siempre han de estar allí. Por ello, los trabajadores de paz intentan comprender aquel desbalance con miras a reequilibrarlo más adelante en la intervención.

En la rama inferior izquierda se encuentra la representación de las capas de la persona, que Dietrich comenta en este volumen (cf. Dietrich, W., 2017). A modo de representación de una matrioshka, o muñeca rusa, la persona se ilustra allí de forma metafórica en diversas capas que se superponen unas a otras. Siguiendo el principio tántrico de correspondencia, encontramos la primera capa sexual-familiar. Puede allí entreverse claramente la importancia de géneros y sexualidades, que influyen de manera directa los acontecimientos conflictivos, los estilos de comunicación de las partes involucradas y la capacidad de relacionarse de manera fluida consigo mismas y con las demás. Todos los participantes de un conflicto (así como los trabajadores de paz que los analizan) tienen además una familia de origen, bien sea con vínculos de sangre o de crianza, de la que han aprendido importantes estrategias de comportamiento, en las que la formación de las sexualidades es fundamental. La biografía sexual, a su vez, afecta la composición de la familia, y viceversa.

En las siguientes capas emocional-comunitarias, mental-societal y espiritual-política, sexualidades y géneros también juegan un papel, aunque puede no entreverse de manera inmediata. Por ejemplo, los vínculos emocionales que se ubican en la capa comunitaria y emocional se crean y se recrean a partir de los lazos sexuales; las ideas sobre géneros y los roles de géneros, así como los conceptos sobre diferentes sexualidades afectan las instituciones sociales; y finalmente los géneros y sexualidades también se inscriben dentro del sentido del yo que permite una percepción y experiencia del todo que se inscribe en la capa espiritual-política. Géneros y sexualidades atraviesan los cuerpos, los corazones, las mentes y los espíritus de las partes en conflictos, afectan y son afectados por los conflictos mismos y, por lo tanto, son parte indispensable de cualquier análisis, aunque no siempre aparezcan en el foco de atención.

En la rama derecha inferior se hallan los actores y actrices de paz y conflictos, que se ubican a lo largo de diferentes niveles: en la cima, en el medio y en las bases, quienes, a pesar de su visualización metafórica en una simple pirámide, nos recuerdan nociones sistémicas en que todos los participantes ocupan, a su vez, no sólo la posición de 'su' nivel, sino que se encuentran imbuidos en sistemas más amplios en los que pueden estar en sub-niveles o sub-sistemas. Esta reinterpretación sistémica de los niveles (Dietrich, W., 2017; Lederach, 2005) pone de relieve los géneros y las sexualidades de manera explícita en cuanto se refieren a las personas implicadas en la realidad conflictiva, quienes no sólo viven, experimentan y perciben el conflicto de manera "generada", sino también quienes por sus géneros y sexualidades tienen capacidades diferenciadas para transformar los conflictos que los atañen. Las posiciones de víctimas y victimarios, así como las más complejas articulaciones en sobrevivientes, nos permiten ya una mirada más profunda de estos niveles, pero siempre nos dejan, en una aproximación elicitiva, la necesidad urgente de involucrarnos, escuchar y crear espacios de resonancia donde sus voces se escuchen de manera personal y relacional. De allí que los análisis "de escritorio" se desvanecen para darle paso a la interacción de los trabajadores de paz con los participantes directamente.

Precisamente haciendo eco de esta metodología de transformación elicitiva, se hace entonces imposible realizar un análisis MEC puramente documental desde los "escritorios", pues el contacto y la resonancia con personas directamente



involucradas en los conflictos que estudiamos se vuelve indispensable para un análisis fresco, generado y des-seguritizado de los asesinatos de San Luis Talpa. Enmarcado dentro de una investigación doctoral más amplia en la Universidad Noruega de Ciencias para la Vida, para la realización del análisis MEC utilizamos discursos mediáticos sobre los acontecimientos violentos complementados con tres entrevistas semi-estructuradas y un grupo focal, realizado en San Salvador durante noviembre 2017 y enero 2018, con mujeres trans y activistas y defensoras de derechos humanos de la población LGBTI (lesbianas, gays, bisexuales, transexuales e intersexuales). Sus voces nos han ayudado a trazar un nuevo mapa conflictivo de los casos de violencia de San Luis Talpa.

SAN LUIS TALPA BAJO LOS LENTES MEC

Buscando entonces analizar el conflicto generado por el asesinato de tres mujeres trans en el departamento de La Paz, como un episodio violento que está conectado a patrones más profundos de valorización del ser humano y del uso estratégico de la violencia en la sociedad, es valioso emplear un método transracional de transformación de conflictos para entender el epicentro del conflicto. Con esta intención, la pregunta de investigación que guía este análisis es: *¿Qué revela el asesinato de tres mujeres trans sobre la sexualidad y el género en el epicentro de las violencias securitizadas en El Salvador?* Puntualmente, queremos preguntarnos, ¿cuáles son las miradas alternativas a este conflicto a la luz del MEC?

Temas

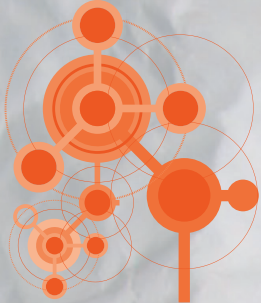
En la primera rama del MEC encontramos las diversas interpretaciones de paz. En este análisis particular nos preguntamos, ¿cuáles son las categorías de paz que están en desequilibrio? Buscamos indicios de tales categorías al escuchar atentamente las necesidades insatisfechas que las partes en conflicto expresan. Analizando el caso San Luis Talpa desde una perspectiva transracional, el episodio pone de relieve un conflicto entre dos niveles de aproximación a la paz, el del Estado y el de las organizaciones de base que defienden los derechos de las mujeres trans, incluyendo a las mujeres trans afectadas en este grupo como víctimas y sobrevivientes.

El Estado salvadoreño, por su parte, ha venido construyendo desde el final de la guerra civil su narrativa de paz a partir de la relación, no siempre armoniosa, entre justicia y seguridad⁶, en donde la definición de justicia se entrelaza con la moralidad cristiana, y la de seguridad sigue atada al Estado, a pesar de una reforma al sistema de seguridad y policial negociada dentro de los Acuerdos de Paz. Esto se puede ver en la incidencia de las iglesias (católica, cristiana y evangélicas) en la toma de decisiones políticas sobre el bienestar de la población, por ejemplo, sobre la salud sexual y reproductiva; la despenalización del aborto y la aprobación de cuatro causales⁷; o para la legislación de leyes que reconozcan los derechos de la población LGBTI (Comcavis; Aspid Arcoiris; Generación HT, 2015, p. 62; Dudley, 2000; Ramos, 2015, 86-87).

Adicionalmente, la aplicación de una lógica de securitización como solución a la mayoría de los conflictos sociales ha marcado a los gobiernos del posconflicto. Esto ha traído a los gobiernos de derecha, ARENA, a implementar políticas de *Mano Dura* y

6 Aunque esta narrativa de paz se podría remontar hasta su fundación como estado, especialmente cuando se estudia la relación del estado salvadoreño con la violencia y su legitimación simbólica (Hume, 2009a, p. 5-9). Lo que permite cuestionar la posibilidad de "transformación social" real planteada por un Acuerdo de Paz que no disputa la centralidad de la seguridad en la postguerra.

7 En el 2016 la diputada Lorena Peña del FMLN, apoyada por organizaciones de mujeres y la Agrupación Ciudadana contra la Despenalización del Aborto, propuso reformar el artículo 133 del código penal que penaliza totalmente el aborto, para despenalizarlo cuando se cumplan cuatro causales que atentan grave y directamente los derechos y la vida de la mujer. Estas son: "1) Para salvar la vida de la mujer gestante y preservar su salud, previo dictamen médico y con el conocimiento de la mujer; 2) El realizado por facultativo con consentimiento de la mujer, cuando sea un embarazo que fue producto de una violación sexual o trata de personas; 3) El realizado por facultativo, con consentimiento de la mujer cuando exista una malformación del feto que haga inviable la vida extrauterina; 4) El realizado por facultativo, con consentimiento de la menor de edad en los casos de violación y estupro, con autorización de sus padres o tutores legales, de acuerdo a lo establecido en el artículo 18 de la Ley de Protección Integral de la Niñez y Adolescencia (Lepina)" (El Salvador, 2016, p. 4).



Súper Mano Dura; y a los gobiernos de izquierda, FMLN, a responder discursivamente de formas menos represivas, pero, aun así, el Gobierno de Salvador Sánchez Cerén (2014 – 2019) ha aplicado *Medidas Extraordinarias* de seguridad en las cárceles y securitizado las políticas sociales a través de operaciones conjuntas entre policías y militares.

La securitización articula el discurso sociopolítico y de gobernación (Amar, 2013, p. 27), y, en el caso de El Salvador, ha sido altamente efectivo en la perpetuación del arquetipo de inseguridad: lo que hoy son las pandillas, en otro tiempo fueron las guerrillas. Esta construcción se ha hecho con la intención de propiciar las condiciones para que los políticos usen las necesidades de seguridad de la población dentro de sus luchas de poder, sin el compromiso práctico de ofrecer alternativas de cambio.

Seguridad soberana y relacional

Al analizar el conflicto de San Luis recorriendo la rama de niveles o actores y actrices de paz y conflictos, encontramos en la base de la pirámide a las organizaciones locales de defensa de los DDHH, de las personas LGBTI y las mujeres Trans afectadas. Sus narrativas de paz expresan demandas de justicia social y seguridad, como el acceso a derechos ciudadanos y garantías de vida dignas que deben ser propiciadas por el Estado. Como expresaba Nahomy, una participante del grupo focal, cuando en el cierre de nuestra conversación sobre un lugar seguro, les pregunté ¿qué necesita uno como ser humano?

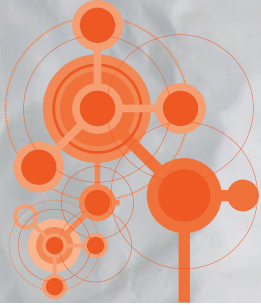
[...] uno necesita el reconocimiento legal para acceder, porque al reconocer legalmente a la persona hay mejores oportunidades de empleo, de estudios. Y que no la discriminen por ser una trans. Que sea reconocida y que haya libertad para emplear. (Nahomy, Grupo focal, San Salvador, 2018)

Mildred, otra participante del grupo focal, añadió lo siguiente en la discusión, aduciendo lo que le diría a los diputados y a la sociedad si tuvieran una visión diferente de las mujeres trans:

[...] mi objetivo no es quitarle sus creencias religiosas, o venir a invadir, o venir a imponerle el hecho de que yo sea respetada como una mujer trans. El hecho de que yo, tener un nombre porque con mi nombre – como mi expresión es femenina – yo pueda tener mejores oportunidades laborales. Veá, porque con el nombre y con las funciones que yo tengo, yo puedo ser una mujer muy útil ante la sociedad, de diferentes maneras. Pero existe esa parte que me limita a mí que, por mi nombre, según tú, yo no puedo tener trabajo digno, por muchos conocimientos que yo tenga. (Mildred, grupo focal, San Salvador 2018)

Estas demandas están atravesadas por necesidades de “armonía” y de “pluralidad de verdades”, como el reconocimiento social y cultural de la identidad de género y orientación sexual de las personas, y la materialización de este reconocimiento en políticas de identidad diferenciada. Específicamente escuchamos la petición por una ley de identidad de género que permita a las personas trans ser reconocidas como ciudadanas y gozar de sus derechos. Tal insistencia se debe a la prohibición de cambiar el nombre en el documento único de identidad (DUI) si no concuerda con el sexo estipulado en la partida de nacimiento. Esta prohibición es una limitante para las personas trans, pues las pone en situaciones de riesgo – violencia psicológica, física, marginación – cada vez que su identidad debe ser corroborada con su identificación legal. Por ejemplo, al solicitar servicios de salud, bancarios, educativos; al moverse entre fronteras; al sufragar; entre otros.

Cuando nos aproximamos al episodio partiendo de la identificación de las demandas y necesidades insatisfechas en estos dos niveles de actuación, se revela que las categorías de paz del Estado están conectadas a nociones de paces morales y modernas (Dietrich, W., 2012), mientras que las necesidades de las mujeres Trans, aun cuando se expresan en términos de seguridad y justicia, están alineadas a nociones de paces energéticas y posmodernas (Dietrich, W., 2012). En este caso, las distintas posiciones y características de paces generan un desequilibrio en el sistema que es necesario balancear para contrapesar la prevalencia de la lógica de seguridad y justicia por parte del Estado.



El caso de San Luis Talpa pone de manifiesto la centralidad de la sexualidad y del género en las categorías de paz presentes en el episodio y su posible desequilibrio. Al analizar las necesidades de las personas afectadas, se entrevé un clamor por la justicia y la no impunidad. Al respecto, la activista de derechos humanos LGBTI, Biaka Rodríguez, comentaba que el caso de San Luis Talpa lo manejaba la policía como un caso de territorialización de las maras, porque a las mujeres las asesinaron en un lugar diferente al que ellas residían. Sin embargo, dice ella, ni los policías ni la fiscalía explican la intensión de los disparos contra estas mujeres trans. Asimismo, lo compara con el caso de Tania,⁸ una activista de derechos humanos LGBTI asesinada en 2014, porque la justicia aún no ha resuelto el crimen, y, aún después de confirmar la saña con la que fue causado, hasta el 2015, lo manejaba la fiscalía como un homicidio culposo, “[...] que ella se lo había buscado [...]” (Bianka, entrevista semi-estructurada, San Salvador, 2018).

Este episodio se conecta con un historial de necesidades no satisfechas expresadas en demandas de reconocimiento de la identidad de género. Sin embargo, esta demanda no es nueva. Las organizaciones defensoras de derechos humanos de la población LGBTI, COMCAVIS, ARCOIRIS y GENERACIÓN-HT, presentaron una lista de violaciones a derechos humanos de las personas transgénero en El Salvador ante las Oficinas del Alto Comisionado para los Derechos Humanos de las Naciones Unidas, a principios del 2015 (Comcavis; Aspid Arcoiris; Generación HT, 2015). La Asamblea Legislativa Salvadoreña, por su parte, decretó, en septiembre del mismo año, una reforma al artículo 129 del Código Procesal Penal en donde se tipifican los crímenes de odio por razón de identidad de género y sexual (El Salvador, 2015).

La justicia, en este caso, se concibe como la sanción judicial del crimen como un crimen de odio. Tal noción de justicia no es pues equivalente a aquella impartida por el Estado. De acuerdo con las cifras manejadas por las organizaciones LGBTI en El Salvador (Comcavis; Aspid Arcoiris; Generación HT, 2015; Human Rights First, 2016), desde finales de los años noventa más de 600 personas han sido víctimas de ataques y crímenes de odio, y hasta la fecha (2018) no ha habido ninguna condena por crímenes de odio contra esta comunidad. Según los registros presentados por la Fiscalía General de la República (FGR) a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) en marzo del 2017, de los 109 casos que investiga sobre delitos cometidos contra personas LGBTI entre diciembre de 2014 y principios de marzo de 2017, 12 ya han sido judicializados por amenaza, lesiones y homicidio agravado (Cidón Kiernan, 2017). Esto quiere decir que, aun cuando hay una tipificación específica por crímenes de odio en contra de la orientación sexual e identidad de una persona, no se ha generado una condena directa por este tipo de actuación. La falta de condenas por estos crímenes de odio envía un mensaje de impunidad y, al rehusarse el Estado a visibilizarlos como crímenes de odio, no contribuye a la reducción de los hechos de victimización de poblaciones vulnerables.

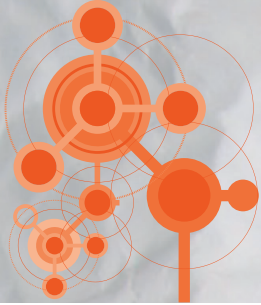
El caso San Luis Talpa es conocido por las autoridades que las mujeres Trans fueron asesinadas por su identidad de género y por movilizarse en territorios que les eran “prohibidos”. Por esta razón y por otras amenazas recibidas, muchas otras mujeres Trans residentes de San Luis Talpa decidieron emigrar a México y Estados Unidos por temor a perder sus vidas⁹.

Por tanto, las víctimas demandan la sanción del crimen como un crimen promovido por el odio y la discriminación. La sanción como un crimen de odio supondría el reconocimiento de la diversidad entre la identidad de género de las personas y su identificación sexual de nacimiento. Sin embargo, caso el Estado decida sancionar el crimen como un homicidio agravado y sumarlo a la lista de homicidios, reforzando la lógica de necesidad de seguridad.

Al analizar este episodio desde una perspectiva transracional y acercándonos a los énfasis temáticos para entender la forma en que se expresan las familias de paz, entendemos que la mirada oficial al conflicto en El Salvador prioriza un marco

⁸ Para más información del caso de Tania, véase Cruz (2015).

⁹ Véase Seis... (2017).



interpretativo de paces morales y modernas, en donde la narrativa de la justicia se entrelaza con la narrativa de la seguridad, y se dejan desatendidas las necesidades de reconocimiento de identidad y pluralidad de géneros y sexual, asociados a nociones de paces energéticas y posmodernas.

De acuerdo con las entrevistas con organizaciones de mujeres y LGBTI en El Salvador, la seguridad en este país no es inclusiva y, como ya hemos mencionado anteriormente, no da cuenta de las diversas expresiones de violencia ni de las realidades diferenciadas en donde se experimentan. Por el contrario, las políticas de *Mano Durísima* han creado un marco donde algunos sujetos son despojados de su humanidad, en cuanto que sus vidas han sido negadas y sus muertes son desconectadas de sus realidades sociales. Por ejemplo, durante el 2017, la policía contabilizó 497 combates con las pandillas, de los cuales solo 64 presuntos pandilleros resultaron heridos, mientras que 391 resultaron muertos (Labrador, 2018). La mayoría de estos jóvenes proviene de comunidades empobrecidas donde la pertenencia a una pandilla se define más en relación al territorio que habitan que a su afiliación criminal a la misma, de manera que estas muertes permiten pensar en ejecuciones extrajudiciales. Alternativamente, se puede dar el ejemplo de los 1 518 casos de feminicidio presentados entre enero de 2015 y junio 2017 que siguen en impunidad (Luna, 2017); o recordar los ya mencionados 600 casos de crímenes contra la población LGBTI en este país desde 1990. La realidad es que los "cuerpos", que en su mayoría inflan las estadísticas de muertes en El Salvador, provienen de comunidades con bajos ingresos, con alta exclusión estructural y ciclos de violencia normalizados a través de la fuerza represiva del Estado.

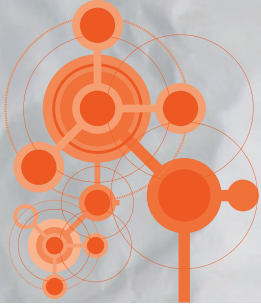
Para investigar estos eventos, en febrero de 2018, estuvo en El Salvador la Relatora Especial de Naciones Unidas sobre ejecuciones extrajudiciales, Agnes Callamard. En su informe, se mostró en desacuerdo con las *medidas extraordinarias* del actual gobierno puesto que apuntan a la deshumanización de las personas, refiriéndose especialmente a la condición de los detenidos en las cárceles de máxima seguridad. Sin embargo, dentro de su informe también se refirió a la existencia de un marco de comportamiento por parte del personal de seguridad que permite las ejecuciones extrajudiciales, así como poco control estatal, los prejuicios religiosos y misóginos, y altos niveles de impunidad que favorecen los feminicidios y la violencia contra la población LGBTI, especialmente las mujeres Trans (Callamard, 2018).

Podemos ver que hay un desequilibrio al interior de las ideas de justicia moral y seguridad moderna promulgadas por el Estado, y una demanda de parte de las organizaciones LGBTI por el reconocimiento de la importancia de la identidad de género y sexual en este caso. La necesidad de este reconocimiento abre nuevas posibilidades para aproximarnos al epicentro del conflicto y encontrar alternativas para su transformación.

Reconocimiento e identidad como aproximaciones a la transformación de conflictos

Siguiendo la lógica de la seguridad, al preguntar en un grupo focal con mujeres trans sobre sus fuentes de inseguridad, las respuestas revelaron un entendimiento de seguridad más holístico y complejo que aquel que permite el discurso del Estado. Para las mujeres trans la primera causa de inseguridad es la falta de reconocimiento, porque esta se traduce en inseguridad psicológica, inseguridad estructural (legal, socioeconómica y material), y por último en inseguridad física. La inseguridad entonces no está asociada únicamente a la criminalidad, sino a la carencia de garantías de ciudadanía y vida digna que, en un país violento, representan el primer factor de riesgo para las mujeres trans.

Las organizaciones LGBTI demandan el reconocimiento de la identidad de género y la diferencia. Estas demandas parten de ideas de armonía y pluralidad de verdades, que a su vez están conectadas en su aproximación teórica a nociones de paces energéticas y posmodernas (Dietrich, W., 2012), respectivamente, en donde se celebra la unión de lo masculino y lo femenino, y se entiende la construcción social y la pluralidad de los géneros y de las sexualidades y su importancia en la experimentación de la paz. En cuanto a las aproximaciones prácticas, las organizaciones LGBTI en El Salvador han venido demandando una



“Ley de Identidad” que dé reconocimiento jurídico a las personas transgénero a partir del reconocimiento del derecho a un nombre que corresponda con la identidad de género.

De acuerdo con el *Informe sobre la Situación de los Derechos Humanos de las Mujeres Trans en El Salvador* realizado por PNUD y la PDDH, “las mujeres *trans* no disfrutaban de sus derechos y libertades fundamentales, tanto a nivel de garantías legales como en la vida cotidiana” (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2015, p. 12). Las experiencias cotidianas de vulneración de derechos por la que pasan las mujeres se originan en la falta de reconocimiento del derecho a la identidad y del derecho al nombre, de esta vulneración devienen otros once derechos fundamentales vulnerados, entre los que se encuentran el derecho al trabajo, la educación, la salud, a la igualdad y la no discriminación, a la vida y la seguridad personal, a no ser detenido(a) arbitrariamente, entre otros (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2013).

Según Ambar Alfaro, coordinadora de la “Mesa Permanente por una Ley de Identidad de Género en El Salvador”, el poco reconocimiento social de la población trans sumado a su inexistencia legal las lleva a una paradoja entre la exclusión y la visibilidad, que está matando a las mujeres trans. Para Alfaro (entrevista personal), las mujeres trans pagan los costos de su visibilidad a través de la exclusión social, que representa una transición entre la muerte social y la muerte física. Debido a que las mujeres trans transgreden las normas sociales heteronormativas, se ven excluidas de muchos espacios – como la educación y el trabajo, entre otros – y sexualizadas. Es aquí donde ocurre la muerte social, pues esos espacios se cierran en relación directa con la visibilidad de su identidad de género y las encasilla en una identidad sexualizada. Las mujeres trans son estigmatizadas como trabajadoras sexuales, lo cual añade otro nivel de exclusión y vulnerabilidad. Pero además de la circunscripción de las mujeres trans al trabajo sexual, se las conecta con drogadicción, violencia y criminalidad, por el estigma que genera el trabajo en la calle, aumentando sus riesgos de ser vulneradas físicamente, tanto por las pandillas, las fuerzas públicas de seguridad, como por la sociedad civil en general. Es pues una lógica perversa que entrelaza la muerte social con la muerte física, que se convierte en un círculo vicioso en donde ambas lógicas violentas se refuerzan unas a otras.

De allí que la importancia del derecho al nombre y la identidad radica en la posibilidad de disminuir las inseguridades cotidianas asociadas a la discriminación y a la violencia psicológica y física que enfrenta la mayoría de las personas LGBTI debido a su identidad de género o preferencia sexual, pero especialmente las personas trans. El reconocimiento legal es la puerta de entrada para que puedan ejercer plenamente su ciudadanía y el disfrute pleno de su identidad diversa.

El 22 de Marzo del 2018, la diputada Lorena Peña del FMLN presentó la propuesta de “Ley de identidad de género” como un proyecto de ley en la Asamblea Legislativa (Acan-EFE, 2018). La demanda de las organizaciones trans y LGBTI por el derecho a la identidad y al nombre supone el reconocimiento de la existencia de la pluralidad de identidades de género y sexuales y visibiliza la importancia de la sexualidad y del género en el disfrute de la ciudadanía y, podríamos añadir, en la experimentación de la paz.

Por tanto, desde una perspectiva transracional, el reconocimiento político de esta demanda ya implica un espacio para la transformación del conflicto porque reconoce la voz de las personas en conflicto y escucha sus necesidades, que son diversas. Abre entonces la posibilidad de entender la seguridad desde una perspectiva relacional, más *humana*, menos mecánica, menos moderna (Echavarría, 2018; Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2014). Esta “distorsión” de la seguridad soberana hacia una seguridad relacional va de la mano de la justicia como un mecanismo basado en las necesidades actuales de la población, y no en suposiciones normativas o morales del “deber ser” sexuado.

Estamos a la espera de que esta propuesta de ley sea aprobada en el debate de la Asamblea Legislativa y sea sancionada como ley. Por el momento, el reconocimiento de la necesidad de armonizar identidad de género y nombre público con la legislación



permite hablar de posibilidades de transformación del epicentro del conflicto en el caso San Luis Talpa. El trasfondo más profundo entonces añora y pide cambios estructurales que se entrelazan y refuerzan cambios relacionales. La visibilidad del espacio privado en la narrativa pública, como un espacio en conflicto y un espacio político, invita a la apreciación de diferentes tipos de violencia y niveles diferenciados de vulneración. La dicotomía público/privado tiende a desdibujarse porque cada vez se hace más difícil argüir que el caso San Luis Talpa se puede resolver con una sentencia por el asesinato de “hombres vestidos de mujer”, justificando el caso como uno más que se suma a una ya alta tasa de homicidios en un país violento. Este caso se convierte en el asesinato de mujeres trans promovido como una forma de rechazo a su identidad de género. La inseguridad, desde el discurso público, está entonces tan relacionada con la vida privada de las personas como la transformación de conflictos lo está con el reconocimiento de la sexualidad y el género como parte fundamental de las relaciones humanas. La falta de reconocimiento de la diversidad sexual y de género puede entonces dar luces sobre conflictos más profundos de reconocimiento de la diferencia.

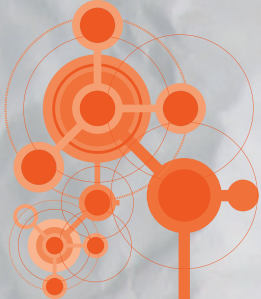
Capas: sexualidad, comunidad, identidad y reconocimiento

El interés de la metodología transracional es ahondar en las capas más profundas del episodio del conflicto para llegar al epicentro y poder entender el conflicto más allá de las expresiones visibles de violencia. Para tal fin, es importante sacar a relucir opciones para Transformar las relaciones conflictivas entre las personas, en diferentes niveles desde lo Transpersonal a lo interpersonal y lo estructural, que no han sido tenidos en cuenta. Otra de esas formas alternativas de entender el epicentro del conflicto es buscando analizar la resonancia entre el interior y el exterior de la persona, teniendo como principio, en este caso, la sexualidad y el género. Como lo explicamos anteriormente, podemos entender las capas que conforman a cada uno de los actores implicados – agrupados en este caso como comunidad LGBTI (muy específicamente las mujeres trans), pandilleros, policías, Estado – como las capas de una muñeca rusa. Usando la metáfora de la muñeca podemos hablar de niveles de relacionamiento invisibilizados en la sociedad, en los que la sexualidad y el género están en la base.

En El Salvador, la organización social y política se ha estructurado en torno a una masculinidad hegemónica y patriarcal. Esta masculinidad ha sido cimentada en un discurso de construcción de nación y del uso de la violencia. La normalización de la violencia se conecta a la naturalización de estructuras desiguales de poder que privilegian la formación social de los hombres y hacen de la violencia un elemento importante del comportamiento masculino (Hume, 2008). De esta manera, lo femenino queda subordinado y se presenta como opuesto de lo masculino, es decir, sumiso a su autoridad. En este orden de ideas, la sexualidad se entiende desde su función biológica y se legitima en razón de un ideal heteronormativo.

Si pensamos que la primera capa de la persona es la que relaciona el nivel sexual con el familiar y lo ponemos en el contexto salvadoreño, vemos que hay un conflicto. A la luz de las cifras que demuestran que el lugar más violento para las mujeres y la niñez es la casa (Organización de las Naciones Unidas, 2006) se hace comprensible (más no justificable) que, en su mayoría, las mujeres trans viven su primera y más fuerte experiencia de exclusión social, marginación y violencia con su propia familia. Se crea un conflicto entre la identidad de género y sexual en la persona y el “deber ser” de su identidad de género y sexual que se expresa en la relación con la familia.

Por un lado, desde un marco heteronormativo, las sexualidades diversas se convierten en destructoras del orden establecido y deben ser marginadas. Por otro lado, las familias enaltecen la llegada de “varones” a la casa, porque la construcción social del sexo masculino lo empodera social, económica y políticamente, pero también lo convierte en el responsable de proteger y alimentar (Barker; Greene, 2010). De manera que cuando una persona al nacer es identificada con el sexo masculino, pero en su proceso de formación identitario se reconoce a sí misma con el género femenino, se presentan diversos conflictos asociados a las expectativas heteronormativas inscritas al sexo y al género designado al nacer. En muchos casos, la primera reacción de la familia es la negación y desde una perspectiva misógina y machista, se hace uso de la violencia como herramienta



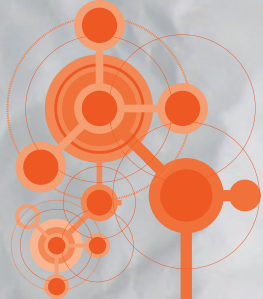
“adoctrinadora” (Hume, 2009a, p. 118). Lo que está en el epicentro de esta relación violenta es el miedo a una expresión de “ser” diferente, no normada y para la que no se tienen expectativas, que se ve acentuada por la vergüenza al no encajar en el marco de género normado por ideas religiosas de familia y moral. Y es el repudio contra lo que se asocia con “el sexo débil”, que a su vez es la justificación de la violencia contra las mujeres.

Esta relación problemática entre sexualidad y familia empalma, a su vez, con la siguiente capa mental-societal, porque las expectativas se construyen social y culturalmente como relaciones de género. Cuando la sociedad reivindica un marco masculinista, patriarcal y heteronormativo, basado en expectativas socioeconómicas y culturales del “deber ser” de los *hombres* y de las *mujeres*, está generando un tipo de violencia sobre todas las personas que no encajan dentro del prototipo por cuenta de su propio proceso de identidad de género y sexual, por ejemplo, las mujeres trans. Esta reivindicación también posibilita y legitima violencias sobre todos aquellos a quienes las estructuras económicas y sociales excluyen y marginan. En el caso de los hombres, las prácticas violentas se relacionan con una cultura que privilegia la masculinidad hegemónica y con estructuras desiguales y exclusiones socioeconómicas que *emasculizan*. La masculinidad está conectada a dinámicas de clase social (Theidon, 2009). De manera que, en contextos sociales violentos donde adicionalmente se presentan procesos de *emasculinización* económica, la forma más común para expresar la masculinidad es a partir de formas hiperbólicas haciendo uso de la violencia, por ejemplo, a partir del porte de armas (Theidon, 2009). La hiper-masculinización afecta, por ejemplo, a aquellos que de una u otra manera terminan haciéndose miembros de pandillas y usando la violencia como herramienta de empoderamiento.

Desde esta perspectiva, la violencia social y psicológica causada por el miedo a la diferencia, y la violencia física por la reificación de la masculinidad y la subordinación de la feminidad están relacionadas con la violencia de la imposición de una masculinidad hegemónica (Connell, 1995). Esto se traduce en la normalización de la violencia en el espacio privado, lo que la hace invisible en el discurso público y en la incapacidad de nombrarla, porque al nombrar se reconoce. Entonces, es la incapacidad de reconocer la diversidad de posibilidades de ser y la vergüenza al aceptar, desde los preceptos de la moral cristiana, que la sexualidad tiene diferentes expresiones sociales más allá de su función biológica (Comisión Interamericana de Derechos Humanos, 2015).

Así, desde una idea de paz moral y moderna, la moral religiosa se relaciona con las otras capas más externas de la persona, como la espiritual –policitaria en la medida en que los valores cristianos de familia tradicional, como base estructural de la sociedad, se trasponen en la idea de ciudadano ejemplar. Esto refleja el impacto de la religión en la negativa política a siquiera discutir la posibilidad legal del matrimonio entre personas del mismo sexo, o la posibilidad de despenalizar el aborto al menos en las cuatro causales para proteger la integridad de la mujer, que supone la necesidad de preguntarse ¿qué tipo de vida se defiende?

De igual forma, la incapacidad de reconocer las muertes de mujeres trans y los feminicidios como acciones violentas inspiradas por conflictos generados a partir de la sexualidad y el género, no permite explorar cómo la negación de la sexualidad y la creencia en la superioridad de la masculinidad hacen parte del epicentro de los conflictos sociales en El Salvador. Por ejemplo, como el miedo a la diferencia y la desestabilización de un sistema binario, generan la necesidad de “normalizar”, de controlar y de marginalizar la diferencia a través de la represión de la sexualidad, del delito y de la diferencia. Ver la importancia de la sexualidad en la configuración de las relaciones de poder nos permite entenderla también como una metáfora de cómo se perciben social y políticamente los grupos que no encajan socialmente dentro de estos roles normativos. En este sentido, la comunidad LGBTI no es el único grupo excluido; las personas indígenas y afrodescendientes, las mujeres y las personas con movilidad reducida hacen parte de los grupos estructuralmente marginados. En el contexto actual de guerra contra las pandillas, la juventud que vive en comunidades en situación de pobreza y con presencia de pandillas es uno de los grupos más estigmatizados (Reyna et al., 2017, p. 64).



Finalmente, al esgrimir que “la homosexualidad es enemigo de la moral”, en un país manejado por el miedo y la lógica de la securitización, es fácil caer en la generalización y estereotipos que implican a los jóvenes como sinónimo de guerrilleros/pandilleros. Dentro de este marco de políticas de “mano dura”, se ha cementado en el imaginario político la asociación del pandillero como el “enemigo común del buen ciudadano” (Hume, 2009b, p. 745). Este análisis por las ramas de los temas, niveles y capas del conflicto sugiere que lo que yace en el epicentro del episodio de violencia del caso San Luis Talpa se conecta con otros episodios de violencia dentro del contexto de “la guerra contra las pandillas”, reflejo de una sociedad – como tantas en América Latina – que hace uso de la violencia como estrategia para domesticar lo desconocido con la ambición de dar una “resolución” final a los conflictos (cf. Dietrich, L., 2014). Para la buena fortuna de los investigadores para la paz, sabemos que los conflictos producidos por el miedo a la diferencia, la diversidad y la disidencia no pueden “resolverse” por los mismos medios violentos que los generan e impulsan.

RESULTADOS

Equilibrando seguridad y justicia con armonía y verdades

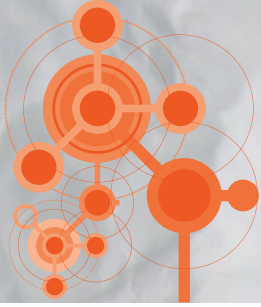
¿Qué dicen la sexualidad y el género del epicentro de las políticas de seguridad de El Salvador y qué alternativas a este discurso hay?

Analizar el caso San Luis Talpa desde una mirada transracional nos ha permitido pensar el conflicto en otros términos más allá del marco moderno y moral que nos encasilla en círculos de violencia y no nos permite ver las necesidades de las personas involucradas más allá del discurso de seguridad. El preguntarnos, entonces, por la incidencia de la sexualidad y el género en el epicentro de las políticas de seguridad, nos brinda una interpretación diferente de la realidad, que desde el epicentro cuestiona la mirada acusatoria y deshumanizadora del *otro*, y propone una mirada más generosa, más compasiva y humana.

Cuando analizamos la narrativa pública del caso encontramos que los temas que sobresalen son los de seguridad y justicia, y la respuesta que se les da es a partir de la represión y la cárcel. Ahora bien, las políticas represivas de seguridad parecen una forma de resolver las expresiones de violencia, inhibiéndolas, pero no presentan opciones para entender las raíces de esas violencias ni cómo transformarlas. La cárcel parece el lugar en el que a través de la privación de libertad como castigo se genera un proceso de transformación. Pero no es así, no en El Salvador, en donde las cárceles están asociadas al hacinamiento, la insalubridad, el abuso, y el aumento de la violencia. Retomando las palabras de Agnes Callamand, las medidas de seguridad no pueden justificar procesos de deshumanización de los detenidos (Callamard, 2018, p. 3). Al final, las medidas de seguridad tienen la intención de deshumanizar no sólo a los detenidos como reos del sistema penal, sino sus identidades como pandilleros. Y esta deshumanización se centra en la falta de reconocimiento de su vulnerabilidad como seres humanos y de sus derechos y garantías – así como de sus responsabilidades y deberes– como ciudadanos.

Volviendo al caso San Luis Talpa, la discusión sobre la preferencia de la justicia por juzgar el episodio como un homicidio agravado, en contra de juzgarlo como un crimen de odio, pone sobre el tapete el tipo de justicia que se busca. Si bien ambas opciones parecen seguir una lógica punitiva, el juzgamiento de un acto violento como un crimen de odio está atado al reconocimiento de la discriminación y de la violencia dirigida contra personas por razón de su género e identidad de género y sexual. A su vez, el reconocimiento de este tipo de violencia en sí mismo representa el reconocimiento de la existencia de la diversidad sexual.

¿Dónde se presenta, entonces, la posibilidad de transformación? Cuando analizamos el episodio desde la perspectiva de los grupos que lo sobreviven, podemos entender que hay narrativas alternativas a la seguridad y la justicia. Desde la perspectiva de los grupos LGBTI y las mujeres trans, lo que está en juego con la justicia es el reconocimiento de su existencia diferenciada, de su humanidad y de su ciudadanía completa. En sí mismo, este se presenta como un llamado a la inclusión que exige que



veamos la seguridad desde otra perspectiva. Así como los estudios feministas críticos de seguridad que cuestionan la visión Estado-céntrica de la seguridad y proponen un acercamiento más integral, desde el nivel de la persona, a este concepto (Stern, 2001). Se abre entonces la posibilidad de equilibrar visiones monolíticas de seguridad y justicia, con las demandas de armonía personal y reconocimiento colectivo de la diversidad de realidades y necesidades. En pocas palabras, la posibilidad que se abre es la del reconocimiento de la vida del otro.

Cuando nos centramos en el nivel de la persona, esas demandas se hacen mucho más claras y vemos cómo la sexualidad y el género se convierten en metáforas de la vulnerabilidad y de la violencia que viven los grupos marginados en este país, entre estos, las juventudes, las mujeres cis-género y las mujeres trans.

Lo que nos dicen el análisis de las capas de la persona es que, desde un marco heteronormativo, las sexualidades diversas son el *otro*. Y desde entonces, la relación con el otro, con el diferente, se hace a través del desconocimiento que se expresa en miedo. Por cuenta de ese miedo a la diferencia es que muchas mujeres trans son marginalizadas cuando se hace visible que no encajan en los patrones normativos (Comisión Interamericana de Derechos Humanos, 2013; Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2015). Ese miedo a la diferencia hace que la población LGBTI sufra constantemente de violencia psicológica en los centros educativos, en los lugares de trabajo, en la calle, etc. Al entender, entonces, que el miedo se constituye como un patrón sistémico que genera exclusión y vulnera al otro desde su nivel más personal, es fundamental entender también que al hacer parte del epicentro del conflicto está naturalizado, y eso lo hace invisible. Por tal razón no se habla de él, y este silencio no permite su reconocimiento.

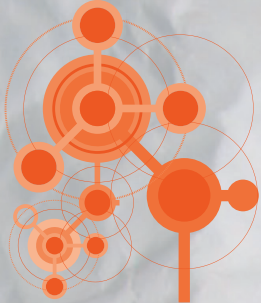
Es por esta razón que volver a lo más básico, al nivel de la persona, resulta tan revelador para Transformar el conflicto. Porque entendemos que son seres humanos quienes han sido vulnerados y sus vidas han sido afectadas. Si en este caso se puede reconocer a partir de la "Ley de la Identidad" la existencia legal de las personas transgénero, se puede, así mismo, reconocer el daño que se les ha ocasionado. El reconocimiento tiene entonces la posibilidad de transformar los ciclos de violencia en la medida en que los visibiliza y les presta atención a las necesidades de los actores en conflicto.

Extendiendo, entonces, la metáfora del miedo al otro como parte estructuradora de las políticas de seguridad, proponemos a partir de este análisis la importancia del reconocimiento de la existencia de diversidad, la aceptación de la pluralidad, como parte fundamental de la transformación de conflictos.

DISCUSIÓN Y CONCLUSIONES

El contexto latinoamericano se encuentra gravitando en torno a políticas de seguridad que, auspiciadas por las estrategias de Estados Unidos, refuerzan los marcos interpretativos morales y modernos de securitización.

Es por esta razón que en este espacio hemos querido abrir un marco de interpretación de muchas y variadas nociones de paces para apuntar hacia la necesidad del reconocimiento de la existencia del otro, de su vulnerabilidad, de sus necesidades, como una forma fundamental de transformar conflictos. El otro representa la diversidad sexual y de géneros, como en el caso de las mujeres trans. Pensamos que el proceso de *otrorización* que viven las mujeres trans en El Salvador nos ilumina en cuanto a las formas en que otros grupos son tratados social y políticamente. El análisis MEC de la sexualidad y del género abre nuevos horizontes para entender la intransigencia de las políticas de seguridad contra las juventudes, vistas como ese otro no conforme y disidente, y la deshumanización de todos aquellos que se relacionan con las pandillas. Queremos extender esta invitación a incluir voces usualmente silenciadas en el marco del conflicto y miradas alternativas que nos permitan superar ciclos de violencia de manera más sostenible y con menos dolor en nuestra sociedad.



REFERENCIAS

ACAN-EFE. Qué es la “ley de identidad de género” propuesta en la Asamblea Legislativa por el FMLN. *La Prensa Gráfica*, San Salvador, 22 mar. 2018. Disponible en: <<http://bit.ly/2LHs3kp>>. Acceso en: 23 jul. 2018.

AMAR, Paul. *The security archipelago: human-security states, sexuality politics, and the end of neoliberalism*. Durham: Duke University Press, 2013.

BARKER, Gary; GREENE, Margaret E. Qué tienen que ver los hombres con esto? Reflexiones sobre la inclusión de los hombres y las masculinidades en las políticas públicas para promover la equidad de género. In: AGUAYA, Francisco; SADLER, Michelle (Eds.). *Masculinidades y políticas públicas: involucrando hombres en la equidad de género*. Santiago de Chile: Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Chile, 2011. p. 23-49.

CALLAMARD, Agnes. *Declaración final de misión en El Salvador*. Nueva York: ACNUDH, 2018.

CIDÓN KIERNAN, Maria. El Salvador dice que investiga más de 100 casos de ataques contra LGBTI. *Revista Factum*, San Salvador, 22 mar. 2017. <<http://bit.ly/2LdHqVJ>>. Acceso en: 20 jul. 2018.

CLAVEL, Tristan. InSight Crime’s 2017 homicide round-up. *InsightCrime*, Washington, 19 ene. 2018. Disponible en: <<http://bit.ly/2LaJoGq>>. Acceso en: 20 jul. 2018.

COMCAVIS; ASPID ARCOIRIS; GENERACIÓN HT. *Violaciones de Derechos humanos de las personas transgénero en El Salvador*: lista de cuestiones sometida a las Naciones Unidas Oficina del Alto Comisionado para los Derechos Humanos. Chicago: Hearland Alliance, 2015. Disponible en: <<http://bit.ly/2vIAgyP>>. Acceso en: 3 ago. 2018.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Informe para la audiencia ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos sobre la situación de violencia contra la población de mujeres trans en El Salvador*. San José: CIDH, 2013.

_____. *Violencia contra las personas lesbianas, gay, bisexuales, trans e intersexuales en América*. San José: CIDH, 2015. Disponible en: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/violenciapersonaslgbti.pdf> Acceso en: 20 jul. 2018.

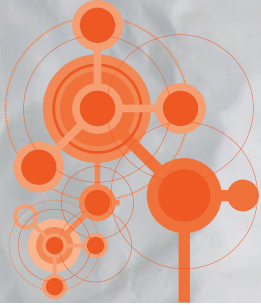
CONNELL, Raewyn W. The social organization of masculinity. *Masculinities*, Cambridge, p. 67-86, 1995.

CRUZ, Carlos. Sin justicia: a Tania Vásquez la mataron en El Salvador hace dos años. *Sinetiquetas*, [S.l.], 4 maio 2015. Disponible en: <<http://bit.ly/2LjHgMz>>. Acceso en: 23 jul. 2018.

DIAMOND, David. *Theatre for living: the art and science of community-based dialogue*. Oxford: Trafford Publishing, 2007.

DIETRICH, Luisa. La “compañera política”: mujeres militantes y espacios de “agencia” en insurgencias latinoamericanas. *Colombia Internacional*, Bogotá, n. 80, p. 83-133, ene.-abril 2014.

DIETRICH, Wolfgang. La llamada a las paces transracionales: cátedra magistral dictada el 20 de abril de 2009 en la Universidad de los Andes en Mérida (Venezuela), dentro del marco del I Encuentro Internacional de Arte, Paz y Sostenibilidad. Mérida: Universidad de los Andes, 2009.



_____. *Interpretations of peace in history and culture*. London: Palgrave Macmillan, 2012.

_____. *Elicitive conflict mapping*. London: Palgrave Macmillan, 2017.

DUDLEY, Deborah. *Perseguidas: proceso político y legislación sobre aborto en El Salvador – Un análisis de derechos humanos*. New York: CRLP, 2000.

ECHAVARRÍA, Josefina. *In/Security in Colombia: writing political identities in the democratic security policy*. Manchester: Manchester University Press, 2010.

_____. (Re)Imagining migration. *Peace Review: A Journal of Social Justice*, Oxford, v. 26, n. 2, p. 178-184, 2014. Edición especial "Migrants and Cultures of Hospitality".

_____. Sexuality, security and migration: seeking elicitive clues in the analysis of the 2015 Cologne's Sylvesternacht. In: ECHAVARRÍA, Josefina; INGRUBER, Daniela; KOPPENSTEINER, Norbert (Eds.). *Transrational resonances: echoes to the many peaces*. Houndsmill: Palgrave Macmillan, 2018.

EL SALVADOR. Asamblea Legislativa. Decreto nº 106, de 24 de septiembre de 2015. *Diario Oficial*, San Salvador, n. 174, t. 408. Disponible en: <<http://bit.ly/2NwHLiN>>. Acceso en: 20 jul. 2018.

_____. Asamblea Legislativa. Reforma 133-A, de 11 de octubre de 2016. *Diario Oficial*, San Salvador, 11 oct. 2016. Disponible en: <<http://bit.ly/2A0w5Dh>>. Acceso en: 23 jul. 2018.

GALTUNG, Johan. *Der Preis der Modernisierung: Struktur und Kultur im Weltsystem*. Wien: Promedia, 1997.

HUMAN RIGHTS FIRST. Violencia motivada por prejuicio contra las personas lgbt en El Salvador. *Human Rights First*, Nueva York, 2016. Disponible en: <<https://bit.ly/2LGdvBH>>. Acceso en: 20 jul. 2018.

HUME, Mo. The myths of violence: gender, conflict, and community in El Salvador. *Latin American Perspectives*, Thousand Oaks, n. 35, v. 162, p. 59-76, 2008. doi: 10.1177/0094582X08321957.

_____. *The politics of violence: gender, conflict and community in El Salvador*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009a.

_____. Researching the gendered silences of violence in El Salvador. *IDS Bulletin*, Brighton, n. 40, v. 3, p. 79-85, 2009b.

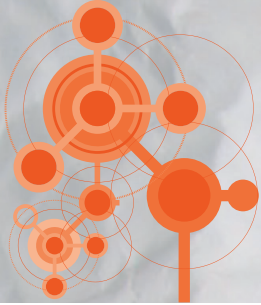
LABRADOR, Gabriel. La investigación de San Blas parecía sesgada y se llegó a una decisión ridícula. *El Faro*, San Salvador, 11 feb. 2018. Disponible en: <<http://bit.ly/2NF2Mbb>>. Acceso en: 23 jul. 2018.

LA RAÍZ de la discriminación. 12'42". *Revista Factum*. YouTube. 2017. Disponible en: <<http://bit.ly/2zWpPMN>>. Acceso en: 20 jul. 2018.

LEDERACH, John Paul. *Preparing for peace: conflict transformation across cultures*. Syracuse: Syracuse University Press, 1995.

_____. *The little book of conflict transformation*. Intercourse: Good Books, 2003.

_____. *The moral imagination: the art and soul of building peace*. Oxford: Oxford University Press, 2005.



LEDERACH, John Paul; NEUFELDT, Reina; CULBERTSON, Hal. *Reflective peacebuilding: a planning, monitoring, and learning toolkit*. Mindanao: Joan B. Kroc Institute for International Peace Studies; University of Notre Dame; Catholic Relief Services Southeast, 2007.

LUNA, Stanley. 1,519 mujeres asesinadas y solo 258 condenas por feminicidio en dos años. *ElSavador.com*, San Salvador, 23 dic. 2017. Disponible en: <<http://bit.ly/2O9nW2d>>. Acceso en: 23 jul. 2018.

OBSERVATORIO DEL DERECHO HUMANO A LA ALIMENTACIÓN EN CENTROAMÉRICA. El Salvador: costo de la canasta básica alimentaria 2014-2015. *ODHAC*, San Salvador, 2014. Disponible en: <<http://bit.ly/2LfZmyW>>. Acceso en: 23 jul. 2018.

ORGANIZACIÓN DE NACIONES UNIDAS. Poner fin a la violencia contra la mujer: de las palabras a los hechos – Estudio del secretario general de Naciones Unidas. Nueva York: Naciones Unidas, 2006.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. Cátedra de Estudios de Paz. *Elicitive conflict mapping online*. Innsbruck: Universidad de Innsbruck, 2014. Disponible en: <<http://bit.ly/2O2zcgZ>>. Acceso en: 20 jul. 2018.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. Procuraduría de Derechos Humanos de El Salvador. *Informe sobre la situación de los derechos humanos de las mujeres trans en El Salvador*. San Salvador: PDDH, 2015. Disponible en: <<http://bit.ly/2KPicb9>>. Acceso en: 3 ago. 2018.

RAMOS, Silvina (Ed.). *Investigación sobre aborto en América Latina y el Caribe: una agenda renovada para informar políticas públicas e incidencia*. Lima: Promsex, 2015.

RED FEMINISTA FRENTE A LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES. *Informe sobre la situación de violencia contra las mujeres 2015*. San Salvador: RED-FEM, 2016.

REYNA, Verónica et al. *Inseguridad y violencia en El Salvador: el impacto en los derechos de adolescentes y jóvenes del municipio de Mejican*. San Salvador: SSPAS, 2017.

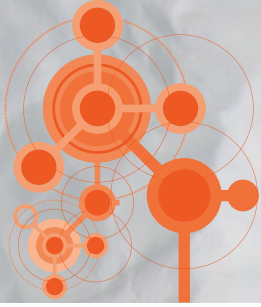
SEIS personas desplazadas hacia Norteamérica por asesinato de tres transexuales en la paz. *La Prensa Gráfica*, San Salvador, 1 mar. 2017. Disponible en: <<http://bit.ly/2LiH0gQ>>. Acceso en: 23 jul. 2018.

STERN, Maria. *Naming in/security – Constructing identity: “Mayan-women” in Guatemala on the eve of “peace”*. Göteborg: Department of Peace and Development Research Göteborg University, 2001.

THEIDON, Kimberly. Reconstructing masculinities: the disarmament, demobilization, and reintegration of former combatants in Colombia. *Human Rights Quarterly*, Baltimore, n. 31, v. 1, p. 1-34, 2009. doi: 10.1353/hrq.0.0053.

VALENCIA, Roberto. Un alza del 26% en los asesinatos torpedea el discurso del FMLN en materia de seguridad. *El Faro*, San Salvador, 1 mar. 2018. Disponible en: <<http://bit.ly/2Lkry3T>>. Acceso en: 23 jul. 2018.

VATTIMO, Gianni. Dialéctica, diferencia y pensamiento débil. In: DIETRICH, Wolfgang; ECHAVARRÍA, Josefina; KOPPENSTEINER, Norbert (Eds.). *Schlüsseltexte der Friedensforschung*. LIT: Wien; Münster: LIT, 2006.



VELÁSQUEZ ESTRADA, Ruth Elizabeth. Grassroots peacemaking: the paradox of reconciliation in El Salvador. *Social Justice*, Oxford, n. 41, v. 3, p. 69-86, 2015.

ZULVER, Julia. High-risk feminism in El Salvador: women's mobilisation in violent times. *Gender & Development*, Abingdon, n. 24, v. 2, p. 171-85, 2016. doi: 10.1080/13552074.2016.1200883.

Artículo recibido el 10.05.2018 y aprobado el 20.06.2018.



Desafíos para la paz en un mundo globalizado. Por una ciudadanía cosmopolita y cuidadora¹

Challenges for peace in a globalized world.
Towards a cosmopolitan and careful citizenship

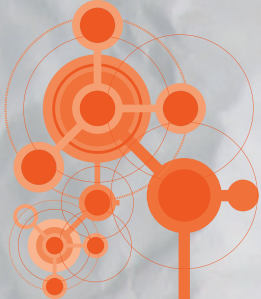
Desafios para a paz no mundo globalizado.
Por uma cidadania cosmopolita e cuidadora



Irene Comins Mingol

- Directora del Instituto Interuniversitario de Desarrollo Social y Paz de la Universitat Jaume I (UJI)
- Doctora en Estudios Internacionales de Paz, Conflictos y Desarrollo
- Investigadora en Estudios de Paz y Género
- Miembro del equipo fundador de la Cátedra Unesco de Filosofía para la Paz de la Universitat Jaume I
- Profesora del Departamento de Filosofía y Sociología de la UJI
- Algunas de sus publicaciones son *La ética del cuidado y la construcción de la paz*, Barcelona: Icaria, 2008; y *Filosofía del Cuidar*, Barcelona: Icaria, 2009
- E-mail: cominsi@uji.es

¹ Adaptación del artículo original "La ética del cuidado en sociedades globalizadas: hacia una ciudadanía cosmopolita" publicado en *Thémata. Revista de Filosofía*, nº 52, 2015.



Resumen

Este artículo aborda las contribuciones de una filosofía del cuidar a la construcción de una ciudadanía cosmopolita en un mundo globalizado. Y es que la capacidad del ser humano para empatizar con otros diversos, ser sensible a sus necesidades y responder adecuadamente va a *jugar* un papel fundamental en un mundo globalizado de interdependencias crecientes. Para ello el artículo aborda la importancia de una filosofía del cuidar para resignificar algunas asunciones dominantes sobre la naturaleza humana y señala el potencial de la ética del cuidado para tratar temas morales en contextos globales.

PALABRAS CLAVE: ÉTICA DEL CUIDADO • GLOBALIZACIÓN • CIUDADANÍA COSMOPOLITA • PAZ • EMPATÍA.

Abstract

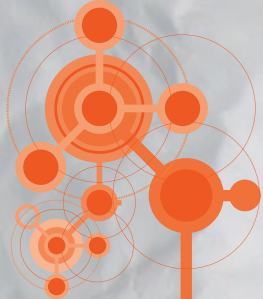
This article discusses the contributions of a philosophy of caring for the construction of a cosmopolitan citizenship in a globalized world. The human ability to empathize with diverse others, be sensitive to their needs and respond appropriately will play a key role in a globalized world of growing interdependences. The article is structured in three parts, beginning with a brief introduction to the ethics of care. Secondly the article addresses the importance of a philosophy of caring to challenge some key assumptions about human nature. Finally we point out the potential of the ethics of care to address moral issues in global contexts.

KEYWORDS: CARE ETHICS • GLOBALIZATION • COSMOPOLITAN CITIZENSHIP • PEACE • EMPATHY.

Resumo

Este artigo aborda as contribuições de uma filosofia do cuidado para a construção de uma cidadania cosmopolita no mundo globalizado. A capacidade do ser humano para a empatia com o outro, ser sensível às suas necessidades e responder adequadamente a essas demandas são elementos fundamentais no mundo globalizado de interdependências crescentes. Para isso, este texto aborda a importância de uma filosofia do cuidado para ressignificar algumas suposições dominantes sobre a natureza humana e indica o potencial da ética do cuidado para tratar temas morais em contextos globais.

PALAVRAS-CHAVE: ÉTICA DO CUIDADO • GLOBALIZAÇÃO • CIDADANIA COSMOPOLITA • PAZ • EMPATIA.



INTRODUCCIÓN

La globalización está generando un cambio profundo en nuestras sociedades, nuestros proyectos vitales se entrecruzan cada vez más con los de *otros* seres humanos que hasta hace poco parecían lejanos, tanto física como conceptualmente. Muchas veces se trata de algo más que meros cruces, hasta el punto de que hoy más que nunca dependemos de personas que jamás hemos visto y que a su vez dependen de nosotros (Nussbaum, 2010, p. 113). En este contexto parece cada vez más difícil sostener que las fronteras morales debieran coincidir con las fronteras de nuestra comunidad cotidiana. Aparece, pues, un interrogante: *How far, literally, should we care?*²

En este artículo vamos a abordar los desafíos y el potencial de la ética del cuidado en la construcción de una ciudadanía cosmopolita en un mundo globalizado. Y es que la capacidad del ser humano para empatizar con otros diversos, ser sensible a sus necesidades y responder adecuadamente va a jugar un papel fundamental en un mundo de interdependencias crecientes. Para ello el artículo se estructura en tres partes. En primer lugar, se presenta una breve introducción a la ética del cuidado. En segundo lugar, abordaremos la importancia de la ética del cuidado para cuestionar y resignificar algunas asunciones dominantes sobre la naturaleza humana. Finalmente señalaremos el revelador potencial de la ética del cuidado para tratar temas morales en contextos globales.

LA ÉTICA DEL CUIDADO: UNA BREVE PRESENTACIÓN

Carol Gilligan explicitó por primera vez en 1982 con su obra *In a Different Voice*, el diferente desarrollo moral que las mujeres han experimentado como resultado de la socialización y la práctica del cuidar. Hasta entonces la Teoría del Desarrollo Moral se ceñía sin excepciones a la teoría propuesta por su maestro y mentor Lawrence Kohlberg. Gilligan intentó ampliar la teoría moral de Kohlberg incluyendo un análisis sobre las experiencias morales de las mujeres, ya que la teoría de Kohlberg se construyó exclusivamente sobre el estudio de varones, en concreto 84 niños varones durante un período de más de veinte años (Gilligan, 1986, p. 40). Gilligan detectó en su análisis de las mujeres una diferente voz moral más relacional, que situaba como preferente la preservación de las relaciones, en oposición con la ética de la justicia, de la teoría del desarrollo moral según Kohlberg, en la que se sitúa como preferente la obediencia a normas morales universales. Esa diferente perspectiva moral de las mujeres -señala claramente Gilligan- es resultado de la división sexual del trabajo y de la aguda división entre lo público y lo privado. Hombres y mujeres desarrollan así dos perspectivas morales distintas, en función de esa desigual atribución de responsabilidades, que se han venido a calificar como *ética de la justicia* y *ética del cuidado*.

La ética del cuidado eleva la atención, la responsividad y el mantenimiento de las relaciones interpersonales al estatus de una importancia moral fundacional. Pero no se queda únicamente al nivel privado, sino que rompiendo la dicotomía entre público y privado alcanza la reflexión política. Así, por ejemplo, la teórica política Sevenhuijsen, siguiendo el trabajo de Joan Tronto y otras, propone el concepto de *ciudadanía cuidadora* (Sevenhuijsen, 2003) y argumenta que el cuidado debe reconciliarse con la justicia y las preocupaciones democráticas, por ello propone el cuidado como un tema de ciudadanía con importantes implicaciones prácticas y políticas. Como Gilligan señala la ética del cuidado "is a human ethic, integral to the practice of democracy and to the functioning of a global society" (Gilligan, 2013, p. 175).

² Así reza el título del artículo publicado por D. M. Smith en 1998 en la revista *Progress in Human Geography*, 22 (1), 15-38: «How far should we care? On the spatial scope of beneficence».



HACIA UNA VISIÓN RENOVADA DE LA NATURALEZA HUMANA

La ética del cuidado se considera, hoy en día, el enfoque alternativo más potente en cuestiones morales (Held, 2014) y ha contribuido significativamente, junto con otros desarrollos teóricos³, a un cambio de paradigma en virtud del cual se pone en valor y se reconoce la importancia de las relaciones, las emociones y la empatía.

Esa diferente voz se escuchó por primera vez como “femenina” porque el patriarcado asoció las emociones y las relaciones con las mujeres, y las consideró respectivamente limitantes de su racionalidad y autonomía. Sin embargo, lo que había sido considerado un problema en el desarrollo de las mujeres ha sido redefinido, desde la ética del cuidado, como un problema del marco interpretativo, como señala Gilligan “una limitación en la concepción de la condición humana, una omisión de ciertas verdades sobre la vida” (2014, p. 89). Con el cambio de paradigma esa “diferente voz” se redescubre como una voz radicalmente humana.

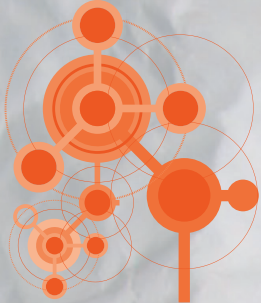
Como señala M^a Luz Pintos Peñaranda como humanos nacemos con unas capacidades pregenerizadas para la empatía, las emociones y la tolerancia (2010, p. 51-71), de ahí que la gran pregunta que cabe formularnos es, según Carol Gilligan, ¿Cómo perdemos esa capacidad para cuidar? ¿Qué inhibe nuestra habilidad de empatizar con otros? Para responder a esta pregunta Gilligan profundiza en el concepto de *daño moral*, que se produce con la ruptura de la confianza que compromete nuestra habilidad para amar. La ética del cuidado con su compromiso con las relaciones, el amor y la ciudadanía democrática, es también la ética de la resistencia al daño moral (Gilligan, 2014, p. 90).

En la adolescencia la construcción de la identidad se refuerza binariamente, de un modo en que la intimidad y la vulnerabilidad tienen un género, el femenino, y ser un hombre implica ser emocionalmente estoico e independiente (Gilligan, 2014, p. 94). Judy Chu identifica este proceso a edades incluso más tempranas, en cómo los niños que en 4 y 5 años eran atentos, auténticos y directos en sus relaciones unos con otros inician un proceso de separación e inautenticidad. Según Chu no es que las capacidades relacionales de los chicos se hayan perdido, sino que la socialización hacia la construcción cultural de la masculinidad, que es definida en oposición a la feminidad, parece forzar una división entre lo que los chicos saben y lo que los chicos muestran (Chu, 2014). En las voces de los adolescentes escuchamos señales del *daño moral*, en el momento en que son forzados, en virtud de la mística de la masculinidad, a traicionar lo que hasta ese momento consideraban correcto -la intimidad, la expresión del afecto y la sensibilidad-, una traición que es vista a los ojos del mundo como apropiada. En la historia del pensamiento occidental encontramos relatos simbólicos, y extremos, de esa traición al afecto y la intimidad. Agamenón sacrificando a su hija Ifigenia, Abraham preparándose para sacrificar a Isaac... actos en los que se traiciona el nexo íntimo de confianza filial en virtud de algún ideal superior, actos alabados culturalmente y recompensados con honor. La ética del cuidado como ética centrada en la vida y en su sostenibilidad, puede orientarnos en prevenir esa traición, ese daño moral. Ayudarnos a resignificar el concepto de ser humano, más allá de cualquier visión binaria o dicotómica entre géneros y a transgredir las construcciones identitarias violentas.

Las observaciones de Gilligan desafían la validez de dos asunciones clásicas sobre el ser humano: la concepción negativa del ser humano y la idea de individuo autónomo.

- a. *¿Una Antropología Negativa?* Partiendo de la imagen del ser humano según Hobbes, somos individuos egoístas en búsqueda competitiva y permanente de poder. Esta asunción está en el fundamento de la mayoría de las teorías del

³ Un gran número de evidencias provenientes de la psicología evolutiva, la neurociencia o la primatología, entre otros campos, están arrojando una nueva luz sobre el concepto de naturaleza humana, y el importante papel que juegan las emociones y la empatía en el ser humano.



contrato social en las que descansan los sistemas políticos liberales. Sin embargo, las feministas han demostrado la distorsión de estas asunciones: sin cuidadores que actúan de un modo que contradice esas asunciones, ningún bebe habría crecido para ser un ser humano hobbesiano o un calculador racional. Diferentes antropólogos y primatólogos señalan también la importancia de la empatía en nuestra evolución y cómo junto con la cooperación juegan un papel fundamental en nuestra supervivencia como especie⁴.

Por nuestra propia biología, lo humanos ya estamos en una actitud de experiencia de vínculo, de comprensión y de tolerancia, que es natural y espontánea y, por tanto, que viene con nosotros de modo no racional ni premeditado y, por tanto, sin que medie ninguna construcción cultural (Peñaranda, 2010, p. 55).

El ser humano, viene al mundo en un *estado de desvalimiento* más acentuado que el de otros seres vivos lo que hace que precise de esas habilidades y de sus congéneres para llegar a desarrollarse. “Son las culturas concretas [...] lo que en muchas ocasiones impide que obren las habilidades o estrategias adaptativas armonizadas ya inherentes a nuestra corporalidad biológica” (Peñaranda, 2010, p. 70).

b. *¿Individuos Autónomos?* Otra de las asunciones con las que hemos definido desde occidente la naturaleza humana, y que bebe de la tradición kantiana y rawlsiana, es la del individuo racional autónomo en búsqueda de leyes abstractas y universales. Esta imagen distorsiona la realidad de cuán interdependientes y relacionales son los seres humanos que viven en contextos históricos concretos. Y cómo el cuidado vertebrata lo que radicalmente somos, tal y como describe la fábula-mito de Higino recuperada por Heidegger. Estas teorías olvidan la importancia para la moralidad de emociones como la empatía, la compasión, la indignación ante el sufrimiento, en breve, la importancia del cuidado. Si bien las teorías kantianas y rawlsianas reconocen que los sentimientos apropiados ayudan a llevar a cabo los dictados de la razón, excluyen dichos sentimientos de la posibilidad de jugar un rol epistemológicamente justificable en determinar lo que la moralidad recomienda. Consideran que sólo la razón provee ese motivo justificable y desconocen la importancia moral de las relaciones reales de cuidado. No tienen en cuenta la importancia de las emociones ni para la comprensión de qué debemos hacer ni en la motivación para realizar esas acciones moralmente recomendadas. Sin embargo, sin sensibilidad empática uno puede no ser capaz de satisfacer las necesidades de los otros en el modo que requiere la moralidad. Sin sentimientos de preocupación, uno puede no tomar la responsabilidad por responder aquellos que están en situación de necesidad. Para la ética del cuidado la moralidad no es tanto un tema de reconocimiento racional -que también- como, sobre todo, de asunción de responsabilidades por otras personas particulares necesitadas (Held, 2014). Esto cuestiona el mismo principio de imparcialidad, ya que, para una buena relación de cuidado, necesitamos una comprensión moral contextual, narrativa y atenta a las particularidades.

Las observaciones de Gilligan nos permiten, pues, desafiar estas asunciones. Mientras que no son instalados en los hábitos del patriarcado, ni chicos ni chicas aspiran a ser ese individuo racional autosuficiente. Son, como todos nosotros, dependientes e interdependientes y conformados por, y a través de, sus relaciones con los otros y las otras. Las investigaciones de Gilligan muestran que es el patriarcado el que, en la adolescencia, lleva a las chicas a suprimir sus propias voces, y a los chicos a aspirar a la auto-suficiencia y al poder sobre otros. Sin el patriarcado, ambos estarían inclinados hacia la ética del cuidado tanto como a la ética de la justicia.

⁴ El concepto de ser humano del que partimos tiene un gran poder para la construcción del futuro, pues como una profecía que se auto-cumple el ser humano construye su mundo según la expectativa que sobre el concepto de ser humano y de identidad su cultura dibuja, de ahí la importancia de clarificar nuestra noción de ser humano. Es importante analizar y redefinir el modelo antropológico dominante, ampliando el concepto reduccionista existente (focalizado en las competencias violentas-agresivas del ser humano) por un concepto más complejo (que reconozca también las competencias para hacer las paces que tienen todos los seres humanos). Puede consultarse un análisis interesante del papel que juega la definición de ser humano como profecía autocumplida en Fry, D.: *The Human Potential for Peace: An Anthropological Challenge to Assumptions about War and Violence*. Oxford: Oxford University Press, 2006.



MÁS ALLÁ DE LO ÍNTIMO HACIA LO GLOBAL

La ética del cuidado rechaza enérgicamente el confinamiento de sus valores a la esfera privada de las relaciones personales. La brecha entre lo público y lo privado y el confinamiento de las mujeres al último está en la base del patriarcado que la ética del cuidado trata de superar.

Dado el arraigo del lenguaje moral de los derechos y los deberes es difícil imaginar cómo, y en qué contextos, el lenguaje y las estrategias de una ética crítica del cuidado podrían ponerse en práctica. Autoras como Fiona Robinson señalan el modo en que el lenguaje moral de los derechos y los deberes está inextricablemente unido a la filosofía política del liberalismo, una filosofía que actualmente domina nuestra forma de pensar sobre economía política global, legitimidad internacional o desarrollo. El discurso moral de los derechos y deberes, que enfatiza una visión del ser humano como individuo autónomo y libre, la igualdad formal y la reciprocidad, es poco probable que incomode a las asimetrías en el poder y el bienestar que actualmente caracterizan el orden global (Robinson, 1999, p. 157-158). Acercar la ética del cuidado al ámbito público y al ámbito de las relaciones internacionales puede contribuir en el esbozo de un nuevo paradigma de cosmopolitismo, vamos a ver a continuación los ámbitos que puede contribuir a reformular:

La atención a la diversidad: lo concreto dentro de lo universal

En el camino hacia la construcción de una globalización humana⁵ debemos ser conscientes de la dialéctica entre la necesidad de una teoría de la justicia universalizable y al mismo tiempo la necesidad de reconocer las diferencias existentes entre los seres humanos. En este sentido la ética del cuidado tiene importantes contribuciones a realizar pues, como señala Gilligan, entre las habilidades cognitivas de esa *diferente voz* moral destacan dos: 1. El juicio moral de la ética del cuidar es más contextual, está más inmerso en los detalles de las relaciones. 2. Muestra mayor propensión a adoptar el punto de vista del "otro particular".

La contextualidad del juicio moral es una manifestación de madurez moral que considera al "yo como algo inmerso en una red de relaciones con los otros" (Benhabib, 1990, p. 121). El respeto hacia las necesidades de los demás y la mutualidad del esfuerzo por satisfacerlas sustentan el crecimiento y el desarrollo moral. Desde el punto de vista del otro generalizado nuestra relación con la otredad se rige por las normas de igualdad formal y reciprocidad: cada cual tiene el derecho a esperar y suponer de nosotros lo que nosotros podemos esperar o suponer de él o ella. En cambio, desde el punto de vista del otro concreto, nuestra relación está regida por las normas de equidad y reciprocidad complementaria: cada cual tiene el derecho a esperar y suponer de los otros y otras formas de conducta por las que ellos y ellas se sientan reconocidos y confirmados en tanto que seres individuales y concretos con necesidades y capacidades específicas. Aquí vemos la conexión entre la teoría del reconocimiento de Honneth y la noción de sujeto incardinado de Benhabib. Benhabib nos propone una teoría moral que nos permita reconocer la dignidad del otro generalizado mediante el reconocimiento de la identidad moral del otro concreto (Benhabib, 1990, p. 144).

En el camino hacia la construcción de una globalización humana es ineludible la tarea de reconstruir un sujeto arraigado, incardinado, un individuo con una historia, una identidad y una constitución afectivo-emocional concretas. También es importante proponer una nueva visión de las relaciones sociales. Un nuevo concepto de intersubjetividad en que, sobre la base imprescindible de una ética de la justicia, intentemos comprender las necesidades de los otros y desarrollemos nuestra capacidad de empatía para entender sus motivaciones y cuáles son sus deseos, lo cual es importante, entre otras cosas, para una teoría del desarrollo. A ello nos puede ayudar la ética del cuidado y la teoría del reconocimiento, modulando la ética de la justicia.

5 U. Beck diferencia entre el globalismo o *globalización económica* vigente y la necesidad de construir una *globalización humana*. Ver Beck, U.: *¿Qué es la globalización?* Buenos Aires: Paidós, 1998.



No es a la idea de *justicia* a la que se opone la ética del cuidado, sino a la visión individualista y atómica de las personas como sujetos *abstractos* en lugar de *concretos* (Robinson, 1999, p. 25). En definitiva el dilema entre la igualdad y la diferencia. Según Alison Jaggar la igualdad es parte integral de una ética de la justicia que es característicamente masculina en la medida que oscurece la diferencia humana abstrayéndola de la particularidad y singularidad de personas concretas en situaciones específicas y que intenta resolver los intereses conflictivos aplicando un poder abstracto, en lugar de responder directamente a las necesidades que se perciben inmediatamente (Jaggar, 1996). La ética del cuidado se preocupa por las necesidades de las personas más vulnerables e indefensas en contextos históricos concretos. Es por ello más sensible a la necesidad de mantener la paz, y evitar el conflicto violento, que aquellas teorías centradas en la justicia abstracta que pueden allanar el camino a la justificación de una intervención militar.

El reconocimiento de que las relaciones de cuidado existen y que pueden ser ampliadas abre nuevas posibilidades importantes para repensar las transformaciones necesarias para lidiar con la pobreza global y la reestructuración de la actividad económica. La ética del cuidado promueve el diálogo con, y la escucha de, otros cuyas experiencias, perspectivas y culturas son muy distantes a la nuestra.

Atenerse a los mismos principios en diferentes circunstancias puede ser una injusticia. Cuando nos aferramos a los principios, sin atender al contexto, no estamos teniendo en cuenta la complejidad. Ser sensible a un amplio rango de consideraciones morales puede ser a menudo más importante que la adherencia rígida a principios (Held, 1995, p. 162). La teoría moral tradicional se ha basado frecuentemente en lo que una persona pensaría de estar en el punto de vista de un observador hipotético ideal. Sin embargo, la teoría feminista ha sido crítica de estos intentos de ignorar la realidad concreta y valora los juicios particulares producidos en la experiencia real sobre aquellos imaginados de ser aceptables en circunstancias hipotéticas (Held, 1995, p. 160).

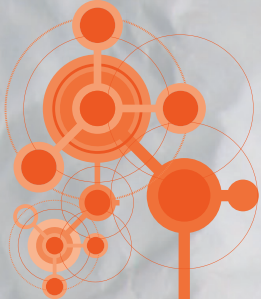
Podríamos decir de la ética del cuidado que es una ética dinámica, siguiendo la definición de Juan Masiá Clavel (2004, p. 246) según la cual a la ética dinámica:

se la busca, piensa y vive elaborándola junto con otras personas, a través de fallos y logros, ayudándose mutuamente a ponerse en órbita. En vez de una mera aplicación de normas y principios inmutables a casos concretos, se rehacen las normas y principios a la luz de cada caso inédito.

El poder de la motivación: de la teoría a la praxis

Además de esta aportación a la ética de la justicia, la ética del cuidado también toma seriamente el problema de la motivación y el de la naturaleza de la respuesta moral, aspectos que son, en cierta medida, marginados por la ética de la justicia. En la ética de la justicia el concepto de deber se limita a la no-interferencia recíproca, en cambio, en la ética del cuidado incluye la necesidad de dar respuesta a las necesidades de los otros. Una de las diferencias más visibles de la ética del cuidado con respecto a otras es que no tiene como preocupación central el *juicio moral*. Para muchas otras éticas, como la ética kantiana o la ética del discurso, el juicio moral es el tema clave, ¿qué elementos hacen que un juicio sea moral? La mayoría de los filósofos que se han ocupado de la moral se han preguntado por el origen y fundamento de los juicios morales. En cambio, en la ética del cuidado toma preocupación central no sólo el juicio moral sino el impulso y la disposición moral.

Uno de los grandes obstáculos a superar en el ámbito de la ética es la distancia existente entre nuestras grandes declaraciones sobre los derechos humanos y las realizaciones de la vida cotidiana, el abismo entre la teoría y la praxis. El cuidado supera este abismo ya que consiste en la aplicación afectiva y efectiva de los grandes principios morales a la realidad cotidiana. De este modo, el cuidado puede ser el puente que salve la distancia entre los grandes dichos y los hechos. El camino a través del cual los principios morales y los valores universales, se practiquen e incardinan en la cotidianidad.



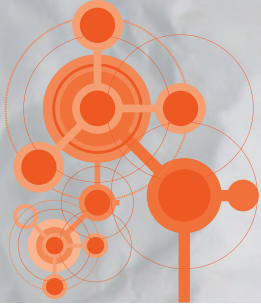
El filósofo Thomas Pogge (2012), conocido por sus escritos sobre la pobreza global y las responsabilidades de los países más ricos, sitúa los derechos humanos en el centro de su análisis. Según Pogge estamos violando los derechos humanos de los pobres del mundo al mantener un orden económico global que provoca esta pobreza. No obstante, los derechos humanos son elementos de la ley, son los mínimos que la ley debería asegurar. Y es que el hambre en el mundo no se presta bien a soluciones y remedios exclusivamente *legales*. La ética del cuidado, por el otro lado, clama para que algo se haga en favor de los niños y niñas que mueren cada año, de hambre o por una enfermedad evitable. El enfoque del cuidado podría proveer la motivación para abordar seriamente el problema (Held, 2014, p. 113). El mismo Pogge reconoce que si la ciudadanía de los países más ricos se preocupara por reducir la pobreza global, también lo harían sus políticos y se tomarían los pasos necesarios al respecto (Pogge, 2012, p. 31). Sin embargo, la existencia cotidiana, especialmente la del mundo actual, tiende a aislar al ser humano y a transmitirle una impresión de irresponsabilidad.

La participación requiere de una motivación, y un importante factor motivador es la preocupación por el bienestar de los seres humanos y de la naturaleza, y el reconocimiento de nuestras capacidades para ser agentes de cambio. La marginación y restricción del valor del cuidado a la esfera privada ha provocado nefastas consecuencias para la esfera pública. La falta de implicación, de compromiso, de motivación, de sentimiento de responsabilidad por lo que nos rodea son los más claros síntomas de este fenómeno. De ahí la importancia de reivindicar el cuidar para reconstruir los fundamentos de una ciudadanía participativa. Mediante las tareas de cuidado el individuo se siente significativo, importante, necesario, y se da cuenta de que tiene cierto poder para modificar la realidad. La participación responsable en las estructuras sociales constituye la mejor garantía para que el individuo pueda conseguir una vida buena y feliz. Así la democracia cumple con sus dos dimensiones: la instrumental, en cuanto método que permite resolver pacíficamente las disputas y exigir por parte de los ciudadanos a los gobernantes la satisfacción de sus necesidades; y la sustancial, en la medida en que esa participación política de los ciudadanos constituye una actividad humana intrínsecamente consustancial al desarrollo de las cualidades propias del ser humano.

De hecho el pensamiento que se desarrolla entre los teóricos del cuidar es altamente compatible con diferentes tendencias que se disciernen en el proceso de la globalización. Tales como el desarrollo de una sociedad civil global, el crecimiento de las organizaciones no gubernamentales o el nuevo orden mundial en red del que nos habla Anne-Marie Slaughter (2004). La “globalización desde abajo” (Falk, 1993) de los movimientos sociales transnacionales, tales como el movimiento ecologista o los movimientos contra los efectos nocivos de la globalización corporativa, apoyan el aumento de la influencia global del cuidado y de sus valores.

La ética del cuidado apoya claramente el derecho internacional, tal y como se ha desarrollado hasta ahora, pero apoya incluso más la cooperación cuidadosa que puede hacer decrecer la necesidad de dicha ley (Held, 2011). Es interesante, en este sentido, el concepto de *ciudadanía*, una noción de ciudadanía que pone en el centro el cuidado y el compromiso por el bienestar de los otros, las otras y la naturaleza.

Y es que el cuidado contribuye en el delineamiento del ejercicio de la ciudadanía como acción. Las democracias no se pueden reducir a su dimensión legal o al juego de mayorías y minorías. La alternativa pasa por reconstruir una democracia directa con una sociedad civil participativa con un abanico más amplio de opciones para la acción. En concreto, según Tronto, Lister y Sevenhuijsen, el cuidado como proceso social y práctica de una sociedad civil activa se desarrolla en tres fases que pueden resumirse así: 1. Ser sensibles y detectar las necesidades sociales de cuidado, 2. Asumir la responsabilidad y la potencialidad para ser agente de cambio, 3. Realizar las acciones pertinentes, es decir, materializar el cuidado. El cuidado, con esta estructura, sirve como base para el logro político de una sociedad mejor. En este sentido, Tronto propone una forma sencilla de definir la ciudadanía, como el proceso en el que los ciudadanos y ciudadanas se comprometen e involucran en procesos de cuidado. Una definición de ciudadanía que puede transformar el modo en que pensamos la vida pública y privada, el modo en que entendemos la participación política. De ahí la importancia de facilitar espacios, y tiempos, para las prácticas de una *ciudadanía cuidadora y responsable*: prácticas en donde las personas pueden manifestarse a sí mismas como cuidadoras



y/o receptoras del cuidado, en diálogo unas con otras, preocupadas por el bienestar propio, el de los otros y otras, y el de la naturaleza. Asistiendo así a nuevas formas de acción democrática que integran el cuidado como eje vectorial, convirtiéndose el cuidado en una práctica de política democrática participativa y global.

Del deber de cuidar

Según John Rawls (1971) la justicia es la primera virtud de las instituciones sociales, pero autoras como Virginia Held sostienen que para lidiar con los problemas morales de un mundo cada vez más interconectado, una ética del cuidado desarrollado tendría más que ofrecer. Sarah Clark Miller examina el paradigma de la justicia hegemónico en el abordaje de los problemas morales y globales en la actualidad y defiende la necesidad de ponerlo en diálogo con las aportaciones de la ética del cuidado en lo que ella denomina un *cuidado cosmopolita* (Clark Miller, 2012)⁶. Según Miller la distancia no es un factor de relevancia moral y propone un deber de cuidar que puede ser a la vez global y concreto en su respeto por formas locales de entender el cuidado (Clark Miller, 2012). Según Clark Miller estamos moralmente obligados a responder a las necesidades fundamentales, tenemos el deber de cuidar. La conclusión de que tenemos un deber de cuidar descansa tanto sobre una ética kantiana y una ética del cuidado, de hecho Miller defiende una especie de hibridez entre la ética kantiana y la ética feminista del cuidado. La ética kantiana, y en concreto la idea del deber de ayudar, el principio de beneficencia, provee la fundamentación moral a la obligación de cuidar. Por otro lado, la ética del cuidado revela el contenido de esa obligación y la forma en la que debe llevarse a cabo. Miller establece un vínculo interesante entre el concepto kantiano de dignidad humana y el cuidado, un cuidado que refuerza la dignidad de las personas necesitadas. Según Miller se precisa una combinación de la ética kantiana y de la ética del cuidado para dar una explicación completa del deber de cuidar.

La ética del cuidado tomaría el derecho internacional, tal y como se ha desarrollado hasta ahora, como enormemente útil para evitar el conflicto violento. Pero no sólo eso, sino que lo entendería como expresión de los valores de cuidado y preocupación por la fragilidad de personas concretas (Clark Miller, 2012).

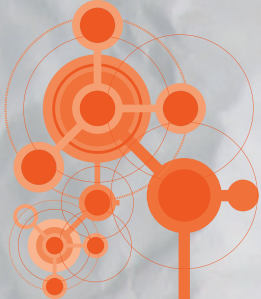
Todos reconocemos la importancia de elevar y promover el imperio de la ley al nivel global. Esto puede ser recomendado a partir de diferentes doctrinas morales, como la ética kantiana y el utilitarismo, pero puede ser incluso más fuertemente demandado por la ética del cuidado. Desde la perspectiva del cuidado, la ley es un enfoque limitado para un dominio limitado de la actividad humana. La ética del cuidado anima a los estados y otras organizaciones a tomar responsabilidades por proteger las poblaciones vulnerables y promover las regulaciones pacíficas de los conflictos antes de que escalen en violencia. La negociación de los conflictos no coercitivamente y el abordaje de los problemas de los políticamente marginados o explotados puede llegar a ser claramente prácticas de cuidado.

En lugar de centrarse en las normas a seguir o en las violaciones a la norma que deben penalizarse, la ética del cuidado atendería los problemas políticos, sociales y económicos que hacen que esas normas sean tantas veces inadecuadas en la protección de personas y grupos concretos.

Un mundo de relaciones: más allá de la dicotomía entre cuidado y justicia

Las conexiones de la sociedad civil, más visibles en los últimos años, son fundamentales para la construcción de una sociedad más democrática y comprometida, y pueden ser interpretadas como relaciones de cuidado. Este cuidado debería ser gradualmente extendido a los habitantes del globo (Held, 2014, p. 113).

⁶ Ver también su Tesis Doctoral: *The Duty to Care. Need and Agency in Kantian and Feminist Ethics*, 2003.



La ética del cuidado, a diferencia de otras tradiciones éticas, parte de una visión relacional e interdependiente de las personas. Mientras que la ética de la justicia prioriza los derechos individuales, buscando imparcialidad y principios universales, la ética del cuidado se centra en la confianza, los lazos sociales, la cooperación y la atención a las necesidades de los demás (Zembylas, 2010, p. 234).

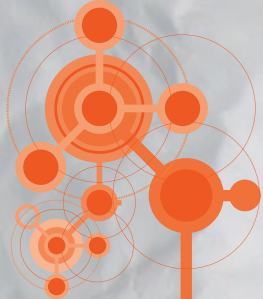
El eje crucial se encuentra en la habilidad de pensar en las personas diferentes a nosotras como incluidas en la categoría de «nosotros». Para que ese compromiso empático tenga implicaciones en la calidad de la vida social colectiva es necesario reconciliar las tensiones entre la ética de la justicia y la ética del cuidado (Smith, 2000). Una ética del cuidado reconceptualizada, que rechace la falsa dicotomía entre justicia y cuidado, puede tener implicaciones sustantivas para las vidas cotidianas de grupos marginalizados. La justicia está conectada con el cuidado, la solidaridad, la compasión y la empatía. A su vez el cuidado nos ayuda a reconocer las obligaciones de justicia que tenemos con otros (independientemente de si se encuentran cerca o lejos de nosotros). El cuidado como práctica democrática ofrece un programa político que puede equilibrar los derechos y las responsabilidades.

La vida exige un gran caudal de amor, dirigido incluso a seres tan alejados de nuestra experiencia cotidiana que es menester un esfuerzo consciente para recordar su existencia, su *coexistencia*. La ética del cuidado en lugar de basarse en un modelo de individuo independiente y autosuficiente concibe a las personas como inherentemente relacionadas e interdependientes. En lugar de asumir que las relaciones sociales moralmente relevantes son las que iniciamos voluntariamente, reconoce la significatividad moral de las relaciones no escogidas entre personas de poder muy desigual en las que nos encontramos (Held, 2011). La ética del cuidado fomenta prácticas como la construcción de confianza, la atención a necesidades reales y el abordaje de los conflictos de forma no violenta.

¿Es ciertamente la distancia – física/espacial, cultural y psicológica entre los agentes morales – lo que debemos abordar y ajustar al pensar en una ética global o internacional? (Robinson, 1999, p. 44-45). Según los teóricos de la globalización y del cambio social global, el orden del mundo contemporáneo se caracteriza por su profundo cambio en lo que a distancias se refiere (Robinson, 1999, p. 45). La noción del *encogimiento del mundo* sugiere que de alguna forma las distancias se han reducido. El resultado es la creación de relaciones entre *otros ausentes*, localmente distantes para una situación de interacción cara a cara; a través de los medios de comunicación, el transporte o las tecnologías de la información. Una era de globalización caracterizada también por diferencias radicales, percepciones de las diferencias afectadas por las relaciones de poder y patrones de exclusión. Según Fiona Robinson una ética para esta era no puede mantenerse en la distancia, adoptar *un punto de vista desde ningún lugar*, o mantenerse tras *el velo de ignorancia*, viendo los actores globales como participantes autónomos e iguales en relaciones políticas, económicas y morales (Robinson, 1999, p. 46). Una era de interdependencia global demanda una ética relacional que sitúe el valor más elevado en la promoción, restauración o creación de buenas relaciones sociales y personales, y de prioridad a las necesidades e intereses de otros concretos. Según Fiona Robinson la aportación principal de la ética del cuidado a las relaciones internacionales es el énfasis en la creación de nuevas relaciones sociales e incluso personales entre grupos e individuos de diferentes niveles socio-económicos y lugares. Esas nuevas relaciones pueden motivar atención moral y cuidado.

Frente a las políticas del miedo que se erigen en occidente como visión de la otredad, las políticas del cuidado. *El miedo a los bárbaros* – así reza el título de uno de los últimos libros de Tódorov –⁷ es el que amenaza en convertirnos en bárbaros a nosotros mismos. La ética del cuidado, centrada en la vida, puede ayudarnos a cambiar de orientación respecto a la visión de la otredad.

⁷ Tódorov, T.: *El miedo a los bárbaros*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2014. Tódorov utiliza el concepto *barbarie* para designar la capacidad humana de despreciar la humanidad de los otros, en contraste con el de *civilización*, que designaría la capacidad para considerar la humanidad del otro.



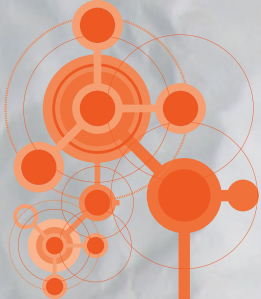
La ética del cuidado en la que se socializan las mujeres tiene como eje prioritario de la acción moral el sostenimiento y no ruptura de las relaciones interpersonales. En contraste la ética de la justicia tiene como eje prioritario de la acción moral el cumplimiento de los principios universales abstractos, si es necesario a costa de las mismas relaciones interpersonales – llegando a justificar bajo la bandera de la libertad, la igualdad o cualquier otro principio universal, la guerra y la destrucción de vidas humanas, consideradas meros efectos colaterales –. Así pues, el sujeto, desde el punto de vista de la ética del cuidar, es un sujeto intrínsecamente relacional, que tiene en el sostenimiento de la vida y la interconexión con los otros el eje prioritario de la acción moral. Annette Baier ha comparado la crítica de Gilligan a la autonomía y desarraigo del individuo con el lenguaje marxista de la alienación. El trabajo en la fábrica capitalista aliena al trabajador al desconectarlo del producto de su trabajo. La ética de la justicia aliena moralmente al individuo al separarlo de su mayor fuente de moralidad: la interconexión con los otros. Según Baier algunos de los efectos de esta falta de interconexión son la soledad, la apatía para la participación en procesos políticos o la falta de sentido de la vida. La madurez moral de la ética del cuidado implica una ciudadanía más comprometida, responsable e interconectada. Si bien uno de los grandes logros de la modernidad fue el descubrimiento de la autonomía, ese logro degeneró en las sociedades modernas en un excesivo individualismo. Un individualismo que implicaba la inflación de los derechos individuales, sin referencia alguna a los deberes, y la pérdida de sentido de pertenencia a una comunidad. Desde la ética del cuidado se viene realizando una crítica de ese individualismo abstracto. Un individualismo que menosprecia el papel de las relaciones sociales en la constitución de la auténtica identidad y la naturaleza de los seres humanos. Los sujetos del individualismo abstracto se presentan como maximizadores utilitaristas que buscan racionalmente su propio interés y beneficio. Frente a esa concepción individualista y abstracta del yo y de la comunidad humana, desde la ética del cuidado se propone una concepción del yo como algo inherentemente social. El conflicto y la competición ya no se consideran las relaciones humanas básicas, sino que se sustituyen por visiones alternativas de la fundación de la sociedad humana derivadas del apego del cuidado y la atención.

Los valores cívicos tradicionales de justicia, igualdad y libertad constituyen un mínimo necesario, pero no suficiente, para conseguir una democracia participativa. La tarea pendiente consiste en reconstruir el paradigma de una ciudadanía democrática a través del desarrollo de un nuevo lenguaje capaz de incorporar valores relacionales. El concepto de ser humano inherente a la ética del cuidado diverge del concepto de individualismo unilateral de muchas teorías políticas. La interrelación y la interdependencia son conceptos centrales en una ética del cuidar. El pensamiento que guía la ética del cuidar es el de seres humanos necesitados unos de otros en el objetivo de conseguir una vida de calidad, y que sólo pueden desarrollarse como individuos a través de relaciones de cuidado con los otros. Selma Sevenhuijsen acuñó este fenómeno como *autonomía relacional*. Así, desde la ética del cuidado la relación y la interdependencia entre los seres humanos son la red fundamental sobre la que se basa nuestro accionar y nuestro posicionarnos en el mundo.

CONCLUSIONES

Como hemos visto, la justicia y el cuidado son interdependientes y ambos son necesarios en la construcción de una globalización humana. Pero si bien la ética del cuidado no pretende sustituir la ética de la justicia, puede aportarle elementos de valor, como la consideración del otro concreto o la importancia de la respuesta moral.

El ser humano tiene el potencial de construir su propio *carácter* “al ser capaz de perfeccionarse de acuerdo con los fines que él mismo se señala” (Kant, 1935, p. 221), esa es la esperanza que nos anima a proponer la educación en los valores y praxis del cuidar como parte de una educación para una ciudadanía cosmopolita. Y es que como señala Mary Brabeck (1989) la responsabilidad hacia los otros, la conexión y la compasión son factores que no se encuentran en el margen de la moralidad sino en su mismo centro. “Educar en la madurez moral, desde Gilligan significa educar en la madurez tanto de la *justicia*, como de la *preocupación y cuidado* de unos seres humanos por otros” (Martínez Guzmán, 1998, p. 123).



REFERENCIAS

BAUMAN, Zygmunt: *Vidas desperdiciadas: La modernidad y sus parias*. Barcelona: Paidós, 2005.

BENHABIB, Seyla. El otro generalizado y el otro concreto: la controversia Kohlberg-Gilligan y la teoría feminista. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Eds.). *Teoría feminista y teoría crítica*. València: Edicions Alfons el Magnànim, 1990. p. 119-149

BRABECK, Mary. *Who cares? Theory, research, and educational implications of the ethic of care*. New York: Praeger, 1989.

CLARK MILLER, Sarah. *The ethics of need: agency, dignity, and obligation*. New York: Routledge, 2012.

CHU, Judy. *When boys become boys: development, relationships, and masculinity*. New York: New York University Press, 2014.

FALK, Richard. The making of global citizenship. In: BRECHER, Jeremy et al. (Eds.). *Global visions: beyond the new world order*. Boston: South End Press, 1993. p. 39-50.

GILLIGAN, Carol. *La moral y la teoría: psicología del desarrollo femenino*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

_____. *Joining the resistance*. Cambridge: Polity Press, 2013.

_____. Moral injury and the ethic of care: reframing the conversation about differences. *Journal of Social Philosophy*, Hoboken, v. 45, n. 1, p. 89-106, 2014.

HELD, Virginia. Feminist moral inquiry and the feminist future. In: _____ (Ed.). *Justice and care: essential readings in feminist ethics*. Colorado: Westview Press, 1995. p. 153-176.

_____. Morality, care and international law. *Ethics & Global Politics*, Abingdon, v. 4, n. 3, p. 173-194, 2011

_____. The ethics of care as normative guidance: comment on gilligan. *Journal of Social Philosophy*, Hoboken, v. 45, n. 1, p. 107-115, 2014.

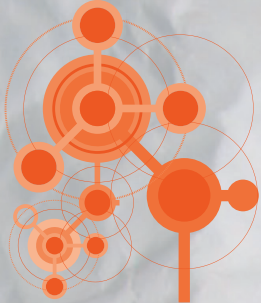
JAGGAR, Alison. Ética feminista: algunos temas para los años noventa. In: CASTELLS, Carme (Ed.). *Perspectivas feministas en teoría política*. Barcelona: Paidós, 1996. p. 167-184.

KANT, Immanuel. *Antropología en sentido pragmático*. Madrid: Revista de Occidente, 1935.

MARTÍNEZ GUZMÁN, Vicent. Género, paz y discurso. In: FISAS, Vicenç. (Ed.). *El sexo de la violencia: género y cultura de la violencia*. Barcelona: Icaria, 1998. p. 117-134.

MASIÁ CLAVEL, Juan. *Fragilidad en esperanza: enfoques de antropología*. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2004.

NUSSBAUM, Martha. *Sin fines de lucro: por qué la democracia necesita de las humanidades*. Madrid: Katz, 2010.



PINTOS PEÑARANDA, Maria Luz. Fenomenología, género y paz. In: COMINS MINGOL, Irene; PARÍS ALBERT, Sonia (Eds.). *Investigación para la paz: estudios filosóficos*. Barcelona: Icaria, 2010. p. 51-71.

POGGE, Thomas. ¿Estamos violando los derechos humanos de los pobres del mundo? *Eidos*, Barranquilla, v. 2012, n. 17, p. 10-67, 2012.

RAWLS, John. *A theory of justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

ROBINSON, Fiona. *Globalizing care: ethics, feminist theory and international relations*. Oxford: Westview Press, 1999.

SEVENHUIJSEN, Selma. The place of care: the relevance of the feminist ethic of care for social policy. *Feminist Theory*, Thousand Oaks, v. 4, n. 2, p. 179-197, 2003.

SLAUGHTER, Anne-Marie. *A new world order*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

SMITH, David. *Moral geographies: ethics in a world of difference*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.

ZEMBYLAS, M. The ethic of care in globalized societies: implications for citizenship education. *Ethics and Education*, Abingdon, v. 5, n. 3, p. 233-245, 2010.

Artículo recibido el 02.05.2018 y aprobado el 20.06.2018.



Equilibrios inestables para el periodismo para la paz en conflictos nacionalistas

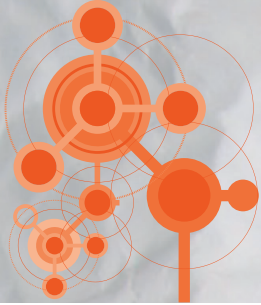
Equilíbrios instáveis para o jornalismo
para a paz em conflitos nacionalistas

Unstable balances for peace journalism
in nationalist conflicts



Xavier Giró

- Universitat Autònoma de Barcelona
- Profesor titular de Periodismo Político en Universitat Autònoma de Barcelona
- Director del grupo de investigación Observatori de la Cobertura de Conflictos (OCC)
- Codirector de la diplomatura de postgrado La Comunicación de los Conflictos y la Paz
- Doctor en Periodismo y master in Journalism and Public Affairs por la American University (Washington DC, Estados Unidos)
- Líneas de investigación: medios e inmigración, y medios y conflictos armados
- Especialista en Peace Journalism y en el análisis de la cobertura informativa de conflictos
- e-mail: xavier.giro@uab.cat



Resumen

El periodismo de paz tiene un reto particular en la cobertura informativa de los conflictos nacionalistas, a saber, como contribuir a una solución justa – y por lo tanto a favor de los oprimidos – y a la vez evitar que ese compromiso contribuya a una escalada de la confrontación hacia la violencia, algo extremadamente fácil en disputas tan cargadas de sentimientos y arraigadas en las culturas de los pueblos. Los investigadores en periodismo de paz hacen frente a un reto paralelo: estudiar si el discurso sobre el conflicto contribuye a resolverlo de la forma más justa posible y con el menor sufrimiento.

PALABRAS CLAVE: PERIODISMO DE PAZ • NACIONALISMO • CONFLICTOS • DISCURSO.

Abstract

The peace journalism has a particular challenge in the informational coverage of nationalist conflicts, namely, how to contribute to a fair solution and, therefore, in favor of the oppressed, and, at the same time, to prevent that this commitment contributes to an escalation of the confrontation towards violence, something extremely easy in disputes so full of feelings and rooted in the culture of peoples. Researchers in peace journalism face a parallel challenge: to study whether the discourse on the conflict contributes to transform it in the fairest way possible and with the least pain.

KEYWORDS: PEACE JOURNALISM • NATIONALISM • CONFLITOS • DISCOURSE.

Resumo

O jornalismo para a paz tem um desafio particular na cobertura informativa dos conflitos nacionalistas, a saber, como contribuir para uma solução justa e, portanto, a favor dos oprimidos e, ao mesmo tempo, evitar que esse compromisso contribua para uma escalada da confrontação em direção à violência, algo extremamente fácil em disputas tão carregadas de sentimentos e arraigadas nas culturas dos povos. Os pesquisadores em jornalismo para a paz enfrentam um desafio paralelo: estudar se o discurso sobre o conflito contribui para transformá-lo da forma mais justa possível e com o menor sofrimento.

PALAVRAS-CHAVE: JORNALISMO PARA A PAZ • NACIONALISMO • CONFLITOS • DISCURSO.



INTRODUCCIÓN

En el terreno de los conflictos nacionalistas, los medios de comunicación son capaces de levantar o de hundir casi cualquier reivindicación. Pueden difuminar los agravios recibidos o crear la percepción de que hay agravios que, en realidad, son inexistentes. También tienen a su alcance tanto fortalecer como debilitar la conciencia colectiva de una comunidad. Y, de igual modo, está en sus manos incitar al odio y la violencia entre los grupos enfrentados o bien actuar en la dirección opuesta.

Cubrir un conflicto comporta no solo exponer las disyuntivas que plantea su desarrollo, sino buscar respuestas y trabajar en coherencia con ellas. Implica, de hecho, tomar una posición sobre si las demandas de una comunidad son, o no, justas o en qué medida lo son; sobre si se está a favor de que en un grupo humano haya algún tipo de conciencia colectiva, incluida la nacional, y sobre si la dinámica con que se debe gestionar el conflicto debe ser, o no, violenta.

Y siempre hay una posición, aunque no sea explícita. Por poner un ejemplo, ¿acaso no es una posición la que se autodenomina 'neutral' en un contexto de injusticia?

El reto para el periodismo de paz está en desplegar una cobertura comprometida contra el abuso de poder y, en general, contra la injusticia, y llevarla a cabo de tal forma que fomente la resolución pacífica del conflicto, que evite su escalada hacia la violencia.

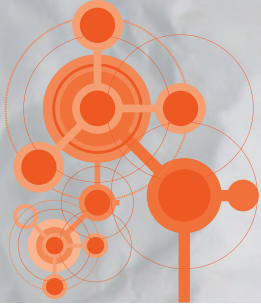
Correlativamente, para el o la investigadora-analista de la cobertura de conflictos que tome una perspectiva crítica, su objetivo no solo está en estudiar técnicamente cómo ha sido el trabajo periodístico, sino que, fundamentalmente, mira, en primer lugar, si el discurso desplegado por el medio de comunicación deslegitima el abuso de poder – es decir, si apoya una reivindicación justa contra un agravio – y, en esa medida, favorece a la justicia y, en segundo lugar, si construye la paz. Sobre estos puntos girarán sus hipótesis.

LEGITIMIDAD Y RETOS

En todos los conflictos, pero especialmente en los nacionalistas, la valoración de una reivindicación o de un agravio puede ser una cuestión bastante abierta, aunque no siempre. Por ejemplo, las masacres cometidas contra minorías ofrecen pocas dudas. No ocurre lo mismo con las políticas lingüísticas o las disputas sobre inversiones o los impuestos que afectan a una parte de la población. También es un asunto abierto a debate si una comunidad es o no una 'nación' y si tiene derecho a la autodeterminación. Consecuentemente, será relevante considerar si conviene o no que arraigue o se expanda no solo la conciencia de nación, sino también qué tipo de conciencia hegemónica nacional es la que cuaja porque, por poner un caso, no es lo mismo un nacionalismo xenófobo que un nacionalismo intercultural.

Tanto la cuestión de los agravios como la de la conciencia nacional comportan una postura ideológica y, en gran medida, están abiertas a la polémica. El problema relativo a la gestión del conflicto, aunque también es ideológica, es menos abierta, más circunscrito.

Si bien, tanto la defensa de una reivindicación como su negación, o el fomento de una conciencia colectiva o de otra, pueden ser – no quiere decir que lo sean siempre – legítimas, bajo la perspectiva de avanzar hacia la resolución justa del conflicto. No es legítimo ni conveniente, por ejemplo, que se fomente una representación distorsionada de la confrontación, ni de los actores, ni de sus acciones, ni de los problemas en disputa. Tampoco lo es el uso del discurso para justificar el odio o la



violencia contra de los otros. Es decir, puede ser legítimo defender ideas, proyectos, reivindicaciones, identidades, pero no de cualquier manera. El dilema en este terreno está más acotado.

Así pues, si estudiamos los discursos de los actores – incluidos los medios, ya que en definitiva también son actores – y consideramos que la persecución de sus objetivos no justifica la distorsión discursiva ni el fomento del odio contra el oponente ni el recurso a la violencia porque ambos causan un gran sufrimiento (superior al existente) y todos, juntos y por separado, alejan o impiden acuerdos y soluciones justas, es lógico que señalemos qué elementos del periodismo favorecen o bien frenan la escalada hacia estadios indeseables.

Los dilemas y el reto de superarlos son continuos. Luchar es aumentar la tensión. No moverse es claudicar. ¿Cómo contribuir a la máxima democracia y justicia y, a la vez, al mínimo sufrimiento? ¿Cómo perseguir la máxima satisfacción de las reivindicaciones y la mínima imposición?

La práctica periodística comprometida se encuentra en un equilibrio de frágil estabilidad, sometida a presiones de todos los actores, con el deber de valorar todas las reivindicaciones, las propuestas y, sobre la marcha del conflicto, intentando no contribuir a la escalada hacia la violencia.

Este artículo se propone exponer prácticas discursivas periodísticas que intervienen en el desarrollo de confrontaciones nacionalistas e ilustrarlas con ejemplos de diferentes conflictos sin hablar ni de Cataluña ni de España, lugar donde el autor reside. En primer lugar, se abordarán las descripciones de los actores que los medios elaboran o difunden; en segundo lugar, de los problemas, y, en tercer lugar, del proceso de negociación o de gestión del conflicto.

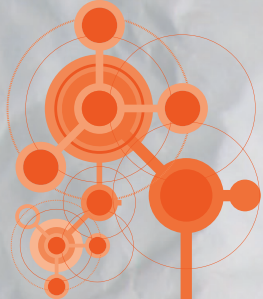
Las concepciones recíprocas que tienen los contrincantes son factores determinantes de las expectativas con que se aborda la confrontación. El desconocimiento entre los actores o los grupos sociales involucrados, a menudo debido al fomento de los estereotipos, y la identificación errónea o ambigua de los sujetos-actores y de sus responsabilidades son serios obstáculos para encontrar salidas.

En Bélgica, por ejemplo, el sistema comunicativo está claramente diferenciado. Hay medios en francés para los valones y en neerlandés para los flamencos. No hay medios -ni diarios, ni radios, ni televisiones- dirigidos a ambas comunidades. Cada una tiene su propia organización audiovisual regulada por la comunidad lingüística y no por el gobierno central. Ambas promueven la identidad cultural de su propia parte.

Las radios comerciales son igualmente exclusivas. Prácticamente en ningún medio hay información sobre la otra comunidad. Sólo un 3% de las noticias de la televisión flamenca tienen que ver con asuntos de la valona. Es cierto que los canales franceses ponen un poco más de atención a Flandes y al estado central, pero de los pocos políticos francófonos que aparecen en la televisión flamenca, el 90% tienen cargos federales.

La contrapartida está en la simplificación y los estereotipos que fomentan los medios de ambos lados. El foco informativo se coloca sobre las diferencias, como si fuesen caricaturas. Cada comunidad se percibe como víctima de la otra. Flandes aparece repetidamente como un nido de fascistas, de gente de extrema derecha, que pretenden independizarse de los valones. Los mecanismos son habituales: las declaraciones escandalosas de un político separatista se adjudican a menudo a todos los políticos y de aquí a toda la comunidad. Las declaraciones que subrayan las diferencias son amplificadas.

En sentido inverso, los valones son representados como vagos y parásitos socialistas, cargados de escándalos y corrupción. Las zonas ricas y de voto liberal de Valonia son ignoradas por los medios flamencos. También, como en un juego de espejos



con respecto a la otra comunidad, las declaraciones flamígeras de algún líder francófono son proyectadas como si fuesen del conjunto de su comunidad.

Algo similar ocurre en Canadá. Las visiones del país aportadas por los medios varían sustancialmente ya sean en inglés o en francés. Como también cambian si los medios son del centro (o centros) o de las regiones. Igualmente son distintas las visiones que uno tiene si es miembro de las Primeras Naciones, o descendiente de colonos, o un refugiado reciente de Liberia o del Vietnam.

A pesar de las dos visiones diferenciadas que los medios ingleses o franceses aportan sobre las nociones de nacionalidad, identidad nacional y nacionalismo, a raíz del referéndum de soberanía en Québec en octubre de 1995 y de las quejas del primer ministro canadiense del momento, un estudio independiente del servicio francés de la Canadian Broadcasting Corporation/Radio Canadá concluyó que, aunque cada una de las redes de televisión usara filtros diferentes, no se podía decir que estuviesen políticamente sesgadas. De todas maneras, dos meses más tarde, los programas satíricos tradicionales de fin de año de las dos cadenas estuvieron decorados con gags de mal gusto, casi racistas con descripciones estereotípicas del otro grupo lingüístico.

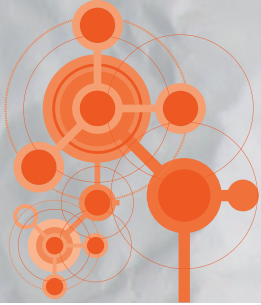
La información rigurosa sobre los actores y sobre quién es el responsable de qué no es solo una cualidad del buen periodismo, es un factor que influye en la representación mental que adopta la ciudadanía del conflicto y correspondientemente de los contrincantes, y, por lo tanto, de las batallas que tiene por delante.

En los conflictos nacionalistas, el antagonista puede ser descrito de diversas formas y no todas son exactas ni apropiadas. Por ejemplo, en el caso de la ex-Yugoslavia, un crimen cometido por guerrilleros serbios no es un crimen cometido por 'los serbios', aunque así fue presentado. Lo mismo vale para croatas o bosnianos. Tampoco una agresión protagonizada por soldados del ejército bajo órdenes del entonces presidente Slobodan Milosevic puede ser descrita con una agresión de 'Serbia' o de 'Belgrado'. Por mucho que los agresores actúen con la pretensión de hacerlo en nombre de lo que identifican como su nación -o, salvando las diferencias, en nombre de su creencia religiosa- no se puede hacer responsable a toda la comunidad identificada como nación -o creencia- de aquellas acciones.

En conflictos de alta intensidad de tipo étnico o identitario, las agresiones desde una comunidad (he escrito 'desde' no 'de') son cometidos por una minoría - a veces muy pequeña, a veces simplemente es el gobierno que agrede - contra el conjunto de la otra o contra cualquier miembro de la otra por el simple hecho de ser miembro de la otra comunidad. Así, sí es cierto que toda una comunidad tiene el papel de actor-víctima, pero raramente el de actor-agresora.

En conflictos de menos intensidad, el razonamiento no difiere en esencia. Lo que los líderes hacen/cometen/perpetran o realizan no necesariamente lo hace toda la comunidad que ellos lideran o gobiernan. Por lo tanto, las atribuciones colectivas de responsabilidad, tal como se hace a través del nombre plural de los integrantes de la comunidad o nación - con términos como 'los ingleses' o 'los canadienses' o 'los valones' o 'los flamencos' - no ofrecen un buen retrato del conflicto.

Tampoco lo aportan los nombres colectivos singulares que identifican a las comunidades - como, por ejemplo, Inglaterra, Canadá, Valonia, Flandes o los de sus capitales usadas como sinónimo del país para hablar de las declaraciones o acciones del gobierno o de un partido o de un grupo ciudadano. No es excusa alegar que en periodismo hacen falta los sinónimos para no repetir términos que afean el texto, porque aunque, es cierto, hay personas que ya entienden que las denominaciones colectivas han sido usadas solo en un afán estilístico o porque no había más espacio en el titular, en tiempos de confrontaciones, es igualmente cierto que hay personas que no lo perciben y menos aún si algunos líderes se abonan a las generalizaciones contra el enemigo.



En otro nivel se sitúa la discusión sobre si el responsable de una determinada acción o, dicho de otro modo, el actor preciso que es necesario identificar es el 'Estado' o el grupo político que controla el Estado. No es una cuestión baladí porque para el independentista un argumento de peso a favor de su causa consiste en ver que el problema está en la naturaleza del Estado del que se quiere precisamente independizar. Contrariamente, para el no independentista el problema está en las políticas de quien controla el Estado que oprime, no en ese Estado en sí mismo.

No obstante, también hay independentistas que no arguyen que el problema sea el Estado en sí mismo, sino que en un plazo de tiempo relativamente soportable no es posible desplazar a las fuerzas que controlan el Estado y, por lo tanto, es necesario, o simplemente mejor, dejarlo. Aceptemos que se trata de un aspecto abierto y admitamos, por tanto, que ambas perspectivas pueden plantearse y que no sea rechazable de plano hablar del actor Estado.

Con relación a los problemas alrededor de los que gira el conflicto, los actores tienden a echar mano de la misma estrategia discursiva que usan al hablar de sus oponentes, es decir, la conocida como cuadrado de polarización ideológica: (lado 1) enfatizan los defectos, los errores y las derrotas de los otros y (lado 2) mitigan lo mismo cuando es propio; además, (lado 3) paralelamente enfatizan las cualidades, los aciertos y las victorias propias y (lado 4) mitigan los mismos cuando es del contrario. Si se trata de demandas o de agravios, operan con la misma lógica.

Mitigar o enfatizar se puede lograr sin mentir, simplemente, citando más a unos que a otros. O poniendo más el micro frente a la boca de unos que de otros. En definitiva, si los medios dan la voz solo a una parte o sobre todo a una de las partes enfrentadas, está claro que no contribuyen en demasía a la resolución del conflicto. Así fue como operaron algunos grandes medios en Serbia y en Croacia, durante la guerra a principios de los años 90.

Los conflictos nacionalistas también afectan a la Europa de larga tradición democrática. Es el caso, más reciente, de Escocia y su referéndum de autodeterminación. En 2012, en la Gran Bretaña, una información de *The Guardian* (23 de marzo) titulaba: "David Trimble: Scottish nationalists 'doing violence' to identity of Scots"¹. Y de subtítulo: "Former Ulster Unionist leader says all Scots have a dual British identity that is under threat amid push for independence"² (David..., 2012).

Es tan solo una pieza periodística y su análisis no permite extraer conclusiones sobre el conjunto del discurso del diario, ni es la intención de este comentario. Acotado esto, se puede afirmar sencillamente que al reproducir acríticamente las palabras de un mitin de Trimble, el diario divulga una estrategia discursiva inflamatoria -incendiaria o alarmista, si se prefiere- de una de las partes. Inflamatoria porque el término 'violencia', aunque en el plano académico podría ser aceptable entendido como violencia simbólica, en la esfera pública roza de cerca la semántica de la violencia que la ciudadanía conoce por exceso, la física. Y esa puede ser la comprensión para un lector poco académico.

Se podría argumentar que el texto del artículo deshace esta segunda interpretación de 'doing violence'. Sin embargo, para deshacer dudas sobre el punto de vista del artículo, no basta con el *lead*: "David Trimble has accused Scottish nationalist of 'doing violence' to the partly British identity of every Scot by trying to break up the UK"³ (David..., 2012). 'Romper' [break up] es un verbo con carga valorativa negativa en casi todas las culturas.

1 "David Trimble: los nacionalistas escoceses 'ejercen violencia contra la identidad de los escoceses", traducción del autor.

2 "El ex líder unionista del Ulster dice que todos los escoceses tienen una identidad británica dual que está amenazada en la pugna por la independencia", traducción del autor.

3 "David Trimble ha acusado a los nacionalistas escoceses 'de ejercer violencia' contra la identidad parcialmente británica de cada escocés con el intento de romper el Reino Unido", traducción del autor.



Como solución, no se trata de que los medios silencien a las partes que con sus palabras promueven la escalada. De hecho, si los medios dan la voz a todas las partes enfrentadas, entonces están más cerca de ofrecer una mejor comprensión del conflicto, pero su trabajo se queda a medio camino si no asumen explícita o implícitamente cuáles son los problemas y cuáles sus dimensiones. Hay que darlo y hay que discutirlo. En particular, cumplen a medias su tarea si no valoran las acciones y los discursos de los actores en lucha. No basta con transmitir al público el discurso que cada parte despliega en su estrategia política y menos polariza hacia la violencia.

Para finalizar, consideremos cómo se presentan a la audiencia las leyes de un país que afectan a la o a las soberanías (uno de los asuntos más disputados) en conflictos nacionalistas de baja intensidad (en los que no hay guerra). En los conflictos de alta intensidad, no hace falta discutirlo porque manda la ley de las armas. Pues bien, en la lingüística anglosajona se habla de metáforas gramaticales para identificar sustantivos que suplen (o esconden) el resultado de acciones humanas. El discurso de los actores en conflicto usa a menudo este recurso.

Las leyes, sean o no fundamentales dentro de un sistema jurídico, son productos humanos y, por lo tanto, modificables. Todas ellas, tanto las que prescriben la unidad de un país como el código penal. Presentarlas como sujetos de oraciones para decir que prohíben u obligan a hacer lo que sea [por ejemplo, al afirmar que 'La ley establece que el país X es una única nación'], es metaforizar -léase, esconder- que no son las leyes sino los individuos, o los grupos que las aprobaron, quienes prohíben o establecen lo que se puede o no hacer. La metáfora gramatical tiende a naturalizar el resultado de la acción humana con lo que resultaría 'fuera de lugar' o 'descabellado' plantear algo lógico: la ley como producto humano puede tanto ser cambiada como abolida.

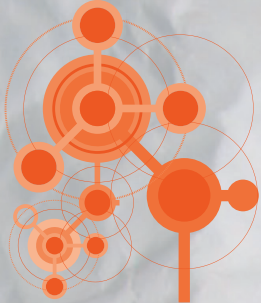
Ni en el Reino Unido ni en Canadá, en los casos comentados, los medios de comunicación han hecho suyo el discurso que sacraliza o presenta como inmutable la ley que afecta a la unidad de su país y, en esa medida, han contribuido a un desarrollo del conflicto dentro de la categoría de la baja intensidad. En otras partes, no ha sido así.

CONSIDERACIONES FINALES PARA ANALISTAS DEL DISCURSO Y DEL ROL DE LOS MEDIOS

Por lo tanto, analizar críticamente el rol de los medios comporta asumir, en la medida de lo posible, una perspectiva con respecto al conflicto. Implica, ya sea de forma explícita o implícita, tomar una posición sobre las demandas – sobre si son o no justas o en qué medida lo son –, o sobre si los agravios son ciertos, sobre si se está favor de que haya algún tipo de conciencia colectiva -eventualmente de conciencia nacionalista-, o sobre si la dinámica con que se debe gestionar el conflicto debe ser o no violenta.

Las disyuntivas son ideológicas y, en consecuencia, admiten respuestas discutibles, no obstante, por muy ideológicas que sean, a menudo – cierto que no siempre – acaban tomando la forma de 'a favor o en contra del abuso de poder' y 'a favor o en contra de la escalada violenta del conflicto'. Con lo cual, no es tan difícil posicionarse.

Una vez tomada una postura [tomarla por medio de un análisis podría ser formulado como el objetivo primero/previo/cero de una investigación], es decir, después de plantear el estudio como una investigación situada -de forma similar a como se plantea en los estudios feministas-, y al hilo de las disyuntivas a que se enfrentan los periodistas, tal como hemos expuesto en este artículo, se deriva una lista de objetivos de investigación que orientativamente se podría formular, conforme Cuadro 1:



Cuadro 1: Lista orientativa de objetivos de investigación

Objetivo General
Identificar y discutir el análisis del conflicto que ofrecen los medios (o un solo medio)
Objetivos específicos
1) Identificar y discutir las demandas y los agravios que el /los medios presentan y qué valoraciones ofrecen; 2) Identificar qué identidades colectivas contribuyen a construir y con qué elementos las construyen; 3) Analizar (y discutir) los elementos constituyentes aportados o legitimados por los medios en la construcción de las identidades colectivas; 4) Identificar y discutir las descripciones de los actores y las responsabilidades de sus acciones; 5) Analizar qué estrategia de resolución del conflicto promueve el medio, 6) [como herramienta de resumen de conjunto]: Recopilar y ordenar por categorías relevantes para el conflicto, el conjunto de ideas o creencias legitimadas por cada medio, o sea, reconstruir la matriz ideológica del medio con relación al conflicto.

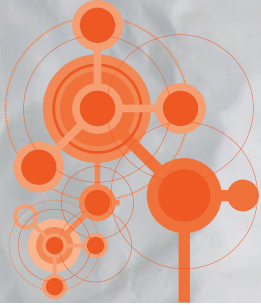
Fuente: Elaborado por el autor.

Las eventuales hipótesis solo se pueden formular después de una primera exploración del material a analizar. La exploración puede sugerir que la hipótesis sean o las siguientes (según el Cuadro 2), o sus contrarias, u otras a medio camino:

Cuadro 2: Hipótesis a formular tras la primera exploración del material de análisis

Hipótesis General
El medio ofrece una visión distorsionada del conflicto y de sus posibles soluciones
Hipótesis específicas:
1) el discurso del medio distorsiona o falsea las demandas y los agravios 2) el discurso del medio construye identidades colectivas basadas en la lengua, los intereses económicos, la etnia, etc. ; [escoja lo que corresponda] 3) el enfoque de las bases/elementos sobre las que se construyen las identidades las impregna de racismo/xenofobia/odio, etc.; 4) unos actores son glorificados y otros son demonizados, a través de los términos en que son descritos y a través de la evaluación de sus acciones o presuntas acciones; 5) El discurso del medio promueve la escalada violenta. 6) la matriz ideológica muestra un medio que no construye paz ni contribuye a la resolución del conflicto de forma justa y con el menos sufrimiento posible.

Fuente: Elaborado por el autor.



REFERENCIAS

DAVID Trimble: Scottish nationalists "doing violence" to identity of Scots. *The Guardian*, London, 23 mar. 2012.

Artículo recibido el 22.03.2018 y aprobado el 02.05.2018.



Lessons from the Margin: indigenous peace ecology

Lições da margem: paz ecológica indígena

Lecciones desde el margen: paz ecológica indígena



Alberto Gomes

- La Trobe University, Australia
- PhD in Anthropology
- Founding Director of the Dialogue, Empathic Engagement and Peacebuilding (DEEP) Network (<https://globaldeepnetwork.org>)
- Researcher on Peace and Nonviolence, Development, Ethnicity and Racism, Indigenous People and Environmental issues
- Author of *Modernity and Malaysia – Settling the Menraq Forest nomads*, London: Routledge, 2007; *Looking for money: capitalism and modernity in an Orang Asli village*, Subang Jaya: Center for Orang Asli Concerns; Melbourne: Trans Pacific Press, 2004; “Anthropology and the politics of Indigeneity”, *Anthropological Forum: a Journal of Social Anthropology and Comparative Sociology*, v. 23, 2013; and other publications
- E-mail: a.gomes@latrobe.edu.au



Abstract

Humanity is confronted with several inter-related crises: ecological, social or humanitarian and growing violence, both direct and structural. Much evidence indicates that solutions implemented to resolve them, from development and modernisation to neoliberalism and sustainable development, have not just failed but paradoxically have exacerbated these crises. Inspired by the life-ways and practices of Indigenous peoples, especially the Orang Asli (Aborigines) in Malaysia, this paper outlines a peace ecology that combines peacebuilding with ecological regenerative strategies. The key contention is that subscribing to an Indigenous peace ecology will foster effective solutions to triple crises, entailing a paradigmatic shift from an anthropocentric to an eco-centric perception of nature, from hyper-individualism to a community-focus responsibility, from a competitive outlook to everything to one that is focused on empathy, cooperation, sharing and altruism, and from a growth-fetish to a needs-based regenerative lifestyle.

KEYWORDS: INDIGENOUS PEACE ECOLOGY • PEACEBUILDING • ECOLOGICAL REGENERATIVE STRATEGIES.

Resumo

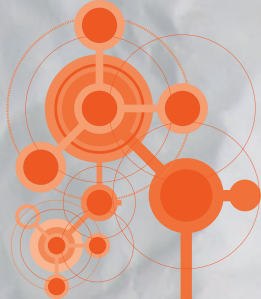
As crises pelas quais a humanidade passa, sejam elas em âmbito ecológico, social ou humanitário, e relacionadas ao aumento da violência, tanto direta quanto estrutural, se inter-relacionam. Evidências indicam que as soluções formuladas para resolver as crises indicadas, desde o desenvolvimento e a modernização até o neoliberalismo e o desenvolvimento sustentável, não só fracassaram, mas, paradoxalmente, as exacerbaram. Inspirado nos modos de vida e práticas dos povos indígenas, especialmente dos Orang Asli (aborígenes) na Malásia, este artigo ressalta uma paz ecológica que mescla o *peacebuilding* com estratégias ecológicas regenerativas. Nesse contexto, parte-se da ideia de que, ao levar em consideração a paz ecológica indígena, serão fomentadas soluções efetivas para a tríplice crise (ecológica, social e humanitária), implicando uma mudança paradigmática – de uma percepção antropocêntrica da natureza a uma percepção ecocêntrica; do hiperindividualismo à responsabilidade focada na comunidade; de uma perspectiva competitiva àquela focada em empatia, cooperação, compartilhamento e altruísmo; e do fetiche relacionado ao crescimento a um estilo de vida regenerativo, baseado nas necessidades.

PALAVRAS-CHAVE: PAZ ECOLÓGICA INDÍGENA • *PEACEBUILDING* • ESTRATÉGIAS ECOLÓGICAS REGENERATIVAS.

Resumen

Las crisis las cuales la humanidad se enfrenta, sean ellas en el contexto ecológico, social o humanitario, y relacionadas al aumento de la violencia, directa o estructural, están interrelacionadas. Evidencias señalan que las soluciones planteadas para resolverlas (las crisis señaladas), desde el desarrollo y modernización al neoliberalismo y el desarrollo sostenible, no solamente fracasaron, pero además, en paradoja, las intensificaron. Inspirados en los modos de vida y prácticas de los pueblos indígenas, especialmente dos Orang Asli (aborígenes) en Malasia, este artículo destaca una paz ecológica que mezcla el *peacebuilding* con estrategias ecológicas regenerativas. En ese contexto, se plantea la idea de que al considerarse la paz ecológica indígena serán fomentadas soluciones efectivas para la tríplice crisis (ecológica, social y humanitaria), implicando en un cambio paradigmático - de una percepción antropocéntrica de la naturaleza a una percepción ecocéntrica, de la hiperindividualidad a la responsabilidad centrada en la comunidad, de una perspectiva competitiva a la perspectiva centrada en la empatía, cooperación, la solidaridad y el altruismo, y del fetiche relacionado al crecimiento a un estilo de vida regenerativo, basado en las necesidades.

PALABRAS CLAVE: PAZ ECOLÓGICA INDÍGENA • *PEACEBUILDING* • ESTRATEGIAS ECOLÓGICAS REGENERATIVAS.



INTRODUCTION: WORLD IN CRISIS

Humanity is confronted with several inter-related crises. Of these, the most challenging is the increasing degradation and destabilization of the natural environment. Climate change and the concomitant rise of sea levels are being felt across the planet and are predicted to intensify in the years to come. There is also a growing manifestation of violence, such as armed clashes, civil wars, and ethnic and religious “cleansing” in so many parts of the world. Interpersonal violence on the streets and at homes is also on the rise. There is also a growing prevalence of less direct and visible forms of violence, known as structural violence: social inequality, poverty, alienation, racism, bigotry, discrimination, social injustice, and population displacement. These interlocked ecological, social and humanitarian crises are by no means new, but they have intensified in recent years despite policies and programs to resolve them, from development and modernisation, popular in the 1950s to 1970s to neoliberalism and sustainable development from the 1980s onwards. The continued prevalence and intensification of these crises suggest that these solutions have not worked. In fact, there is insurmountable evidence revealing that these purported remedies have exacerbated the problems they were meant to solve. In their critical assessment of neoliberal development models, Richard Peet and Elaine Hartwick (2009, p.278) rightly contend, “the future existence of the world’s people depends on breaking this utterly deficient style of developmental thought”.¹

It is my contention that a growth-focused economy sets in motion what I have labelled the 4-G (Growth, Glut, Greed and Grievance) syndrome. Several decades of neoliberalism have forged an obsession with economic growth, export orientation, free trade, and privatization of public utilities. Governments are evaluated based on how well they have done to facilitate a growing economy, measured by the gross domestic product (GDP), i.e. the total amount of goods and services produced in a country. As the neoliberal economic mantra goes, GDP growth will lead to increased national wealth which reciprocally, through the trickledown effect, will eliminate poverty. This in turn will spur an aversion of grievance. However and paradoxically, a different scenario has materialized. Growth mania has led to the production of much more goods and services than necessary for an economy or society to survive or thrive, resulting concomitantly to a glut of products. It has also led to an accumulative tendency leading to greed;² a scenario where producers are driven to expand supply of commodities to maximize profits and through consumerism, purchasers of these commodities feel or are made to feel unsatisfied with what they have bought and yearn for more. The cycle of production and consumption serves to sustain surplus accumulation. In the process of capitalist expansion and heightened consumerism, many communities have been aggrieved because of being marginalized, exploited, excluded, discriminated, displaced and dispossessed. To put it dialectically, the greed of some leads to the grievance of many and as numerous studies have revealed, greed and grievance are two key causal factors underlying the outbreak and persistence of violent conflict in several parts of world.³

How might we break away from this syndrome? From the Club of Rome’s “Limits to Growth” and Schumacher’s “Small is Beautiful” in the 1970s to Herman Daly’s “steady state” economics to the more recent degrowth models of voluntary simplicity, we have been offered a range of proposals such as the need to downscale production and consumption and/or the shift away from a growth-focused economics to an ecologically friendly “sustainable development” or ecological economics or Buddhist economics of frugality. While it is without any doubt that these are indeed desirable aspirations, I would maintain that what is required is a new imaginary, one that goes beyond economics and is firmly grounded in a social ecology that disrupts the

¹ There is a large corpus of critical work on neoliberalism. See, for example, Brown (2015), Chomsky (1998), Davies (2014), Davis (2007), Harvey (2005), Klein (2006).

² Much has been said, especially in political economic literature, as to how the control of the means and relations of production leads to increased wealth and power in the hands of a few at the expense of many who are exploited and condemned to a lower strata in a hierarchical class system. Striving to accumulate as much as possible has been linked to the purported innateness of greed among humans. Greed, I argue, is not an innate human quality as it is not a social fact in many cultures around the world, particularly cultures that value egalitarianism.

³ See, for example, Berdal and Malone (2000), Call (2010), Collier and Hoeffler (2004), Korf (2006), Murshed and Tadjoeeddin (2009).



human-nature dichotomy. As Fikret Berkes (2008, p.252) has eloquently stated, what is required is “a new philosophy that recognizes ecological limits and the unity of humans and nature and strives to satisfy social as well as economic needs”.

To create this “new philosophy”, I contend that it may be worthwhile to salvage old lifeways and cultural practices to construct new effective solutions for the crises confronting humanity. Drawing from my anthropological research spanning more than three decades on the Orang Asli, Malaysia's aborigines,⁴ I will outline several cultural aspects that can be extrapolated to create social and ecologically sound paradigms, philosophies and practices. Taking cue from the critical scholarship of philosophers, such as Boaventura de Sousa Santos in his “Epistemologies of the South” project⁵ and intellectual cum activists movements like the Degrowth movement,⁶ I formulate a holistic model of an Indigenous peace ecology which represents a radical shift from the growth-fetish economism of mainstream neoliberalism to solidarity economics focused on radical generosity, from an anthropocentric environmentalism to an eco-centric habitus, and from an aggressive, aggrandising and competitive value system to a peaceable, cooperative, and nonviolent social life. The irony is that this time-honored Orang Asli model, which as I will show has much to offer in our quest to solve the triple crises, has been grossly undermined or demolished by state-sponsored development and its attendant process of market integration and commoditization in many Orang Asli villages in the past several decades.⁷

Anthropologists have for a very long time offered alternative models of social life drawn from their studies of Indigenous communities that maintain healthy social and ecological life ways.⁸ While a “return to the native” or seeking “tribal wisdom” may run the risk of being dismissed or derided as romanticist or utopian idealism, I argue that particular aspects of Indigenous social life are of immense epistemological value for rethinking and re-formulating neoliberal and sustainable development policies and paradigms from one that negatively impacts on humanity and nature to one that can lead to a better life for all.⁹ Such policies and paradigms would obviously need to be appropriately modified or adapted to suit the social scale and population size and density of “modern” social life. It must be stressed however that the “lessons from the margins” are not meant to be simply normatively prescriptive; they also shed light on the proximate causes of the problems that confront modern societies and humanity at large. They offer, in other words, a critique of modes of living that bring about and reproduce poverty, inequality, violence and ecological degradation. Let me elaborate on this point: For a deeper and fuller understanding as to why inequality exists, it is necessary in my view to appreciate how some cultures can foster equity and egalitarianism. To avoid or avert or transform conflict which could lead to collective violence, it is important to make sense of how people are able to live peacefully and harmoniously with one another. I will now outline two broad theoretical pillars of Indigenous peace ecology, namely ecological regeneration and peace ecology, before elaborating on Orang Asli peace ecology as a case illustration.

4 This paper draws substantially from two of my recent publications focused on what lessons can be discerned from the Malaysian Aboriginal traditional habitus: Gomes (2012, 2015).

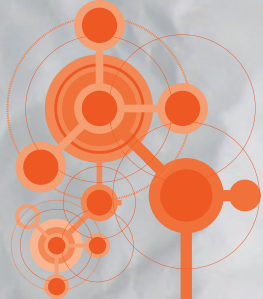
5 See the four volumes published as part of the project on “Reinventing Social Emancipation: Towards New Manifestoes”: Santos (2005, 2007, 2010) and Santos et al. (2008). The “manifesto” of this project is outlined in Santos' (2014) recent publication, *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*.

6 The degrowth (or *decroissance* in French) movement started in France in 2008 with a conference in Paris on “Economic De-growth for Ecological Sustainability and Social Equity” and since has spread to Italy and Spain. In 2010, de-growth theorists met in Barcelona and added environmental concerns to the movement advocating the concept of “sustainable degrowth”. Key proponents of degrowth include Serge Latouche, Nicholas Georgescu-Roegen, Joan Martinez-Alier, Federico Demaria, Giorgos Kallis, and Giacomo D'Alisa. See, for example, D'Alisa, Demaria, and Kallis (2014), Latouche (2004, 2009), Martínez-Alier et al. (2010), Georgescu-Roegen (1971); and for a Marxist critique of this movement, see Foster (2011).

7 Orang Asli are often viewed as people living in a different time and on the peripheries of the modern world. This view has undergirded state-sponsored development projects explicitly aimed at bringing the benefits of modernity to the Orang Asli communities. Much of my research has focused on critical assessments of such development efforts and published in the following books: Dentan et al. (1997), Gomes (2004, 2007).

8 See, for example, Sahlins (1972). Sahlins coined the label “the original affluent society” to refer to hunters and gatherers on the basis that such groups were able to satisfy with ease all their wants with minimal amount of time allocated to work and without suffering deprivation. It is worth noting that this work is listed as one of the sources of inspiration for the De-growth movement, see Martínez-Alier et al. (2010, p.1743).

9 As a normative reformulation of the concept of development, Peet and Hartwick (2009) suggest defining development as efforts directed towards “making a better life for everyone”. A better life is one where people are able to meet basic needs, that is “sufficient food to maintain good health; a safe, healthy place in which to live; affordable services available to everyone; and being treated with dignity and respect” (p.1).



FROM SUSTAINABILITY TO ECOLOGICAL REGENERATION

Like neoliberalism, sustainable development has also attracted much criticism. Sustainable development owes its popularity to the Brundtland Commission, set up in 1983, that coupled development with sustainability to form the concept of sustainable development defined as “development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs” (World Commission on Sustainable Development, 1987, p.42). Critics have highlighted that after three decades of sustainable development, we now have more pollution, greater biodiversity loss, and climate change which suggests that it has failed.

Sustainable development is commonly regarded as the journey with sustainability as its destination. Sustainability has become the buzz-word of our times. Governments and civil society alike use the term in conjunction with their policies and programs to make them appear ecologically sound or socially acceptable. It has come to mean different things to different people to an extent that it has become a meaningless concept while its parent paradigm, sustainable development, has been deemed an oxymoron because the goals of sustainability and development, which commonly means economic growth, are inherently contradictory (Redclift, 2005). But the most serious issue with sustainable development is that it is a hegemonic ploy to maintain the status quo and to continue the global ideological domination by western institutions and experts. As Medard Gabel (2015) indicates:

Sustainable Development is a half-vast approach to vast problems. Its purpose, to make life on this planet sustainable, is a noble disguise for the maintenance of the status quo. When the status quo includes hundreds of millions of acres of degraded to destroyed farmland and leveled rainforest, depleted to exhausted fisheries and aquifers, toxics choked streams, decreasing biodiversity, and a changing climate, sustainability is simply not acceptable.

However, sustainability and sustainable development policies continue to be advocated as the panacea for ecological degradation and climate change as in the recent UN-endorsed Sustainable Development Goals (SDGs), which seem to have been embraced by multilateral agencies, governments, civil societies and academic institutions all over the world (United Nations, [2015?]).

Recognizing that the “doing less harm” approach of sustainability is inadequate to solve the severe ecological degradation, there is a growing call to go beyond sustainability and adopt a strategy of ecological regeneration.¹⁰ Advocators of ecological regeneration contend that humans have degraded ecosystems to such an extent making it impossible for these to regenerate naturally. Hence, rather than simply minimizing or stopping such environmental degradation as prescribed in sustainable development strategies, they maintain that what is needed are efforts to repair, resuscitate or improve the degraded environments to enable nature to take its course. In other words, regenerative practice requires humans to modify the environment like planting native species or building dams to trap run-off water to revive wet lands or improving the condition of soils by adding worms or mulching with compost rather than simply preserving or conserving nature to revive or resuscitate degraded ecosystems. Now to the other pillar of Indigenous Peace Ecology.

¹⁰ There is a growing number of scholar-activists advocating ecological regeneration as a more comprehensive and effective solution to ecological degradation than sustainable development or sustainability. See, for example, Giradet’s (2013) opinion piece in *The Guardian*. Several theorists in the field of architecture have recommended a shift from sustainability to ecological regeneration in building and urban design. See, for example, Cole (2012), Plessis (2012), Mang and Reed (2012), Reed (2007), Robinson and Cole (2015).



PEACE ECOLOGY

Peace ecology combines concerns in relation to peacebuilding with ecological and social regeneration. Rather than treating peace, nonviolence, social justice, protection of communities, ecological sustainability, restoration of degraded environments, recognition of human rights and the rights of species and nature as separate issues, peace ecology considers them as interconnected concerns and aspirational goals. As Christos Kyrrou (2007, p.81) notes, "Peace Ecology values the preservation and harmonious interaction of societies with nature as peace; at the same time, it values a society striving to maintain positive peace as an ecological asset".

While peace ecology is a relatively new field of study and activist genre, it is an old practice of many Indigenous communities. Many of these communities are no longer able to continue this time-honored practice, due to being entangled in a capitalist market-oriented system, but several, like the Orang Asli, still cling on to some its aspects and in others, we are witnessing the revival and flourishing of Indigenous peace ecology. In several Latin American countries, especially in Bolivia and Ecuador, Indigenous peace ecology has taken center stage, in the form of *Buen vivir* (Spanish for good living), extrapolated from the Quechua concept *Sumak Kawsay* and similar concepts from other Indigenous peoples in the region.¹¹ Catherine Walsh (2010, p.18) indicates that,

buen vivir denotes, organizes, and constructs a system of knowledge and living based on the communion of humans and nature and on the spatial-temporal-harmonious totality of existence. That is, on the necessary interrelation of beings, knowledges, logics, and rationalities of thought, action, existence, and living.

Buen Vivir has been accorded due recognition by being enshrined in the Bolivian and Ecuadorian Constitutions. In the Bolivian National Plan for *el Buen Vivir* (2009-2013), *Buen Vivir* is expressed as:

A wager for change from the demands for equality and social justice; from the recognition, validation, and dialogue of peoples and their cultures, knowledges, and modes of life. *Buen vivir* seeks to achieve the satisfaction of necessities, the attainment of the quality of life and a dignified death, to love and be loved, the healthy flourishing of all, in peace and harmony with nature and the indefinite prolongation of human cultures. [...] It recognizes the need for free time for contemplation and emancipation, and that real liberties, opportunities, capacities, and potentialities of individuals grow and flourish in the manner that they permit a simultaneous achievement of that which society, territories, diverse collective identities and each one – seen as both an individual and UNIVERSAL HUMAN BEING – value as the objective of a desirable life. It obliges us to reconstruct the public in order to recognize, understand, and value one another – as diverse but equals – with the goal of making possible reciprocity and mutual recognition, and with this, the self-realization and construction of a social and shared future. (Walsh, 2010, p. 19)

Indigenous communities that abide by the principles of peace ecology or the cosmovision of *buen vivir* are typically in touch with each other and with nature, concomitantly averting social and ecological alienation, a growing phenomenon in the developed world.¹² From them, we can learn to re-appreciate the interconnectedness of life and reconnect us with nature. In the process, shift our focus from the abstract to the sensuous, sentimental and empathic aspects of social life.

¹¹ Several recent publications on *Buen Vivir* include Beling et al. (2018), González and Vázquez (2015), Gudynas (2011), Kothari, DeMaria, and Acosta (2014), Merino (2016), Thomson (2011), Vanhulst and Beling (2014), Villalba (2013), Walsh (2010).

¹² It must be stated that not all Indigenous communities adhere to sound ecological principles. Many of these communities have adopted environmentally destructive practices primarily because of economic transformation, religious conversion, and entanglement with modernity. The discursive risks of representing Indigenous communities as "close to nature" must be taken into consideration, as several scholars have considered such romanticised representations, or what Larry Lohman has labeled "Green



As I will outline in the pages that follow, in these communities living in peace and harmony with each other and with nature, nonviolence, egalitarian ethic, deliberative democracy, solidarity economics centered on gift-giving and sharing, and ecological regeneration are intertwined and interconnected aspects of social life. I argue that it is precisely these social aspects that have enabled such communities to achieve “good living”. To re-build and maintain a peaceful and ecologically regenerative world, we need to learn from people who have developed cultures that avert and avoid conflict. In such cultures, people are socially inclusive, adhere to a nonviolent ethos, maintain civil interactions with other people, treat fellow humans and nature with respect, value biological and cultural diversity, and uphold the principles of social justice and equality.¹³ I shall now elaborate on these social and ecological values of the Orang Asli, Egalitarian Ethos, Deliberative Democracy and Solidarity Economics.

There are at least three aspects of Orang Asli social life that serve to forge and maintain intra-community egalitarian ethos and habitus. First, they adhere to a political system that is socially inclusive and truly democratic. Power is communally controlled and does not rest in the hands of one or a few individuals or a group. Second, Orang Asli engage in intensive intra-group sharing and generalised reciprocity that works to grant, albeit indirectly, equal access to everyone in the village to its resources as well as function as a levelling mechanism to balance off inequities in production or opportunities for production. Third, Orang Asli traditionally subscribe to a communal-based property ownership system that hinders monopoly or control of resources in the hands of any individual or group. I begin with the political system.

Orang Asli communities are not acephalous; some sort of system of village leadership or headmanship is found in most communities. However, people have equal access to power or means of coercion. As a form of deliberative democracy, most village decisions are made consensually and an attempt by any member of the village to dominate or coerce fellow villagers is invariably scorned and treated with contempt and thus strongly discouraged. In the face of coercion, they will vote with their feet. People generally abhor aggrandising and belligerent behaviour from fellow villagers as they are fully cognisant of the disruptive potentialities of such behaviour on social cohesion. They engage empathically with their fellow community members and prioritize the interests of the community over their own interests or desires. This is in stark contrast from the competitive “go getter” social personhood that a growth-focus neoliberal capitalism encourages, stimulates or rewards.

Social cohesion among the Orang Asli is also reinforced through intra-community interdependence and one of the ways they do this is through sharing and reciprocal obligations with fellow members of the community or village. Furthermore, as several anthropologists have maintained, sharing helps to buttress egalitarianism as it serves through its levelling mechanism to hinder accumulation and reciprocally operates to minimize inequalities of wealth, power and prestige.¹⁴ During my field research among the Orang Asli, I have observed people sharing food and other goods obtained from their farming and foraging regularly. They also frequently shared market-bought stuff among their fellow villagers.¹⁵ Their sharing practice is governed by the principle of generalized reciprocity where gift-giving occurs within a group of people and the obligations to make a return gift are shared by the members of the group. In other words, the donor's generosity is likely to be reciprocated by someone else in the group of people involved in reciprocal exchanges rather than a return gift from his or her recipient. It is abundantly clear that Orang Asli accord a great deal of importance to sharing which appears to be strongly advocated for moral reasons and not just plainly economic. Young children are socialized to share their food and belongings with their neighbours; selfish people are often subjected to ridicule and malicious gossip.

Orientalism”, to be politically hazardous since the images have often been used to justify and legitimize “development” that adversely affect such communities. See, for example, Brosius (1999) and Lohman (1993).

¹³ For more information about such societies, see <<http://www.peacefulsocieties.org/>>.

¹⁴ See, for example, Woodburn (1980).

¹⁵ For details, see Gomes (2011).



It is worth noting that sharing and the interdependence that it fosters do not come in the way of the expression of individual autonomy among the Orang Asli. This adherence to autonomy as Robert Dentan (2010, p.141) indicates “precludes long term commitments and thus maximizes flexibility in social groupings, so that access to territory is open to any people who hang around long enough, whatever their ethnic identity or linguistic affiliation”. Being autonomous individually in this sense is not synonymous to the kind of methodological individualism propagated by neo-classical or neo-liberal economics. Orang Asli in their social conduct are not driven by individual economic rationalism epitomized by the “what’s in it for me” attitude or the profit motive of “trying to gain the most out of an action or interaction” that neoliberalism promotes.

In respect to access to and ownership of property, Orang Asli adhere to a communal system of ownership. Like in the case of intentional communities in the West, such as cohousing or eco-villages,¹⁶ everyone in a village has equal access and rights to the land and its resources. As an ethnographic case, I will elaborate the traditional system of land “ownership” among the Semai, one of the Orang Asli Indigenous groups I have researched.

Semai traditionally share control and ownership over a specified village territory (*negriik*). Demarcated by streams and ridges, the *negriik* is usually named after the main river of its drainage system. Each Semai village has exclusive control over a *negriik* where its members build their homes and engage in their subsistence pursuits but do not have exclusive rights to land unless it is a swidden that they cleared and are still using. In other words, individual Semai have rights in common with their fellow villagers. However, there is a metaphysical aspect to this “ownership” system that I shall elaborate in the context of Semai farming.

During my field research in the early 1980s, I observed that a Semai villager intending to cultivate a swidden will select a forested area, usually of secondary type, based on several ecological features, such as the type of vegetation in the area and the appearance of soil texture. Upon deciding on a suitable location, the intending cultivator will clear a small area of about one square metre around the centre of the site and then standing at the clearing will announce aloud the intention to plant a swidden (*selai*) at the site. This announcement is meant as a request to the ground spirit (*nyani kawul*) believed to inhabit and control the area for permission to use the land. The response to the request, according to Semai belief, will be relayed through the dreams of the intending cultivator while he or she is asleep.

According to Semai dream theory, the head soul (*ruway*) is believed to travel into the supernatural realm, and its experiences and encounters in this “world” form the content of the dreams. The dreams are then interpreted for omens, believed to represent the response of the *nyani kuwul* to the request. Omens are classified into good and bad, and obviously good omens are taken to mean approval to cultivate a swidden on the land in question. Once “permission” is granted, the plot is cleared, allowed to dry and then burned, but with great care and respect for the land to avoid annoying the spiritual custodian. The area first cleared is turned into a shrine or altar where rituals are performed to placate the land spirit and to seek its good favour, especially in protecting the rice soul. Semai, like many other Southeast Asian peoples, believe that the rice plant possesses a soul that is timid, fragile and easily frightened. Any contravention of the “laws of nature”, such as the degradation of the forest through over-utilization or excessive exploitation, is said to upset the *nyani kawul*, which is believed to vent its anger by casting a spell on the crops or the cultivators, causing crop failure or personal injury.

This belief in the existence of the land spirit and the sort of practices associated with seeking permission appear to be common among Indigenous peoples in Southeast Asia. For the Lua of Thailand, Peter Kunstadter (1983) discovered that the people believe in the existence of the Lord of the Land and noted that:

¹⁶ For a recent study of ecovillages, see Chitewere (2010).



Swidden land is a community resource, “belonging” to the spirits as a result of their long and continued occupancy, but to which the Lua villagers also have some claim because of their long-term residence. Swidden land is periodically (though temporarily) accessible to villagers through payment to the spirits. (p. 143)

Among the Igorot of the Philippines, Victoria Tauli-Corpuz (2001, p. 285), an Igorot researcher and activist, observed:

We do not consider ourselves the owners of the ancestral territory and resources found therein. We are but the stewards, trustees, or custodians. The beings in the spirit-world and deities are the real owners of the land. Thus, it is imperative to consult these spirits and deities when land is used, converted, or transferred and when resources are harvested, planted, or hunted. The forms of consultation range from a simple petition, prayer, or chant to elaborate rituals in which every village member participates.

Interestingly, Tauli-Corpuz (2001, p.287) goes on to say that “the beings in the spirit world are responsible for protecting the natural world from human greed”.

Like the Igorot, what Semai have are usufruct rights to land that they obtain from the land-owning ground spirit. They then are simply stewards of the land rather than owners. But they believe that they must abide by the strict rules of nature to survive. An individual or family may use the swidden for one or two seasons. During this period the cultivators have exclusive rights to the plot and its harvest, but once they cease to use the land it reverts to communal property, controlled by the village but “owned” by the land spirit. However, the cultivators still retain “ownership” of whatever fruit trees they have planted on the plot. There are at least two ecologically sound principles associated with usufruct rights. First, people do not hold more land than what they can use. Second, given the ecological imperative of fallowing in a rotational form of agriculture, it would be in the interest of cultivators to take good care of the land for future use and for the use of future generations.

While it would be naive to argue that such forms of land tenure could be adhered to universally, let alone be appropriated as a system to replace what is commonplace today ie the institution of private property, there are several interesting aspects of the underlying ideology (or principles) that could provide moorings for a re-conceptualisation of human-nature relationship. Land, in Indigenous conception, is “owned” not by humans but by supernatural beings. This principle removes absolute rights to land from the individual and locates these rights in some supernatural force which serves to sanction “proper” treatment of land and nature. This is a common practice among many Indigenous communities. Wills-Johnson (2010) observes that among the Australian Aborigines the “diffuse power of control over resources”, “reciprocity”, and “relative equality in and indeed limited importance place upon material wealth” are several social practices that do not just foster social cohesion and solidarity economics but are also ecologically virtuous.

ECO-CENTRISM AND REGENERATION

Indigenous peoples are generally noted for their traditional ecological knowledges and practices that enable them to live harmoniously with the natural environment. As the anthropologist, Susan Crate (2006, p.289) observes, “Indigenous cultures, by nature, possess a relatively high capacity for adaptation to uncertainty and change due to both a generalist and time-tested knowledge of subsistence survival, and a propensity for innovation in the context of environmental, sociocultural, political, and economic change”. She also notes that “for Indigenous peoples, sustainability goes beyond mainstream sustainability parameters of protecting resources via self-government, land tenure and rights, comanagement, and self-determination” (Crate, 2006, p.312). Going beyond sustainability, as mentioned earlier, entails ecological regeneration.



Orang Asli practice of ecological regeneration is particularly evident in their farming system mentioned above. Swidden agriculture or “slash and burn farming” is widely practised among Orang Asli, but it is viewed with disdain by government and forestry officials who consider it an environmentally degrading and destructive form of agriculture. However, there is insurmountable evidence that suggests that this form of agriculture is well suited to tropical forested areas (Cairns, 2015; Kunstadter; Chapman; Sabhasri, 1978; Spencer, 1966). As several researchers have indicated, what swidden farmers do is imitate the natural processes of forest disruption and re-generation in their cultivation and fallow cycle (Conklin, 1957; Cramb et al., 2009; Fox et al., 2009; Padoch, 2007; Schmidt-Vogt et al., 2009). Even modern agroforestry and permaculture have adopted aspects of swidden farming techniques, but this is rarely acknowledged. Underlying the environmental adaptability of traditional swidden agriculture as practised by the Orang Asli and other such peoples in Southeast Asia is traditional and experientially grounded ecological knowledge.

Orang Asli subscribe to an eco-centric perspective, which is in stark contrast to the modern capitalist anthropocentric view of the environment where human needs and welfare take precedence over nature. Furthermore, unlike most, if not all, modern societies, Orang Asli are not alienated from nature. The differing perspectives on the forest are particularly instructive. As being forest fringe or forest dwellers, the natural environment of the Orang Asli is the tropical rain forest. While most Orang Asli today are rubber and oil palm smallholders primarily because of government-sponsored development and resettlement programmes, in the past they have relied on the forests for most of their subsistence needs obtained through hunting, gathering and swidden farming. They however still engage, albeit intermittently, in their traditional economic activities as well as collecting forest products for trade. The forests may not be economically as important to the Orang Asli today as before but the cultural significance of forests to the people appears to be unaltered.

Orang Asli generally perceive the forest as their parent and they its children: it provides and cares for them and “killing” the forest is tantamount to parricide. For the Batek, one of the Orang Asli ethnic sub-groups, Kirk Endicott (1979) found that forest-human relations are metaphorized in ritual and everyday discourse as an “adult-child caring” with the forest as a parent to be treated with affection and gratitude for its nature’s “gifts”. This differs starkly from traditional western or modern view whereby as Nurit Bird-David (1993, p.121) indicates: “Nature and humankind have been ‘seen’ as detached and in opposition. Furthermore, they have been viewed within a ‘subject-object’ frame: nature ‘seen’ as a resource to be utilized, controlled, possessed, dominated, managed and (more recently) looked after by humankind”.

Such a view is long-standing in western civilisation: from the Greek myths related to the fearsome Pan,¹⁷ the Lord of the Woods, to the many fairy tales (such as Hansel and Gretel and Red Riding Hood), the forest is the abode of malevolent beings, a dark, mysterious and foreboding place best avoided. In contrast, for Orang Asli, the forest is a supportive, nurturing, and friendly place.

Orang Asli eco-philosophy is also evident in the way they conceptualize history. In my attempt to learn about Orang Asli history, I focused on questions as to when past events and incidents that my respondents talked about had occurred. They, however, narrated stories of the past in relation to where, rather than when, these “took place”. This sort of historical consciousness is apparently common among Indigenous peoples. Among the Ilongot of the Philippines, Renato Rosaldo noted that Ilongot’s historical consciousness is spatialized rather than temporalized as in Western or modern historiography. Renato Rosaldo (1980, p. 15-16) observes:

Stories usually are a series of relatively autonomous episodes that are united, like beads on a string, by winding thread of continuous movement through space, rather than by a rising plot line that points towards its own resolution in a climax. At their most elemental,

¹⁷ In fact, the English word “panic” which means sudden, unreasoning, hysterical fear is derived from the name of this Greek deity.



Illongot stories may simply list a lifetime of place names where people have gardened or erected their houseposts. More elaborate stories, often about oratory, fishing, hunting, and headhunting, begin at home, move in gradual step-by-step fashion toward their destinations, and conclude with a quick return to the place of origin.

Like the Illongot, for Orang Asli the “events” in their history are inscribed in the landscape. Walking through the forest with Orang Asli was often also a “journey” into their past. Orang Asli would point to sites or landmarks and then relate stories of past events that have taken place there. This spatialization of history obviously gives more meaning to the environment. For Orang Asli then nature is not just a bearer of “resources” but also an archive of people’s history. Space is historized to become place coded with symbolic and social meanings. Seen this way one could say that the destruction of the forest that Orang Asli “own” or the dislocation or displacement of the people from their homelands is tantamount to an attempt to erase their history.

Apart from “nature as history”, for Orang Asli, as for many Indigenous communities, ecological knowledge, rather than existing as a separate field of knowledge or embodied in a distinct “discipline” as in western science, is embedded in their cultural system. Anthropologists have long recognized and documented this ethnographic fact. In a classic example of such a study, *Pigs for the Ancestors*, Roy Rappaport (1968) found a close relationship between rituals and ecology among the Tsembaga Maring of New Guinea. He revealed how ritual feasts among the Tsembaga functioned as a regulatory mechanism in maintaining balance in the ecological system.

Like the Tsembaga, Orang Asli ecological knowledge and conceptions are embedded in their traditional religious systems which can be described as “earthly” in the sense that they connect people with nature. In all the different Orang Asli religious systems, people believe in the existence of deities, spirits, elves and souls and all these in some way or the other are said to have ecological implications. As in the case of the ground dwelling spirit I discussed earlier, their spirits and deities demand that people live with nature rather than against nature. Another intriguing example of this is the Semai (one of the Orang Asli sub-groups) belief in the existence of a soul that they refer to as *kenah senlook*. This soul is part of the hunter and at the same time is intimately connected with the “laws” of nature: respect for fellow creatures, take only what you need, and the interconnectedness between humans, animals, spirits, and the environment. Semai believe that breaking any of these “laws” like over-hunting or excessive trapping of animals or treating game disrespectfully will drive the *kenah senlook* away leading to bad luck, mishap or misfortune. *Kenah senlook*, I would argue, is an idiom of nature that will express its wrath on humanity if the “laws” of nature are disregarded or contravened. The close nexus between religion and nature in Indigenous communities stands in sharp contrast with what has been referred to a “sky-centred religion” (Short, 1991, p.8). As Lynn White (apud Short, 1991, p.14) has argued, Judaeo-Christian theology “established a dualism between man and nature and insisted that it is God’s will that man exploit nature for his proper ends... made it possible to exploit nature in a mood of indifference to the feelings of natural objects”.

Hence, Orang Asli spiritual beliefs, eco-philosophies, historical consciousness, land ownership principles, strong sense of environmental stewardship, imitation of natural processes as in their swiddening undergird the fact that Orang Asli, like many Indigenous peoples, see themselves as part of the natural environment and their strong sense of respect for nature. This is a fundamental facet of Indigenous peace ecology. I will now discuss the third aspect of Indigenous peace ecology: peaceability.

PEACEABILITY

Many Indigenous communities are renowned for their non-violence and peacefulness. In a website dedicated to peaceful societies (<https://cas.uab.edu/peacefulsocieties/>), 22 of the 25 societies featured are Indigenous peoples. Two Orang Asli



ethnic sub-groups, namely the Semai and the Batek, appear on the list. Non-violent behaviour and peaceability, the ability to live peacefully with others, are prevalent in all the eighteen sub-groups of Orang Asli in Peninsular Malaysia. As Robert Dentan (1991, p.219), who authored a book on the Semai, appropriately entitled *The Semai: A Non-violent People of Malaya*, observes: “Nonviolence is so salient in Aslian everyday life that all the ethnographers who have worked there – whatever their nationality, gender, theoretical biases, or original scientific ‘problem’ – have wound up grappling with peaceability and its relationship with Aslian egalitarianism, ethnopsychology, and religious ideology”. Orang Asli nonviolence and peaceability are shaped by several of their social and cultural precepts and practices that I discussed above, namely egalitarianism, individual autonomy and social flexibility, and generalised reciprocity. To this I would add cooperation or in the words of Peter Kropotkin (1972), “mutual aid”. Cooperation creates a strong sense of interdependence and enhances social cohesion and bonding. These social aspects and practices are common to almost all peaceful societies, as documented in the numerous anthropological studies of such societies (Fry, 2006; Howell; Willis, 1989; Kemp; Fry, 2004; Pim, 2010; Sponsel; Gregor, 1994).

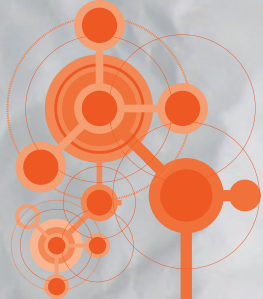
Orang Asli are fully aware of the fragility of social life in face of competition and conflict. People will at all cost avoid any escalation of conflict and resort to several conflict resolution strategies should a tiff or tryst arise. Among the Semai, individuals or parties in conflict with one another over an issue are called to an adjudication referred to as *bicharaa* where an elder or group of elders will invite the conflicting parties to express their case in turn. The *bicharaa* is attended by most people in the village as well as relatives of the different parties from other villages and whoever wishes to speak will be permitted to do so. The different views are expressed in a mutually respectful and non-acrimonious manner. It appears that the purpose of the *bicharaa* is to allow all the parties in conflict to speak their mind but with the aim of resolving the issue in a peaceful manner. I would describe the *bicharaa* as a talk fest where there are so many speeches and debates and eventually everyone is all talked out. The adjudicators will then offer their opinions where it is typical that both will be faulted. Fines may be imposed but these are usually small and rather insignificant. I have been told that the intention of the *bicharaa* is to seek a peaceful and socially undamaging solution to the issue and not to punish.

Orang Asli generally maintain peaceful relations with outsiders by resorting to one or another of several strategies. One effective tactic is flight or avoidance of contact with outsiders. As victims of slave raiders in the past and now as frequent targets for economic exploitation, Orang Asli are apparently aware that keeping a distance from outsiders, some who are likely to be dangerous, is a sensible way of surviving. Furthermore, walking away from a situation likely to cause a conflict is a sure way of preventing the situation escalating into a hostile confrontation, aggression or even violence. However, like the Paliyan in India, walking away for the Orang Asli is not interpreted as “backing down” or “being submissive” but “it is an unambiguous act of strength, strength in controlling oneself” (Gardner, 2010, p.192).

CONCLUSION

In a recent publication entitled *Peace Ecology*, Randall Amster (2015, p. 203) lists several proposed projects to foster peacebuilding and ecological regeneration and they include

community gardening, organic farming, collaborative water management, reinvigorating the commons, demonetizing our relationships, decommodifying the stuff of nature, preserving nature for its own sake and as a potential pathway to peacebuilding, navigating crises through mutual aid, forestalling crises through sustainable practices, resisting militarism on all levels, practicing compassionate and radical generosity, moving toward green energy sources, relocalizing the foundation of our lives, respecting diversity both socio-politically and ecologically, and working across borders of all types.



These are by no means lofty or utopian ideals. They are common practices of human society in the past and as I have documented in this paper, in many contemporary Indigenous communities which highlight the fact that they are not utopian. Furthermore, there are social movements across the world that have embraced these proposals.

It is noteworthy that many intentional communities such as cohousing and ecovillages that are mushrooming around the world but mostly in Europe, US, Canada and Australia practice several of the aspects of Orang Asli peace ecology. For example, the cohousing model, which was first developed in Denmark in the 1980s and which is now growing in popularity in the US, is guided by six principles:

- (1) participation by residents in the functioning of the neighbourhood; (2) design of the neighbourhood by future residents; (3) shared common spaces and resources; (4) management of the neighbourhood by residents; (5) nonhierarchical decision making; and (6) no shared economy. (Chitewere, 2010, p. 321)

A comparison of these principles with Orang Asli village-based egalitarian ethos will reveal little difference. While redressing social alienation is the key underlying intention of subscribers of the cohousing model, ecological sustainability appears to be the driving motivation in ecovillages. Such a lifestyle apparently is predominantly a middle-class phenomenon in relatively wealthy countries in the developed world. Furthermore, the intentional communities, like an Orang Asli village, involve small groups of 20 to 30 families. Can large urban centres be broken up into small intentional communities? It would appear impossible for this to happen, unless humanity is on the brink of total annihilation, as in the worst-case scenario presented by climate change scientists.

What is possible, however, is a change of paradigms, philosophies and practices, drawing from the Indigenous peace ecology outlined in this paper, not only in the way we live our lives but also in the re-formulation of economic and social policies which in their current forms are antithetical to the Indigenous model. What will need to be altered are several of the ideals, epistemes, and values associated with neoliberal capitalism to ones commonly practiced in Indigenous communities. This will include a shift from an anthropocentric to an eco-centric perception of nature, from hyper-individualism to a community-focus responsibility, from a competitive outlook to everything to one that is focused on empathy, cooperation, sharing and altruism, and from a growth-fetish to a needs-based regenerative lifestyle. Here is where we can learn from the margins or peripheries or neglected epistemologies, as the anthropologist, Henry Lewis (1989, p. 958) has argued in his research on Australian Aborigines, we must make a conscious effort "to learn *from* Aborigines rather than merely to learn *about* Aborigines" to gain from the time-honored and ecologically sound knowledge and conceptions of peoples.

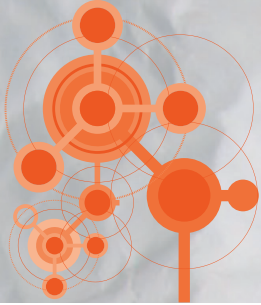
REFERENCES

AMSTER, Randall. *Peace ecology*. Boulder: Paradigm, 2015.

BELING, Adrian et al. Discursive synergies for a 'Great Transformation' towards sustainability: pragmatic contributions to a necessary dialogue between human development, degrowth, and buen vivir. *Ecological Economics*, Amsterdam, v.144, p.304-313, 2018.

BERDAL, Mats; MALONE, David (Eds.). *Greed and grievance: economic agendas in civil wars*. London: Lynne Rienner Publishers, 2000.

BERKES, Fikret. *Sacred ecology*. 2. ed. New York: Routledge, 2008.



- BIRD-DAVID, Nurit. Tribal metaphorization of man-nature relatedness: a comparative analysis. In: MILTON, Kay (Ed.). *Environmentalism: the view from anthropology*. London: Routledge, 1993. p. 111-124.
- BROSIUS, Peter. Locations and representations: writing in the political present in Sarawak, East Malaysia. *Identities*, Abingdon, v.6, n.2-3, p.345-386, 1999.
- BROWN, Wendy. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone Books, 2015.
- CAIRNS, Malcolm (Ed.). *Shifting cultivation and environmental change: indigenous people, agriculture and forest conservation*. London: Routledge, 2015.
- CALL, Charles. Liberia's war recurrence: grievance over greed. *Civil Wars*, Abingdon, v.12, n.4, p.347-369, 2010.
- CHITWERE, Tendai. Equity in sustainable communities: exploring tools from environmental justice and political ecology. *Natural Resources Journal*, Albuquerque, v.50, n.2, p.315-339, 2010.
- CHOMSKY, Noam. *Profits over people: neoliberalism and global order*. New York: Seven Stories Press, 1998.
- COLE, Raymond. Regenerative design and development: current theory and practice. *Building Research and Information*, Abingdon, v.40, n.1, p.1-6, 2012.
- COLLIER, Paul.; HOEFFLER, Anke. Greed and grievance in civil war. *Oxford Economic Papers*, Oxford, v.56, n.4, p.563-595, 2004.
- CONKLIN, Harold. *Hanunoo agriculture: a report on an integral system of shifting cultivation in the Philippines*. Rome: FAO, 1957.
- CRAMB, Rob et al. Swidden transformations and rural livelihoods in Southeast Asia. *Human Ecology*, New York, v.37, n.3, p.323-346, 2009.
- CRATE, Susan. *Cows, kin, and globalization: an ethnography of sustainability*. Lanham: AltaMira Press, 2006.
- D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgio. *Degrowth: a vocabulary for a new era*. London: Routledge, 2014.
- DAVIES, William. *The limits of neoliberalism: authority, sovereignty and the logic of competition*. London: Sage, 2014.
- DAVIS, Mike. *Evil paradises: dreamworlds of neoliberalism*. New York: The New Press, 2007.
- DENTAN, Robert. The rise and maintenance and destruction of peaceable polity. In: SILVERBERG, James; GRAY, J. Patrick (Eds.). *Aggression and peacefulness in human and other primates*. New York: Oxford University Press, 1992, p. 214-269.
- _____. Nonkilling social arrangements. In: PIM, Joám (Ed.). *Nonkilling societies*. Honolulu: Center for Global Nonkilling, 2010. p. 131-184.
- DENTAN, Robert et al. *Malaysia and the original people: a case study on the impact of development on indigenous peoples*. Boston: Allyn and Bacon, 1997.



ENDICOTT, Kirk. *Batek Negrito religion: the world-view and rituals of a hunting and gathering people of peninsular Malaysia*. Oxford: Clarendon Press, 1979.

FOSTER, John Bellamy. Capitalism and degrowth: an impossibility theorem. *Monthly Review*, New York, v.62, n.8, p.26-33, 2011.

FOX, Jefferson et al. Policies, political-economy, and Swidden in Southeast Asia. *Human Ecology*, New York, v.37, n.3, p.305-322, 2009.

FRY, Douglas. *The human potential for peace: an anthropological challenge to assumptions about war and violence*. New York: Oxford University Press, 2006.

GABEL, Medard. Regenerative development: going beyond sustainability. *Kosmos*, Lenox, Fall, Winter 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2JhD8vx>>. Acesso em: 9 maio 2018.

GARDNER, Peter. How can a society eliminate killing? In: PIM, Joám (Ed.). *Nonkilling societies*. Honolulu: Center for Global Nonkilling, 2010. p.185-194.

GEORGESCU-ROEGER, Nicholas. *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

GIRADET, Herbert. Sustainability is unhelpful: we need to think about regeneration. *The Guardian*, 10 jun. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2t49bFR>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

GOMES, Albert. *Looking for money: capitalism and modernity in an Orang Asli village*. Subang Jaya: Center for Orang Asli Concerns; Melbourne: Trans Pacific Press, 2004.

_____. *Modernity and Malaysia: settling the Menraq Forest Nomads*. London: Routledge, 2007.

_____. Give or take: a comparative analysis of demand sharing among the Menraq and Semai of Malaysia. In: MUSHARBASH, Yasmine; BARBER, Marcus (Eds.). *Ethnography and the production of anthropological knowledge: essays in honour of Nicolas Peterson*. Canberra: ANU, 2011. p.147-158.

_____. Alter-native development: indigenous forms of social ecology. *Third World Quarterly*, Abingdon, v.33, n.6, p.1059-1073, 2012.

_____. Semai ecological epistemologies: lessons for a sustainable future. In: ENDICOTT, Kirk (Ed.) *Malaysia's "original people": past, present and future of the Orang Asli*. Singapore: Singapore University Press, 2015, p. 291-307.

GONZÁLEZ, Pablo Alonso; VÁZQUEZ, Alfredo Macías. An ontological turn in the debate on buen vivir: sumak kawsay in Ecuador: ideology, knowledge and the common. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, Abingdon, v.10, n.3, p.315-334, 2015, p.291-307.

GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: today's tomorrow. *Development*, New York, v.54, n.4, p.441-447, 2011.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.



HOWELL, Signe; WILLIS, Roy (Eds.). *Societies at peace: anthropological perspectives*. London: Routledge, 1989.

KEMP, Graham; FRY, Douglas (Eds.). *Keeping the peace: conflict resolution and peaceful societies around the world*. New York: Routledge, 2004.

KLEIN, Naomi. *The shock doctrine: the rise of disaster capitalism*. London: Penguin, 2006.

KORF, Benedikt. Rethinking the greed-grievance nexus: property rights and the political economy of war in Sri Lanka. *Journal of Peace Research*, Thousand Oaks, v.42, n.2, p.201-217, 2006.

KOTHARI, Ashish; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto. Buen vivir, degrowth and ecological swaraj: alternatives to sustainable development and the Green Economy. *Development*, New York, v.57, n.3-4, p.362-375, 2014.

KROPOTKIN, Peter. *Mutual aid: a factor of evolution*. London: Allen Lane, 1972.

KUNSTADTER, Peter. Animism, Buddhism and Christianity: religion in the life of the Lua people of Pa Pae, north-western Thailand. In: MCKINNON, John; BHRUKSASRI, Wanat (Eds.). *Highlanders of Thailand*. Kuala Lumpur: Oxford University Press, 1983. p.135-154.

KUNSTADTER, Peter; CHAPMAN, Edward Charles; SABHASRI, Sanga (Eds.). *Farmers in the forest: economic development and marginal agriculture in northern Thailand*. Honolulu: University Press of Hawaii for the East-West Center, 1978.

KYROU, Christos. Peace ecology: an emerging paradigm in peace studies. *International Journal of Peace Studies*, [s.l.], v.12, n.1, p.73-92, 2007.

LATOUCHE, Serge. Degrowth economics. *Le Monde Diplomatique*, nov. 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2JmZwiV>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

_____. *Farewell to growth*. Cambridge: Polity, 2009.

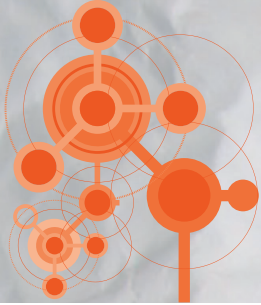
LEWIS, Henry. Ecological and technological knowledge of fire: aborigines versus park rangers in Northern Australia. *American Anthropologist*, Hoboken, v.91, n.4, p.940-961, 1989.

LOHMAN, Larry. *Green orientalism*. 1º nov. 1993. Disponível em: <<https://bit.ly/2M6zlic>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

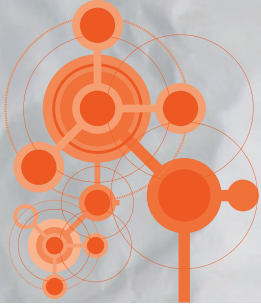
MANG, Pamela; REED, Bill. Designing from place: a regenerative framework and methodology. *Building Research and Information*, Abingdon, v.40, n.1, p.23-38, 2012.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan et al. Sustainable de-growth: mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. *Ecological Economics*, Amsterdam, v.69, n.9, p.1741-1747, 2010.

MERINO, Roger. An alternative to 'alternative development'? Buen vivir and human development in Andean countries. *Oxford Development Studies*, Abingdon, v.44, n.3, p.271-286, 2016.



- MURSHED, Syed; TADJOEDDIN, Mohammad. Revisiting the greed and grievance explanations for violent internal conflict. *Journal of International Development*, Hoboken, v.21, n.1, p.87-111, 2009.
- PADOCH, Christine et al. The demise of swidden in Southeast Asia? Local realities and regional ambiguities. *Danish Journal of Geography*, Abingdon, v.107, n.1, p.29-42, 2007.
- PEET, Richard; HATWICK, Elaine. *Theories of development: contentions, arguments, alternatives*. 2. ed. New York: The Guilford Press, 2009.
- PIM, Joám (Ed.). *Nonkilling societies*. Honolulu: Center for Global Nonkilling, 2010.
- PLESSIS, Chrisna du. Towards a regenerative paradigm for the built environment. *Building Research and Information*, Abingdon, v.40, n.1, p.7-22, 2012.
- RAPPAPORT, Roy. *Pigs for the ancestors*. New Haven: Yale University Press, 1968.
- REDCLIFT, Michael. Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age. *Sustainable Development*, Hoboken, v.13, n.4, p.212-227, 2005.
- REED, Bill. Shifting from 'sustainability' to regeneration. *Building Research and Information*, Abingdon, v.35, n.6, p.674-680, 2007.
- ROBINSON, John; COLE, Raymond. Theoretical underpinnings of regenerative sustainability. *Building Research and Information*, Abingdon, v.43, n.2, p.133-143, 2015.
- ROSALDO, Renato. *Ilongot headhunting, 1883-1974: a study in society and history*. Stanford: Stanford University Press, 1980.
- SAHLINS, Marshall. *Stone Age economics*. Chicago: Aldine, 1972.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Ed.). *Democratizing democracy: beyond the liberal democratic canon*. London: Verso, 2005.
- _____. (Ed.). *Another production is possible: beyond the capitalist canon*. London: Verso, 2007.
- _____. (Ed.). *Voices of the world*. London: Verso, 2010.
- _____. *Epistemologies of the south: justice against epistemicide*. Boulder: Paradigm, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa et al. (Eds.). *Another knowledge is possible: beyond northern epistemologies*. London: Verso, 2008.
- SCHMIDT-VOGT, Dietrich et al. An assessment of trends in the extent of swidden in Southeast Asia. *Human Ecology*, New York, v.37, n.3, p.269-280, 2009.
- SHORT, John. *Imagined country: society, culture and environment*. London: Routledge, 1991.
- SPENCER, Joseph Earle. *Shifting cultivation in southeastern Asia*. Berkeley: University of California Press, 1966.



SPONSEL, Leslie; GREGOR, Thomas (Eds.). *The anthropology of peace and nonviolence*. Boulder: Lynne Rienner, 1994.

TAULI-CORPUZ, Victoria. Interface between traditional religion and ecology among the Igorots. In: GRIM, John (Ed.). *Indigenous traditions and ecology: the interbeing of cosmology and community*. Cambridge: Harvard Divinity School Center for the Study of World Religions, 2001. p. 281-300.

THOMSON, Bob. Pachakuti: indigenous perspectives, buen vivir, suma qawsay and degrowth. *Development*, New York, v.54, n.4, p.448-454, 2011.

UNITED NATIONS. *Sustainable development goals*. [2015?]. Disponível em: <<https://bit.ly/2jHjQmD>>. Acesso em: 12 maio 2018.

VANHULST, Julien; BELING, Adrian. Buen vivir: emergent discourse within or beyond sustainable development? *Ecological Economics*, Amsterdam, v.101, p.54-63, 2014.

VILLALBA, Unai. Buen vivir vs development: a paradigm shift in the Andes? *Third World Quarterly*, Abingdon, v.34, n.8, p.1427-1442, 2013.

WALSH, Catherine. Development as buen vivir: institutional arrangements and (de)colonial entanglements. *Development*, New York, v.53, n.1, p.15-21, 2010.

WILLS-JOHNSON, Nick. Lessons for sustainability from the world's most sustainable culture. *Environment, Development and Sustainability*, New York, v.12, n.6, p.909-925, 2010.

WOODBURN, James. Hunters and gatherers today and reconstruction of the past. In: GELLNER, Ernest (Ed.). *Soviet and Western anthropology*. London: Duckworth, 1980. p.95-117.

WORLD COMMISSION ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

Article received on 08.04.2018 and approved on 22.05.2018.



Reflexión sobre la migración transnacional y transcultural en el Estado de México desde la perspectiva de la paz y los conflictos

Reflexão sobre a migração transnacional e transcultural no Estado do México a partir da perspectiva da paz e conflitos

Reflection on transnational and transcultural migration in the State of Mexico from the perspective of peace and conflict



Eduardo Andrés Sandoval Forero

- Doctor en Sociología, Maestro en Estudios Latinoamericanos, y Antropólogo Social.
- Miembro del Sistema Nacional de Investigadores de México nivel II desde 1995.
- Profesor invitado de universidades de: Estados Unidos, América del Sur, España e Italia.
- Fundador y Coordinador Académico de la Maestría y el Doctorado en Educación para la Paz y la Convivencia Escolar en México.
- Investigador-Profesor del CIEAP, Universidad Autónoma del Estado de México
- Premio Manuel Castillo 2009 otorgado por la Universidad de Valencia, España, por la la investigación académica en el ámbito de la Cooperación para el Desarrollo Humano y la paz de los Pueblos en el mundo. Categoría Estudios e Investigación, publicado en el libro coeditado por Vicent Martínez Guzmán y Eduardo Andrés Sandoval Forero (2009), *Migraciones, conflictos y cultura de paz*, Cátedra Unesco de Filosofía para la Paz, Bancaja, Universitat Jaume I, Castellón, España
- E-mail: forerosandoval@gmail.com



Resumen

La complejidad de fenómenos sociales como son la migración, la pobreza, la violencia, el despojo, los conflictos entre otros son parte del repertorio que constituyen las particularidades propias de la sociedad globalizada del siglo XXI, dicho escenario se constituye como un referente de análisis sobre las problemáticas que afecta directamente los grupos subalternos y oprimidos de nuestra época. Por ende, la necesidad de avanzar en esta lógica orientada a la reflexión crítica de fenómenos como son la migración transnacional y transcultural implica un desafío en el ámbito de conceptualizar dicha temática a partir de los estudios de paz y los conflictos en sus respectivos contextos y dinámicas sociopolíticas de Nuestra América. Así pues, la finalidad del siguiente artículo consiste en exponer la relación teórica, conceptual y metodológica que existe entre la migración, la paz, y el conflicto reflejado en el ámbito transnacional y transcultural que presenta la experiencia migratoria de la población del Estado de México. Uno de los aportes más relevantes encontrados en esta investigación consiste en la amplia relación entre la perspectiva crítica de concebir la migración como un fenómeno que articula el conflicto, la violencia y la paz y la emergencia de estudios en este campo de la investigación social.

PALABRAS CLAVES: ESTUDIOS PARA LA PAZ • VIOLENCIA • MIGRACIÓN TRANSNACIONAL • MIGRACIÓN TRANSCULTURAL • ESTADO DE MÉXICO.

Abstract

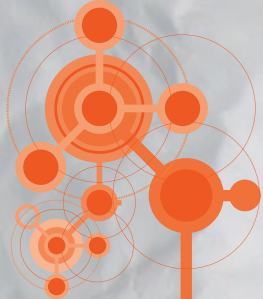
The complexity of social phenomena such as migration, poverty, violence, dispossession, conflicts, among others, is part of the repertoire that constitute the peculiarities of the globalized society of the 21st century. This scenario constitutes a benchmark for analysis of the problems that directly affect the subaltern and oppressed groups of our time. Therefore, the need to advance in this logic oriented to the critical reflection of phenomena such as transnational and transcultural migration implies a challenge in the scope of conceptualizing this topic from the studies of peace and conflicts in their respective contexts and sociopolitical dynamics of Our America. Thus, the purpose of the following article is to expose the theoretical, conceptual and methodological relationship that exists between migration, peace and conflict reflected in the transnational and transcultural context presented by the migratory experience of the population of the State of Mexico. One of the most relevant contributions found in this research is the wide relationship between the critical perspective of conceiving migration as a phenomenon that articulates conflict, violence and peace, and the emergence of studies in this field of social research.

KEYWORDS: KEYWORDS: STUDIES FOR PEACE • VIOLENCE • TRANSNATIONAL MIGRATION • TRANSCULTURAL MIGRATION • STATE OF MEXICO.

Resumo

A complexidade de fenômenos sociais – como migração, pobreza, violência, desapropriação e conflitos, entre outros – é parte do repertório que constitui as particularidades próprias da sociedade globalizada do século XXI. Esse cenário se mostra como um referente de análise sobre as problemáticas que afetam diretamente os grupos em situação de vulnerabilidade e oprimidos de nossa época. Por essa razão, a necessidade de avançar nessa lógica orientada à reflexão crítica de fenômenos como migração transnacional e transcultural implica um desafio no âmbito da conceituação da referida temática a partir dos estudos para a paz e conflitos nos seus respectivos contextos e dinâmicas sociopolíticas de nossa América. Assim, a finalidade deste artigo é expor a relação teórica, conceitual e metodológica que existe entre migração, paz e conflito refletida no âmbito transnacional e transcultural que apresenta a experiência migratória da população do Estado do México. Uma das contribuições mais relevantes encontradas nesta pesquisa é ampla relação entre a perspectiva crítica de conceber a migração como fenômeno que articula o conflito, a violência e a paz e a emergência de estudos nesse campo de pesquisa social.

PALAVRAS-CHAVE: ESTUDOS PARA A PAZ • VIOLÊNCIA • MIGRAÇÃO TRANSNACIONAL • MIGRAÇÃO TRANSCULTURAL • ESTADO DO MÉXICO.



INTRODUCCIÓN

La migración como un campo de investigación en las ciencias sociales ha tomado gran relevancia debido a los cambios estructurales del sistema – mundo globalizado. La crisis civilizatoria que afecta de forma radical los distintos grupos sociales en la esfera política, económica, cultural, social, étnica entre otras, no es ajena a la realidad de los migrantes en donde la construcción de los imaginarios colectivos con respecto a la migración ha sido un debate de larga duración, dado el contenido, la complejidad y la evolución que ha traído consigo este fenómeno de orden global.

Desde la perspectiva de los estudios sociales en torno a la migración se ha podido constatar una serie de avances en materia de la investigación social que ofrecen elementos necesarios para lograr analizar la complejidad de esta problemática en sus respectivas particularidades. Así pues, la migración transnacional como una vertiente de estudio responde a un fenómeno de carácter novedoso, dado su contenido en función de caracterizar los desplazamientos internacionales, los flujos de movilización poblacional de un territorio a otro, la dislocación y desestructuración de la “comunidad tradicional”, el cambio de paradigma de la ciudadanía y el debilitamiento de la esfera pública de los Estados, son parte de las transformaciones que han sucedido en las últimas décadas en América Latina.

En este sentido, la necesidad de analizar de forma crítica las dimensiones que integran los procesos migratorios en materia territorial, espacial, temporal y societal hace parte del juego estructural por reconocer la problemática en su extensión y profundidad, esto implica tener que mostrar el carácter múltiple de la migración. Asimismo, se convierte en un espacio de reflexión por reconocer, caracterizar y desarrollar los principales elementos culturales de las localidades, comunidades y grupos sociales involucrados en este fenómeno de investigación social.

El panorama actual obliga a reconocer que:

nos encontramos con una globalización capitalista que de manera colateral impulsa la migración transnacional, haciendo que las cantidades de mano de obra sobrante en otras regiones del mundo se utilicé donde el capital la necesita, sin importar los mecanismos de traslado de los migrantes, ni tampoco las violaciones a los derechos humanos que en forma recurrente se realizan con esta población vulnerable y deportable (Sandoval Forero, 2015, p. 12).

Al mismo tiempo, la migración al ser un fenómeno social, político, económico y cultural se encuentra relacionada con la dinámica del conflicto, la paz y las violencias que existen en los procesos de movilización de las sociedades globalizadas, es decir, las múltiples dimensiones que influyen o repercuten en esta problemática mundial se encuentra relacionadas a situaciones como el desplazamiento forzado, refugio, asilo político, exilio, empleo y la falta de oportunidades que afectan directamente al sujeto migrante.

El argumento de relacionar la migración como un fenómeno que responde a un ambiente de intolerancia, conflictos, violencias y situaciones complejas al nivel local, regional, nacional e internacional, tiene como fundamentación la dinámica proveniente del capital, la mercantilización del sujeto, la apertura del mercado en las fronteras y las políticas restrictivas que impulsan la configuración de un imaginario basado en la violación de los derechos humanos, la falta de diálogo y solidaridad con el migrante y la poca capacidad institucional destinada a garantizar la protección de la vida, la familia y las mínimas condiciones para el libre desarrollo como ser humano.

En efecto, tener un acercamiento sobre la compleja realidad que representa la migración, sirve como un antecedente que permite explorar los flujos, movimientos e interacción generada en el campo nacional e internacional debido a las condiciones



que contribuyen a la configuración de una cultura de la migración que demuestra por una parte la poca capacidad institucional de canalizar las demandas de los grupos sociales más vulnerables de una sociedad permeada por las condiciones de un ambiente globalizado (Bryceson; Vuorela, 2002; Sandoval Forero; García, 2010).

El fenómeno de la migración de población mexicana para Estados Unidos, es un situación de hace más de un siglo de manera permanente con periodos de flujos y reflujos en sus intensidades y con entidades federativas tradicionales de expulsión y con mayores índices de desigualdad social. En particular, la experiencia en el Estado de México, al ser la entidad federativa más poblada del país, se ha constituido en los últimos quince años en un lugar emergente de migración causada principalmente por el deterioro de las condiciones económicas de la mayoría de su población, es decir los altos niveles de corrupción, clientelismo y pobreza – estructural.

De esta manera, la visión de autores como Glick, Basch y Szanton - Blanc sobre el estudio de las comunidades transnacionales en su origen, desarrollo, crisis y finalidad en el mundo – social es de gran vitalidad para realizar una contextualización en el panorama regional. Por ello, la configuración de las comunidades transnacionales y transculturales mexicanas responde a un eje de discusión que hace uso de la etnografía mutisituada y la sociología virtual dos campos de investigación propicios para reconocer las dinámicas de tipo cultural, económico y político en sus respectivas dimensiones como son: lo local, lo estatal, y lo federal (Sandoval Forero, 2015; Zapata-Barrero, 2004). Igualmente, se parte de reconocer que el flujo migratorio responde a los intercambios fronterizos, interculturales, interétnicos y multidimensionales debido a la naturaleza y propiedades de las poblaciones y territorios con gran movilización migratoria.

Así pues, la finalidad del siguiente artículo consiste en analizar a partir de un enfoque crítico- emergente como lo representa la perspectiva decolonial en el estudio de la migración, la esfera de las comunidades en el plano transnacional y transcultural, y por último, la relación teórico-analítica del panorama de la migración a partir de las particularidades existentes de la población migrante en el Estado de México como sucede en el municipio de Tonicato, llegando al punto de mencionar la emigración al extranjero como un fenómeno que debe ser visto más allá de la dicotomía sociedad – Estado, economía – política y pasar a una lógica crítica de las propiedades que mantiene los inmigrantes con la población de origen en su trayecto, experiencia y reconstrucción histórica de su condición como ciudadano migrante.

ESTUDIOS DE PAZ Y VIOLENCIA EN EL FENÓMENO DE LA MIGRACIÓN CONTEMPORÁNEA

Los estudios de paz se han convertido en una temática de gran utilidad en la comprensión del fenómeno de la migración en sus distintos niveles, así la violencia y el conflicto simbolizan elementos constitutivos de cualquier acción humana al interior de la sociedad, esta perspectiva de reconocer como un hecho social los procesos migratorios implica una forma de abordar teórica, conceptual y analíticamente dicha problemática a través de una experiencia investigativa que responda a los debates metodológicos y la misma naturaleza de una sociedad globalizada.

La concepción teórica proveniente del conflicto, la memoria, la paz y la violencia sirve como elementos para el análisis profundo de las problemáticas internacionales que influyen radicalmente en cualquier tipo de migración (legal o ilegal), a su vez, es un factor determinante que permite realizar un abordaje más amplio sobre la experiencia, la narrativa, la práctica y la subjetividad producto de la praxis del sujeto migrante en su trayecto de vida.

Por ende, la migración transnacional y transcultural se encuentra asociada a un proceso en donde



las constelaciones migratorias no son un fenómeno nuevo ni aislado y su estudio requiere de un enfoque multidisciplinario que aborde desde sus causas el tránsito, la llegada, las distintas consecuencias, el retorno, las regiones expulsoras de población, los países receptores, la demografía de las migraciones, las políticas migratorias, los derechos de los migrantes y la feminización creciente de la movilidad humana entre otras (Sandoval Forero, 2012, p. 234).

Siendo un aspectos de suma importancia en la perspectiva de los estudios de paz en el análisis de la migración, puesto que se enfoca en construir investigación por medio de la visión analítica, compleja y estructural de ver a los migrantes como actores vulnerables en el sistema mundo. En este sentido, la matriz de referencia teórica y metodológica sobre el fenómeno migratorio responde a la incursión de investigaciones de naturaleza explicativa o reflexiva que permite articular la dinámica micro o macro producto de la migración en un contexto global.

El paradigma del estudio de paz encargado de comprender la multicausalidad que constituye el fenómeno de la migración: causas, destino, traslado, consecuencias, retorno e impactos entre otros, plantea la importancia de construir investigaciones teórico – conceptuales por medio de un diseño metodológico que tenga la capacidad de reconocer que cualquier tipo de migración está vinculada a un ejercicio de violencia estructural dado que existen gobiernos, Estados y sociedades proclives a la expulsión de población en distintas circunstancias.

La violencia estructural se constituye como factor que “está edificada dentro de la estructura y se manifiesta como un poder desigual y, consiguientemente, como oportunidades de vida distintas” (Galtung, 1969, p. 171 citado por Sandoval Forero, 2009, p. 23). Este tipo de violencia contribuye al fortalecimiento de las causas endógenas y exógenas propias del fenómeno migratorio.

A su vez, el proceso de migración producto de la desigualdad estructural, la falta de oportunidades, las prácticas políticas indebidas y las lógicas del sistema mundo inmerso en la mercantilización de la vida y la acumulación del capital son características que hacen que el sujeto migrante tenga que recurrir a transitar de una país, sociedad, gobierno y estructura sociocultural distinta a la de su origen.

La violencia generadora de un imaginario de explotación, pobreza y un escenario de abandono estatal sobre la población migrante se articula con los bajos índices y debilidad institucional que presentan los gobiernos en sus respectivos regímenes democráticos, lo que significa un Estado promotor de violación a los derechos humanos, derechos políticos y una sociedad con precarios niveles de desarrollo social, político, económico, cultural y educativo.

Otro aspecto que influye en la construcción de una cultura migratoria consiste en las prácticas sociales que se han configurado históricamente al interior de sus familias, ya que por diversas causas han recurrido a la actividad de migrar en búsqueda de mejores oportunidades y las futuras generaciones lo concibe como un imaginario que debe reproducirse argumentando dichas razones y otras que son válidas para asumir la travesía de la migración.

Por otro lado, los actores que generan, produce y contribuyen a la construcción de conflictos violentos al interior de la sociedad hacen parte de la dinámica sociopolítica que se imponen sobre los grupos subalternos y oprimidos de cualquier país, siendo un elemento estructural que repercute en las prácticas de actores armados precursores de la violencia física, directa y radical contra los distintos sectores de la sociedad que se ven obligados/forzados a sumarse a las filas del desplazamiento interno, el refugio humanitario y el abandono de proyectos de vida como sujeto político en cada uno de sus territorio.

La complejidad que representa la migración internacional responde a una persecución política, ideológica y humana que realiza los Estados contra cualquier actor disidente sobre la forma de gobernar en el país, esta problemática fortalece la cultura de la violencia directa, el uso indiscriminado de la fuerza legal, la masificaciones de grupos policiales y las prácticas



de expulsión, despojo y estigmatización contra cualquier sujeto político que piense, actúe y manifieste una postura contrario a las estructuras gubernamentales.

Las dinámicas de un mundo globalizado donde el sujeto se encuentra inmerso en una serie de cambios coyunturales o estructurales, implica reconocer el fenómeno migratorio como una muestra del desplazamiento de hombres y mujeres, que dejan su lugar de origen con el fin de instalarse en otro país sin tener conocimiento propio sobre el país receptor. Esta situación ha sido considerada como un fenómeno social de larga duración donde las consecuencias recaen en lo cultural, económico y político que tiene un Estado, al inducir que su población abandone su patria en búsqueda de un sueño o un proyecto que vio casi o imposible de materializar en su nación.

Por ende,

estas migraciones en tiempos de la globalización económica presentan múltiples relaciones y complejidades que en muchos casos configuran interrelaciones sociales y culturales de carácter colaborativo y pacífico, mientras que en otras circunstancias, como en el caso de la migración indocumentada, pueden generar relaciones interculturales desiguales, marcadas por el pleno desconocimiento y desprecio hacia la cultura de los inmigrantes, afectando negativamente la calidad de vida de las personas (Sandoval Forero, 2007, p. 10).

La lógica de la migración internacional tiene que ver con el cruce de fronteras por diversos motivos: las oportunidades laborales, la crisis familiar, los problemas de seguridad, la precariedad económica y la falta de garantía por ser reconocido como sujeto de derecho, es decir, ciudadano con las mínimas garantías dentro de una democracia. Esta serie de déficits son parte del repertorio de motivos que conlleva a un proceso de movilización de diferentes grupos a territorios donde se tiene un tipo ideal de conseguir una mejor "calidad de vida". A esta particularidad, se suma el constate movimiento de la Sociedad de la Información por medio de las redes sociales, los medios alternativos y los espacios virtuales que simbolizan un circuito migratorio en el tema de la interacción, la comunicación y la generación de espacios para seguir manteniendo los lazos de solidaridad y afectividad en medio de la distancia con las familias que habitan en su lugar de origen.

Por el contrario, a esta realidad se le suma el discurso y la praxis que hacen uso el Estado para seguir generando exclusión frente a los migrantes. Una muestra lo encontramos cuando:

los gobiernos de los países desarrollados han elaborado y aplicado un sin número de leyes antimigratorias y restrictivas de diversa naturaleza, en especial contra la fuerza de trabajo de calificación baja; pues en ciertos casos son flexibles con algunos trabajadores migrantes calificados o con experiencia en tecnología avanzada. Al mismo tiempo, una de las expresiones de las políticas antimigratorias es la identificación de los migrantes como elementos "ilegales", "perturbadores" y "subversivos" del orden estructural de los países receptores. Se les niegan derechos elementales como seres humanos y derechos básicos como trabajadores; se les persigue, encarcela, deporta y en no pocos casos desaparecen o son eliminados físicamente (Sandoval Forero, 2007, p. 14).

Así pues, la concepción desarrollada sobre los imaginarios colectivos que genera la dinámica de emigración en los territorios, responde a una serie de consideraciones vinculadas con la complejidad del vínculo socio-político entre los Estados, las sociedades y los cambios culturales en cada país. Permitiendo la emergencia de una realidad multicultural donde lo transnacional (rompe fronteras) y lo transcultural (más allá de una cultura) se encuentran en medio de un choque entre dos imaginarios diferentes pero no excluyentes de un fenómeno global como lo representa la migración entre el sujeto colonizador y colonizado en una relación en constante disputa política.



El discurso analítico sobre la comunidad transnacional está asociado a un conjunto de prácticas, discursos y acciones en un escenario multipolar mediado por la lógica del sistema – mundo, dado que se encuentra sometido a los intereses del capital, la mercantilización del ser y la banalización de la política frente a la dignidad de lo humano en comunidad. (Wallerstein, 2005). Este conjunto de procesos transnacionales también influyen: las relaciones entre las culturas de los inmigrantes y las de la sociedad receptora, genera conflictos diversos que en muchos casos son atendidos mediante la coerción, la confrontación, la represión y las violencias. La lista de las violaciones y atropellos a los derechos humanos de los migrantes no documentados o irregulares, es tan grande como los mismos flujos internacionales, y van desde la cacería humana, el desprecio a las personas, maltratos de la autoridad, tortura física y psicológica, desaparición, tratos crueles y degradantes, detención y hasta la violación al derecho a la vida.

Esta situación se presenta en condiciones de confrontación cultural que pueden llegar a la presencia de violencia directa, violencia cultural, violencia psicológica, violencia simbólica y violencia emanada de la xenofobia. En otras circunstancias, las relaciones de la diversidad de las culturas en contextos migratorios son de convivencia pacífica, no violenta, de respeto, reconocimiento mutuo y de armonía.

En este sentido, las comunidades y las familias caracterizadas por estar asociadas a un contexto transnacional responden a un entramado de relaciones socio- políticas en el marco de un escenario internacional fragmentado y dividido por la crisis del capitalismo moderno - colonial, es decir, participan y conviven en medio de las circunstancias propias de los grupos subalternos y los movimientos de la globalización desde abajo, aquí las comunidades están constituidas a través de redes sociales de familias, acciones comunicativas, interacción comunitaria haciendo uso del internet y una serie de cambios interculturales donde la condición de ser migrante toma mayor sentido en el diario vivir en su espacio local, nacional e internacional (Díaz, 2015). Es una globalización migratoria desde abajo en sentido de convivencia pacífica.

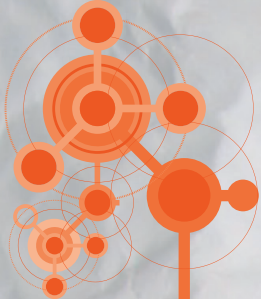
Una evidencia concreta la encontramos con los:

flujos migratorios que también se inscriben dentro del contexto de los grandes avances científicos y tecnológicos, particularmente en el de las Nuevas Tecnologías de Información y Comunicación (NTIC) que de manera importante y sin precedentes para la humanidad, ha inducido la globalización de los mercados y las economías. Para los migrantes también las NTIC han sido importantísimas para la comunicación y resolución no violenta de problemas y conflictos con sus familiares, amigos, vecinos y comunidad (Sandoval Forero, 2007, p. 17).

La identidad que se construye a lo largo del trayecto en su antes, el después y lo acontecido en la cotidianidad de los migrantes, puede ser asimilada como el reflejo de un proceso cultural donde la práctica social (apropiación del presente) y la visión utópica (apropiación del futuro) son congruentes con la necesidad – real del sujeto a través de su conciencia frente a su realidad – empírica. Un aspecto que posibilita la construcción de un:

imaginario colectivo que hace referencia a la construcción simbólica que carga de sentido el pensar y el actuar de las personas con relación al acontecer migratorio. Tiene que ver con parte de la realidad social de los inmigrantes, de los retornados y de la comunidad de origen. Pero también tiene que ver con las formas subjetivas del pensar, con las percepciones, representaciones y fantasías sobre la dinámica social de una comunidad que ha hecho suya la cultura de la migración (Sandoval Forero, 2013, p. 3).

Por otra parte, la perspectiva transcultural en el marco de la experiencia del sujeto – migrante corresponde a ese diálogo, interacción y comunicación con otros sujetos, contextos, espacios y temporalidad ajena a su realidad de origen, son elementos causantes de una hibridación cultura que contribuyen a un tipo de identidad. Un aspecto que marca la ruta cotidiana por convivir y relacionarse con el mundo – social, del cual no es nativo, pero está en el deber de encontrar su necesidad real sin desconocer las circunstancias socio – políticas que lo acontecen como migrante.



El sentido de la movilización que trae consigo el migrante desde su lugar de origen y la necesidad de apropiarse paulatinamente del nuevo espacio, lo lleva a enfrentarse constantemente a prácticas, discursos, mensaje, acciones e imaginarios desconocidos en su campo cultural pero que son recibidos, asimilados y asumidos de forma prolongada a lo largo de su estancia o residencia del país receptor. De este modo, el giro – radical que experimenta el migrante es un elemento de suma importancia frente a la cuestión de lo transcultural, dado que las practicas del sujeto ubicadas más allá de las fronteras son un insumo en la lógica de concebir otras formas de realidad socio – política donde la incursión, participación (activa – pasiva) y la adaptación del migrante y las familias al nuevo contexto repercute en la transformación de la cultura establecida producto de la experiencia del sujeto.

Un elemento que se relaciona de forma analítica, puesto que:

los migrantes son quizás los actores sociales que mejor entienden la complejidad y efervescencia del mundo actual, al tener que sortear la reconstrucción de su espacio, su tiempo, y su hábitat en territorios que les plantean situaciones inéditas en su actuar social del pasado y del presente. Nuestro manejo del tiempo, el espacio y el hábitat, es un fenómeno cultural que interiorizamos progresivamente en la construcción del día a día, del vivir cotidiano (Mora; Sandoval Forero, 2010, p. 70).

La interacción resultado de la actividad de la migración es una muestra de la apropiación de otros espacios. Tal como sucede con el uso de las Nuevas Tecnologías de Información y Comunicación (NTIC), al interior de las familias fragmentadas por la ausencia de alguno de sus integrantes o el dejar atrás su antigua vida e incursionar en nuevas tierras expuestas a cualquier circunstancia del momento. La cuestión reside en la generación del ciberespacio en este intercambio familiar en donde la comunidad de migrantes residentes en otro país (México – Estados Unidos). Este entramado cultural de bienes, experiencias, miedos, retos, esperanzas, fracasos y oportunidades son constitutivas del fenómeno transcultural por reconocer, apropiarse y asumir otra percepción sobre la cultural, la identidad y el pasado - vivo, en el que constantemente se enfrentan los migrantes de uno y otro lado de la frontera.

El intercambio de lógicas discursivas forman parte de la características del migrante en su relación con los medios de comunicación y la virtualidad, debido a la construcción de sus propios elementos culturales a partir de la identidad, la cultura y la resistencia por mantener, promover y defender sus habitus cotidianos (alimentación, expresiones, ideas, sentimientos, motivos entre otros). Igualmente, "la comunicación e información virtual on line está integrada por usuarios que catalizan la usabilidad de las redes en las NTIC. Entendemos por usuarios a "los ciudadanos y organizaciones que participan de la sociedad de la información a través de la generación, uso y difusión de la información" (Valenti, 2002, p. 18 citado por Mora; Sandoval Forero, 2010, p. 65).

Al mismo tiempo, el constante flujo e intercambio de migrantes, familias y actores sociales sobre la lucha y/o disputa por rebasar los límites espaciales, territoriales y geográficos que conciernen las márgenes de fronteras establecidas por los Estados, son parte del carácter transnacional de los movimientos migratorios en la actualidad. Se convierten en la razón de ser por analizar las transformaciones culturales de la sociedad receptora de este tipo de población vulnerable mostrando los elementos necesarios para reconocer la dinámica del circuito migratorio que va desde la llegada (travesía) hasta el establecerse (material) en un espacio para continuar su desarrollo personal.

La visión de lo transnacional y lo transcultural en los estudio de la migración tiene como base el reconocimiento del sujeto – migrante en su condición como un actor social, aunque haya abandonado su lugar de origen no implica que pierda sus derechos humanos. Por el contrario, podría ser asimilado como un fenómeno socio-económico donde prácticas como el envío de remesas, la comunicación con la familia, la participación de actividades remuneradas tanto documentado como



indocumentado, la presencia activa del inmigrante en los asuntos locales del país receptor hacen parte del conjunto de elementos que contribuye a los procesos de desarrollo pacífico en ambas naciones.

Por ende,

“se trata de una imagen que en el concepto de comunidad presupone el entrecruzamiento de varios espacios y significados y deriva de lo que en sí misma es la migración” (Moctezuma, 2008: 55), en donde la comunidad transnacional que se recrea en el circuito migrante es imaginada, y de hecho, todas las comunidades lo son, ya que la pertenencia a una misma comunidad cultural lleva a concebir a los otros con los estándares de un lenguaje, cultura y sistemas simbólicos dados (Mora; Sandoval Forero, 2010, p. 71-72).

La dimensión micro y macro de la migración en el reconocimiento de las familias representa un espacio de fragmentación de valores, creencias, afectos y sentimientos dada la complejidad de lo que implica la distancia y el vivir en otro contexto. Sin embargo, en ciertos casos la conexión mejora, se fortalecen los sentimientos de pertinencia y existe una mayor apropiación de dinámicas/ estrategias para buscar fortalecer la familia en su ámbito transcultural y transnacional (Bryceson; Vuorela, 2002).

El planteamiento teórico de reconocer lo transcultural y transnacional, puede ser asimilado en dos momentos. El primero tiene que ver con la ruptura de frontera y el segundo corresponde con la subjetividad del sujeto dentro de su experiencia migratoria. Una forma de asumir esta situación, consiste en la capacidad de reflexionar sobre la importancia de las experiencias locales, nacionales e internacionales, puesto que se encuentra interconectadas por las relaciones socio – económicas del sistema – mundo en un ambiente globalizado y despolitizado por el capitalismo.

De esta forma, dichas categorías se articulan bajo la visión de la multiculturalidad e inmigración en medio de la construcción de un tipo ideal sobre la ciudadanía y la democracia en los distintos países del mundo. El debate histórico de origen colonial por imponer una discusión donde el migrante no puede ser reconocido como un ciudadano en la esfera pública. Tal como lo considera Zapata-Barrero (2004, p. 34) al señalar que la categoría de “ciudadanía” ha sido históricamente una noción excluyente. Su semántica ha connotado constantemente un privilegio y un límite social, ético, político y económico frente a las demás personas no incluidas dentro de su alcance semántico”.

Por ello,

todas estas realidades de menosprecio, discriminación y exclusión hacen del inmigrante un ciudadano de segunda categoría que afecta su condición de sujeto de derecho con menosprecio cultural, produciendo una serie de barreras o limitaciones al ejercicio de sus derechos fundamentales, ya sea amparada por normas contrarias a los derechos humanos e incluso por el sector privado que actúa aprovechando esta situación de manera consciente, u obligado por la legislación de aquellos países que sancionan a los empleadores de inmigrantes indocumentados, donde el Estado pretende detener los movimientos migratorios valiéndose del uso inadecuado del derecho y de la manipulación de su sociedad que percibe en lo ajeno una amenaza y no una oportunidad de desarrollo (Sandoval Forero, 2015, p. 24).

Países como Estados Unidos de Norteamérica han fincado parte de su gran potencial de desarrollo en el uso de la fuerza de trabajo de millones de inmigrantes indocumentados.

La perspectiva liberal de la ciudadanía y su relación con la democracia ha tomado como bandera la libertad económica y la capacidad de asumir, participar y debatir sobre los asuntos públicos de forma deliberativa. Sin embargo, la realidad política que vive la comunidad de migrantes se ve expuesta a una serie de discursos como son la identidad nacional, la defensa del territorio, la nacionalidad, los derechos especiales y la patria, son parte del cúmulo de conflictos que integran



las problemáticas de los migrantes indocumentados en esta época contemporánea y son defendidos por los grupos ortodoxos del país receptor.

La diatriba teórica – conceptual de la multiculturalidad en el estudio de la migración, radica en su ethos liberal en función del individualismo y la apuesta por construir una categoría universal sobre la ciudadanía, en esta apuesta, se ha excluido históricamente a los grupos sociales oprimidos (mujeres, negros, indígenas, campesinos, migrantes), debido a que no formaron parte de esta distinción y pasaron a ser considerados como un sector ajeno a ser ciudadanos. En este sentido, el discurso de la multiculturalidad con el paso del tiempo asumió una distinción y se enfocó en reconocer un posible escenario plural donde estos grupos pasaran hacer reconocidos pero a partir de las categorías y las lógicas del sistema mundo – capitalista.

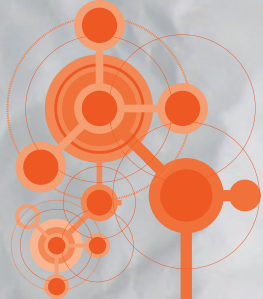
Por su parte, los cambios provenientes de un mundo globalizado y multicultural constituyen las sociedades complejas en materia económica, política, social, demográfica, espacial y territorial, debido a la dimensionalidad de los procesos internos/ externos que aparece en el fenómeno migratorio. Un aspecto que involucra identidades subalternas, redes familiares virtuales, intercambios socio- económicos, prácticas culturales entre los sujetos y la exploración de espacios de organización entre los migrantes, constituyen una forma de reconocer los elementos de gran importancia en el estudio de la migración transcultural y transnacional.

En el plano del multiculturalismo como un modelo de caracterización del ciudadano en un espacio globalizado en el ámbito económico, político, cultural y social, contribuye a que los migrantes pasen a ser asimilados como un actor que vive en medio de la multiplicidad de crisis (capital, familiar, pensamiento, acción, sentimiento), una época donde la tecnología y el acceso a otros medios de comunicación alternativo repercute en el significado de la experiencia y el ethos del migrante como sujeto – político en un país desconocido para el mismo. Desconocimiento social, cultural y lingüístico que en muchos casos se convierten en verdadero conflicto y que suma a los conflictos de la situación indocumentada de millones de migrantes.

Ahora bien, el tema del multiculturalismo y su relación con la migración responde al reconocimiento del escenario complejo y lleno de contradicciones entre el sujeto y el capital, la política y la economía, la soberanía nacional o la internacionalización, el patriotismo o nacionalismo entre otros, es decir, discurso enclaves del proyecto moderno – colonial que responde a una lógica de corte ideológico que se ha incrustado en las políticas del Estado, en donde han puesto en desigualdad al sujeto – migrante y asumiendo un estado de negatividad y exclusión por parte de los sectores gubernamentales.

La tendencia sobre el multiculturalismo no solo tiene cabida al interior de las políticas de la ciudadanía y la esfera pública. Por el contrario, intenta abarcar o conocer diversas culturas pero con el paso del tiempo pasa a ser un instrumento que es usado por parte de los estados para construir procesos políticos en función de la estratificación social y la desigualdad entre actores que conforman un régimen político. Una gran problemática dado el contenido y la esencia de la pluralidad en el marco de los derechos humanos como herramientas que pueden ser de uso para los migrantes, al momento de ser víctimas de la fuerza estatal en su trayecto hacia el país receptor.

El problema de poner en relación el multiculturalismo y la migración como dos estadios de pensamiento, tiene que ver con la contextualización de los fenómenos producto del proyecto postergado y colonial de la modernidad. Una estructura que da prevalencia a la racionalidad instrumental, la neoliberalización de la economía y la violencia – sistémica contra la dignidad humana de estos actores que son vistos y tratados como ciudadanos de segunda categoría. Lo que conlleva a la implementación de un proyecto que responde a los intereses hegemónicos del gran capital y la barbarie de la razón del Estado que pasa por encima del sujeto y está en alianza con la exclusión, el racismo y la xenofobia contra los migrantes siendo insumos del régimen del colonialismo impuesto en las latitudes Latinoamericanas.



Las asimetrías generadas a lo largo del recorrido que realizan los migrantes nos permite conocer con mayor precisión el plano social y cultural, debido a que entra en juego la subjetividad del migrante frente a la experiencia de conocer un contexto distinto al de su origen. Lo que posibilita el fortalecimiento de prácticas de discriminación, negación y exclusión – multidimensional (política, económica, simbólica y social) de aquellos sujetos que no son nativos u originarios del territorio al que se llega.

Del mismo modo, la pérdida de la soberanía, la estigmatización y la invisibilización del migrante son elementos que facilitan reconocer la pérdida gradual de la condición de ciudadano en un escenario transnacional y transcultural. Una situación que motiva la generación de análisis más riguroso sobre la relación, el proceso y la construcción del sujeto, el espacio y la realidad constituida por medio de la identidad cultural del trayecto migratorio. Por ello, las:

construcciones simbólicas generadas en la población de origen, son igualmente diversas y tienen que ver con los diferentes tipos de migrantes: los que emigran y no regresan, los que van y vienen, y los que se regresan definitivamente para no volver a salir de sus poblaciones de origen. Esas construcciones simbólicas también tienen su base en los vínculos establecidos con los inmigrantes en Estados Unidos, en esa transterritorialidad de relaciones que se concretan por medio de la familiaridad y las redes migratorias de paisanos y amigos, todo lo cual incide en esa construcción histórica de la cultura migratoria (Sandoval Forero, 2013, p. 9-10).

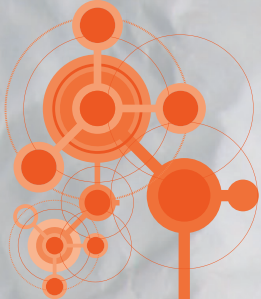
Precisamente parte de estas situaciones contribuyen a la generación de conflictos interculturales, los cuales son cada vez más relevantes y agudizados por las políticas públicas de los Estado enfocadas a rechazar y debilitar el status ciudadano del migrante en consonancia con los derechos humanos y los tratados internacionales que dan legalidad a la calidad de los migrantes y el movimiento transcultural y transnacional que se presencia en la sociedad contemporánea de nuestros tiempos.

La lógica de estudiar la migración desde lo transcultural y lo transnacional también implica la aparición de experiencias en el imaginario social, simbólico y político del sujeto. En donde aparece el sentido que Castoriadis (1993) argumenta como el imaginario en la sociedad, aquí las redes simbólicas son un instrumento de representación y significados a partir de la experiencia e interacción del sujeto en el ámbito de lo social. Asimismo, las representaciones sociales están inmersas en el plano de la conciencia del individuo frente a la compatibilidad de su relaciones societales.

El marco de representación que existe en el imaginario social puede ser colectivo o individual, sirve para reconocer los elementos que constituyen el fenómeno transcultural y transnacional que viven las familias migrantes y como este facilita la comprensión de las relaciones indisoluble, la unidad y la precariedad que enfrenta en su travesía el sujeto – migrante siendo una característica para comprender el hombre (ser genérico) en su vida social (Castoriadis, 1993; Sandoval Forero, 2007).

El enfoque crítico de reconocer las principales características que conforman lo transcultural y transnacional en el estudio de la migración, responde a una serie de particularidades producto de cada una de las experiencias de las familias, individuos o actores vinculados con el proceso migratorio. Así pues, la realidad socio – histórica, el contexto del individuo y las condiciones reales de donde proviene son insumos que influyen de manera categórica en las formas simbólicas, espaciales, culturales y cognitivas donde la producción, reproducción y redimensión de la realidad, el ambiente social y la cultura son la base del estilo de vida del migrante en el proceso de adaptación de su nueva vida en el extranjero, la que con el transcurrir del tiempo le otorga acoplamiento culturales y mejores condiciones de vivencia pacífica.

Por ende, la configuración de la comunidad transnacional y transcultural esta mediada por los cambios de tipo cultural y políticos de donde son provenientes los migrantes. Una condición que sin lugar a dudas repercute en los dos lados de la frontera prácticamente por medio de las actividades cotidianas, las relaciones sociales y la interacción del migrante con las comunidades residentes del país de llegada. La necesidad de reconocer esta serie de prácticas que hacen parte de



un conjunto de piezas fundamentales que permiten tener una mirada profunda en materia de intercambios económicos, culturales, simbólicos y afectivos entre las familias migrantes.

LAS VIOLENCIAS ESTRUCTURALES Y LA CULTURA DE PAZ EN LA MIGRACIÓN

Las violencias estructurales son un conjunto de fenómenos que generan un ambiente de incertidumbre y crisis al interior de la sociedad, esta situación tiene que ver con las prácticas, discursos y acciones que el Estado, los grupos, sectores y actores políticos, económicos y culturales construyen en los distintos espacios de la ciudadanía para y en lo público.

En efecto, la violencia directa producida y facultada por el Estado contiene en su praxis un contenido cultural, simbólico y analítico que influye en el imaginario colectivo de los grupos sociales de manera positiva o negativa, por ende, este conjunto de prácticas conflictivas son el resultado de un discurso que pretenden justificar / legitimar cualquier forma de violencia estructural contra los sectores subalternos de la comunidad política (Díaz, 2015).

El retorno de los migrantes representa una práctica real que pone en juego el antes y el presente resultado de la experiencia acontecida en el país receptor, un aspecto que contiene vivencias de violación, robo, decomisos, encarcelamientos, despojos, xenofobia, racismo y negación de su identidad o dignidad humana en los respectivas naciones. Parte de este fenómeno estructural combina cualquier forma de violencia cultural, física, política institucional o directa sobre la población migrante debido a su incapacidad de exigir la legalidad/aplicabilidad de los derechos humanos y políticos en un país en donde no tiene la condición legal de ser ciudadanos ante las instituciones de dicha nación.

La incertidumbre humana que vive el sujeto migrante lo deja en la esfera pública como un actor vulnerable debido a las particularidades que significa el proceso de migración, por un lado, el no tener las mínimas condiciones para subsanar necesidades como son la alimentación, la educación, la salud, el vestuario, la vivienda y sin dejar a un lado el vacío de larga data por tener calor humano, solidaria y amor debido a la falta de sus familiares en dichas situaciones (Sandoval Forero, 1994).

Por otra parte, encontramos un estado de paz imperfecta (negativa o positiva) que se origina producto de los conflictos de intereses entre los gobiernos por hacer peso al masivo exilio y recepción de migrantes en sus países, la falta de solidaria cultural por reconocer la necesidad que vive esta población y la precariedad presente en la ciudadana que conlleva a situaciones de desplazamiento, conflictos y prácticas migratorias son parte del sin fin de interrogantes existentes sobre la migración transnacional y transcultural.

La noción del sentido y los sentimientos dentro de la democracia hacen parte del desafío por comprender las características, elementos, circunstancias que constituyen la migración en un escenario de complejidad, parte de esta discusión ha sido teorizada por Honneth (1997) cuando reconoce que la lucha del otro es producto del esfuerzo por ganarse un espacios y salir de su condición de inmigración a partir de su propia valoración individual y después de la aceptación social, cultural y comunitaria en las respectivas dinámicas de la sociedad civil.

Por tanto, el reconocimiento del sujeto migrante se convierte en un referente intersubjetivo debido a su capacidad de constituir relaciones pacíficas, diálogo entre culturas y procesos de integración en búsqueda de una aceptación y respeto entre ambas partes. La cultura de paz en el estudio de la migración representa un campo de análisis sobre las particularidades producto de las relaciones sociales, la diversidad cultural y la dinámica comunitaria por reconocer al inmigrante como un sujeto valido en la esfera pública, el cual posee una experiencia, un conocimiento, un saber, una cultura y un lenguaje propio que le permite comprender su contexto entre su origen y llegada a la sociedad receptora.



La voluntad política del sujeto migrante también se articula con el diálogo intercultural y el aporte a diversificar los ámbitos comunitaria de un contexto político, económico e identitario que logre dejar en claro la necesidad de reconocer la sociedad receptora e intentar promover un ambiente de integración mutua, reconocimiento y respeto de la otredad sin tener en cuenta raza, sexo, género, nacionalidad y situación económica entre otras.

Los estudios de paz tiene un campo de gran importancia por seguir profundizando la relación del fenómeno de la migración y su relación con las violencias en los respectivos contextos, naciones o gobiernos, siendo un reflejo de la vitalidad que tiene consigo este tipo de reflexiones que pretenden articular nociones como imaginarios, democracias, subjetividad, inmigrante, cultura de paz, violencia y justicia global sólo por mencionar algunas características que configuran esta problemática transcultural y transnacional en una sociedad globalizada.

Por tal razón, se puede reconocer que:

la contribución de los estudios para la paz obliga a realizar investigaciones relacionadas con la migración y los conflictos, la justicia global y la paz multicultural. Los conflictos inician al salir del país de origen, al transitar por otros, al llegar al de destino. En el país receptor se presentan serios conflictos generados por los inmigrantes hacia la población nativa; también de la población nativa hacia los inmigrantes. En no pocos casos el conflicto se presenta con violencias, y los estudiosos de la paz son los llamados a discernir teórica, analítica y metodológicamente las dimensiones de estos problemas (Sandoval Forero, 2009, p. 26).

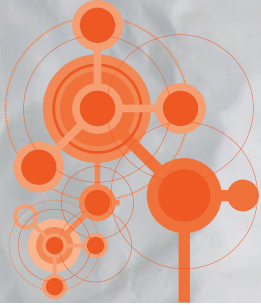
El proceso de una cultura migratoria representa una serie de elementos determinantes sobre la vida y contexto del sujeto, puesto que a partir de esta realidad se generan bases sociales no sólo dedicadas a la cuestión económica sino al desplazamiento que trae consigo una narrativa, una historia y un discurso proveniente de su experiencia en tránsito donde toman fuerza las prácticas culturales asociadas a las experiencias de vida en cuanto se interrelacionan con los patrones de transmisión, recepción y producción de tejidos migratorios en lo comunitario, sumado a esto, el uso de las NTIC en el siglo XXI ha transformado las formas de comunicación tradicionales a distintos mecanismos de interacción espacial y temporal del migrante y su espacio familiar.

Por esta razón, los fenómenos de la crisis civilizatoria son cada vez más agudos (discriminación, xenofobia, racismo, sexismo, banalismo) hacen parte de las dinámicas estructurales de larga duración que cargan consigo la historia de los pueblos en Latinoamérica. El ambiente de crisis económicas, los problemas de seguridad y los asuntos propios de la fetichización del poder (corrupción, clientelismo, violencia política) tiene su raíz en el reconocimiento de la magnitud de los problemas cotidianos en la región.

La muestra de una realidad paradigmática en donde los fenómenos estructurales son cada vez más profundos en cada territorio, nos invita a construir reflexiones desde adentro y a partir de la subjetividad del migrante para así conocer las necesidades reales que motivan e impulsan a los movimientos migratorios a gran escala en un contexto de globalización.

La lógica del capital y la economía de libre mercado en Latinoamérica se impusieron como política del Estado por medio del proceso de neoliberalización, aquí los grandes niveles de desigualdades sociales aumentaron en los distintos sectores de la sociedad. La mercantilización de la vida, la naturaleza y la implementación de políticas funcionales a los intereses de la económica (neoliberal) y los grupos hegemónicos del Estado son factores que hacen parte del quehacer de los migrantes desde la salida hasta la llega a otro país (Díaz, 2016).

El fenómeno de migración masiva de distintos grupos sociales (cualificados o no cualificados) es un factor que incide en el reconocimiento del tipo de población que integra el movimiento migratorio de la región, debido a que está ubicada en el marco de una serie de prácticas de exclusión, discriminación e invisibilización, una muestra la hayamos en la migración



indocumentada que sucede a través del territorio mexicano, lo que se convierte en una problemática – estructural frente al análisis de la dinámica política, cultural, económica y social presente en los sectores migrantes.

De la misma manera,

en la historia de los movimientos migratorios se registran conflictos de los nuevos trabajadores, nuevos refugiados y nuevos pobladores con los gobiernos de los países receptores, autoridades o población civil. Esos conflictos pueden ser de orden jurídico, étnico, social, de clase, político, religioso, racial, cultural o laboral. Los inmigrantes indocumentados, ya sea que se encuentren en países del norte o del mismo sur, se enfrentan con diversos problemas y conflictos que tienen que ver con la dimensión jurídico-política, con la violación de sus derechos humanos, con el irrespeto a los derechos de los trabajadores, con el menosprecio a los derechos de los migrantes y sus familiares, con la violación de sus derechos políticos, y con la no aceptación y reconocimiento de sus culturas (Sandoval Forero, 2015, p. 29).

LA MIGRACIÓN EN PERSPECTIVA DECOLONIAL

La naturaleza colonial que vive, siente y experimenta el movimiento migratorio es la muestra más conducente de reconocer la relación del Estado (instituciones) frente a los grupos excluidos (migrantes) en un marco de procesos coloniales debido al carácter de subordinar y no – reconocer los migrantes como actores que están inmersos en las dinámicas de desigualdades siendo ciudadano de otro país. Igualmente, se concibe como una experiencia donde las personas migrantes, documentales son un actor inmerso en un fenómeno de orden global como lo es la migración (Díaz, 2015).

La necesidad de reconocer la lógica colonial del Estado a través del uso de la fuerza y el monopolio de las armas enmarcadas en un escenario de hostilidad son parte de las historias que los migrantes deben enfrentar. Por un lado, logramos observar como la salida de su lugar de origen les obliga a cargar con una historia viva de segregación, racismo y pobreza para seguir el trayecto donde deben padecer de la violencia estatal en función de un discurso de defensa de las fronteras y la soberanía en el territorio nacional (Galtung, 2003). Llegando al punto donde “la colonialidad se considerará, entonces, en términos de construcción hegemónica de una serie de Caminos/justificaciones en torno al problema de la ‘inmigración indocumentada’, que trataré de representar mediante esas “cartografías del poder postcolonial” (Díaz, 2015, p. 94).

Una paradoja de esta época donde la globalización ha generado una ruptura con la soberanía, la defensa territorial y el discurso nacionalista que se enfrasca en la patria hasta las fronteras nacionales. En un contexto geopolítico donde la humanidad ha debido salir de su lugar de origen por causas externas a su condición social e individual, una característica que repercute en la necesidad de superar las barreras espaciales de un sistema mundo – colonial y moderno.

Tal como lo señala Grosfoguel (2007) y Sandoval Forero (2016), al reconocer que el racismo epistémico y la exclusión del ser dentro de la lógica colonial del sistema – mundo y la política de Estado frente a los sectores oprimidos, es una de las características con las que se originó y ha fortalecido la colonialidad del poder en el ser, estar y hacer de las estructuras rígidas del capitalismo. En la actualidad, las personas migrantes son víctimas y ha sido re-victimizados por ciertas organizaciones que los han visto como objetos de intereses en el mercado transnacional una lógica contraria a la razón de ser de la liberación y la justicia social que demanda este movimiento en el marco de una sociedad transnacional y transcultural pacíficas.

El giro decolonial ha sido un fenómeno epistémico de emergencia en el campo académico, político, cultural, estético, histórico que puso en jaque el velo del eurocentrismo con respecto a las formas de concebir, hacer, percibir y legitimar las ciencias sociales en América Latina. Asimismo, se caracterizó por ser un movimiento con un tipo de insurrección epistemológica



enfocada en relacionar el saber científico y popular sin generar mecanismos, distinciones o perspectivas que desconozcan los saberes locales producidos por medio de la experiencia de comunidades (indígenas, negras), grupos sociales como mujeres, obreros, campesinos, artesanos sin dejar a un lado la historia viva de los migrantes los cuales cargan con el saber del tránsito territorial (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007).

En este sentido, la decolonialidad en el estudio de la migración simboliza un campo de oportunidad para ir más allá de los métodos y las metodologías utilizadas de forma tradicional en las investigaciones de corte empírico – analítico en este campo del conocimiento. Por ello, pensar crítica y autocriticamente el contexto, el fenómeno y la complejidad de la migración en el marco de lo transcultural y transnacional significa un espacio de reflexión epistémica destinado a superar los esquemas positivistas, lineales y uniformes que tiene como finalidad hacer una crítica a la visión de objeto de la migración para transitar a la legitimación del sujeto – migrante en la investigación colaborativa y social.

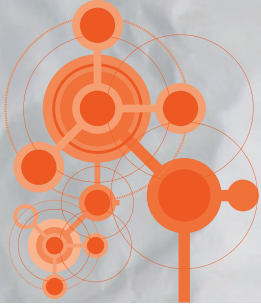
La importancia de plantear una discusión rigurosa sobre la investigación en torno a la temática de los estudios migratorios, tendría que asumir una crítica de la capacidad de reconocer los sujetos, los objetos y los contextos donde se localiza la población de estudio. Esto permite tener un acercamiento de la complejidad y diversidad de elementos que constituyen este fenómeno de investigación. Una oportunidad para reconocer las transformación de un mundo global y contemporáneo, el cual evidencia el tránsito de los migrantes del lugar de origen a un destino, el choque de visones de un lado u otro de la frontera pero en especial los motivos que producen esta serie de movimientos transculturales y trasnacionales.

La visión esquemática impuesta a lo largo de los estudios migratorios sobre la necesidad de caracterizar y definir a la persona –migrante, necesariamente obliga a poder reconocer como se inscribe en el discurso moderno – colonial, que responde a los intereses de los organismos internacionales y las políticas institucionales de un régimen político de un país. Así pues, la teoría general sobre la migración contiene en su formato y abordaje teórico – metodológico raíces lineal acordes a los estándares que han caracterizado la población migrante en el ámbito internacional.

De esta forma, se hace complejo abordar en la actualidad la visión de una “persona –migrante” debido a que NO se tiene en cuenta el ser humano como centro en medio de su relación con el ambiente (naturaleza), una forma de reflexionar de adentro para afuera sin caer en los reduccionismo epistémico o las formas de construir conocimiento basado en los criterios de la academia occidental, colonizadora y hegemónica del siglo XX y del presente, el cual de manera estructural se observa en los estudios de la migración. La justificación de reconocer los condicionantes sociales, políticos, históricos, económicos y populares provenientes de la condición del sujeto (migrante) radica en mirar los cambios emocionales, psíquicos, personales y sistémicos producto de la trayectoria en el marco de la migración como fenómeno de investigación social.

La literatura desarrollada por teóricos en los estudios decoloniales considera que este giro – epistemológico desde abajo y con los de abajo en función de construir otras formas de conocer, construir y desarrollar elementos teóricos que sean congruentes con la realidad – social. Así pues, se parte de realizar una crítica – estructural a las formas de conocimiento positivo en el mundo de la investigación en las ciencias sociales. En este caso los resultados de los procesos migratorios han sido asociados a categorías lineales (desigualdad, pobreza, exclusión, negación, violencia), las cuales han sido planteadas por medio de modelos de cuantificación dándole un carácter de objetos – analíticos en el campo de la investigación empírico – analítica.

Por el contrario, analizar desde el paradigma cualitativo, horizontal y crítico teniendo en cuenta la complejidad del fenómeno nos invita a ir más allá de la visión de reconocer al inmigrante como un asunto “irregular” del Estado, un ejemplo de objetivar la teoría por medio de patrones uniformes del conocimiento, sino dar el paso al legitimarlo como un sujeto – político con un discurso liberador de su propia condición social.



La propuesta de Santos (2008) de realizar una crítica a las formas modernas del sistema económico – global, consiste en problematizar los elementos pertenecientes a los asuntos propios de la migración y el impacto – profundo que viven las familias inmersas en un contexto de flujo y movimiento constante de un territorio a otro. La lógica de Boaventura de Sousa radica en la necesidad de ver desde las Epistemologías del y desde el Sur como un mecanismo para reconocer los elementos que influyen en este fenómeno social (Díaz, 2015). En el caso de intentar analizar la migración a partir de una perspectiva decolonial significa construir modelos alternativos donde la matriz de dominación sea pensada de manera crítica, pero en particular propositiva de otra realidad por medio de la experiencia del sujeto que migra y en particular la necesidad de rescatar la versión – oral producto de su trayecto migratorio.

El sesgo colonial que evidenciamos en el campo de la migración tiene que ver con las estrategias y herramientas con que se ha teorizado este fenómeno de investigación en el mundo académico – occidental, es decir, los mecanismos que se han utilizado para identificar, simular o reconocer este sujeto en su contexto. Por el contrario, emerge la necesidad de hacer una crítica al discurso de objetivizar la teoría, que no tiene la capacidad de reflexionar desde adentro las experiencias locales.

El capitalismo en todas sus expresiones a lo largo de la historia ha generado exclusión. La estructura del neoliberalismo inmersa en las economías de la región, ha sido un modelo de reformar el Estado y el ejercicio de hacer política por medio del valor de uso y no el valor de cambio, el interés sobre el capital y la violación de la dignidad humana son parte del repertorio racista, colonialista y discriminador de esta época. Asimismo, los movimientos poblacionales son de interés en la lógica de la oferta y la demanda con el fin de mercantilizar la vida y explotar los bienes comunales donde habitan grupos sociales en este caso los migrantes (Santos, 2008; Wallerstein, 2005).

Es cierto que la perspectiva de desarrollo ha generado una balanza de desigualdades económicas donde la diversificación de los grupos más pobres aumenta de manera prolongada, dicha situación responde a los intereses e inclemencias del capital y la mercantilización del ser, aquí la situación del migrante no es ajena a este panorama teniendo en cuenta los problemas internos que existen en cada lugar tanto en el caso del Norte al Sur del continente.

En efecto, los ciclos de larga duración tanto en tiempo como en espacio configuran la realidad del migrante, debido a que en su trayecto se conforman un conjunto de estructuras en función de sobrevivir y mantenerse frente a las dificultades que implica ser migrante. A su vez, el ser – migrante se convierte en una manifestación de carácter histórica, política y cultural en términos estructurales, una lógica que nos proporciona elementos para concebir los patrones de dominación del Norte frente al Sur impuesto por el sistema – moderno (colonial) (Díaz, 2015; Sandoval Forero, 2016).

La disputa territorial en torno a un régimen colonial por parte del Norte en su lógica hegemónica en el campo cultural, repercute de forma radical en el diario vivir del sujeto – migrante. Puesto que, representa conocer los códigos políticos que nacen a partir de la experiencia de las comunidades, la importancia de reconocer que la migración también responde a las condiciones de colonialidad y la crisis del sistema capitalismo en la globalización (Sandoval Forero, 2007).

Del mismo modo, el discurso teórico – conceptual de la decolonialidad en el estudio de la migración, toma mayor sentido al momento de contextualizar los datos provenientes de una realidad, es decir, significa dar un paso de la “objetivación” como un discurso eminentemente positivista y reconocer aspectos del sujeto en sus espacios y experiencia migratorios (sentípensante, sujeto – colaborador). Por ello, representa una fractura con las formas modernas – coloniales del conocimiento “científico” impuesto a lo largo de la historia por los centros de investigación, institutos, universidades, gobiernos y entidades internacionales con respecto al campo de la migración en la investigación en las ciencias sociales.



LA EXPERIENCIA DE LA CULTURA MIGRANTE DEL ESTADO DE MÉXICO

En el año 2015, el Estado de México entidad federativa donde está ubicado el municipio de Tonatico, registró un total de población de más de 16 millones de habitantes, siendo la entidad más poblada de la República. Es una de las entidades de reciente incorporación al flujo migratorio internacional, documentado e indocumentado (Mora; Sandoval Forero, 2010, p. 51).

El panorama histórico, demográfico y cultural del municipio de Tonatico representa uno de los territorios con mayores índices de flujo migratorio, un fenómeno que nos permite conocer a partir de una experiencia local factores, elementos, procesos y problemáticas que trae consigo la migración en sus distintas vertientes. La constante interacción de comunidades de Estados Unidos y México en esta región es símbolo de integración, solidaridad, reconocimiento y participación sobre el sentido de ser migrante y tener que cargar con esa tradición en el municipio (Calderón; Martínez, 2002). Es una población que con el transcurrir de los años pasó de vivir una diversidad excluyente a una diversidad social y cultural de la inclusión, de la convivencia pacífica, de la no violencia y del respeto intercultural.

El municipio de Tonatico celebra "el día del migrante ausente", una fiesta de gran importancia por el carácter simbólico y la interacción social tan fuerte que se genera sobre este acontecimiento, este suceso generalmente es festejado la segunda semana de enero y concluye en la primera de febrero, en ese espacio de tiempo muchos de los migrantes vienen de Estados Unidos a visitar, compartir e interactuar con sus familiares mexicanos, volver a recorrer sus localidades y revivir experiencias provenientes de su pasado – vivo, sin dejar a un lado la celebración de la virgen de la Candelaria, donde asisten al ritual de peregrinación que inicia en la entrada del pueblo y termina hasta la catedral principal del mismo pueblo (Sandoval Forero; García, 2010).

Al respecto de esta festividad, se generan una serie de aspectos fundamentales que nos permite conocer a profundidad eventos y sucesos que contribuyen a la identidad, la multiculturalidad y el fenómeno transnacional y transcultural presente en Tonatico. Los tonatiquenses que por diversas razones han emigrado a los Estados Unidos de Norteamérica, ya sea de manera documentada o indocumentada, se localizan principalmente en Chicago, Waukegan, Milwaukee y California, en estas geografías participan en actividades económicas como la agricultura, los servicios (limpieza, restaurante, artesanías, hoteles y en menor medida el pequeño comercio).

Al mismo tiempo,

los tonatiquenses reciben además de las remesas económicas, transferencias culturales que de manera general se definen como remesas sociales y culturales. Pero también en sentido contrario, en la sociedad de acogida de los inmigrantes, llegan, exhiben y reproducen remesas culturales mexicanas, que contribuyen al vivir de los inmigrantes y al establecimiento de relaciones interculturales entre mexicanos y norteamericanos. La multiplicidad de relaciones y sus concreciones en los clubes de migrantes, son elocuentes referentes de la utilidad y beneficios de las Nuevas Tecnologías de Información y comunicación (NTIC), particularmente internet, que simboliza la apropiación tecnológica de estos actores sociales transnacionales (Sandoval Forero, 2013, p. 2).

Uno de los lazos transculturales y transnacionales de gran vitalidad de la población de este municipio es el intercambio de expresiones, lenguajes, idiomas, remesas y experiencias producto del origen y el regreso del municipio, en este proceso de comunicación aparecen el envío de remesas económicas, la participación en las fiestas del pueblo, la recreación de momentos solidarios y la necesidad de reconocer las diferencia y autonomía que existe en ambas culturas.



Sumado a esto el

envió de remesas económicas y culturales, participan en las fiestas del pueblo con aportaciones de dinero, con castillos de fuegos pirotécnicos, muchos van y vienen a las festividades religiosas, asisten a la feria de Tonatico, organizan encuentros con las autoridades del ayuntamiento, juegan partidos de fútbol, montan pequeños negocios como misceláneas, cibercafés y posadas familiares. Son significativas las remesas culturales en los dos sentidos geográficos: las que llegan de Estados Unidos y las que se llevan de Tonatico (México), es decir que hay interacción cultural de la sociedad expulsora con la sociedad receptora, y en ello juega un papel importante los hijos de los tonatiquenses nacidos en USA. La diversidad de redes solidarias en este complejo migratorio se hace presente a través de redes familiares, sociales, culturales, de paso de migrantes, de recepción en el país de arriba, de las remesas, de participación en las fiestas patronales, y de los clubes de migrantes (Sandoval Forero, 2013, p. 5).

La multiplicidad de acciones, sentimientos y recuerdos que se concentran en las fiestas de Tonatico nos muestra el flujo de relaciones sociales, políticas y económicas de los migrantes en sus respectivas actividades: los fuegos pirotécnicos, las festividades religiosas, los eventos de la feria y el encuentro con las autoridades del ayuntamiento permite una comunicación entre los de arriba con los de abajo, al mismo tiempo la integración a través del futbol hacen parte del conjunto de prácticas culturales que se desarrolla en el municipio.

En ese sentido, la representación simbólica es resultado del ritual e hibridez cultural debido a la migración en Tonatico, por este lado, logramos presenciar como las fiestas de la independencia de México se vive simultáneamente con la población migrante en los Estados Unidos donde la comunidad "Tonaca" genera un concurso para escoger una Reina de EUA haciendo un recorrido principalmente en Waukegan que es el lugar donde más residen los migrante tonatiquenses.

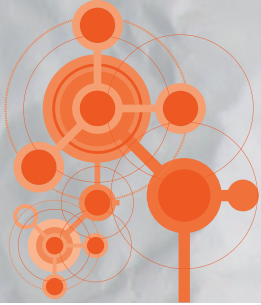
La fuerte presencia de migrantes de Tonatico es una muestra de la dinámica de comunicación existente en ambos territorios por parte de familiares, amigos, parejas, colegas entre otros. Estos actores facilitan la interacción en materia económica, política y cultural donde lo transcultural y transnacional está cada vez más vigente en esta comunidad. Asimismo, la creación de clubes, reuniones y proyectos que vinculan a los migrantes son de utilidad y beneficio para el uso de las NTIC en esta región.

De esta forma, lo que sucede en Tonatico contribuye a que:

se examine la forma en que estas redes funcionan como vínculos para gestionar la fragmentación del espacio social de los migrantes y la hibridación de una comunidad imaginada y virtual. También se considera el grado de usabilidad y apropiación de los medios al alcance de los usuarios, con el criterio de la penetración de la comunidad y la participación de los distintos actores desde los diferentes lugares que integran el circuito migrante (Mora; Sandoval Forero, 2010, p. 62).

Los migrantes son quizás uno de los actores sociales más expuesto a la violencia estatal y la crisis del capital producto de las relaciones de mercantilización que impone la ideología neoliberal. La cuestión de este fenómeno se articula con la complejidad, efervescencia y necesidad que trae consigo el migrante en medio de su trayecto por lograr su objetivo, por eso, la construcción de lo transcultural y transnacional tiene que ver con las transformación del tiempo, el espacio y los discurso que se van desarrollado en lo concerniente a los intereses de las comunidades tanto de Estados Unidos como lo que sucede en México, es decir, son una relación reflexiva y de mutuo aprendizaje.

La hibridación transcultural y transnacional que experimentan la población de Tonatico expresa las categorías espaciales y temporales para reconocer las prácticas, discursos y formas de interacción entre ambas regiones. Lo cual contribuye a reconocer las actividades fundamentales que fortalecen un tipo de identidad – comunitaria sobre y para los integrantes de



las familias migrantes. Por ello, los elementos de arquitectura, las fiestas y la alegoría por el recuento en su ser contiene los elementos del giro decolonial, debido a que es una integración de grupos subalternos, oprimidos y con una razón de ser desde abajo (Díaz, 2016; Sandoval Forero, 2016).

Por esta razón, la comunidad de Tonicaco ofrece elementos fundamentales para analizar el tipo de organización, la cohesión social y el discurso de legitimidad frente al ser –migrante como un sujeto de derechos individuales y colectivos. Una lógica que expone las necesidades y demandas del territorio mexicano más allá de la frontera y viceversa, significa un momento histórico para apropiarse de las prácticas identitarias que son congruentes con la organización de la población, dado que

así, la imagen que se tiene de la comunidad transnacional que abarca la comunidad de origen y las comunidades de destino, se transforma de proceso social de identidades a participación e involucramiento, y se produce por esa vía una transmutación hacia la membresía activa de los encuentra una importante fase de organización y cohesión en el territorio mexicano, a través de la organización comunitaria y las formas de interacción cotidiana; en Estados Unidos, mediante los clubes de migrantes que representan una célula de organización de importante presencia "migrantes" (Moctezuma, 2008, p. 57 citado por Mora; Sandoval Forero, 2010, p. 90).

También el significado que adquieren las remesas culturales en los espacios geográficos, puesto que llegan de Estados Unidos y las que se llevan de Tonicaco es una realidad – empírica, este panorama de interacción cultural entre la sociedad receptora y la expulsora muestra una vez más el plano transnacional donde aparecen estos episodios como una muestra del papel que juega el migrante en la aparición de otros elementos que constituyen el discurso de los estudios de migración.

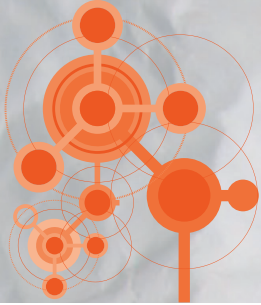
Así el sentido de apropiación por el territorio y la necesidad de fortalecer los rasgos culturales entre dos naciones. Tal como lo presenciamos "Nuestra segunda bandera es la de Estados Unidos porque en ese país vivimos y viven nuestros hijos. No olvidamos nuestra bandera, y también la tenemos en Illinois" (Mora; Sandoval Forero, 2010, p. 57). La importancia de este encuentro para los habitantes Tonatiquenses consiste en establecer rutas de pensamiento donde confluya el respeto, la abnegación y el orgullo de ambas partes (origen y acogida). Así mismo, los migrantes esgrimen su vivencia en la cuestión de inserción laboral, la vida social, la condición de indocumentado y la cooperación que se genera entre la comunidad frente a la necesidad de no perder la identidad – cultural.

Por ende, el sujeto migrante evidencia un fenómeno de desterritorialización cultural y simbólica de su lugar de origen hasta su nuevo reto al ingresar a un contexto – desconocido. La aparición de nuevos espacios, momentos y tiempos son la muestra real de los choques culturales a partir de su contacto con la realidad – social. La construcción social estructurada de este fenómeno cultural como es la migración, nos invita a reconocer la concepción de lo simbólico en los problemas y la importancia del sujeto como un ser social y político más allá de las circunstancias que atraviesan su contexto.

Las formas simbólicas son construcciones significativas donde lo transcultural y lo transnacional entran en juego debido al margen de interrelación entre los migrantes y el nuevo espacio de interacción cultural del individuo con su contexto social. En esta línea argumentativa la producción de prácticas y la apropiación de su condición como ser en comunidad, le permite poner de manifiesto el sentido significativo de las estructuras que influyen en la migración estas que son funcionales al sistema mundo – moderno.

En este mismo sentido,

la complejidad de la migración tonatiquense manifiesta la consolidación de vínculos familiares y sociales de relaciones México-Estados Unidos, en todos los rangos de edad y con generaciones de hijos de tonatiquenses nacidos y criados en el país vecino, lo que genera consecuencias, allá y acá, en todos los aspectos de la vida cotidiana y política (Sandoval Forero, 2013, p. 7).



Esta compleja realidad de las comunidades de mexicanos en Estados Unidos y sus relaciones interculturales pacíficas con las comunidades en México, han sido tejidas a través de muchos años de interacción, donde la comunicación constante ha sido uno de los determinantes para el establecimiento de relaciones de reconocimiento social y cultural en los dos lados de la frontera. Con el diálogo y la comunicación permanentes han construido puentes de ayuda, solidaridad, respeto y convivencia armónica de culturas tan disímiles como la de Estados Unidos y México.

A MODO DE CONCLUSIÓN

El imaginario colectivo generado en la migración tiene su asidero en el conjunto de representaciones simbólicas donde los migrantes expresan sus múltiples comunicaciones, acciones y formas de concebir su experiencia a partir del contexto en el cual se desarrollan como sujeto en uso de sus derechos y empoderamiento de su condición como ciudadanos – migrantes.

La construcción simbólica que se puede rescatar de la migración nos permite ir más allá de los debates clásicos y lograr proponer otras epistemologías donde la migración tome mayor sentido en su apuesta por contextualizar la teoría. Lo que implica, establecer rutas, herramientas y mecanismos donde la descolonización sea la bandera de crítica – política en el marco de las estructuras del sistema mundo – capitalista.

La migración es el resultado de un fenómeno que acompaña el desarrollo de la historia de la humanidad. En la actualidad, se presenta como realidad transnacional y transcultural en el marco de una geopolítica del poder en la región, por ello, las migraciones se constituyen como un patrón de referencia que permite situarnos en dos planos: el primero, el desarrollo personal, económico, científico y tecnológico que le pueda ofrecer el país acogedor al sujeto migrante, y el segundo, tiene que ver la generación de violencias directas, indirectas y estructurales que sufre este tipo de población producto de las transformaciones que implica el reconocimiento de la ciudadanía en la sociedad receptora.

En efecto, los vínculos que se generan en el proceso de migración entre México y Estados Unidos, pone como actor fundamental a los migrantes en su apuesta por reconocer la transterritorialidad de relaciones que se ven presentes en la familiaridad, las redes de migración, la conexión por medios virtuales y la constitución de una cultura migratoria.

El fenómeno de la migración desde una perspectiva crítica se relaciona de manera dimensional con aspectos económicos, políticos, sociales, culturales, laborales y particularmente con la visión de los derechos humanos en un contexto globalizado. Así pues, el carácter de lo transnacional y transcultural son elementos funcionales en el reconocimiento de la complejidad que existe en el estudio de la migración en el marco de los estudios decoloniales.

Igualmente, la crítica a los instrumentos, herramientas y mecanismos internacionales como estrategias del sistema capitalista, representa un conjunto de espacios para la crítica y la generación de formas alternativas de conocimiento donde el sujeto – migrante tenga la capacidad reflexiva y liberadora de ser partícipe de su propia realidad – social. Lo que se convierte en una oportunidad por reconocer los fenómenos de esta época y la importancia de ir más allá de la visión normativa, procesal y positiva del conocimiento en el estudio de la migración.

En últimas, la migración transnacional y transcultural en el Estado de México y específicamente en el municipio de Tonicaco es un ejemplo profundo para tener en cuenta experiencias donde la decolonialidad sea la base teórica, el puente y el canal para establecer un proceso liberador, crítico y autocrítico por generar conocimiento desde abajo y con los de abajo en función de construir epistemologías anti- coloniales y en lo posible congruente con el contexto local del sujeto, las familias



y los actores vinculados al tránsito de la migración y el reconocimiento de las particularidades existentes en el campo de la migración de población Mexicana en los Estados Unidos.

Sin duda que la comunicación ha sido un potencializador de la convivencia cultural pacífica, no solo en las relaciones interculturales de la población de Estados Unidos y México, sino también de las relaciones entre la misma comunidad de migrantes en ambos lados de la frontera.

REFERENCIAS

BRYCESON, Deborah; VUORELA, Ulla. *The transnational family: new european frontiers and global networks*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

CALDERÓN, Leticia; MARTÍNEZ, Jesús. *La dimensión política de la migración mexicana*. Ciudad de México: Instituto Mora, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. *La institución imaginaria de la sociedad*. Buenos Aires: Tusquet, 1993.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

DÍAZ, Sergio Prieto. Migración indocumentada y colonialidad: una aproximación tentativa. *Clivajes*, Ciudad de México, v. 4, n. 90, p. 90-105, 2015.

_____. La migración indocumentada desde una otra perspectiva: colonialidad, sujeto subalterno, y mapeos migrantes. *Iberóforum*, Ciudad de Mexico, v. 11, n. 22, p. 31-63, 2016.

GALTUNG, Johan. *Paz por medios pacíficos: paz y conflicto*. Bilbao: Bakeaz: Gernika Gogoratzuz, 2003.

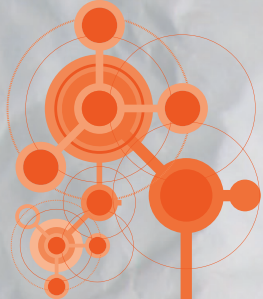
GROSFUGUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: pluri-versalismo transmoderno decolonial de Aimé Cesaire a los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Eds.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre: Iesco, 2007. p. 63-77.

HONNETH, Axel. *La lucha por el reconocimiento*. Barcelona: Ediciones Crítica, 1997.

MORA, Carlos; SANDOVAL FORERO, Eduardo Andrés. El caso de estudio: Tonatico, estado de México. In: SANDOVAL FORERO, Eduardo Andrés; GARCÍA, Ernesto Guerra. *Migrantes e indígenas: acceso a la información en comunidades virtuales interculturales*. Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México, 2010. p. 51-131.

SANDOVAL FORERO, Eduardo Andrés. *Migración e identidad: experiencias del exilio*. Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México, 1994.

_____. Los migrantes indocumentados y los derechos humanos. *Eumed.net*, Málaga, 12 nov. 2007. Disponible em: <<https://goo.gl/V83kc5>>. Acceso em: 4 jun. 2018.



_____. Ciudadanía universal, derechos políticos y paz en la migración. In: MARTÍNEZ GUZMÁN, Vicent; SANDOVAL FORERO, Eduardo Andrés. *Migraciones, conflicto y cultura de paz*. Toluca: Bonobos, 2009. p. 19-45.

_____. Movimiento asociativo de migrantes, transculturalidad y comunicación para la paz. In: ARÉVALO SALINAS, Alex Iván. *Migraciones y cultura de paz: educando y comunicando solidaridad*. Madrid: Dykinson, 2012. p. 233-252.

_____. Remesas e imaginarios colectivos en Tonalico, estado de México. *Cebem*, La Paz, 27 jul. 2013. Disponible em: <<https://goo.gl/ooP5KG>>. Acceso em: 4 jun. 2018.

_____. Conflictos y empoderamiento pacífico en la migración indocumentada. *E-marc*, Buenos Aires, 11 maio 2015. Disponible em: <https://goo.gl/2Fqh91>. Acceso em: 5 jun. 2018.

_____. *Educación para la paz integral: memoria, interculturalidad y decolonialidad*. Bogotá: ARFO, 2016.

SANDOVAL FORERO, Eduardo Andrés; GARCÍA, Ernesto Guerra. *Migrantes e indígenas: acceso a la información en comunidades virtuales interculturales*. Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pensar el Estado y la sociedad: desafíos actuales*. Buenos Aires: Waldhuter, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Análisis del sistema-mundo: una introducción*. Ciudad de Mexico: Siglo XXI, 2005.

ZAPATA-BARRERO, Ricard. *Multiculturalidad e inmigración*. Madrid: Sistensis Editorial, 2004.

Artículo recibido el 08.04.2018 y aprobado el 22.05.2018.



Involucramiento de las organizaciones en la construcción de paz

Envolvimento das empresas na construção da paz

Involvement of organizations in peacebuilding



Sandra I. Fuentes Martinez

- Maestra en Derechos Humanos y Cultura de Paz por Pontificia Universidad Javeriana, Cali, Colombia.
- Posgraduada en Comunicación para la Dinámica Organizacional.
- Especialista en Estudios de Paz y Conflicto con énfasis en Medio Ambiente, Género, Negociación y Acuerdos por la University for Peace de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) en San José, Costa Rica.
- Catedrática en universidades de Iberoamérica y docente de la Facultad de Comunicación de la Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, Colombia.
- Dirigió durante 15 años el posgrado en Comunicación Organizacional de la Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá.
- Directora general del Grupo SAF-Colombia, firma de consultoría en comunicación, cultura y sostenibilidad corporativa.
- Autora y coautora de varios libros en gestión y comunicación.
- Columnista en la sección de análisis del diario *La República*.
- E-mail: sfuentes@gruposaf.com



Resumen

La realidad del contexto en Latinoamérica y en el Caribe demanda el involucramiento activo de las organizaciones en la construcción de la paz, proceso que es complejo, a largo plazo y requiere de la participación de todos los actores de la sociedad; de manera particular las empresas tienen la capacidad, el deber, el poder y los recursos para impulsar esta transformación. Este involucramiento implica la comprensión y adopción de lineamientos globales que orientan el trabajo por la paz con efectos en el respeto de los Derechos Humanos y en el Desarrollo Sostenible. Así mismo, necesita de la gestión estratégica de la comunicación para recomponer el tejido social al afianzar la interrelación de la organización con la sociedad, al construir vínculos basados en la confianza, y al desarmar la palabra para construir una nueva narrativa de paz que permita consolidar una sociedad armoniosa y pacífica.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN • CONSTRUCCIÓN DE PAZ • DERECHOS HUMANOS • DESARROLLO SOSTENIBLE.

Abstract

The reality of Latin America and the Caribbean requires active involvement of organizations in peacebuilding, a complex, long term process that requires the participation of all society actors. In particular, companies that have the ability, the duty, the power and the resources to promote this transformation. This involvement implies understanding and adopting international guidelines to orient work for peace, reflecting into the respect towards human rights and sustainable development. Similarly, it requires strategic communication management to rebuild social fabric, strengthening the interrelation between organization and society to build ties based on trust and disarm words in order to construct a new narrative of peace that leads to a harmonious and peaceful society.

KEYWORDS: COMMUNICATION • PEACEBUILDING • HUMAN RIGHTS • SUSTAINABLE DEVELOPMENT.

Resumo

A realidade da América Latina e do Caribe exige o envolvimento ativo das organizações na construção da paz, processo que é complexo, de longo prazo e requer a participação de todos os atores da sociedade. De maneira particular, as empresas que têm a capacidade, o dever, o poder e os recursos para promover essa transformação. Esse envolvimento implica a compreensão e a adoção de diretrizes globais que orientem o trabalho pela paz, com reflexos no respeito aos direitos humanos e ao desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, requer gestão estratégica da comunicação para reconstruir o tecido social, fortalecendo a interrelação da organização com a sociedade ao construir vínculos baseados na confiança e ao desarmar a palavra para construir uma nova narrativa de paz que consolide uma sociedade harmoniosa e pacífica.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO • CONSTRUÇÃO DA PAZ • DIREITOS HUMANOS • DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.



INTRODUCCIÓN

"El trabajo por la paz es una tarea conjunta, universal, y sus logros serán el resultado de una gran convergencia mundial, de mucha gente actuando sobre diferentes y múltiples frentes, pero cada vez con mayor interconexión entre ellas y con mayor comprensión del significado de lo que hacen los demás." (Fisas, 2002, p. 35)

El trabajo conjunto por la paz requiere del involucramiento de todos los actores de la sociedad y de manera particular las organizaciones, más aún cuando se está inmerso en una sociedad de organizaciones. El contexto actual tiene demandas sociales, ambientales y económicas que necesitan respuesta urgente de la sociedad y, como son actores claves, se requiere que las empresas sean protagonistas responsables, comprometidas e involucradas en transformar realidades, teniendo como base el respeto de los Derechos Humanos y la construcción de la paz. Este artículo busca evidenciar la importancia del involucramiento de las organizaciones en la construcción de la paz de un país o de una región, así mismo realizar una reseña de los lineamientos globales que les brindan a las empresas insumos para que con su gestión contribuyan a la cultura de la paz. Cabe destacar que esta reflexión se realiza en el marco del proceso de paz de Colombia, por lo cual se hace una breve descripción de este y de lo que se espera de las empresas en la implementación de los Acuerdos. Finalmente, se presenta el rol que debe desempeñar la comunicación en el proceso de construcción de paz para recomponer el tejido social y construir confianza.

COLOMBIA Y AMÉRICA LATINA: UN TERRITORIO PROPICIO PARA CONSTRUIR LA PAZ

Durante cinco décadas, Colombia tuvo un conflicto armado interno que se caracterizó por ser: prolongado,¹ complejo,² con enormes diferencias regionales,³ con raíces políticas⁴ y atroz.⁵ En el año 2012, se inició el proceso de paz, antecedido por tres intentos fallidos en los años 1984, 1991 y 1999. El proceso que se realizó con las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) se culminó con la firma de los acuerdos en el 2017. En él se escuchó a todas las partes involucradas en el conflicto, en el centro de este proceso y de los acuerdos estuvieron las víctimas, que en este caso ascendieron a 8.650.169 personas, según el registro de la Unidad de Víctimas del Gobierno Nacional. El reto que enfrenta un país después de un conflicto prolongado para avanzar hacia la construcción de la paz es recomponer el tejido social, y para ello debe recuperar la confianza junto a la esperanza de un futuro más prometedor. Este es uno de los aspectos que insistentemente ha resaltado el Padre Francisco de Roux (2016), dando el ejemplo de la capacidad de volver a confiar que tienen las víctimas y la esperanza que guardan en una Colombia que se puede transformar. En varios escenarios, ha compartido apartes de relatos que hicieron las mujeres víctimas del conflicto en la mesa de negociación de La Habana: "Nosotras no vinimos aquí a invitar a que esta oscuridad siga, a que se acrecienten los odios, venimos a que trabajemos juntos, juntos por construir la luz y la paz en este país" (De Roux, 2016). "Los colombianos

1 Prolongado, "la confrontación armada en Colombia constituye una de las más antiguas del mundo" –cf. el número especial de la revista *New Routes* dedicada a los conflictos prolongados en el mundo y, en particular, el artículo de Marcus Nilsson e Joakim Kreutz (2010), "Protracted conflicts: issues or dynamics at stake?".

2 Complejo, debido al número de actores involucrados, por su "carácter multidimensional y multifactorial". Concepto de Vicente Torrijos (Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas, 2015, p. 1).

3 Con enormes diferencias regionales "las heterogéneas formas de poblamiento y ocupación de la tierra, de relacionamiento de la población local con las autoridades nacionales, multiplicidad de dinámicas de conflicto armado y formas de confrontación". Descripción que realizó Jorge Giraldo (Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas, 2015, p. 45-47), integrante de la Comisión histórica del Conflicto y sus víctimas (CHCV).

4 "en la medida en que involucra proyectos de sociedad que los actores percibieron como antagónicos y, por tanto, fundados en una "enemistad absoluta". Jorge Giraldo (Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas, 2015, p. 45-47).

5 "la población civil ha sido la que ha resultado más damnificada en la confrontación". "Según los cálculos de Jorge Giraldo, la relación entre las muertes como resultado de confrontaciones entre los distintos grupos armados y las víctimas civiles fue de alrededor de 80 víctimas civiles por cada miembro de un grupo armado muerto en combate entre 1985 y 2000, y de 380 víctimas civiles por cada uno de los muertos en combate en los años siguientes". Concepto de Jorge Giraldo (Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas, 2015, p. 30).



somos capaces de emerger de ese barrial, nosotros somos capaces de volver a reconstruir este país, de volver a crear los unos en los otros, somos capaces de reconciliarnos, somos capaces de reconstruir este país, incluso de perdonarnos" (De Roux, 2016).

Tenemos muchos retos por delante, según el Padre de Roux; dos de ellos: recobrar la capacidad de vivir como seres humanos sin destruirnos los unos a los otros, sin rompernos y sin humillarnos; así mismo, ayudar al empresariado a comprender sus enormes responsabilidades en estos problemas de fondo, de equidad, de dignidad de la persona, pero también de compromiso con la paz del país.

Todos los colombianos han sido afectados por este conflicto en mayor o menor magnitud, y uno de los aspectos relevantes de cara a una construcción de un país en paz es la pérdida de confianza. Según Francisco Gutiérrez de la Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas (2015), "el conflicto destruyó de manera masiva el tejido social, las tradiciones positivas y las redes de confianza [...] [y] tuvo un efecto deletéreo sobre la confianza de los colombianos en sus conciudadanos y en las instituciones" (p. 36). Este escenario de desconfianza no se da únicamente en Colombia por el conflicto armado interno, es una característica de América Latina, según el estudio de la Corporación Latinobarómetro (2017, p. 20):

El resultado de 2017 alcanza un promedio nacional más bajo desde que se empezara a medir en 1996, de sólo un 14%. La confianza interpersonal ha llegado al punto más bajo en los últimos 20 años en la región de América Latina.

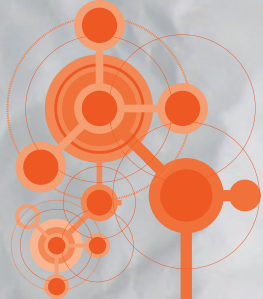
Son múltiples las problemáticas que tienen América Latina y el Caribe, que a su vez son formas de violencias y conflictos también prolongados. Según Fisas (2002, p. 44), los desafíos que tenemos adelante no son precisamente de carácter militar únicamente, ya que nos enfrentamos a la pobreza, degradación del medio ambiente, la corrupción, la falta de gobernabilidad, la violencia urbana, la exclusión política y social, la ausencia de los Derechos Humanos y otros aspectos que son la base de los conflictos contemporáneos. Se puede afirmar que el reto de recuperar la confianza no es exclusivo de Colombia, sino de América Latina, y que esta es la base para construir una convivencia pacífica porque las implicaciones de la desconfianza complejizan las relaciones, los intercambios y las vinculaciones de todo tipo, por la sospecha, el temor y el miedo. La confianza, por lo tanto, produce previsibilidad y certidumbre, y es a partir de ellas que es posible desarrollar un futuro distinto (Rojas, 2011, p. 12).

A esta visión se suma la de Lederach (2016), quien explica que, en procesos de conflicto, construir la paz será un proceso complejo en donde el pesimismo acompaña la desconfianza, porque "la gente desconfía de las palabras, y reivindica que quiere ver hechos" (Lederach, 2016, p. 130). Por tanto, el camino por recorrer hacia la construcción de una paz estable y duradera se va a enfrentar a "tres sentimientos predominantes: la sospecha, la indiferencia y la distancia [...] porque existe una profunda brecha [...] en cómo la paz y los procesos de cambio que siguen a los acuerdos operan y moldean el futuro" (Lederach, 2016, p. 117).

LAS ORGANIZACIONES: PROTAGONISTAS EN LA CONSTRUCCIÓN DE PAZ

La paz es igual a desarrollo, afirma Galtung (1985), y las empresas buscan y son una de las bases del desarrollo de los países; sin embargo, este se debe enmarcar en promover la dignidad humana. La construcción de la paz es un proceso a largo plazo, complejo, "mediante el cual una sociedad realiza una transición entre un pasado dividido y un futuro compartido [...] un proceso que redefine relaciones" (Bloomfield; Barnes; Huyse, 2003, p. 12).

Uno de los actores de la sociedad que aporta a la construcción de la paz para hacer posible un futuro compartido es la empresa, podemos soportar esta afirmación en los siguientes argumentos:



Por su impacto de la transformación social

Este impacto se puede ver desde tres ópticas. La primera, de cobertura, porque un gran porcentaje de personas tiene relación con una o varias empresas al ser empleados, proveedores, usuarios o parte de su mercado. Esto posibilitaría tener un factor multiplicador para movilizar a una gran masa crítica de personas hacia la construcción de la paz. La segunda es la incidencia global en todos los ámbitos del país: económico, social, cultural, ambiental y tecnológico. Por esta razón, si se gestiona una cultura de paz desde las empresas, los efectos hacia la sociedad se revertirían de forma integral en todos estos ámbitos.

La tercera, porque estamos en una sociedad de organizaciones donde cada una debe asumir la responsabilidad total de su impacto sobre los empleados, el medio, los clientes y todas las personas y cosas que toca, según el concepto de Peter Drucker. Además, porque estas tienen la capacidad de formar sociedad, siendo un principio deontológico que es la responsabilidad social, porque más allá de crear bienes, las empresas tienen la capacidad y el deber de aportar a la creación de sociedades armónicas (Savater, 2014, p. 84).

Por ser aliado y actor clave

En la actualidad, las empresas son aliados clave para movilizar la sostenibilidad del planeta; por ejemplo, en varias ocasiones, el anterior Secretario General de la ONU, Ban Ki-Moon, hizo referencia a que “las empresas en el mundo tienen responsabilidad social y sustentabilidad, lo cual debe ser un modelo que se replique y aumente en su dimensión, para darle viabilidad al mundo actual y futuro” (CONEXIÓN COP, 2015). Existen a nivel global lineamientos para que las empresas respeten los DDHH y se sumen a la construcción de la paz. Por ejemplo, el gobierno colombiano considera que el sector empresarial es un actor clave para la sostenibilidad de la paz, y establece la estrategia de empresas y paz, planteando tres líneas de acción base:⁶ a) contar con lineamientos claros en cuanto a debida diligencia y acción sin daño; b) desarrollar alianzas público-privadas que contribuyan al desarrollo local y a la ampliación de la democracia; y c) emprender acciones encaminadas a la reconciliación.

Por su poder en la construcción de paz

Es un hecho que las empresas ejercen poder en la sociedad, y en un proceso de paz aún más, porque tienen la expectativa que con ello: se aumente la inversión extranjera en el país, se acelere el crecimiento económico, se incremente las ventas de su empresa, se reduzca el nivel de la pobreza en el país, y se mejore la distribución del ingreso.⁷ Adicionalmente, la experiencia en otros procesos de paz del mundo ha dejado de enseñanza que los empresarios tienen un rol importante tanto en las negociaciones como en la implementación de los acuerdos, esto lo sustenta Angelika Rettberg (2012), quien considera que:

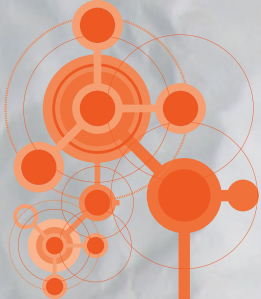
los empresarios tienen una capacidad de veto que define el alcance y la estabilidad de las políticas acordadas. En países en los que los empresarios han estado opuestos a los acuerdos, estos han tenido dificultades en términos de implementación. Cuando los empresarios deciden actuar en pro de la construcción de la paz, sus acciones pesan más que la de muchos otros actores sociales.

Por la oportunidad en la coyuntura

América Latina y el Caribe tienen la oportunidad de avanzar hacia una transformación integral que genere cambios sostenibles. Es por ello que no se puede dejar pasar esta coyuntura para generar conciencia en las empresas sobre la evolución que deben

⁶ Informe *Perspectivas y aportes empresariales para la construcción de la paz*.

⁷ Resultados a la pregunta con la firma de los acuerdos se lograría... Encuesta de Riesgos Empresariales, Cámara de Comercio de Bogotá, 2014.



hacer con la finalidad de aportar integralmente a la construcción de una paz estable y duradera. La evolución anterior debe llevar a las empresas a realizar procesos de autoevaluación de la forma como acogen y respetan la ley, de como gestionan sus procesos para ser empresas socialmente responsables, de como llevan a la práctica el respeto de los Derechos Humanos, de como consolidan su cultura organizacional basada en principios y valores, así como su relacionamiento con sus diferentes grupos de interés para construir confianza. Estos son algunos de los aspectos, que, en esta coyuntura, se deben promover hacia una nueva evolución en el sector empresarial. Es una oportunidad que el sector empresarial tiene en sus manos para focalizar sus acciones y realizar un verdadero aporte a la construcción de la paz desde su gestión de sostenibilidad. El objetivo es lograr que las empresas evidencien que este aporte es parte de su gestión, y que se le integre de la misma manera como se les integran a los temas del mercado o de las finanzas.

LINEAMIENTOS GLOBALES PARA APORTAR A LA CONSTRUCCIÓN DE LA PAZ Y DEL RESPETO A LOS DERECHOS HUMANOS

La construcción de la paz es un proceso complejo – y más aún cuando los conflictos son prolongados –, donde la cultura de violencia se arraigó en la sociedad, y se requiere de una gran transformación que llevará generaciones. Por tanto, se debe tener en cuenta la visión de lineamientos ya existentes que pueden orientar este proceso para que sean comprendidos, asimilados y apropiados, y así avanzar en este cambio social.

En palabras de Lederach (2016, p. 149): “El cambio social constructivo y la construcción de la paz por sí misma promueven y deben utilizar múltiples procesos de cambio, que son transversales a los niveles y a las poblaciones afectadas por el conflicto”. En este sentido, es necesario identificar políticas, lineamientos y parámetros existentes, que, desde el ámbito global, se les han propuesto a las empresas para que propicien y promuevan este cambio social constructivo, permitiendo aportar a la construcción de la paz y al respeto de los Derechos Humanos.

Los lineamientos globales analizados, de acuerdo con la Figura 1, provienen de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), por su carácter internacional y su enfoque hacia la preservación y promoción de la paz, Derechos Humanos y el Desarrollo Sostenible.

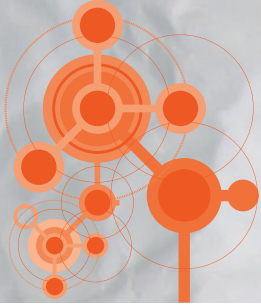
Figura 1: Visión y lineamientos globales



Fuente: Elaborado por la autora.

METAS GLOBALES: OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE

Los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) son una visión de futuro resultado de una consulta pública entre países y de la evolución de los Objetivos de Desarrollo del Milenio. Los ODS son la nueva agenda mundial consensuada para el año 2030,



que busca tener un gran alcance en la transformación del mundo, como se afirma en el documento de la cumbre de la Organización de las Naciones Unidas (2015, p. 4):

Un mundo en el que sea universal el respeto de los Derechos Humanos y la dignidad de las personas, el estado de derecho, la justicia, la igualdad y la no discriminación; donde se respeten las razas, el origen étnico y la diversidad cultural, y en el que exista igualdad de oportunidades para que pueda realizarse plenamente el potencial humano y para contribuir a una prosperidad compartida; un mundo que invierta en su infancia y donde todos los niños crezcan libres de la violencia y la explotación; un mundo en el que todas las mujeres y niñas gocen de la plena igualdad entre los géneros y donde se hayan eliminado todos los obstáculos jurídicos, sociales y económicos que impiden su empoderamiento; un mundo justo, equitativo, tolerante, abierto y socialmente inclusivo en el que se atiendan las necesidades de los más vulnerables.

Para alcanzar esta meta, se proponen 17 objetivos de desarrollo sostenible con 169 metas conexas de carácter integrado e indivisible, conforme la Figura 2. Estos objetivos y metas conjugan las dimensiones del desarrollo sostenible: económica, social y ambiental; así como contempla cinco (5) esferas de importancia crítica para la humanidad y el planeta, estas son: las personas para desarrollar su potencial con dignidad e igualdad, el planeta para protegerlo con una gestión sostenible, la prosperidad para tener una vida plena y un progreso integral, la paz para propiciar sociedades justas e inclusivas y alianzas para movilizar e implementar la agenda 2030 (Organización de las Naciones Unidas, 2015).

Los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible son:

Figura 2: 17 objetivos de desarrollo sostenible

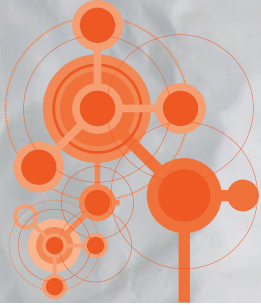


Fuente: Organización de las Naciones Unidas (s.d.).

Si bien todos los ODS aportan a la construcción de paz, de manera particular el Objetivo de Desarrollo Sostenible número 16 busca promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas y una de sus metas es: reducir significativamente todas las formas de violencia y las correspondientes tasas de mortalidad en todo el mundo.

La implementación de los ODS inició en enero de 2016, se realiza de acuerdo con la realidad de cada país, y con el compromiso del gobierno, del sector privado, de la sociedad civil, del Sistema de Naciones Unidas y de las alianzas que se movilicen con “espíritu de solidaridad mundial”. De manera especial, la Organización de las Naciones Unidas hace un llamado directo y explícito a las empresas de esta manera:

La actividad empresarial, la inversión y la innovación privadas son los grandes motores de la productividad, del crecimiento económico inclusivo y de la creación de empleo. Reconocemos la diversidad del sector privado, que incluye tanto a las microempresas como a las cooperativas y las multinacionales. Exhortamos a todas las empresas a que aprovechen su creatividad e innovación para resolver los problemas relacionados con el desarrollo sostenible. Fomentaremos un sector empresarial dinámico y eficiente, protegiendo al mismo tiempo los derechos laborales y los requisitos sanitarios y ambientales de conformidad con las normas y los acuerdos



internacionales pertinentes y otras iniciativas que se estén llevando a cabo en esta esfera, como los Principios Rectores sobre las Empresas y los Derechos Humanos y las normas laborales de la Organización Internacional del Trabajo, la Convención sobre los Derechos del Niño, y los principales acuerdos ambientales multilaterales, para quienes sean parte en ellos. (Organización de las Naciones Unidas, 2015, p. 4)

El rol de las empresas en el cumplimiento de los ODS es fundamental, por ello, la tendencia creciente es que los gobiernos y gremios empresariales e industriales promuevan su aplicación; así mismo, se han generado guías de implementación, como la “SDG Compass” (Global Report Initiative; Pacto Global de las Naciones Unidas; World Business Council for sustainable Development, 2015), que orientan a las empresas como llevar a la acción los ODS e incorporarlos a su planeación estratégica, a través del entendimiento, definición de prioridades y alcance, integración de estos a los procesos del negocio, y el reporte de sus aportes en el informe de sostenibilidad. La apropiación e implementación de los ODS aún se realiza de manera incipiente, considerando el alcance y la generación de cambio de conciencia que se espera en las empresas y su aporte significativo al desarrollo sostenible.

NORMAS DE CONDUCTA: PRINCIPIOS RECTORES DE DERECHOS HUMANOS

Desde 2011, el Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas consagró a los Principios Rectores de Derechos Humanos como la norma de conducta a nivel mundial que se espera de todas las empresas en relación con los Derechos Humanos. Aunque no tiene carácter jurídico de obligatoriedad, resalta las repercusiones que tiene para la legislación nacional e internacional (Organización de las Naciones Unidas, 2011).

Los Principios Rectores (PR) buscan que el Estado tenga un compromiso político para proteger los Derechos Humanos y promover en las empresas la diligencia debida⁸, aclarando las responsabilidades que tienen de respetar y remediar o reparar si sus actividades tienen un impacto negativo sobre los Derechos Humanos.

Con los Principios Rectores, la responsabilidad de respetar los Derechos Humanos no es exclusividad de los actores estatales, sino que ahora los Estados miembros de Naciones Unidas ratifican que las empresas también tienen responsabilidad independiente.

Los 31 Principios Rectores están estructurados en tres pilares “proteger, respetar y remediar”, que a su vez se clasifican en fundacionales porque enuncian y argumentan el deber, y operacionales ya que señalan las medidas a adoptar por los actores. El primer pilar PROTEGER dice: “Los Estados tienen la obligación de proteger los DDHH de posibles impactos de terceros, incluidas las empresas [...] a través de prevenir, investigar, castigar y reparar mediante medidas políticas, legislativas, de regulación y de sometimiento a la justicia” (Carneiro Freire et al., 2013, p. 20). En el caso de zonas afectadas por el conflicto se hace explícito en el PR7⁹ que el Estado debe proteger estas zonas de afectaciones de las actividades empresariales, porque “es frecuente que los peores abusos de los DDHH relacionados con empresas tengan lugar en estas zonas” (Carneiro Freire et al., 2013, p. 23).

El segundo pilar se concentra en las empresas para RESPETAR: “La obligación de respetar los DDHH, es una norma de conducta mundial aplicable para todas las empresas y es exigible como tal. No es opcional [...] La responsabilidad no solo abarca sus actividades, sino también las de terceros con los que tenga relaciones comerciales” (Carneiro Freire et al., 2013, p. 26).

⁸ Diligencia debida: “En el contexto de los Principios Rectores, la diligencia debida en materia de derechos humanos constituye un proceso continuo de gestión que una empresa prudente y razonable debe llevar a cabo a la luz de sus circunstancias (como el sector en el que opera, el contexto en que realiza su actividad, su tamaño, y otros factores) para hacer frente a su responsabilidad de respetar los derechos humanos” (Organización de las Naciones Unidas, 2012).

⁹ PR7 – Principio Rector 7: “Puesto que el riesgo de violaciones graves de los derechos humanos es mayor en zonas afectadas por conflictos, los Estados deben tratar de asegurar que las empresas que operan en tales contextos no se vean implicadas en abusos de este tipo” (Organización de las Naciones Unidas, 2011).



El respeto de los Derechos Humanos en las empresas implica un alto compromiso político que se ejerce en la práctica de la gobernanza y al generar una cultura organizacional en función de este objetivo. Este compromiso contempla de acuerdo con la Figura 3.

Figura 3: Compromiso político de las empresas –Principios Rectores de DDHH



Fuente: Carneiro Freire et al. (2013, p. 29).

El tercer pilar es REMEDIAR, si bien el objetivo de los Principios Rectores es prevenir e identificar posibles riesgos de posibles afectaciones a los Derechos Humanos, la ONU propuso que deben existir dos deberes: “el deber de proteger a los ciudadanos de las vulneraciones de los Derechos Humanos y, consecuentemente, el deber de remediar las dichas vulneraciones” (Carneiro Freira et al., 2013, p. 35). En este sentido, los Principios Rectores categorizan los mecanismos establecidos en estatales y no estatales, judiciales y no judiciales. Esto porque se evidencia que en la actualidad los mecanismos judiciales existentes no son suficientes; por ello, se proponen herramientas complementarias como: facilitación de información, arbitraje, negociación, investigación, mediación, conciliación, entre otras. No obstante, es responsabilidad del Estado construir un sistema integral de reparaciones. Carneiro Freire et al. (2013, p. 38) explican que esta

integralidad exige el pleno restablecimiento de las obligaciones de respeto y garantía mediante medidas de reparación que tiendan, no solo a borrar las huellas del impacto negativo en los derechos, sino también a evitar (y por tanto prevenir) la repetición de violaciones de los Derechos Humanos en el futuro, en especial cuando estas sean flagrantes.

Uno de los principales objetivos de los Principios Rectores es establecer un marco y directrices para construir una cultura y prácticas de prevención, mitigación, no repetición y reparación de impactos en los Derechos Humanos producidos por empresas (Organización de las Naciones Unidas, 2012).

Para revisar el avance de la implementación, el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (ACNUDH) y el Grupo de Trabajo de las Naciones Unidas sobre Empresas y Derechos Humanos han convocado a dos consultas regionales para América Latina y el Caribe, donde reúnen a representantes del Estado, de la sociedad civil y de las empresas para revisar los logros y obstáculos en la implementación. En la segunda consulta realizada en enero de 2017, evidenciaron la urgencia de avanzar en políticas a nivel estatal, diferenciar el enfoque de empresas y Derechos Humanos del concepto de responsabilidad social empresarial, y de convocar a estos diálogos las comunidades que se han visto afectadas por operaciones empresariales.¹⁰

¹⁰ Aparte tomados del boletín de prensa de la Segunda consulta regional sobre empresas y derechos humanos de ACNUDH) recuperado de <http://acnudh.org/con-el-desafio-de-seguir-avanzando-en-inclusion-concluye-segunda-consulta-regional-sobre-empresas-y-derechos-humanos/>



MARCO ÉTICO – CARTA DE LA TIERRA

Después de un diálogo intercultural de una década a nivel mundial en búsqueda de valores compartidos, en el año 2000, surge “La Carta de la Tierra”, una declaración de principios éticos fundamentales para la construcción de una sociedad global justa, sostenible y pacífica. “La Carta reconoce que la protección ecológica, la erradicación de la pobreza, el desarrollo económico equitativo, el respeto a los Derechos Humanos, la democracia y la paz son interdependientes e indivisibles” (Carta..., 2000).

La metodología de construcción inclusiva y participativa de la Carta de la Tierra hace que tenga alta legitimidad y sea considerada con un estatus de ley blanda. Además, por su visión de esperanza y llamado a la acción, es un elemento de educación para el desarrollo sostenible. Adicionalmente, la UNESCO reconoce a través de la Referencia 32C/17 que es un importante marco ético para educar en el desarrollo sostenible. El preámbulo de La Carta inicia: “Estamos en un momento crítico de la historia de la Tierra, en el cual la humanidad debe elegir su futuro [...] Debemos unirnos para crear una sociedad global sostenible fundada en el respeto hacia la naturaleza, los derechos humanos universales, la justicia económica y una cultura de paz. En torno a este fin, es imperativo que nosotros, los pueblos de la Tierra, declaremos nuestra responsabilidad unos hacia otros, hacia la gran comunidad de la vida, y hacia las generaciones futuras” (Carta..., 2000). El Esquema 4 apunta los componentes de la Tierra.

La Carta tiene 4 pilares y 16 principios:

Figura 4: Componentes de La Carta de la Tierra



Valores y Principios para un Futuro Sostenible

RESPECTO Y CUIDADO DE LA COMUNIDAD DE LA VIDA

1. Respetar la Tierra y la vida en toda su diversidad
2. Cuidar la comunidad de la vida con entendimiento, compasión y amor.
3. Construir sociedades democráticas que sean justas, participativas, sostenibles y pacíficas
4. Asegurar que los frutos y la belleza de la Tierra se preserven para las generaciones presentes y futuras.

INTEGRIDAD ECOLÓGICA

5. Proteger y restaurar la integridad de los sistemas ecológicos de la Tierra, con especial preocupación por la diversidad biológica y los procesos naturales que sustentan la vida.
6. Evitar dañar como el mejor método de protección ambiental y cuando el conocimiento sea limitado, proceder con precaución.
7. Adoptar patrones de producción, consumo y reproducción que salvaguarden las capacidades regenerativas de la Tierra, los derechos humanos y el bienestar comunitario.
8. Impulsar el estudio de la sostenibilidad ecológica y promover el intercambio abierto y la extensa aplicación del conocimiento adquirido.

JUSTICIA SOCIAL Y ECONÓMICA

9. Erradicar la pobreza como un imperativo ético, social y ambiental
10. Asegurar que las actividades e instituciones económicas, a todo nivel, promuevan el desarrollo humano de forma equitativa y sostenible.
11. Afirmar la igualdad y equidad de género como prerrequisitos para el desarrollo sostenible y asegurar el acceso universal a la educación, el cuidado de la salud y la oportunidad económica.
12. Defender el derecho de todos, sin discriminación, a un entorno natural y social que apoye la dignidad humana, la salud física y el bienestar espiritual, con especial atención a los derechos de los pueblos indígenas y las minorías.

DEMOCRACIA, NO VIOLENCIA Y PAZ

13. Fortalecer las instituciones democráticas en todos los niveles y brindar transparencia y rendimient de cuentas en la gobernabilidad, participación inclusiva en la toma de decisiones y acceso a la justicia
14. Integrar en la educación formal y en el aprendizaje a lo largo de la vida, las habilidades, el conocimiento y los valores necesarios para un modo de vida sostenible.
15. Tratar a todos los seres vivos con respeto y consideración
16. Promover una cultura de tolerancia, no violencia y paz.

Fuente: La carta... (2001).

La Carta de la Tierra hace un llamado urgente a las personas, organizaciones, empresas, gobiernos e instituciones transnacionales para tener una visión compartida sobre valores básicos que permitan alcanzar una vida sostenible. De manera particular, las empresas pueden avalar La Carta y con ello declaran que:

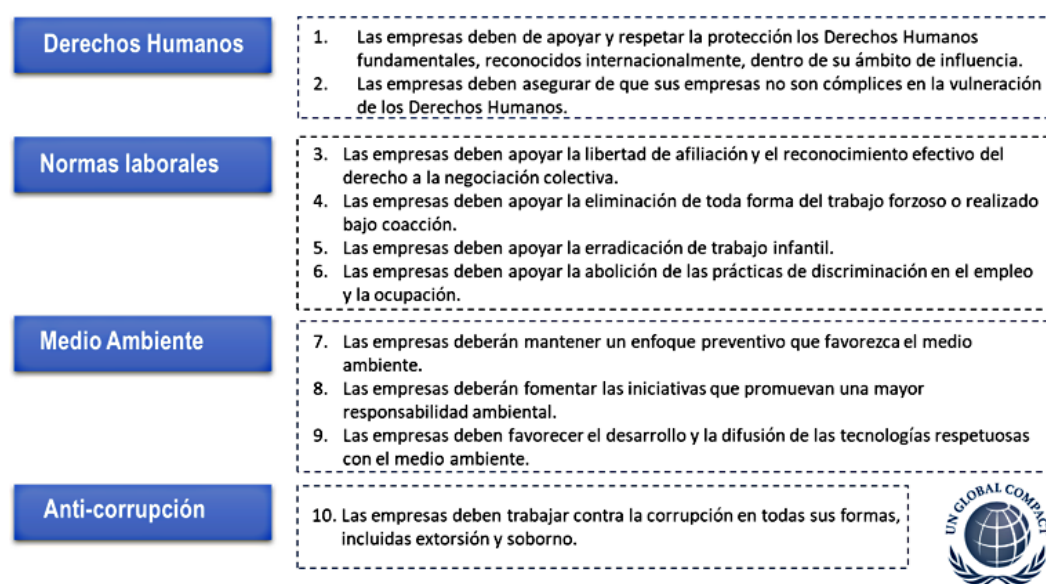


Adoptamos el espíritu y los objetivos del documento. Nos comprometemos a unirnos a la alianza mundial para un mundo justo, sostenible y pacífico, y a trabajar para la realización de los valores y de los principios de la Carta de la Tierra (declaración de aval). (Carta..., 2000)

INICIATIVA –GLOBAL COMPACT– BUSSINESS FOR PEACE

El Pacto Global, de acuerdo con la Figura 5, es una iniciativa de Naciones Unidas que se define como un movimiento global de empresas sostenibles, busca alinear las estrategias y operaciones de las empresas con diez (10) principios que se dividen en cuatro (4) áreas derivadas de Declaraciones y Convenciones,¹¹ Derechos Humanos, Normas laborales, Medio Ambiente y Anti-corrupción:

Figura 5: Principios del Global Compact



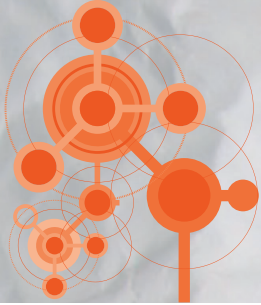
Fuente: recuperado de <https://www.unglobalcompact.org>.

El Global Compact cuenta con varias líneas de trabajo, aquí se mencionan dos de ellas, direccionadas a aportar herramientas para el cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo Sostenible y, de manera específica, a la construcción de la paz. Estas son: Liderazgo empresarial – Blueprint y Empresas por la paz (*Business for Peace*).

Blueprint – Liderazgo empresarial para los ODS (Blueprint for Business Leadership on the Sdgs)

El primero de ellos, y presentado en la Cumbre de Líderes del Pacto Mundial de la ONU 2017, es una guía para fortalecer el liderazgo de todo tipo de organizaciones, con el fin de que estas aporten de manera global y sistémica para impactar a gran escala al logro de los ODS. Propone que un buen liderazgo debe llevar a la acción, por ello plantea que las empresas deben implementar un ciclo de gestión de tres pasos: PRIORIZAR, lo cual implica que esta evalúe sus mayores riesgos y aplique prácticas que la lleven al segundo paso que es ACTUAR para aportar de manera efectiva a los ODS, y, el tercer paso, APRENDER al conocer el impacto de sus acciones para luego documentar las lecciones aprendidas y compartirlas con el objeto de construir conocimiento colectivo. El Blueprint propone 5 características de un liderazgo empresarial: INTENCIONALIDAD, para que la estrategia de la empresa esté alineada deliberadamente con los ODS; AMBICIOSO, para superar las expectativas y tener visión de largo plazo; CONSISTENTE, para que se incorpore de forma sistémica al quehacer y ser de la empresa; COLABORATIVO,

¹¹ Los diez Principios del Pacto Mundial se derivan de la Declaración Universal de los Derechos Humanos, la Declaración de la Organización Internacional del Trabajo, la Declaración de Río sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo, y la Convención de las Naciones Unidas contra la Corrupción.



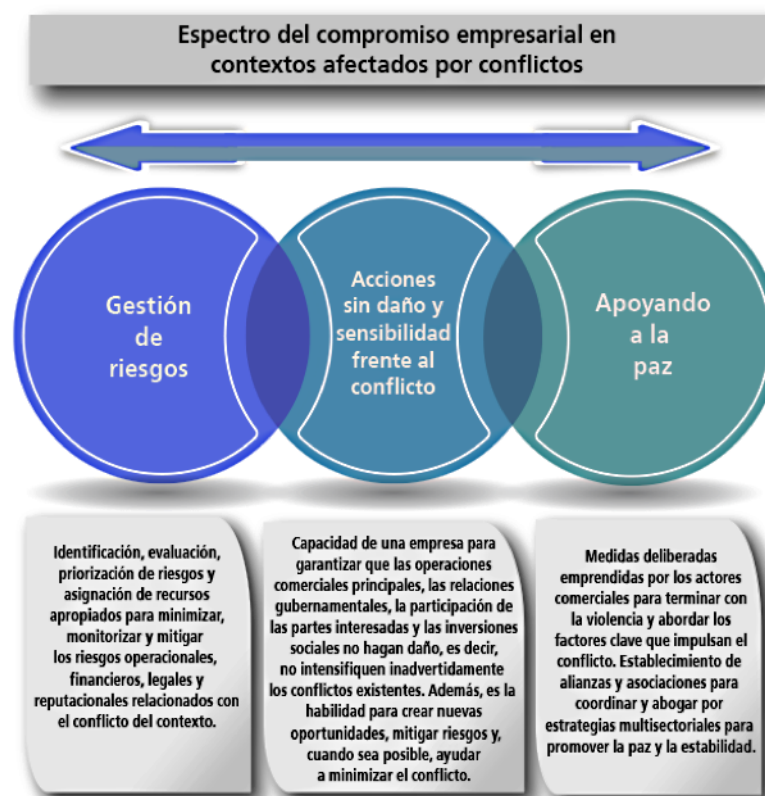
al integrar a todos sus grupos de interés; y RESPONSABLE, al ser transparente, comprometida y proactiva frente a los sus impactos positivos y negativos que genere su operación (Global Report Initiative; Pacto Global de las Naciones Unidas; World Business Council for sustainable Development, 2017).

Empresas por la paz (Business for Peace)

En el 2013, surge “Empresas por la Paz”,¹² para promover la paz en el lugar de trabajo, en el mercado, en las comunidades locales donde opera la organización, y, de manera especial, clarificar el rol que las empresas deben desempeñar en entornos de conflictos o de alto riesgo (conflictos violentos, riesgos sociales y políticos, abuso de derechos humano).

En el informe del United Nations Global Compact (2015) *Avanzando en el desarrollo sostenible objetivos al respaldar la paz*, se define que el rol de las empresas en entornos de conflictos es “evitar efectos negativos y contribuir al cambio positivo donde sea posible para abordar los principales impulsores del conflicto y de la violencia”. Así mismo, propone unos niveles de compromiso e involucramiento empresarial frente a estos contextos; se explica en la Figura 6.

Figura 6: Espectro del compromiso empresarial frente a contextos afectados por conflictos – resumen del documento *Avanzando en el desarrollo sostenible Objetivos al respaldar la paz*, de Global Compact

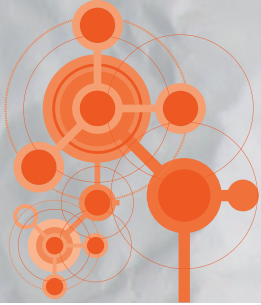


Fuente: adaptado de United Nations Global Compact (2015).

En este mismo sentido, el Global Compact ha desarrollado lineamientos sobre responsabilidad empresarial en áreas de alto riesgo y afectadas por conflictos para ayudar a las empresas a implementar prácticas empresariales responsables en estas áreas, y su enfoque es:

La responsabilidad de paz, seguridad y desarrollo es principalmente del gobierno, sin embargo, el sector privado puede hacer una contribución relevante a la estabilidad y seguridad en áreas afectadas por conflictos y de alto riesgo. Las actividades comerciales

¹² Descripción tomada del United Nations Global Compact (2017) y <<https://www.pactoglobal-colombia.org/b4p/business-for-peace.html>>.



tienen impactos positivos directos e indirectos al crear oportunidades de empleo, generar ingresos que hagan avanzar el desarrollo y la recuperación de las economías, hacer inversiones sustentables en ciudades y pueblos, crear políticas de contratación incluyentes que formen buenas relaciones entre las etnias y las comunidades, desarrollar estrategias de negocios de “base de la pirámide”, y promover mejores prácticas en las áreas de derechos humanos, trabajo, ambiente y anticorrupción. Los negocios pueden también ser un incentivo poderoso para reunir a las personas de diversas nacionalidades y culturas, que generen relaciones basadas en un sentido compartido de identidad y propósito, superando las diferencias que, en la sociedad más amplia, son más difíciles de superar. (Oficina del Pacto Mundial de las Naciones Unidas, 2010, p.6)

A “Empresas para la paz” pertenecen 150 empresas líderes y asociaciones empresariales de 37 países¹³ que buscan identificar riesgos, participar en el diálogo público-privado, alinear estrategias de negocios a buenas prácticas, compartir innovación, y demostrar liderazgo en los avances con resultados concretos. Todo esto para convertir a las empresas en defensoras de la paz, entre y con todos sus grupos de interés (pares, colaboradores, clientes, proveedores, inversores, comunidad, gobierno, entre otros).

Adicionalmente, El Global Compact a partir del 2016, desde la iniciativa de “Empresas por la paz”, impulsa una nueva perspectiva sobre las contribuciones deliberadas a la paz por parte de las empresas, aportando directamente al Objetivo de Desarrollo Sostenible 16, que busca promover sociedades, justas, pacíficas e inclusivas. El enfoque de esta perspectiva se fundamenta en que

para lograr la paz, la justicia y la inclusión, es importante que los gobiernos, la sociedad civil y las comunidades trabajen juntos para poner en práctica soluciones duraderas que reduzcan la violencia, hagan justicia, combatan eficazmente la corrupción, y garanticen en todo momento la participación inclusiva. (Organización de las Naciones Unidas, 2015, ODS16)

CONSIDERACIONES FINALES EL PAPEL DE LA COMUNICACIÓN ORGANIZACIONAL EN LA CONSTRUCCIÓN DE PAZ

La comunicación es el eje transversal para recomponer el tejido social y recuperar la confianza para consolidar procesos de construcción de paz. Para ello, la visión de la gestión comunicacional debe evolucionar de la labor informativa a la relacional, en este sentido se proponen los siguientes roles a tener presentes.

Interrelación sociedad-organización

La comunicación es interacción y permite a las organizaciones comprender su entorno en el cual operan, y el nivel de comprensión de este contexto determina en gran medida la posibilidad de involucramiento de las empresas en la construcción de la paz. La falta de comprensión de la interrelación sociedad-organización es la que ha llevado a que los esfuerzos realizados por muchas empresas en mejorar las consecuencias sociales y medioambientales de sus actividades no sean productivos. Sea cual sea la iniciativa de realizar acciones de responsabilidad; por obligación moral o por la búsqueda de la sostenibilidad, o el otorgamiento de la licencia para operar, o el incremento de reputación corporativa, ya no son suficientes frente a los crecientes riesgos y necesidades que demanda la sociedad actual. (Porter; Kramer, 2006).

En este sentido la gestión comunicacional debe ir más allá de estructurar un mapa de públicos a realizar un monitoreo y caracterización permanente del contexto al implementar la metodología de análisis PASTE –aspectos políticos, socioculturales, tecnológicos y económicos (Fuentes, 2007, p. 83).

¹³ Dato obtenido del United Nations Global Compact (2017).



Construcción de vínculos basados en confianza

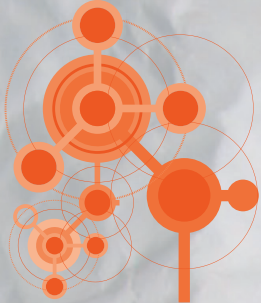
Se ha mencionado que un factor crítico de éxito es la construcción de confianza porque es la base para crear relaciones. Para Lederach (2016, p. 85), "la construcción de paz exige la conciencia de la relación como la capacidad de imaginarse con el otro, de reconocerse, y que ello puede quebrar la violencia". Esta mirada relacional abre la posibilidad de presentar el gran aporte que tiene la comunicación organizacional en este escenario de construcción de la paz. Las empresas aún no han descubierto todo el potencial que tiene la comunicación, porque la han limitado a la gestión mediática e informativa; más aún, están por descubrir la capacidad que tiene para construir relaciones, consolidar la confianza y fortalecer la convivencia pacífica teniendo como base los Derechos Humanos.

El reto, entonces, es crear vínculos, lo cual "significa generar relaciones sólidas, fluidas y basadas en objetivos específicos que puedan perdurar en el tiempo y que le permitan a la organización generar un espacio de intercambio con sus diferentes públicos" (Manucci, 2004, p. 66).

Una nueva narrativa de la paz

En un proceso de transición hacia la construcción de paz, lo primero que se debe desarmar son las palabras y convertir el lenguaje en el vehículo de movilización donde se proporcionen argumentos que, a la vez, direccionen las acciones hacia la paz: reconstruir relaciones, retomar más que recordar, reconocer para redescubrir, reconciliar para reencontrar y recuperar el respeto:

- Reconstruir relaciones es entrar en la dimensión del OTRO, según Manuel Ramiro Muñoz, director del Centro de Estudios Interculturales de la Pontificia Universidad Javeriana de Cali, lo define como "construirnos más allá de nuestra individualidad, pensando en un colectivo, en búsqueda de un bien común, justicia y solidaridad".
- Retomar más que recordar. Construir la paz implica mirar hacia el futuro, más que hacia el pasado; así expone Frederik de Klerk, Premio Nobel de la Paz en 1993, al referirse a su experiencia en Sudáfrica: "Nuestra incapacidad para llegar a un acuerdo sobre el pasado ha sido una de las fallas más grandes de nuestra sociedad del posconflicto. El pasado sigue interviniendo como una barrera invisible y, en casi todos los discursos nacionales, da el combustible para continuar la recriminación, la culpa y la polarización".
- Reconocer para redescubrir. Reconocer es incluir, para el Dr. Ramiro Muñoz, en el siglo XX se instauró una nueva forma de exclusión: la invisibilidad y la negación. Esto ha llevado a que algunos grupos queden rezagados y desconocidos de varios ámbitos de la sociedad. El reto es redescubrir las diferencias en un marco de respeto a la diversidad para construir desde la interculturalidad.
- Reconciliar para reencontrarse es construir puentes para pasar de los desencuentros a encuentros a partir de un diálogo basado en la escucha para llegar a acuerdos de convivencia pacífica y, por ende, a la unión. Pero este diálogo debe trascender a la espiritualidad, como decía San Juan Pablo II: "la verdadera reconciliación entre hombres enfrentados y enemistados solo es posible si se dejan reconciliar al mismo tiempo con Dios".
- Recuperar el respeto como la base de la paz, no solo con los seres humanos, sino también con la naturaleza, con nuestra casa común. La industrialización, el consumismo y la falta de conciencia en el cuidado y protección del medio ambiente han puesto en peligro la vida misma. Maya Lin, artista y arquitecta estadounidense, dice: "Creo que la paz solo llegará cuando aprendamos a vivir en este planeta de modo que permitamos a otras criaturas existir junto con nosotros" (Fuentes, 2016).



Además de estos argumentos-acción, la relevancia de la comunicación está en pasar del Yo al Nosotros como una evolución corporativa. Evolucionar de la primera persona del singular, YO, a la primera persona del plural NOSOTROS, esto implica un cambio de conciencia como seres humanos y como sociedad. Como decía la Madre Teresa de Calcuta: "Si hoy no tenemos paz, es porque hemos olvidado que nos pertenecemos unos a otros, que aquel hombre, aquella mujer y aquel niño, son mi hermano y mi hermana".

La comunicación permite movilizar para pasar del dicho al hecho, posibilita recobrar el sentido de vivir en paz y de construir en conjunto un futuro sostenible donde se entre en otra sintonía para estar en la misma frecuencia, que permita armonizar y movilizar la paz anhelada y soñada.

REFERENCIAS

BLOOMFIELD, David; BARNES, Teresa; HUYSE, Luc (Eds.). *Reconciliation after violent conflict: a handbook*. Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2003. (Handbook Series).

BRUNDTLAND, Gro. *Nuestro futuro común: comisión mundial sobre el medio ambiente y el desarrollo*. Nueva York: ONU, 1987. Disponible en: <<http://bit.ly/2NCZ5Tk>>. Acceso en: 24 jul. 2018.

CARNEIRO FREIRE, Mar et al. *Cuaderno guía de los principios rectores ONU sobre empresas y derechos humanos*. Madrid: Sustentia Innovación Social, 2013.

CARTA de la Tierra. San José: Secretaria Internacional de la Carta de la tierra, 2000. Disponible en: <<http://bit.ly/2LgBkE1>>. Acceso en: 24 jul. 2018.

COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS. Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia. *Equipo Paz Gobierno*, Bogotá, 10 feb. 2015. Disponible en: <<http://bit.ly/2v3ki15>>. Acceso en: 24 jul. 2018.

CONEXIÓN COP. Ban Ki-moon urge a las empresas colaborar en la lucha contra cambio climático. *Conexión COP*, [S.I.], 13 abr. 2015. Disponible en: <<http://bit.ly/2MchqA>>. Acceso en: 13 ago. 2018.

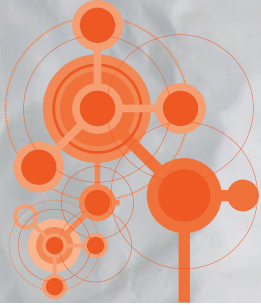
CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. La confianza en América Latina 1995-2015, 20 años de opinión pública. *Latinobarómetro*, Providencia, 2016. Disponible en: <<http://bit.ly/2vNdr8H>>. Acceso en: 4 ago. 2018.

_____. Informe 2017. *Latinobarómetro*, Providencia, 2017. Disponible en: <<http://bit.ly/2w6dNLB>>. Acceso en: 4 ago. 2018.

DE ROUX, Stéphane J. F. Vamos a remendar este país: comunicación para la reconciliación – Lección inaugural de la Facultad de Comunicación y Lenguaje de la Pontificia Universidad Javeriana, Escola de Cultura de Pau. En: ESCOLA DE CULTURA DE PAU. *Anuario de procesos de paz Vicenc Fisas, 2016*. Barcelona: Icaria, 2016. Disponible en: <<http://bit.ly/2LKyx26>>. Acceso en: 14 jul. 2018.

FISAS, Vicenc. *La paz es posible*. Barcelona: Plaza & Janés, 2002.

FUENTES, Sandra. Sistema de gestión comunicacional para la construcción de una marca ciudad o marca país. *Revista Signo y Pensamiento*, Bogotá, n. 51, p. 81-97, 2007.



_____. Argumentos de paz. *La República*, Bogotá, 10 mar. 2016. Disponible en: <<http://bit.ly/2LLBr11>>. Acceso en: 24 jul. 2018.

GALTUNG, Johan. *Sobre la paz*. Barcelona: Fontamara, 1985.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE; PACTO GLOBAL DE LAS NACIONES UNIDAS; WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. *SDG Compass: la guía para la acción empresarial en los ODS*. [S.l.]: GRI; Pacto Global; WBCSD, 2015. Disponible en: <<http://bit.ly/2LGOKFl>>. Acceso en: 24 jul. 2018.

_____. *Blueprint for business leadership on the SDGs*. [S.l.]: GRI; Pacto Global; WBCSD, 2017. Disponible en: <<http://bit.ly/2NHZSr2>>. Acceso en: 24 jul. 2018.

LA CARTA de la Tierra. *Earth Charter Inaction*, [S.l.], 1 feb. 2001. Disponible en: <<http://bit.ly/2LImLoO>>. Acceso en: 24 jul. 2018.

LEDERACH, John. *Construyendo la paz: reconciliación sostenible en sociedades divididas*. Bilbao: Gernika Gogoratuz, 1997.

_____. *La imaginación moral: el arte y el alma de la construcción de la paz*. Bogotá: Libros Semana, 2016.

MANUCCI, Marcelo. *Comunicación corporativa estratégica*. Bogotá: Grupo Saf, 2004.

NILSON, Marcus; KREUTZ, Joakim. Protracted conflicts: issues or dynamics at stake? *New Rules*, [S.l.], v. 15, n. 4, p. 3-6, 2010.

OFICINA DEL PACTO MUNDIAL DE LAS NACIONES UNIDAS. *Lineamientos sobre responsabilidad empresarial en áreas de alto riesgo y afectadas por conflictos: recursos para empresas e inversionistas*. Nueva York: Global Compact, 2010. Disponible en: <<http://bit.ly/2v1UYsq>>. Acceso en: 24 jul. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. Oficina del Alto Comisionado de Derechos Humanos. Principios rectores sobre las empresas y los derechos humanos. Nueva York: ONU, 2011. Disponible en: <<http://bit.ly/2MckwhQ>>. Acceso en: 4 ago. 2018.

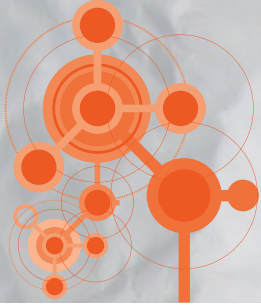
_____. El futuro que queremos. In: CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE EL DESARROLLO SOSTENIBLE, 2012, Rio de Janeiro. *Documento final de la conferencia*. Nueva York: ONU, 2012. Disponible en: <<http://bit.ly/2A4TQKa>>. Acceso en: 24 jul. 2018.

_____. *Transformar nuestro mundo: la agenda 2030 para el desarrollo sostenible*. Nueva York: ONU, 2015. Disponible en: <<http://bit.ly/2JQl1rO>>. Acceso en: 24 jul. 2018.

_____. Objetivos de desarrollo sostenible. *Naciones Unidas*, Nueva York, [s.d.]. Disponible en: <<http://bit.ly/2LLX5b5>>. Acceso en: 24 jul. 2018.

PORTER, Michael; KRAMER, Mark. Estrategia y sociedad. *Harvard Business Review América Latina*, Boston, reimpr. RO612D-E, p. 3-15, dic. 2006.

RETTBERG, Angelika. La empresa privada en la construcción de la paz en Colombia. In: FORO COLOMBIANO EN CONSTRUCCIÓN DE PAZ, 1., 2011, Bogotá. *Actas...* Bogotá: UTadeo, 2011. Disponible en: <<http://bit.ly/2uYtsMv>>. Acceso en: 24 jul. 2018.



RETTBERG, Angelika. Empresa y paz. *La República*, Bogotá, 11 de septiembre 2012. Disponible en: <https://www.elespectador.com/opinion/empresa-y-paz>. Acceso en: 24 jul. 2018.

ROJAS, Francisco. *Confianza, ¿un bien escaso?* Buenos Aires: Teseo, 2011.

SAVATER, Fernando. *Ética para las empresas*. Barcelona: Peguin Random House, 2014.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. *Advancing the sustainable development goals by supporting peace: how business can contribute*. *United Nations Global Compact*, Nueva York, 2015. Disponible en: <http://bit.ly/2A4u2hj>. Acceso en: 24 jul. 2018.

_____. Business advancing peace. *United Nations Global Compact*, Nueva York, 2017. Disponible en: <http://bit.ly/2LLERWZ>. Acceso en: 14 jul. 2018.

Artículo recibido el 10.05.2018 y aprobado el 20.06.2018.



Violência cultural, masculinidades e publicidade: a campanha “É de homem!” da L'Oréal em Portugal^{1, 2}

Cultural violence, masculinities, and advertisement:
the “É de homem!”³ L'Oréal campaign in Portugal

Violencia cultural, masculinidad y publicidad:
la campaña “É de homem!”⁴ da L'Oréal em Portugal



Sofia José Santos

- Professora auxiliar convidada no núcleo de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- Investigadora integrada no Centro de Estudos Sociais da mesma universidade e investigadora associada no Observatório de Relações Exteriores (Observare), na Universidade Autónoma de Lisboa.
- Doutorada e mestre em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela Universidade de Coimbra.
- Licenciada em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra.
- Seus atuais interesses de investigação são media, paz e violências; estudos de gênero; e estudos da internet.
- E-mail: sjs@fe.uc.pt



Alexandre de Sousa Carvalho

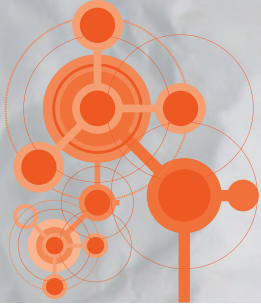
- Professor adjunto no Núcleo de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Investigador associado do Centro de Estudos Internacionais do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (CEI-ISCTE).
- Doutorando em Ciência Política no ISCTE-IUL.
- Mestre em African Peace and Conflict Studies pela Universidade de Bradford.
- Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra.
- Seus atuais interesses de investigação são relacionados a partilhas de poder, resolução de conflitos e estudos para a paz; desafios de democracias contemporâneas; e estudos da internet.
- E-mail: hadscmb@gmail.com

¹ Os autores agradecem aos comentários e sugestões feitas anonimamente pelos revisores a uma versão inicial deste artigo.

² Este trabalho tem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MEC) através de fundos nacionais no âmbito do projeto (Des)Codificar Masculinidades: para uma melhor compreensão do papel dos media na construção de percepções de masculinidades em Portugal (Ref.^º PTDC/COM-CSS/31740/2017).

³ Tradução para inglês: “It's manly!”.

⁴ Tradução para espanhol: “¡Es de hombre!”



Resumo

Mesmo em contextos de maior avanço na igualdade de gênero e com produtos que desafiam estereótipos, a publicidade tende a reafirmar o hegemônico, uma vez que privilegia o lucro em detrimento da transformação social. Isso pode implicar uma opção por estratégias de comunicação patriarcais, ainda que não desprovidas de hibridez, contribuindo para a perpetuação de violências. Para ilustrar esse fenômeno, aplicou-se a análise crítica de discurso e semiótica em cinco pôsteres da campanha "É de homem!", lançada em Portugal pela marca L'Oréal.

PALAVRAS-CHAVE: PUBLICIDADE • MASCULINIDADES • PATRIARCADO • SEMIÓTICA • VIOLÊNCIA CULTURAL.

Abstract

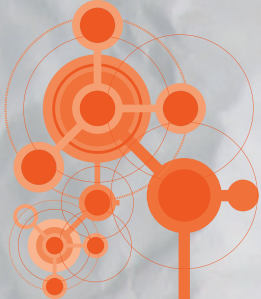
Even in contexts of greater advancement in gender equality and with products that challenge stereotypes, advertising tends to reassert the hegemonic since it privileges profit in detriment of social transformation. This may imply a choice for patriarchal communication strategies, even if hybrid, contributing to the perpetuation of violences. To illustrate this, the article applied both critical discourse and semiotics analysis in five posters of the advertising campaign "It's manly!", launched by the L'Oréal brand in Portugal.

KEYWORDS: ADVERTISING • MASCULINITIES • PATRIARCHY • SEMIOTICS • CULTURAL VIOLENCE.

Resumen

Incluso en contextos donde se han producido más avances en la igualdad de género y con productos que desafían estereotipos, la publicidad tiende a reafirmar el hegemónico una vez que privilegia los beneficios en detrimento de la transformación social. Esto puede implicar una opción por estrategias de comunicación patriarcales, aunque no desprovistas de hibridez, contribuyendo a la perpetuación de violencias. Para ilustrarlo, el artículo aplica un análisis crítico del discurso y la semiótica a los 5 carteles de la campaña "¡Es de hombre!", lanzada en Portugal por la marca L'Oreal.

PALABRAS CLAVE: PUBLICIDAD • MASCULINIDAD • PATRIARCADO • SEMIÓTICA • VIOLENCIA CULTURAL.



INTRODUÇÃO

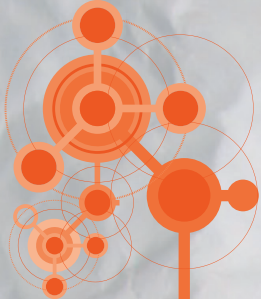
E mergindo com o capitalismo moderno, que entende o consumo de massa como essencial enquanto sistema para sua sobrevivência e crescimento (Veríssimo, 2001), a publicidade emerge como decisiva para a maioria das organizações (Lendrevie; Lévy, 2014; Rasquilha, 2009; Tuten, 2008), ocupando um lugar central nos seus planos e produtos estratégicos, particularmente na área de comunicação (Hallahan et al., 2007, p.4).

Ainda que seja certo que para cumprir os seus objetivos a publicidade informa sobre um produto ou serviço específico, sua eficácia vai muito além da mera enumeração da utilidade e mais-valias do que é anunciado. Mais do que produtos, o discurso publicitário negocia significados (Ligas; Cotte, 1999) e ideologias (Dyer, 1986; Wernick, 1983), sempre referenciado por uma lógica de sedução do consumidor com vista ao aumento das receitas da marca. Tratando-se de um mundo com fortes componentes psicológicos e emocionais (McLuhan, 1994), uma das formas que a publicidade encontra para ser eficaz nessa negociação é estabelecer empatia com o imaginário de seu público. Nesse contexto, e numa lógica de eficiência, ela recorre não raras vezes ao conhecimento veiculado e validado pelos discursos já existentes (e.g. conhecimento popular, senso comum, estereótipos) – familiares ou mesmo enraizados – utilizando-os como fonte e fio condutor de sua narrativa (Saren et al., 2007; Vestergaard; Schroder, 2000). O recurso ao lugar-comum traz economia no processamento de informação do cérebro (Araújo, 2018), confere segurança à escolha e potencializa o consumo, garantindo a lógica economicista do sistema. Na recuperação desses lugares e discursos-comuns e estereótipos, a publicidade associa as necessidades e carências da identidade (ideal e imaginada) do potencial consumidor à sua satisfação através do produto publicitado (Vestergaard; Schroder, 2000), fazendo com que o público sinta que, para estar mais próximo do perfil que idealiza como positivo e bem-sucedido e que, por isso, almeja atingir, precisa necessariamente adquirir aquele produto ou serviço específico. Nesses atalhos cognitivos e emocionais, as questões identitárias são particularmente relevantes, sendo o gênero, como afirma Laura Shepherd (2008), uma dimensão central da identidade e que configura fronteiras constitutivas (e tradicionalmente estanques) do que significa ser e se comportar como homem e como mulher.

O patriarcado é o lugar-comum no que toca às relações de gênero. Enquanto sistema, ele é socialmente injusto (Edley; Wetherell, 1995; Pilcher; Whelehan, 2004), representando e refletindo a institucionalização da dominação masculina numa hierarquia legitimada pela cultura dominante (Galtung, 1996). As crenças patriarcais orientam o comportamento, normas e políticas em sociedade, dando origem às violências direta – com os homens (que subscrevem noções de masculinidade hegemônica) como sujeitos e as mulheres (e/ou homens que não subscrevam as referências de masculinidade hegemônica) como objetos – e estrutural (Shepherd, 2008).

Este artigo argumenta que a publicidade, como é concebida atualmente – caracterizada fundamentalmente por seguir e responder à evolução das necessidades do mercado e dos perfis dos consumidores – privilegia opções mais eficazes em termos de ganhos materiais em detrimento de opções normativas de transformação social e de construção de uma cultura de paz. Mesmo em contextos de alguma multiplicidade cultural e/ou ideológica, a publicidade tende a reafirmar explícita ou implicitamente o estabelecido e dominante, mesmo que explore (por questões de mercado) essa hibridez e heterogeneidade. Nessa escolha, e em termos de igualdade de gênero, há uma tendência a optar por estratégias de comunicação patriarcais que, por sua vez, potencializam e contribuem para a perpetuação da violência direta, estrutural e cultural.

Epistemologicamente construído a partir de uma abordagem de *Os Estudos para a Paz* (Galtung, 1996), este artigo estudou cinco pôsteres da campanha "É de homem!" – uma campanha assente numa compreensão hegemônica do que significa ser e se comportar como um homem, apesar de o produto publicitado desafiar o que convencionalmente se associa a



"ser homem" – que a marca L'Oréal lançou em Portugal em 2015/2016, por meio de análise crítica de discurso (Fairclough, 1989, 1995) e semiótica (Dyer, 1986; Saussure, 1966), explorando as diferentes dimensões – textual, semiótica, implícita e explícita – de masculinidade(s) hegemônica(s) e violência cultural existentes. Ao expor formas sutis (e, de alguma maneira, negociadas) de manifestação e persistência de sistemas patriarcais nos discursos publicitários, este artigo pretende desafiar e desconstruir esse tipo de narrativa, contribuindo para evitar a perpetuação de culturas conducentes à reprodução e legitimação de violências.

A PUBLICIDADE COMO (RE)PRODUÇÃO CULTURAL

A publicidade é aqui entendida como qualquer mensagem para fins promocionais, veiculada através de uma das grandes seis mídias,⁵ chegando à sua audiência mediante pagamento da marca à mídia em questão e cujo conteúdo, apresentação e intenção difere claramente de editoriais informativos (Lendrevie; Lévy, 2014, p. 430). No essencial, a publicidade assume dois objetivos: 1) construção e divulgação de uma marca (i.e., *branding*: uma publicidade de notoriedade que constrói e dá sentido à imagem da marca, sempre no contexto do posicionamento escolhido, tendo como alvo a totalidade de seu público e tendo horizonte de atuação a longo prazo); e 2) promoção das vendas a curto prazo (i.e., *selling*: uma publicidade que fornece uma razão maior para a compra do produto no imediato e que, por isso, toma forma em anúncios de lógica de estímulo-resposta utilizando, muitas vezes, uma comunicação efêmera) (Lendrevie; Lévy, 2014, p.432).

Através de seu dispositivo operacional, a publicidade dá significado às marcas, fascina o público sobre o mundo imaginário construído em torno delas, estimula a curiosidade, desperta sensações ou emoções que liberam um impulso consumista, enquanto estabelece a lealdade de seu público (Caro, 2008). Comunicação estratégica, abordagens visuais e narrativas e persuasão são peças fundamentais para conseguir cumprir esses objetivos (O'Shaughnessy; O'Shaughnessy, 2004; Volli, 2003), sendo particularmente relevantes à medida que, no contexto da sociedade de consumo, o aumento da concorrência potencializa a erosão de qualquer vantagem meramente funcional ou de preço associada a um produto específico. Dessa forma, não só as marcas dependem cada vez mais da publicidade, como a publicidade depende crescentemente de uma arquitetura estratégica e eficaz que combine semiótica e linguística (Caro, 2008; Charaudeau, 1983). Por meio dessa construção, a publicidade explora uma rede já existente de associações de idioma, texto e cultura, permitindo aos anunciantes produzir textos apelativos e criar autênticas obras – porque curtas, mobilizadoras e complexas – de retórica visual (Dyer, 1986; Scott, 1994) e textual.

Nesse contexto, os anúncios devem ter em consideração não apenas as qualidades e atributos inerentes ao que publicitam, mas também a maneira como fazem as propriedades dos produtos ter significado para o público (Dyer, 1986; Wernick, 1983; Williamson, 1978). Ou seja, ao fornecer uma estrutura no âmbito da qual consumidores e bens publicitados são intercambiáveis, quase se pode afirmar que a publicidade vende os consumidores a si mesmos (Williamson, 1978, p. 13). Nessa linha, os anúncios criam estruturas de significado para ver (e reproduzir) o mundo. Desse modo, a publicidade enquanto forma de representação e de significação constrói ideologia introduzindo (e validando) normas e códigos vigentes na sociedade nos textos e imagens publicitárias (Dyer, 1986), codificando desejos e valores culturais (Wernick, 1983). Isso é conseguido com êxito mesmo através de textos com mensagens curtas e até efêmeras. Daí que a relação entre denotação e conotação seja particularmente relevante para compreendermos o processo publicitário e como ele constitui um mecanismo de (re)produção cultural. No essencial, a denotação e a conotação referem-se a dois níveis distintos de significação de um signo.

⁵ Televisão, imprensa, internet, pôsteres, rádio e cinema.



Enquanto o termo denotação se refere ao significado literal de um signo; aquilo que está “objetivamente” presente e que é facilmente reconhecível e identificável. [...] [a] conotação é um termo usado para se referir aos significados que estão para além da denotação, sendo-lhe dependente. (Dyer, 1986, p. 101, tradução nossa)⁶

A conotação é ativada não por meio de um texto explícito, mas sim por meio das convenções ou dos códigos vigentes e dominantes em cada sociedade e que permitem a interpretação desejada (Dyer, 1986). Uma vez que a denotação não é ideologicamente neutra, qualquer uso de imagem tem subjacente algum tipo de significado que supera seu significado literal, sendo sua conotação definida dentro da sociedade (Dyer, 1986, p. 101) e a partir daí reproduzida. Daí que para Fairclough

qualquer instância específica da prática discursiva [...] é vista simultaneamente como (i) um texto de linguagem, falado ou escrito, (ii) uma prática discursiva (produção de texto e interpretação de texto), (iii) e uma prática sociocultural. (Fairclough, 1995, p. 97, tradução nossa)⁷

Neste sentido, Dyer (1986, p. 103) afirma que quase não existe denotação na publicidade, funcionando quase tudo na base da conotação. É por isso que para Barthes (1975, p. 9 apud Dyer, 1986, p. 103, tradução nossa), a denotação não é o primeiro significado, ainda que o pretenda ser, mas sim “a última das conotações...o mito superior pelo qual o texto pretende fazer retornar a natureza da linguagem à linguagem como natureza”⁸ – reproduzindo, assim, os padrões e códigos culturalmente dominantes numa determinada sociedade, tornando-se simultaneamente um “espelho” e um “fabricante” da realidade (Shoemaker et al., 2001).

A CENTRALIDADE DA CULTURA NA GERAÇÃO E PERPETUAÇÃO DE VIOLÊNCIA(S)

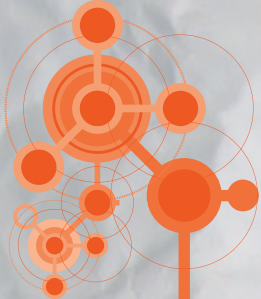
Os Estudos para a Paz, como área disciplinar, distinguem-se de outras áreas de pesquisa semelhantes, nomeadamente a teoria realista das relações internacionais, ao abordar as causas profundas de conflito e fomentar a transformação social como um requisito necessário para superar e prevenir as violências existentes (Pureza, 2001, p. 12). Ao desafiar o senso comum (que vê a paz de forma redutora, ou seja, como um elemento inserido num movimento pendular entre guerra e paz, e o estudo da paz confinado a cenários de reconstrução pós-guerra), os Estudos para a Paz definem o conceito de “paz” através de um binômio de *paz(es)* e *violência(s)*, entendendo a paz como um fim em si mesmo (Pureza, 2001). O conceito de “paz” é entendido não em oposição a “guerra”, mas sim em oposição a violência, o que pode incluir guerra, mas não exclusivamente. Em suma, a relação entre a paz e a guerra não é de oposição e desprendimento, mas de conectividade e continuidade (Scheper-Hughes; Bourgois, 2004). Isto porque, em tempos de guerra, assiste-se a uma hiperconcentração de violências diárias e publicamente consentidas que emergem como um padrão normalizado de relações sociais, políticas e econômicas (Scheper-Hughes; Bourgois, 2004). Por sua vez, os cenários formais de paz também testemunham altos níveis de violência direta, estrutural e cultural (possivelmente assentes nos mesmos preconceitos, problemas estruturais e culturais que geram e alimentam a violência na guerra), mas são menos visíveis e são geralmente ignorados ou descartados, percebidos como menos importantes (Scheper-Hughes; Bourgois, 2004).

Sob essa ótica, a violência é a ideia-chave a partir da qual a paz deve ser conceitualizada e imaginada. Com base na ideia de violência que Johan Galtung (1996) entende como plural, o autor desenvolveu um enquadramento analítico triangular que

6 No original: “The term denotation refers to the literal meaning of a sign; to what is ‘objectively’ present and easily recognized or identified. [...] Connotation is a term used to refer to meanings which lie beyond denotation but are dependent on it” (Dyer, 1986, p. 101).

7 No original: “Discourse, and any specific instance of discursive practice, is seen as simultaneously (i) a language text, spoken or written, (ii) discourse practice (text production and text interpretation), (iii) sociocultural practice. Furthermore, a piece of discourse is embedded within sociocultural practice at a number of levels; in the immediate situation, in the wider institution or organization, and at a societal level; for example, one can read an interaction between marital partners in terms of their particular relationship, relationships between partners within the family as an institution, or gender relationships in the larger society” (Fairclough, 1995, p. 97).

8 No original: “denotation is not the first meaning but pretends to be so. Under this illusion, it is ultimately no more than the last of the connotations...the superior myth by which the text pretends to return the nature of language to language as nature (Barthes, 1975, p. 9 apud Dyer, 1986, p. 103).



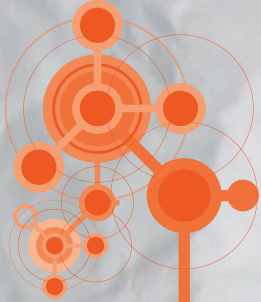
permite identificar e compreender os elementos que geram e perpetuam a(s) violência(s), explorando como os desenraizar e substituí-los por elementos que, de forma inversa, geram e perpetuam a(s) paz(es). Galtung identifica três tipos de violência – direta, estrutural e cultural – que interagem numa lógica causal e cumulativa e para as quais combina três alternativas de paz – direta, estrutural e cultural – numa lógica dicotômica. Os três tipos de violência estão relacionados em uma interação fechada e cíclica, que o autor rotula como o “triângulo (vicioso) da violência” (Galtung, 1996, p.199), em que o fluxo do triângulo pode ser desencadeado por qualquer um dos tipos de violência considerados. Para esse triângulo de violência, Galtung propõe um triângulo de paz.

O pesquisador norueguês entende a violência como todas as “ofensas evitáveis contra as necessidades humanas e, de uma maneira geral, à vida” (Galtung, 1996, p. 197). Para o autor existem três formas de violência que interagem numa lógica causal; são elas a violência direta, a violência estrutural e, finalmente, a violência cultural. A *violência direta* refere-se a agressões físicas e verbais direta e visivelmente infligidas (Galtung, 1996, p. 196). Trata-se, portanto, de uma relação triádica clara: sujeito, ação, objeto. Acontece de forma ocasional ou intencional em diferentes contextos sociais (Jeong, 2000, p. 20), tendo a particularidade de ser sempre manifesta, pessoal e direta. Por seu turno, a *violência estrutural* resulta da desigual distribuição de poder e conhece na repressão e na exploração e injustiça social suas principais expressões (Galtung, 1996, p. 32). A designação “estrutural” decorre do fato de ser a estrutura o meio através do qual a violência se transmite. Contrariamente à violência direta, a violência estrutural é latente, indireta e construída paulatinamente nas estruturas da sociedade. Práticas desiguais e discriminatórias são impostas a indivíduos ou grupos de forma sistemática e organizadas por quem detém o poder, sendo essas violências gradativamente absorvidas por toda a estrutura de forma naturalizada (Wenden, 1995, p. 3). Finalmente, a *violência cultural* define-se como qualquer aspecto ou elemento que, “[tocando] a esfera simbólica da nossa existência – exemplificados pela religião e ideologia, linguagem e arte, ciência empírica e lógica formal” (Galtung, 1990, p. 291), justifica e legitima a violência direta e estrutural, fazendo com que estas sejam aceitas como corretas ou, pelo menos, como não erradas. A violência cultural se constrói por um processo de socialização e aculturação, constituindo assim, a base legitimadora das demais formas de violência, latentes ou manifestas (Galtung, 1996, p. 2). Como Galtung (1990, p. 264) sintetiza, “a violência direta é um facto, a violência estrutural é um processo e a violência cultural é uma invariância, uma permanência”.

Os três tipos de violência estão relacionados numa interação fechada e cíclica – “triângulo de violência” (Galtung, 1990, p. 294) – cujo fluxo pode ser liberado por qualquer um dos tipos de violência considerados. A esse triângulo Galtung faz corresponder o triângulo da paz. A paz é, por sua vez, definida pelo autor enquanto o somatório de três conceitos positivos específicos e distintos que interagem também numa lógica causal, isto é, paz direta, paz estrutural e paz cultural; opondo-se cada uma delas à respectiva noção de violência. Para Galtung, a paz será a soma desses três conceitos positivos. Assim, apresenta a fórmula “Paz=paz direta+paz estrutural+paz cultural” (Galtung, 1996, p. 32).

A paz direta consiste na demonstração visível e direta de delicadeza física e verbal. A paz estrutural, por oposição à violência estrutural, refere-se às estruturas sociais, políticas e econômicas dos contextos nacionais e globais em que os indivíduos se inserem, materializando-se na satisfação de necessidades básicas e na garantia de liberdade e de oportunidade de afirmação de identidades. Finalmente, a paz cultural corresponde a uma celebração dos aspectos da cultura que justificam e legitimam uma paz direta de harmonia e uma paz estrutural que promova relações horizontais e equitativas (Galtung, 1996).

A paz é definida como a soma de três conceitos positivos específicos e distintos que também interagem numa lógica causal: paz direta, paz estrutural e paz cultural – cada uma opondo-se à sua correspondente noção de violência (Galtung, 1996). Embora todos os vértices do triângulo sejam fundamentais e possam interagir entre si, “geralmente, um fluxo causal da via estrutural para a violência [e a paz] direta[s] pode ser identificado” (Galtung, 1996, p. 200).



Se, como diz Galtung (1990, p. 264), a violência direta é um fato, a violência estrutural, um processo, e a violência cultural, uma invariância ou permanência, o que torna a cultura central na geração de violência? Os mecanismos de interiorização e normalização da violência cultural são as lentes através das quais as violências direta e estrutural emergem como normais ou, pelo menos, como não aberrantes (Galtung, 1990, p. 261). Žižek (2014) formulou raciocínio semelhante ao apresentar seu próprio triângulo de violência, composto por violência simbólica (e.g. a linguagem, suas formas e hierarquias), violência objetiva ou sistêmica (e.g. consequências do sistema econômico e político; o statu quo enquanto o grau-zero da normalidade) e violência subjetiva (a violência midiaticizada como tal; a disrupção do statu quo que emerge do grau-zero da normalidade). Os paralelismos com o pensamento de Galtung são evidentes, embora Žižek confira a esse triângulo um cunho mais dialético. Para entender o conflito (e a violência), este deve ser visto como um produto das sociedades e das políticas que enformam as identidades, enquadradas e legitimadas pelas práticas discursivas e institucionais. A transformação dessas práticas é um requisito indispensável ao estabelecer condições para a paz (Jabri, 1996).

Também Condor (1990) em seu estudo sobre identidade, estereótipos e suas consequências coloca as práticas discursivas e institucionais no centro da análise. Contrariando a tese de uma necessidade "natural" no processo humano de assimilação de informação, Condor reivindica que os estereótipos, enquanto atributos essenciais ao conflito e à legitimação da violência, devem ser entendidos dentro dos contextos históricos e sociais que legitimam tais construções discursivas. São, grosso modo, construções sociais derivadas de continuidades culturais discursivas, concomitantemente legitimadoras e perpetuadoras destas últimas.

PATRIARCADO E MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS COMO CULTURA DE VIOLÊNCIA

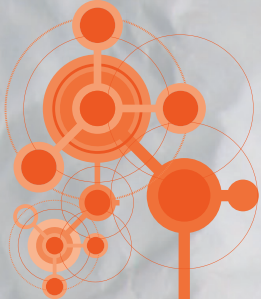
Falar de patriarcado e falar de masculinidades não significa necessariamente falar apenas de homens, mas sim de relações de gênero socialmente construídas em hierarquia através de uma lente essencialista, rígida e dual do que significa ser homem e ser mulher (Connell, 2005). O patriarcado representa e reflete a

institucionalização da dominação masculina em estruturas verticais, com elevadas correlações entre posição e gênero, legitimadas pela cultura (por exemplo, na religião e na linguagem), e muitas vezes expressando-se como violência direta[,] em que os homens desempenham o papel de sujeitos e as mulheres o de objetos. (Galtung, 1996, p. 40, tradução nossa)⁹

Tal como qualquer outra formação social violenta, o patriarcado combina violência direta, estrutural e cultural num triângulo vicioso (Galtung, 1996, p. 40). No sistema patriarcal, as dinâmicas de poder e as relações assimétricas entre diferentes sujeitos não se estabelecem apenas entre homens e mulheres, mas também entre os próprios homens (Connell, 2005).

No centro da construção e manutenção do patriarcado está a masculinidade hegemônica (Connell, 2005) que, por sua vez, incorpora a legitimidade do patriarcado (Januário, 2016, p. 120). Na verdade, as identidades de gênero são múltiplas, fluidas e multiformes, o que invalida análises que as vejam de uma forma essencialista, rígida, uniformemente dicotômica, universal e universalizante (Aboim, 2010; Connell, 2005). Nesse sentido, em vez de identificar e analisar a "masculinidade" no singular, deve-se procurar analisar a multiplicidade de expressões e significações do que significa ou pode significar "ser homem" (Aboim, 2010; Connell, 2005; Vale de Almeida, 2000). Nesta linha, e explorando a construção, manutenção e legitimação do patriarcado, Connell (2005) avança com o conceito de "masculinidade hegemônica". Com base na concepção gramsciana de hegemonia (Gramsci, 1971), o conceito de masculinidade hegemônica pode ser entendido e interpretado como uma norma cultural que continuamente liga os homens ao poder (Connell, 2005; Connell; Messerschmidt, 2005). De acordo com Connell, ele pode ser definida enquanto

⁹ Texto original: "Patriarchy is then seen as an institutionalization of male dominance in vertical structures, with very high correlations between position and gender, legitimized by the culture (e.g., in religion and culture), and often emerging as direct violence with males as subjects and females as objects" (Galtung, 1996, p. 40).



uma configuração de práticas de gênero que incorpora a resposta atualmente aceita para o problema da legitimidade do patriarcado, que garante (ou é levado a garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. (Connell, 2005, p. 77, tradução nossa)¹⁰

Refere-se, portanto, à dinâmica cultural pela qual é reivindicada para os homens uma posição de poder na hierarquia social de gênero. A relação entre discurso e identidade de gênero é muito próxima, se não mesmo de alimentação recíproca: através da construção e veiculação de discursos originam-se performances de gênero (Butler, 1990) – discursivamente enraizadas e legitimadas. A masculinidade hegemônica representa um ideal culturalmente imaginado (e discursivamente veiculado) do que significa ser, expressar e comportar-se como homem, estando geralmente associada a noções de racionalidade, coragem, resistência, robustez física, pujança sexual e liderança (Femiano; Nickerson, 2002; Katz; Earp, 1999). A associação desses traços e qualidade com a masculinidade pressupõe a identidade masculina como algo fixo, homogêneo e um estado de natureza de ser, em vez de um resultado e produto de processos sociais e culturais dinâmicos e, por conseguinte, heterogêneos e suscetíveis de serem desafiados, (re)construídos e transformados. Embora a masculinidade hegemônica seja normativa e não necessariamente expressa estatisticamente, ela representa um referencial a partir do qual todos os homens são identificados e categorizados numa lógica relativa (Connell; Messerschmidt, 2005, p. 832). Ela não é o padrão mais comum do comportamento e das vidas de meninos e homens, mas produz exemplares de masculinidade que informam e referenciam os comportamentos, as escolhas e as aspirações de meninos e homens (Connell; Messerschmidt, 2005, p. 846), assim como de meninas e mulheres (Heilman; Barker; Harrison, 2017). Homens que adotam traços consistentes com o ideal hegemônico de masculinidade afirmam sua alegada superioridade sobre mulheres e homens que estejam aquém desse padrão, consolidando sua posição geral de dominação sobre eles em termos físicos, intelectuais e sexuais (Heilman; Barker; Harrison, 2017). Da mesma forma, homens que apresentem características tradicionalmente entendidas como “femininas” (tais como sensibilidade, medo, hesitação, emoção, subordinação e passividade), não aderindo ao paradigma hegemônico de masculinidade ou a aspectos que esta integra, são invariavelmente ridicularizados e vistos como inferiores, sentindo-se subsequentemente, e não raras vezes, excluídos, marginalizados ou subordinados (Boni, 2002).

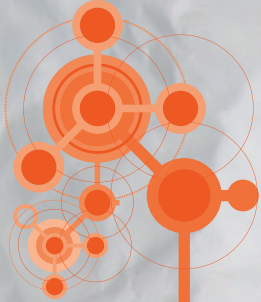
A CAMPANHA “É DE HOMEM” DA L'ORÉAL EM PORTUGAL

Portugal está equiparado a muitos outros países da União Europeia em termos de progresso global rumo à igualdade de gênero (Santos et al., 2016). No entanto, apesar dessa tendência positiva registrada, muitos homens ainda sentem um conflito grande entre papéis que lhes são tradicionalmente atribuídos e papéis não-hegemônicos, por exemplo, o de cuidadores (Wall; Aboim; Cunha, 2010), sendo esses papéis não raras vezes entendidos como opostos ou mesmo irreconciliáveis.

No que toca a publicidade, as mensagens veiculadas no país continuam, de alguma forma, a perpetuar estereótipos de gênero: a mulher é representada em papéis associados à família com carga afetiva e emocional, enquanto o homem é representado em papéis profissionais e com dimensão social preponderante (Pereira et al., 2013; Pereira; Veríssimo, 2008). Apesar disso, a tendência registrada é de que as figuras e as linhas estereotipadas se estejam a esbater (Pereira; Veríssimo, 2008).

A marca L'Oréal, tradicionalmente associada a linhas de cosmética femininas, lançou em Portugal, em 2015, uma campanha de publicidade para a linha de cuidados de corpo voltada especificamente para homens e intitulada “Men Expert”. Especificamente dedicada aos homens, a campanha adotou o seguinte slogan “É de homem!”. Embora objetivamente o slogan evoque o

¹⁰ Texto original: “At any given time, one form of masculinity rather than others is culturally exalted. Hegemonic masculinity can be defined as the configuration of gender practice which embodies the currently accepted answer to the problem of the legitimacy of patriarchy, which guarantees (or is taken to guarantee) the dominant position of men and the subordination of women” (Connell, 2005, p. 77).



consumidor para o qual esta linha de produtos foi criada, a expressão "É de homem!" procura sintetizar a ideia do que significa ser e se comportar como um homem "a sério", ou seja, tal como hegemonicamente considerado.

METODOLOGIA

A partir de uma abordagem de *Os estudos para a paz*, este artigo analisa criticamente o discurso (Fairclough, 1989, 1995) de cinco pôsteres publicitários que a L'Oréal criou para anunciar essa linha de produtos masculinos em Portugal e complementa com uma análise semiótica (Dyer, 1986; Saussure, 1966), relacionando texto e imagens com sistemas vigentes (patriarcais) de relações de poder e (potenciais) processos e mudanças socioculturais. Segundo Fairclough,

[o] método de análise do discurso inclui a descrição linguística do texto da linguagem, interpretação da relação entre os processos discursivos (produtivos e interpretativos) e o texto, e explicação da relação entre processos discursivos e processo sociais. (Fairclough, 1995, p. 97, tradução nossa)¹¹

Uma das características especiais dessa abordagem é a ligação entre a prática sociocultural e o texto, cujo objetivo é compreender não o texto explícito, mas sim como ele é articulado com a prática sociocultural da qual o discurso é parte, nomeadamente a relação com as hegemonias existentes (Fairclough, 1995). Pela análise semiótica conseguimos olhar para sistemas de sinais – verbais, visuais ou uma complexa mistura dos dois –, compreender suas representações e como produzem significado:

o significado de um anúncio depende da forma como opera, como os sinais e os seus efeitos "ideológicos" são organizados internamente (dentro do texto) e externamente (em relação à sua produção, circulação e consumo e em relação às relações tecnológicas, económicas, legais e sociais). (Dyer, 1986, p. 91, tradução nossa)¹²

De acordo com Saussure (1966), o signo é composto pelo significante e pelo significado, o primeiro é uma representação imediata de um objeto e o segundo funciona como algo capaz de fazer emergir conceitos a partir das imagens e referências presentes no conhecimento do sujeito que entra em contato com o objeto, interpretando, assim, o signo. Semelhante à lógica de conotação e denotação (Barthes, 1975; Dyer, 1986), a função do significado é ativada não por meio de um texto ou de uma imagem explícita, mas por meio das grelhas interpretativas dominantes em cada sociedade.

ANÁLISE

Este artigo analisa cinco pôsteres da campanha "É de homem!" da L'Oréal em Portugal, escolhidos com o critério de trazerem em evidência o slogan da campanha, uma vez que "[a] função da mensagem linguística [...] é 'ancorar' a variedade de significados possíveis, convidando algumas interpretações em vez de outras e resolvendo ambiguidades ou contradições na imagem" (Dyer, 1986, p. 103, tradução nossa).¹³

11 No original: "The method of discourse analysis includes linguistic description of the language text, interpretation of the relationship between the (productive and interpretative) discursive processes and the text, and explanation of the relationship between the discursive processes and the social processes" (Fairclough, 1995, p. 97).

12 Texto original: "What an ad means depends on how it operates, how signs and its 'ideological' effect are organized internally (within the text) and externally (in relation to its production, circulation and consumption and in relation to technological, economic, legal and social relations)" (Dyer, 1986, p. 91).

13 No original: "The function of the linguistic message – caption, headline, copy, etc. – is to 'anchor' the variety of possible meanings, inviting some interpretations rather than others and resolving ambiguity or contradictions in the image" (Dyer, 1986, p. 103).



Figura 1: “Banhinho é para meninos. Duche é de homem!”



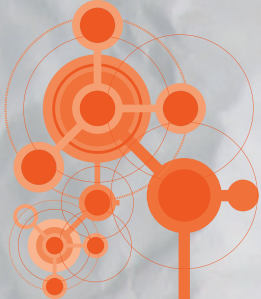
Fonte: L'Oréal (s.d.). Disponível em: <<https://bit.ly/2L2B5fq>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

O primeiro pôster anuncia a linha de gel de banho da marca e apresenta uma disposição estética limpa e sóbria, disposto majoritariamente à base de linhas retas, às quais é tradicionalmente atribuída uma significação masculina. As exceções a esse registro apresentam-se em algumas das cores do produto, como o laranja e o azul forte, e nas linhas curvilíneas do braço e tronco do modelo escolhido. Porém, ainda que em registro de exceção, são imagens congruentes com o padrão de masculinidade hegemônico: um braço muscularmente bem delineado, num significante clássico de robustez e virilidade; cor azul tradicionalmente atribuída ao sexo masculino e um laranja forte que, no contexto deste anúncio, acaba por reforçar a ideia de força atribuída à virilidade. Há também um lado de sensualidade viril que o anúncio deixa passar, visível tanto na opção pelo tronco nu, como na opção pelo fundo em gotas de água, que ilustra o contexto e utilidade do produto ao mesmo tempo que faz retornar sempre o público para um contexto de sobriedade e racionalidade, também atribuídos ao que tradicionalmente significa ser e comportar-se como um homem. Em termos de linguagem escrita, o slogan “Banhinho é para meninos, duche é de homem!” recupera a expressão idiomática portuguesa – “é para meninos” – usada quando se pretende transmitir uma ideia de hierarquia em que o que é fácil ou menor não é condizente com o estatuto de homem adulto. O banho é associado a um espaço de relaxamento, confortável, e mesmo feminino. O duche, comparativamente, tem um caráter mais utilitário, agressivo e de eficiência. Ao mostrar que só há uma forma de ser homem, o patriarcado, com claras expressões nesse anúncio, secundariza ou desqualifica todas as alternativas e, por seu turno, quem as toma: se só o duche é condizente com a condição de ser homem, por conseguinte todas as outras opções são “para meninos” (i.e., não apenas crianças, mas homens menores na sua condição de homens) ou mulheres.

Figura 2: “Jogar com sangue, suor e lágrimas é de homem!”



Fonte: L'Oréal (s.d.). Disponível em: <<https://bit.ly/2L2B5fq>>. Acesso em: 2 abr. 2018.



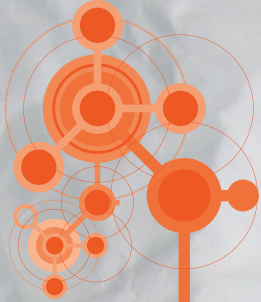
O segundo pôster publicita a linha de desodorantes, ilustrando-a com duas versões do produto, *roll-on* e *spray*. A estética do anúncio define-se pela aridez, representada pelo pano de fundo de pedra ao lado direito. A natureza dura do fundo de pedra recupera o referencial de masculinidade hegemônica associado a símbolos e significados de trabalho, aridez e secura, podendo ser associado à expressão popular "duro como uma rocha" ou ao ideal de que um homem se define pela capacidade de não transpirar, porque suficientemente forte para tal, ao realizar uma tarefa que outros considerariam difícil. Noutras palavras, o que é difícil para outros (mulheres, homens de perfil não hegemônico) é fácil para um homem "a sério", que é "tão homem" que nem mesmo transpira ao realizar uma tarefa por mais fisicamente exigente que esta seja. Por outro lado, contrasta com a simbologia do suor apresentada no slogan e na fotografia de um homem em tronco nu, musculoso, com uma linguagem corporal clara de sedução, tornando anúncio mais polivalente e plural em relação aos ideais de masculinidade hegemônica: a virilidade é o denominador comum e é representada tanto pela agressividade (tipicamente masculinidade hegemônica) como pela sensualidade (masculinidade não-hegemônica ou feminilidade). O slogan "jogar com sangue suor e lágrimas é de homem!" releva esta dualidade, por um lado, recusando a ideia de que um "homem que é homem não chora", mas por outro, validando o valor de um homem que é tão masculino que não transpira (mesmo quando a tarefa é dura e difícil). A transpiração aqui, em oposição às lágrimas, é vista como um sinal de fraqueza de se "ser homem". Dualidade e contraste também estão representados pela descrição desses produtos (i.e. "Carbon Protect"), sendo o carbono a matéria da qual se extraem duas substâncias com características antagônicas: o grafite (suave) e o diamante (duro). A pluralidade na escolha do carbono para representar esses produtos da marca também referencia a capacidade do carbono de se conjugar e compatibilizar com vários outros elementos, abrindo algum espaço para a exploração da hibridez e fluidez das identidades de gênero. Porém, apesar da existência de hibridez, o subtexto dominante subscreve e recupera o ideário da masculinidade hegemônica do que significa ser e comportar-se como um homem. Mesmo desafiando concepções prevalentes e dominantes em termos de identidade de gênero, o registo do anúncio orienta o consumidor para a universalização da atribuição de determinadas características e comportamentos a uma identidade de gênero que se quer fixa.

Figura 3: "Cuidar da barba é de homem"



Fonte: L'Oréal (s.d.). Disponível em: <<https://bit.ly/2L2B5fq>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

O anúncio publicita a linha de barbear da marca recorrendo a uma estética sóbria e tranquila, conseguida tanto pelo recurso à textura e aos tons da madeira como pano de fundo quanto pela opção por uma figura de um homem com um perfil mais maduro, conjugado com alguma irreverência. Sendo a madeira um dos materiais mais antigos de construção (profissão predominantemente masculina), o anúncio recupera metaforicamente um símbolo de tradição, confiança e solidez. Reforçando a conotação da tradição, identificamos vários elementos. Em primeiro lugar, o laço desmanchado do homem da foto: o laço é uma alternativa mais antiga para atar a gravata do que o nó e ainda hoje é usado, sobretudo em eventos mais clássicos ou tradicionais. Do mesmo modo, o recurso a madeira, como um material de construção tradicional e, finalmente, o poste de barbeiro no canto superior direito reforça a conotação de tradição. Por outro lado, o registo de alguma descontração, assim



como o laço desfeito, abre as portas para formas de representar o que significa ser e comportar-se como um homem não necessariamente convencionais.

Do lado esquerdo do anúncio, um homem relaxado, mas com ar sedutor, confiante e preparado com uma barba curta faz dialogar com a ideia tradicional de que um homem tem sempre a barba impecavelmente aparada e a face limpa com a tendência atual de homens com barba rarefeita, o que encerra de alguma forma multiplicidades, ainda que dentro de um determinado padrão de masculinidade. O subtexto implícito no slogan “cuidar da barba é de homem!” remete precisamente para a conotação de que os cuidados com a beleza já não são mais vistos como um traço ou preocupação feminina, demonstrando a evolução no ideário de masculinidade hegemônica e dominante. Também o homem na imagem aparenta ser mais velho do que o homem dos anúncios anteriores, possivelmente uma referência simbólica de que a linha “É de homem!” também abarca um público mais maduro e/ou com um perfil de sensatez, e não exclusivamente novo e/ou musculado. Quer uma quer outra opção, ainda que apontem para perfis distintos, subscrevem de alguma forma o que tradicionalmente se convencionou como sendo “de homem”.

Nota-se também o contraste entre o modelo, fotografado em preto e branco e com a camisa e laço aberto, sugerindo um momento específico de fim de noite, e o fundo de madeira, colorido. A dualidade entre os dois elementos evoca a oposição entre noite e dia, cuja conotação remete uma vez mais para a maturidade. Um homem confiante, relaxado e sedutor no fim da noite só é possível porque ele se preparou antes, conotação reforçada pela utilização da madeira como símbolo de envelhecimento e amadurecimento prestigioso. O homem, comparável à madeira, que se for bem cuidada e tratada, tem mais valor.

Figura 4: “Vencer o cansaço é de homem!”



Fonte: L'Oréal (s.d.). Disponível em: <<https://bit.ly/2L2B5fq>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

O anúncio apresenta a figura de um homem reflexivo recuperando a imagem de que um homem é racional, intelectual e lúcido. Porém, a reflexividade e a racionalidade não impedem a emoção: a linguagem facial também pode denotar hesitação, cansaço ou sofrimento. A figura é evocativa do paradigma de *O pensador* de Rodin ou à escultura de Lorenzo de Médici, feita por Michelangelo. *O pensador* também evoca Dante Alighieri e os Círculos de Inferno, é simultaneamente símbolo de um ser com corpo (e alma) torturado e um homem de pensamento livre e determinado a ultrapassar seu sofrimento interno. A imagem é, porém, ancorada num *slogan* mais físico e que dialoga com a ideia de força e dureza que tradicionalmente se associa a ser homem. O *slogan* “Vencer o cansaço é de homem!” remete para a noção de masculinidade em que a força e o valor de um homem de verdade o obrigam a nunca se dar por vencido, mesmo quando exausto.

Aqui mais uma vez está presente o contraste entre cores, sugerindo um sintagma. A foto em preto e branco evocando o cansaço ou a angústia dá lugar a um fundo preto, do qual irrompe o produto, numa explosão de cor, semelhante a uma pedrada no charco, transmitindo a noção de fonte de energia que o produto vende.

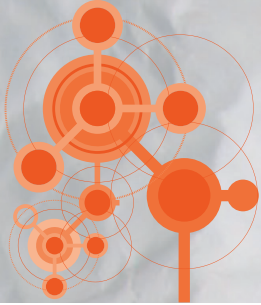


Figura 5: "Bolas grandes é de homem!"



Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

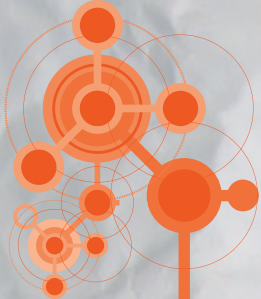
O anúncio com um fundo negro ressalta a embalagem, também ela negra, do desodorante da marca, que é o incontestável protagonista do pôster. Ainda que fundo e embalagem sejam da mesma cor, a última é identificada pela delimitação de seu contorno em laranja-fogo, conferindo pujança e evidenciando seu formato fálico. O jogo de cores não aparenta ser inocente: o uso predominante do preto sugere uma alusão ao estereótipo de maior tamanho e dimensão fálica. A intenção comercial é fazer sobressair a originalidade do produto – uma bola de *roll-on* com diâmetro acima da média. Porém, além de constituir a originalidade do produto, a bola XXL, como o anúncio explicita de forma textual, liga-se ao público através de uma conotação sexual clara associada ao homem enquanto ser sexualmente pujante. O jogo aqui é, como afirma Torres (2016), dizer e não dizer ao mesmo tempo: "Diz em simultâneo 'desodorizante com bola grande para homem' e apenas sugere que 'um homem a sério', que tenha as 'bolas grandes', deve usar este produto se realmente é 'macho'. Como o desodorante só tem uma bola, o uso do plural ['Bolas Grandes'] denuncia o segundo sentido". Dessa forma, há uma clara recuperação e validação de uma concepção hegemônica de masculinidade assente na pujança e no domínio sexual do homem, sem abertura a expressões mais híbridas ou fluídas do que significa ser e comportar-se como um homem.

CONCLUSÃO

As masculinidades e feminilidades são social (Connell; Messerschmidt, 2005) e semioticamente (Santos, 2004) construídas e a publicidade veiculada pelos meios de comunicação é uma das esferas com grande potencial de modelação social, especialmente no que toca as identidades de gênero (Femiano; Nickerson, 2002).

A publicidade tem essa capacidade, uma vez que, querendo seduzir o consumidor para potencializar o lucro da marca, ela recupera, dialoga e muitas vezes subscreeve a ordem ideológica vigente. No caso das identidades de gênero, e apesar de masculinidades e feminilidades serem cada vez mais abertamente complexas e múltiplas, a publicidade opta frequentemente pela recuperação do estereótipo, privilegiando entendimentos hegemônicos e implicitamente tóxicos de masculinidade.

Estudos mostram que, particularmente entre jovens, a visualização frequente de conteúdos mediatizados com representações tradicionais de gênero é correlacionada com uma visão rígida dos papéis de gênero baseada em estereótipos sobre atividades



e ocupações (Nathanson et al., 2002), cuidado e tarefas domésticas (Signorielli; Lears, 1992) e atributos que meninos e meninas devem ter (Ward, 2016). Essas representações midiáticas não são apenas expressas em personagens hipermasculinizadas. Há outras fórmulas mais sutis, como mostrou a campanha da L'Oréal, que se assumindo como contra-hegemônicas (e.g. cuidar do corpo) por serem concebidas quase em oposição ao ideal de masculinidade hegemônica, reproduzem também modelos sexistas e patriarcais.

A ambiguidade da campanha da L'Oréal reflete a permanente (des)construção e heterogeneidade das concepções dominantes de masculinidade. Na verdade, os homens não estão aprisionados a um padrão único de masculinidade, mas antes fazem escolhas específicas, consoante a situação, dentro de um repertório cultural de comportamentos masculinos possíveis (Petersen, 1998; Wetherell; Edley, 1999).

Com a campanha publicitária, a linha "É de Homem!" da marca L'Oréal, querendo publicitar produtos de beleza e cuidados com o corpo, normalmente associados a masculinidades não hegemônicas ou a feminilidades, adotou um ponto de entrada no imaginário de seus consumidores e público-alvo (homens) para negociar com estes últimos que a ideia de cuidado e tratamento cosmético é compatível com a autenticidade de masculinidade hegemônica idealizada. Está presente, então, uma tentativa de (re)negociação do significado de masculinidade hegemônica: ao mesmo tempo que reproduzem alguns elementos estabelecidos ou de senso comum da masculinidade hegemônica (e.g., superioridade de um ideal de masculinidade e inferiorização dos restantes), incluem também valores ou padrões menos consagrados (e até contraditórios), revelando o poder na irradiação de mensagens menos presentes, mas com um potencial de transformação positiva.

A masculinidade hegemônica, como outras hegemonias, não é estanque. Varia conforme os contextos histórico e cultural, apropriando e descartando traços anteriormente considerados indispensáveis ou antagônicos. As concepções do que significa ser homem (e mulher) são, nesse sentido, também elas fluidas e mutáveis, desenvolveram-se ou evoluíram ao longo do tempo, ainda que sempre dentro de estruturas patriarcais. Hoje em dia, num contexto português em que há aumento de taxas de parentalidade, maior igualdade de gênero no trabalho e homens no papel de cuidadores, a campanha da L'Oréal dirige-se ao público masculino e aborda, de certa forma, a multiplicidade de masculinidades, contudo, em grande medida, opta por recuperar uma concepção tradicional do que significa ser homem, contribuindo para a perpetuação de uma cultura de violência.

REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia. *Plural masculinities: the remaking of the self in private life*. Surrey: Ashgate, 2010.

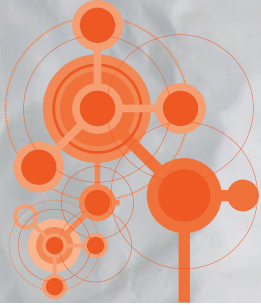
ARAÚJO, Simone de. *O gênero na propaganda: suas representações e dinâmicas na publicidade de televisão*. [S.l.]: BiblioMundi, 2018.

BARTHES, Roland. *S/Z*. London: Cape, 1975.

BONI, Federico. Framing media masculinities: men's lifestyle magazines and the biopolitics of the male body. *European Journal of Communication*, Thousand Oaks, v. 17, n. 4, p. 465-478, dez. 2002.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

CARO, Antonio. La publicidad como dispositivo operacional. *Pensar la Publicidad*, Madrid, v. 2, n. 2, p. 81-106, 2008.



CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours*. Paris: Hachette, 1983.

CONDOR, Susan. Social stereotypes and social identity. In: ABRAMS, Dominic; HOGG, Michael. (Eds.). *Social identity theory: constructive and critical advances*. London: Harvester Wheatsheaf, 1990.

CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2005.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. *Gender & Society*, Thousand Oaks, v. 19, n. 6, p. 829-859, dez. 2005.

DYER, Gillian. *Advertising as communication*. London: Routledge, 1986.

EDLEY, Nigel; WETHERELL, Margaret. *Men in perspective: practice, power and identity*. London: Prentice Hall, 1995.

ENLOE, Cynthia. The persistence of patriarchy. *New Internationalist*, Northampton, 1º out. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2yxJ1xF>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. London: Longman, 1989.

_____. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. London: Longman, 1995.

FEMIANO, Sam; NICKERSON, Mark. How do media images of men affect our lives? *Media & Values*, Malibu, v. 48, 2002.

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. *Journal of Peace Research*, Ann Arbor, v. 27, n. 3, p. 291-305, ago. 1990.

_____. *Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization*. London: Sage, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the prison notebooks*. New York: International Publishers, 1971.

HALLAHAN, Kirk et al. Defining strategic communication. *International Journal of Strategic Communication*, Abingdon, v. 1, n. 1, p. 3-35, mar. 2007.

HEILMAN, Brian; BARKER, Gary; HARRISON, Alexander. *The man box: a study on being a young man in the US, UK, and Mexico*. Washington, DC: Promundo, 2017.

JABRI, Vivienne. *Discourses on violence*. Manchester: Manchester University Press, 1996.

JANUÁRIO, Soraya Barreto. *Masculinidades em (re)construção: gênero, corpo e publicidade*. Covilhã: LabCom, 2016.

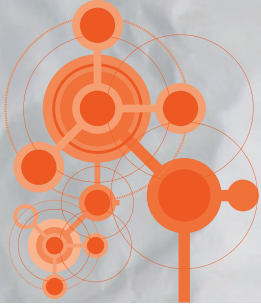
JEONG, Ho-Won. *Peace and conflict studies: an introduction*. Aldershot: Ashgate, 2000.

KATZ, Jackson; EARP, Jeremy. *Media Education Foundation study guide: tough guise – violence, media & the crisis in masculinity*. Northampton: Media Education Foundation, 1999.

LENDREVIE, Jacques; LÉVY, J. *Mercator*. 11. ed. Paris: Dunod, 2014.

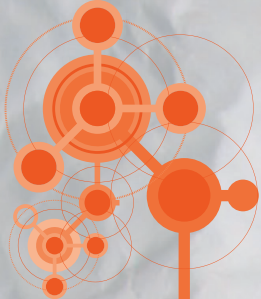


- LIGAS, Mark; COTTE, June. The process of negotiating brand meaning: a symbolic interactionist perspective. In: ARNOULD, Eric; SCOTT, Linda. (Eds.). *Advances in Consumer Research*. Provo: ACR, 1999. (Volume 26). p. 609-614.
- MCLUHAN, Marshall. *Understanding media: the extension of men*. Cambridge: MIT Press, 1994.
- NATHANSON, Amy et al. Counteracting the effects of female stereotypes on television via active mediation. *Journal of Communication*, Hoboken, v. 52, n. 4, p. 922-937, 2002.
- O'SHAUGHNESSY, John; O'SHAUGHNESSY, Nicholas. *Persuasion in advertising*. New York: Routledge, 2004.
- PEREIRA, Francisco Costa et al. Estereótipos de género, sexo e violência na publicidade portuguesa e espanhola. *Comunicação e Sociedade*, Braga, v. 23, p. 254-273, 2013.
- PEREIRA, Francisco Costa; VERÍSSIMO, Jorge. A Mulher na publicidade e os estereótipos de Género. *Observatorio (OBS*) Journal*, Lisboa, v. 5, p. 281-296, 2008.
- PETERSEN, Alan. *Unmasking the masculine: "men" and "identity" in a sceptical age*. London: Sage, 1998.
- PILCHER, Jane; WHELEHAN, Imelda. *Fifty key concepts in gender studies*. London: Sage, 2004.
- PUREZA, José Manuel. Estudos sobre a paz e cultura da paz. In: _____. (Ed.). *Para uma cultura da paz*. Coimbra: Quarteto, 2001. p. 7-17.
- RASQUILHA, Luís. *Publicidade: fundamentos, estratégias, processos criativos, planeamento de meios e outras técnicas de comunicação*. Lisboa: Gestão Plus, 2009.
- SANTOS, Maria Inês Detsi de Andrade. *Gênero e comunicação: o masculino e o feminino em programas populares de rádio*. São Paulo: Annablume, 2004.
- SANTOS, Sofia José et al. *A situação da paternidade envolvida e não-violenta em Portugal*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2016.
- SAREN, Mike et al. *Critical marketing: defining the field*. Oxford: Elsevier, 2007.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Course in general linguistics*. New York: McGraw-Hill, 1966.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy; BOURGOIS, Philippe. *Violence in war and peace: – an anthology*. London: Blackwell, 2004.
- SCOTT, Linda. *Images in advertising: the need for a theory of visual rhetoric*. *Journal of Consumer Research*, Ann Arbor, v. 21, n. 2, p. 252-273, 1994.
- SHEPHERD, Laura. *Gender, violence and security: discourse as practice*. New York: Zed Books, 2008.
- SHOEMAKER, Pamela et al. Individual and routine forces in gatekeeping. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, Thousand Oaks, v. 78, n. 2, p. 233-246, 2001.



- SIGNORIELLI, Nancy; LEARS, Margaret. Children, television, and conceptions about chores: Attitudes and behaviors. *Sex Roles*, New York, v. 27, n. 3/4, p. 157-170, 1992.
- TORRES, Eduardo Cintra. L'Oréal: "Bolas grandes é de homem!" *Jornal de Negócios*, Lisboa, 31 mar. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2JmJ7tV>>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- TUTEN, Tracy. *Advertising 2.0: social media marketing in a web 2.0 world*. London: Praeger, 2008.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 2000.
- VERÍSSIMO, Jorge Domingos Carapinha. *A publicidade da Benetton: um discurso sobre o real*. Coimbra: Minerva, 2001.
- VESTERGAARD, Torben; SCHRODER, Kim. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- VOLLI, Ugo. *Semiótica da publicidade: a criação do texto publicitário*. Lisboa: Edições 70, 2003.
- WALL, Karin; ABOIM, Sofia; CUNHA, Vanessa. *A vida familiar no masculino: negociando novas e velhas masculinidades*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2010.
- WARD, Monique. Media and sexualization: state of empirical research, 1995-2015. *Journal of Sex Research*, New York, v. 53, n. 4/5, p. 560-577, 2016.
- WENDEN, Anita. Defining peace: perspectives from peace research. In: SCHÄFFNER, Christina; WENDEN, Anita. *Language and peace*. 3. ed. Abingdon: Routledge, 1995. p. 3-16.
- WERNICK, Andrew. Advertising and ideology: an interpretative framework. *Theory, Culture and Society*, London, v. 2, n. 1, p. 16-33.
- WETHERELL, Margaret; EDLEY, Nigel. Negotiating hegemonic masculinity: imaginary positions and psycho-discursive practices. *Feminism and Psychology*, Thousand Oaks, v. 9, n. 3, p. 335-356, 1999.
- WILLIAMSON, Judith. *Decoding advertisements*. London: Marion Boyars, 1978.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Violence*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Texto recebido em 13.04.2018 e aprovado em 11.05.2018.



Comunicação, violência e problemas sociais: uma leitura construcionista

Communication, violence and social problems:
a constructionist reading

Comunicación, violencia y problemas sociales:
una lectura construcccionista



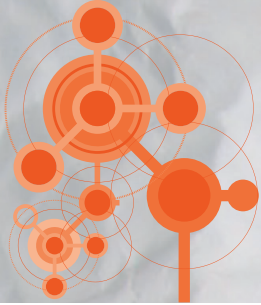
Felipe Tavares Paes Lopes

- Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso)
- Pós-doutorados na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Fundação Getulio Vargas (FGV)
- Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP)
- Estágio doutoral na Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha)
- Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
- Graduado em Comunicação Social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) em Filosofia pela USP
- E-mail: lopesftp@gmail.com



Mariana Prioli Cordeiro

- Docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)
- Pós-doutorado no Instituto de Psicologia da USP
- Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
- Estágio doutoral na Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha)
- Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP
- Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)
- E-mail: mpriolicordeiro@usp.br



Resumo

Este trabalho objetiva contribuir para o desenvolvimento dos debates realizados no campo de Estudos de paz, discutindo a pertinência da perspectiva construcionista como ferramenta teórica de análise dos conflitos violentos. Num primeiro momento, apresentamos algumas das principais definições e explicações sobre esses conflitos. Em seguida, debruçamo-nos sobre a perspectiva construcionista e abordamos o processo de construção desses conflitos e sua transformação em problemas sociais, enfatizando a importância da linguagem. Por fim, analisamos o papel da mídia nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO • VIOLÊNCIA • PROBLEMAS SOCIAIS • LINGUAGEM • CONSTRUCIONISMO.

Abstract

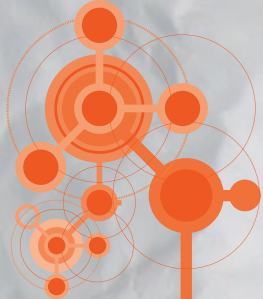
This paper aims to contribute to the development of the discussion in the Peace Studies field, focusing on the relevance of the constructionist perspective as a theoretical tool for the analysis of violent conflicts. Therefore, we present some of the main definitions and explanations about these conflicts. Then, we discuss the constructionist perspective, the construction of these conflicts and their transformation into social problems, emphasizing the importance of language. Finally, we analyze the role of the media in this process.

KEYWORDS: COMMUNICATION • VIOLENCE • SOCIAL PROBLEMS • LANGUAGE • CONSTRUCTIONISM.

Resumen

Este trabajo objetiva contribuir al desarrollo del campo de los Estudios para la Paz, discutiendo la pertinencia de la perspectiva construcccionista como herramienta de análisis de conflictos violentos. En un primer momento, presentamos algunas de las principales definiciones y explicaciones sobre esos conflictos. A continuación, nos centramos en la perspectiva construcccionista y abordamos el proceso de construcción de esos conflictos y su transformación en problemas sociales. Por último, analizamos el rol de los medios en este proceso.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN • VIOLENCIA • PROBLEMAS SOCIALES • LENGUAJE • CONSTRUCIONISMO.



INTRODUÇÃO

Os Estudos de paz¹ (*Peace Studies*) têm se mostrado um campo fértil de discussão sobre as manifestações de violência e paz nas diversas esferas da vida social, contribuindo para desconstruí-las, problematizá-las e, com isso, aprofundar teoricamente o tema. Johan Galtung (2003), um dos mais influentes estudiosos da área, já chamava a atenção para os problemas decorrentes da tradição secular de identificar a paz com ausência de guerra. Para o autor, a paz é muito mais do que isso: possibilita a gestão criativa e não violenta do conflito.

Essa noção de paz assenta-se numa interessante concepção de violência, compreendida como a causa da diferença entre o potencial e o efetivo. A violência, segundo Galtung (1985), é aquilo que aumenta a diferença entre o que é e o que poderia ter sido. Conforme Fisas e Grasa (1985), uma das vantagens analíticas dessa concepção é que ela não restringe a violência a uma de suas formas possíveis: a direta e física². Ao contrário, ela abarca, também, as injustiças e desigualdades sociais, vistas como fenômenos estruturalmente violentos, além de jogar luz sobre as conexões entre violência e cultura.

Ao debruçar-se sobre o conceito de violência cultural, Galtung (2003) chama a atenção para o fato de que o âmbito simbólico da nossa existência (materializado na religião, na ideologia, nas artes etc.) pode servir para legitimar e justificar as mais diferentes formas de violência. Ainda que analiticamente profícua, consideramos que essa conceituação tende a não dar a devida importância ao caráter eminentemente constitutivo da linguagem na produção da realidade – e, conseqüentemente, da(s) violência(as) (Lopes, 2013). Afinal, se, por um lado, ela não deixa de ser um convite para se pensar as relações entre cultura e violência; por outro, ela subestima o poder de agenciamento da cultura nessa relação. Legitimar significa representar uma relação ou um acordo social como justo e digno de apoio (Thompson, 2000) – o que pressupõe que haja uma anterioridade dessa relação ou acordo ao ato de legitimar. Com efeito, quando Galtung (2003) concebe a legitimação como *o* (e não *um*) modo de operação da violência cultural, ele perde de vista que a cultura não serve apenas para reproduzir condições previamente tipificadas como violentas, mas também para estabelecê-las, no sentido que ela pode criá-las ativamente.

Tomemos como exemplo a pena capital. Um filósofo pode escrever um tratado que procure defender esse tipo de sentença. Nesse caso, podemos falar em violência cultural, no sentido dado por Galtung. Afinal, uma forma simbólica foi produzida para justificar uma prática considerada violenta previamente existente. No entanto, tal noção não consegue lidar satisfatoriamente com outra situação. Para que haja a aplicação da pena capital, é preciso que um juiz sentencie “culpado”. Sem a emissão do som dessa palavra, não há condenação. Concretamente, a linguagem, nesse caso, não justificou ou legitimou a pena capital; o que fez foi instituir uma condenação e, conseqüentemente, produzir um condenado.

A relação entre cultura e violência é, pois, dialética: ao mesmo tempo em que práticas e relações consideradas violentas administram e limitam expressões significativas de vários tipos – a interação entre escravos e senhores é, por exemplo, marcada pelo rigoroso controle da informação por parte principalmente dos primeiros; essas expressões configuram essas práticas e relações, podendo não apenas sustentá-las, mas, também, estabelecê-las, como acabamos de ver. Com efeito,

¹ A expressão *peace studies* foi traduzida para o português de diferentes maneiras: estudos para a paz (Pureza, 2011); estudo da paz (Silva, 2002), estudos de paz (Amaral, 2015), entre outras. Neste artigo, optamos por utilizar a última expressão. Afinal, ela nos permite evitar a conotação instrumental da primeira e, ao mesmo tempo, reconhecer o caráter plural da paz, ocultado pela segunda.

² Mesmo que implicitamente, essa noção restrita de violência norteia, ainda hoje, parte das produções sobre o tema. Por exemplo: uma forma recorrente de se mensurar e comparar os índices de violência no futebol é por meio da contabilização dos homicídios relacionados aos confrontos entre torcedores e entre eles e a polícia. Essa contabilização, todavia, deixa de fora uma série de práticas que, a partir de uma perspectiva mais ampla, poderiam ser consideradas violentas, tais como cantos homofóbicos, expressões racistas ou, até mesmo, a elitização do futebol, que exclui a classe trabalhadora de uma forma de lazer apreciada por parte significativa da população brasileira (Lopes; Palhares, 2016).



baseando-nos na perspectiva construcionista, entendemos que a linguagem não deve ser entendida meramente como um instrumento que, sob certas circunstâncias, pode representar como justas e dignas de apoio formas de violência que ocorrem num mundo pré-simbólico. Ela não é uma roupagem com a qual esconderíamos a violência (supostamente) contida em determinadas condições com a finalidade de justificá-las; mas condição necessária para a própria constituição dessas condições, ou seja, sem linguagem, não há violência.

Sendo assim, neste artigo, objetivamos contribuir para o desenvolvimento dos debates realizados no campo de Estudos de paz ao discutir a pertinência da perspectiva construcionista como ferramenta teórica de análise científica dos conflitos violentos. Para tanto, organizamos o trabalho em três seções: na primeira, reconhecendo que qualquer reflexão teórico-metodológica sobre a violência pressupõe o reconhecimento da complexidade, polissemia e controvérsia desse objeto, apresentamos algumas das principais definições e explicações sobre ele. Em seguida, debruçamo-nos sobre a perspectiva construcionista e analisamos a importância da linguagem no processo de construção social da violência. Por fim, analisamos o papel dos meios de comunicação nessa construção.

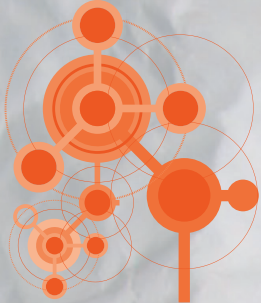
TEORIAS DE VIOLÊNCIA: DEFINIÇÕES E EXPLICAÇÕES EM DISPUTA

Minayo e Souza (1997) dividem as abordagens teórico-metodológicas que se debruçam sobre o tema da violência em quatro grandes grupos heterogêneos: o primeiro é formado por teorias que consideram que a violência é um fenômeno extraclassista, a-histórico, universal e inevitável, que serve como mero instrumento técnico para refletirmos sobre as realidades sociais.

Fazem parte desse primeiro grupo abordagens que seguem o modelo instintivista, oriundo da biologia, genética e etologia social. Nele, a agressividade é considerada parte do instinto de sobrevivência e uma forma natural de reação dos animais diante de situações de ameaça e perigo (Minayo; Souza, 1997). Como exemplo desse grupo, as autoras citam a biologia social, que considera que os ritmos sociais e os biológicos são incompatíveis, já que as sociedades são capazes de se transformar de uma maneira muito mais dinâmica do que os indivíduos que a compõem. Assim, os indivíduos seriam geneticamente incapazes de se adaptar às mudanças sociais, o que alteraria seus mecanismos de adaptação psíquica e psicobiológica. “O ser humano seria, então, por natureza, antissocial, e as questões de conflito e luta resultariam de sua tendência irrefreável e ‘biológica’ ao domínio dos outros” (Minayo; Souza, 1997, p. 516).

Domènech I Argemí e Iñiguez Rueda (2002) sustentam que o modelo instintivista influenciou várias abordagens psicológicas – inclusive a Psicanálise. Afinal, nela, a agressividade também é considerada algo instintivo (ou pulsional), que visa à autoconservação. O que a diferenciaria das teorias biológicas é, principalmente, o fato de que considera que a agressividade possui uma função constitutiva da personalidade humana. Para os autores, explicações pautadas no caráter inevitável dos instintos possuem consequências sociais, políticas e ideológicas: “a introdução de modificações neste esquema é impossível, ou muito difícil, o que faz com que as dependências de variáveis mais sociais ou relacionais pareça impossível, tanto no plano teórico como no de intervenção social” (Domènech I Argemí; Iñiguez Rueda, 2002, p. 2, tradução nossa).

O segundo grupo engloba as teorias que enfatizam as raízes sociais da violência. Entre elas estão as abordagens que tratam a violência como um produto dos efeitos disruptivos dos acelerados processos de mudança social – sobretudo da industrialização e da urbanização (Minayo; Souza, 1997). Merton (1968) e Huntington (1968), expoentes dessa corrente, defendem que a industrialização provocou um intenso movimento migratório em direção às periferias das grandes cidades, onde as pessoas passaram a viver em condições de extrema pobreza e desorganização social. Lá, a miséria, a aglomeração de pessoas, a perda de referências familiares e culturais teriam favorecido a formação de subculturas periféricas que, ao viverem à margem das normas e leis sociais, passaram a constituir as chamadas “classes perigosas”. Assim, para os autores,



as grandes cidades não seriam propriamente a causa da violência, mas o lócus privilegiado da dissociação entre aspirações culturais e “possíveis sociais” (Minayo; Souza, 1997).

Minayo e Souza (1997, p. 518-519) criticam esse modelo explicativo, pois consideram que a lógica estrutural-funcionalista que o sustenta

supõe uma sociedade homogênea e estável com normas, padrões e valores dados, eternos, esquecendo a natureza sócio-histórica e a origem de classes das definições sociais. É como se o movimento de mudanças exercesse uma força de atração sobre os atores sociais, arrastando-os para condutas criminosas e violentas. Migração interna, favelização, condições precárias de vida, desemprego, acesso reduzido à escolaridade seriam geradores de comportamentos desviantes. Ao reduzir a violência a crime e delinquência e ao encarar como “criminosa potencial” a população imigrante e pobre das classes trabalhadoras, os seguidores da corrente que enxerga a transição como portadora de violência não levam em conta a violência estrutural, a violência de Estado e a cultural, que quase sempre aparecem naturalizadas.

O terceiro grupo é composto pelas abordagens que consideram a violência uma estratégia de sobrevivência das camadas mais pobres da população, que sofrem na pele as contradições gritantes do capitalismo. Inspirados principalmente em Sorel (1970) e Engels (1974), os teóricos que fazem parte dessa corrente tendem a defender que as desigualdades sociais, o desemprego, a miséria e as poucas oportunidades de ascensão social levariam as pessoas pobres a se rebelarem para tentar recuperar o excedente de que foram expropriadas (Minayo; Souza, 1997).

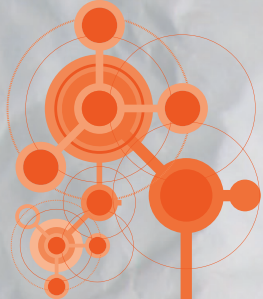
Entretanto, para Trassi e Malvasi (2010), reduzir a violência a questões econômicas limita o alcance desse conceito. Afinal, consideram que se trata de um fenômeno complexo e multideterminado, portanto, seu estudo deve levar em conta não somente aspectos econômicos, mas também históricos, sociais, culturais, psicossociais, religiosos, demográficos etc.

Por fim, fazem parte do quarto grupo, as teorias que explicam a violência e o crescimento dos índices de criminalidade pela falta de autoridade do Estado – sendo esta entendida como poder repressivo e dissuasivo dos aparatos jurídicos e policiais (Minayo; Souza, 1997). Como exemplo dessa corrente, as autoras citam Coelho (1987), para quem a delinquência é um “fruto anômalo que se desenvolve à sombra da conivência e apatia das autoridades e dos aparelhos repressivos” (Minayo; Souza, 1997, p. 520).

Para Minayo e Souza (1997), tal postura apresenta uma série de problemas. Em primeiro lugar, tende a ocultar o fato de que a violência é um importante instrumento de domínio econômico e político das classes dominantes. Além disso, veicula a crença na neutralidade do Estado. Trata-o como se fosse um mero garantidor do bem-estar social, que arbitra conflitos e mantém a ordem, sem ser “contaminado” por questões de classe, interesses econômicos ou políticos. Reduz a violência à delinquência. Transforma-a em uma conduta patológica de indivíduos, ao mesmo tempo em que absolutiza o papel autoritário do Estado no desenvolvimento socioeconômico das sociedades contemporâneas.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA: O PAPEL DA LINGUAGEM

Conforme acabamos de indicar, a violência é um conceito controverso. Afinal, são muitos os discursos que circulam acerca de sua definição, causas, explicações. Para uns, é algo instintivo; para outros, é um efeito de determinações sociais. Há quem diga que é uma estratégia de resistência diante das mazelas sociais; enquanto outros defendem que ela indica uma patologia individual... Tais discursos não são um mero retrato da violência, ou a tradução em palavras de um gesto de agressão. Mas são discursos posicionados, contextualizados, relativos a campos do saber específicos, a momentos históricos, valores, culturas, interesses. São discursos que dependem dos recursos interpretativos disponíveis – e, como



nos lembram Domènech I Argemí e Iñiguez Rueda (2002), seria ingênuo pensar que tais recursos estão à margem dos interesses e jogos de poder que atravessam toda formação social.

Munindo-nos de argumentos construcionistas, consideramos que discursos são ações. Afinal, dizer é sempre fazer (Austin, 1962). Fazer pensamentos, identidades, relações sociais. O discurso não é um mero veículo que permite a exteriorização de ideias. Ao contrário, é sua própria condição. Condição de pensamentos e de todas as outras realidades possíveis. Para vertentes do construcionismo (Ibáñez, 2001), é preciso, contudo, diferenciar o discurso sobre o ser e sobre a realidade. O discurso sobre essa última tem como objeto um determinado modo de ser, e não o ser em si. Assim, quando se posicionam contra o mito da realidade independente de nós, não advogam a favor do idealismo ou do solipsismo. Existe algo com total independência do que podemos individualmente pensar, dizer, desejar? Sem dúvida! Não se trata de negar a existência do ser, mas de afirmar, com todas as letras, que suas formas, conteúdos, estruturas e características dependem completamente de nós – sujeitos histórica, social, cultural e biologicamente determinados. Em suma: somos nós quem “colocamos” as coisas na realidade, mas não podemos “colocá-las” arbitrariamente. O limite da nossa liberdade de escolha é o da nossa própria constituição.

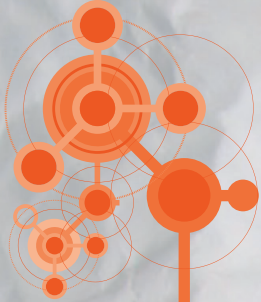
Sendo assim, não devemos cair na traiçoeira ilusão de acreditar que somos donos absolutos de nossos próprios discursos. Estes não são ficções desenfreadas, que configuramos ao nosso bel-prazer (Spink; Frezza, 2000). Não manipulamos a linguagem da forma como bem entendemos. Em certo sentido, a linguagem é que nos molda, orientando aquilo que podemos e aquilo que não podemos dizer. É preciso, no entanto, guardarmos aqui certa reserva em relação à tradição estruturalista, que vê o sujeito “principalmente como um produto ou idealização de sistemas simbólicos que o precedem” (Thompson, 1998, p. 183). O sujeito não é inteiramente definido por esses sistemas, uma vez que seu processo de apropriação é ativo e potencialmente crítico, “no qual as pessoas estão envolvidas num contínuo esforço para entender, um esforço que procura dar sentido às mensagens que recebem, responder a elas e partilhá-las com outros” (Thompson, 2000, p. 37). Em suma: tais sistemas, como ocorre num jogo de xadrez, definem o que está e o que não está aberto ao sujeito, mas é este quem define a jogada.

Diante disso, podemos afirmar, conforme já antecipamos, que os processos constitutivos dos discursos devem ser vistos em termos dialéticos, na medida em que seu impacto depende da forma como interagem com seus receptores (Fairclough, 2008). Com efeito, não podemos perder de vista o aspecto contextual de todo discurso. A forma como este é construído, transmitido e recebido, bem como o sentido e o valor atribuídos a ele dependem dos contextos em que está inserido.

Assim, a maneira como um discurso é interpretado por indivíduos particulares, sua percepção como um “discurso” e o peso a ele atribuído estão condicionados ao fato de que essas palavras foram expressas por esse indivíduo, nessa ocasião, nesse ambiente e que são transmitidas por esse meio (um microfone, uma câmera de televisão, um satélite) (Thompson, 2000, p. 192).

Enfatizar o aspecto contextual do discurso, que (de)limita seus efeitos, não significa, todavia, dar uma guinada de volta a uma visão representacionista da linguagem, que a concebe como um instrumento para manifestar as nossas ideias, tal como defendia a filosofia cartesiana (Ibáñez, 2004). Mas enfatizar que se, por um lado, o discurso possui um caráter performativo, fazendo coisas; por outro lado, ele não pode fazer qualquer coisa, pois é estrangido pelo fato de estar, necessariamente, localizado num contexto específico, sendo ressignificado por pessoas concretas. É nesse processo dialético que os discursos fabricam a realidade. E se fabricam a realidade, fabricam, conseqüentemente, a violência. Transformam um tapa em um gesto inadmissível, digno de condenação. Com isso, não estamos afirmando, importante repetir, que não exista o tapa em si, nem o ardor ou a vermelhidão que ele nos faz sentir. É claro que tudo isso existe! Mas

existe porque nós os construímos como tal, coletivamente, através de um longo processo histórico intimamente relacionado com nossas características enquanto seres humanos. É o que somos, nos diversos planos que nos constituem (o biológico, o físico, o



social etc.), junto com o que fazemos (o que temos feito ao longo da história), que faz com que a realidade exista na forma em que ela existe efetivamente. (Ibáñez, 2001, p. 258, tradução nossa).

Assim, para que um tapa seja considerado violência é preciso que o interpretemos, o classifiquemos, o nomeemos como tal. Poderíamos elencar várias características de uma ação violenta: ela ocorre em um contexto de interação interpessoal ou intergrupala, é intencional, produz dor ou outro tipo de dano... Mas nenhum desses elementos – sejam eles considerados individualmente ou em conjunto – nos permite dizer se um ato é ou não violento. Afinal, violência é um comportamento antinormativo e só existe no momento em que uma pessoa (ou um grupo de pessoas) o avalia e o classifica como desviante da norma (Domènech I Argemí; Iñiguez Rueda, 2002) – e, claro, tanto o processo de classificação quanto o de estabelecimento de normas são iminentemente linguísticos. Aqui, cabe um exemplo: há algumas décadas, dar uma palmada em uma criança desobediente poderia ser considerado um gesto de educação e cuidado. Mas nossos valores e regras sociais atuais nos fazem considerar esse mesmo gesto uma violência.

Do ponto de vista construcionista, cabe, então, desnaturalizarmos a violência desse gesto e reestabelecemos suas dimensões histórica, social e cultural, analisando as condições que facultaram sua transformação num ato violento e moralmente condenável, as implicações dessa transformação e seus efeitos sobre a realidade. Inspirados nas reflexões de Ibáñez (2005), orientadas pelo projeto intelectual foucaultiano, consideramos que a violência parental, assim como a loucura, foi instituída, num momento específico, por um conjunto de instituições, práticas e relações de poder. Não se trata de um fenômeno a-histórico. Não existe algo como a essência (invariável) dessa violência.

Por conseguinte, não se trata de investigar as mudanças ao longo da história na forma como a interpretamos e lidamos com ela. Afinal, tal proposta de investigação parte de um pressuposto essencialista (e anticonstrucionista por definição): os olhares mudam, mas o objeto do olhar permanece intocável, imutável. Como se fosse independente da própria forma como é visto, conhecido. Trata-se, sim, de entender como a violência parental foi efetivamente criada. De entender quais práticas concorreram, em diversos âmbitos da existência, para produzir o que hoje ela se tornou.

Sendo assim, uma das linhas de investigação das abordagens construcionistas refere-se ao processo de construção de problemas sociais. Podemos nos perguntar, por exemplo, quando, onde, por quê, por quem e como determinadas condições passaram a ser construídas como violentas, mobilizando a atenção das pessoas e entrando na agenda das decisões políticas. Ingenuamente, poderíamos crer que uma condição é problemática em função da sua extensão e gravidade. Que esses são indicadores objetivos e suficientes para sua delimitação como tal (Rosemberg; Andrade, 2007). Ocorre que o que é grave e extenso pode variar consideravelmente de grupo social para grupo social. A opção de um jovem por dedicar-se à vida laboral e não cursar a faculdade pode ser visto como problemático dentro da elite econômica e como algo esperado dentro da classe trabalhadora. E mesmo que chegássemos a algum consenso acerca dos critérios de definição de extensão e gravidade, sempre é possível alegar que existem muitos fenômenos com efeitos devastadores para a sociedade que não são construídos como problemas sociais.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA: O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

De acordo com Spink e Frezza (2000), podemos localizar as raízes da perspectiva construcionista na Sociologia do Conhecimento, especialmente nas ideias de Berger e Luckmann. Tais autores reorientaram a reflexão sociológica centrando-se no conhecimento do senso comum e assumindo o pressuposto de que a realidade é socialmente construída. Ainda que sua obra seja original e tenha sido muito valiosa para o desenvolvimento da referida perspectiva, os autores “usam e abusam de conceitos problemáticos como realidade e conhecimento, embora os usem entre aspas, e fazem uma distinção, hoje suspeita, entre *ideias* – domínio dos homens sábios – e *senso comum* – domínio do povo” (Spink; Frezza, 2000, p. 25, grifos no original).



Na Psicologia Social, o construcionismo tem, entre seus principais porta-vozes, Kenneth Gergen e Mary Gergen (2011). No livro *Reflexiones sobre la construcción social*, esses autores destacam que o propósito de tal perspectiva é compreender a compreensão das coisas. Compreender como as pessoas descrevem, explicam e dão conta do mundo. Segundo Spink e Frezza (2000, p. 27), essa forma de se posicionar sobre o conhecimento implica “abdicar de uma visão representacionista do conhecimento, a qual tem como pressuposto a concepção de mente como espelho da natureza”. O conhecimento, do ponto de vista construcionista, não é entendido como uma coisa localizada no interior da mente, mas, sim, como uma produção coletiva.

Diante disso, o construcionismo entende que estamos todos (inclusive aqueles que compartilham de seus pressupostos) envolvidos na construção do conhecimento. E se estamos todos envolvidos nessa construção, torna-se tarefa do pesquisador analisar o processo que levou a sociedade, em determinado momento, a entender algo de uma forma e não de outra. Por exemplo: como chegamos a entender o corpo como máquina e não como um recipiente sagrado (Gergen; Gergen, 2011). Ou ainda, como chegamos a levar realmente a sério determinada condição e a compreendê-la como um grave problema social, que precisa ser solucionado.

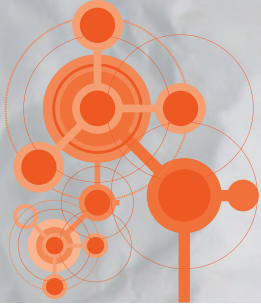
A construção de um problema social envolve uma série de atividades e atores. No dia a dia, qualquer pessoa pode se converter em um construtor de problemas sociais – ou, na expressão consagrada em inglês, em um *claim-maker*³. Por exemplo, podemos chamar a atenção para determinada condição percebida como problemática quando participamos de passeatas, de debates, quando assinamos petições, quando escrevemos cartas para revistas e jornais ou, até mesmo, quando fazemos piadas ou conversamos com alguém sobre o assunto. No entanto, as oportunidades e possibilidades de ter uma reivindicação escutada e discutida não são as mesmas para todas as pessoas. Há uma hierarquia de credibilidade entre os *claims-makers*: alguns são mais “acreditáveis” do que outros. À força do argumento, junta-se o status social de quem argumenta. Importa não apenas o que é dito, mas quem diz (Loseke, 2008).

Essa hierarquia tende a seguir a hierarquia de credibilidade estabelecida na sociedade: grupos sociais que ocupam a base da “pirâmide social” são, frequentemente, colocados na condição de “desacreditados”. Ademais, tendem a ter menos acesso às audiências-chave (políticos e formuladores de políticas públicas, em geral). Por essa razão, muitas vezes, organizam-se em movimentos sociais, a fim de elaborar ações estratégicas e aumentar suas chances de intervir em determinada condição. Além dos movimentos sociais, outro importante *claim-maker* são os cientistas. Isso se deve por conta do ideal de ciência hegemônico em nossa sociedade: conforme Loseke (2008), o senso comum tende a considerar que o conhecimento científico é inquestionável, objetivo e desinteressado, imune aos valores e ambições políticas e pessoais dos cientistas – ainda que saibamos, há tempos, que esse ideal de ciência é insustentável.

Mas, talvez, o mais influente *claim-maker* da atualidade seja os meios de comunicação. Afinal, conforme observa Thompson (2000, p. 285), “para a maioria das pessoas hoje, o conhecimento que nós temos dos fatos que acontecem além do nosso meio social imediato é, em grande parte, derivado de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia”. Massacres, guerras, greves, escândalos de corrupção, enchentes, terremotos, golpes de Estado, acidentes aéreos, desmatamentos etc. são, quase sempre, conhecidos por meio da televisão, rádio, internet etc. Assim, para entendermos o processo de construção social da violência, que converte determinadas condições em problemas sociais, é preciso nos debruçarmos sobre a mídia. Mais exatamente, sobre suas narrativas e relações com outros *claims-makers*, como ativistas e cientistas.

Começemos por esse último ponto. A mídia, em muitos momentos, opera como um *claim-maker* secundário, ou seja, trabalha “traduzindo” e “empacotando” reivindicações feitas por outros atores. Assim, ela necessita, até certo ponto, dos ativistas sociais para contar histórias (Loseke, 2008). Isso ocorre, por exemplo, quando uma parte do noticiário é dedicada a greves

3 Conforme Best e Loseke (2003, p. 39, tradução nossa), *claims-makers* podem ser definidos como aqueles atores que “buscam persuadir membros de uma audiência a considerar uma condição seriamente e a responder a ela como um problema social”.



e manifestações, como um bloqueio feito numa estrada por militantes de movimentos de trabalhadores que lutam pela reforma agrária.

Evidentemente que, dependendo dos interesses da empresa jornalística, uma manifestação dessa natureza pode ser ocultada, desqualificada (“coisa de baderneiros”) ou dissimulada, a fim de desviar a atenção do público das demandas feitas e das condições tipificadas como problemáticas. Uma forma recorrente da mídia dissimular essas condições é por meio do emprego da estratégia da eufemização, quando “ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva (Thompson, 2000). Por exemplo, quando a supressão violenta de um protesto contra a reforma trabalhista é descrita como a “restauração da ordem”.

Ao mesmo tempo em que a mídia necessita dos ativistas sociais, estes dependem dela (provavelmente ainda mais). Afinal, ela amplia significativamente sua audiência, aumentando as chances de recrutarem novos apoiadores para sua(s) causa(s). Ademais, pode lhes conferir mais credibilidade, pois só o fato de serem noticiadas pode significar, para o público em geral, que são importantes e merecem atenção (Loseke, 2008).

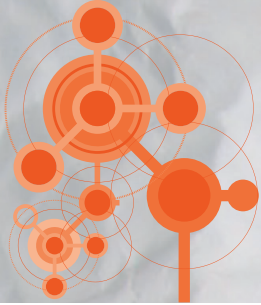
A relação entre a mídia e os cientistas também é marcada por certa interdependência. Por um lado, os meios de comunicação contribuem para a divulgação e popularização das novas descobertas científicas. Por outro, essas descobertas fornecem caldo discursivo para os referidos meios, que as transformam em notícias. Ocorre que essas transformações tendem a simplificar demasiadamente o debate científico, apagando suas controvérsias, lacunas, falhas e hesitações, ou seja, aquilo que ocorre nos bastidores da ciência (Latour; 2000; Loseke, 2008). Assim, o conhecimento científico é tratado como capaz de desvelar a realidade e alcançar a verdade (supostamente) escondida por detrás do véu das aparências. Na metáfora platônica, de olhar para fora da caverna e afastar-se do mundo das sombras e enganos. Não à toa, esse conhecimento possui um apelo retórico muito grande.

Assim, com frequência, quando querem reforçar seus pontos de vista sobre as causas e soluções para as condições percebidas como violentas, os meios de comunicação recorrem a dados estatísticos retirados de pesquisas. Ocorre que, em função das razões supramencionadas, esses dados tendem a ser percebidos como fatuais. Como coisas que podem ser coletadas no mundo da mesma forma como coletamos conchinhas na praia, e não como o produto de atividades sociais. Mas, conforme nos recorda Best (1987, 2003), para produzir um dado estatístico é preciso, necessariamente, decidir o que contar (a amostra) e como contar (o método).

O que define, por exemplo, homicídios relacionados ao futebol? Terem acontecido dentro do estádio? Mas e se aconteceram fora? Terem acontecido por conta de brigas entre torcedores rivais? Mas e se essas foram motivadas por disputadas relacionadas a outras questões, como o tráfico de drogas, por exemplo? As escolhas relativas à definição da amostra e do método, como qualquer escolha, são arbitrárias e possuem implicações para o resultado obtido pelas pesquisas científicas. Por essa razão, nos debates públicos sobre as referidas condições, assistimos a intensas lutas sociais em torno delas.

Com frequência, também observamos o silenciamento das vozes dissonantes. Os meios de comunicação tendem a privilegiar os “criadores de regras” (legisladores, por exemplo) e “impositores de regras” (tais como policiais) como suas fontes de informação e reflexão. Esses atores,

por um lado, [devem] demonstrar para os outros que o problema ainda existe; as regras que supostamente [devem] impor têm algum sentido, porque as infrações ocorrem. Por outro lado, [devem] mostrar que suas tentativas de imposição são eficazes e valem a pena, que o mal com que supostamente [devem] lidar está sendo de fato enfrentado adequadamente (Becker, 2008, p. 161-162).



Uma das principais consequências dessa escolha para o debate público em torno da questão da violência é a supervalorização do endurecimento penal – como se a solução para toda condição tipificada como violenta passasse, necessariamente, pelo enrijecimento da lei ou pela sua aplicação mais rigorosa. O discurso, muito recorrente, de que a fonte de todos os males do Brasil é a impunidade é muito sugestivo. Essa supervalorização possui uma implicação ideológica importante: tende a legitimar um aparelho penal intrusivo e onipresente, convocando o “punho de ferro” do Estado penal, em detrimento do fortalecimento do Estado social (Wacquant, 2001).

A fim de levar a cabo esse processo de legitimação, a mídia tende a adotar um discurso claramente maniqueísta, que constrói os atores (supostamente) responsáveis e (supostamente) prejudicados pelas condições tipificadas como violentas como “vítimas” e “vilões”. As primeiras seriam pessoas dignas e merecedoras de compaixão e proteção. Já os segundos seriam pessoas detestáveis e merecedoras de reprovação e punição. Em alguns momentos, observa-se uma tentativa da mídia de construir toda a população como “vítimas” de determinada condição (a “violência urbana”, por exemplo), o que contribui para revesti-la da urgência da mobilização e da indignação social (Loseke, 2008).

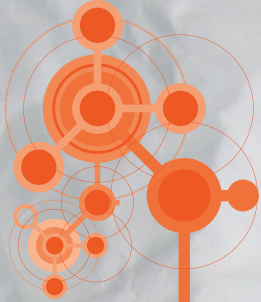
Mello (2001) chama a nossa atenção para o fato de que, muitas vezes, esse discurso maniqueísta tem um recorte de classe. Jornais e programas televisivos – sobretudo os sensacionalistas – tendem a transformar todo um segmento social em perigoso e indigno de confiança. Além disso, não se limitam a informar, mas estigmatizam, julgam e condenam. “É quase uma campanha de culpabilização coletiva dos pobres pela violência” (Mello, 2001, p. 139). Os adjetivos e substantivos que costumam utilizar para fazer referência a jovens pobres acusados de atos infracionais ilustram bem esse processo: “favelados”, “ladrões”, “menores”, “delinquentes”, “viciados”, “marginais”, “meliantes”, “bandidos”, “criminosos”... É interessante notarmos que, quando o jovem é de classe média, o vocabulário parece ser outro: “suspeito”, “adolescente”, “acusado”, “envolvido”...

Até mesmo o que entra na pauta dos meios de comunicação de massa possui um recorte de classe (e de raça) – inclusive o homicídio, cujo valor jornalístico depende do homicida e, principalmente, da vítima. Se um jovem branco, de classe média, é assassinado, clamam pela punição dos culpados. No entanto, quando a guerra de extermínio dos jovens acontece nas periferias, “não há nomes e nem pressões sobre os órgãos de repressão. Há um silêncio social tácito sobre essa violência. Há violências que não contam, como se fossem ritos tácitos à depuração da sociedade” (Mello, 2001, p. 139).

Esse discurso maniqueísta, racista e classista empregado muitas vezes pela mídia tende a participar de uma narrativa melodramática mais ampla, que, ao mesmo tempo em que visa aumentar sua audiência, contribui para chamar a atenção desta para o caráter (supostamente) extremo e hediondo das condições tipificadas como violentas. Nas palavras de Hilgartner e Bosk (apud Rosemberg; Andrade, 2007, p. 261), “o drama é a fonte de energia que dá vida ao problema social e sustenta o seu desenvolvimento”. É ele que faz com que as pessoas avaliem as referidas condições como inaceitáveis e moralmente intoleráveis, que precisam ser urgentemente transformadas.

Essa avaliação é fundamental na transformação de uma condição em um problema social, uma vez que existem diversas condições que são percebidas como problemáticas, mas nem todas conseguem despertar a atenção pública e entrar para a pauta das decisões políticas. Observa-se, assim, uma disputa intestina entre diferentes grupos de *claims-makers* pela definição dos problemas sociais legítimos. Alguns lutam pela delimitação da “violência contra a mulher” como um grave problema social; outros, pela “violência no futebol”; outros, pela “violência no campo”, e assim por diante (Loseke, 2008).

A vitória nessa luta serve para mobilizar recursos para a transformação de uma condição e não de outra. Serve para “dinamizar os mercados de trabalho e de consumo, via produção de mercadorias, de serviços e de bens simbólicos” (Rosemberg; Andrade, 2007, p. 260). O que seriam das empresas de segurança, por exemplo, sem o problema social da violência urbana? Por essa



razão, podemos vislumbrar a existência de um mercado de problemas sociais nas sociedades contemporâneas. E se a principal mercadoria à venda desse mercado são condições tidas como problemáticas, parece ser mercadologicamente estratégico embrulhá-las com o pacote sedutor da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos, primeiramente, apresentar algumas definições e explicações acerca do fenômeno da violência. Em seguida, argumentamos a favor da perspectiva construcionista e buscamos desessencializar esse fenômeno mostrando a importância da linguagem e do contexto social, histórico e cultural para a sua compreensão. Feito isso, vimos que a violência não é inerentemente um problema social e que, por essa razão, existe uma luta social para classificar algumas condições como mais violentas e problemáticas do que outras. Depois, indicamos que os meios de comunicação são uns dos atores mais influentes nessa luta e que, ao chamar a atenção da sua audiência para uma condição vista como violenta, adotam, com frequência, uma narrativa melodramática, que busca indicar o caráter (supostamente) extremo e hediondo dessas condições.

Ainda que não exista uma fórmula pronta e acabada para diminuir os efeitos potencialmente estigmatizantes dessa narrativa, consideramos fundamental que os produtores de informação se atentem para o fato de que a rotulação negativa e sistemática de grupos considerados desviantes contribui para a desumanização de seus membros, legitimando, com frequência, a retirada de direitos e ações abusivas por parte dos aparelhos repressivos de Estado. Por essa razão, faz-se necessário dar voz a todas as partes envolvidas num conflito, a fim de promover mais empatia, compreensão e, por conseguinte, desnaturalizar os discursos hegemônicos sobre ele.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. Considerações sobre a violência pela ótica de Johan Galtung: alguns aspectos do terrorismo e o advento da intolerância. *Cadernos de campo: Revista de Ciências Sociais*, Araraquara, n. 19, p. 101-116, 2015.

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEST, Joel. Rhetoric in claims-making: constructing the missing children problem. *Social Problems*, Oxford, v. 34, n. 2, p. 101-121, 1987.

_____. Audiences evaluate statistics. In: BEST, Joel.; LOSEKE, Donileen (Ed.). *Social problems: constructionist readings*. New York: Aldine de Gruyter, 2003. p. 43-50.

BEST, Joel; LOSEKE, Donileen. Claims-makers and audiences: introduction. In: _____ (Ed.). *Social problems: constructionist readings*. New York: Aldine de Gruyter, 2003. p. 39-42.

COELHO, Edmundo Campos. *A criminalidade violenta urbana*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

DOMÈNECH I ARGEMÍ, Miquel; ÍÑIGUEZ RUEDA, Lupicínio. La construcción social de la violencia. *Athenea Digital*, Cerdanyola del Vallès, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2002.



ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Lisboa: Presença, 1974.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília, DF: UNB, 2008.

FISAS, Vicenç; GRASA, Rafael. Prólogo. In: GALTUNG, Johan. *Sobre la paz*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1985. p. 7-23.

GALTUNG, J. *Sobre la paz*. Barcelona: Fontamara, 1985.

_____. *Paz por medios pacíficos: paz y conflicto, desarrollo y civilización*. Bilbao: Bakeaz; Gernika Gogoratuz, 2003.

GERGEN, Kenneth Jay; GERGEN, Mary. *Reflexiones sobre la construcción social*. Barcelona: Paidós, 2011.

HUNTINGTON, Samuel. *Political order in changing societies*. New York: New Heaven, 1968.

IBÁÑEZ, Tomás. *Municiones para disidentes: realidad-verdad-política*. Barcelona: Gedisa, 2001.

_____. O "giro linguístico". In: IÑIGUEZ, Lupicinio. *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 50-104.

_____. *Contra la dominación: variaciones sobre la salvaje exigencia de libertad que brota del relativismo y de las consonancias entre Castoriadis, Foucault, Rorty e Serres*. Barcelona: Gedisa, 2005.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LOPES, Felipe Tavares Paes. Os conceitos de paz e violência cultural: contribuições e limites da obra de Johan Galtung para a análise de conflitos violentos. *Athenea Digital*, Cerdanyola del Vallès, v. 2, n. 13, p. 169-177, 2013.

LOPES, Felipe Tavares Paes; PALHARES, Marcelo Fadori Soares. O papel dos meios de comunicação na construção da paz no futebol. *Alterjor*, São Paulo, v. 1, n. 13, p. 149-167, 2016.

LOSEKE, Donileen. *Thinking about social problems: an introduction to constructionist perspectives*. 2. ed. New Brunswick: Aldine Transaction, 2008.

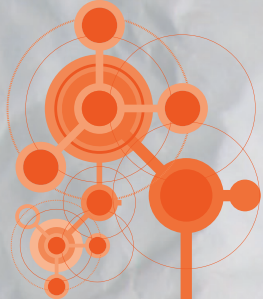
MELLO, Silvia Leser de. A violência urbana e a exclusão de jovens. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 129-140.

MERTON, Robert King. *Sociologia, teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 513-531, 1997.

PUREZA, José Manuel. O desafio crítico dos estudos para a paz. *Relações internacionais*, Lisboa, v. 32, n. 1, p. 5-22, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia; ANDRADE, Marcelo. Infância na mídia brasileira e ideologia. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny (Orgs.). *Diálogos em Psicologia Social*. Porto Alegre: Evangraf, 2007. p. 257-274.



SILVA, Jorge Vieira da. A verdadeira paz: desafio do Estado democrático. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 36-43, 2002.

SOREL, Georges. *Réflexion sur la violence*. Paris: Minuit, 1970.

SPINK, Mary Jane; FREZZA, Rose Mary. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 17-40.

THOMPSON, John Brookshire. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

TRASSI, Maria de Lourdes; MALVASI, Paulo Artur. *Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência*. São Paulo: Cortez, 2010.

WACQUANT, Loic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

Texto recebido em 22.02.2018 e aprovado em 20.06.2018.



A atuação do cinema intercultural nos imaginários de naturalização da violência contra imigrantes

The role of intercultural cinema in the imagery of naturalization of violence against immigrants

El papel del cine intercultural en los imaginarios de naturalización de la violencia contra inmigrantes



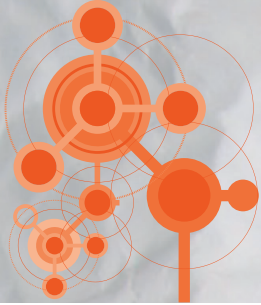
Célia Maria Retz Godoy dos Santos

- Doutora em Sociologia
- Mestre em Comunicação
- Publicou mais de 130 trabalhos em anais de eventos nacionais e internacionais, com pesquisas nas áreas de relações públicas, comunicação, participação política e opinião pública
- Coordenadora do curso de pós-graduação lato sensu em Estratégias competitivas: comunicação, inovação e liderança da Universidade Estadual Paulista (Unesp)
- Docente regular do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Unesp.
- E-mail: celia.retz@unesp.br



André Aparecido Medeiros

- Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
- Possui experiência em diferentes áreas do audiovisual e em pesquisa, com destaque para comunicação, relações de poder, paz e interculturalidade
- Possui artigos em eventos científicos, revistas e jornais
- Roteirizou e dirigiu quatro curtas, com participação em festivais
- Participou da comissão de mídia do Fórum Social Mundial das Migrações (2016)
- E-mail: andreapmed@hotmail.com



Resumo

Comunicadores, incluindo cineastas, nem sempre usam a mídia em prol da interculturalidade e da paz. Certas abordagens são exemplos de violência cultural e são usadas de modo a justificar outras formas de violência, repercutindo sobre imigrantes. Por meio da pesquisa bibliográfica é possível notar que, em oposição a isso, o cinema intercultural contribui desconstruindo imaginários que tentam “naturalizar” a violência contra a pessoa migrante e construindo novos imaginários sociais.

PALAVRAS-CHAVE: CINEMA INTERCULTURAL • COMUNICAÇÃO PARA A PAZ • VIOLÊNCIA ESTRUTURAL • VIOLÊNCIA CULTURAL • MIGRAÇÃO.

Abstract

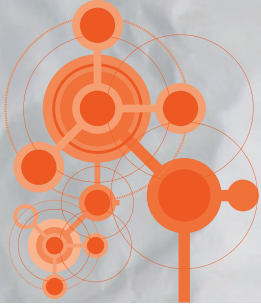
Communicators, including filmmakers, do not always use media to promote interculturality and peace. Certain approaches are examples of cultural violence and are used to justify other forms of violence, affecting immigrants. Through bibliographical research, it is possible to note that, opposed to this, intercultural cinema contributes by deconstructing imaginaries that try to “naturalize” violence against immigrant person and by building new social imaginaries.

KEYWORDS: INTERCULTURAL CINEMA • COMMUNICATION FOR PEACE • STRUCTURAL VIOLENCE • CULTURAL VIOLENCE • MIGRATION.

Resumen

Los comunicadores, incluidos los cineastas, no siempre utilizan los medios para la interculturalidad y la paz. Algunos enfoques son ejemplos de violencia cultural y se utilizan para justificar otras formas de violencia, repercutiendo sobre los inmigrantes. Por medio de la investigación bibliográfica se nota que, en oposición a eso, el cine intercultural contribuye desconstruyendo imaginarios que intentan “naturalizar” la violencia contra la persona migrante y construyendo nuevos imaginarios sociales.

PALABRAS CLAVE: CINE INTERCULTURAL • COMUNICACIÓN PARA LA PAZ • VIOLENCIA ESTRUTURAL • VIOLENCIA CULTURAL • MIGRACIÓN.



INTRODUÇÃO

O predomínio da fala de cidadãos autóctones na indústria cultural confere espaço para a divulgação de um número significativo de conteúdos limitados, produzidos por profissionais descompromissados ou que nem sempre refletiram acerca das questões interculturais. No caso do cinema, por vezes, os filmes são preconceituosos, embasados em estereótipos, com direcionamento específico para os grupos dominantes, contribuindo para a perpetuação da sua supremacia ideológica.

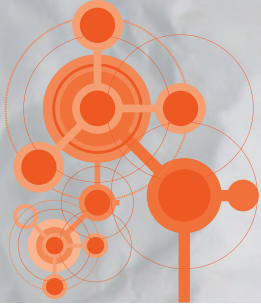
De modo geral, a violência não parte apenas de pessoas físicas, podendo também ser provocada por instituições e manifestações culturais, repercutindo em preconceito, medo e desigualdades. Seja diretamente na sociedade ou em sua representação, três formas principais de violência podem ser identificadas, conforme classificação de Galtung (2005): direta, estrutural (ou sistêmica) e cultural.

A violência direta é mais fácil de ser vista, tradicionalmente, como violência, pois nela são facilmente reconhecidos o agressor e a vítima. Conforme Diskin (2007, p. 10), ela ocorre com o “uso da força (ou ameaça de uso de força), da palavra e do gesto com o intuito de provocar sofrimento, humilhação, desqualificação ou simplesmente eliminação do outro”. Causa uma privação imediata da vida ou da integridade física, podendo ser exemplificada nas guerras, no genocídio, na violência doméstica, em brigas etc. Sua ausência compreende a paz direta ou paz negativa. No cinema, ela aparece na representação: de ameaça, de exposição a um risco (negligência), de agressão verbal ou física.

A violência estrutural ou sistêmica apresenta, de acordo com Galtung (2005, p. 63), a presença de “mecanismos sistêmicos de injustiça e morte”. Nela podem ser identificadas as vítimas, mas os agressores não são identificados diretamente. Ela “se constrói em um sistema social e [...] se expressa pela desigualdade de oportunidades, de acesso às necessidades básicas, tais como educação, saúde, alimentação, moradia digna, trabalho, cultura e lazer” (Diskin, 2007, p. 10). Provoca a privação lenta da vida ou da qualidade de vida, de modo a ser exemplificada nas más condições de sobrevivência. Em contraposição à violência estrutural está a paz positiva (ou paz estrutural, conforme definiu Galtung (2005)), tipo de paz na qual, além da ausência de violência direta, estão presentes a justiça e o desenvolvimento, com as necessidades humanas básicas satisfeitas. Essa violência é abordada, nos filmes, na representação da privação dos direitos humanos e, assim, no prejuízo ao bem-estar social.

A “produção de ideias justificadas das demais violências” (Galtung, 2005, p. 63) gera outro tipo de violência: a violência cultural. Ela “alude a peculiaridades da cultura/comunicação/etnia para justificar ou legitimar o uso direto, simbólico ou estrutural da violência” (Diskin, 2007, p. 10). Na violência cultural, agressores e vítimas são de difícil identificação imediata. Ela é representada nas situações em que a violência apresenta um fundo cultural ou ideológico.

É importante considerar que, constituindo um produto da cultura, o filme, em si, repercute como um modelo de violência ou de paz. As artes, as ciências, as religiões e tudo aquilo que produza cultura, incluindo a comunicação, pode legitimar a violência ou a paz, de modo que a paz cultural é a alternativa diante da violência cultural. Em face às suas características, ela é um importante ideal de paz, pois, com a difusão de uma cultura de paz, a paz estrutural e a paz direta florescerão de modo mais propício. Nessa circunstância, a comunicação, ao construir e destruir realidades, pode ser boa ou ruim, violenta ou pacífica, conforme seus princípios ou intenções.



Ainda que a recepção de um produto cultural seja um fenômeno individual, a construção de qualquer filme apresenta elementos com potencial de conduzir a percepção do público. Ao encontro desse fato, o uso gratuito da violência no cinema não gera, necessariamente, a conscientização acerca de sua presença na sociedade e da necessidade de efetivação de seu combate. Em um filme, empatias, antipatias e indiferenças podem ser trabalhadas, trazendo ganhos ou prejuízos às populações, conforme diferentes fenômenos de gravidade social sejam banalizados ou adequadamente endossados e conforme o impacto que isso desperte nos distintos públicos.

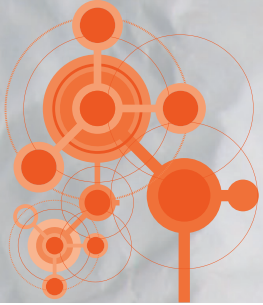
Atuando na construção e na consolidação de imaginários, o cinema, ao representar a violência, exerce um papel social que pode repercutir nas referências de percepção e mesmo de tratamento a diversos grupos. Por meio do cinema, o contato e o conhecimento acerca do outro pode ser ampliado ou restringido. Na busca pelo ganho financeiro e pelo alcance de determinados interesses políticos, por vezes, as causas humanitárias e as necessidades de grupos diretamente relacionados a essas abordagens não recebem a devida importância. Com isso, muitas vezes, a representação da violência, no lugar de despertar a reflexão que propulsione a paz, apenas reforça e justifica a violência já existente.

O jogo político e econômico das nações interfere na sociedade e gera exploradores e explorados, em um processo de violência estrutural e cultural. Apesar do reconhecimento do sofrimento, as ideias são, por vezes, culturalmente justificadas ou aceitas. A violência estrutural, estando nos sistemas, também se apresenta no sistema político migratório da maior parte dos países, repercutindo em violências diversas. Seu discurso é difundido e, sendo assimilado, agrega fatores sociais à presença de ideais exclusivos na cultura, afastando a consciência do repúdio à violência cultural na mídia. Esse mecanismo tende a privilegiar as vozes autóctones das classes mais elevadas e a renegar aquelas provindas de territórios sem destaque econômico.

Evidencia-se a ligação das abordagens de violência contra o imigrante com o colonialismo e a relação colonial do capitalismo com o mundo. Além dos domínios pelos quais o colonialismo é conhecido, este também impõe a dominação epistemológica, trazendo o saber para as relações de poder, conduzindo à supressão ou à subalternidade muitos saberes próprios de povos e nações colonizados (Santos; Meneses, 2009). Nos caminhos da colonialidade, a população do Sul é vista como gente de segunda categoria, inclusive internamente, tendo sido educada a ver sob a ótica do dominador. Esse fator se estende para a visão social sobre migrantes do Sul.

O cinema, enquanto mídia, também é um território de expressão de ideologias, sendo que as manifestações violentas da hegemonia ocupam um espaço preocupante. Entra em evidência a afirmação de Jesús Martín-Barbero (2009, p. 12): "já sabemos que a ideologia dominante é a da classe dominante, e o que a classe dominante faz é dominar do jeito que puder." A influência da classe dominante pode ser vista na percepção e nos ideais envolvendo a nação, de modo que, mesmo que a história das sociedades esteja intrinsecamente relacionada aos movimentos migratórios, nem sempre ocorre a sensibilização para a causa intercultural.

Em meio à desigualdade social e de representações, a violência estrutural e a violência cultural repercutem sobre imigrantes. Apesar de exemplos didáticos e empáticos de representações, inúmeros filmes hegemônicos apresentam os países do Sul como territórios distantes em termos de identificação, realçando uma precariedade econômica ou um conjunto de comportamentos estereotipados de seus habitantes, sem que isso seja, necessariamente, trabalhado como causa de estranhamento. As pessoas provindas dos países do Sul são, frequentemente, representadas pelo cinema hegemônico como selvagens, possuidoras de valores duvidosos, violentas ou, quando não, com exotismo ou como um espetáculo do sofrimento. Atende-se à satisfação do olhar e à propagação da repulsa. Nesses casos, a presença de tais pessoas é tida como fator de ameaça aos modos de vida, à segurança ou ao crescimento econômico, sendo vistas como causa de prejuízos no território de chegada e, portanto, elemento a ser combatido ou afastado.



Esta pesquisa parte do interesse pela causa da interculturalidade e pelas iniciativas cinematográficas que atuem em prol da paz, nomeadamente reconhecendo o cinema intercultural. Para nos contrapor à violência que, reiteradamente, deixa marcas no cinema hegemônico, buscaremos entender como o cinema intercultural pode contribuir para desconstruir imaginários que tentam “naturalizar” a violência contra a pessoa imigrante, bem como construir novos imaginários sociais.

REFERENCIAL TEÓRICO

São encontradas na literatura muitas denominações para o cinema intercultural, das quais Hudson Moura (2010, p. 45, grifo do autor) cita: “Cinema multicultural, *mestizo*, pós-colonial, transnacional, híbrido, minoritário...”. Trata-se de um cinema no qual as técnicas cinematográficas a respeito de temas e narrativas conhecidos são exploradas de modo original. O ponto de vista, como explica Moura (2010, p. 46), é distinto: “não é mais um olhar ‘forasteiro’ que observa uma realidade exótica, mas sim um olhar estrangeiro, vindo do interior mesmo dos cinemas nacionais.”

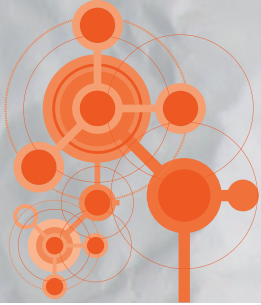
Um aspecto importante desse cinema está nas imagens apresentadas, que, conforme Moura (2010), não se repetem no exotismo do estrangeiro ou na marginalidade ou violência habitualmente relacionadas aos imigrantes da classe popular. Sobre os cineastas:

Eles se voltam para o assunto da língua, da classe social, do trabalho e sua inserção na sociedade. O cinema se torna, assim, uma mídia portadora de significação para essa comunidade e um meio privilegiado de comunicação e experimentação artística. É sobretudo através de um olhar integrador, de transferência, de adaptação e de aceitação do “Outro” (sua cultura, sua língua) que eles mostram que fazem parte da sociedade e que eles devem reivindicar seus *lugares*. (Moura, 2010, p. 46, grifo do autor)

Ao contrário de determinadas abordagens que hierarquizam, omitem ou anulam as diferenças culturais (por desconhecimento, desinteresse ou insignificância conferidos à alteridade), o trato dado pelo cinema às distinções e particularidades apresenta características próprias em uma abordagem intercultural. Se o cinema é um meio de expressão que, como dito por Andréa França (2003, p. 18), é extensivo a todos, em princípio “ele não reúne as pessoas num todo homogêneo e unificado: ao contrário, ele acentua a singularidade de uma comunidade de diferentes, em que o vizinho ou parceiro é o estranho.” Diante disso, a autora relata que os processos de experimentação do tempo, do espaço e do sujeito, no cinema, são chamados ao campo da ética e da responsabilidade. Como abordagens usuais não atendiam às necessidades de certos cineastas, emergem filmes que, conforme França (2003, p. 14), “criam formas de visibilidade e de sensibilidade para um estado de mundo difuso, que comporta lado a lado sujeição e formas de enfrentamento, exploração e liberdade.”

“Na estética que dá forma a este cinema”, discutindo o âmbito intercultural ibero-americano, Teixeira e Fischer (2016, p. 34) mencionam que “o fora de lugar e o nomadismo são potencializados, sintomática e poeticamente, na bizarra coreografia resultante de jogos imagéticos que alternam o estático e o dinâmico”. Pode-se pensar nos usos do diálogo com a sociedade e com a realidade. Nesse sentido, França (2003) acha válido observar como o cinema traduz a “insegurança” global e legitimadora da violência no planeta. A autora chama atenção para o modo como esses filmes operam com o presente, em aproximação ou em distanciamento com diversos temas divulgados pelas redes mundiais: guerra, imigração, abuso dos direitos individuais, discriminação, xenofobia, desigualdades sociais, formas de vida locais, práticas políticas e culturais.

Além da relação dos filmes a partir de um fragmento de uma realidade popularmente conhecida, o cinema pode ser refletido envolvendo valores pouco abordados e com potencialidades sociais. Esse novo cinema, segundo França (2003, p. 16), tem discursado “a respeito das novas formas de viver, de pensar, das novas modalidades de trabalho, de sociabilidade, de intolerância e sujeição. Há uma outra subjetividade estética e política, um novo capital humano como sujeito do discurso



cinematográfico." Esses filmes são atravessados por certas perguntas (França, 2003, p. 16): "que espécie de mundo é esse? Como foi que se conseguiu extirpar, de forma tão radical e violenta, qualquer princípio ético de fraternidade e compaixão num mundo que até há pouco se orgulhava de ser herdeiro das tradições iluministas e humanistas?". A autora (França, 2003) menciona que mesmo que a narrativa não aponte as respostas, elas mobilizam a interrogação e convidam o espectador a perceber esse paradoxo.

O cinema intercultural reconhece a violência e a traz por meio do olhar de sujeitos marginalizados, de tal maneira que não seja vista como um espetáculo, excluído da reflexão propiciada pelo fundo social, cultural e emocional. Por essa e por outras razões, é um cinema difícil de ser avaliado segundo os antigos moldes: "cinema descentrado, perturbador, animado pela presença inquietante de personagens em reiterado deslocamento físico deslizando por entre cenas em que o movimento estabelece, paradoxalmente, estreita parceria com a dificuldade de fluxo" (Teixeira; Fischer, 2016, p. 35).

Mesmo não possuindo intenções de transformação, inovação, denúncia ou documento, o cinema intercultural se converte em uma declaração valiosa. França (2003) considera que mesmo que nem todos os filmes coloquem a linguagem do cinema de ação político tradicional em cheque, o cinema recente oportuniza um tipo de testemunho das imagens do mundo, com possibilidade profética e visionária. Conforme menciona a autora (França, 2003, p. 17), além de trazer à tona a "massa de excluídos-errantes", alguns desses filmes ainda promovem "a possibilidade de outros mundos e outras formas de vida, em um desejo de experimentação que inventa novas linguagens para além dos preceitos narrativos do cinema de ação convencional (causalidade, unidade espaço-temporal, desenlace etc.)".

Ao oferecer "visibilidades mais complexas, densas e paradoxais" a grupos "estereotipados e/ou marginalizados pelos meios de comunicação", esses filmes, conforme França (2003, p. 19), possuem ampla extensão política. A autora destaca as cenas apresentadas e seus efeitos:

deslocamentos contínuos, um estado de nomadismo e de estrangeiridade que faz ressoar um desejo de futuro, de novos traçados de vida, de esperança. Acredito que esses filmes [...] suscitem esteticamente um espaço de reflexão a respeito da guerra, da militarização da existência, da noção de fronteira e de território, da mídia em relação a isso. (França, 2003, p. 19, grifo da autora)

As imagens tentarão traduzir as experiências de viver entre culturas diferentes, que passam a ter novas visões de mundo. Com característica híbrida, o cinema intercultural, conforme Moura (2010, p. 47), é "colocado numa relação de força na sua forma contestatória em relação a uma estética dominante". O autor considera que o intercultural coloca a cultura do "outro" como passível de troca: "o intercultural é sempre e fundamentalmente concebido a partir do relacional", de modo que não pode deixar de ser um agente coletivo (Moura, 2010, p. 50).

O diálogo intercultural também é discutido por França (2006), que aborda a construção de imaginários pelo cinema: mais do que uma reprodução histórico-econômica do planeta, o cinema constrói comunidades imaginadas, com novos sentidos de mundo, sendo capaz de constituir resistência na homogeneização. Ela explica que, atualmente, não é suficiente visibilizar um povo ou cultura que busca sua sobrevivência. O cinema (França, 2006, p. 398) não para de produzir e "oferecer imagens de esquecidos, desamparados, caricaturados, qualificando-os como reais"; no entanto "a circulação acelerada de imagens do mundo pelo mundo" torna "ineficaz a visibilidade pura e simples do outro". Por isso,

É necessário *inventar*, também através do cinema e das imagens, novas terras, novas nações, novas comunidades ali onde elas ainda nem sequer existem. Essas novas terras não são geográficas, bem entendido, são territórios afetivos, sensíveis, novos mapas de pertencimento e afiliação translocais. (França, 2006, p. 398, grifo da autora)



A importância da percepção dos sujeitos migratórios se torna mais decisiva em tempos de elevado número de migrações. Nunca se viram, conforme Moura (2010, p. 43), “tantos deslocamentos humanos quanto no século XX. A Segunda Guerra Mundial provocou uma nova experiência no movimento de populações”. Moura (2010) explica que o mapa mundial foi retraçado de modo que muitas culturas se dispersaram ou foram transferidas de região.

O sistema econômico produz desigualdades em meio aos deslocamentos globais. É útil pensar, conforme França (2003), o modo como certos filmes contemporâneos enxergam a internacionalização, tendo em vista que novos protagonistas emergem em meio ao surgimento de fronteiras camufladas e sutis, visto que as fronteiras nacionais, étnicas, culturais, privadas e ideológicas se encontram em diluição. As telas contemporâneas apresentam as vítimas das desigualdades: “são os desamparados do presente. Refugiados, sobreviventes e desvalidos, imigrantes, estrangeiros em busca de melhores condições de vida, desesperados que abandonam seu cadinho de terra e suas referências culturais” (França, 2003, p. 13).

No contexto de violência, ao qual migrantes e demais sujeitos que estão à margem do progresso econômico estão submetidos, é pertinente observar o ponto de vista audiovisual com o qual cada narrativa é dirigida, visto que o cinema é também uma janela para tais sujeitos (serem vistos ou *verem*).

METODOLOGIA

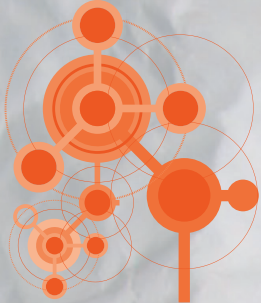
Trata-se de revisão bibliográfica referente à migração e à internacionalização no cinema, buscando observar encontros entre o cinema intercultural e a comunicação para a paz no que tange à violência à qual migrantes estão submetidos.

RESULTADOS

O cinema, estando sujeito ao enquadramento, possibilita a visão de um ponto de vista. Por nem sempre conseguir apresentar os encontros entre culturas em seus aspectos totais, o cinema o faz, constantemente, de forma concreta, mostrando contatos mínimos, com a possibilidade de respeitar crenças e ideologias ao manifestar os valores comuns que unem os povos e as relações afáveis entre pessoas de diferentes grupos (Martínez-Salanova, 2009). Os filmes são entendidos como um meio potente na desconstrução de estereótipos que caem sobre migrantes, favorecendo o diálogo cultural.

Se por um lado há abordagens preconceituosas sobre migrantes, narrativas de maior reflexão intercultural também devem ser discutidas. Atuando na produção de identidades e imaginários culturais, as abordagens de deslocamentos e interculturalidade impulsionam narrativas em diferentes títulos do cinema mundial, incluindo os de diretores como Wong Kar-Wai, Sofia Coppola, Hany Abu-Assad, Alejandro González Iñárritu, Med Hondo, Roger Gnoan M'Bala, Moussa Touré, Helena Taberna, Ana Torres, Pedro Pérez Rosado, Gerardo Olivares e Claire Denis. Tais temáticas também ocupam espaço no cinema brasileiro contemporâneo, continuamente preocupado com a tentativa de captar atuais características sociais; pode-se observar essa reflexão, por exemplo, em trabalhos de Anna Muylaert, Marcelo Gomes, Larissa Figueiredo, Breno Silveira, Walter Salles, Sergio Bianchi e Karim Aïnouz.

Uma análise de alguns títulos da América Latina é feita por Brandão (2012), destacando algumas categorias de temas trabalhados, como: viagens internacionais impulsionadas por um desejo revisionista, em *El viaje* (Fernando Solanas, 1992), *Amigomío* (Alcides Chiesa e Jeanine Meerapfel, 1994), *Terra estrangeira* (Walter Salles e Daniela Thomas, 1996); uma vertente revisionista de retorno ao sertão brasileiro, com destaque para *Baile perfumado* (Lírio Ferreira e Paulo Caldas, 1997) e *Central do Brasil* (Walter Salles, 1998); novas discussões sobre movimentos e relações pessoais em *En la puta vida* (Beatriz Flores Silva, 2001), *Dois perdidos numa noite suja* (José Jofilly, 2003); negociações com o gênero *road movie*, como em *Y tu mamá también* (Alfonso Cuarón, 2001), *Histórias*



mínimas (Carlos Sorín, 2002), *El viaje hacia el mar* (Guillermo Casanova, 2003), *Família rodante* (Pablo Trapero, 2004), *Cinema, aspirinas e urubus* (Marcelo Gomes, 2005), *Árido movie* (Lírio Ferreira, 2005); e a presença de mulheres na estrada, na paisagem e na passagem, comandando a viagem ou sua possibilidade de deslocamento, em *Sin dejar huella* (María Novaro, 2000), *Um passaporte húngaro* (Sandra Kogut, 2001), *Tan de repente* (Diego Lerman, 2002), *Cleopatra* (Eduardo Minogna, 2003), *Solo Dios sabe* (Carlos Bolado, 2006), *Babel* (Alejandro González Iñárritu), *O céu de Suely* (Karim Ainouz, 2006) e *Una novia errante* (Ana Katz, 2007).

O debate em torno das migrações, de um ponto de vista abrangente, como dito por Denise Cogo (2013), contribui para “pluralizar os imaginários e memórias sobre as migrações contemporâneas e inserir, na agenda pública, demandas relacionadas aos direitos humanos dos migrantes”. A prioridade dada ao diálogo cultural é cada vez mais comum no cinema, conforme comenta Martínez-Salanova (2009). Ainda que não seja tão reconhecido como era de se esperar, existe esse cinema “que obriga ao conhecimento e à reflexão ativa, que prioriza os casos de interação e contribuição mútua, que sensibiliza a novos interlocutores [...] para o conceito e as dimensões do diálogo intercultural” (Martínez-Salanova, 2009, p. 229, tradução nossa)

Há uma fragilidade na preocupação da abordagem da diversidade de culturas (em número, qualidade e na circulação das já existentes), especialmente se considerarmos o quanto as recentes dinâmicas sociais levam a tal necessidade. Todavia, aparentemente, o cenário tende a melhorar. Como aponta Moura:

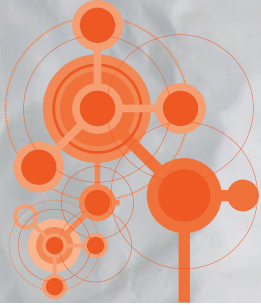
A impressão que se tem é que cada vez mais as pessoas cruzam fronteiras e transformam suas experiências em uma poderosa herança de resistência. E as mídias são testemunhas desse fenômeno. Muitos artistas transformam os traumas do deslocamento numa importante renovação do pensamento e de reflexão sobre a sociedade contemporânea. (Moura, 2010, p. 43)

Em suas características, o cinema influi até mesmo nas percepções de pertencimento. Como considerado por Appadurai (1997), é necessário que se pense além da nação. Essa necessidade deve receber uma preocupação, especialmente nesse contexto de dimensão de territorialidade que tem a nação moderna. Reconhecendo que nação é algo imaginado, o autor considera que é a imaginação que leva além da nação. Conforme escreveu Appadurai (1997, p. 34, grifo do autor), “o movimento humano no contexto de crise do Estado-nação reforça a emergência de *translocalidades*”.

Dialogando com a formação de imaginários está a abertura para gerar imagens de futuro. Sendo uma forma de arte, o cinema, conforme França (2006), mais do que representar um estado de coisas, pode fornecer uma imagem da realidade por vir, sendo uma abertura para um mundo possível, com outros imaginários de terras e fronteiras.

A força do imaginário, também abordada na comunicação para a paz, é reconhecida no cinema intercultural, possibilitando um espaço para a solidariedade. França (2003, p. 26) menciona ser possível entender a imagem de terras e fronteiras, produzida e experimentada nos filmes, como inspiradora de “uma legitimidade emocional profunda, identificações imaginárias, estimulando solidariedades transnacionais, produzidas pelas diferentes formas de espacialidade, temporalidade, movimento, ritmo e textura, próprias aos filmes em questão”.

Como nem sempre ocorrem adequadas abordagens por meio do conteúdo da mídia hegemônica, a comunicação alternativa, por vezes, encara a importância do comprometimento. As redes globais provam que mesmo que a cultura dominante possua todos os meios para se difundir e impor sua voz, produtos culturais alternativos podem ser gerados. Com o exemplo do cinema, Martínez-Salanova (2009) aponta que mesmo países economicamente empobrecidos, com culturas desconhecidas no Ocidente, podem ser visibilizados internacionalmente, expondo visões locais e apresentando “uma grande diversidade de culturas, etnias, ideias, filosofias, comportamentos e religiões” (Martínez-Salanova, 2009, p. 225, tradução nossa).



Com a visibilização mais próxima de localidades e de populações (em termos narrativos e de produção), pensamentos, modos de vida e identidades também passam a ser vistos de maneira mais próxima. O cinema ocidental produziu conhecidos filmes que, como lembra Martínez-Salanova (2009), representam a força de armas, a imposição cultural e a derrota do outro, que são empregadas para dissipar o conflito e impulsionar a *civilização* ou a política imperialista, acarretando, por exemplo, o desaparecimento das culturas indígenas. Vale a observação de que tal fato constitui um exemplo da representação da violência no cinema empregada de modo a fortalecer argumentos da violência estrutural e da violência direta.

Os filmes abordados no parágrafo anterior refletem mais do que o interesse de registro, pois, longe de constituir um relato histórico neutro ou comprometido com as vítimas, por vezes, os opressores são enaltecidos na dramatização. Apesar da violência entre culturas apresentada no cinema, há filmes que – como aponta Martínez-Salanova (2009) – provocam perguntas sobre o porquê de a convivência pacífica se converter em disputa, e há filmes que exaltam a coexistência entre religiões e etnias, sendo interessante notar que “são os países *pobres* os que mais adequadamente reproduzem a necessidade da convivência cultural” (Martínez-Salanova, 2009, p. 226, tradução nossa, grifo nosso).

Espera-se que as atuais facilidades propiciadas pelas novas tecnologias de produção animem centros educativos e professores para a promoção da realização de produtos audiovisuais e telemáticos, levando diferentes pessoas a criar, planejar, investigar e produzir (Martínez-Salanova, 2009). Diante da diversidade cultural dos interlocutores, será necessário promover “alianças e dinâmicas que ajudem a formar redes locais que se oponham à exclusão das minorias, em resposta ao poder e à força dos enquadramentos sociais e culturais dominantes” (Martínez-Salanova, 2009, p. 230, tradução nossa). Nota-se, portanto, que o espaço para vozes de diferentes culturas no cinema, em relação intercultural, tende a promover o convívio pacífico entre povos, pois a mídia representa um território político que repercute na sociedade.

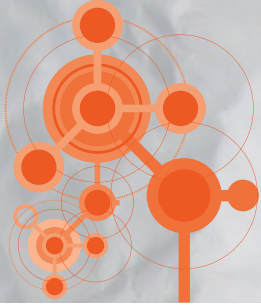
DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Assim como é influenciada por grupos da sociedade, especialmente pelos detentores do poder de voz, a mídia exerce influência social, incluindo interferência sobre a formação de imaginários identitários e de ideais de vida. Por vezes, ela reforça uma atenção centrada no território ou na nação a que pertence e mantém características colonialistas, promovendo exclusões.

Além da questão particular da imigração, que torna os imigrantes um grupo socialmente vulnerável, há um despreparo, nos territórios de acolhida, quanto à diversidade (cultural, étnica, social). Impressões relacionadas a esses estranhamentos são expressas, no cinema, a partir das interpretações dos realizadores que, por vezes, se aliam aos interesses de grupos dominantes, em meio aos preconceitos relacionados ao “outro”. Constitui um desafio modificar as maneiras de perceber identidades e alteridades, fortalecendo a lógica do global na comunicação.

O cinema é uma mídia que permite a veiculação da representação de realidades e a exploração de imaginários. Cumpre um papel que deve ser aproveitado, otimizado e expandido. A busca por inclusão social – que contrasta com abordagens violentas, envolvendo a submissão de grupos socioacêntricos – se relaciona à comunicação e encontra, no cinema, um território de exploração de potencialidades comunicativas, artísticas e de articulação social. Associam-se a tais interesses as estratégias da comunicação para a cultura de paz e a interculturalidade, com amplo potencial de inclusão, respeito e participação social de migrantes e demais grupos estigmatizados. Assim, o cinema intercultural está atrelado aos objetivos da comunicação para a paz, apresentando conteúdos que permitem a sensibilização do olhar e que apontam para novas possibilidades de vivência.

Entende-se que o cinema intercultural participa da quebra da imagem pejorativa que a pessoa migrante costuma receber em abordagens superficiais, combatendo um contexto de violência cultural, com técnicas que se aproximem de uma cultura



de paz. Assim, com novas e eficientes estratégias de democratização e de abordagem cidadã que possibilitam a interação entre povos, o cinema intercultural, em seu potencial de difusão da diversidade cultural e de promoção do diálogo, contribui para a transformação social.

Um dos pontos de destaque do cinema intercultural está no espaço dado às vozes não hegemônicas, rotineiramente, por vozes não hegemônicas ou, ao menos, engajadas. Esse fator de contribuição democrática coopera para que preconceitos e estereótipos não sejam produzidos ou reiterados nas narrativas interculturais e para que, ao contrário, as subjetividades de populações de regiões economicamente empobrecidas, ou de outros grupos socialmente vulneráveis, sejam representadas na tela.

As melhorias das comunicações favorecem grupos excluídos (a maior parcela da população) no ato de participar da construção de um novo espaço público. Espera-se que tais grupos tenham a oportunidade de realizar uma prática comunicacional efetiva, expondo percepção, sensação e imaginação, oferecendo à sociedade novos pontos de vista sobre distintos assuntos, como pode ser visto no cinema realizado por imigrantes ou por seus descendentes próximos. As iniciativas já existentes devem ser fortalecidas e usadas como inspiração.

A comunicação precisa assumir e oferecer uma perspectiva comprometida com a paz e, assim, com a diversidade. O cinema intercultural, mesmo sendo um campo à parte dos estudos para a paz, possui princípios comuns com estes ao expor inadequadas representações da violência e ao possibilitar a reflexão e a empatia envolvendo culturas a partir das violências retratadas. Despertando para as diferentes formas de paz, a caminho da paz cultural, a comunicação para a paz apresenta o enorme potencial transformador de uma abordagem comprometida com grupos “periféricos”, em sintonia com a cidadania global.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. *Revista Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 3, n. 49, p. 33-46, 1997.

BRANDÃO, Alessandra Soares. Viagens, passagens, errâncias: notas sobre certo cinema latino-americano na virada do século XXI. *Rebeca*, v. 1, n. 1, p. 72-98, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2A6yNqX>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

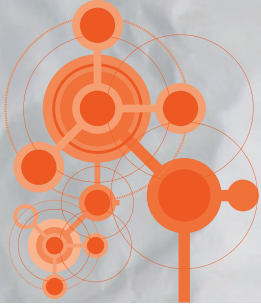
COGO, Denise. Fluxos migratórios globais. A busca de trabalho e fuga da pobreza. Entrevista especial com Denise Cogo. *Revista Instituto Humanitas Unisinos On-line*, São Leopoldo, 13 abr. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2I7004r>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

DISKIN, Lia. Introdução à cultura de paz. In: REDE Ação Pela Paz. *Guia de cultura de paz*. São Paulo: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2007. p. 6-11.

FRANÇA, Andréa. Cinema de terras e fronteiras. In: MASCARELLO, Fernando (Org.). *História do cinema mundial*. Campinas: Papyrus, 2006. p. 395-412.

_____. *Terras e fronteiras no cinema político contemporâneo*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

GALTUNG, Johan. Três formas de violência, três formas de paz. A paz, a guerra e a formação social indo-europeia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 71, p. 63-75, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2I9KSya>>. Acesso em: 15 dez. 2017.



MARTÍN-BARBERO, Jesús. As formas mestiças da mídia. Entrevistadora: Mariluce Moura. *Revista Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 163, p. 10-15, 2009.

MARTÍNEZ-SALANOVA, Enrique. Medios de comunicación y encuentro de culturas: propuesta para la convivencia. *Comunicar*, Huelva, v. 16, n. 32, p. 223-230, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2HSXMBY>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MOURA, Hudson. O cinema intercultural na era da globalização. In: FRANÇA, Andréa; LOPES, Denilson (Org.). *Cinema, globalização e interculturalidade*. Chapecó: Argos, 2010. p. 43-66.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: _____ (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 9-19.

TEIXEIRA, Rafael Tassi; FISCHER, Sandra. Cinema intercultural ibero-americano: estesias diaspóricas, nomadismos identitários, fronteiras em trânsito. In: CARDOSO, João Batista Freitas; SANTOS, Roberto Elísio dos (Orgs.). *Miradas sobre o cinema ibero-americano contemporâneo*. São Caetano do Sul: USCS, 2016. p. 15-36.

Texto recebido em 08.04.2018 e aprovado em 27.05.2018.



Violência organizacional: reflexões a partir da perspectiva dos estudos para a paz

Organizational violence: reflections from the Peace Studies perspective

Violencia organizacional: reflexiones desde la perspectiva de los Peace Studies



Raquel Cabral

- Pós-doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP)
- Doutora em Comunicação
- Mestre em Estudos Internacionais de Paz, Conflitos e Desenvolvimento pelo Instituto Interuniversitário de Desenvolvimento Social e Paz (Iudesp) vinculado à Cátedra Unesco de Filosofia para a Paz da Universitat Jaume I, Espanha
- Mestre em Comunicação Midiática
- Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
- Professora do Departamento de Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac) da Unesp
- E-mail: raquel.cabral@unesp.br



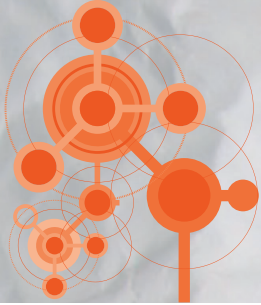
Gisela Gonçalves

- Doutora em Ciências da Comunicação
- Mestre em Ciências da Comunicação
- Licenciada em Comunicação Social pela Universidade Beira Interior (UBI)
- Coordenadora da Seção de Comunicação Estratégica e Organizacional da European Communication and Research Education Association (Ecrea)
- Secretária-geral da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom)
- Professora do Departamento de Comunicação e Artes da Faculdade de Artes e Letras da UBI
- E-mail: gisela.goncalves@labcom.ubi.pt



Jorge Salhani

- Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac), da Universidade Estadual Paulista (Unesp)
- Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Faac/Unesp
- E-mail: jorge.salhani@hotmail.com



Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a noção de violência organizacional na perspectiva crítica dos estudos para a paz (*Peace Studies*), em especial a discussão em torno das tipologias de violência de Johan Galtung diante dos princípios que orientam condutas éticas e responsáveis nas organizações privadas, públicas e do terceiro setor. Como principais resultados, foram apresentadas as bases sobre os mecanismos de legitimação da violência organizacional a partir de alguns exemplos descritivos, questionando práticas que naturalizam tais violências.

PALAVRAS-CHAVE: VIOLÊNCIA ORGANIZACIONAL • ESTUDOS PARA A PAZ • COLONIZAÇÃO CORPORATIVA • ÉTICA.

Abstract

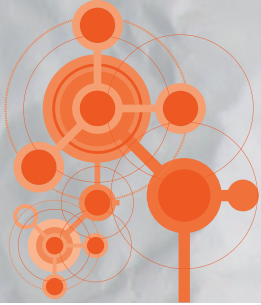
The objective of this article is to discuss the notion of organizational violence from the critical Peace Studies perspective – particularly concerning Johan Galtung's violence typology – and to relate it to the principles that guide responsible ethics and conducts in organizations in the private, public and non-profit sectors. As main results, this article presents the fundamentals of the legitimation mechanisms of organizational violence based on specific examples in organizations. It also aimed to question the discourses and practices that legitimize organizational violence.

KEYWORDS: ORGANIZATIONAL VIOLENCE • PEACE STUDIES • CORPORATE COLONIZATION • ETHICS.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la noción de violencia organizacional desde la perspectiva crítica de los Estudios para la Paz, especialmente, desde las tipologías de violencia de Johan Galtung frente a los principios que orientan conductas éticas y responsables en las organizaciones privadas, públicas y del tercer sector. Como principales resultados, se presentan las bases de los mecanismos de legitimación de la violencia organizacional desde algunos ejemplos descriptivos, cuestionando los discursos y prácticas que naturalizan tales violencias.

PALABRAS CLAVE: VIOLENCIA ORGANIZACIONAL • ESTUDIOS PARA LA PAZ • COLONIZACIÓN CORPORATIVA • ÉTICA.



INTRODUÇÃO

Conceituar *paz* vai além da tentativa de defini-la a partir de sua contradição, nesse caso, a *violência*. Um conceito tão subjetivo e, ao mesmo tempo, complexo nos interpela a refletir sobre sua concepção mais intrínseca às sociedades humanas, questionando certa visão romântica que se tentou construir historicamente a partir do senso comum em torno de seu entendimento. Na realidade, pensar o conceito de paz nas sociedades contemporâneas implica problematizar a própria noção de violência. Partindo dessa reflexão, no contexto dos estudos organizacionais, as noções de paz e violência devem ser problematizadas.

De fato, cabe a nós refletir sobre a concepção de paz e violência na sociedade contemporânea, representada por estruturas e sistemas organizacionais que regem nossas vidas. Todos nós nascemos, vivemos e morremos em organizações (Etzioni, 1980 apud Kunsch, 2003), o que nos remete a evidenciar a importância que as organizações têm e sua intrínseca relação com a legitimação de determinadas estruturas, práticas e culturas de violência na vida em sociedade. Neste ponto, Etzioni (1980) amplia suas considerações e afirma que:

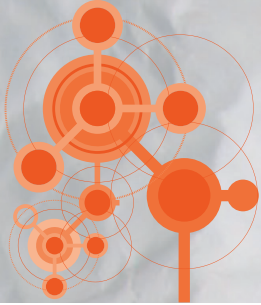
Nascemos em organizações e quase todos nós somos educados por organizações, e quase todos nós passamos a vida a trabalhar para organizações. Passamos muitas de nossas horas de lazer a pagar, a jogar e a rezar em organizações. Quase todos nós morreremos numa organização e, quando chega o momento do funeral, a maior de todas as organizações – o Estado – precisa dar uma licença especial. (Etzioni, 1980, p. 7 apud Kunsch, 2003, p. 19)

É a partir dessa perspectiva que nos aproximamos da discussão em torno da *violência organizacional*, que perpassa diversos âmbitos da atividade, discurso (comunicação) e práticas culturais das organizações e tem se apresentado como um tema complexo no cenário da comunicação organizacional e das relações públicas. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo refletir sobre a noção de violência organizacional a partir da contribuição da perspectiva crítica dos estudos para a paz (*peace studies*), em especial a discussão em torno das tipologias de violência de Johan Galtung em contraposição aos princípios que orientam condutas éticas e responsáveis nas organizações.

Parte-se do pressuposto de que as organizações privadas, públicas e do terceiro setor são expressões socioeconômicas e culturais da atividade humana. Entendemos que podem maximizar um conjunto de violências quando se observa sua condição de *colonizadoras corporativas* (Deetz, 1992), impondo sua cultura aos grupos com os quais interage. Nesse contexto, com o intuito de reunir um referencial teórico inicial, apresentamos uma reflexão pautada por pesquisa bibliográfica a fim de fomentar um debate crítico em torno do conceito de violência organizacional. Assim, entendemos que podemos defini-la como o conjunto de violência direta, estrutural e cultural (Galtung, 1969, 1996, 2003), que encontra nas organizações mecanismos para sua legitimação, especialmente mediante sua cultura organizacional, modelo de gestão, filosofia organizacional, legislações específicas que impactam a vida das organizações, bem como as estruturas físicas e ambientais que afetam a saúde do trabalhador.

Como veremos, a problematização da manifestação e naturalização da violência organizacional tem encontrado inúmeras expressões violentas, que se relacionam com as estruturas físicas, administrativas e burocráticas, mas, principalmente, com as práticas culturais, que se apresentam como estratégias comunicacionais legitimadoras de todas as tipologias de violência nas organizações.

Partindo dessa proposta, apresentamos um cenário descritivo de violências provocadas pelas próprias estruturas organizacionais (privadas, públicas ou do terceiro setor) e, finalmente, pelos próprios indivíduos que representam tais organizações e podem ou não legitimar condutas ou discursos violentos.



Um exemplo é a violência de gênero, que afeta especialmente as mulheres e tem sido frequente no ambiente organizacional, com inúmeros relatos de assédio moral ou sexual, além da disparidade de salários entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Outro exemplo é a violência contra pessoas LGBTIs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans e de intersexo), que enfrentam inúmeras dificuldades para alcançar postos de trabalho formais, bem como o preconceito que sofrem nos ambientes organizacionais.

A violência do racismo institucional no Brasil mascara um preconceito étnico-racial histórico e apresenta estatísticas alarmantes sobre a empregabilidade de pessoas negras, pardas e indígenas nas organizações brasileiras. Outro caso é o da discriminação ou preconceito etário (com foco em pessoas que dão continuidade à carreira profissional mesmo depois de aposentadas, seja para complementar sua renda familiar ou seguir com sua atividade profissional). A discriminação de pessoas com deficiência, que apesar de encontrar amparo em legislação específica, tem encontrado dificuldades para sua inserção e efetiva integração no mercado de trabalho. Também há a xenofobia no ambiente organizacional, especialmente entre equipes multiculturais em empresas multinacionais, e a precarização das condições de trabalho, que submete inúmeros trabalhadores a condições insalubres de trabalho, afetando a saúde humana. E ainda o trabalho escravo e o trabalho infantil que, apesar de também possuírem legislações específicas que tentam criminalizar sua prática, ainda resistem em diversas regiões do mundo.

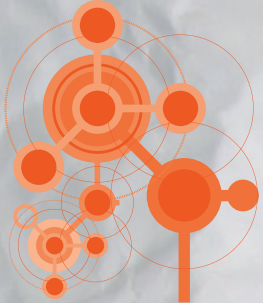
Todas essas manifestações de violência organizacional representam, de fato, um reflexo da violência em sociedade. As organizações, por serem expressões socioeconômicas e culturais da atividade humana, traduzem essas violências quando se observa sua condição de *colonizadoras corporativas* (Deetz, 1992), impondo sua cultura. Contudo, apesar da força brutal que esses ambientes e culturas organizacionais exercem sobre os indivíduos, observam-se iniciativas interessantes no mundo que buscam limitar, vigiar e orientar a ação das organizações, a fim de apresentar alternativas responsáveis e éticas alinhadas com um mundo diverso, complexo. De fato, nas últimas décadas, observa-se um questionamento dessas violências historicamente constituídas e naturalizadas, especialmente mediante a prática da governança corporativa, o *compliance* e *accountability*, que passam, substancialmente, pela implementação de princípios éticos no ambiente organizacional.

DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE BOURDIEU ÀS TIPOLOGIAS DE VIOLÊNCIA DE JOHAN GALTUNG

Para problematizar a noção de violência, partimos da noção de *violência simbólica*, de Pierre Bourdieu (2014), que se aproxima do entendimento da noção de *violência cultural* de Johan Galtung (2003), conceito que influencia nossa concepção de *violência organizacional*.

Para tanto, primeiramente, pensando no conceito de violência simbólica, podemos compreender que a violência pode se manifestar a partir da cumplicidade entre quem a exerce e quem a sofre, isto é, acordos não conscientes entre o perpetrador e a vítima da violência geram situações de dominação que nem sempre são por eles percebidas como atos violentos. Esta definição, proposta por Bourdieu (2014), abre o leque das noções sobre a violência, especialmente as que a relacionam estritamente aos atos físicos.

Este conceito, calcado na “harmonia inconsciente” entre as estruturas objetivas e mentais, é denominado por Bourdieu como violência simbólica (2014, p. 151). Em contextos de violência simbólica, as hierarquias sociais são tratadas com naturalidade, como se fossem intrínsecas ao sistema societal em vigor.



Pela dificuldade de quantificação deste tipo de violência, principalmente quando comparada a atos de violência física, a violência simbólica configura-se como pouco perceptível, uma vez que, para compreendê-la, faz-se necessária a quebra da superficialidade e a imersão nos níveis mais profundos da violência, ou seja, em toda a estrutura social que a legitima.

Teríamos, então, a fim de exemplificar, a seguinte situação: o *Atlas da violência 2018*, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), afirma que, segundo o Ministério da Saúde, o Brasil teve, no ano de 2016, mais de 62 mil homicídios, o que é equivalente a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes. Ainda segundo o documento, a taxa de homicídios entre a população negra brasileira, no período de 2006 a 2016, aumentou 23,1%.

Em contrapartida, a taxa entre a população de não negros, no mesmo período, decresceu 6,8%. A publicação destaca, também, que a taxa de homicídio entre as mulheres negras foi 71% maior à de mulheres não negras. Estes dados representam quantificações de atos de violência direta, claramente perceptíveis. Por outro lado, por trás dos dados estatísticos apresentados, há razões que explicam por que a população negra é mais vulnerável nesse contexto. Esses porquês, o que leva às situações especificadas, são atos de violência simbólica, isto é, a violência, neste caso, não estaria nos atos propriamente ditos (homicídios), mas nos elementos que estruturam a sociedade brasileira e permitem que esses atos aconteçam.

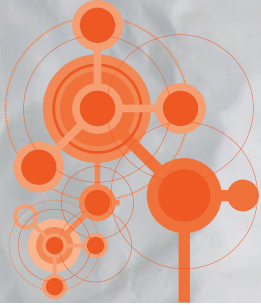
Aprofundar-se no conceito de violência simbólica requer uma compreensão das estruturas de poder que atuam como pano de fundo. Para isso, é importante retomar as definições de poder simbólico explicadas por Bourdieu (1979). O autor discorre que a sociedade é configurada por meio de um sistema de poder hierarquizado, em que as produções simbólicas são geradas de acordo com os interesses dos grupos do topo da hierarquia. Tais interesses, que tendem a beneficiar apenas uma pequena parcela da população, são apresentados como interesses universais. A não consideração dos interesses de outros grupos sociais implica em uma dominação por parte dos que detêm o poder: ela seria, enfim, um mecanismo para o fortalecimento de seu poder simbólico. A imposição de interesses de uma classe sobre a outra é um processo que ocorre de maneira institucionalizada, aparentando ser o curso natural pelo qual a sociedade deve prosseguir. Por não atingir indivíduos específicos de maneira direta ou física, trata-se, portanto, de um ato de violência simbólica.

Vários outros autores se dedicaram a escrever sobre a violência direta e a violência indireta ou estrutural, como Galtung (1969), Michaud (1989) e Baudrillard (2003). Entretanto, Galtung deu importantes contribuições para as pesquisas sobre a violência na perspectiva crítica dos estudos para a paz (ou *peace studies*). O autor propõe, ao final da década de 1950 e início dos anos 1960, redefinir os conceitos de paz e violência, o que o levou a ser considerado um dos principais pesquisadores no do tema¹. De fato, a obra de Galtung é extensa e diversa, e aporta uma profundidade de perspectivas ao propor que se pense a *paz* a partir da erradicação da violência (Ferreira; Sant'Ana, 2015; Galtung, 1996).

A violência, para Galtung (1969, 2003), pode ser compreendida partindo da identificação da relação entre três diferentes tipologias ou formas de manifestação: a primeira delas, a violência direta, seria o seu nível mais visível, no qual se identificam agressor e vítima e se refere ao ato ou acontecimento que pode ser registrado (fotografado, filmado). Neste artigo, daremos destaque às outras duas definições: a violência estrutural e a violência cultural.

Ambos os conceitos se aproximam ao de violência simbólica proposto por Bourdieu. Enquanto a violência estrutural se refere às estruturas desiguais de poder entre pessoas e a sociedade, como a má distribuição de renda, a falta de acessibilidade a serviços de saúde ou as oportunidades educacionais (Galtung, 1969), a violência cultural faz referência aos aspectos de uma

¹ Os estudos para a paz são uma área do conhecimento de caráter inter e transdisciplinar que se propõe, não somente, a investigar as estratégias para atingir a paz positiva por meio da transformação da cultura de violência, mas também a compreender a articulação entre as tipologias de violência (direta, estrutural e cultural).



cultura que são utilizados para legitimar a violência direta ou estrutural, por exemplo a arte, a religião, a linguagem e as ciências (Galtung, 2003). Galtung (2004, p. 2, tradução nossa) sintetiza que:

As grandes variáveis da violência podem ser explicadas facilmente em função da cultura e da estrutura: violência cultural e estrutural causam violência direta, e empregam como instrumentos atores violentos que se rebelam contra as estruturas e se apropriam da cultura para legitimar o uso da violência. Obviamente, a paz também deve ser construída a partir da cultura e da estrutura, e não somente na mente humana.

Sob a perspectiva dos estudos para a paz, podemos compreender que a cultura da violência atinge todos os âmbitos sociais, e que essa mesma cultura legitima e naturaliza a violência por trás de estruturas físicas, tais como ambientes organizacionais extremamente insalubres, ou estruturas abstratas, como sistemas patriarcais de gestão organizacional que impõem uma cultura organizacional machista (violência estrutural). Já com relação aos atos humanos, de igual maneira, se legitima uma violência cultural na nossa própria linguagem, ou seja, no contexto organizacional os próprios discursos organizacionais formais e informais são veículos legitimadores de determinadas violências, tais como preconceito, machismo ou homofobia. Portanto, partindo dessa problemática, observa-se a necessidade da identificação dos elementos estruturantes dos discursos e práticas organizacionais para o questionamento da violência cultural no contexto da comunicação e a prática das relações públicas nas organizações privadas, públicas e do terceiro setor como instrumento legitimador da violência direta e estrutural.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

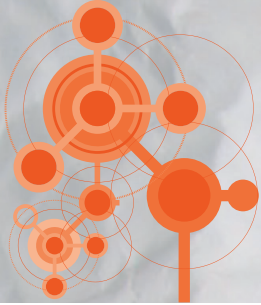
A violência, quando não manifestada na sua forma direta, se apresenta de maneira institucionalizada, muitas vezes não percebida como tal. Este tipo de violência não se dá apenas em casos isolados, mas principalmente como processos organizacionais recorrentes e não individualizados, que fazem da violência, muitas vezes, um elemento institucional legitimado pela própria cultura das organizações.

A institucionalização da violência seria uma forma de manutenção do poder simbólico de quem já o tem, ou seja, uma garantia de funcionamento para as organizações, tanto públicas quanto privadas. De acordo com Rosa e Brito (2009), as organizações assumem status de macrocosmo social, e sua tendência é reproduzir as dinâmicas sociais mais expressivas. Assim, reproduzem, também, a violência.

O avanço do modelo capitalista colaborou para intensificar os contextos de violência simbólica entre grupos sociais. Exemplos datam de séculos atrás: as relações de trabalho durante os anos do Brasil escravocrata são um exemplo claro de como a violência era institucionalizada pelo Estado. A legalidade da compra e venda de escravos – violência estrutural assegurada pelo Estado – servia como aporte para a legitimação da violência direta – torturas físicas e exaustão por trabalho contínuo. Ao apoiar a manutenção deste sistema social, no qual saíam beneficiadas apenas as classes que já estavam no poder, o Estado corroboraria a situação, fazendo com que fosse vista como normalizada pela população e, conseqüentemente, não posta em xeque.

A censura aos que se opunham às ditaduras militares e a sensação de terror durante períodos ditatoriais também se constituem como violência simbólica. Elas são formas de controle social da violência, como afirma Michaud (1989), e estratégias de dominação que o Estado utiliza para evitar uma minimização de seu poder simbólico.

O Estado, como instituição pública, é responsável por institucionalizar a violência quando, por exemplo, aprova leis que desfavorecem as minorias sociais ou oferece condições precárias à população. Da mesma forma, organizações privadas



também determinam situações de violência institucionalizada ou organizacional, uma vez que, em ambos os casos, elas são decorrentes da cultura de violência.

Conforme afirma Galtung (2003), a violência cultural é duradoura e processual, dadas as transformações lentas das culturas. As organizações podem, conseqüentemente, reproduzir a cultura de violência, que seria desconstruída a partir do processo de transformação em cultura de paz, isto é, na transformação de aspectos violentos específicos de uma cultura. De fato, não se pode afirmar que uma cultura, em si, de maneira generalizada, seja violenta. Vale ressaltar que cada sociedade define a violência seguindo critérios próprios (Michaud, 1989). A cultura de violência tende a ser maniqueísta, exaltando o valor do "eu" e diminuindo o valor do "outro". Este elemento, assim como certas ideologias, e o uso de linguagem ofensiva, entre outros fatores, podem ser empregados tacitamente no ambiente organizacional, colaborando para a institucionalização da violência.

Vieira (2008) afirma que, em nossa sociedade, as relações trabalhistas estão permeadas pela violência institucionalizada. O autor discorre sobre os diferentes níveis de violências que podem ser enfrentadas no ambiente de trabalho, uma vez que as organizações "passaram a ser disseminadoras de uma violência legalizada, de acordo tanto com uma política econômica aceita como de uma política social de sobrevivência" (p. 167).

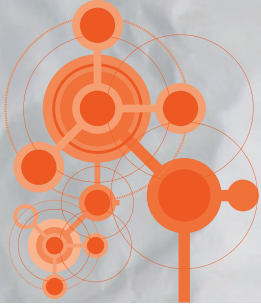
Primeiramente, a violência direta física, nas relações de trabalho, se dá pela intensificação das atividades realizadas, pelo aumento da jornada de trabalho, pela repetição das tarefas etc., fatores que têm conseqüências diretas sobre a saúde do trabalhador. Faz-se presente, também, a violência psíquica: ela é gerada por causas como o medo de perder o emprego e pela cobrança do aumento da produtividade. Finalmente, há a violência social, que fomenta as duas anteriores. Ela se expressa pelos valores morais, pelos costumes – "estabelece a reprodução do meio sem os devidos questionamentos das práticas sociais nas relações do trabalho" (Vieira, p. 168), ou seja, é uma forma de violência simbólica.

Partindo desse debate, podemos encontrar uma reflexão crítica que reverbera a discussão em Adorno e Horkheimer (1985, p. 48), quando afirmam que: "as armas, as máquinas e, por fim, a linguagem são os instrumentos que legitimam a dominação". A partir dessa citação, podemos identificar três estruturas que representam sistemas de opressão, coerção, institucionalização e legitimação de violência na nossa sociedade, especialmente do último século.

De fato, na década de 1960, os referidos pensadores já sinalizavam a violência institucionalizada do Estado mediante a legitimação da força pelos aparatos estatais da polícia e do exército. As armas, como metáfora do sistema de controle social, representam a violência do poder coercitivo legalizado pelo próprio Estado contra seus cidadãos e contra outros estados. Com relação às máquinas, Adorno e Horkheimer direcionam sua crítica aos sistemas produtivos intensificados e massificados pela revolução industrial, e recriaram a relação entre pessoas e técnicas, colaborando para a distância abissal entre os donos dos meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho. Essa violência estrutural, legitimada pelo sistema do capital, eleva a desigualdade e naturaliza determinados desequilíbrios sociais. Por último, a linguagem, tal como identificaram os pensadores, se configura, de fato, como o mecanismo mais sutil, porém é o que vai legitimar o sistema de controle social e o produtivo mediante os próprios discursos sociais e produtos da cultura.

É nessa visão marxista sobre a linguagem (no caso, a comunicação, especialmente a hegemônica) que os pensadores vão fundamentar um princípio básico da hegemonia cultural, seguindo a visão de Antonio Gramsci (1978), que se vale dos próprios discursos sociais como mecanismo de dominação.

Assim, podemos identificar, no ambiente organizacional, a reprodução dessa mesma lógica quando os mesmos discursos contribuem para sedimentar uma cultura e filosofia organizacional em que se naturaliza a opressão. Tal naturalização ocorre mediante a violência estrutural (presente nas próprias estruturas organizacionais físicas, administrativas ou burocráticas



e sistemas trabalhistas que tensionam o indivíduo), como também a violência cultural (manifestada na forma de discursos e práticas culturais e comportamentais que fomentam o preconceito étnico-racial, a violência machista, a LGBTfobia ou o assédio no ambiente organizacional).

VIOLÊNCIA ORGANIZACIONAL: EXEMPLIFICAÇÕES

Ao observar a conformação da violência estrutural e cultural nas organizações, podemos identificar uma diversidade de contextos e situações que naturalizam determinadas práticas, culturas e filosofias organizacionais, evidenciando um desequilíbrio nas relações estabelecidas.

Violência contra mulheres no mercado de trabalho

A violência contra as mulheres no mercado de trabalho vem sendo pauta de debate por parte dos movimentos feministas. Historicamente, teorias como o “telhado de vidro” (*glass ceiling*) (Davidson; Cooper, 1992) denunciam a violência estrutural contra mulheres que, apesar de alta qualificação profissional, frequentemente não conseguem ascender aos mais altos postos diretivos de trabalho, devido à cultura organizacional machista que as impede de ocupar posições de comando. Segundo levantamento da empresa Catho, ao avaliar oito funções em organizações de todo o país durante 2017, observou-se que

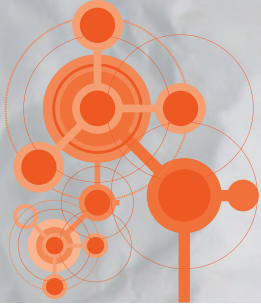
as mulheres ganham menos do que os homens em todos os cargos. [...] A maior diferença é no cargo de consultor, no qual os homens ganham 62,5% a mais do que as mulheres. Para cargos operacionais, a diferença entre os salários chega a 58%, e para especialista graduado é de 51,4%. (Kometani, 2017).

Outros estudos têm identificado um fenômeno que complementa a teoria do “telhado de vidro – a “escada rolante de vidro” (Williams, 1992). Esta expressão sugere que, enquanto as mulheres, em organizações dominadas por homens, têm frequentemente dificuldades em subir na carreira, os homens, em profissões dominadas por mulheres (por exemplo, enfermagem, ensino pré-primário) sentem pressão para ascender na carreira mais rapidamente, sendo promovidos de forma mais rápida do que as mulheres. Assim, mesmo em profissões em que têm superioridade numérica, as mulheres têm dificuldade em progredir profissionalmente.

A desigualdade salarial é apenas um reflexo da violência estrutural vivida por mulheres no mercado de trabalho no Brasil. Além disso, a violência da cultura patriarcal tem produzido inúmeras situações de violência machista em empresas, organizações públicas e do terceiro setor. O assédio moral e sexual contra mulheres, muitas vezes, se configura como instrumento de coerção no ambiente laboral legitimado, frequentemente mediante piadas machistas, expressões pejorativas e até abuso de poder, conformando um conjunto de práticas que naturalizam a violência cultural.

LGBTIfobia no ambiente organizacional

Nesse cenário, outra violência observada no ambiente organizacional se refere ao medo à diversidade em toda sua complexidade. Em especial, a diversidade sexual tem sido amplamente atacada não somente no âmbito privado, mas também no público. ALGBTIfobia, ou aversão às lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas transexuais e de intersexo, tem sido pauta para o debate em torno da violência que essa população sofre no ambiente organizacional, seja relacionada ao preconceito em entrevistas para contratação, à marginalização profissional ou ao subemprego. Observa-se que há falta de empregabilidade, ausência de mecanismos legais que visem a proteção e o bem-estar em situações de casamentos homoafetivos ou morte do(a) companheiro(a), além do bullying, do assédio moral e sexual que sofrem por parte dos próprios colegas de trabalho.



Segundo relatório publicado pela Center for Talent Innovation² de janeiro de 2016, 61% dos empregados LGBTIs no Brasil preferem ocultar sua orientação sexual ou identidade de gênero para colegas e gestores, por medo à rejeição, exclusão ou discriminação no trabalho (Belloni, 2016). Este cenário brasileiro vem motivando algumas instituições, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a produzir orientações para empresas sobre padrões de conduta ética e responsável diante da diversidade nas organizações contemporâneas (United Nations Human Rights, 2017).

Racismo institucional

Longe de ser uma realidade isolada, a violência organizacional também se observa na cultura do preconceito étnico-racial que, muitas vezes, é legitimado pelas organizações. O racismo institucional no Brasil sinaliza um dos maiores atos de violência estrutural e cultural, afiançados pelas estruturas e sistemas organizacionais, que conformam empresas privadas, públicas e organizações do terceiro setor no nosso país. A dificuldade que pessoas negras, pardas, indígenas ou de outras etnias têm em aceder e ascender a determinados postos de trabalho indica um grave problema estrutural e cultural relacionado à histórica desigualdade produzida pelos sistemas coloniais e escravocratas, que dizimaram, escravizaram e marginalizaram essa população.

O *Retrato das desigualdades de gênero e raça de 1995 a 2015*, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, divulgada em 6 de março de 2017 (que integra um projeto realizado pelo Ipea desde 2004 em parceria com a ONU Mulheres Brasil), ressalta que:

Em 2015, a taxa de desocupação feminina era de 11,6% – enquanto a dos homens foi de 7,8%. No caso das mulheres negras, a proporção chegou a 13,3% (a dos homens negros, 8,5%). Os maiores patamares encontram-se entre as mulheres negras com ensino médio completo ou incompleto (9 a 11 anos de estudo): neste grupo, a taxa de desocupação em 2015 foi 17,4%. (Ipea, 2017, p. 2)

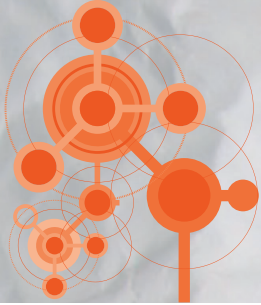
Discriminação ou preconceito etário

Ao mesmo tempo, e observando uma tendência mundial referente ao aumento da expectativa de vida nas últimas décadas, identifica-se a *discriminação etária* provocada pelo preconceito contra pessoas idosas que, cada vez mais, têm prorrogado sua aposentadoria em virtude de inúmeros fatores, tais como: mudança na legislação da previdência social, opção pela continuidade na atividade profissional ou necessidade de complementação da renda familiar. Nesses casos, ao mesmo tempo que a convivência entre diferentes culturas geracionais tem provocado oportunidades de aprendizagem, por outro lado, também tem gerado inúmeras situações de conflito. O fato é que ainda predominam situações de naturalização da cultura da violência mediante marginalização e subcontratação, e até submissão a péssimas condições laborais que colocam em risco a vida e saúde dessas pessoas.

Por exemplo, pesquisa nacional do Ipea constatou que, entre o quarto trimestre de 2014 e o segundo trimestre de 2016, a taxa de desemprego entre a população idosa no Brasil aumentou 132% – a maior taxa de variação entre todas as faixas etárias (Ipea, 2016).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) defende que a idade não é um fator que deve ser levado em conta para a empregabilidade e que não é um indicativo de produtividade. Além disso, segundo a organização, estratégias de combate ao preconceito etário colaboram para a criação de grupos de trabalho intergeracionais e a participação das pessoas idosas na sociedade (2016).

² Disponível em: <<http://www.talentinnovation.org/>>. Acesso em: 2 abr. 2018.



Violência contra pessoas com deficiência

Essa mesma violência também é sofrida por pessoas com deficiência que, nos últimos anos, apesar de contarem com legislação específica mediante a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Cotas), que obriga empresas com mais de 100 funcionários a contratar uma porcentagem de pessoas com deficiência no Brasil, não tem conseguido sua inclusão total no mercado de trabalho, embora com alguns avanços. E mesmo em relação à convivência no ambiente organizacional, considerando os mecanismos de acessibilidade, que ainda são restritos em muitos casos, observa-se uma violência estrutural que negligencia sua segurança e desenvolvimento profissional.

No Brasil, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho, o número de pessoas com deficiência empregadas em 2015 era de aproximadamente 403 mil (Brasil, 2016). Apesar de ter aumentado em comparação aos anos anteriores, a participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho em relação ao total de vínculos formais ainda não atinge 1%. Em 2014, a taxa era de 0,77%; em 2015, 0,84%.

Xenofobia: violência contra o estrangeiro no ambiente de trabalho

Para além do cenário descrito, outra realidade observada no âmbito organizacional no Brasil se refere aos ambientes e equipes multiculturais. Diante da intensificação dos fluxos migratórios nos últimos séculos, e mais especialmente desde o final do século XX, observa-se que a xenofobia não é um fenômeno temporário; ela tem impactado o ambiente organizacional também. O aumento no número de equipes multiculturais, principalmente em empresas multinacionais, vem desenhando um cenário complexo do ponto de vista da gestão intercultural. A rejeição, o preconceito, o medo ao estrangeiro de determinadas nacionalidades vêm legitimando uma cultura do ódio, que permeia desde manifestações por parte de movimentos xenófobos, passando pelo uso da linguagem nas mídias sociais, até os discursos organizacionais.

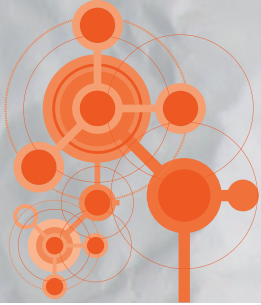
Especialmente diante da última crise financeira internacional, observa-se o endurecimento de leis de imigração que desfavorecem a permanência legal de estrangeiros em determinados territórios, produzindo, em alguns casos, a submissão ao emprego informal ou subemprego. Dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) registraram que 2017 foi o ano de mais pedidos de refúgio no Brasil.

Numa declaração pública realizada em 2016, o ex-secretário geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, "pediu um maior engajamento das empresas na implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, e alertou o setor privado para o combate à xenofobia e à discriminação no ambiente de trabalho e nas comunidades, em um cenário de aumento das migrações e do fluxo de refugiados" (ONU, 2016).

Corrupção e propina em organizações públicas, privadas e do terceiro setor

Segundo pesquisa realizada anualmente pela agência de relações públicas Edelman Significa, ao longo dos últimos anos observa-se uma queda significativa da confiança dos brasileiros em relação às suas instituições (públicas, privadas e do terceiro setor), que se estende desde governantes até CEOs de algumas empresas. A edição número 18 da referida pesquisa da agência em 2018 destacou que:

O estudo global EDELMAN TRUST BAROMETER 2018 revela que os índices de confiança caíram em todas as instituições no Brasil. As maiores quedas aconteceram no Governo, que despencou 6 pontos, chegando aos 18%, e na Mídia, que perdeu 5 pontos, agora com 43%. As Empresas, este ano com 4 pontos a menos, e as ONGs, com menos 3, aparecem empatadas: ambas com 57%. Os movimentos para baixo colocam o Brasil entre os seis países com quedas extremas de confiança, ao lado de Estados Unidos,



Itália, África do Sul, Índia e Colômbia. O estudo traz outras seis nações na outra ponta, representando os maiores ganhos: China, Emirados Árabes, Coreia do Sul, Suécia, Malásia e Polônia. Globalmente, 20 dos 28 países pesquisados, incluindo o Brasil, foram classificados como desconfiados em relação às suas instituições, ou seja, índices abaixo dos 50. (Edelman Trust Barometer, 2018)

Essa realidade revela que os escândalos relacionados à corrupção e a ausência de princípios éticos nas organizações brasileiras (representadas por pessoas) têm impactado a relação de confiança que deveria pautar o relacionamento entre organizações e seus diversos públicos. De fato, esse cenário se apresenta como uma forma de violência organizacional, uma vez que fere a expectativa que se tem e se anseia em relação à postura íntegra de representantes dessas organizações.

Precarização das condições de trabalho, trabalho escravo e trabalho infantil

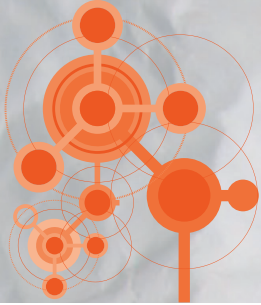
A precarização das condições de trabalho, ambientes organizacionais insalubres, pouco iluminados ou submetidos a agentes nocivos à saúde humana são indicadores da violência organizacional, que nesse caso se constituem como estruturas processuais de opressão do indivíduo num sistema de acumulação de capital que maximiza a exploração dos sujeitos para obtenção do lucro. Tal como defende Vieira (2008), acrescenta-se a essa realidade a violência direta, representada pela violação de legislações trabalhistas quanto ao abuso e exploração do trabalhador na imposição de jornadas de trabalho intensivas, repetição de tarefas e até o subemprego. Ao mesmo tempo, “a violência psíquica, gerada pelo medo a perder o emprego e cobrança pelo aumento da produtividade, além da violência social, expressa por valores morais e costumes que legitimam as outras violências” (Vieira, 2008, p.168).

Nesse cenário, não é raro observar o desrespeito às legislações de vários estados que proíbem o trabalho escravo e infantil. Segundo pesquisa publicada em setembro de 2017 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Fundação Walk Free, em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), “mais de 40 milhões de pessoas foram vítimas da escravidão moderna em 2016 globalmente. Além disso, a OIT também lançou uma nova estimativa de que cerca de 152 milhões de crianças entre 5 e 17 anos foram submetidas ao trabalho infantil no mesmo ano” (ONU, 2016).

O fato é que todas essas realidades de violência organizacional apontam para um cenário de questionamentos sobre o papel das organizações como gestoras da vida social. Para além de um discurso pautado por princípios e valores organizacionais que valorizam pessoas e suas diversidades, é precisamente na sua atuação e práticas culturais discursivas cotidianas que se observa seu posicionamento ideológico. Partindo dessa perspectiva, pode-se interpretar as organizações como ambientes físicos e culturais que também anseiam pela colonização do pensamento e dominação do mundo e da vida, o que implica um debate crítico sobre ética e responsabilidade organizacional, a fim de fomentar um questionamento sobre as ações organizacionais como mecanismos de legitimação da violência.

Também se observa o crescimento de iniciativas voltadas para inibir, minimizar ou impedir o avanço da violência nos ambientes organizacionais. Com base no Pacto Global das Nações Unidas, publicado em 2000, reconhece-se que as organizações podem ser importantes parceiras para a realização e implementação de ações voltadas para os dez princípios do pacto, que visam identificar, denunciar e combater a violência no ambiente organizacional (Pacto Global das Nações Unidas Rede Brasil, [20--?]). Esses dez princípios estão organizados em três âmbitos: a) trabalho (apoio à negociação coletiva, eliminação de trabalho forçado ou compulsório, abolição do trabalho infantil, eliminação da discriminação no emprego); b) meio ambiente (prevenção aos desafios ambientais, maior responsabilidade ambiental, desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientais amigáveis); e c) anticorrupção (combater todas as formas de corrupção, inclusive extorsão e propina).

Tais princípios também dialogam com os 17 objetivos globais de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, a saber: 1) erradicação da pobreza; 2) fome zero e agricultura sustentável; 3) saúde e bem-estar; 4) educação de qualidade; 5) igualdade



de gênero; 6) água potável e saneamento; 7) energia acessível e limpa; 8) trabalho decente e crescimento econômico; 9) indústria, inovação e infraestrutura; 10) redução das desigualdades; 11) cidades e comunidades sustentáveis; 12) consumo e produção responsáveis; 13) ação contra a mudança global do clima; 14) vida na água; 15) vida terrestre; 16) paz, justiça e instituições eficazes; e 17) parcerias e meios de implementação³. Tais objetivos podem ser concretizados de forma mais efetiva se contarem com a parceria das organizações privadas, públicas e do terceiro setor da sociedade civil para a aceleração de sua execução, a fim de cumprir com a proposta da Agenda 2030 da ONU.

Sendo assim, observamos que o papel das organizações nesse contexto é fundamental, uma vez que se reconhece a efetividade de suas ações. Portanto, deve-se buscar mecanismos para inibir e combater a violência organizacional, assim como elevar sua eficácia como agentes ativos da sociedade para a promoção do bem-estar social.

Por essa razão, a noção de governança corporativa ganha relevância junto às técnicas de *compliance* e *accountability* (Ferrari, 2015), uma vez que prevê mudanças organizacionais que visam assegurar o cumprimento de normas e procedimentos que vão impactar sua cultura e modelo de gestão pautados por princípios éticos e responsáveis no âmbito financeiro, social e ambiental. Nesse cenário de vulnerabilidade das organizações (Ferrari, 2015), a ética e a responsabilidade social se destacam, pois reafirmam o compromisso das organizações para com o avanço das mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais mais significativas de nosso tempo. Ao contextualizar o cenário brasileiro da última década, Ferrari (2015, p. 88) ressalta que:

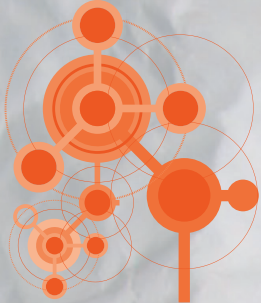
Se, por um lado, o desenvolvimento econômico – que estava alicerçado na abertura econômica, na política da estabilização e no crescimento da população – deu origem ao crescimento da classe média que impulsionou o aumento do consumo, por outro lado, observa-se que houve um desequilíbrio na dimensão ética, tanto por parte do Estado como das empresas privadas. Podemos afirmar que esse resultado tem suas causas nos fenômenos da globalização e do neoliberalismo. Infelizmente, o Brasil não tem tido êxito em mostrar ao mundo suas qualidades com a mesma facilidade que tem para expor suas mazelas, como os escândalos políticos e financeiros e a violência urbana.

Efetivamente, a busca pelo combate à violência em todas as suas formas é um compromisso ético de todos os agentes sociais, inclusive das próprias organizações, uma vez que, como “organismos vivos”, elas são formadas por pessoas, que também buscam melhorar as condições de vida nesse planeta.

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES PARA COMBATE À VIOLÊNCIA ORGANIZACIONAL

No contexto do debate em torno do compromisso ético das organizações, não somente para garantir sua sobrevivência no mercado globalizado, mas especialmente para chamá-las à responsabilidade como agentes sociais, observa-se que esse posicionamento sustentável deve ser assumido como *valor* (Ferrari, 2015, p. 96) e plasmado em sua identidade e cultura organizacional. Nessa perspectiva, elas podem realizar um amplo trabalho de mudança cultural, voltado para a identificação de formas de violência organizacional. O objetivo é criar mecanismos para sua inibição, principalmente das formas de violência perpetuadas pela cultura da organização, que a posicionam como “colonizadoras corporativas” (Deetz, 1992), impondo seu modelo de gestão e sua visão de mundo aos grupos com os quais interage.

³ Disponível em: <pactoglobal.org.br/>. Acesso em: 26 jun. 2018.



Nessa perspectiva, em 1992, Stanley Deetz cunhava o conceito de “colonização corporativa” para enfatizar a forma como as organizações se tornaram a instituição dominante na sociedade, eclipsando as instituições clássicas da família, religião, escola e comunidade. Seguindo de perto o filósofo J. Habermas, Deetz (1992, p. 13) descrevia o poder das organizações na “colonização do mundo da vida”, isto é, no processo de estruturação de crenças, valores e significados que constroem o nosso sentido de comunidade – e, portanto, o próprio sentido de identidade enquanto seres humanos no mundo social.

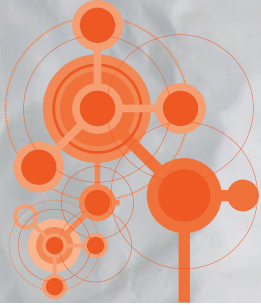
Partindo dessa noção, observa-se que o local de trabalho é um espaço crítico de formação de identidade, que se constitui na alteridade e em relação com o mundo que nos rodeia. Como Kuhn (2006) sublinha, aquilo que somos como pessoas está fortemente ligado às nossas identidades enquanto trabalhadores. As empresas têm noção disto, e não é ao acaso que gastam tempo, energia e dinheiro doutrinando os seus colaboradores acerca da sua filosofia e cultura organizacional.

A cultura organizacional tem sido definida como o conjunto de crenças, valores e normas de conduta, partilhadas e não escritas, através das quais os membros de uma organização se regem e que se reflete nos seus comportamentos. Portanto, é o conjunto de códigos partilhados pelos membros de uma organização, que se forma a partir da interpretação que fazem das normas formais e dos valores estabelecidos pela filosofia organizacional. No fundo, a cultura organizacional resulta da simbiose entre as normas de conduta definidas pela organização, as próprias crenças individuais partilhadas e os valores do grupo (Schein, 1985). Neste sentido, e teoricamente, uma filosofia organizacional conservadora e paternalista é fomentada por uma gestão centralizada e com relações de poder muito hierarquizadas, enquanto uma filosofia de gestão descentralizada possibilitará uma cultura mais democrática, igualitária e participativa. Mais do que duas formas de administração e comunicação, como Grunig (1989) bem realça, são duas perspectivas do mundo completamente diferentes, assimétrica e simétrica, com profundas implicações éticas na gestão das organizações.

Nas últimas décadas, o conceito de responsabilidade social tem ocupado um lugar central na literatura e discussão sobre ética na gestão empresarial. De forma simples, pode-se dizer que o debate oscila entre dois extremos: reduzir a responsabilidade da empresa à obtenção de lucro (do interesse dos acionistas) e sobrevivência da empresa (do interesse dos trabalhadores) ou defender uma extensão da responsabilidade da empresa a toda a comunidade. No primeiro caso, egoísmo e, no segundo, altruísmo empresarial. De acordo com Solomon (1995), apenas a “teoria dos *stakeholders*”, também apelidada de “teoria das partes interessadas”, consegue acoplar as duas perspectivas. Esta teoria aduz que a empresa deve gerir os interesses dos vários *stakeholders* (dirigentes, acionistas, empregados, consumidores, fornecedores, etc., mas também a comunidade envolvente e a sociedade no seu conjunto), porque isso é fundamental para uma gestão equilibrada, não violenta e benéfica para a organização. É uma teoria normativa que permite alargar o enfoque das preocupações empresariais sem perder de vista o objetivo estratégico de maximização dos lucros. Neste sentido, enquadra-se numa visão utilitarista dos problemas éticos na organização, em que a ética não pretende servir ideal, mas simplesmente um meio para atingir determinado fim.

Outras teorias éticas viram nos direitos universais uma base para a assunção de responsabilidades sociais pelas empresas. O ponto de partida é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (adotada pelas Nações Unidas em 1948) e outras declarações internacionais relacionadas com os recursos humanos, os direitos laborais e a proteção ambiental. São teorias que se regem por uma ética de tipo kantiano, na defesa de uma missão e dever moral das empresas de “melhorar o mundo”, como é reforçada por Mulligan quando afirma que:

As leis podem ser boas ou más; os mercados podem ser bons ou maus; e as expectativas públicas podem ser boas ou más. Em última instância, o único guia para a conduta correta é o nosso irreduzível senso moral e o nosso poder de levá-lo a cabo com a nossa iniciativa. (1993, p. 70-71)



Um dos reflexos mais exemplares deste tipo de abordagem é o modelo de certificação SA8000 (*social accountability*), um modelo que permite avaliar em que grau as empresas “fazem realmente aquilo que dizem fazer” (Waddock, 2004, p. 11-12). Criado em 1997 pela Social Accountability International⁴, uma organização sem fins lucrativos dedicada ao tratamento ético dos membros organizacionais em todo o mundo, esta certificação funciona como um sistema para melhorar o desempenho social das empresas, velar para que estas denotem respeito pelos direitos humanos e pela dignidade do ser humano. A norma abrange nove áreas: trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança, liberdade de associação e direito à negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horários de trabalho, remuneração e sistemas de gestão. A empresa certificada garante que os seus bens e serviços foram produzidos de acordo com um conjunto de valores éticos e socialmente aceitáveis.

Centenas de empresas dos cinco continentes e de vários setores foram já certificadas à luz desta norma. Os países com maior número de instituições certificadas são a Itália (1.309 entidades em abril de 2018), a Índia (977) e a China (606). O Brasil encontra-se longe dos melhores no ranking, uma vez que apenas 17 empresas são certificadas, ficando atrás, por exemplo, de Portugal que já conta com 33 entidades certificadas⁵.

Se, por um lado, a prolixidade de prêmios e indicadores que vão sendo implementados, tanto a nível nacional quanto internacional, é um claro sinal da importância que tem sido dada à gestão ética e socialmente responsável, por outro, vale a pena refletir se essas premiações não são apenas um uso para melhorar a imagem das organizações. O fato de a submissão a uma auditoria externa ser voluntária e não compulsiva é outro importante indicador. Pensemos no conceituado ranking de origem norte-americana, mas com reconhecimento e replicação internacional, “*great place to work*”⁶. A lista das “100 melhores empresas para trabalhar” é publicada anualmente, desde 1998, pela revista *Fortune*. Os critérios de seleção mais relevantes são relativos ao ambiente organizacional: credibilidade, respeito, justiça, sentimento de orgulho na empresa e espírito de camaradagem. O processo é hoje aplicado em vários continentes, designadamente na Europa, na América Latina e em vários outros países⁷. Entre outros, o ranking inclui o item “*Best place to work for inclusion and diversity*”. Para que uma organização seja elegível nesta lista, pelo menos 90% dos empregados devem concordar que são tratados com justiça e independentemente das suas características pessoais, tais como gênero, minoria étnica/racial, idade, deficiência e orientação sexual.

Diversos dados indicam que as “organizações autênticas”⁸ (Kets de Vries, 2001), como as listadas naquele ranking, têm climas de trabalho mais saudáveis e geram resultados económicos mais positivos. Além disso, a certificação pode também incrementar a reputação da empresa no mercado, tornando-a mais atrativa e rentável. O fato de grandes empresas, de várias partes do planeta, se empenharem fortemente na conquista destes prêmios revela a importância dessa matéria. Acresce-se o fato de as empresas bem cotadas como “as melhores para trabalhar” fazerem vasta divulgação desse reconhecimento ou prêmio, colocando nos seus produtos, nas suas instalações ou até na sua documentação oficial o logotipo e a referência ao prêmio. Uma prática que, para os mais céticos, levanta a questão de perceber se as políticas de responsabilidade social empresarial são sinceras *per se* ou se sua comunicação não passa de uma mera invenção das relações públicas (Frankental, 2001).

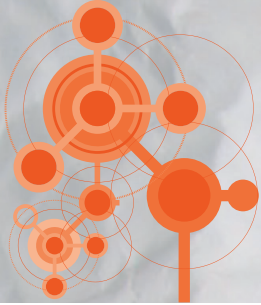
4 Disponível em: <<http://www.saasaccreditation.org>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

5 Dados consultados em: <http://www.saasaccreditation.org/SA8000_Certified_Organisations_Pie_Chart_by_Country>. Acesso em 2 abr. 2018.

6 Ranking das melhores empresas para trabalhar. Disponível em: <www.greatplacetowork.com>. Acesso em: 2. abr. 2018.

7 *Best place to work Brasil*. Disponível em: <www.gptw.com.br>. Acesso em: 2 abr. 2018.

8 “Autentizótico” é um neologismo da conjugação de dois termos gregos: *authentikos* e *zooteikos*. O primeiro significa que a organização é autêntica, merecedora de confiança; o segundo, que ela é essencial para a vida das pessoas, facultando-lhes sentidos de equilíbrio, de realização pessoal, de competência, de autonomia e de iniciativa. Ketz de Vries usa a expressão para designar as organizações que ajudam os seus colaboradores a estabelecer o equilíbrio entre a vida pessoal/familiar e o trabalho.



De fato, as ações socialmente responsáveis só o são verdadeiramente se estiverem impregnadas de um capital de sustentabilidade, isto é, se constituírem o "modo de ser", o DNA da empresa (Gonçalves, 2013). Numa visão mais otimista, na esteira de vários outros investigadores (Bowen, 2005; Gonçalves, 2013; Grunig, 1989; Pearson, 1989), apontamos precisamente às relações públicas o papel de conselheiro de ética nas organizações – uma função de gestão responsável pela introdução de valores morais e responsabilidade social nas tomadas de decisão. Como Bowen (2005, p. 839), posicionamos as relações públicas como a "consciência social" das organizações e aceitamos o seu valor pós-moderno enquanto "ativistas organizacionais pró-democracia", que sabem integrar outras visões do mundo (como as das minorias) nas estratégias organizacionais; ou ainda, como "ativistas internos" que se manifestam face a casos de tratamento injusto dos públicos organizacionais e enfrentam o poder envolvendo-se em atividades de resistência (Holtzhausen, 2000). Em suma, defendemos o papel fulcral das relações públicas nas organizações contemporâneas, para resistir à "colonização corporativa", ou seja, à violência organizacional, ideologia e poder corporativo dominante, sempre que contrário aos valores éticos e ao interesse público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do debate apresentado, buscamos refletir sobre a noção de violência organizacional a partir da contribuição da perspectiva crítica dos estudos para a paz, em especial da discussão em torno das tipologias de violência de Johan Galtung frente aos princípios que orientam condutas éticas e responsáveis nas organizações.

Ao considerarmos as manifestações da violência mediante cultura e filosofia organizacional e modelo de gestão, legislações específicas que impactam a vida das organizações, bem como as estruturas físicas e ambientais que afetam a saúde do trabalhador, são uma problemática evidente. Com base nas pesquisas brasileiras mencionadas e documentos internacionais de identificação e registro de violência no mundo do trabalho, podemos reconhecer uma ausência de diretrizes éticas e instrumentos normativos legítimos na gestão organizacional que fragiliza os meios de controle e vigilância, que buscam limitar a imposição do poder corporativo dominante (colonização corporativa).

De fato, sendo as organizações expressões socioeconômicas e culturais da vida social, pressupõe-se que sejam, também, reflexos da própria sociedade e, portanto, tendem a traduzir tais manifestações de violência, uma vez que nelas se concentram discursos e práticas que podem legitimar tais violências. Contudo, a busca por diretrizes normativas, pautadas por instrumentos éticos reguladores da ação das organizações ou defendidas por agentes da mudança organizacional, também tem se apresentado como um movimento crescente extremamente fundamental nesse cenário. Isso indica certo posicionamento crítico da sociedade frente à naturalização da violência no ambiente organizacional. Nesse cenário, fortalece-se o debate em torno do papel das relações públicas como conselheiras da ética organizacional, uma função de gestão responsável nas tomadas de decisão, buscando identificar e criar mecanismos para combate à violência organizacional.

Nesse sentido, cabe a nós refletir criticamente sobre essa visão em torno das relações públicas ao se assumir o papel de conselheiro da ética organizacional, uma vez que, historicamente, a construção de sua práxis tem se voltado, majoritariamente, para a manutenção da ideologia corporativa, representada na figura da coalizão dominante. Isso significa que, de fato, partindo desse contexto complexo e diverso, marcado pela violência organizacional, as relações públicas se encontram num momento de tensão, no qual são convocadas a orientar e aconselhar os gestores organizacionais no combate às formas de violência que se intensificam no microambiente das organizações.

Tal posicionamento, que também deriva de inúmeras iniciativas da sociedade civil de organizações globais, tais como a ONU mediante o Pacto Global, não visa apenas a manutenção da imagem e da reputação corporativa, mas principalmente a mudança cultural organizacional. Nesse sentido, busca-se o reconhecimento das relações públicas como ativistas



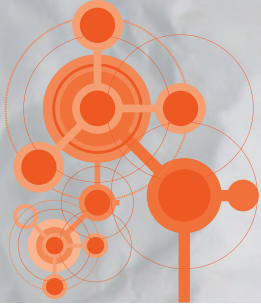
corporativos, que representam a crítica da organização como o mecanismo que “oxigena” o ambiente organizacional, a fim de alinhar estratégias que visem à educação corporativa para criação de instrumentos de identificação, denúncia e processo de eliminação de violências.

Com isso, reconhecemos o valor das contribuições da perspectiva crítica dos estudos para a paz em diálogo com a comunicação organizacional e as relações públicas, uma vez que nos oferecem referencial teórico para identificar as diversas formas de violência organizacional em tensão com os discursos dessas mesmas organizações que, muitas vezes, se contradizem. Como observamos, partindo da perspectiva teórica de Galtung, identificamos a inter-relação das três tipologias de violência (direta, estrutural ou sistêmica e cultural), que se articulam também no ambiente das organizações. Nesse contexto, reconhecemos que a violência cultural se constitui como o mecanismo mais sofisticado de imposição de determinadas ideologias, culturas e visões de mundo, que representam estratégias poderosas, que vão legitimar e naturalizar as outras formas de violência no cotidiano das organizações, algo que a ética organizacional e a governança corporativa (Ferrari, 2015) podem contribuir para seu controle e vigilância.

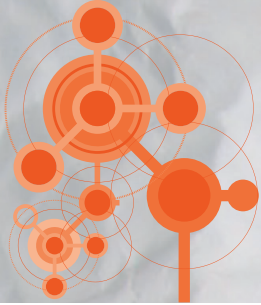
Contudo, a fim de contribuir com os diversos esforços globais para o combate à violência, será que não é momento de pautar, efetivamente, o compromisso das organizações para a eliminação de todas as formas de violência organizacional? Como buscar a coerência entre discurso e prática organizacional com relação à adoção de princípios éticos e ações responsáveis no contexto do sistema do capital? De fato, essas e outras questões são as que nos motivam a incentivar novas pesquisas que possam olhar para o cenário da comunicação organizacional e relações públicas como um campo legítimo de debate em torno da relação entre violência e acúmulo de capital, que necessita ser questionada para encontrarmos brechas para a sustentabilidade das organizações, dos ecossistemas e, principalmente, das pessoas que vivem nesse planeta.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BAUDRILLARD, Jean. *Power inferno*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- BELLONI, Luiza. 61% dos LGBTs do país escondem sua orientação sexual no trabalho. *Revista Exame*, 4 fev. 2016. Disponível em: <abr.ai/2zS9mcp>. Acesso em: 16 mar. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. *On the state: lectures at the Collège de France*. Cambridge: Polity Press, 2014.
- _____. Symbolic power. *Critique of Anthropology*, v. 4, p. 77-85, 1979.
- BOWEN, Shannon. Ethics of public relations. In: HEATH, Robert. (Org.). *Encyclopaedia of public relations*. New York: Sage, 2005.
- BRASIL. *Cresce número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal*. Governo do Brasil. 2016. Disponível em: <bit.ly/2wvekJI>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- DAVIDSON, Marilyn J.; COOPER, Cary L. *Shattering the glass ceiling the woman manager*. London: Paul Chapman Publishing, 1992.
- DEETZ, Stanley. *Democracy in an age of corporate colonization*. Albany: State University of New York Press, 1992.
- EDELMAN TRUST BAROMETER. Edelman Trust Barometer 2018 mostra o Brasil entre os seis países com quedas extremas de confiança no mundo. 2018. Disponível em: <bit.ly/2JFIKuW>. Acesso em: 1 jul. 2018.



- FRANKENTAL, Peter. Corporate social responsibility: a PR invention? *Corporate Communications*, v. 6, n. 1, p. 18-23, 2001.
- GALTUNG, Johan. *Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization*. Oslo: International Peace Research Institute, 1996.
- _____. Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, Thousand Oaks, v.6, n. 3, p.167-191, 1969.
- _____. *Violencia cultural*. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratuz, 2003.
- _____. Violencia, guerra y su impacto: sobre los efectos visibles e invisibles de la violencia. *Polylog: Foro para la filosofía intercultural*, [S.l.], n. 5, p. 1-16, 2004.
- GONÇALVES, Gisela. *Ética das relações públicas*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRUNIG, James. E. Symmetrical presuppositions as a framework for public relations theory. In: BOTAN, Carl; HAZELTON, Vincent (Ed.). *Public relations theory*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1989. p. 17-44.
- HOLTZHAUSEN, Derina. R. Postmodern values in public relations. *Journal of Public Relations Research*, Abingdon, v. 12, n. 1, p. 93-114, 2000.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da violência 2018*. 2017. Disponível em: <bit.ly/2M1A7NG>. Acesso em: 24 jul. 2018.
- _____. *Desemprego cresce entre idosos, enquanto entre jovens se estabiliza*. 20 set. 2016. Disponível em: <bit.ly/2LpcaSV>. Acesso em: 21 mar. 2018.
- _____. *Retrato das desigualdades de gênero e raça – 1995 a 2015*. 2017. Disponível em: <bit.ly/2mDzbow>. Acesso em: 22 mar. 2018.
- FERRARI, Maria. *Governança e sustentabilidade na gestão de negócios*. In: SANTOS, Celia M. R. G. dos (Org.). *Estratégias competitivas: comunicação inovação e liderança – Módulo 2 – Inovação e competitividade*. 1.ed. Bauru: Unesp, 2015. p. 88-102. v. 1.
- FERREIRA, Marcos Alan S. V.; SANT'ANA, Theo R. As bases de dados para pesquisas em paz e conflitos: funcionalidades, similitudes e diferenças. *Meridiano 47*, Brasília, DF, v.16, n.149, p. 20-28, maio/jun. 2015.
- KETS DE VRIES, Manfred. Creating authentizotic organizations: well-functioning individuals in vibrant companies. *Human Relations*, Thousand Oaks, n. 50, p. 11-50, 2001.
- KOMETANI, Pâmela. Mulheres ganham menos do que os homens em todos os cargos, diz pesquisa. *G1*, 7 mar. 2017. Disponível em: <glo.bo/2z6liTt>. Acesso em: 3 mar. 2017.
- KUHN, Timothy. A "demented work ethic" and a "lifestyle firm": discourse, identity, and workplace time commitments. *Organization Studies*, Thousand Oaks, n. 27, p. 1339-1358, 2006.
- KUNSCH, Maria Krohling. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 2003.



MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MULLIGAN, T. M. The moral mission of business. In: BEAUCHAMP, T. L.; BOWIE, N. E. (Ed.). *Ethical theory and business*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1993. p. 65-74.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Ageism in the workplace*. 2016. Disponível em: <bit.ly/2dKz81Y>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Empresas devem combater xenofobia e discriminação no ambiente de trabalho, diz Ban. *ONU Brasil*, 30 set. 2016. Disponível em: <bit.ly/2dmUAgb>. Acesso em: 26 jun. 2018.

_____. Escravidão moderna afeta 40 milhões de pessoas no mundo; trabalho infantil atinge 152 milhões. *ONU Brasil*, 19 set. 2017. Disponível em: <bit.ly/2wxpiyD>. Acesso em: 15 mar. 2018.

PACTO GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS REDE BRASIL. *Os 10 princípios*. [20--?]. Disponível em: <bit.ly/2HcedUO>. Acesso em: 26 jun. 2018.

PEARSON, R. *A theory of public relations ethics*. Tese não publicada. Athens: Ohio University, 1989.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José de. Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 16, n. 51, p. 629-646, 2009.

SCHEIN, Edgar. *Organizational culture and leadership*. San Francisco: Jossey-Bass, 1985.

SOLOMON, Robert C. La ética de los negocios. In: SINGER, Peter (Ed.). *Compendio de ética*. Madri: Alianza Editorial, 1995.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. *Enfrentando a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans e intersexo* – padrões de conduta para empresas. 2017. Disponível em: <bit.ly/2uRGn2t>. Acesso em: 4 abr. 2018.

VIEIRA, José Ricardo S. Violência institucionalizada: aspectos legais nas relações de trabalho. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, Goiânia, v. 32, n. 1, p. 165-171, 2008.

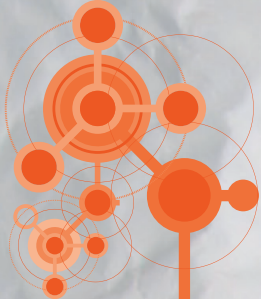
WADDOCK, Sandra. Creating corporate accountability: foundational principles to make corporate citizenship real. *Journal of Business Ethics*, New York, v. 50, n. 4, p. 313-327, 2004.

WILLIAMS, Christine L. The glass escalator: hidden advantages for men in the “female” professions. *Social Problems*, Oxford, v. 39, p. 253-267, 1992.

Texto recebido em 08.04.2018 e aprovado em 22.05.2018.

PRESQUIS





Os espaços e as vozes de informação em ambientes hospitalares

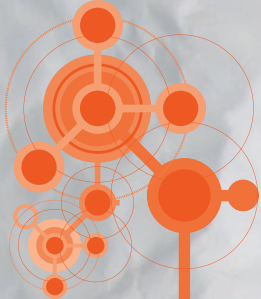
The spaces and voices of information
in hospital environments

Los espacios y las voces de información
en ambientes hospitalarios



Elisângela Carlosso Machado Mortari

- Coordenadora do Curso de Comunicação Social – Relações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
- Docente do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM
- Líder do grupo de pesquisa Comunicação e Discursos Sociais (Cnpq)
- Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- Mestre em Comunicação pela UFRJ
- E-mail: elimortari@gmail.com



Resumo

Este texto busca compreender as etapas de circulação dos sentidos relacionados à agenda de notícias no campo da saúde pública, especialmente as produzidas nas assessorias de comunicação dos hospitais-escola localizados na região Sul do Brasil. Para a pesquisa realizada, as práticas de comunicação exigem avaliação quando ocorrem em ambientes de alta complexidade e circulação de sentidos. Foram analisadas notícias publicadas pelas assessorias dos hospitais de Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Florianópolis e Curitiba de janeiro a agosto de 2017.

PALAVRAS-CHAVE: HOSPITAIS-ESCOLA • CIRCULAÇÃO DOS SENTIDOS • SAÚDE PÚBLICA.

Abstract

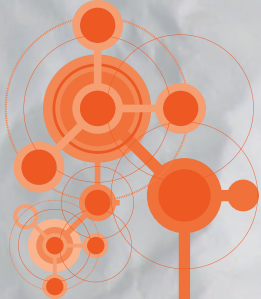
This text is intended to understand the stages of circulation of the senses related to the news agenda in the field of public health, especially those produced in the southern region of Brazil. Communication practices require evaluation when framed in highly complex environments and sense circulation. As a methodological course, the reports published by the communication offices of the Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Florianópolis and Curitiba from January to August 2017.

KEYWORDS: SCHOOL HOSPITALS • CIRCULATION OF THE SENSES • HEALTH PUBLIC.

Resumen

Este texto busca comprender las etapas de circulación de sentidos relacionados a la agenda de noticias en el campo de la salud pública, especialmente las producidas en asesorías de comunicación de hospitales escolares ubicados en la región Sur de Brasil. Para la investigación realizada, las prácticas de comunicación exigen evaluación cuando están encuadradas en ambientes de alta complejidad y circulación de sentidos. Fueron analizadas las noticias publicadas por las asesorías de comunicación de los hospitales de Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Florianópolis y Curitiba de enero a agosto de 2017.

PALABRAS CLAVE: HOSPITALES ESCUELAS • CIRCULACIÓN DE SENTIDOS • SALUD PÚBLICA.



INTRODUÇÃO

O estudo concentra-se em hospitais-escola geridos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e que seguem regramentos discursivos que tangenciam a formação de redes de conhecimento sobre saúde, mas apontam para tessituras textuais que legitimam a organização hospitalar e suas práticas gerenciais. Os hospitais escolas mapeados para esta pesquisa prestam atendimento integral à população através do Sistema Único de Saúde (SUS).

O SUS foi criado em 1988, pela Constituição Federal Brasileira e conforme o site do Portal do Ministério da Saúde¹, é considerado um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, abrangendo desde atendimento ambulatorial até transplante de órgãos.

Tem o intuito de

revolucionar a relação do Estado com a população e definir como princípios a universalidade (saúde como direito de todos), a equidade (igualdade com atenção às diferenças) e a integralidade (a multidimensionalidade da saúde) e ter a participação social como uma de suas principais diretrizes. (Araújo, 2013, p. 5)

O SUS chegou com a missão de equilibrar o acesso à saúde pública no Brasil através da prestação de serviços médicos e hospitalares, realização de exames e assistência integral à saúde do cidadão, mas tem se mostrado divergente na percepção do usuário e nos enquadramentos das práticas oferecidas à população. Conforme detectou pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea)², estão entre os principais problemas do SUS: 1) a falta de médicos (58,1%); 2) a demora de atendimento da população nos postos de saúde (35,4%); e 3) a demora para agendar consulta com um especialista (33,8%).

Entretanto, nessa mesma pesquisa, foram elencados pelos entrevistados os pontos positivos do SUS. Em primeiro lugar ficou a gratuidade do sistema (52,7%); em segundo lugar, com 48% das respostas, ficou o atendimento sem nenhum preconceito à população; e em terceiro lugar está a distribuição gratuita dos remédios (32,8%).

Pouco mais de duas décadas após a criação do SUS, o Governo Federal sentiu a necessidade de recuperar e reestruturar os hospitais vinculados às universidades federais que oferecem atendimento pelo SUS. A Ebserh foi criada em meados de 2011 como um órgão vinculado ao Ministério da Educação e que tem como responsabilidade

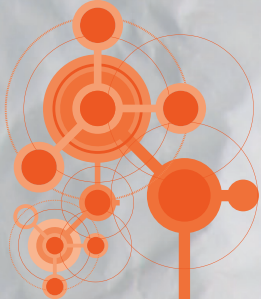
modernizar a gestão dos hospitais universitários federais, preservando e reforçando o papel estratégico desempenhado por essas unidades de centros de formação de profissionais na área da saúde e de prestação de assistência à saúde da população integralmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). (Brasil, 2012)³

A rede Ebserh, com sede em Brasília, Distrito Federal, é responsável pela administração de 39 hospitais universitários federais. O gerenciamento de um hospital necessita de saberes que vão desde o cuidado com o paciente, seu conforto e segurança até o tratamento dos funcionários e suas rotinas no ambiente de trabalho.

¹ Disponível em: <<https://bit.ly/2l179Rr>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

² Disponível em: <<https://bit.ly/2JydIVq>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

³ Disponível em: <<https://bit.ly/2zM4p4E>>. Acesso em: 18 jul. 2018.



Conforme Ribeiro,

os hospitais são instituições consideradas complexas de serem administradas e a despeito de seus esforços, carecem de uma estrutura física e humana menos traumática ao paciente, podendo tornar a hospitalidade como um agente fomentador de calor humano. (Ribeiro, 2013, p. 1)

Os hospitais diferem de outras organizações, como escolas, comércio e indústrias, por exemplo, pois apresentam características particulares em seu ambiente. Entende-se, portanto, que através de mapas da comunicação em saúde é possível avaliar quem fala o que sobre saúde, para quem, quando e com que impacto social. Nas redes sociais digitais, embora ainda pouco utilizadas pelas assessorias de comunicação dos hospitais-escola do SUS da região Sul, é possível observar que as relações construídas por esse dispositivo podem impactar o cidadão quando utilizadas num ambiente simbólico adequado.

A circulação dos sentidos deflagrados no ambiente hospitalar da rede do SUS intensifica-se quando se trata de hospitais-escola que abrigam diferentes percepções acerca do fazer em saúde. A pesquisa que originou este artigo procura responder quais são os indicadores que apontam para o impacto social gerado pelos hospitais-escola do SUS no ambiente informacional e midiático, considerando que os cidadãos percebem as relações de poder que permeiam não só as relações comunicativas, mas também as relações sociais. Desse modo, compreende-se que por uma cartografia da comunicação em saúde é possível avaliar as práticas comunicativas dos hospitais-escola da região Sul do Brasil (Santa Maria, Pelotas e Rio Grande, no Rio Grande do Sul; Hospital Universitário de Curitiba, no Paraná e o Hospital Universitário de Florianópolis, em Santa Catarina). O recorte metodológico concentra-se nos sites dos hospitais porque é o dispositivo comum acionado por todas as assessorias avaliadas. As redes sociais como Facebook, Twitter ou Instagram ainda têm limitações de uso.

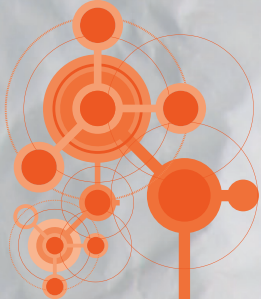
A pesquisa observou que as práticas de comunicação exigem avaliação quando enquadradas em ambientes de alta complexidade simbólica e ampla circulação de sentidos. Os espaços organizacionais hospitalares concentram múltiplas vozes que nem sempre são autorizadas ou legitimadas para determinar a percepção de cidadãos que consomem informação sobre saúde pelos dispositivos midiáticos. Entende-se que os hospitais-escola possuem esse lugar de saber e, portanto, devem assumir o lugar de fala e agir como fontes de informação em conjunto com imprensa e comunidade de sua região de abrangência.

Num primeiro levantamento, foi tomado como exemplo e referência para formular as hipóteses de trabalho, o Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) e sua cobertura informacional na região de atendimento. Verificou-se nessa avaliação que no mês de maio de 2017, das informações publicadas sobre o tema saúde, apenas 7% das matérias publicadas no jornal Diário de Santa Maria usaram como fonte o HUSM. Foram publicadas 21 matérias, sendo que 13% tiveram como fonte a Secretaria Estadual da Saúde; 13%, a Procuradoria Geral da União; 20%, a Polícia Rodoviária Federal; 20%, a Polícia Civil; e 27%, a Brigada Militar.

O HUSM foi criado no ano de 1959, com a lei que previa a construção do Hospital Regional de Tuberculose de Santa Maria, sendo edificado no centro da cidade. Passados 11 anos, em 1970, o Hospital Regional de Tuberculose começou a ser transformado em Hospital Universitário Setor Centro. Após 12 anos com o nome novo, o hospital foi transferido para o campus da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no dia 1º de julho de 1982. Paulatinamente, cada setor foi deslocado para as instalações atuais, no bairro Camobi, junto ao campus da UFSM.

O Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) caracteriza-se como um hospital de ensino, geral, público, de nível terciário, atendendo 100% pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Tem por finalidade a formação profissional, desenvolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão por meio da assistência à comunidade na área da saúde. (Brasil, 2017)⁴

⁴ Disponível em: <<https://bit.ly/2wqabYg>>. Acesso em: 18 jul. 2018.



O HUSM ocupa uma área de 30 mil m² e oferece atualmente 403 leitos para internações. É considerado um dos maiores hospitais públicos do interior do Rio Grande do Sul, servindo como referência e suporte aos serviços de urgência e emergência para 45 municípios da região centro-oeste do estado. A população desses municípios atinge a marca de 1,2 milhões de habitantes e esse é o alcance de beneficiados pelo HUSM. Circulam no espaço do HUSM cerca de 6 mil pessoas por dia, público este composto por pacientes, acompanhantes, alunos, funcionários, residentes e docentes.

Conforme informações que constam no site do hospital⁵, a instituição tem como missão desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão em seu ambiente, promover a assistência à saúde da população e seguir os princípios do SUS de forma ética e com responsabilidade social e ambiental (Brasil, 2009). Já sua visão está pautada em ser referencial público com excelência no que compete a assistência à saúde das pessoas, ao ensino, pesquisa e extensão. Seus princípios e valores estão sustentados em cinco pilares, a saber: ética, transparência e qualidade nas ações; responsabilidade institucional; compromisso com as pessoas; respeito às diversidades; e comprometimento social e ambiental.

Por se tratar de um hospital universitário, o HUSM deve pensar em ferramentas que possibilitem uma formação ainda mais completa para os alunos que circulam em seu ambiente. Para tanto, no ano de 2016 foram preenchidas 169 vagas no programa de residência médica, distribuídas em 44 especialidades atuantes no HUSM. Já a residência multiprofissional conta com dois programas que contemplam as demais profissões da equipe de saúde do HUSM, para os quais são ofertadas 42 vagas.

Desde o final de 2013, o HUSM passou a ser gerenciado pela Ebserh, empresa que possui uma política de comunicação⁶ e que orienta a rede de hospitais geridos a segui-la. De acordo com a política de comunicação vigente, as assessorias de comunicação de cada hospital devem observar seus princípios em todas as ações de comunicação. Por exemplo, “oferecer amplo conhecimento à sociedade sobre a atuação estratégica da Ebserh na gestão, qualificação e oferta dos serviços de saúde à população no âmbito do Sistema Único de Saúde” (Brasil, 2014, p. 4). Além de “utilizar instrumentos variados e divulgação para atingir os diversos setores da sociedade, adequando a linguagem às especificidades de cada público e de cada meio” (Brasil, 2014, p. 5). Desse modo, os hospitais gerenciados pela rede Ebserh, podem ter páginas nas redes sociais, além do site convencional, desde que administrem e adaptem os conteúdos para esses dispositivos.

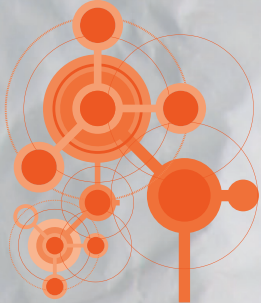
A estrutura de recursos humanos do setor de comunicação do HUSM é composta por uma jornalista e por bolsistas das áreas de jornalismo e relações públicas. Considerando a restrição de servidores, muitas das atividades listadas na política de comunicação não são executadas. A produção de conteúdo é de responsabilidade da jornalista e do bolsista de jornalismo, sendo que 5% do material é produzido por algum setor do hospital e os outros 95% referem-se à participação da jornalista em reuniões administrativas ou à busca incessante feita em cada setor para compilar dados sobre obras, inaugurações etc. Eventos como dia da mulher, dia do artista, dia das crianças, dia do homem e Natal, ficam com as bolsista de relações públicas e eventos científicos são de responsabilidade do setor de Gerência de Ensino e Pesquisa.

O HUSM conta com o site como divulgador de informações e eventos e outros dispositivos, como murais, banners e cartazes são acionados para informações de caráter interno. Não há envio de releases para a mídia, a jornalista optou por divulgar as informações no site e ele serve como fonte de informação para a imprensa.

A rotina produtiva da assessoria de comunicação descrita é recorrente nos ambientes de geração de conteúdo informativo dos hospitais-escola mapeados nesta pesquisa. Cruzando as matérias publicadas nos sites dos hospitais-escola públicos da região Sul entre os meses de setembro e dezembro de 2017, chegou-se às seguintes categorias indicadas pelo teor das notícias em circulação:

5 Disponível em: <<https://bit.ly/2zPFNs1>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

6 Disponível em: <<https://bit.ly/2JzUmPW>>. Acesso em: 18 jul. 2018.



Quadro 1: Categorias indicativas da rede de notícias publicadas nos sites dos hospitais-escola públicos da região Sul do Brasil

Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • "Governança busca por recursos para conclusão das obras do hospital" (Hospital de Pelotas). • "Novo aparelho de litotripsia expandirá os atendimentos" (Hospital de Curitiba).
Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> • "I Jornada da Residência Multiprofissional do Complexo HC" (Hospital de Curitiba). • "Servidores e residentes do HUSM estão participando de cursos EAD na área da oncologia, desde o mês de setembro" (Hospital de Santa Maria).
Doações	<ul style="list-style-type: none"> • "Clínica Ped&Neo doa R\$ 30 mil para reformas na unidade de pediatria do Hospital Universitário de Santa Maria" (Hospital de Santa Maria). • "Amigos do HC entrega R\$ 2 milhões em equipamentos ao Complexo Hospital de Clínicas" (Hospital de Curitiba).
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • "Grupo da Unidade de Reabilitação do HUSM orienta crianças e adolescentes com obesidade sobre importância do exercício e da alimentação saudável" (Hospital de Santa Maria). • "Participe da campanha: Medicação segura: Abrace esta campanha!" (Hospital de Florianópolis).
Calendarização	<ul style="list-style-type: none"> • "Programação diversificada marca Outubro Rosa" (Hospital de Rio Grande). • "Setembro amarelo: falar sobre suicídio é a melhor forma de prevenir" (Hospital de Pelotas).
Eventos	<ul style="list-style-type: none"> • "Palestra sobre flexibilização de carga horária dos servidores do HU/UFSC" (Hospital de Florianópolis). • "SIPAT começa com palestra sobre motivação" (Hospital de Rio Grande).
Notas	<ul style="list-style-type: none"> • "A imagem de Nossa Senhora de Fátima visitará o HU – FURG" (Hospital de Rio Grande). • "Músico visita HC e anima pacientes" (Hospital de Curitiba).
Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> • "Implantação AGHU: Cadastro de Paciente e Ambulatório Administrativo" (Hospital de Florianópolis). • "Ebserh disponibiliza cursos on-line" (Hospital de Rio Grande).
Social	<ul style="list-style-type: none"> • "Banco de olhos do Hospital Escola completa 11 anos" (Hospital de Pelotas). • "Ato de homenagem e despedida ao Magnífico Reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo" (Hospital de Florianópolis).

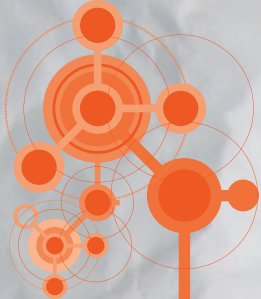
Fonte: Elaborado pela autora.

Com os dados obtidos a partir do estudo é possível pensar a comunicação através da organização das vozes que constroem as realidades social e simbólica de acordo com a realidade experimentada nos hospitais-escola do SUS: a realidade que gera conhecimento em saúde, que gera atendimento de qualidade, que gratuitamente atende cidadãos em diversas situações de enfermidade. A proposta desta pesquisa é alcançar, portanto, o mapeamento das informações geradas pelas assessorias de comunicação dos hospitais-escola do SUS para gerar indicadores que proporcionem novos saberes e modos de dizer sobre saúde para as comunidades impactadas por essas redes hospitalares.

USOS DA LINGUAGEM OU VOZES QUE SE ENUNCIAM

O lugar de partida desta aventura sobre os usos da linguagem e a natureza social da língua é o da semiologia dos discursos sociais, especialmente a terceira corrente, que se questiona sobre como o sentido circula e é consumido. Para tanto, a pesquisa se apoia em conceitos como o da circularidade dos sentidos, entendendo a circulação como "de modo preciso o processo para o qual o sistema de relações entre condições de produção e condições de recepção é, por sua vez, socialmente produzido" (Verón, 1980, p.108). A proposta demora-se na observação de que quando o produtor de um acontecimento recorta a cena cotidiana e passa a recontá-la, aciona a percepção de sujeitos que conduzem os fatos para fora de seu lugar comum, provocando uma seleção de signos que passam a agir num amplo circuito de significação.

A percepção que desencadeia a circularidade dos sentidos deflagrados pelo processo sógnico não parte da visão simplista que explora "o que percebemos", mas persegue os diferentes argumentos que são construídos sobre as condições de percepção. Não é um recorte do que se vê e do que é reproduzido a partir de sua existência material, mas "o fato de que os sentidos às vezes nos enganam não o leva a suspeitar de que as coisas não são o que são – mas talvez uma pessoa mais reflexiva fosse levada a pensar assim" (Austin, 1965, p. 17).



Nesse entendimento, sempre que se percebe alguma coisa, há uma entidade intermediária que informa algo sobre ela mesma. A questão da circularidade dos sentidos, sabedora dessa mediação, problematiza para a seguinte questão: "podemos ou não confiar no que ela nos diz?"

Esta pesquisa persegue a circulação dos sentidos nos campos descritos: o da saúde e o midiático. E entende que a produção de sentidos "é uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso" (Spink, 2004, p. 42). Os sentidos são oriundos de um complexo sistema linguístico que incide sobre uma matéria significante e cujo suporte é um enunciador (Verón, 1980). Os sentidos circulam na sociedade através do tempo longo, aquele constituído pelo conhecimento produzido e reinterpretado por diferentes domínios de saber, do tempo vivido, aquele que corresponde às experiências da pessoa no curso de sua história pessoal e do tempo curto, o do acontecimento, da dialogia e da concorrência de múltiplos repertórios que dão sentido à experiência humana.

Essa construção dos sentidos, a partir do processo de significação deflagrado pelos modos de percepção, aponta para a recontextualização dos campos: o campo da saúde pública, por exemplo, passa a ser ressignificado pelo campo midiático. Os processos de recontextualização, incluindo os processos de mediação, permitem a ação ideológica e alteram a percepção do fato.

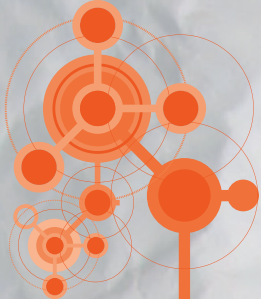
Observa-se que a recontextualização aciona discursos que apontam para modos de agir, modos de ser e modos de seduzir e que remetem à circularidade dos sentidos dados no ato da percepção do fato. Para Verón, "a lógica natural que habita tanto o discurso como ação, é o próprio trabalho da ideologia sobre as matérias significantes" (1980, p. 61).

A circularidade dos dados percebidos parte, portanto, de uma apropriação da língua que sob a matéria significante estabelece as gramáticas de produção e de reconhecimento. Esse enquadramento se multiplica na forma de "estratégias de relacionamento com a imprensa" quando a entidade intermediária da informação facilita o olhar do outro às demandas da saúde. A escolha dos indícios que comporão a imagem projetada do real é guiada por gramáticas ou conjunto de signos. Atravessado por esse lugar simbólico que se apropria das gramáticas oriundas do próprio dispositivo, o recorte de real feito pelos sujeitos das chamadas assessorias provoca um novo impulso discursivo: são os significantes que sensibilizam a percepção dos sujeitos que se encontram no jogo discursivo e que fazem parte do universo simbólico dos dispositivos midiáticos. O enquadramento jornalístico age no que Austin denominou como "argumento da ilusão". Segundo o autor, as condições de observação determinam a natureza da aparência, ou seja, o que é percebido nunca é percebido diretamente. Da mesma forma que a familiaridade com as coisas e a antecipação dos fatos embotam a percepção e modificam o modo de olhar.

A base metodológica desta pesquisa é, portanto, a análise dos discursos sociais que permitem observar as posições enunciativas dos sujeitos nos textos. Este enquadramento indica os núcleos semânticos que formam os mapas perceptivos da saúde a partir das notícias publicadas nos sites das instituições hospitalares. Durante os meses de janeiro a agosto de 2017 foram veiculadas 664 matérias, sendo 199 do HUSM, 186 do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas, 95 do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, 60 do Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago e 124 do Hospital Universitário Doutor Miguel Riet Corrêa Junior.

A busca pelas vozes dos sujeitos enunciadas nos textos se limitou aos títulos das matérias publicadas no período referenciado. Foram categorizados cinco lugares de fala que se oferecem nos textos por vozes autorizadas no contexto da saúde pública hospitalar. Isto significa que o enquadramento do objeto no plano do sujeito da enunciação possibilita verificar a circulação do conhecimento sobre saúde mediante as estratégias discursivas localizadas no texto e no contexto – para quem se fala, como se narra o fato.

O enquadramento discursivo no ambiente hospitalar público recorre à produção noticiosa que narra acontecimentos internos e geram sentidos acerca do espaço organizacional desvinculado do papel pedagógico ou didático de um hospital-escola. Entende-se que os discursos constituem, reproduzem, desafiam e reestruturaram os sistemas de conhecimento, por isso a



importância de identificar os lugares de fala assumidos pelos sujeitos que acionam a cena hospitalar pública. O conhecimento acionado por essas instâncias são classificados de acordo com os posicionamentos das vozes no texto. Foram identificadas três vozes: 1) vozes do distanciamento; 2) vozes de autorreferenciação; e 3) vozes de creditação.

Os lugares de fala estabelecem uma relação triádica entre o conhecimento, as crenças e o discurso. Esse relacionamento impacta os sujeitos que circulam no ambiente textual e recortam perceptivelmente os sentidos dados pelas assessorias de comunicação dos hospitais. O conhecimento e o discurso ocorrem na superfície textual, já a crença passa pela ação do enunciatário que age sobre o texto: "as crenças só são consideradas conhecimento de um comunidade se elas estão pressupostas e implícitas nas práticas sociais, e conseqüentemente, no discurso público da comunidade" (Dijk, 2012, p.258). Por isso, o cidadão percebe o hospital-escola público a partir das crenças geradas pelo sistema de informação do próprio ambiente hospitalar. As vozes que enunciam articulam saberes nas esferas sociais, institucionais e organizacionais, como se verifica nos enunciados:

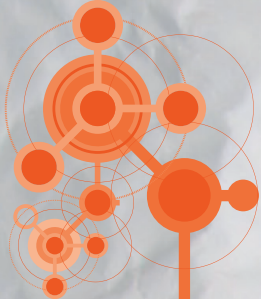
1. Vozes do distanciamento: a presença dos sujeitos que se enunciam nos textos publicados nos sites dos hospitais-escola da região sul do Brasil atravessam as instâncias narrativas e indicam uma construção discursiva distanciada do cenário hospitalar. A marcas que indicam o afastamento aparecem sobretudo no formato da "imparcialidade" jornalística.
 - a. *Nova área na pediatria do hospital escola é inaugurada.* (Hospital de Pelotas)
 - b. *Ações mostram a importância de cuidar da mente.* (Hospital de Rio Grande)
 - c. *Saúde na estrada avaliou motoristas na BR-392.* (Hospital de Pelotas)
 - d. *Trabalhadores e acadêmicos são imunizados contra a gripe.* (Hospital de Rio Grande)

Exemplos como os citados anteriormente, de enunciados recortados das notícias publicadas nos sites, são recorrentes na prática das assessorias de comunicação dos hospitais-escola investigados. Sobretudo porque respondem a uma lógica do fazer noticioso que exige o distanciamento do fato. Os jornalistas, enunciadore do acontecimento, carregam a experiência das salas de redação e tratam o fato narrado segundo a lógica do distanciamento. Os lugares de fala ocultam as fontes, as vozes são silenciadas para que se sobressaia a voz do narrador, que observa de longe e não engaja o leitor através da prática discursiva dada.

Outra ação que é realocada do ambiente jornalístico tradicional para as assessorias de hospitais-escola públicos é a autorreferenciação, ou seja, a imposição do lugar autoritário da fala. A voz do saber que se sobrepõe a todas as outras vozes para ampliar o discurso e legitimar a prática social é a da organização.

2. Vozes de autorreferenciação: ao se autorreferenciar, os hospitais-escola abandonam o espaço de construção do conhecimento enquanto instituição pública e perseguem a lógica de negociação dos sentidos e de disputa de imagem e de identidade organizacional recorrente no ambiente mercadológico.
 - a. *HUSM orienta população sobre erradicação de criadouros do Aedes Aegypti.* (Hospital de Santa Maria)
 - b. *HC promove ação sobre hipertensão arterial* (Hospital de Curitiba)
 - c. *Hospital de clinicas organiza atividades para o mês de controle de infecção hospitalar.* (Hospital de Curitiba)
 - d. *HUSM realizou 59 exames extras de diagnóstico por imagem no 2º Mutirão Nacional da Ebserh.* (Hospital de Santa Maria)

A voz que fala para si desconsidera sua ação sobre o outro como potencial modificadora do comportamento dos sujeitos, mas investe na perseguição simbólica de um eu que necessita de legitimação. Essa voz não ultrapassa o contexto das próprias assessorias, que tratam a publicação das notícias nos sites institucionais como ranqueamento numérico: quanto mais matérias



publicadas, mais produção do setor, maiores índices que atestam a importância da prática jornalística. Essa lógica embota os sentidos e destitui as vozes do cenário hospitalar público e dos efeitos de sentidos esperados no ambiente da saúde.

3. Vozes de creditação: falar sobre si leva a espaços de creditação das vozes. A repercussão dos números investidos na saúde hospitalar dimensiona uma realidade que impacta a saúde pública. Atacados pela mídia massiva que percorre as instalações e questiona a infraestrutura dos hospitais públicos ajuda a disseminar informações que autenticam as vozes e amenizam a aridez do espaço hospitalar. Dessa forma, as assessorias acionam dados fornecidos por fontes do ambiente administrativo:

- a. *Secretaria Estadual de Saúde faz Investimento de R\$350 mil no Hospital Universitário.* (Hospital de Florianópolis)
- b. *Governança do HE UFPEL busca recursos para concluir obra do novo hospital.* (Hospital de Pelotas)
- c. *Mutirão Nacional da Ebserh e conscientização contra o tabaco marca o dia 31/05.* (Hospital de Curitiba)
- d. *Milhares de atendimentos serão realizados no 2º Mutirão Nacional da Rede Ebserh.* (Hospital de Pelotas)

A circulação dos sentidos nos enunciados está ligada ao valor de verdade dos textos. Dessa forma, o universo significante das vozes está presente em três contextos, como se observa no recorte abaixo:

1. Contexto assistencialista

- a. *Doações que se multiplicam.* (Hospital de Rio Grande)
- b. *Grupo renascer convida mulheres em tratamento para participar de suas atividades.* (Hospital de Santa Maria)
- c. *Hospital Universitário realiza curso sobre aleitamento materno.* (Hospital de Florianópolis)
- d. *Superbactéria no feijão é boato.* (Hospital de Curitiba)

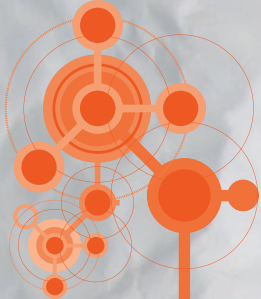
2. Contexto administrativo

- a. *Trabalhadores do bloco cirúrgico participam de capacitação.* (Hospital de Rio Grande)
- b. *HU promove mudanças para aumentar a segurança digital* (Hospital de Florianópolis)
- c. *Gerencia Administrativa apresenta balanço.* (Hospital de Pelotas)
- d. *Ebserh convoca 130 novos funcionários para atuar no Complexo Hospital de Clínicas.* (Hospital de Curitiba)

3. Contexto social

- a. *Médicos se reúnem para comemorar 50 anos do dia em que foram aprovados no vestibular da UFPR.* (Hospital de Curitiba)
- b. *Brechó solidário do hospital escola acontece em 9 e 10 de janeiro.* (Hospital de Pelotas)
- c. *Melhor tese de audiologia do país é da fonoaudióloga do HUSM.* (Hospital de Santa Maria)
- d. *Feliz Renovação! Feliz Páscoa!* (Hospital de Rio Grande)

Percebe-se, portanto, que os falantes ou autores pressupõem que a informação gera conhecimento em saúde e que este saber pode ser compartilhado porque ocupa o ambiente digital. Entretanto, como as vozes enunciam nos textos e foram mapeadas no espaço contextual, entende-se que há uma fissura entre o poder de fazer saber e o poder de fala. Os hospitais-escola públicos deixam de agir na lógica discursiva da saúde e orbitam o espaço organizacional. Dessa forma, os sentidos gerados compõem uma cartografia pertencente ao ideário mercadológico, muito mais do que o pedagógico.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura discursiva que envolve os ambientes hospitalares públicos ronda um espaço de reconhecimento que compete com as organizações privadas, ou seja, o lugar público da comunicação hospitalar não se oferece como prática de troca de conhecimento, mas funciona como um não-ambiente público de realidades distintas para o cidadão.

Significa dizer que o espaço da comunicação é perdido enquanto recurso de saúde pública em prol de acionamentos discursivos que visam garantir a máquina organizacional. Entende-se que o conhecimento é gerado por meio de textos e interlocuções e, considerando os núcleos discursivos mapeados no cruzamento da prática jornalística com o exercício das assessorias de comunicação dos hospitais, indaga-se sobre qual é o conhecimento gerado nos discursos sobre saúde que circula na rede hospitalar pública: a produção de textos de caráter noticioso atende a quais interlocutores, narram quais fatos? Com os dados apresentados ao longo deste texto, entende-se que muito já foi apontado e um longo caminho ainda deve ser seguido.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inesita Soares de. O campo da comunicação e saúde: contornos, interfaces e tensões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. *Anais...* Manaus: Intercom, 2013. p. 1-15.

AUSTIN, John. *How to do things with words*. New York: Oxford University Press, 1965.

BRASIL. Ministério da Educação. Ebserh. Hospital Universitário de Santa Maria – HUSM: missão, visão e valores. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2zPFNs1>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. Ministério da Educação. Ebserh. Institucional: história. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2zM4p4E>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. Ministério da Educação. Ebserh. Política de comunicação institucional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2L5pPz6>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

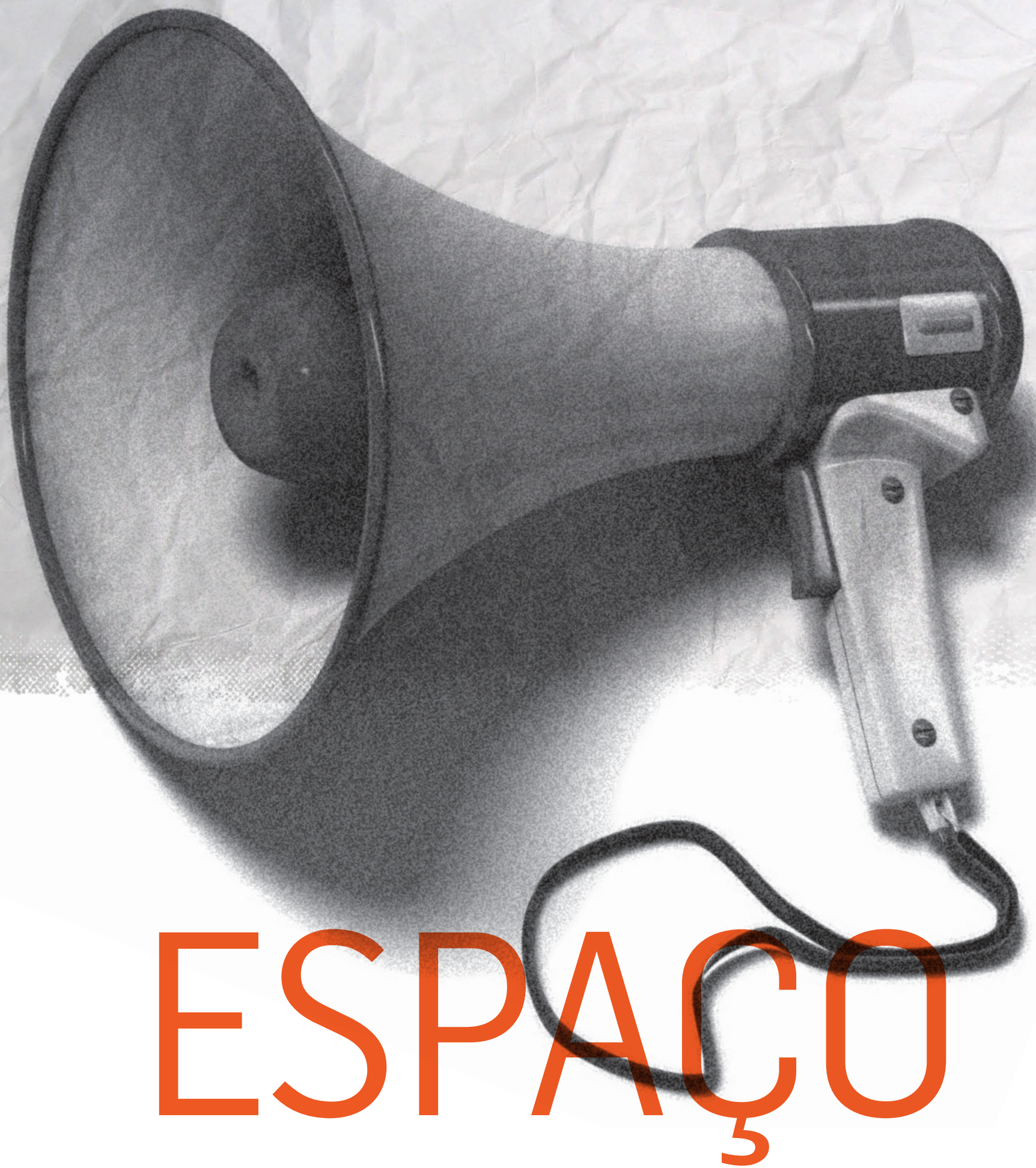
_____. Ministério da Educação. Ebserh. Hospital Universitário de Santa Maria – HUSM: nossa história. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2wqabYg>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. Discurso e produção de conhecimento. In: BRAIT, Beth; SOUZA E SILVA, Maria Cecília (Org.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012. p. 257-267.

RIBEIRO, Aline. A hotelaria hospitalar como um diferencial no setor de saúde. *Revista On-line IPOG Especialize*, Goiânia, v. 1, n. 6, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2uJLIZG>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

SPINK, Mary Jane P. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 2004.

VERÓN, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.



ESPAÇO
ABERTO



Dilemas éticos e produção do jornalismo: a relação entre jornalista e empresa de comunicação

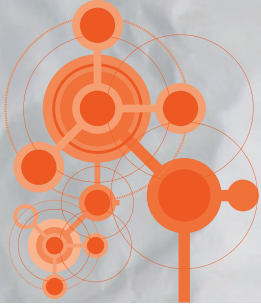
Ethical dilemmas and journalism production:
the relationship between the journalist and the media company

Dilemas éticos y producción del periodismo:
la relación entre el periodista y la empresa de comunicación



Edgard Patrício

- Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC)
- Jornalista
- E-mail: edgard@ufc.br



Resumo

Como as transformações na produção do Jornalismo repercutem na dimensão ética do exercício da profissão? E como a empresa de comunicação participa desse processo? É o que tenta discutir este artigo, a partir de interpretação empírica de entrevistas com 15 jornalistas. As análises, que tomam as falas mais representativas das entrevistas, apontam para uma relação intrínseca entre deslizamentos éticos, cometidos pelos jornalistas, e o peso institucional da empresa de comunicação enquanto orientadora de procedimentos de produção da atuação profissional.

PALAVRAS-CHAVE: JORNALISMO • ÉTICA • EMPRESA DE COMUNICAÇÃO.

Abstract

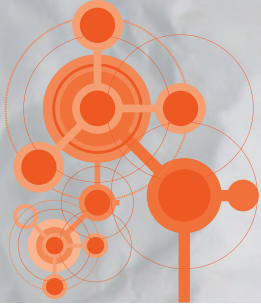
How do the changes in the production of journalism affect the ethical dimension of the practice of the profession? And how does the media company interfere in this process? This is what this article tries to discuss, from an empirical interpretation of interviews with 15 journalists. The analyzes, which take the most representative statements of these interviews, point to an intrinsic relationship between ethical delays, committed by journalists, and the institutional weight of the communication company, as a guide for professional production procedures.

KEYWORDS: JOURNALISM • ETHICS • BUSINESS COMMUNICATION.

Resumen

Como las transformaciones en la producción del periodismo repercuten en la dimensión ética del ejercicio de la profesión? ¿Y cómo la empresa de comunicación interfiere en ese proceso? Es lo que intenta discutir este artículo, a partir de la interpretación empírica de entrevistas con 15 periodistas. Los análisis, que toman las palabras más representativas de esas entrevistas, apuntan hacia una relación intrínseca entre deslizamientos éticos, cometidos por los periodistas, y el peso institucional de la empresa de comunicación, como orientadora de procedimientos de producción de la actuación profesional.

PALABRAS CLAVE: PERIODISMO • ÉTICA • COMUNICACIÓN EMPRESARIAL.



A NECESSIDADE DE UMA DISCUSSÃO SOBRE ÉTICA NO JORNALISMO

A inserção tecnológica na base de produção está desencadeando a necessidade de uma discussão ética sobre o jornalismo. E essa necessidade tornou-se mais evidente a partir da utilização da internet como suporte de disseminação da produção jornalística. Para Kucinski, há no jornalismo on-line a “primazia da velocidade sobre outros atributos da informação, tais como precisão, contextualização e interpretação. Esses atributos são sacrificados em nome da velocidade” (2004, p. 97-98). Ele corrobora, assim, com a percepção de que um dos primeiros legados éticos que relaciona o jornalista a seu trabalho é a produção de um bom texto jornalístico, que incorpora as várias dimensões éticas envolvidas em sua elaboração.

A grande quantidade de dados colocada à disposição dos jornalistas, por meio de bancos e bases de dados disponibilizados na internet, é outro elemento que trafega por essa discussão. Fato é que o acesso facilitado a grande quantidade de informações fez surgir um segmento do jornalismo, o chamado jornalismo de dados, e um “novo” formato do gênero informativo de produção, a chamada reportagem assistida por computador (RAC). Ferramentas e linguagens digitais são desenvolvidas para dar conta do tratamento dessas informações. E, mais uma vez, a precisão da tecnologia, e sua utilização, pode descambar para deslizamentos éticos no exercício da profissão.

O que se observa é que os dilemas éticos enfrentados pelos profissionais jornalistas instauram uma dualidade, uma visão antagonista entre pensamento e ação, na determinação do que seja ética e moral. Mas essa não seria uma dúvida só dos jornalistas. Costa (2009, p. 20) relata-nos que, embora “para o filósofo alemão Hegel a eticidade e a moralidade fossem sinônimos, para Kant a eticidade seria superior à moralidade. A eticidade estaria no âmbito do público, mais universal; e a moralidade no âmbito particular e subjetivo”. Mas é Boff (2009, p. 37) quem lança parâmetros para a resolução do antagonismo:

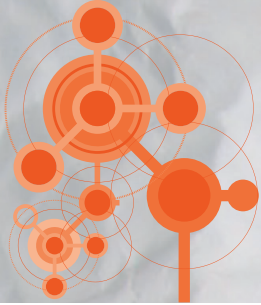
A ética é parte da Filosofia. Estatui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades. A moral é a parte da vida concreta. Trata da prática real das pessoas que se expressam por costumes, hábitos e valores culturalmente estabelecidos. Uma pessoa é moral quando age em conformidade com os costumes e valores consagrados. Uma pessoa é ética quando se orienta por princípios e convicções. Uma pessoa pode ser moral, mas não necessariamente ética.

Ora, mesmo costumes e valores consagrados podem ser alterados. Para isso, as transformações culturais jogam peso decisivo. As possíveis transformações estariam na base da necessidade de atualização dos códigos de ética das diversas categorias profissionais. O código de ética referente ao médico brasileiro, por exemplo, estatui que sua revisão deva ser realizada, obrigatoriamente, a cada cinco anos. Nesse caso, e como foi o caso da última revisão do código de ética do jornalista brasileiro, as atualizações podem ser resultantes do avanço das técnicas e descobertas científicas que perpassam a atividade dos profissionais.

Mas a própria fragmentação do conhecimento pode ter levado à estratificação da ética profissional. Novamente Boff (2009, p. 42) afirma que, sendo

os entes ilimitados, ilimitados também são os saberes. Mas (a razão) esquece-se que são partes de um todo. Realidade fragmentada, gerou saber fragmentado e ética fragmentada em infindas morais, para cada profissão (deontologia), para cada classe e para cada cultura.

O curso de jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), por meio da disciplina Éticas e Práticas Jornalísticas, realizou uma série de entrevistas envolvendo 15 profissionais jornalistas com atuação no mercado de trabalho de Fortaleza. Os profissionais convidados eram representativos de diversas linguagens (impresso, rádio, televisão, multimídia), diferentes ocupações (repórteres, editores, diretores de redação, diretores de empresa, professores), diferentes locais de trabalho (empresas de comunicação, empresas de assessoria, universidades) e diferentes faixas etárias.



Os depoimentos, colhidos a partir de entrevistas coletivas realizadas pelos estudantes da disciplina, tiveram em média três horas de duração cada. O roteiro das entrevistas, preparado em reuniões prévias, sinalizava questionamentos acerca da relação entre ética e responsabilidade social do jornalista; da aproximação entre ética e demanda pela informação de interesse público; da ética na dimensão da empresa jornalística, enquanto vinculada a um serviço público; da relação entre ética, tecnologia e jornalismo; dos mecanismos de acompanhamento e julgamento dos deslizes éticos cometidos por profissionais jornalistas; do papel da formação acadêmica na preparação do jornalista para o exercício ético da profissão.

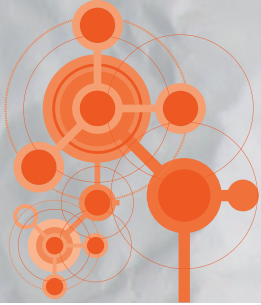
UMA ESTRATÉGIA DE DISCUSSÃO SOBRE ÉTICA E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO JORNALISTA

A disciplina Éticas e Práticas do Jornalismo é ofertada, na matriz curricular atual do curso de jornalismo da UFC, no oitavo semestre. Esse fato cria dificuldades para os professores que ministram a disciplina. Nesse semestre, último da matriz curricular regular, quase a totalidade dos estudantes está no mercado de trabalho, seja como estagiários remunerados, seja como profissionais desviados de função, mas no exercício do jornalismo. E ainda têm pela frente a tarefa de elaborar seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), concretizado na produção de monografia ou trabalho prático.

Propus aos estudantes que realizássemos uma série de entrevistas com profissionais do mercado de trabalho em que a relação entre ética e exercício profissional pudesse ser explicitada, a fim de que os profissionais pudessem demonstrar, nesse diálogo, os dilemas éticos que vivenciaram em sua trajetória no mercado de trabalho. A didática da disciplina comportava a indicação dos profissionais jornalistas a serem entrevistados pelos próprios estudantes – alguns nomes de entrevistados recaíram sobre “colegas” do mercado de trabalho. Todos os profissionais foram alertados para o fato de que as entrevistas, em sua íntegra ou editadas, poderiam fazer parte de uma publicação, como um dos resultados da disciplina. Mas, em razão de as autorizações não terem sido coletadas de modo formal, e do que poderiam representar as opiniões desses profissionais em suas relações de trabalho, optamos por não citar seus nomes. Em virtude disso, as falas de cada um dos profissionais entrevistados serão indicadas, neste artigo, a partir de números. No entanto, descrevemos sua atuação profissional à época da realização das entrevistas para que se tenha ideia da diversidade alcançada pelos participantes. É importante salientar que utilizamos para consecução deste trabalho apenas as falas mais representativas no processo de apropriação da realidade da produção jornalística, a partir do escopo intencional de nossas análises. Em razão dessa orientação, alguns profissionais entrevistados não são contemplados enquanto “depoimentos”, mas foram levados em consideração para a compreensão mais abrangente dos dados.

Quadro 1: Funções dos jornalistas entrevistados

Entrevistado	Ocupação
1	Chefe de redação de TV
2	Professor universitário da área de Comunicação Social
3	Repórter de jornal impresso
4	Editor de imagens de jornal impresso
5	Colunista de jornal impresso e blog
6	Coordenador de um informativo digital apócrifo que analisa a atuação da imprensa cearense



Entrevistado	Ocupação
7	Sócio de uma empresa de assessoria de comunicação
8	Comentarista de um jornal de TV e colunista de jornal impresso
9	Cronista esportivo de rádio, TV e impresso
10	Assessor de comunicação de uma instituição pública
11	Apresentadora e repórter de TV
12	Professor universitário da área de Comunicação Social
13	Editora de jornal impresso
14	Repórter de jornal impresso
15	Editora de um portal de notícias

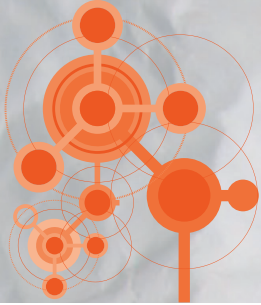
Fonte: Elaborado pelo autor.

Os códigos de ética de atuação profissional sofrem atualizações ao longo do tempo. Esse é um movimento que atesta a adequação da conduta ética profissional às transformações sociais. Conforme Camargo (2004, p. 34), os códigos de ética são “definidos, revistos e promulgados a partir da realidade social de cada época e de cada país”, embora ressalte que “suas linhas mestras” são “deduzidas de princípios perenes e universais”. Camargo (2004, p. 32) compreende ainda que:

A ética profissional é a aplicação da ética geral no campo das atividades profissionais; a pessoa tem que estar imbuída de certos princípios ou valores próprios do ser humano para vivê-los nas suas atividades de trabalho. De um lado, ela exige a deontologia, isto é, o estudo dos deveres específicos que orientam o agir humano no seu campo profissional; de outro lado, exige a dociologia, isto é, o estudo dos direitos que a pessoa tem ao exercer suas atividades.

A última revisão do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros aconteceu em 2007, depois de 20 anos da última atualização. Um dos aspectos que “forçou” a atualização do código foi a crescente utilização do procedimento da câmara escondida para a produção de matérias de natureza mais investigativa.

Ao fazer a análise das entrevistas, percebe-se as relações que se estabelecem entre ética e produção do Jornalismo. Essas relações são mediadas por determinadas categorias, pelas quais se concretiza o ato jornalístico perpassado pela ética ou por seu abandono. Seriam as dimensões por onde se insinua essa relação. Uma das dimensões é a que se concentra no conceito de ética, pelo jornalista, para explicitar sua preocupação em seguir seus preceitos ou a tentativa de identificar o deslize ético. A identificação de quando a ética perpassa a produção do Jornalismo é explícita quando os entrevistados são instados a relatar seus procedimentos jornalísticos à luz do conceito de ética que defendem. Essa seria mais uma dimensão. Outra dimensão seria a relação que se estabelece entre formação acadêmica, produção do Jornalismo e ética. Haveria uma dimensão que parte da tecnologia que interfere na relação entre produção do Jornalismo e ética. Por fim, outra dimensão seria a negação do conceito de objetividade, pela própria empresa jornalística, que força o profissional jornalista ao deslize ético. É esta última dimensão que vamos analisar aqui.



A ÉTICA, O JORNALISTA E A EMPRESA JORNALÍSTICA

Os estudos fazem do jornalista a personagem central quando o assunto é a discussão sobre ética no Jornalismo. Nada mais natural, uma vez que é o jornalista o protagonista na tentativa de captação e disseminação da realidade. Transforma-se a discussão sobre ética num ambiente pessoal de orientação do profissional jornalista. Se o jornalista é ético, sua produção também o será. Ao contrário, se sua visão pessoal de mundo aponta para uma distorção ética, sua produção jornalística também será contaminada. Aqui, tentamos alargar essa abrangência de causalidades entre ética e produção jornalística. E outra causalidade que intercede nessa relação aponta para o papel decisivo da empresa jornalística enquanto fator determinante da orientação ética no processo de produção do Jornalismo.

O Entrevistado 1 explicita essa relação, e afirma o papel da empresa jornalística na base do processo de produção do Jornalismo, quando ocorre a definição se aquela dimensão do real é ou não fato jornalístico, é ou não noticiável, é ou não de relevância social. O que define a dimensão ética nesse dilema acaba sendo a relação entre empresa jornalística e anunciante, o que foge ao controle da esfera pessoal ética do profissional jornalista. A situação colocada ao entrevistado dava conta de uma matéria veiculada pela TV para a qual trabalha, em que um homem foi preso com uma adolescente. O repórter entrevistou a adolescente dentro do carro, entrou e ficou com o microfone apontado para ela. “É o padrão de comportamento de vocês?”:

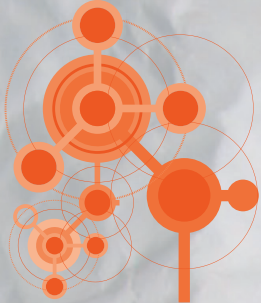
Não é o padrão. Os valores éticos que nós levamos para o jornalismo são os valores éticos das nossas vidas. Se nós somos antiéticos na nossa vida pessoal, não temos valores na nossa vida pessoal, fatalmente não vamos ter valores ou ética no tratamento do Jornalismo. Eu acredito que foi um caso de repercussão. Essa notícia chegou lá pra gente como sendo de um empresário da Pague Menos¹. O produtor [do programa] perguntou: “O que a gente faz?”. Lá a nossa ordem é a seguinte: “Faça a matéria e depois a gente vê se vai ou não vai pro ar”. Todas as empresas têm as suas conveniências, infelizmente. A Verdes Mares² nunca vai fazer uma matéria contra a Unifor. Lembro que quando eu trabalhava lá teve um estupro lá dentro. Em 2000. Um estupro lá dentro da Unifor. Sequer uma linha nós demos. Nesse caso específico, eu mandei fazer a matéria. O cara não era nada do dono da Pague Menos. Essa empresa é uma das que mais investem em publicidade [na empresa para a qual trabalha hoje] e fatalmente, se fosse irmão dele mesmo, a matéria não ia pro ar. Mas não tinha nada a ver, era um comerciante chinfrim. Nós consideramos que talvez os telespectadores iam querer ouvir a versão da garota. (Entrevistado 1)

Uma percepção semelhante evidenciou Costa (2009, p. 237), ao discutir a relação entre ética e empresa jornalística. Por sua análise, a “preocupação ética, deontológica, se existe formal e normativamente nas instruções da mídia tradicional, inexistente em inúmeras de suas práticas. Dependendo da situação, pode existir ou não”. A discussão sobre imparcialidade na produção do Jornalismo referencia outro diálogo, sobre a pretensa objetividade da produção jornalística. Costa (2009, p. 169) conecta essa discussão com a ética. “Discutir a objetividade em jornalismo é uma discussão fundamentalmente ética. Se o jornalismo pode ser a priori objetivo, então não existem problemas éticos (ou morais) no jornalismo”. Estabelece-se, assim, a contradição fundamental. Ora, se a ética diz respeito à subjetividade, e se o Jornalismo pretende ser objetivo, a prática do Jornalismo não envolveria questões éticas. Contradição essa reforçada por Oliveira (1993).

Nessa ótica, portanto, a contradição fundamental das sociedades modernas é entre a racionalização da comunicação cotidiana, radicada no processo de entendimento, portanto, alicerçadas nas estruturas da intersubjetividade do mundo vivido, e a crescente

¹ Uma rede de farmácias considerada a maior do Brasil, com origem no Ceará. A rede é anunciante dos principais veículos de comunicação do estado.

² O maior grupo de comunicação do estado do Ceará. A origem do grupo está vinculada à indústria de distribuição de gás de cozinha. Hoje, possui negócios na área da indústria metalúrgica, água mineral, agronegócio e mantém a primeira universidade particular do estado, a Universidade de Fortaleza (Unifor).



complexidade e influência dos subsistemas de ação teleológica, o que, em última análise, significa a atrofia da dimensão ética da vida humana. (Oliveira, 1993, p.16)

O paradigma técnico-científico não é capaz de legitimar normas éticas, pois essas se situam no campo da subjetividade, enquanto aquele é do domínio da objetividade. (Oliveira, 1993, p.11)

Embora o paradigma técnico-científico, na visão de Oliveira, não seja capaz de legitimar normas éticas, é no paradigma positivista que o Jornalismo busca guarida, na tentativa de estabelecer sua orientação de objetividade, o que lhe garantiria uma salvaguarda ética.

Sempre que o jornalista está diante do desafio de produzir notícia, reportagem e largas coberturas dos acontecimentos sociais, os princípios ou comandos mentais que conduzem a operação simbólica espelham a força da concepção do mundo positivista. Das ordens imediatas nas editorias dos meios de comunicação social às disciplinas acadêmicas do jornalismo, reproduzem-se em práticas profissionais os dogmas propostos por Auguste Comte: a aposta na objetividade da informação, seu realismo positivo, a afirmação de dados concretos de determinado fenômeno, a precisão da linguagem. Se visitarmos os manuais de imprensa, livros didáticos da ortodoxia comunicacional, lá estarão fixados os cânones dessa filosofia, posteriormente reafirmada pela sociologia funcionalista. (Medina, 2008, p.25)

As condicionantes do mercado, dos interesses da empresa jornalística, também orientam a dimensão ética na produção jornalística para além da orientação e formação pessoais do profissional jornalista, mesmo que sua formação tenha sido pautada pela defesa de uma postura ética frente a esses interesses. E essas condicionantes estabelecem uma relação direta entre ética e produção jornalística quando os interesses comerciais dialogam com a necessidade de maior audiência, frente a uma maior visibilidade dos anunciantes.

Mas, como esse jogo de interesses das empresas de comunicação é percebido pelos profissionais jornalistas? Esses direcionamentos, que trabalham a sonegação da informação, não estão apregoados nos manuais de redação. Não são visíveis. O Entrevistado 2, profissional experiente, que ocupou cargos de chefia dentro das redações de grandes veículos, chama a atenção para como isso acontece. Principalmente nos veículos que tentam passar essa visão de imparcialidade.

O jornal O Povo³ tem posturas muito veladas, dentro do jornal há sutis maneiras de se conduzir a censura interna e o controle de informação. Essa sutileza não aparece de forma contundente, como aconteceu com o Diário do Nordeste⁴, mas ela existe e ela age com outros mecanismos muitos difíceis de identificar. Também é muito triste porque o jornal O Povo, assim como os demais veículos de comunicação, estão presos às condições econômicas. (Entrevistado 2)

E é um jornalista de redação, o Entrevistado 3, com larga experiência na cobertura da editoria de cidades nos jornais em que trabalhou, que relata como podem ser esses movimentos sutis, das empresas de comunicação, em torno do direcionamento das informações veiculadas, da sonegação da informação. Ao mesmo tempo, seu depoimento coloca uma outra preocupação sobre a discussão. Então, os profissionais jornalistas perceberiam que estão sendo “manipulados” pela empresa jornalística na orientação de sua cobertura e de sua produção jornalística? Como seria essa convivência dentro do veículo?

Tem coisas que são às claras, tem coisas que estão no seu nariz, tem coisas que não. Por exemplo: grupo de extermínio da Pague Menos. O Deusmar Queirós era o grande acionista de farmácia do Nordeste, Norte e entrando no Sudeste. É um grande anunciante do jornal e de qualquer empresa, tinha uma parceria com o grupo O Povo, era umas dessas, Calipso, Atlântico. Por muito tempo o

3 Um dos dois maiores jornais do Ceará, que apregoa ser o de maior credibilidade do estado.

4 Um dos dois maiores jornais do Ceará, ligado ao Sistema Verdes Mares de Comunicação.



jornal barrou essas histórias. A gente só ia até certo ponto, a gente só cobria as factuais. O que eram essas factuais? Era quando morria gente nas farmácias. Tinha um assalto, e teve uma época que, no começo dos anos 2000, que todo dia tinha assalto na Pague Menos. E todo dia tinha morte na Pague Menos, você tinha costumeiramente. E o João Alfredo⁵, quando era [da Comissão] dos Direitos Humanos da Câmara Legislativa, fez um relatório junto com outras entidades e levou o caso pra frente e fez um apoio ao Ministério Público, pra entrar com uma ação civil pública. A partir daí, o Jornal não cobria essa análise, a gente só cobria factuais. Mas dentro de uma história que você tinha o Ministério Público em cima, você tinha uma investigação da Polícia Federal que ia entrar, o jornal começou a ser pressionado. E o jornal criou o ombudsman, não foi à toa, pro bem e pro mal, é um fórum maravilhoso pra quem tá fora, o problema é que a gente não sabe usar o ombudsman, porque o ombudsman tá isento de fazer o que quiser dentro do jornal, inclusive se eu não publico uma matéria nas páginas do jornal, o ombudsman pode fazer. Existiram ombudsmans que fizeram, foi o caso do Plínio Bortolotti. Existem casos que o jornal diz "Aqui parou". Agora o jornal é um jornal de discussão, de briga, de conversa, é aberto pro editor, então são as mediações. Quem tá dentro da redação é que tem de fazer as mediações. (Entrevistado 3)

A formação recebida pelos profissionais jornalistas, quando discute a influência das empresas jornalísticas no produto editorial, sempre chama atenção para as brechas que podem ser ocupadas para privilegiar os interesses dos cidadãos para além dos interesses da empresa, uma forma de conciliação entre a ética profissional e as condições de produção do Jornalismo. O Entrevistado 9 estabelece um pacto de cumplicidade com sua fonte, como estratégia para driblar as orientações da empresa jornalística. Mas, até que ponto um conluio entre o profissional jornalista e sua fonte não esbarraria nos preceitos da deontologia jornalística?

Você tem uma maneira de tentar contornar. Vou contar-lhes um caso. Nós temos o idealismo da liberdade de imprensa. É muito natural, todos nós temos. Aí você vai trabalhar numa emissora que tem muitos interesses econômicos e políticos. Seu raio de ação vai, naturalmente, até onde o dono da empresa deixar. Porque na hora que ele estiver em perigo, ele vai mandar parar. Uma vez, a Rosa da Fonseca⁶ queria falar sobre um assunto no qual havia uma recomendação da direção da empresa para ignorar o assunto. Era sobre movimentos e essas coisas. [...] Faz muito tempo isso. Falei para ela: "Mas vou fazer assim: você pode falar neste assunto com eufemismo, eu arrisco. Você topa? Você vai colocar em jogo meu emprego. Agora, veja bem a sua responsabilidade. Eu estou querendo que você faça uma abordagem inteligente, não precisa atacar do jeito que é, você sabe falar". Fiz a reportagem e ninguém reclamou, porque nós conseguimos, ela e eu, abordar aquele tema. Aliás, eu nem me recordo mais sobre o que era, ora, a Rosa toda semana estava lá, como eu vou me lembrar? Enfim, nós tratamos desse tema, foi ao ar, ninguém reclamou. Ela não convocou ninguém, apenas citou o fato. Não houve levante. Então você pode usar isso para tentar colocar algumas coisas no ar, mesmo sabendo dos interesses da empresa. Por exemplo, você está trabalhando em uma televisão educativa, que hoje é a TV Ceará⁷, você vai largar o pau [sic] no governo lá? Como você vai fazer isso? Então, você precisa usar de certa inteligência para pelo menos direcionar a coisa e dizer o que você pretendia falar de uma maneira mais branda, mas sem deixar de dizer. É o que a gente tenta fazer, mas é difícil, não é fácil não. (Entrevistado 9)

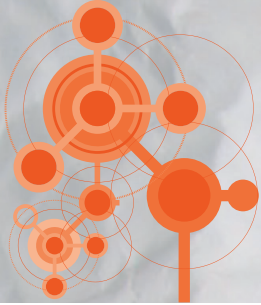
Se, para os profissionais jornalistas, esse movimento da empresa de comunicação pode ser sutil às vezes, como o cidadão, que recebe essa informação, pode perceber esse direcionamento, essa distorção? Mais ainda, como ele poderia influenciar nessa tomada de decisão da empresa, do que veicular e do que encobrir? De ser responsável socialmente ou de sonegar a informação? De ser ética ou aética? É nessa discussão que podemos perceber a inserção das tecnologias no processo de produção do Jornalismo, como instrumentos de validação da realidade, pelo consumidor da informação, disseminada pelos veículos de comunicação.

A Entrevistada 15 indica como as tecnologias podem favorecer o controle social da informação produzida por profissionais jornalistas e veiculadas por empresas de comunicação, com seus interesses e orientações.

5 Já foi deputado federal estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Hoje é vereador do Partido Socialismo e Liberdade (Psol) na Câmara de Vereadores de Fortaleza. Reconhecido como um parlamentar mais "à esquerda", dentro do espectro político do estado.

6 Reconhecida militante histórica de causas sociais em Fortaleza. Faz parte, hoje, do grupo Crítica Radical, que apregoa uma vida possível fora do sistema capitalista.

7 Emissora de TV vinculada ao governo do estado do Ceará.



Cara, do fundo do meu coração, imagine a população cearense inteira, por exemplo, com conexão à internet, todo mundo logado no twitter. Aconteceu um incêndio no shopping Iguatemi [um dos maiores shoppings de Fortaleza, que pertence à família Jereissati]. Eu preciso que um veículo de comunicação noticie que aconteceu um incêndio no Iguatemi? Se ninguém der esse conteúdo, será que o público não vai perceber que eles não deram esse conteúdo? Ninguém vai questionar e perguntar por que eles não deram? Então assim, antes era muito mais fácil esconder e fingir que não existiu, hoje não. Se você escondeu, provavelmente você vai sentir represálias, ou a tua marca vai sentir isso de alguma forma. Assim, hoje você ainda vê alguns veículos agindo dessa forma, mas você já vê, por exemplo, um jornal como o Estadão linkando matérias do concorrente. Há cinco anos, você não imaginava fazer isso. Na mídia social, está todo mundo achando fantástico! Você vê empresas dizendo para certos perfis no twitter "desculpe, nós erramos". Só estamos sendo transparentes porque, hoje, não dá mais para esconder certas coisas que antes se conseguia esconder. Eu acho impossível! (Entrevistada 15)

A princípio, profissionais que trabalham nas empresas jornalísticas, que têm um veículo determinado para disseminar sua visão da realidade, estão condicionados a um ambiente que, de uma maneira ou de outra, sofre o paradoxo entre sua responsabilidade social, enquanto empresa jornalística, e seus interesses comerciais e políticos, enquanto grupo empresarial. Um campo de atuação do profissional jornalista que está bem mais sujeito a esses interesses é o dos profissionais que trabalham nas empresas de assessoria de comunicação. Nesse caso, que dilemas éticos perpassam sua atuação? Como sua produção jornalística é influenciada por esses interesses? Como os dilemas éticos são enfrentados?

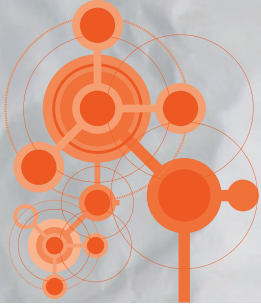
O Entrevistado 7, jornalista e proprietário de uma empresa de assessoria de comunicação, indica como essas situações são resolvidas. A princípio, sua empresa investe num ordenamento profilático, mas acaba cedendo aos interesses comerciais de seus clientes, criando estratégias para "maquiar" suas intenções. No final, orienta contextos que condicionam a orientação da produção jornalística.

Tem muito cliente que enche o saco da gente com isso. "Ah, mas eu anuncio no jornal!". A gente diz: "Dr. Fulano, se o senhor anuncia no jornal, o senhor precisa pegar o seu departamento comercial e conversar com o departamento comercial do jornal". Aí eles dois se entendem lá. A gente conversa apenas com a redação. Se o departamento comercial vai bater de cima para baixo, isso foge da nossa alçada. E a gente sempre pede que não faça isso, porque, de fato, não tem coisa pior para um repórter que matéria "rec" [recomendada]. O repórter vai "P da vida", afinal é um saco mesmo, né?! O pior é que às vezes a gente sabe que clientes nossos são parceiros dos veículos, e que vai ter matéria recomendada meeesmo! O que cabe a nós, assessores? É tentar salvar o nosso colega de profissão que está ali, o repórter. Fazendo o quê? Rapaz, a matéria é recomendada, mas vamos dar um jeito de fazer um puta de um release e fazer com que o cara venha... Mesmo que o cara saiba que a matéria é recomendada, que ele tenha um assunto legal, capaz de desenvolver uma matéria legal, sem que fique tanto com cara de "rec". (Entrevistado 7)

CONSIDERAÇÕES DERRADEIRAS E PERSPECTIVAS DE OUTRAS DISCUSSÕES

As insinuações que fizemos aqui atestam que o Jornalismo está passando por muitas transformações. A tecnologia joga um peso decisivo nesse processo. Com as transformações, velhos dilemas éticos são reforçados, enquanto outros vão surgindo. As análises apontam para uma relação intrínseca entre deslizes éticos, cometidos pelos jornalistas, e o peso institucional da empresa de comunicação, enquanto orientadora de procedimentos de produção da atuação profissional. A relação estabelecida aqui é de caráter abrangente, pois independe da linguagem/suporte utilizados – essa mesma dinâmica é evidenciada, seja no impresso, TV, rádio, web, seja no trabalho de assessorias. E também alcança os diversos setores de atuação do profissional jornalista na empresa de comunicação.

Muitas dúvidas sobressaem, mas uma certeza parece organizar esse aparente caos: a de que novos dilemas éticos, em torno da produção do Jornalismo, estão por vir. E o que esses novos dilemas sugerem? Para Kucinski (2004, p. 24), nesse



novo ambiente, "as éticas socialmente constituídas cederam espaço a uma ética definida em torno de cada indivíduo, o que parece uma contradição em termos, um paradoxo, já que as condutas pessoais só podem ser avaliadas na sua articulação com outras condutas". Cada indivíduo, "nesses tempos pós-modernos, teria a faculdade de decidir sua própria conduta, cultivar seus próprios valores. É o retorno a mais primordial de todas as discussões éticas: a da possibilidade ou não de haver uma ética" (KUCINSKI, 2004, p.24). Estaríamos fadados a conviver com éticas individuais? Como conciliar, no Jornalismo, responsabilidade social da profissão, em que emerge uma compreensão coletiva no processo, com éticas individuais?

Cada vez mais devemos lembrar Goodwin (1993) e suas desconcertantes perguntas quando nos deparamos diante de dilemas que se assomam éticos para nós, embora essas mesmas perguntas já devam ser pensadas sob esse outro ambiente de produção do jornalismo que começamos a vivenciar: 1) O que nós fazemos habitualmente em casos como esse?; 2) Quem será prejudicado e quem será ajudado?; 3) Existem alternativas melhores?; 4) Poderei me olhar de novo no espelho?; 5) Poderei justificar isso perante as pessoas e o público?; 6) Quais os princípios e os valores que devemos aplicar?; 7) Será que essa decisão se encaixa no tipo de jornalismo em que eu acredito?

Esperamos poder contribuir para esses diálogos trazendo como subsídio a vivência de nossos entrevistados, que tão bem apontam a relação entre produção do jornalismo e ética profissional. São eles que, no cotidiano de seu trabalho, fazem a si mesmos essas perguntas constantemente. E sem a participação deles, o debate pode se tornar vazio, como vazios se tornam nossos argumentos cada vez que nos deparamos com outras situações em que a relação ética e o jornalismo são postos em confronto.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. *Ética e moral: a busca de fundamentos*. Petrópolis: Vozes, 2009.

CAMARGO, Marculino. *Fundamentos de ética geral e profissional*. Petrópolis: Vozes, 2004.

COSTA, Caio Túlio. *Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

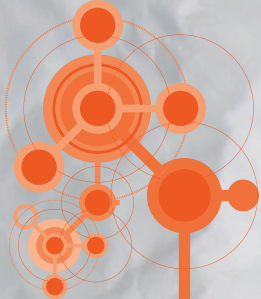
GOODWIN, H. Eugene. *Procura-se: ética no jornalismo*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1993.

KARAM, Francisco José Castilhos. Ética, deontologia, formação e profissão: observações sobre o jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v.1, n.1, p.118-130, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MEDINA, Cremilda. *Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Summus, 2008.

OLIVEIRA, Manfredo A. *Ética e racionalidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.



Teorias da comunicação, transferência do conhecimento e implicações na subserviência dos sujeitos nas organizações

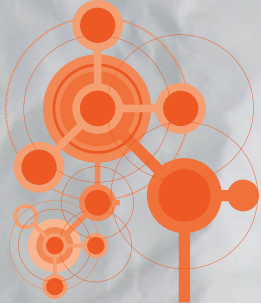
Theories of communication, transfer of knowledge and implications on the subservience of subjects in organizations

Teorías de la comunicación, transferencia del conocimiento e implicaciones sobre la subordinación de los sujetos en las organizaciones



Fábria Pereira Lima

- Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP)
- Mestre em Comunicação Social: Interações Midiáticas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
- Especialista em Gestão Estratégica de Marketing pela PUC Minas
- Graduada em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela PUC Minas
- Professora adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Integrante dos Grupos de Pesquisa Comunicação, Mobilização Social e Opinião Pública – Mobiliza (UFMG) e Comunicação no Contexto Organizacional: Aspectos Teórico-Conceituais – Dialorg (PUC Minas)
- E-mail: fabialima@ufmg.br



Resumo

Este artigo reflete sobre estudos de transferência de conhecimento nas organizações, denunciando como certas concepções podem encobrir postulados que coisificam o homem e abrem caminho para a naturalização de correntes teóricas e práticas de subserviência ao modelo produtivo capitalista, que são reproduzidas e integram a cultura organizacional. O artigo defende que os estudos de comunicação organizacional podem e devem contribuir para desconstruir premissas que integrem a sutil rede de violências simbólicas que pautam relações sociais, objetos de pesquisa e práticas organizacionais.

PALAVRAS-CHAVE: TEORIAS DA COMUNICAÇÃO • TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO • GESTÃO DO CONHECIMENTO • ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO.

Abstract

This article reflects on studies of knowledge transfer in organizations denouncing how certain conceptions can cover up postulates that restrain man and open the way for the naturalization of theoretical currents and practices of subservience to the capitalist productive model that are reproduced and integrate the organizational culture. He argues that organizational communication studies can and should contribute to the deconstruction of premises that integrate the subtle network of symbolic violence that guide social relations, research objects and organizational practices.

KEYWORDS: THEORIES OF COMMUNICATION • KNOWLEDGE TRANSFER • KNOWLEDGE MANAGEMENT • CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS.

Resumen

Este artículo refleja sobre estudios de transferencia de conocimiento en las organizaciones denunciando cómo ciertas concepciones pueden encubrir postulados que coiser el hombre y abrir el camino para la naturalización de corrientes teóricas y prácticas de subordinación al modelo produtivo capitalista que se reproducen e integran la cultura organizacional. Defiende que los estudios de comunicación organizacional pueden y deben contribuir a desconstruir premissas que integren la sutil red de violencias simbólicas que pautan relaciones sociales, objetos de investigación y prácticas organizacionales.

PALABRAS CLAVE: TEORÍAS DE LA COMUNICACIÓN • TRANSFERENCIA DEL CONOCIMIENTO • GESTIÓN DEL CONOCIMIENTO • ANÁLISIS CRÍTICO DEL DISCURSO.



INTRODUÇÃO

Os estudos sobre transferência do conhecimento nas organizações têm constituído relevante pauta de trabalhos nas escolas de gestão, especialmente, a partir dos anos 1990, quando o conhecimento passou a ser considerado um ativo organizacional intangível altamente estratégico. Nesse sentido, são empreendidos esforços para identificar fatores relevantes que tornem eficazes os processos de transferência do conhecimento de modo a garantir um diferencial competitivo para as organizações. Tal entendimento se liga à ideia de que é preciso instaurar processos de aprendizagem organizacional para que os saberes produzidos pelos trabalhadores não se percam neles mesmos, mas, ao contrário, sejam compartilhados com os demais atores organizacionais de interesse, fazendo o coletivo ganhar distintividade precisamente pelo conhecimento comum acumulado.

A principal filiação dos estudos sobre transferência do conhecimento nas organizações são as pesquisas na área da ciência da informação. São, portanto, herdeiros de trabalhos que focam no estudo da transferência de informação e de dados, não conseguindo distinguir conceitualmente, de modo suficientemente consensual, tais definições. O que se pretende argumentar neste artigo é que o desenvolvimento das teorias da comunicação pode contribuir para desconstruir o entendimento de que o conhecimento é algo possível de ser transferido. Ou seja, questionar noções que, de forma silente, reificam o ser humano e suas relações – principalmente a relação do ser humano com o trabalho e como ele se entende nas organizações, integrando, de modo subserviente, o modelo produtivo capitalista contemporâneo.

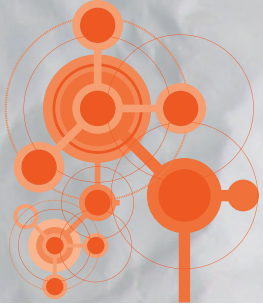
Sem a pretensão de promover uma narrativa histórica e tampouco linear ou evolucionária dos estudos da comunicação, resgatando suas principais perspectivas paradigmáticas, optou-se por enfatizar duas reconhecidas escolas teóricas que, em estudos como os de Winkin (1998) e Quéré (2018), parecem evidenciar mais nitidamente contrastes conceituais fundamentais na própria conformação da comunicação como objeto de estudo – e trazendo consequências nas pesquisas alinhadas a perspectivas distintas. Para conduzir a reflexão, que se configura como um contraponto à noção de que o conhecimento é algo que pode ser transferido, assumimos como matriz teórico-metodológica a análise crítica do discurso, a partir dos estudos de Fairclough (2001, 2003). Trata-se, como se verá, da adoção de uma abordagem que transcende os limites dos métodos estritos e se revela mais como um arcabouço teórico-reflexivo, a partir do qual as perspectivas paradigmáticas acionadas podem ser problematizadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Transferência da informação, de dados e do conhecimento: da ciência da informação e da computação aos estudos organizacionais

Os estudos referentes à transferência da informação dizem respeito ao modo com que os grupos e as instituições organizam a informação, através de procedimentos seletivos que regulam sua geração, transmissão, distribuição e uso. Nesse processo, chama atenção o efeito globalizador dos mercados e o desenvolvimento das tecnologias de informação, que impactam o desenvolvimento da produção do conhecimento na área das ciências da informação e tornam imperativo adotar como premissa epistemológica a questão do máximo alcance e da uniformidade linguística ou das lógicas de uso da informação (Gomez, 1993). Segundo Gomez (1993, p. 218),

A demanda de equivalência formal dos indivíduos, que fora condição da construção de uma nova esfera política burguesa, é agora substituída pela demanda mercadológica de equivalência formal de todos os componentes dos mercados da informação: dos códigos, das mensagens, dos modelos da realidade que organizam os programas, os sistemas de conhecimento e as estruturas cognitivas de emissores e receptores.



Percebe-se, portanto, que o avanço tecnológico possibilitou o tratamento da informação em grandes escalas e em novas perspectivas espaço-temporais, impelindo os pesquisadores a alinharem o conceito de informação ao de dado. Também na linguagem da computação, dado aparece como input integrante da simbiótica relação homem-máquina que marca o contemporâneo. É dessa forma que percebemos que os estudos organizacionais, tomados em sua generalidade, apropriam-se da noção de transferência do conhecimento: tomando conhecimento como algo, se não equivalente, pelo menos similar à informação ou ao dado, uma coisa que pode ser transmitida de um emissor A até um receptor B¹.

No entanto, não é possível desconsiderar os esforços de vários autores que buscaram marcar a diferença existente entre dado, informação e conhecimento, como Drucker (1988), Dutta (1997) e Marshall (1997). Destacamos, nessa linha, o trabalho de Davenport e Prusak (2003), dois dos mais reconhecidos pesquisadores da área de tecnologia da informação e gestão do conhecimento, para quem, embora conhecimento não possa ser considerado nem dado nem informação, as diferenças entre esses termos estão somente em uma questão de gradação. Para os autores, enquanto “dados são um conjunto de fatos distintos e objetivos, relativos a eventos [que], num contexto organizacional, [...] são utilitariamente descritos como registros estruturados de transações” (Davenport; Prusak, 2003, p. 4), informação são os dados com significados que, assim, “fazem a diferença” no sentido tanto de dar uma forma aos dados, constituindo uma mensagem, quanto de dar forma ao receptor, quando ele lhe atribui significado. Segundo os autores,

dados tornam-se informação quando o seu criador lhes acrescenta significado. Transformamos dados em informação agregando valor de diversas maneiras. Consideremos vários métodos importantes, todos eles começando com a letra C: Contextualização: sabemos qual a finalidade dos dados coletados. Categorização: conhecemos as unidades de análise ou os componentes essenciais dos dados. Cálculo: os dados podem ser analisados matematicamente ou estatisticamente. Correção: os erros são eliminados dos dados. Condensação: os dados podem ser resumidos para uma forma mais concisa. Observe que os computadores podem ajudar a agregar tais valores e transformar dados em informação, porém quase nunca eles ajudam na parte de contexto, e os seres humanos geralmente precisam agir nas partes de categorização, cálculo e condensação. (Davenport; Prusak, 2003, p. 5)

Assim, numa perspectiva gradativa ou evolucionária dos conceitos – e funcional, no que concerne ao ambiente organizacional –, os autores definem o conhecimento como o produto de experiências, valores e informações contextualizadas que, retroativamente, criam as bases para os sujeitos lidarem com novas experiências e informações.

Nas conceituações apresentadas, fica claro o entendimento de que a produção de conhecimento é algo da ordem do humano, a partir de sua capacidade de significar informações. Contudo, percebe-se limitação na teorização proposta, por conta da fragilidade conceitual no que se refere aos processos de produção de sentido que embasam a comunicação. Dessa forma, as reflexões dos autores resvalam para a ideia de conhecimento como propriedade humana, que pode ser transferida ou transmitida a outras pessoas ou imbuída em coisas – e, mais, sem perder de vista os objetivos organizacionais com os quais possa contribuir. Isso fica claro quando os autores apontam que:

Ele [o conhecimento] tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações, ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais. [...] O conhecimento existe dentro das pessoas, faz parte da complexidade e imprevisibilidade humanas. [...] O conhecimento pode e deve ser avaliado pelas decisões ou tomadas de ação às quais ele leva. Um conhecimento melhor pode levar, por exemplo, a eficiência mensurável em desenvolvimento de produtos e na sua produção. Podemos usá-lo para tomar decisões mais acertadas com relação a estratégia, concorrentes, clientes, canais de distribuição e ciclos de vida de produto e serviço. (Davenport; Prusak, 2003, p. 6)

¹ Há de se ressaltar que a corrente dos estudos organizacionais críticos tem se configurado como contraponto a essa perspectiva transmissiva da comunicação, distinguindo-se das abordagens clássicas do marketing e das ciências gerenciais.



Sobre a relação entre informação e conhecimento, vale ainda destacar o trabalho de Nonaka e Takeuchi (1997), citados por Alvarenga Neto (2002), que aponta duas perspectivas nos estudos da informação: a informação sintática, tratada por seu volume (teoria matemática de Shannon e Weaver), e a informação semântica, carregada de significado – sendo essa última a que os autores consideram em sua teoria de criação de conhecimento. No entanto, apesar de reconhecerem que informação e conhecimento têm alguma relação com sistemas de significado, capacidade inerentemente humana, defendem a possibilidade de transmissão do conhecimento:

Nonaka & Takeuchi afirmam que o conhecimento explícito ou codificado é aquele que se refere ao conhecimento transmissível através da linguagem sistemática e formal. Uma outra importante contribuição desses autores é a visão ontológica de que o conhecimento só existe, reside e é criado por indivíduos, uma tautologia para afirmar que uma organização não pode criar conhecimento sem indivíduos. (Nonaka; Takeuchi, 1997 apud Alvarenga Neto, 2002, p. 39)

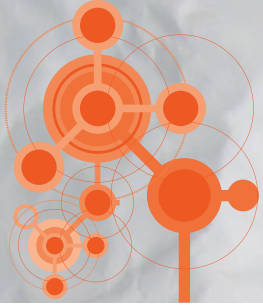
Nos estudos de Teoria Geral da Administração, as abordagens teóricas relacionadas ao conhecimento, ao aprendizado organizacional e às competências essenciais na gestão estratégica datam dos anos 1980 (Chiavenato, 2010). Tais estudos analisam o comportamento humano nas organizações e as técnicas para torná-las mais eficientes, visando criar vantagem competitiva sustentável. Pressupõe-se que a denominada Gestão do Conhecimento (GC) crie um diferencial valioso para as organizações, posto que o conhecimento é um ativo intangível de difícil imitação, enraizado nas pessoas, e não nos recursos físicos – esses, sim, facilmente imitáveis pelos concorrentes (Quinn; Baruch; Zien, 1997).

Para problematizar a possibilidade de transferência ou transmissão do conhecimento, propomos um resgate das teorias da comunicação, contrapondo o modelo informacional e transmissivo ao praxeológico e interacional. Visamos trazer elementos que subsidiem uma análise que, partindo de uma reflexão epistemológica, evidencie implicações de ordem prática na subserviência dos sujeitos a um modelo produtivo, nas organizações.

As teorias da comunicação: do modelo informacional ao praxeológico

As ciências humanas desenvolveram-se, desde a segunda metade do século XIX, segundo a concepção positivista de construção do saber científico, até então empregada no campo das ciências naturais. Almejava-se alcançar, no estudo das ciências humanas e sociais, as mesmas condições de neutralidade científica (com um domínio absoluto do pesquisador sobre seu objeto de estudo) e uma perspectiva de segmentação do saber, a partir de uma visão fragmentada, mecanicista e causal da realidade. Mas, ao tomar o ser humano (e suas relações, que constituem a sociedade) como objeto de estudo, as ciências humanas e sociais colocaram em xeque os limites do pensamento positivista. Elas têm contribuído para uma redefinição do fazer científico, com uma abordagem que privilegia aspectos como a complexidade dos fatos sociais e a contribuição dos diversos saberes na produção desse conhecimento (Laville; Dionne, 1999).

Foi na esteira do positivismo que surgiram os primeiros estudos no campo da comunicação. Em resposta à emergência e consolidação dos meios de comunicação de massa, no início do século XX, a produção acadêmica sobre o tema ganha impulso, sobretudo, a partir dos estudos desenvolvidos no âmbito do chamado *Mass Communication Research*. Focadas principalmente na reflexão sobre as funções e os efeitos da mídia, essas pesquisas pioneiras buscavam entender o papel desempenhado pela mídia em uma sociedade que passava por profundas transformações, como a consolidação do capitalismo e das democracias modernas, além da ocorrência das duas Grandes Guerras. Ao mesmo tempo, esses estudos perguntavam como as narrativas e imagens difundidas pelo cinema, TV, rádio e imprensa afetavam o dia a dia das pessoas comuns e, em especial, seu comportamento como consumidoras e eleitoras.



Inspiradas na sociologia funcionalista e nas teorias da sociedade de massa, essas investigações se desenvolveram e pensaram a comunicação em um molde baseado na teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver, ficando conhecido mais tarde como “paradigma informacional”. Nessa perspectiva, as trocas comunicativas são pensadas como um processo transmissivo no qual informações são transportadas do emissor ao receptor. Marcada por uma compreensão linear do fenômeno comunicativo, essa abordagem pensa a comunicação sobretudo sob o ponto de vista da eficácia². Ao mesmo tempo, ligado à noção de “massa”, o receptor é percebido frequentemente como ator incapaz de opor resistência aos conteúdos que lhes são oferecidos. Nesse contexto, a ideia de manipulação ideológica aparece como uma referência comumente associada ao papel desempenhado pela mídia, percebida como onipotente, em face de audiências tidas como atomizadas e apáticas.

Ao longo do século XX, no entanto, o campo de pesquisa em comunicação passa a ser irrigado por contribuições conceituais das mais diversas áreas, que complexificam o conceito de interação e redimensionam o entendimento sobre as práticas comunicativas. A comunicação passa a ser percebida em viés menos mecânico e atenção renovada é concedida à globalidade do processo dialógico instaurado entre os diferentes sujeitos na vida social.

Como nos lembra Winkin (1998), destaca-se o grupo de pesquisadores do *Colégio Invisível*³, que pensava a comunicação a partir de um modelo orquestral, em oposição ao informacional – por eles chamado de telegráfico, já que a comunicação, aos moldes de um telégrafo, é considerada algo transmissível de uma fonte emissora a outra receptora. A analogia da orquestra, por outro lado, enfatiza que a comunicação é um todo integrado, em que o indivíduo não é a origem (emissor) ou o fim (receptor). Ao contrário, cada sujeito participa da comunicação, integra esse processo complexo, que não pode ser reduzido a poucas variáveis lineares, com começo, meio e fim.

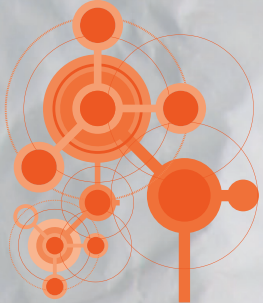
Os pesquisadores do *Colégio Invisível* estavam interessados em compreender os códigos que regem o comportamento humano – como esse corpo de regras é instituído, selecionado e apreendido pelos sujeitos – em certa cultura. O comportamento pessoal e interpessoal, para eles, seria organizado por esses códigos, responsáveis por fomentar a significação pelo homem, a partir de contextos específicos – daí a ideia de que “todo homem viveria necessariamente (embora inconscientemente) em e por códigos, pois todo comportamento implica o seu uso” (Winkin, 1998, p. 31).

Já a partir dos anos 1980, outro autor que tem analisado as limitações da matriz paradigmática informacional e transmissiva da comunicação, chamada por ele de epistemológica, é Louis Quéré (2018), que propõe uma abordagem denominada como modelo praxeológico de comunicação. A base do modelo praxeológico é a ideia de que a comunicação é a constituição de um mundo comum pela ação reciprocamente referenciada. Para o autor, enquanto o paradigma epistemológico é fundamentado num esquema de representação, o praxeológico é fundamentado na perspectiva construcionista, em um “esquema da constituição de um mundo comum pela ação, ou, como se diz às vezes em ciências sociais, do esquema da ‘construção social da realidade’” (Quéré, 2018, p. 3).

No modelo informacional ou epistemológico, a comunicação é um processo de representação de um mundo dado e predefinido cujas “propriedades são independentes da percepção e da atividade cognitiva dos sujeitos do conhecimento, que se contentam em recuperar ou em reconstituir uma realidade extrínseca” (Quéré, 2018, p.4). Ou seja, nessa perspectiva, a comunicação tem um papel instrumental e mecanicista de transmissão de informação, em que

² Seriam eficazes os processos comunicativos nos quais o emissor consegue produzir, no receptor, as representações mentais pretendidas.

³ A expressão foi cunhada para agrupar um conjunto de pesquisadores que compuseram uma rede de conexões com afinidades de estudos sobre a comunicação, pela perspectiva interacional, mesmo que não tenham trabalhado pessoal ou simultaneamente juntos. Integram esse grupo pesquisadores como Gregory Bateson, Ray Birdwhistell, Edward Hall, Erving Goffman, Don Bateson e Paul Watzlawick.



os sujeitos, as intenções e sobretudo os conteúdos, sob a forma de mensagens, estão dados; as representações ganham uma objetividade ou positividade prévia e autônoma, e a comunicação refere-se ao momento de seu transporte – sendo que ela é bem sucedida quando consegue reproduzir representações similares no receptor. (França, 2007, p.4)

Já no modelo praxeológico, a natureza da comunicação não é representação e sim constituição, ou seja, a comunicação é elemento fundante da experiência humana em sociedade. Neste sentido, o papel da comunicação é o de construir o mundo dos seres humanos através de sua vivência no mundo – pela comunicação, os homens se constroem, constroem seu mundo, se organizam e organizam suas experiências no mundo. A comunicação torna-se, então, uma questão de “modelagem mútua de um mundo comum em meio a uma ação conjugada” (Quéré, 2018).

A ideia fundamental aqui presente é que a comunicação deve ser entendida como atividade conjunta de construção de uma perspectiva comum, de um ponto de vista compartilhado, como base de inferência e de ação, e não mais como um processo no qual os estados intencionais são previamente providos de suas determinações, no qual os fatos e as hipóteses (representações de um mundo real predefinido) tornam-se mutuamente manifestos. Em particular, essa perspectiva comum permite aos parceiros especificar o modo pelo qual se relacionam temporariamente uns com os outros e com o mundo. Ao mesmo tempo, ela lhes permite construir, de maneira coordenada e de acordo com o modo do “sentido encarnado”, aquilo que torna mutuamente manifesto ou sensível na interação. [...] Então, para o modelo praxiológico, a comunicação é essencialmente um processo de organização de perspectivas compartilhadas, sem o qual nenhuma ação e interação se tornam possíveis. (Quéré, 2018, p.24-25)

Quanto à natureza dos sujeitos, o modelo informacional adota a noção de que a comunicação se processa entre *sujeitos monológicos*, que apenas se relacionam com os outros e com o mundo através da observação e da objetivação. Esse sujeito comunicar-se-ia com outros por meio da produção, validação, transmissão e inferência de representações (Quéré, 2018). Já o *sujeito praxeológico* se constrói a partir da relação que estabelece com o outro, sendo considerado “um sujeito dialógico – que fala não apenas para o outro, mas com o outro” (França, 2007, p.4).

No que se refere ao papel da linguagem, esta se constitui elemento fundamental para a análise da comunicação, seja na perspectiva informacional ou na praxeológica. No entanto, se de um lado, no modelo informacional, a linguagem é tida como um sistema de representação do mundo e, desta forma, um sistema externo a ele⁴, de outro, no modelo praxeológico, é elemento de expressão e constituição, na medida em que possibilita objetivação da subjetividade dos sujeitos e que marca sua presença no mundo. É pela linguagem que o ser humano interage consigo e com os outros.

Sobre a relação que os paradigmas informacional e praxeológico estabelecem entre comunicação e vida social, o informacional separa a comunicação como um processo independente da sociedade e o praxeológico entende a comunicação como constituinte dela. Nessa perspectiva, *a priori*, a comunicação ou o mundo social representado por ela não existem, são antes dimensões de um mesmo fenômeno. “Por esse caminho, a comunicação deixa de ser um processo recortado e restrito, e é tomada como lugar de constituição dos fenômenos sociais, atividade organizante da subjetividade dos homens e da objetividade do mundo” (França, 2007, p.6). Para Quéré (2018, p.23),

A tematização que nos interessa segue o caminho oposto do esquema “epistemológico”. Ela não trata a objetividade do mundo e a subjetividade dos agentes (isto é, sua interioridade e, ao mesmo tempo, seu estatuto de sujeito autônomo e responsável) como dados; ela as relaciona a uma “atividade organizante”, mediada de modo simbólico, efetuada conjuntamente pelos membros de uma comunidade de linguagem e de ação no quadro da coordenação de suas ações práticas.

4 França e Maia (2003, p. 5) chamam a atenção para o dualismo dessa acepção, que corresponde a uma “concepção indicial da comunicação: os indivíduos produzem e interpretam índices; a recepção da comunicação consiste em inferir as intenções e informações transmitidas”.



Em seu conjunto, a apresentação do desenvolvimento das teorias da comunicação traz elementos que permitem questionar os pressupostos da noção de transferência de conhecimento nas organizações, se entendemos conhecimento como construção que se realiza em processos de comunicação – não algo que se representa (e transmite), mas algo instituidor das relações sociais, dos sujeitos e das organizações.

DISCUSSÃO CRÍTICA

Para desenvolver as reflexões propostas, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre as teorias da comunicação para construir um referencial teórico que ressaltasse pontos relevantes sobre o tema da transferência do conhecimento. Assim, o estudo propõe uma análise qualitativa e interpretativa, inspirada na análise crítica do discurso, desconstruindo a transferência de conhecimento enquanto prática que toma o ser humano e o conhecimento como coisas, bem como as implicações decorridas dessas premissas.

A análise crítica do discurso

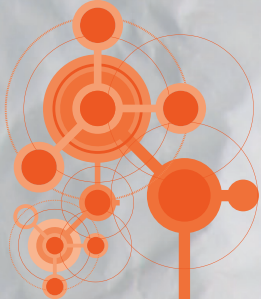
A Análise Crítica do Discurso (ACD), a partir dos trabalhos de Fairclough (2001, 2003), Chouliaraki e Fairclough (1999) e Wodak e Meyer (2009), evidencia o discurso não como uma construção meramente textual, mas algo que revela complexa relação com o contexto e com estruturas sociais mais amplas. O discurso, nessa perspectiva, é não somente um modo de representação, mas também de ação, uma forma com que “as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros” (Fairclough, 2001, p.90).

Essa escolha metodológica ratifica nosso entendimento da comunicação como espaço de constituição da vida coletiva e o entendimento de que as mudanças organizacionais e sociais são subsidiadas por práticas discursivas, de modo que transformações discursivas podem ser consideradas um caminho para transformações ou cristalizações culturais, organizacionais e sociais. Nas palavras de Fairclough (2001, p.28), “as hegemonias em organizações e instituições particulares, e no nível societário, são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso”. De modo que todo processo de mudança social (e organizacional, por óbvio) também se deixa ver pelas práticas discursivas que o viabiliza ou dificulta.

Há muitos exemplos de mudança: mudança nas relações entre médicos e pacientes, entre políticos e o público, entre mulheres e homens no local de trabalho e na família, todas elas parcialmente constituídas por novas práticas discursivas. Além disso, o destaque cada vez maior do discurso nas transformações sociais relaciona-se, como sugeri anteriormente, com uma preocupação para controlar o discurso: causar mudanças nas práticas discursivas como parte da engenharia da mudança social e cultural. Estamos observando uma “tecnologização do discurso”, em que tecnologias discursivas, um tipo de “tecnologias de governo” [...], são sistematicamente aplicadas em uma variedade de organizações por tecnólogos profissionais que pesquisam, redesenham e fornecem treinamento em práticas discursivas. (Fairclough, 2001, p. 26)

O uso instrumental da tecnologização do discurso para causar mudanças socioculturais parece ir ao encontro da perspectiva até aqui colocada: contando com o aparato simbólico dos sistemas de gestão, temos um corpo profissional que, ao inserir a pauta da transferência do conhecimento como possibilidade de aumentar o ativo intangível das organizações, reafirma e propaga pontos de vista ideologicamente orientados e instaura renovadas práticas discursivas sobre a constituição das relações organizacionais.

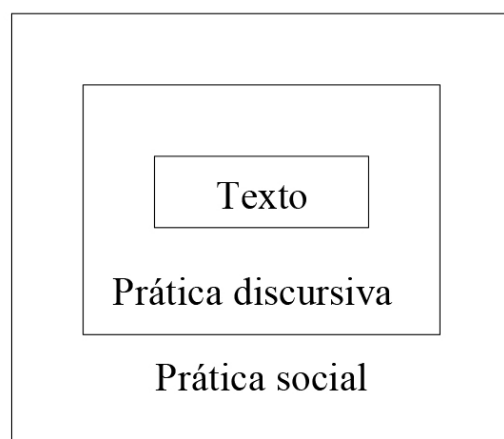
A análise das práticas discursivas, na perspectiva da ACD, relaciona dialeticamente a análise textual e a análise da prática social. Por isso, os objetos de investigação ultrapassam o texto (ou a análise textual), sem dele prescindir, incorporando sua



relação com estruturas sociais mais amplas, que conformam sua produção, e com os processos sociais por meio dos quais os indivíduos constroem sentido em suas interações – através daqueles textos. Ou seja, a análise dos textos é sempre uma análise em relação, uma relação dialética com as práticas discursivas e sociais.

A partir desse entendimento, Fairclough (2001, p. 22) propõe um modelo tridimensional de análise, em que relaciona texto, discurso e prática social e pondera que “qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer evento de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social”, contribuindo para construir tanto as identidades sociais (as posições de sujeito para os sujeitos sociais) quanto as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença. Essa concepção tridimensional do discurso é representada na Figura 1:

Figura 1: Concepção tridimensional do discurso



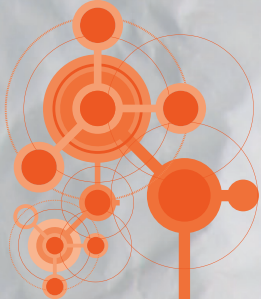
Fonte: Fairclough (2001, p.101).

Assim, fazem parte do modelo tridimensional de análise de Fairclough (2001) as três dimensões do discurso: texto, prática discursiva e prática social. Entendendo por texto qualquer instância da linguagem em uso, falada ou escrita; por prática discursiva, a interação específica em que se configuram os processos de construção de sentidos entre os interlocutores (relaciona-se, pois aos processos de produção, distribuição e consumo textual); e por prática social, a dimensão social mais ampla (recortada em aspectos econômicos, políticos e institucionais particulares) em que o discurso é gerado.

Em nossa análise, interessa-nos a abordagem da prática social que se fundamenta na relação do discurso com a ideologia e hegemonia. Na perspectiva da ideologia, a ACD preocupa-se com aspectos textuais investidos ideologicamente (principalmente os sentidos das palavras, as pressuposições, as metáforas e os estilos) e, na perspectiva da hegemonia, preocupa-se com as orientações econômicas, políticas, ideológicas e culturais das práticas sociais. Merece atenção o que Fairclough (2001, p.117) entende como ideologias:

significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Nesse sentido, quanto mais as ideologias embutidas nas práticas discursivas se tornam naturalizadas e adquirem o status de senso comum, mais são eficazes, cabendo ao analista crítico do discurso justamente o papel de revelar tais posições para que os sujeitos possam agir sobre a realidade social. Ou seja, para o autor, a ideologia está tanto nas estruturas (ordens do discurso) quanto nos eventos discursivos (no modo como os sujeitos são posicionados ideologicamente), e a intervenção do analista do discurso, revelando as ideologias embutidas, pode contribuir para que os interlocutores ajam criativamente e reestruturem suas práticas sociais.



Além disso, a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente [...] mas também das relações sociais e assimétricas existentes. (Fairclough, 2001, p. 123-124)

Para o autor, cada uma das dimensões do discurso – texto, prática discursiva e prática social – se refere a uma das “três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso” (Fairclough, 2001, p. 92): a função identitária (os modos de construção das identidades sociais no discurso); a relacional (os modos de negociação e representação das relações sociais dos interlocutores no discurso); e a ideacional (os processos de construção de sentido a partir dos textos, ou seja, os modos pelos quais “significam o mundo e seus processos, entidades e relações” (Fairclough, 2001, p. 92)).

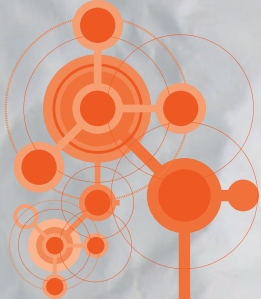
AS TEORIAS DA COMUNICAÇÃO, A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E A TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES

O desenvolvimento das teorias da comunicação, como apresentado, parecem fornecer pistas importantes para problematizar a noção de transferência do conhecimento nas organizações. Em primeiro lugar, o modelo informacional, baseado na lógica transmissiva de conteúdo, mostra-se limitado para abarcar a complexidade das relações sociais e dos processos de significação que fundamentam a comunicação, além de considerar o receptor como polo passivo, integrante de uma sociedade de massa. Paralelamente, a noção de transferência do conhecimento apresenta as mesmas limitações ao desconsiderar os processos de significação e comunicação que integram o processo de conhecer, reificando o conhecimento como significado, algo que os indivíduos possuem, uma coisa que pode ser transmitida a outro.

Num viés praxeológico, que considera a comunicação como construção que privilegia a autonomia dos interlocutores no processo de significação e de engendramento de sua realidade social, encontramos rastros para pensar que o conhecimento é da ordem do sentido, do porvir, uma construção que se dá na relação intersubjetiva dos sujeitos, no encontro dos sujeitos uns com os outros e com o mundo. As críticas feitas ao modelo praxeológico têm sido endereçadas principalmente à falta de uma problematização consistente sobre a dimensão do poder que pauta as relações sociais: a construção de um mundo comum pela comunicação é um processo negociado entre sujeitos que se relacionam, de modo que as assimetrias, as desigualdades e as injustiças precisariam ser pensadas como seus elementos fundamentais.

Por isso, nos parece relevante a ACD nos ensinar que, nas relações sociais, os sujeitos, como seres de linguagem e relativamente autônomos (ou seja, embora não de forma consciente e plena), possam perpetuar ou transformar sua própria realidade, a partir das práticas discursivas que revestem seus cotidianos. Assim, deve-se questionar os sentidos das palavras e a quem interessa manter naturalizada a noção de que o conhecimento é transmitido nas organizações. A nosso ver, tal perspectiva é carregada ideologicamente de uma visada gerencial que coaduna com um modelo produzido pelo capitalismo altamente perverso.

Segundo as três funções da linguagem e as dimensões de sentido do discurso propostas por Fairclough (2001), podemos dizer que a noção de transferência do conhecimento subjuga os sujeitos organizacionais, admitindo para eles a função de emissor e receptor de significados predefinidos, anulando sua potência e capacidade criativa para construir sentidos autonomamente. As relações sociais entre os interlocutores, tais como se apresentam enquanto discurso, também reforçam a assimetria entre a organização e seus sujeitos, uma vez que a prática serve aos objetivos da gestão, devendo trazer resultados de seu interesse. A função ideacional, portanto, nos parece indicar que a naturalização e propagação de estudos teóricos e de práticas pautadas na noção de transferência do conhecimento são formas silentes de perpetuar uma determinada ordem de coisas que, ao



criar mecanismos de apropriação do que os sujeitos organizacionais constroem como conhecimento, segundo interesses organizacionais, e os mantêm em posição passiva na proposição de suas próprias pautas de interesse e construção de sentidos.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

É notório que as estratégias transmissivas, verticalizadas e assimétricas ainda embasem as relações instauradas no ambiente organizacional e, nem no campo teórico nem no campo da prática, podemos considerar a suplantação de uma perspectiva instrumental por outra mais relacional. Contudo, se nos estudos e práticas de gestão organizacional, a noção de transferência do conhecimento já se encontra naturalizada, adquirindo o status de senso comum, este trabalho propõe que cabe aos estudiosos de comunicação organizacional, numa perspectiva crítica, desvelar as ideologias embutidas nas práticas discursivas que a sustentam, como modo de desestabilizar as relações de dominação das práticas organizacionais.

Há de se enfatizar que, embora se reconheça que a noção de transferência do conhecimento possa ser enriquecida com aportes teóricos da comunicação, o estudo também deixa pontuada certa fragilidade nas abordagens comunicacionais acionadas, notadamente no que se refere à forma como abordam (ou deixam de abordar) as questões de poder, ideologia e hegemonia – o que se buscou refletir a partir do cotejamento com a análise crítica do discurso.

Nesse sentido, ao tentar desnudar as relações de dominação construídas no campo simbólico e da linguagem, acredita-se que é possível fomentar a reflexão dos interlocutores sobre sua situação, posicionamentos ideológicos e relações, de modo que possam agir criativamente sobre elas, e mesmo reestruturar suas práticas sociais. Investigações desta natureza, como o esforço aqui empreendido, podem parecer estudos de menor relevância e não integrar as pautas prioritárias de estudos da área. No entanto, defendemos a importância e a necessidade de essas investigações serem tomadas como objetos de estudo relevantes na comunicação organizacional, subsidiando o desenvolvimento de aportes críticos, e não apenas epistemológicos, que reverberem também em práticas organizacionais mais justas.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond de. *Gestão da informação e do conhecimento nas organizações: análise de casos relatados em organizações públicas e privadas*. 2002. 235f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

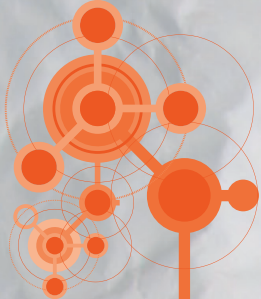
CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DRUCKER, Peter F. The coming of the new organization. *Harvard Business Review*, Boston, n.66, p.45-53, jan./fev. 1988.

DUTTA, Soumitra. Strategies for implementing knowledge-based systems. *IEEE Transactions on Engineering Management*, New York, v. 44, n. 1, p. 79-90, fev. 1997.



FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília, DF: Editora UnB, 2001.

_____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. New York: Routledge, 2003.

FRANÇA, Vera V.; MAIA, Rousiley. A comunicação e a conformação de uma abordagem comunicacional dos fenômenos. In: LOPES, Maria Immacolata V. (Org.). *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003. p.187-203.

FRANÇA, Vera V. Contribuições de G. H. Mead para pensar a comunicação. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 16., 2007, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UTP, 2007. 1 CD-ROM.

GOMEZ, Maria Nélide González de. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARSHALL, Lucy. Facilitating knowledge management and knowledge sharing: new opportunities for information professionals. *Online*, Wilton, v. 21, n. 5, p. 92-98, 1997.

QUÉRÉ, Louis. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. In: FRANÇA, Vera Veiga; SIMÕES, Paula. *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 15-48.

QUINN, James Brian; BARUCH, Jordan J.; ZIEN, Karen Anne. *Innovation explosion: using intellect and software to revolutionize growth strategies*. New York: Free Press, 1997.

WINKIN, Yves. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas: Papirus, 1998.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael (ed). *Methods of critical discourse analysis*. London: Sage Publications, 2009

Texto recebido em 07/04/2018 e aprovado em 01/06/2018.

RESEARCH





Charles Webel
Johan Galtung

Handbook of peace and conflict studies

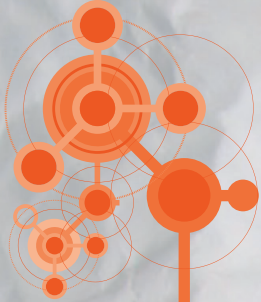
Routledge
London, 2007
406 páginas

Resenhado por



Helóisa Santos

- Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- E-mail: helokenne@gmail.com



A paz e transformação de conflitos em diversas perspectivas e práticas

Peace and conflict transformation in diverse perspectives and practices

La paz y la transformación de conflictos en distintas perspectivas y prácticas

O *Handbook of Peace and Conflict Studies* reúne 25 capítulos que compilam grande parte das ideias e conceitos trabalhados nos *peace studies*, um campo de pesquisa acadêmica recente, com menos de um século. O livro oferece uma visão transdisciplinar de questões como paz negativa e positiva, violência (em diversos aspectos), conflitos e conciliação, métodos de aproximação e conceitos-chave para a implantação da paz em níveis locais, regionais e globais.

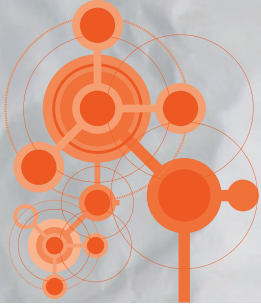
Com 32 diferentes autores e coautores, o compilado é assinado por Johan Galtung, considerado o fundador dos *peace studies*, e Charles Webel, notório estudioso de terrorismo e conflitos. O livro é dividido em cinco partes, que abordam questões sobre violência, não violência e paz a nível local e global e as diversas abordagens disciplinares dos *peace studies*.

Na introdução, Weber discute o conceito de paz por si só, em âmbitos internos (pessoais e psicológicos) e político-sociais. Essa aproximação, mais do que buscar por definição abstrata, também procura demonstrar alguns exemplos de processos mais concretos de paz, caracterizando a paz positiva e a negativa. Ele conclui lembrando que o conflito não é algo natural e, embora a paz pareça inalcançável, ela ainda deve ser praticada e ser o foco principal sempre que possível.

Complementando o prefácio de Weber, Galtung aborda a estratégia Transcend para a transformação de conflitos e o *peacebuilding*, ou seja, alcançar a paz por meios pacíficos. Esse modelo de nove passos leva em consideração aspectos profundos que levam à violência e propõe um guia para a mudança com foco na implementação e manutenção da paz positiva com exemplos concretos, listando fatos e acontecimentos.

A primeira seção do livro trata de entender e transformar conflitos por meio de seis textos, abordando mediação, tensões regionais, análises comparativas de casos e desarmamento civil e nuclear. O foco fica na violência direta e na transformação de situações extremas, em um exercício que busca compreender a raiz de conflitos e demonstrar a necessidade de utilizar uma abordagem pacífica para encarar essas disputas.

A seção conta com trabalhos que abordam conflitos atuais, como as tensões de imigrações entre Norte e Sul e a questão do desarmamento, abordada por Marc Pilisuk no capítulo 7, e por David Krieger (fundador do Nuclear Age Foundation) no capítulo 8,



que fala especificamente sobre desarmamento nuclear. Nessa primeira parte, a comunicação para a paz aparece como um *stakeholder*, sem necessariamente ser um elemento principal ou ser abordada diretamente. Embora o trabalho sobre mediação de Sara Horowitz se aproxime mais do tema, ele é focado em relações internacionais e comunicação interinstituições.

A segunda parte aborda a implementação da paz, articulando bem com a primeira seção. Em cinco textos, aborda-se aproximação de conflitos, não violência, reconciliação, Direitos Humanos e processos de paz.

Abordar o conceito Transcend de Galtung logo no início é importante para se entender textos posteriores, como o capítulo 9, no qual Wilfried Graf, Gudrun Kramer e Augustin Nicolescou descrevem novamente como usar a abordagem Transcend em negociações para a paz e o fim de conflitos, reforçando que “*this means bringing a broad range of individuals together, coming from different backgrounds; government officials, NGO representatives, local leaders, military personnel, journalists, religious leaders and intellectuals, from the same conflict party, must meet*” (p. 133). A implantação da paz, portanto, deve ser feita em todas as frentes e áreas, de maneira a se engendrar em todos os níveis sociais, políticos e culturais.

Na terceira seção, o fluxo de *peacebuilding* continua, dessa vez numa abordagem sobre o esforço em apoiar a paz. Em cinco textos, os diferentes autores propõem e discorrem sobre técnicas para manutenção e construção de paz positiva no campo cultural, na educação, na prática psicológica, na política de gênero, nas empresas e no jornalismo.

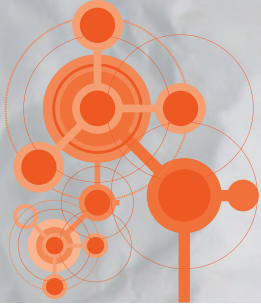
O capítulo 15 aborda as formas como empresas podem construir e apoiar a paz, porém o foco é maior nos aspectos econômicos externos e na questão ecologista. Embora sejam características importantes, não fornecem muitas respostas no que tange à questão de violência organizacional. Nesse sentido, o texto do capítulo 17, que aborda a paz pela psicologia, pode fornecer mais instruções e enriquecer a discussão, uma vez que descreve formas de comunicação interpessoal violentas e propõe como transformar esse tipo de cenário.

O capítulo 16 é de Jake Lynch e Annabel McGoldrick, ambos autores de *Peace Journalism* (2000), e oferece uma visão mais prática de como trabalhar comunicação e jornalismo em favor da paz. Os conceitos apresentados em *Peace Journalism* são retomados, e os autores demonstram porque o jornalismo para a paz pode ser mais preciso e responsável e como o jornalismo de guerra contribui para conflitos. Lynch e McGoldrick, mais uma vez, descrevem as técnicas e reforçam que o jornalismo para a paz é a prática de um bom jornalismo aliada à noção de transformação de conflitos e paz positiva, que deve ser ensinada e praticada diretamente à jornalistas e ser um compromisso de veículos midiáticos.

A quarta seção do livro é dedicada aos estudos de paz em diversas disciplinas, nesse caso, religião, artes, direito, linguística e saúde. O caráter multifacetado dos estudos para a paz é evidenciado no depoimento de Chadwick Alger, no capítulo 19, que abre a seção. Ele descreve políticas da ONU e outras obras que dão suporte à ideia de um campo transdisciplinar.

Os demais capítulos transcorrem sobre a presença de conflitos e os desafios em se construir a paz de acordo com seus campos de estudos. Anat Biletzki, no capítulo 22, apresenta uma visão interessante sobre o uso da palavra “*peace*” e todo o discurso que se constrói a partir dela. É uma contribuição importante para que se possa entender e explicar melhor o que é o *peacebuilding* e suas estratégias nas comunicações midiáticas, organizacionais, acadêmicas e interpessoais.

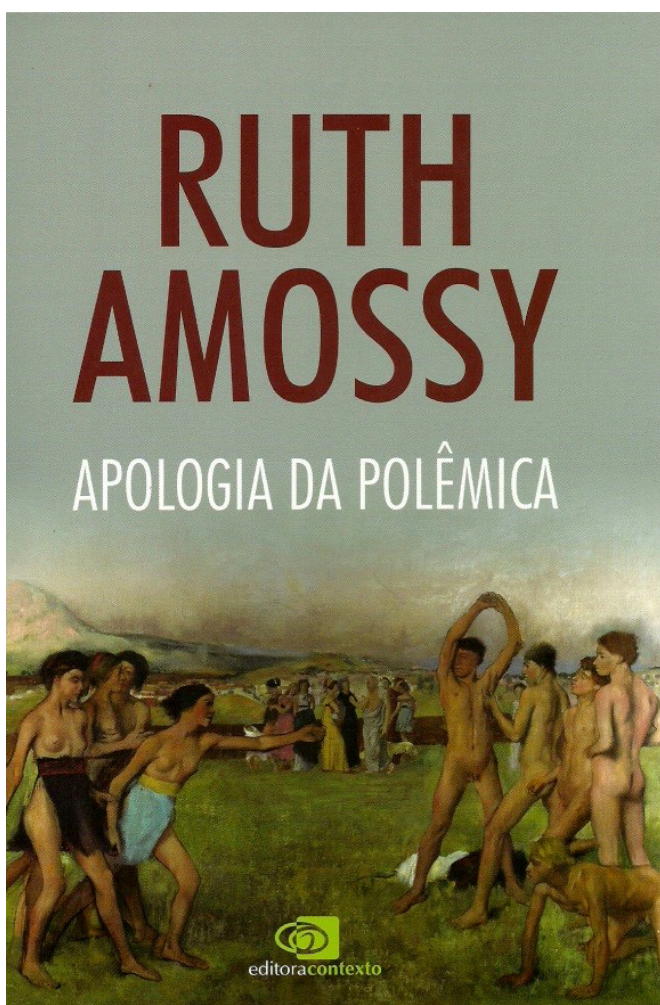
A última seção e também último capítulo é uma conclusão de Galtung, que brevemente retoma a história dos estudos para a paz e convida para a ação prática, para o *peacebuilding* ativo: “*the research and theory needed to guide peace workers to produce more enduring and positive peace, not only more peace studies, have come to stay*” (p. 399). Esse espírito está presente em todo o livro, ao longo de capítulos que utilizam estudos empíricos, propõem técnicas e discutem regras e políticas já estabelecidas.



Os autores, por diversas vezes, lembram que o campo de estudos para a paz é relativamente novo e recebe pouca atenção, embora seja multidisciplinar. Ao pensar na comunicação para a paz, chegamos a um ponto ainda mais específico, ainda mais multidisciplinar, uma vez que os próprios estudos de comunicação reúnem saberes próprios e de outras áreas.

A comunicação midiática é um dos *stakeholders* de uma boa governança democrática, e a comunicação social em si é um caminho e fim para a implantação da paz. Os autores demonstram entender isso quando apontam a mídia como uma forma de construir a paz e mantê-la, tanto por meio do *peace journalism* quanto pelo uso da própria linguagem e informação. Da mesma forma, a comunicação organizacional e interpessoal também aparece como uma peça importante, entrando em aspectos econômicos e psicológicos das relações humanas.

É a grande abrangência de disciplinas e propostas práticas que tornam o *Handbook of Peace and Conflict Studies* um livro relevante e essencial para o início dos estudos para a paz em qualquer disciplina.



Ruth Amossy

Apoloogia da polêmica

Contexto

São Paulo, 2017

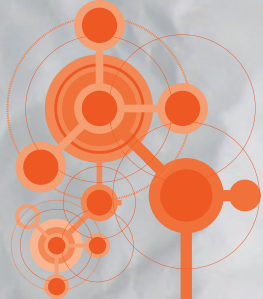
224 páginas

Resenhado por



Érika de Moraes

- Pós-doutorado pela Université Paris-Sorbonne (Paris IV), sob supervisão do Prof. Dr. Dominique Maingueneau (2017)
- Doutora e mestre em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/Unicamp), com ênfase em Análise do Discurso de linha francesa
- Docente vinculada ao Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Bauru
- E-mail: erika.moraes@faac.unesp.br



Polêmica para a paz

Controversy for peace

Polémica para la paz

A autora é professora emérita da Universidade de Tel Aviv, diretora do grupo de pesquisa em análise do discurso, argumentação e retórica ligado à mesma Universidade e editora da revista digital *Argumentation et Analyse du Discours*. Ela é conhecida no Brasil como palestrante e organizadora da obra *Imagens de Si no Discurso*.

A correlação proposta nesta resenha considera a pertinência e complexidade da discussão sobre a paz para a sociedade atual, bem como o caráter multidisciplinar dos chamados estudos para a paz (*peace studies*). Assim como a paz e a violência, as chamadas polêmicas são elementos constitutivos da sociedade em que vivemos e, em geral, estão no centro de trocas verbais conflituosas que incitam extremismos. É nesse sentido que a obra de Ruth Amossy, *Apologia da Polêmica* (2017), pode iluminar a contribuição de uma conceituação argumentativa da polêmica, entendida, em última instância, numa leitura de certo modo transgressora ao senso corrente, como mantenedora de um estado de “paz possível” no Estado democrático de direito.

É, aliás, com base nesse viés, que se pode compreender o título da obra. Por que falar em apologia da polêmica? Certamente, não se trata de instigar relações de tensão sem que se possa enxergar a possibilidade de algum “ganho social”. Ao considerar necessário compreender tanto o funcionamento quanto as funções da polêmica, Amossy remete, sem assim o mencionar diretamente, a um modo de dizer sobre a possibilidade da paz na sociedade democrática. Cabe a nós, leitores, construir a relação que permite a contribuição de sua teorização para o campo dos *peace studies*.

A autora concebe a polêmica como inerente à *esfera democrática* e observa que, além de investigar a especificidade de seu *funcionamento*, é também natural supor, em se tratando de fenômeno recorrente, que ela preencha certas funções sociais. Amossy propõe uma análise minuciosa das modalidades discursivas e argumentativas da polêmica em exercício, prestando especial atenção ao texto midiático, ou seja, ao modo como ela se manifesta nos discursos que as mídias fazem circular e, na conjuntura atual, que são reproduzidos e comentados por usuários da rede mundial de computadores.

A fim de adentrar na problemática da polêmica, a autora recorre à contraposição de fontes como dicionários, discursos correntes e conceituações científicas para mostrar que a palavra sofre a influência de concepções diversas que a fazem deslizar facilmente de sentido (e desliza na própria obra). Debate, conflito, controvérsia e excessos são efeitos de sentido que contornam e afetam uma visão geral do que seja polêmica. É necessário, portanto, recorrer a um cruzamento de todas essas concepções para apreender a polêmica como categoria.

Ao explorar a polêmica como um fenômeno sociodiscursivo em sua materialidade e complexidade, estudos conduzidos por Amossy levaram à conclusão de que “a polêmica preenche funções sociais importantes, precisamente em razão do que é



em geral criticado nela: o fato de ser uma gestão verbal do conflito realizada sob o modo da dissensão" (p. 12). Essa função ligada à gestão de conflito estaria diretamente relacionada ao funcionamento das sociedades democráticas pluralistas, já que, diferentemente do que em princípio poderia parecer natural, o acordo estaria longe de ser sempre possível nessas sociedades. Ao contrário, "é, indubitavelmente, o conflito de opiniões que predomina no espaço democrático contemporâneo, o qual respeita a diversidade e a liberdade de pensamento e de expressão" (p. 13). Assim, na impossibilidade de um acordo de opiniões, o caráter contraditório e conflituoso da polêmica cumpriria a *função* de permitir "que os participantes dividam o mesmo espaço sem recorrer à violência física" (p. 13).

No entendimento da autora, a polêmica é uma modalidade argumentativa, mas de estatuto diferente da retórica proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca¹, a qual buscaria a adesão dos espíritos. Como interação verbal, ela surge como modo particular de articulação do conflito e não deve ser confundida com uma "fala selvagem", já que "toma corpo num espaço democrático que a autoriza e a regula ao mesmo tempo" (p. 65). A dimensão proposta por Amossy implica que não é, na maioria das vezes, possível chegar ao acordo, tendo a polêmica a função importante de gerir a troca verbal pautada na dissensão, dimensão "relacionada a uma discordância, como uma profunda, até mesmo violenta, diferença de opiniões" (p. 18).

Situando a polêmica no espaço público, Amossy evoca também a obra de Habermas² e a concepção desse espaço como "o da deliberação fundada na busca racional de um acordo concernente aos assuntos da cidade para o bem público" (p. 27), acrescentando aí a nova dimensão da impossibilidade do acordo em boa parte dos casos. Questiona: "Uma sociedade pluralista pode (ou deve) centrar-se no consenso? Não repousa, em vez disso, sobre o *dissenso*, cujas funções seria necessário, portanto, reconhecer?" (p. 29). Aborda, então, a revalorização do dissenso nas ciências sociais, entendendo que a discórdia, a despeito de ter efeitos negativos nas relações interpessoais, é também funcional "nos grupos sociais em que as forças convergentes e divergentes estão sempre em interação, criando uma dinâmica que é fonte de vida" (p. 33).

Retomando outros autores, a exemplo de Mouffe³ e sua concepção do paradoxo democrático, Amossy demonstra que a pluralidade de opiniões não ameaça a democracia; ao contrário, é uma de suas condições de existência, sendo, por sua vez, a imposição de uma opinião única relacionada a uma ordem autoritária. A autora centra sua proposição na ideia de "fazer justiça à retórica do *dissenso*, isto é, a uma gestão do conflito de opinião sob o modo de dissidência, e não de uma busca de acordo" (p. 41).

Compreendida no âmbito proposto pela autora, a polêmica é "um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios das sociedades mais ou menos importantes numa dada cultura" (p. 49). A fim de analisar a polêmica na materialidade do texto, uma primeira marca a observar é a *oposição de discurso*, categoria fundamental para compreendê-la. A fala polêmica, assim, é construída pela atividade que consiste em exposição de argumentos em favor de sua própria tese, mas não só: também contra a tese adversa que constrói a fala polêmica, explica Amossy.

Ao buscar precisar os traços que dão à polêmica sua especificidade no campo da argumentação, a autora propõe a investigação da sua *ancoragem conflitual*, traduzida pela dicotomização, pela polarização e pela desqualificação do outro. São assim constituídos *campos inimigos* ocupados pelos protagonistas das polêmicas, que representam papéis discursivos. Trata-se de uma *polarização complexa*, já que se juntam em dois grupos antagônicos participantes dos mais diversos. Nessa dimensão, a polarização utiliza *manobras de difamação*, voltadas à desqualificação do adversário. Frequentemente, a desqualificação da tese é acompanhada da desqualificação da pessoa ou grupo que ela representa.

1 PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2013.

2 HABERMAS, Jürgen. *L'espace public: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Traduit de Marc de Launay. Paris: Payot, 1993. [1962]

3 MOUFFE, Chantal. *The democratic paradox*. London; New York: Verso, 2000.



Os capítulos do livro buscam explorar as modalidades discursivas e argumentativas da polêmica em exercício, propondo prestar uma atenção minuciosa ao corpo do texto, tendo em vista responder às questões propostas como fios condutores da obra (O que é a polêmica? Como ela funciona? Como se manifesta nos discursos que as mídias fazem circular em espaço público e com os quais nos defrontamos diariamente? E o que nos revelam essas manifestações discursivas sobre os objetivos e as questões sociais dos debates polêmicos?). Um exemplo é a discussão sobre a polêmica do uso da burca na França⁴, que pode ser assim (bem) resumida: para uma formação discursiva, o uso da burca “se banaliza” e, assim, constitui um problema para a sociedade francesa, havendo necessidade de lançar medidas legislativas para proibi-la; enquanto a formação discursiva oposta recusa categoricamente a iniciativa de legislar sobre o tema, considerando-o como impertinente ao âmbito do Estado. Esse e outros exemplos são ilustrativos para analisarmos nossas próprias polêmicas na sociedade brasileira.

A autora demonstra que a polêmica, como modalidade argumentativa, é antes de tudo uma arte de refutação. Suas funções são diversificadas: ela não deixa de persuadir, mas é sempre um terceiro que é levado a aderir ao ponto de vista, e não o adversário, já que este não estaria “disposto” a uma mudança de posicionamento. O objetivo da polêmica não é, portanto, convencer o oponente, é antes angariar terceiros, ou seja, em termos discursivos, fortalecer e expandir um campo de posicionamento. Assim, o polemista teria a função de persuadir aqueles que já pensam como ele, o que, ao contrário do que se poderia acreditar, não é uma missão vã, já que

em uma disputa no tocante às questões da sociedade, é preciso sempre reforçar o grupo daqueles que estão em um mesmo campo, impedir que eles não caiam na indiferença e que isso ative sua hostilidade contra a posição combatida e o grupo que a sustenta. (Amossy, 2017, p. 99-100)

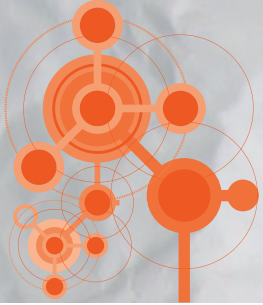
No intuito de fortalecer identidades, a polêmica se inscreve no signo da paixão, podendo (mas não necessariamente) vislumbrar a violência, ainda que a autora mova esforços teóricos para diferenciar a polêmica da violência verbal. Por sua vez, a violência verbal sustentar-se-ia no tom, na atitude extradiscursiva – um ponto de reflexão, uma vez que o discurso inflamado daquele que, a priori, não pretende praticar a violência pode incitar a atitude violenta de outrem. Pode-se, então, perguntar: a sociedade está preparada para compreender o potencial positivo da polêmica? A questão atravessa o papel essencial em postular a polêmica (entendida como possibilidade de convivência do contraditório) como fundamentada no plano da argumentação, não no da ação inflamada de fato.

Além das questões de persuasão, o discurso e a interação polêmicos cumpririam outras funções importantes. “Eles denunciam, protestam, chamam à ação e, mais geralmente, mantêm, sob o modo do dissenso, a comunicação em espaço público entre facções cujas visões são, às vezes, tão distantes uma das outras, que qualquer contato parece se tornar impossível” (p. 100). Daí se poder concluir da obra que: a) é necessário considerar a polêmica como categoria argumentativa, não banalizá-la, via senso comum, como algo negativo; b) assim considerada, a existência em si da polêmica é pertinente ao debate sobre a manutenção da paz numa sociedade democrática, uma vez que sua ausência, ao contrário, levaria à recorrência de totalitarismos, estes sim caracterizados como espaços de violência, onde uma só voz seria alçada à verdade, impondo-se somente o mais forte. Apreendida dessa forma – postulada como necessária para a convivência de opiniões, crenças e culturas diversas – a polêmica se revela uma categoria de estudo pertinente para novas investigações sobre a paz, sobre o estatuto da paz que queremos. O livro não é conclusivo, deixa lacunas a serem preenchidas pelo interdiscurso, lacunas essas que podem ser entendidas não como defeito, mas como pontos de abertura para pesquisa.

⁴ O caso selecionado para estudo é a polêmica sobre o projeto de lei que visa proibir o uso da burca nos espaços públicos da França (entre junho de 2009 e outubro de 2010). O discurso polêmico é exemplificado por um artigo de opinião publicado no semanário *Marianne*, em junho de 2009. A interação polêmica é explorada em dois exemplos: um debate televisivo e uma interação em fórum de discussão.



NORMAS



A *Organicom* – *Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas* tem como objetivo ser um instrumento efetivo de colaboração, debate e aproximação entre estudos acadêmicos e aplicações práticas. Nesse sentido, se dirige a docentes, pesquisadores, profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação, universidades, instituições e demais interessados em comunicação organizacional e relações públicas.

A *Organicom* aceita a contribuição de autores que proponham textos pertinentes ao objetivo da revista e aos seus públicos-alvo.

CRITÉRIOS PARA A PUBLICAÇÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista. Caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. Todas as Normas de publicação devem ser estritamente respeitadas, sob pena de a colaboração ser recusada. Os autores serão contatados para sanar eventuais faltas. A *Organicom* se reserva o direito de efetuar correções, adaptações e alterações sem consulta aos autores.
3. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (por exemplo, artigos), as instruções disponíveis em *Assegurando a avaliação pelos pares cega* foram seguidas.
4. As opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade do autor, que se compromete a respeitar os padrões éticos da pesquisa científica.
5. A submissão implica a cessão de direitos da primeira publicação à revista *Organicom*, sem pagamento. Os autores podem estabelecer por separado acordos adicionais para a distribuição não exclusiva de versão da obra publicada na revista (como colocar em um repositório institucional ou publicar em um livro), com o devido reconhecimento de sua publicação inicial na revista *Organicom*.
6. Autores de *artigos e pesquisas* devem possuir título de doutorado ou serem doutorandos. Havendo coautores, estes devem ser doutores, doutorandos, mestres e/ou mestrandos. Autores de *depoimentos e resenhas* devem ter titulação mínima de pós-graduação.

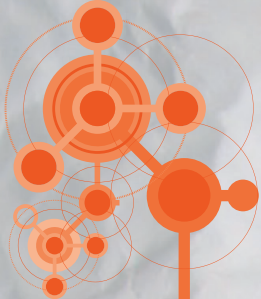
DIRETRIZES PARA AUTORES

Colaborações

O projeto editorial da *Organicom* prevê os seguintes tipos de colaboração:

Artigos inéditos e Pesquisas: até **5.000 palavras**, incluindo referências bibliográficas, se houver. Estrutura mínima exigida:

- Título: no máximo 15 palavras.
- Resumo: não exceder 80 palavras e até cinco palavras-chave.
- Introdução.
- Referencial teórico.
- Metodologia.



- Resultados.
- Discussão e conclusões.
- Referências.

Depoimentos: até **2.500 palavras**, incluindo referências bibliográficas, se houver.

Resenhas bibliográficas (livros e monografias): até **1.800 palavras**.

- Devem ter um título original.
- Devem conter a referência completa da obra analisada: autores ou organizadores, editora, ano de publicação e número de páginas.
- Devem vir acompanhadas de uma foto da capa da obra resenhada, escaneada com alta qualidade.

Idiomas

Serão recebidos textos em português, espanhol, inglês e francês.

- Título, resumo e palavras-chave de autores brasileiros devem vir em português, espanhol e inglês.
- Título, resumo e palavras-chave de autores de outros países devem vir no idioma original e em inglês, responsabilizando-se a revista pela tradução para o português.

Identificação dos autores

Os autores devem enviar, juntamente com as colaborações, as seguintes informações:

- Dados acadêmicos relativos a vínculo institucional, cargo, titulação e principais publicações.
- Histórico profissional.
- Endereço para correspondência, telefone e e-mail (este último será publicado).

O texto total de identificação dos autores deve conter, no máximo, 1000 caracteres (com espaços), seja para um ou mais autores (dados somados de 1.000 caracteres).

Formatação

- O texto deve ser formatado em Word, em Times New Roman, corpo 12.
- Usar espaço de 1,5cm entre as linhas e espaço duplo entre os parágrafos.
- As margens do texto deverão ter 3cm.

Notas, citações e referências

- As notas explicativas devem ser apresentadas, por inserção automática, no pé da página, em corpo 10, com a numeração acompanhando a ordem de aparecimento.
- As fontes de citações devem ser identificadas dentro do texto (fonte, ano e página da citação).
- Nas citações e nas referências finais (postas em ordem alfabética) se devem seguir as normas NBR 10502 e NBR 6023 da ABNT. Se autores de outros países utilizam um sistema diferente (Vancouver etc.), a revista padronizará as citações e referências segundo as normas mencionadas.



Figuras

- As figuras devem ser enviadas em arquivos separados, numeradas, com a devida legenda e referência de autoria (quando reproduzidas). Deve ser indicado seu local de inserção no texto.
- Fotografias e mapas, além de organogramas, diagramas e fluxogramas complexos, devem estar em formatos adequados de impressão (300dpi com 20cm de largura).
- Outros elementos, como quadros, gráficos e tabelas, além de organogramas, diagramas e fluxogramas simples, serão redesenhados e adaptados aos padrões gráficos da *Organicom*.

Avaliação

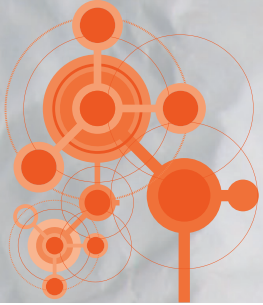
Os originais encaminhados para análise serão submetidos a dois membros do Conselho Editorial para emissão de parecer que avalie o texto a partir de créditos de qualidade, metodologia e adequação aos objetivos e padrões estabelecidos nestas Normas. Dois pareceres favoráveis habilitam o texto para publicação, assim como dois desfavoráveis o invalidam. Um parecer favorável e outro desfavorável levarão a uma terceira consulta. Os responsáveis pela avaliação serão designados de acordo com a linha de pesquisa e o tema desenvolvido pelo autor. Todos os autores receberão informação detalhada sobre o processo de avaliação de seu texto, que pode ser aceito, aceito com ressalvas (alterações ou complementações) ou recusado.

Envio

- Os autores deverão submeter suas colaborações em formato eletrônico por meio do portal da revista: www.revistaorganicom.org.br, que utiliza o sistema SEER de publicações.
- O autor deve cadastrar-se, clicando no ícone CADASTRO, na parte superior da página, e preenchendo o formulário com seus dados – ao final, não se esqueça de selecionar a opção "Cadastrar como - Autor: Pode submeter à revista". Após concluir seu cadastro, o sistema fornecerá instruções para a efetuação da transferência do trabalho. Para dúvidas ou informações, entrar em contato por email ou telefone.

Contatos

- Portal: www.revistaorganicom.org.br
- E-mail: organicom@revistaorganicom.org.br
- Telefone: (+55 11) 3091- 2949



Organicom – *Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas* (Brazilian Organizational Communication and Public Relations Magazine) has the objective of being an effective instrument of collaboration, debate and approach between academic studies and practical applications. For this purpose it is aimed at professors, researchers, professionals, graduate and post-graduate students, universities, institutions and other bodies interested in Communication and Public Relations.

Organicom accepts the contribution of authors who propose texts that are pertinent to the objective of the magazine and to its target publics.

CRITERIA FOR PUBLICATION

As part of the process of submission, the authors are required to verify the conformity of the submission in relation to all of the items listed below. Any submissions that are not in accordance with the rules shall be returned to the authors.

1. The contribution is original and unpublished and is not being assessed for publication in another magazine. Otherwise this must be justified in "Comments to the editor".
2. All of the publication rules must be strictly respected, subject to penalty of the collaboration being refused. The authors will be contacted to remedy any faults. *Organicom* reserves the right of effecting corrections, adaptations and alterations without consulting the authors.
3. In the event of submission to a session with assessment by the peers (e.g.: articles), the instructions are available in *Assegurando a avaliação pelos pares cega* (Assuring the blind assessment by the peers) were followed.
4. The opinions expressed in the articles are responsibilities of the author, who commits to respect the ethical principles of scientific research.
5. The submission implies assignment of rights of the first publication to the *Organicom* magazine, without any payment. The authors may establish separately additional agreements for non-exclusive distribution of a version of the work published in the magazine (such as placing it in an institutional repository or publishing a book), with due acknowledgement of its initial publication in the *Organicom* journal.
6. Authors of *articles and researchers* must have a Ph.D. or be candidates for doctors' degrees. If there are co-authors they must be Ph.Ds, candidates for doctors' degrees, masters and/or candidates for masters' degrees. Authors of *depositions and reviews* must hold at least a post-graduate degree.

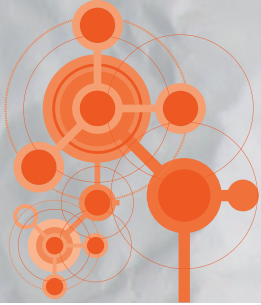
GUIDELINES FOR AUTHORS

Contributions

The *Organicom* editorial project provides for the following types of collaboration:

Unpublished articles and Researches: not more than **5,000 words**, including bibliographic references, if any. Minimum required structure:

- Title: at most 15 words.
- Abstract: not to exceed 80 words and not more than five key-words.
- Introduction.
- Theoretical reference.
- Methodology.



- Results.
- Discussion and conclusions.
- References.

Testimonies: up to **2,500 words**, including bibliographic references, if any;

Bibliographic reviews (books and monographs): not more than **1,800 words**.

- Must have an original title.
- Must contain a complete reference of the analyzed works: authors or organizers, editor, year of publication and number of pages.
- Must be accompanied by a photo of the cover of the reviewed work, with top-quality scanning.

Languages

Texts will be received that are in Portuguese, Spanish, English and French.

- Titles, abstracts and key-words of Brazilian authors must be in Portuguese, Spanish and English.
- Titles, abstracts and key-words of authors from other countries must be in the original language and in English, with the magazine assuming responsibility for translation to Portuguese.

Identification of the authors

The authors must send, together with their contributions, the following informations:

- Academic data relative to the institutional bind, position, title and principal publications.
- Professional background.
- Address for correspondence, telephone and email (the latter will be published).

The total text for identification of the authors must contain a maximum of 1,000 characters (with spaces), be they for one or more authors.

Formatting

- The text must be in Word format, Times New Roman font, size 12.
- Use a space of 1.5 cm between the lines and double space between the paragraphs.
- The margins of the text must be of 3 cm.

Notes, quotes and references

- The explanatory notes must be shown at the foot of the page, in size 10, with the numbering following the order of mention.
- The sources of quotes must be identified within the text (source, year and page of the quote).
- In the quotes and in the final references (placed in alphabetical order) the rules of NBR (Brazilian Technical Standard) 10502 and NBR 6023 of the ABNT (Brazilian Association of Technical Standards) must be followed. If the authors of other countries use a different system (Vancouver, etc.) the magazine will standardize them following the mentioned rules.



Figures

- The figures must be sent in separate files and numbered with the proper sub-title and reference of authorship (when reproduced). The place of insertion in the text must be designated.
- Photographs and maps, as well as organization charts, diagrams and complex flowcharts must be in a format that is adequate for printing (300 dpi with 20 cm width).
- Other elements such as boards, graphs and tables, as well as organization charts, diagrams and simple flowcharts, will be redesigned and adapted to the Organicom graphic standards.

Assessment

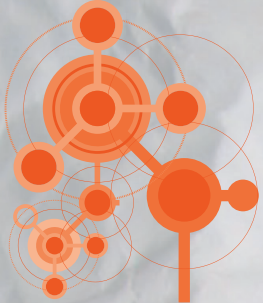
The originals sent for analysis will be submitted to two members of the Editorial Council for issuance of an opinion that assesses the text based on credits of quality, methodology and adequacy to the objectives and standards established in these Rules. Two favorable opinions qualify the text for publication, while two unfavorable ones will invalidate it. One favorable and another unfavorable will lead to a third consultation. The persons responsible for the assessment will be designated according to the line of the research and theme presented by the author. All of the authors will receive detailed information on the process of assessment of their text, which may be accepted, accepted with exceptions (alterations or supplementations) or refused.

Remittance

The authors must submit their collaborations in electronic format by means of the portal of magazine: www.revistaorganicom.org.br, which uses the SEER system of publication. The author must register by clicking on the CADASTRO (Registration) icon, at the top of the page, and completing the form with his/her data – at the end do not forget to select the "Cadastrar como – Autor: Pode submeter à revista" (Register as – Author: Able to submit to the magazine) option. After completing your registration the system will provide instructions for completing the transfer of the work. For any doubts or information get in touch by email or telephone.

Contacts

- Site: www.revistaorganicom.org.br
- E-mail: organicom@revistaorganicom.org.br
- Phone: (+55 11) 3091 2949



Organicom – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas tiene como objetivo ser una herramienta eficaz para la colaboración, el debate y la aproximación entre los estudios académicos y las aplicaciones prácticas. En este sentido, está direccionada a profesores, investigadores, profesionales, estudiantes graduados y estudiantes de posgrado, universidades, instituciones y otros interesados en la comunicación organizacional y las relaciones públicas.

Organicom acepta la contribución de autores que propongan textos pertinentes al objetivo de la revista y a sus audiencias objetivo.

CRITERIOS PARA LA PUBLICACIÓN

Como parte del proceso de envío, los autores son obligados a verificar la conformidad de la presentación de todos los ítems que se enumeran a continuación. Las presentaciones que no cumplan con las normas serán devueltas a los autores.

1. La contribución es original e inédita y no está siendo evaluada para su publicación por otra revista. De lo contrario, debe estar justificada en "Comentarios al editor".
2. Todas las Normas de publicación deberán cumplirse estrictamente, de lo contrario se denegará la colaboración. Los autores serán contactados para remediar faltas eventuales. *Organicom* se reserva el derecho de efectuar correcciones, adaptaciones y modificaciones sin consultar a los autores.
3. En el caso de la presentación de una sección con revisión por pares (por ejemplo, artículos), las instrucciones disponibles en Asegurar la evaluación ciega por pares deberán ser seguidas.
4. Las opiniones expresadas en los artículos son de responsabilidad del autor, que se compromete a respetar las normas éticas de la investigación científica.
5. La presentación implica la cesión de derechos de la primera publicación a la revista *Organicom* sin retribución. Los autores pueden establecer de forma separada acuerdos adicionales para la distribución no exclusiva de la versión de la obra publicada en la revista (como poner en un repositorio institucional o publicarla en un libro), con el debido reconocimiento de su publicación inicial en la revista *Organicom*.
6. Autores de los artículos e investigaciones deben tener título de doctorado o ser estudiantes de doctorado. Existiendo coautores, estos deben ser doctores, doctorandos, magísteres o estudiantes de maestría. *Autores de testimonios y reseñas* deben tener una titulación mínima de post-graduación *lato sensu*.

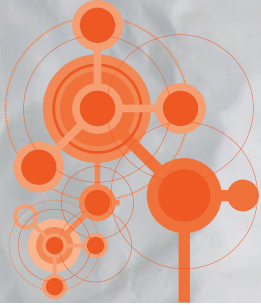
DIRECTRICES PARA LOS AUTORES

Colaboraciones

El proyecto editorial de *Organicom* incluye los siguientes tipos de cooperación:

Artículos inéditos e investigaciones: hasta **5.000 palabras**, incluyendo las referencias bibliográficas, si las hubiere. Estructura mínima requerida:

- Título: un máximo de 15 palabras.
- Resumen: no exceder de 80 palabras y un máximo de cinco palabras claves.
- Introducción.
- Marco teórico.
- Metodología.



- Resultados.
- Discusión y conclusiones.
- Referencias.

Testimonios: hasta **2.500 palabras**, incluyendo las referencias bibliográficas, si las hubiere.

Reseñas bibliográficas (libros y monografías): hasta **1.800 palabras**.

- Deben tener un título original.
- Deben incluir la referencia completa de las obras analizadas: autores u organizadores, editorial, año de publicación y número de páginas.
- Deben ser acompañados por una foto de la portada de la obra reseñada, escaneada con alta calidad.

Idiomas

Textos serán recibidos en portugués, español, inglés y francés.

- Título, resumen y palabras claves de autores brasileiros deben estar en portugués, español e inglés.
- Título, resumen y palabras claves de autores de otros países deben estar en el idioma original y en inglés, siendo la revista responsable por la traducción al portugués.

Identificación de los autores

Los autores deberán enviar, junto con sus contribuciones, las siguientes informaciones:

- Datos académicos relativos a la afiliación institucional, cargo, título y publicaciones principales.
- Histórico profesional.
- Dirección postal, teléfono y correo electrónico (este último será publicado).

El texto completo de la identificación de los autores debe contener un máximo de 1.000 caracteres (con espacios), sea para un autor o varios autores (datos agregados a 1.000 caracteres).

Formato

- El texto debe ser formateado en Word, Times New Roman, tamaño 12.
- Utilizar el espacio de 1,5cm entre líneas y doble espacio entre párrafos.
- Las márgenes de texto deben ser de 3cm.

Notas, citas y referencias

- Las notas deben ser presentadas, por inserción automática, al pie de página, en tamaño 10, numeradas siguiendo el orden de aparición.
- Las fuentes de las citas deben ser identificados dentro del texto (fuente, año y página de la citación).
- En las citas y referencias finales (puestas en orden alfabético) se deben seguir las normas NBR 10502 y NBR 6023 de la ABNT. Si los autores de otros países utilizan un sistema diferente (Vancouver, etc.), la revista estandarizará citas y referencias a partir de las normas mencionadas.



Figuras

- Las figuras deben ser enviadas en archivos separados, numerados, con el subtítulo adecuado y referencia de autoría (cuando reproducidas). Debe ser señalado el local de su inserción en el texto.
- Las fotografías y mapas, así como organogramas, diagramas y flujogramas complejos, deben estar en formatos de impresión apropiados (300dpi con 20cm de ancho).
- Otros elementos, como cuadros, gráficos y tablas, así como organogramas, diagramas y flujogramas simples, serán rediseñados y adaptados a los padrones gráficos de Organicom.

Evaluación

Los originales enviados para su análisis serán entregados a dos miembros del Consejo Editorial para la emisión de un dictamen para evaluar el texto a partir de criterios de calidad, metodología y adecuación a los objetivos y padrones establecidos en esta Norma. Dos opiniones favorables habilitan al texto para su publicación, así como dos desfavorables lo invalidan. Una opinión favorable y otra desfavorable darán lugar a una tercera consulta. Los evaluadores serán designados de acuerdo con el área de investigación y el tema desarrollado por el autor. Todos los autores recibirán información detallada sobre el proceso de evaluación de su texto, que puede ser aceptado, aceptado con reservas (cambios o complementaciones) o negado.

Envío

Los autores deben presentar sus contribuciones electrónicamente a través del sitio web de la revista – www.revistaorganicom.org.br – que utiliza el sistema SEER de publicaciones. El autor debe registrarse haciendo clic en el ícono de CADASTRO (Registro) en la parte superior de la página y rellenar el formulario con sus datos – al final, no se olvide de seleccionar la opción “Cadastrar como – Autor: Pode submeter à revista” (Registrar como – Autor: Puede presentar a la revista). Terminado el registro, el sistema le dará instrucciones para efectuar la transferencia de trabajo. Para preguntas o información, póngase en contacto por correo electrónico o teléfono.

Contactos

- Portal: www.revistaorganicom.org.br
- E-mail: organicom@revistaorganicom.org.br
- Teléfono: (+55 11) 3091- 2949